

ESTUDOS CRÍTICOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Carlos Cândido de Almeida
Rosa San Segundo
Daniel Martínez-Ávila
(Organizadores)

Coleção Estudos em
Ciência da Informação



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



ESTUDOS CRÍTICOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

COLEÇÃO ESTUDOS EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1

CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA
ROSA SAN SEGUNDO
DANIEL MARTÍNEZ-ÁVILA
(ORGANIZADORES)

ESTUDOS CRÍTICOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

COLEÇÃO ESTUDOS EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2024



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Diretora

Profa. Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Profa. Dra. Ana Cláudia Vieira Cardoso

COLEÇÃO ESTUDOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Organizador: Carlos Cândido de Almeida

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Parecerista:

Prof.ª Dr.ª Marilda Lopes Ginez de Lara

Professora Associada Aposentada do Departamento

de Biblioteconomia e Documentação da Escola de

Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo

(USP).

Ficha catalográfica

-
- E82 Estudos críticos em organização do conhecimento / Carlos Cândido de Almeida, Rosa San Segundo, Daniel Martínez-Ávila (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.
525 p. : il. – (Coleção estudos em ciência da informação).
Apoio: CAPES
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-484-4 (Impresso)
ISBN 978-65-5954-485-1 (Digital)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1>

1. Ciência da informação. 2. Organização da informação. 3. Representação do conhecimento (Teoria da informação). 4. Classificação. 5. Epistemologia. 6. Sistemas de recuperação da informação.
I. Almeida, Carlos Cândido de. II. San Segundo, Rosa. III. Martínez-Ávila, Daniel.

CDD 025.04

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

Agradecimento

O presente trabalho é resultado das atividades decorrentes da bolsa de professor visitante no exterior, fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Programa CAPES-PRInt-UNESP; Código de Financiamento 001 - Processo: 88887.571329/2020-00.

Auxílio para impressão: CAPES-PROEX - Auxílio - 1628/2024 - Processo: 88881.974501/2024-01.

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Carlos Cândido de Almeida	
Rosa San Segundo	
Daniel Martínez-Ávila	

PARTE I – PENSAR O CLASSIFICAR E O DESCLASSIFICAR

1. TUDO EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE DESCLASSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE	15
Antonio L. GARCÍA GUTIÉRREZ	
2. APPROCHE HISTORIQUE ET CRITIQUE DE L'ORGANISATION DES CONNAISSANCES: DU SIÈCLE DES LUMIÈRES À L'ÈRE DU NUMÉRIQUE	41
Widad Mustafa EL HADI Ismail TIMIMI	
3. ESTUDOS CRÍTICOS E SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS CONCEITUAIS E ÉTICOS	73
Suellen Oliveira MILANI	

4. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E COMPLEXIDADE: ASPECTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS	105
Daniel Abraão PANDO	
5. EPISTEMOLOGIA: UM CONCEITO EM ANÁLISE NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	139
Paula Carina de ARAÚJO	
6. ASPECTOS ÉTICOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EVENTOS DA ISKO INTERNACIONAL	165
Thiago Henrique Bragato BARROS Isadora Victorino EVANGELISTA	
7. FUNDAMENTOS SEMIÓTICO-CULTURAIS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	193
Mona Cleide Quirino da Silva FARIAS Carlos Cândido de ALMEIDA	
8. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS SABERES: ELEMENTOS DE REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO	241
Marcio Ferreira da SILVA Carlos Cândido de ALMEIDA	

PARTE II – DESCLASSIFICAR E RECLASSIFICAR

9. LUTA DE CLASSES E LUTA DAS CLASSES: DO <i>TRIVIUM</i> E DO <i>QUADRIVIUM</i> AO DEVIR DIALÉTICO ANTIEPISTEMICIDA EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	261
Gustavo SALDANHA	

10. ORGANIZACIÓN CRÍTICA DEL CONOCIMIENTO EN SISTEMAS DE INFORMACIÓN DE MEDIOS	287
Antonio L GARCÍA GUTIÉRREZ Daniel MARTÍNEZ ÁVILA	
11. A METÁFORA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DA MÚSICA	317
Camila Monteiro de BARROS	
12. CONTRADISPOSITIVOS RIZOMÁTICOS PARA INQUIETAR A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA TENTATIVA DECOLONIAL	337
Rodrigo de SALES Dirnèle Carneiro GARCEZ	
13. GARANTIA TRANSCULTURAL EM VOCABULÁRIOS CONTROLADOS: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE REPRESENTATIVIDADE NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	367
Ricardo BISCALCHIN Walter MOREIRA	
14. CLASSIFICAÇÃO, ESTEREOTIPIA E SILENCIAMENTOS NO DOMÍNIO DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO	397
Francisco Arrais NASCIMENTO	
15. O FEMINISMO DECOLONIAL NAS CATEGORIAS DE SHIYALI RAMAMRITA RANGANATHAN	427
Marília Winkler de MORAIS Luciana de Souza GRACIOSO	

16. PANORAMAS TEMÁTICO E BIBLIOGRÁFICO SOBRE HOMOSSEXUALIDADES NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPE	457
Diogo Lopes NOGUEIRA	
Jéssica Oliveira da SILVA	
Murilo Artur Araújo da SILVEIRA	
Fabio Assis PINHO	
17. GÊNERO, VIOLÊNCIA E LEGISLAÇÃO: INTERPELAÇÕES ACERCA DO FEMINICÍDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL	487
Denise Cristina BELAM	
Francisco Arrais NASCIMENTO	
Deise Maria Antonio SABBAG	
Daniele ACHILLES	

APRESENTAÇÃO

Carlos Cândido de ALMEIDA

Rosa SAN SEGUNDO

Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA

Embora a Covid-19 tenha interferido na vida das pessoas, este livro foi gestado durante a pandemia, pois, como podem notar, há muitas pessoas resilientes no campo acadêmico para enfrentar as dificuldades impostas aos diversos povos mundo afora.

A ideia de organizar um livro surgiu em uma visita à Universidad Carlos III de Madrid, de fevereiro a julho de 2021, em plena pandemia. No momento em que procurávamos entender melhor a epistemologia feminista na ciência da informação e na organização do conhecimento, nos demos conta de que deveríamos fazer um pouco mais e organizar uma obra que reunisse as ideias de pesquisadoras e pesquisadores que têm investigado as abordagens críticas em organização do conhecimento.

Apesar de ser considerado um tema amplo e às vezes difuso por reunir trabalhos de diferentes matizes, há uma linha comum nas perspectivas contestatórias: a de propor diretrizes revisionistas ao campo da organização

do conhecimento - reconhecendo a importância de outros tipos de saberes e comunidades não investigadas pela organização do conhecimento tradicional.

Podemos incluir sob o rótulo de estudos críticos - ou os não alinhados aos estudos convencionais que somente fazem agravar a lógica existente da organização do conhecimento especializado -, as pesquisas que têm como fonte de inspiração: as teorias críticas, as abordagens socioculturais, a teoria de gênero, a teoria feminista, a teoria de raça, a semiótica da cultura, a epistemologia crítica, os estudos decoloniais, dentre outras.

Independente dos vínculos teóricos, há uma postura ética e questionadora que precisa de sistematização para proceder na revisão do instituído. O livro, nesse caso, seria apenas o início desse longo processo de sistematização das abordagens contestatórias e dos estudos críticos, dirigido à compilação de conceitos, argumentos, teorias e à reunião preliminar de pesquisadoras e pesquisadores. A ideia subjacente é concentrar em um mesmo material as questões fundamentais que têm guiado as pesquisas recentes neste espectro da organização do conhecimento.

O objetivo não é a desmontagem completa das práticas de organização do conhecimento, mas conduzir à proposta emancipatória de reconhecer a autorrepresentação dos saberes, isto é, entender, de uma vez por todas, que a representação do outro deve antes passar por seu crivo e decisão. Comunidades sub-representadas em sistemas de informação têm mais dificuldades de acessar os seus e os demais saberes presentes nas instituições de memória. O que se reivindica é uma organização do conhecimento (dos saberes) *lato sensu*.

Após um período de estabilização e consolidação do conceito geral de organização do conhecimento no início dos anos 1990, associado à teoria do conceito e à classificação filosófica e bibliográfica, promovido pelos fóruns internacionais, especialmente pela International Society for Knowledge Organization - ISKO, surge a necessidade de repensar o alcance, a missão, o público e as teorias da área. É nesse contexto em que se le-

vantaram diversas vozes, de dentro e de fora da Ciência da Informação, para reconhecer a postura restrita e elitista da organização do conhecimento, especialmente, dos conhecimentos especializados úteis ao desenvolvimento do capitalismo global. Entende-se que a organização do conhecimento é passível de crítica, porque as teorias com as quais opera frequentemente produzem ocultamentos, preconceitos, assim legitimam uma dada cosmovisão e valorizam certas categorias do pensamento.

É justamente contra a naturalização das categorias que organizam os saberes, conseqüentemente, as comunidades, que se erguem livres-pensadoras e pensadores, jovens pesquisadoras e pesquisadores, ademais militantes, para avaliar a organização do conhecimento, desde seu conceito até suas aplicações.

A primeira parte do livro, dedicada ao pensar o classificar e o desclassificar, faz alusão à terminologia do autor García Gutiérrez, indicando que tal parte dedica-se em entender (classificar) as características gerais das práticas de classificação e os conceitos associados à desclassificação. Por seu turno, a segunda parte, busca dar caminhos teóricos e alguns aplicados que respondem ao intento da desclassificação e a conseqüente reclassificação ou a um novo arranjo que devem assumir os sistemas, incorporando novas perspectivas aos conceitos dados. Embora os estudos relacionados nessa obra não estejam todos vinculados à teoria da desclassificação, será possível notar desdobramentos da aplicação dessa abordagem em vários capítulos.

Esperamos que a leitura das ideias, provocações e pesquisas presentes neste livro possa contribuir para a estruturação teórica dessas abordagens no futuro, bem como facilitar acesso às indicações bibliográficas aos interessados. Agradecemos a todas as autoras e autores pela energia e pela vontade de mudança depositadas nestes capítulos.

PARTE I
PENSAR O CLASSIFICAR
E O DESCLASSIFICAR

1

TUDO EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE DESCLASSIFICAÇÃO E COMPLEXIDADE¹

*EVERYTHING “INTO
PIECES”: REFLECTIONS ON
DECLASSIFICATION AND
COMPLEXITY*

Antonio L. GARCÍA GUTIÉRREZ
desclasificar@gmail.es

¹ Tradução da conferência não publicada intitulada “Todo en pedazos: reflexiones sobre desclasificación y complejidad”, apresentada no XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, realizado em Marília em 2017. Esta conferência foi extraída e adaptado de partes do livro “En pedazos. El sentido de la clasificación”. Madrid: ACCI, 2018. Tradução e notas de Carlos Cândido de Almeida.

Resumo: A classificação constrói o mundo, para tanto, quebra-o em pedaços através de dicotomias, subordinações, definições e partições submetidas aos princípios de uma lógica tradicional que determina uma visão fictícia e repressora da imensidade mestiça, contraditória e aberta do sentido. A desclassificação, por sua vez, contribui para pensar e reclassificar sem as restrições dessa lógica e de seus numerosos obstáculos epistemológicos. Este texto explora a concepção de parte e pedaço em uma antiga língua maia para repensar os modos contemporâneos de classificação global. Os teóricos e práticos da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento são relevantes atores da classificação e, consequentemente, assumem uma grande responsabilidade ao apoiar consciente e inconscientemente um projeto de progresso que poderia encaminhar o mundo a complicações irreversíveis. A desclassificação oferece algumas estratégias de reversão sistêmica.

Palavras-chave: Desclassificação. Organização do Conhecimento. Ciência da Informação. Progresso. Pensamento crítico.

Abstract: The classification builds the world, as it breaks it into pieces, through dichotomies, subordinations, definitions and partitions subject to the principles of a traditional logic that determines a fictitious and repressive vision of the mixed, contradictory and open immensity of meaning. Declassification, for its part, contributes to thinking and reclassifying without the restrictions of that logic and its numerous epistemological obstacles. This text explores the conception of part and piece in an ancient Mayan language to rethink contemporary modes of global classification. Information Science and KO theoreticians and practitioners are relevant actors in the classification and, consequently, take on a great responsibility by consciously or unconsciously supporting a progress project that could be leading the world towards irreversible complications. Declassification offers some systemic reversal strategies.

Keywords: declassification, knowledge organization, information science, progress, critical thinking.

1 INTRODUÇÃO

Atribui-se a Niels Bohr (1988), prêmio Nobel de Física, em 1922, e um dos pais da mecânica quântica, o seguinte comentário: “você não pensa, você apenas usa a lógica”. Para essa exposição solicito-lhes abandonar provisoriamente nossa lógica inflexível e convido-lhes a pensar junto nos novos cenários de complexidade e desclassificação impactados pelas ingovernáveis transgressões conceituais que não apenas configuram nosso pensamento teórico ou nossas práticas em Ciência da Informação, mas interferem, de modo inseparável, na nossa vida cotidiana.

A desclassificação contribui justamente para pensar o mundo sem as restrições da lógica convencional, daí, por exemplo, o seu interesse por impugná-la e recuperar o valor da retórica e da contradição.

Depois da catástrofe nuclear de Chernobil, em 1986, o então presidente soviético Mikhail Gorbachev – obrigado pela Perestroika – sentenciou: “devemos deter o progresso”. (La Batalla De Chernóbil, 2006). Frente a essa declaração, desde nossa área de atuação, deveríamos fazer-nos duas perguntas imediatas: 1) existe alguma especialização profissional ou acadêmica mais consciente e relacionada aos assuntos da classificação que a Ciência da Informação? 2) que relação existe entre a lógica da classificação e um determinado tipo de conhecimento construído por e para essa forma de avançar rumo ao progresso?

Todos nós contribuímos para desenvolver e expandir as razões destinadas pela lógica dicotômica (mediante oposições), hierárquica (subordinações) e metonímica (partições). Talvez praticar pensamentos não contrários, mas alternativos como o desclassificado, não seja apenas um privilégio particular nosso, porém seria a nossa principal responsabilidade. Nesse caso, enfrentamos um debate urgente: esclarecer a orientação de certas teorias e práticas de classificação em relação aos modos não desejáveis de progresso para reconduzi-lo (em termos pós-coloniais) não a um “outro progresso”, mas a um “progresso-outro”, no que afeta particularmente o mundo simbólico. Além de averiguar, desde uma posição reflexiva e auto-

crítica, o que podemos fazer pela emancipação de nossos cidadãos classificados (eles, também, classificadores)?

Particularmente, penso que nosso campo deveria renunciar a sua aparente neutralidade e objetivismo para adotar explicitamente posições de compromisso político, ecológico, social, cosmopolita e pós-nacional, porque, extrapolando o ditado de Martín Barbero (1999), “[...] nos estudos sobre a informação, deve-se decidir de qual lado estamos” (e em desclassificação, em minha opinião, esse lado é o do livre-pensamento).

Um dos mecanismos que, de forma crescente, infiltra o ato classificatório é a regulação. Naturalmente, algumas normas são necessárias, como beber ou comer, mas a super-regulação tal como a superalimentação, produz sérios danos. Um mundo hiper-nômico como sucedido nas sociedades ocidentais, não tem condições para ser um mundo livre.

A burocracia, porém, entra na “normalidade” da nossa lógica. É uma racionalização em prol da eficiência autocomplacente. Na Espanha, por exemplo, existem atualmente mais de 150.000 normas oficiais, sem contar as das empresas, universidades, revistas, congressos etc. Todos nós temos que obedecer a regras a todo momento. Não existe atividade que não seja regulamentada ou sancionada. A burocracia é a ideologia da regulação. Uma ideologia sem ideologia, portanto, transversal e aparentemente neutra foi tão útil para a Alemanha nazista quanto para a União Soviética, tanto para organizações internacionais quanto para o capitalismo e para as academias globais. A burocracia é regular e regular é classificar. Que limite burocrático seria tolerável para a Ciência da Informação?

Ao extirpar a complexidade humana da produção do conhecimento e livrar-se da Inquisição, o próprio Descartes legou a dúvida (da qual não duvidou, segundo Vilém Flusser (2011)) a todas as gerações futuras de pesquisadores, condenando-as a uma verdade única, à objetividade, à medição, à erradicação de ideologia, emoções e impulsos. Justamente essas mutilações do psiquismo convertem o trabalho com taxonomias em taxidermia, classes e categorias são encerradas em sarcófagos conceituais;

o livre-pensamento submete-se diante de indicadores não neutros como qualidade, impacto e eficiência, assim a pluralidade de mundos simbólicos extingue-se.

Depois de trabalhar quatro décadas desenvolvendo projetos classificatórios sob os ditames do paradigma tecnodigital, o excesso de rigor e a definição que conduz à endogamia conceitual fizeram-me, aos poucos, desconfiar de noções inquestionáveis, automatismos invisíveis, preconceitos e aproximar-me das contradições, das ambiguidades e de outros recursos proscritos pela lógica hegemônica. A partir desse mal-estar freudiano, usado como gatilho emprestado ao pensamento complexo, foi relativamente fácil dar o salto pós-epistemológico ao vazio sedutor, ainda que mais terreno, da desclassificação.

Uma tarefa prioritária foi pensar-me pensando e repensando toda a minha relação, com o meu objeto de estudo, no indissociável quadro conceitual da cultura, da linguagem, da identidade, da memória, do imaginário, da experiência, da racionalidade e da tecnologia, isto é, o mundo desde uma perspectiva desclassificada, então, um dos meus primeiros objetivos consistiu em resgatar várias ferramentas gerais que convidam ao “pluralismo lógico”: 1) a autocrítica: não pode haver ética crítica sem autocrítica prévia e incondicional; 2) o retorno do político ao pensamento; e 3) a reabilitação de recursos banidos pela epistemologia, especialmente a contradição.

Uma possível forma de investigar a desclassificação é localizar e aprender com a diferença cultural que ainda não se tornou um simulacro para os turistas (como o caso da etnia Mursi) Determinadas culturas ainda têm cosmovisões que devemos estudar sem intervir, para “redirecionar” nossa própria decadência, em vez de continuar a exportá-la.

São cosmovisões distantes e às vezes intraduzíveis em termos da racionalidade ocidental. No entanto, da intraduzibilidade, do contraste e do contato emocional, também se extraem materiais altamente valiosos para o projeto desclassificador. Neste texto, centro minha curiosidade sobre uma

cultura maia, durante um período de licença profissional que passei no México, em 2016 (porém, no Brasil também há um tesouro gnoseológico incalculável para conhecer, sem interferir em sua própria evolução).

Para pensar de maneira desclassificada, é preciso suspender os fundamentos do que poderíamos chamar de “episteme trinitária”, isto é, três hipóteses que determinam o pensamento classificado (aprofundadas em trabalhos recentes do autor):

1. suspensão da supremacia da razão consistente, produto de um certo saber hegemônico que tem, afinal, como todo poder, inúmeras rotas de fuga. Trata-se de operar com uma racionalidade imperfeita (como Ulisses (Elster, 1989)) e com uma razão que se tem consciência que é fraca.
2. suspensão da concepção de uma realidade dizível e controlável, reconfigurando o papel contraditório de categorias e conceitos fechados, os quais tentam capturá-la quando, na verdade, as mediações e os metaconceitos distanciam-nos cada vez mais dela.
3. suspensão da verdade, eliminando-a como hipótese dos horizontes desclassificados e relegando-a a um quadro real de vieses, autoenganos e contradições. A verdade só poderia ser verdadeira se tivesse a possibilidade de ser refutada para converter-se em erro ou falsidade.

2 PRISIONEIRO DA CLASSIFICAÇÃO E FUGA DESCLASSIFICADA

Embora muitos nunca saberão, e uma minoria despótica os priva de recursos metacognitivos para livrar-se dela, somos prisioneiros de uma classificação adquirida que nos submeteu e submete durante nossa vida. Prisioneiros de lugares, tempos, identidades e tradições, denominações, agendas, alarmes, indicadores, tecnologias e de muitos outros hábitos e objetos. Por exemplo, a maioria afirma, seleciona, decide, julga, discrimina

e classifica a partir de uma concepção de fronteira nacional, de um genético implacável, ou ainda, a partir de uma arrogância qualquer: racial, patriarcal, de classe, e de uma elitização sutil constante e inconsciente. Isso tudo é incompatível com a autêntica racionalidade reivindicada e muito próxima de atos conscientes ou inconscientes de totalitarismo. O problema não é a racionalidade imperfeita, mas a falta de reconhecimento de uma (felizmente) imperfeição absoluta.

Reproduzimos uma classificação organizada na lógica totalista e, portanto, totalitária, que é disseminada por todas as instituições sociais e nós mesmos impomos ao nosso meio através de uma intersubjetividade acrítica. De um ponto de vista paraconsistente, somos prisioneiros de todas essas instâncias citadas, contudo, ao mesmo tempo, não somos, porque não guardamos uma relação direta, física e epidérmica com elas, mas com o conjunto classificado de suas representações.

Consequentemente, seriam os efeitos das relações e subordinações produzidas pelos conceitos, pelos símbolos, pelos discursos e pelas mediações, ou seja, por sua classificação de fato, mais do que simples objetos que, em si mesmos - ou desprovidos de uma espécie de “gancho hipnótico” - seriam insossos, indiferentes ou inofensivos para outros olhos - o que realmente diz respeito a estratégias desclassificadas. Esse “gancho hipnótico” ocorre em cérebros dotados pela evolução de uma capacidade conceitual e simbólica tão elevada, que pode ser confundida com lucidez.

Somos classificados e treinados pela civilização para classificar, em seu interesse exclusivo, qualquer artefato, indivíduo, comportamento, mundo conhecido ou imaginário, presente, passado ou futuro, macro ou micro, material ou imaterial. Mas a classificação, seja qual for seu motor inicial, não vem da realidade, mas de um poderoso impulso simbólico ávido de colonização conceitual, categorização, controle e hierarquia que se instala no espaço das representações, mas com efeito em todos os outros espaços. Assim, a representação é um objetivo das estratégias paralógicas e retóricas com as quais opera a desclassificação.

Incorporamos de forma submissa os milhares de sinais de prescrição e proscricção, mitológicos ou racionais, que se sobrepõem e se acumulam secularmente e que o poder simbólico ali os colocou sem nunca ter sido superados suficientemente em nenhum processo revolucionário (Holloway, 2002).

Nosso sistema hiper-regulado, entretanto, não entrega mais seu “óstracon” a ninguém. Ao contrário, readaptou e suavizou suas técnicas de adesão totalitária, substituindo a vassalagem obrigatória pela dependência ou fidelização (ou seja, escravização) que anula ou perverte a autocrítica. De fato, somos viciados em classificação. Somos os únicos seres conhecidos, viciados em vícios.

Vivemos confinados em ambientes conceituais, sem paredes nem portas, dos quais, como no filme “El Ángel exterminador”, de Luis Buñuel (1962), não sabemos ou não ousamos sair. Como repetia H. Maturana (1997): “[...] o problema é que não vemos que não vemos”. E justamente o que não vemos é a força gravitacional da classificação que nos insta à permanência – contraditória - em um ambiente de formas instáveis e voláteis, que só podemos assumir sob o efeito de dissonância cerebral, em relação ao processo de reflexividade e flutuação orbital, ao que somos convidados pela desclassificação.

Desclassificar não se opõe a classificar. O oposto de classificar é não classificar. A desclassificação implica reclassificação. Nesse sentido, não rejeita hierarquias ou dicotomias, mas simplesmente as considera e as utiliza como formas não preferenciais de organização, restituindo, em troca, recursos negados como contradição, alteridade, polissemia ou um conjunto de estratégias paralógicas (que não poderei desenvolver aqui) em busca do ideal do livre-pensamento.

Os conceitos e as normas que adquirimos desde a infância são recursos classificados que veiculam não apenas significados ou regras, mas também uma “ordem” hierárquica que também é “uma ordem”; organização e mandato seriam sinônimos simples no que diz respeito à classificação.

Contraímos um compromisso de obediência, em relação ao que está instituído, muito antes de saber falar. As estratégias de desclassificação mais rudimentares consistiriam em forçar subjetividades, identidades, autorreferências, conceitos, dicotomias, hierarquias, associações e outros automatismos aos seus limites, dentro dos quais os dogmas e paradigmas erigem seus impérios, como espelhos de suas próprias contradições inerentes.

Diante da difamação secular da epistemologia, a contradição seria sempre o poderoso recurso hermenêutico para desclassificação, e não uma adversária irritante ou evitável, como geralmente é considerada. Meu fascínio diário, de fato, reside em contemplar como nós, seres racionais, acreditamos avançar, com absoluta normalidade e consistência, entre paradoxos inexplicáveis.

Mesmo os conceitos que sustentam o horizonte inalienável da desclassificação, como liberdade ou democracia, também são portadores de frutíferas contradições: o filósofo Jesús Mosterín (2008) demonstrou, por exemplo, que a democracia é contraditória, pois os ditames da maioria prevalecem sobre os desejos e as liberdades de minorias. Claro, é exatamente nisso que consiste a democracia! Sustentariam muitos de nós à primeira vista.

É verdade, mas estamos diante de um sério paradoxo democrático. Por exemplo: há alguns anos, na Croácia (já membro da UE), a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi consultada em referendo. Essa proposta foi “democraticamente” derrotada. Uma esmagadora maioria católica croata impôs sua proibição aos direitos e a liberdades da minoria homossexual do país. Seria como a maioria proibir alguém de ser preto ou branco, se me permitem um exemplo banal. Isto é, uma democracia que exala a lógica do *apartheid*.

Por outro lado, os processos de emancipação, como a desclassificação, começam como um mal-estar, mas as demandas geralmente são setoriais: o feminismo luta pela emancipação das mulheres, o marxismo dos proletários, o abolicionismo pelos escravos, o movimento LGTBI pelos

sexualmente marginalizados, a laicismo pelo Estado laico e os teísmos pelos crentes. Tais mobilizações representam um interessante avanço desclassificador, mas de ordem parcial: quem reivindicaria o fim geral da opressão sem pensar em um grupo específico? Qualquer reivindicação setorial deve ser pensada no marco de uma desclassificação cuja intenção será emancipar-nos da lógica geral que impulsiona a dominação em todos os setores.

Atacando o núcleo central do problema, inúmeras emancipações parciais seriam obtidas sem o desgaste de múltiplas lutas descoordenadas e particulares. Pensar em um único grupo para sua libertação exclusiva pode estar ocultando inadvertidamente velhas práticas classificatórias.

Trata-se, portanto, de reinventar estratégias autocríticas, descolonizadoras, flexíveis, plurais, revisáveis, ou seja, desclassificadas. Tal possibilidade, muitas vezes, vem-nos da localização de recursos em culturas que a cultura ocidental ignora ou considera subalternas.

3 A CULTURA DE XET'AN

O episódio que vou contar-lhes deve-se a uma expedição pessoal à cosmovisão maia Tojolabal quando encontrei, por acaso, um rico material pré-epistemológico, o xet'an.

Não é um tipo de mineral, mas uma noção da cultura tojolabal sobre a qual apliquei o conselho que G. Steiner lançou no *Castelo do Barba Azul* (1991), quando propôs, à nossa autodestrutiva e decadente pós-cultura, “[...] aprender com as culturas originárias, desidealizando-as”.

Complementando outros estudos realizados anteriormente, sem qualquer espírito etnográfico, porém sempre seguindo o rastro do pluralismo lógico, nas savanas a sul do Orinoco, em 2006, em comunidades berberes, enterradas nos *foum* marroquinos (2009-2013) e particularmente, em 2016, numa estadia no Mayab mexicano (para estudar o impacto dos dispositivos digitais em sua cosmovisão (García Gutiérrez, 2016), fui

atraído pela poderosa “diferença” que o povo Tzotzil encarnava e, muito especialmente, pela lógica do mundo tojolabal.

Vou concentrar-me apenas em um detalhe, aparentemente menor dessa cultura, a noção de xet’an, isto é, “pedaço”, a tradução mais próxima do nosso conceito de “parte”. É uma palavra simples que incorpora e projeta toda a sua cosmovisão e que, como veremos, ajuda-nos a questionar os fundamentos de nossas formas de nos relacionarmos com o mundo. Começarei contextualizando essa cultura, baseando-me na excelente etnografia de Lenkersdorf (1996, 2002).

O grupo étnico Tojolabal é formado por cerca de 55.000 pessoas espalhadas ao sul de Chiapas, no México, originárias da Guatemala. A preservação de sua cultura foi objeto de atenção especial para o movimento zapatista, cujos líderes são muitos da etnia tojolabal.

O antropólogo alemão C. Lenkersdorf permaneceu em Chiapas por mais de 20 anos, trabalhando com uma comunidade “nosótrica”² Tojolabal. Na língua ergativa tojolabal (uma das 42 línguas maias vivas) não há sequer um pronome pessoal equivalente literal ao “eu” individualista ocidental. Lenkersdorf (2002, p. 4) adverte: “[...] a importância do nós exclui a ênfase no indivíduo, em particular no ego (...). Os nós absorvem o indivíduo e exige a sua incorporação ao grupo “nosótrico”. O conhecimento de cada assunto seria o resultado de uma projeção comunitária, (sic) da e para a comunidade”.

Enquanto a tradição ocidental patrocinava o ser e a unidade, protegidos por princípios lógicos e dicotômicos; em outras visões de mundo, o significado reside em diferentes parâmetros, como o coletivo e a continuidade. Lenkersdorf (2002, p. 36-37) diz:

² A tradução aproximada de “nosótrica”, neologismo usado por Lenkersdorf que deriva da primeira pessoa do plural em espanhol, “nosotros”, seria em português “noscêntrica”. Observa-se que em espanhol “nosótrica” é um neologismo complicado, mas não equivale à empatia ou solidariedade em relação a um “outro” distinto que realmente não é considerado no sentido tojolabal, mas seria uma mente comunitária ou coletiva que não divide os indivíduos nem os separa das coisas. Contudo, o adjetivo “nosótrico” não é tojolabal mas uma categoria ocidental para descrever sua cultura. Assim, seria conveniente compreender como “noscêntrica” ou “nossificada”, se é possível adaptar ao português, evitando a aceção “alocêntrico” que significa oposto a “egocêntrico”.

[...] filosofar em um código Tojolabal (sic) [que] está estruturado de acordo com os princípios organizacionais da pluralidade, diversidade e complementaridade (...). Nas relações sociais ninguém tenta destacar-se dos demais, em vez disso, busca-se a melhor maneira de ser útil aos outros. Daí os julgamentos negativos: *jel niwan wa xya'a sb'aj* (ele se faz muito grande) ou *jel stoyo sb'aj* (ele se mostra muito). Uma sabedoria que leva à complementaridade e vice-versa.

Como evidenciado, essa cultura milenar poderia não apenas se correlacionar ou mesmo inspirar o pensamento complexo, o pluralismo lógico, a teoria pós-colonial ou a própria desclassificação, mas também colaborar com valiosas contribuições autocríticas para “nosso” enlouquecido, burocrático, individualista e hiper-classificado mundo, sem prejudicar os avanços sociais ou o pensamento crítico que tornaram possível o melhor da tradição ocidental.

Assim como seria muito difícil para o nosso individualismo pensar “nosotricamente”, ou interagir dialogicamente com os animais, os objetos e a natureza, atribuindo-lhes o mesmo valor existencial. Contudo, os Tojolabals o fazem cotidianamente enquanto um grupo indivisível ao qual pertencem desde o nascimento. Toda a comunidade lida, por exemplo, com recém-nascidos, e o sujeito isolado é considerado um pedaço do coletivo, um fragmento sem sentido.

A invocação permanente do nós “tik” permeia todos os aspectos da vida tojolabal: educação, organização social, propriedade, produção, moradia, relacionamentos ou justiça. Se, por exemplo, um jovem tojolabal rouba uma vaca em uma aldeia próxima, não haveria uma punição pessoal imposta ao culpado, muito menos a prisão, pois a justiça “nosótrica” não é punitiva, e medidas corretivas e de reinserção seriam tomadas para que o ladrão fosse reabilitado o mais rápido possível e continuasse contribuindo com a comunidade.

Sobre este episódio, Lenkersdorf (2006) nos esclarece: “em espanhol [ou em português] dizemos, por exemplo, ‘um de nós cometeu um crime’.

Em Tojolabal seria dito: ‘um de nós cometemos um crime’”. Como pode ser visto, não é apenas uma questão gramatical, mas também uma diferença epistêmica.

Práticas comuns de nossa lógica acadêmica não fariam sentido na vida tojolabal. Vamos ilustrar o aspecto educacional com uma cena etnográfica final.

Em uma ocasião, um grupo de jovens tojolabals pediu ao próprio Carlos Lenkersdorf (2006) que fizesse a experiência de um exame, pois sabiam que era comum nas escolas e universidades mexicanas. Após um primeiro momento de perplexidade, Carlos concordou. Ele distribuiu papel, ditou uma pergunta e marcou um horário. Imediatamente, os Tojolabals fizeram um alvoroço enquanto debatiam e gritavam e, depois de alguns minutos, apresentaram uma solução. Quando Lenkersdorf comentou que eles realmente não fizeram um exame, pois nele não se pode falar e são feitos individualmente para que o professor possa dar nota, assim os jovens ficaram surpresos por ele já saber a solução de antemão, somado ao fato de estarem separados, porque se sabe que várias cabeças pensam melhor do que uma (Lenkersdorf, 2006).

A partir dessa lógica, é absurdo - e na minha opinião, na nossa lógica também - promover a qualificação individual, o micromérito ou o absurdo da publicação constante e competitiva que plataformas insaciáveis como JCR, SCOPUS ou Lattes exigem, resultando em conhecimento repetitivo e saturado mais do que inovador. São anomalias da normalidade.

Uma vez contextualizada a cosmovisão tojolabal, voltemos à pequena descoberta que motivou este texto, a peculiar concepção todo/parte vigente naquela cultura e a impossibilidade de dela derivar uma infinidade de dicotomias e hierarquias.

No monumental dicionário espanhol/tojolabal, de quase 2.000 páginas - compilado pelo próprio Lenkersdorf (2010a, 2010b) - encontramos a tradução de *xet'an*: pedaço (em português). O lexema *xe-* configura todo um campo semântico que nos convida a pensar as partes como pedaços.

Cada parte é entendida como um componente de um todo. O pedaço/xet'an, por outro lado, é a parte de um todo destruído, estilhaçado, como os fragmentos de cerâmica ou vidro caindo no chão. Das partes fazemos um todo, contudo o todo não é feito de pedaços, porque está quebrado.

Para verificar os usos do sentido casual, espontâneo, natural de xet'an em relação à noção de parte, mostrarei brevemente a semântica de vários verbetes tojolabais que constituem um grupo filtrado por sua cosmovisão (traduzida para o português): Pedaço de vidro: xet'an. Lágrima: xet. Dilacerado: xet'an. Sua propriedade foi dividida: Kan xet'an ja spinka'i. Destruir, dividir, fragmentar: xet'a. Dentada (faca): xet'i. Migalha: xetila. Partícula: xe'n k'umal. Partido: xet'a. Pernas abertas: xet'a wawoki. Peça: xe'n. Retalho: kan xet'an. Quebrar: xet'a. Setor, segmento, trecho: xet'an. Desmembrar, picar: xet'a. Passada larga: niwan xete.

Como se observa, a palavra parte é um significado elementar no campo semântico coberto por xet'an: pedaço, rasgo, fração, migalha... A palavra “parte” será usada apenas devido às exigências da lógica e das leis coloniais de divisão e de distribuição da terra. Isso sugere, também sob a cosmovisão “nosótrica”, que os Tojolabal só veem pedaços onde nós vemos partes, que eles consideram fraturados e quebrados, o que nós consideramos divididos racional e assepticamente. A questão, então, seria: que o todo, o mundo, a explicação, a verdade universal e a classificação podem ser sustentados por rompimentos e pedaços tomados como partes, ainda que sejamos seduzidos por suas belas simetrias e suas perfeitas linhas divisórias?

Como o conceito de parte não é usado na língua tojolabal, também não seria possível conhecer o todo analisando as partes. O todo não pode ser classificado em partes, nem o todo pode ser pensado a partir de partes que são entendidas apenas como pedaços. Sua abordagem é holística, abrangente e não analítica, disjuntiva ou fragmentária. Essas são também propostas de complexidade.

Por que, então, normalmente vemos/quebramos partes onde talvez haja apenas pedaços? Provavelmente por uma razão analítica, regida pela “pulsão simbólica” que alcançou evidentes conquistas parciais e provisórias em todas as ordens de conhecimento. Por meio de uma epistemologia baseada em tecnologias de ponta, em técnicas sofisticadas de lavagem e purificação nocional na invenção de conceitos apenas autorizados pelo essencialismo.

Assim, a razão particionista usa seu mecanismo peculiar de coerência, consistência e fechamento de explicações, argumentos, modelos e teorias, apesar das óbvias lacunas e abismos inter-conceituais entre peças hostis e desconexas, apenas manipuláveis porque foram travestidas em conceitos harmônicos e submissos por um preciso bisturi. Graças a essa mediação conceitual é possível perceber o mundo como pedaços que chamamos de partes e a construção como peças maiores ou superiores chamadas de todos. Nossa ousadia epistemológica é ilimitada. Vivemos alheios às ricas reservas de diferença simbólica invisibilizadas pela classificação.

A influência que um modesto verbete tojolabal, xet’an tem na desclassificação é decisiva: esses pedaços imutáveis das instâncias que nos constituem não são dados, nem são únicos, naturais ou permanentes. A maioria deles representa coisas que nunca poderiam ter um nome e que só podem ser conservados em cofres, nos quais uma ordem introduzida por nós somente seria possível na aparência ou no simulacro.

Em nossa lógica, a parte implica fração, simetria, organização, estabilidade, equidistância, elegância e previsibilidade, conforme a conveniência do corpo subordinado. O pedaço, porém, é irregular, instável, imprevisível, desproporcional, anárquico, dissonante, selvagem, chato, feio. Antropólogos ocidentais, militares e padres, partes uniformizadas e legitimadas de uma sociedade ordenada e triunfante, reconfiguraram os pedaços dos subalternos através do cânone colonial. A descrição e a classificação de raças e culturas, vivas ou extintas, são outras obras-primas de taxonomia grotesca.

O fato de as partes nunca poderem ser representações naturais ou plurais, mas dispositivos de um certo logicismo, sugere várias conclusões provisórias:

1. A representatividade das partes é escassa, nula ou falsa assim que saímos da lógica gravitacional de um sistema nocional.
2. Descrever o mundo em partes harmônicas distancia-nos muito mais dele do que considerar as redescrições pensando em pedaços toscos.
3. Assim que nos dividimos em partes e classes, abrem-se processos de sutura, hibridização e transgênero, ou seja, a anulação imediata da disjunção dado o princípio evolutivo do acoplamento estrutural (Maturana; Varela, 1997).
4. Falamos do todo apenas porque falamos das partes. A desclassificação opera fora do princípio da não-contradição, de modo que - como veremos - os todos também são não-todos, ou seja, são partes, instâncias subordinantes e ao mesmo tempo subordinadas.

Assim, para o desclassificador autocrítico, são urgentes duas operações metacognitivas: por um lado, uma demolição ontológica que elimina as fronteiras entre conceitos, entre saberes, entre seres e grupos humanos e, por outro, uma subversão epistemológica que abra nossa arquitetura rígida a processos de troca e fuga no quadro de uma “lógica (e um prazer) da diferença”. Vejamos brevemente, agora, alguns fragmentos comuns:

a) O espaço em pedaços:

Conhecemos o espaço, por exemplo, por sua divisão em países, estados, regiões, cidades, bairros, desmembramentos protegidos pelo que poderíamos chamar de “eficiência disruptiva do gentílico”. A lógica ancestral da divisão e distribuição do espaço, de acordo com cada “normalidade”

cultural, foi reclassificada pela “normalidade” da geopolítica, e sua gestão de povos e o capitalismo global.

As fronteiras - e não sabemos pensar sem elas - foram sempre fruto da violência, da distribuição ou da ambição racionalizada com efeitos diretos nas emoções e nas identidades.

O primeiro efeito notável da territorialidade é a dicotomia xenófoba nós/eles. O objetivo da desclassificação, em relação às fronteiras, só poderia ser anular a agressividade cortante de seu gume.

A construção das nações hegemônicas modernas foi edificada sobre os escombros de milhares de culturas antigas. Muitas dessas culturas nos deixaram belas ruínas, mas, como afirma Marc Augé (2003), nossa civilização dificilmente deixará escombros (materiais e simbólicos).

A quantificação, a mensuração, a apropriação e a demarcação do espaço expropriado gradualmente tornaram-se operações racionais, protegidas, legalizadas e aceitas pelas sociedades por meio de “geossímbolos”.

Os “geossímbolos” naturais (como vulcões, rios, lagos) foram gradualmente substituídos por geossímbolos culturais, religiosos e nacionais (castelos, pontes, templos). A partir do século XX, os geossímbolos culturais começaram a sobrepor-se aos símbolos comerciais, que chamaremos de “mercassímbolos” (por exemplo, as bandeiras e *outdoors* do McDonalds, Carrefour, Ford etc.), até a substituição prática do valor simbólico de um e de outro. “Mercassímbolos” que nos orientam (ou melhor, segundo Baitello, “nos ocidentam”) e são onipresentes nas novas armas imperiais: os dispositivos digitais.

b) O tempo em pedaços:

Não poderíamos descrever o sentido do tempo (que talvez seja a chave do próprio sentido) em termos de experiência desclassificada (pelo menos nosso “tempo livre”, o “ritmo interior”) em vez de entregá-lo aos desígnios de uma classificação numérica e global que o despedaça e o distorce? Talvez a maior intensidade de prazer possa representar a unidade

mínima de sentir o tempo e a maior intensidade de dor a sua unidade máxima, superando o mais preciso mecanismo de relógio. Espaço, parentesco, comunicação, proxêmica ou tecnologia sempre foram características fundamentais da diferença, contudo nada, tal como a lógica do tempo, dar-lhe-á tanto significado.

Cada cultura precisa de sua própria classificação de temporalidade (e é por isso que o tempo sempre foi usado como instrumento de subjugação e colonização). Geralmente desvinculado de antigas leituras mitológicas e inerente a costumes e visões de mundo, determina a compreensão de mundo dos sujeitos, a percepção da memória e das formas de esquecimento, a projeção de seus sonhos e expectativas, o sentimento de solidão, de paciência, de cada gesto íntimo do cotidiano, agora expropriado pela instantaneidade da transcultura digital.

Os grandes projetos civilizatórios, chineses, maias, astecas, judeus, hindus, islâmicos... e milhares de pequenos assentamentos culturais, erigiram pautas muito diferentes para expressar o tempo, embora acabassem rendendo-se ao calendário ocidental, como moeda global, assim como seus eletrodomésticos com temporizadores.

O passado, nosso ou alheio (como o espaço físico), foi classificado pelos historiadores do poder e recebeu denominações inequívocas que o fixam a uma ressemantização contemporânea (idade da pedra, final da idade média, pós-clássico, idade moderna, dia da vitória, guerra fria etc.). Boias e faróis de poder e muitas outras marcas temporárias, colocadas pela civilização hegemônica, não apenas classificam a totalidade do passado dos outros (de sua história), privando seus autênticos herdeiros de sua própria interpretação, mas também do passado lembrado (a memória viva) privando-o, assim, de plena liberdade de autonarração.

Além disso, como no caso do espaço, o tempo era simbolizado. Os “cronossímbolos” naturais (nascer e pôr-do-sol, meio-dia, marés e fases lunares, solstícios) foram gradualmente substituídos, e seus substitutos monumentalizados, por “cronossímbolos” culturais: aniversários, ono-

místicos, datas de eventos imperiais, nacionais ou locais, festividades e comemorações.

A simbolização temporária da cultura sofrerá, no entanto, ao longo do século XX, um impacto mercantilista semelhante ao espaço, fundindo-se com os mercassímbolos (promoções de inverno ou de verão, dia dos pais, dia das mães, de finados, dos namorados, da padroeira local, da bicicleta etc.).

A imposição de um único sentido global de tempo é o espartilho mais sutil e férreo que contamina a diversidade cultural. A crescente hiperdivisão da temporalidade, a paranoia sincronística, sua enfática hiper-visibility, não supõem nada mais do que a decomposição do sentido em um tempo coercitivo incompatível com a vida plena, sentido que a desclassificação libertaria do jugo cronográfico, introduzindo destempos, anacronias, arritmias, momentizações, periodizações, pelo menos na extensa temporalidade interior que não requer sincronia.

c) O mundo em pedaços:

Os despedaçamentos que delineamos no espaço e no tempo são fruto de uma certa forma de conceber o mundo que, recursivamente, elabora categorias para configurá-lo. Para não entrar na longa série de desmembramentos resultantes da separação de conceitos inseparáveis como conhecimento, língua, cultura, identidade, memória ou imaginário, convido a vocês a pensá-los como “o mundo”, uma categoria sintética dos conceitos que compõem o sentido.

Nosso modo de conhecer, por exemplo, é baseado em um sistema de classificação que se organiza fragmentando por meio de máquinas que desfiguram a natureza; instituições universitárias que separam e fragmentam competências; redes digitais que atomizam e dispersam a cultura em micropatrimônios; políticas que nos dividem em nativos, estrangeiros, migrantes legais ou ilegais; ideologias que inventam o outro enquanto perseguem a diferença; tira-linhas metropolitanas que determinaram a repartição histórica do planeta; invenção de um indivíduo exclusivo cujo modelo

nunca teve tantas fotocópias... Tudo nesta pequena lista indicativa e tudo o que podemos pensar, imaginar e sonhar (e até a forma de fazê-los) é produto de uma forma única de elaborar e classificar o mundo que não tolera alternativas.

O conhecimento hiperespecializado só avança para dentro, afastando-se de outros conhecimentos especializados (facilitados pelas paredes de concreto das faculdades e laboratórios) e espalha-se em seus próprios congressos, revistas e clubes de interessados. O desinteresse e a indiferença por outros campos, e não apenas aqueles considerados distantes, mas muitos relacionados, aumenta-se se trata de outras formas de pensar e criar conhecimento, julgando subalterno e desacreditado o conhecimento que brota fora dos jardins da academia, embora seus benefícios tenham sido comprovados por séculos.

A civilização de números substitui o sentido espontâneo e íntimo da cultura. Smartphones e muitos outros dispositivos contabilizam percepções, intuições e emoções difusas, anulando-as ao transformá-las em dados: número de calorias, batimento cardíaco, frequência de pulsações, ondas cerebrais, passos dados por quilômetros percorridos, tempo, número de fotos ou mensagens, graus de temperatura, relatório sobre o humor, contribuindo para uma autopercepção, que já é pós-humana.

Medição somática, textual, espacial, etc. reforça-se pela quantificação incessante do nosso ambiente: taxa de desemprego, número de imigrantes, vítimas, turistas, carros por minuto, preços, índice da bolsa e taxa de câmbio, dos quais somos avisados constantemente, tuits, sms, alarmes e alertas recebidos 24 horas por dia, através de dispositivos digitais, que logo serão anexados ou enxertados usando microchips e *wearables*.

Como um anatomista, que despedaça com precisão os corpos (cabeça, braços, coração etc.), nós, sujeitos, dividimos o mundo através de uma linguagem (categorias e conceitos fechados) em crescente conversão digital e numérica. Mas como dividir ou contar os neurônios, a pele, o riso, o

medo, a esperança? Como separar o contável do incontável, o material do imaterial, senão rasgando-o pelas mãos de uma razão suprema abstrusa?

Além de ter explicitado e confinado o mundo em um sistema de noções fechadas e numeradas, o pensamento o organiza e o reproduz em torno de “noossímbolos”. Um sistema unificador de indicadores fornecidos pela cultura, língua ou conhecimento, operando de forma colaborativa com geos e “cronossímbolos”.

Assim, uma infinidade de “noossímbolos” como provérbios, ditos, canções, léxicos, clichês e estereótipos, analogias, mitos e todo um exército de tópoi, lugares-comuns e automatismos, espream em lugares estratégicos de pensamento ou comunicação, controlando o sistema sob uma classificação mais simples ao invés do mais global. Até mesmo um alfabeto de *emoticons* amarelos e simpáticos contribui para a colonização massiva de emoções.

E agora, cinco conclusões e uma exortação:

Apesar do exposto, o pensamento metonímico, dicotômico e classificado funciona e é bem-sucedido (como o capitalismo selvagem). Evidentemente, uma vitória determinada pelos indicadores nunca neutros da epistemocracia. Os argumentos acima nos permitem fazer várias sugestões:

1. Podemos projetar construções materiais ou simbólicas (como uma classificação, por exemplo) por meio de estratégias de particionamento ou classificação, mas com elas acessaremos apenas um mundo endogâmico, ditado por um cânone redutor que predestina qualquer processo inferencial.
2. O pensamento totalitário procede de partes imutáveis subordinadas a todos imutáveis, na imutável lógica profunda de uma hierarquia. Uma classificação que não aceite sua inerente contradição levaria ao conhecimento involutivo, para perdermos no desconhecimento.

3. A desclassificação propõe-se a pensar, em virtude da estratégia de extensão ontológica, em “todos que são sempre também partes” e em “partes que sempre também são todos”, ou seja, pensar na provisoriedade, arbitrariedade, revisibilidade, contradição, promiscuidade e incoerência de conceitos e categorias que são, ao mesmo tempo, imutáveis, inequívocos, leais, consistentes e coerentes.
4. O todo só existe na mente, porque é elaborado por uma lógica baseada em partes. Sem lógica partitiva não haveria nem o todo nem a necessidade do todo. Sem essa necessidade, a lógica hierárquica e dicotômica seria marginalizada como eixo organizador do pensamento. Através do controle metacognitivo das matrizes dicotômicas todo/partes, geral/particular, o número de dicotomias secundárias e automáticas seria reduzido fractalmente e, portanto, sua centralidade na construção do conhecimento.
5. Em mais ocasiões do que imaginamos, uma explicação só pode ser formulada como questão e, em muitas outras, apenas como contradição.

A frase perturbadora e extrema de Gorbachev, “parar o progresso” nos convida a repensar nossos papéis pessoais e profissionais no mundo contemporâneo (La Batalla De Chernóbil, 2006). Não vamos restringir a ameaça do progresso à energia nuclear, como o líder soviético, mas vamos estender as restrições – como fez Walter Benjamin (1989) – a qualquer modalidade de progresso que promova o extermínio da diferença.

Seja qual for sua origem, lucro ou planejamento, é um retrocesso: melhorar para piorar. Progresso, então, seria um conceito altamente contraditório (podemos ser e não ser progressistas ao mesmo tempo), o que exige desclassificação urgente.

Foi-se o tempo de crescer, de expandir, de competir, de explorar, de ocupar, de expropriar, de subjugar, pelo menos no sentido colonizador que se costuma atribuir a esses conceitos. Estamos diante do dilema: ou nos leva a uma lenta destruição simbólica da diferença, a qual a extinção cultural já se encontra em um ponto irreversível, ou a projetar e vivenciar mundos mais sensíveis e diversos vinculados a um certo campo semântico que abre o prefixo inicialmente negativo des- (des-, dis-): desfazer, diminuir, descentralizar, desconstruir, desapropriar, desburocratizar, desacelerar, distensionar, desobedecer, enfim, desclassificar.

Finalmente, a exortação: Já se foram os dias de atos de fé em processos revolucionários que terminaram em decepção, em ditaduras ou falsas democracias. Já não são tempos de revolução, mas de devolução.

Estamos diante do convite inevitável de um alarme que nos obriga a liquidar com a natureza, com os povos, com as culturas diluídas, a própria dívida do espólio material e simbólico acumulados por clãs e séculos de imparável substituição e pilhagem. É uma dívida injusta, como a do pecado original, cujo credor - desta vez terreno - já nos sujeita às duras consequências do não pagamento. E aqueles que nos sucedem devem permanecer exonerados desta.

A simples e a modesta noção tojolabal de xet'an, pedaço, forjada em uma cultura antiga "nosótrica", ajuda-nos a repensar a classificação inventada e exportada pela nossa implacável civilização, uma forma de pensar e de saber concebido a partir de uma lógica supremacista, disjuntiva, patriarcal, gananciosa, neocolonial e racista. A mesma velha lógica reinventada e agora apoiada pelas tecnologias digitais, para difundir o totalitarismo, o abuso, a destruição e, no lugar da diferença, a indiferença. A desclassificação pode ajudar bastante a evitar o imenso naufrágio.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **El tiempo en ruinas**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Discursos interrumpidos I**. Buenos Aires: Taurus, 1989.
- BOHR, Niels. **La teoría atómica y la descripción de la naturaleza**. Madrid: Alianza, 1988.
- BUÑUEL, Luis. **El ángel exterminador**. México: Alatraste (film), 1962.
- ELSTER, Jon. **Ulises y las sirenas**. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad. México: FCE, 1989.
- FLUSSER, Vilém. **A dúvida**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Frentes digitales: totalitarismo tecnológico y transcultura**. Salamanca: Comunicación Social ed., 2016.
- HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. Barcelona: Viejo topo, 2002.
- LA BATALLA de Chernóbil. Direção: Thomas Johnson. Produção: Play Film. Reino Unido, 2006. Disponível em: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/otros-documentales/documaster-batalla-chernobil-1/3581518/> . Acesso em: 9 ago. 2023.(Documentário exibido por RTVE, 22 de abril de 2016.)
- LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos**. México: Siglo XXI, 1996.
- LENKERSDORF, Carlos. **Filosofar en clave tojolabal**. México: Porrúa, 2002.
- LENKERSDORF, Carlos. Aspectos de educación desde la perspectiva maya-tojolabal. **Reencuentro**, Coyoacán, v. 33, p. 66-74, Nov. 2006.
- LENKERSDORF, Carlos. **Diccionario español-tojolabal-2**. 3. ed. México: Plaza y Valdés, 2010a.
- LENKERSDORF, Carlos. **Diccionario tojolabal-español-1**. 3. ed. México: Plaza y Valdés, 2010b.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. Las transformaciones del mapa cultural. Una visión desde América Latina. **Ámbitos**, Sevilla, v. 2, n. 2, p. 7-22, 1999.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **El árbol del conocimiento**. Barcelona: Debate, 1997.
- MOSTERIN, Jesús. **La naturaleza humana**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- STEINER, George. **En el castillo de Barba Azul: aproximación a un nuevo concepto de cultura**. Barcelona: Gedisa, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AUGÉ, Marc. **Los no lugares, espacios del anonimato:** antropología sobre modernidad. Barcelona: Gedisa, 1993.
- COE, Michael D. **Los mayas. Incógnitas y realidades.** México: Diana, 1989.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Desclasificados. Pluralismo lógico y violencia de la clasificación.** Barcelona: Anthropos, 2007.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Outra memória é possível:** estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. Declassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, abr. 2011a.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Pensar en la transcultura.** Madrid, Plaza y Valdés, 2011b.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **Epistemología de la Documentación.** Barcelona: Stonberg, 2011c.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. Declassifying Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014a.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1-2, 2014b. DOI: 10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.02.p3. Acesso em: 10 jul. 2023.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, v. 8, n. 1-2, parte I: 19, parte II: 34, 2014c. DOI: 10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.03.p22
- KHATIBI, Abdelkebir. *Pensée-autre. Maghreb pluriel.* Paris: Denoël, 1983.
- MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya. Transculturation and the colonial difference: double translation. **Información y Comunicación I/C**, Sevilla, v. 4, p. 6-28, 2007.
- MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1996.
- MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática:** el peligro del consenso en la política contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. **La genealogía de la moral.** Madrid: Alianza, 1997.
- PEÑA, Lorenzo. Algunas aplicaciones filosóficas de lógicas multivalentes. **Theoria**, San Sebastian, v. 16-18, n. 7, p. 141-163, 1992.

PEREC, George. **Pensar-classificar**. Barcelona: Gedisa, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 11-43, 2008.

2

**APPROCHE HISTORIQUE ET
CRITIQUE DE L'ORGANISATION DES
CONNAISSANCES: DU SIÈCLE DES
LUMIÈRES À L'ÈRE DU NUMÉRIQUE**

*HISTORICAL AND CRITICAL
APPROACH TO KNOWLEDGE
ORGANIZATION: FROM THE
ENLIGHTENMENT TO THE
DIGITAL ERA*

*Widad Mustafa El HADI
Université de Lille SHS*

*Ismâïl TIMIMI
Université de Lille SHS*

Résumé: l'article que nous proposons traite des approches historiographiques et critiques des systèmes d'organisation des connaissances (SOC), notamment de la classification des savoirs. Ainsi, en menant cette étude, notre objectif est triple: retracer l'histoire des classifications documentaires dites "universelles" et mettre en évidence l'apport spécifique des auteurs français au champ de l'organisation des connaissances notamment celui des Encyclopédistes du Siècle des Lumières. Cette approche historiographique sera suivie par un examen critique des classifications et leur place à l'ère du numérique, et nous aborderons enfin les questions éthiques des SOC.

Mots-clés: organisation des connaissances (OC); systèmes d'organisation des connaissances (SOC); classifications automatiques; classification des savoirs; éthique de l'organisation des connaissances; Postmodernisme; Biais des SOC.

Abstract: this chapter deals with historiographical and critical approaches to knowledge organization systems, in particular to the classification of knowledge. Thus, our aim is threefold: to retrace the history of the so-called "universal" documentary classifications and to highlight the specific contribution of French authors to the field of knowledge organization, in particular that of the Encyclopaedists of the Age of Enlightenment. This historiographical approach is followed by a critical examination of classifications and their place in the digital age, and addressing the ethical issues of KOS.

Keywords: knowledge organization (KO); knowledge organization systems (KOS); automatic classifications; ethics of knowledge organization; postmodernism; bias in KOS.

1 INTRODUCTION

Le besoin croissant de disposer à tout moment de moyens d'accès aux savoirs et aux savoir-faire a suscité une série de techniques d'organisation des connaissances de plus en plus complexe dont la science de l'information reflète l'état le plus récent. Au cours du lent rapprochement entre science du livre et science du document qui a donné naissance à la science de l'information, plusieurs disciplines ont contribué à éclairer et à délimiter cet espace épistémologique par leurs concepts et leurs théories, notamment la logique, la linguistique, l'informatique et les sciences cognitives. Mais ce champ de la connaissance issu de besoins pratiques reste fondamentalement une science appliquée destinée à favoriser et à rationaliser les échanges de connaissances. La classification figure parmi les outils méthodologiques traditionnels importants de l'histoire des sciences et de la philosophie. Au sens documentaire, elle se définit comme l'organisation des connaissances en un système ordonné de classes et sous-classes, établissant des relations entre les notions selon leurs sujets (mise en relation entre thématiques des ouvrages). Les classifications permettent à la fois le regroupement intellectuel par sujets de notices (catalogue, bibliographies) et l'arrangement physique des documents. L'intérêt porté aux problématiques de l'organisation des connaissances s'est fortement accru face aux enjeux majeurs et stratégiques que le savoir représente à l'ère du numérique. Il a ouvert un champ d'activités autonome, d'étude et de recherche, au sein du vaste territoire couvert par les sciences de l'information.

Les outils d'organisation des connaissances résultent d'un discours qui implique un processus de classification d'objets ou de classes d'objets qui requiert le recours à la langue et à ses concepts. On peut distinguer trois approches : approche historique (regard sur les origines et l'évolution) ; approche conceptuelle et théorique (philosophie des sciences, philosophie de la connaissance) et une approche empirique (Identification des éléments constitutifs des SI, de sa mission, de ses liens avec d'autres disciplines), Hudon et Mustafa El Hadi (2013).

La définition la plus consensuelle de l'Organisation des Connaissances (désormais OC) est celle de Tennis (2008): "Domaine d'étude et de pratique qui s'intéresse à la conception, à l'examen et à la critique des processus d'organisation et de représentation de documents que la société juge utiles de préserver". L'OC se situe à la croisée de diverses disciplines (sciences de l'information, sciences du langage, sciences de l'informatique, sciences cognitives) et s'inscrit de manière forte dans les sciences de l'information. L'OC est liée à la question du partage des savoirs et à leur représentation. Les classifications bibliographiques ont été les premiers outils d'organisation thématique des ouvrages: les systèmes de classification (grandes classifications bibliographiques universelles), les encyclopédies, les listes d'autorité (RAMEAU, LCSH, MeSH...), les terminologies, les Thesaurus, les ontologies, les taxonomies.

Notre objectif dans cette contribution n'est pas de présenter de manière détaillée le contenu de la littérature portant sur le domaine de l'OC. Nous voudrions plutôt rappeler les grandes lignes en adoptant une approche historiographique et épistémologique tout en montrant l'actualité du champ en le retraçant depuis l'antiquité, le moyen âge, la renaissance, le siècle des lumières et jusqu'à l'apparition des classifications encyclopédiques dites "universelles". Soulignons au passage que la plus grande partie de cette contribution se base sur des articles co-écrits par Widad Mustafa El Hadi et Michèle Hudon, EBSI, Université de Montréal (Mustafa El Hadi; Hudon, 2010; Hudon; Mustafa El Hadi, 2017) mais également sur les actes de colloques ISKO-France¹ depuis sa fondation en 1996 et ceux de l'ISKO International² (1991-2020), ISKO Encyclopedia³, les travaux et séminaires de recherche de l'Axe 4 Geriico (Circulation de l'information et Organisation des connaissances) dont les deux auteurs de cette contribution sont membres. Ainsi, en menant cette étude, notre objectif est triple: a) retracer l'histoire des classifications documentaires dites "universelles" et de mettre en évidence l'apport spécifique des auteurs

¹ <http://www.isko-france.asso.fr>

² <https://www.isko.org>

³ <https://www.isko.org/cyclo>

français au champ de l'organisation des connaissances notamment celui des Encyclopédistes (les philosophes des lumières). Cette approche historiographique sera suivie d'un examen critique des classifications ayant entraîné des ruptures paradigmatiques successives; b) proposer une approche épistémologique, analytique et critique des classifications des savoir. Nous nous interrogeons à l'instar de Hjørland (2012) sur la place des classifications à l'ère du numérique et comment les classifications sont sorties des bibliothèques pour immerger dans le web (Ellis; Vasconcelos, 1999; Smiraglia 2013; Hudon; Mustafa El Hadi, 2017) et sur le cas des classifications à facettes de Ranganathan utilisées dans l'architecture des sites web commerciaux; c) aborder enfin les questions éthiques en analysant certaines décisions biaisées produites par les systèmes d'organisation des connaissances (classifications, autorités matières).

2 CENTRALITÉ DE L'OC

L'OC est un champ actif d'activités, d'étude et de recherche, au sein du vaste territoire couvert par les sciences de l'information. L'OC était d'abord une pratique professionnelle de description de documents et de collections dans des systèmes documentaires qui se sont voulus très tôt internationaux et donc multilingues. L'évolution technique (l'informatique, traitement automatisé de l'information, linguistique de corpus, les technologies Web, les statistiques textuelles) a conduit à une rationalisation de cette pratique. Elle a fait naître un domaine original mêlant bibliothéconomie, modèles de recherche d'information, linguistique, sciences cognitives et statistiques.

L'intérêt porté aux problématiques de l'OC s'est fortement accru face aux enjeux majeurs et stratégiques que le savoir représente à l'ère du numérique. Il a ouvert un champ d'activités autonome, d'étude et de recherche au sein des sciences de l'information.

Décrit comme un domaine d'étude et de pratique qui s'intéresse à la conception, à l'examen et à la critique des processus d'organisation et de

représentation des documents, ce champ couvre un ensemble de concepts, de méthodes et d'outils destinés à représenter et à organiser le savoir humain pour le conserver, l'utiliser et le partager. Il a pour rôle de produire un langage commun normalisé entre des documents et contenus divers dont le regroupement est nécessaire pour l'étude et la recherche. L'OC est donc un élément déterminant des infrastructures qui organisent l'accès à des documents hétérogènes (publications, images, sons). L'ensemble des moyens qu'elle se donne (classifications, langages documentaires, thesaurus, ontologies...) est l'équivalent pour les contenus de ce que sont les protocoles de communication entre les machines en réseau.

3 APPROCHES HISTORIQUES

Bien qu'il puisse s'actualiser sous plusieurs formes, le processus d'organisation suppose presque toujours une opération de classification. Celle-ci est certainement l'une des méthodes les plus raffinées de segmentation de la réalité, de mise en ordre et de production de cadres de référence utiles, tout processus d'analyse, de déduction, d'apprentissage et de mémorisation en fait usage. La classification est également inhérente au processus de définition, lequel consiste à déterminer à la fois ce qu'est une entité et ce qu'elle n'est pas; le but est d'organiser des entités en classes, de sorte que les entités semblables ou parentes soient regroupées et séparées des entités non semblables ou étrangères. La classe est donc un ensemble d'entités (objets physiques ou virtuels, individus, attributs, etc.) présentant une ou plusieurs caractéristiques communes. Cette distinction est nécessaire à la compréhension du monde dans lequel nous vivons et à la communication de ce que nous savons (Mustafa El Hadi; Hudon, 2010).

Dès l'Antiquité, la nécessité de disposer d'un système qui permettrait de repérer et de localiser un document particulier se fit sentir à partir du moment où un grand nombre de documents devenaient disponibles dans un même lieu, dans une même collection. L'organisation systématique des

collections fut longtemps basée sur des critères physiques, tels la forme et le matériau, bien qu'on puisse observer à toutes les époques des tentatives de segmentation en grandes catégories représentant des sujets ou des genres (Histoire, Poésie, Mythologie, etc.). L'organisation des documents en fonction de ce dont ils traitent plutôt que de ce à quoi ils ressemblent a donc toujours été vue plus ou moins clairement comme un objectif à atteindre, mais il fallut attendre la Renaissance pour que se répandent les systèmes d'organisation des collections basés sur d'autres critères que la forme, la couleur, le nom de l'auteur ou la date d'acquisition (Mustafa El Hadi; Hudon, 2010).

3.1 UNE BRÈVE HISTOIRE DE L'ORGANISATION DES CONNAISSANCES : DE L'ANTIQUITÉ AUX LUMIÈRES

Bien que les technologies évoluent et permettent de nouvelles façons de partager et d'utiliser l'information, toutes les époques et tous les contextes ont éprouvé le besoin d'organiser leurs connaissances. Depuis les premiers temps de l'histoire connue, les philosophes ont cherché les principes de base selon lesquels un cadre systématique de connaissances pourrait être structuré. Les principes d'ordonnement ont également été appliqués très tôt aux besoins pratiques d'organisation des documents. Dans ce cas, les principes étaient moins abstraits, car les documents les plus anciens avaient tendance à traiter de problèmes quotidiens tels que le commerce des produits ou la gestion de la vie sociale, plutôt que de la structure générale du monde (Dousa, 2018). Les premiers documents écrits connus, les tablettes d'argile sumériennes et les planches de bois recouvertes de cire, sont souvent structurés comme de simples listes d'éléments. Les listes sont en effet la forme minimale de SOC. Elles organisent les éléments d'information dans un espace limité et plat qui peut être balayé dans diverses directions par le lecteur. L'adoption de l'écriture a donc encouragé les penseurs à organiser leurs idées de manière plus systématique et plus abstraite (Goody, 1977). Bien que les images peintes sur les parois des

grottes aient déjà été des exemples de documents, l'OC elle-même a largement émergé de l'essor de la culture écrite (Gnoli, 2020).

La civilisation mésopotamienne s'est développée en produisant également de véritables bibliothèques de tablettes d'argile. Sur les murs et les portes de certaines pièces, un catalogue était gravé, enregistrant chaque titre ou incipit avec le nombre de lignes correspondant dans une tablette, ou le nombre de tablettes dans une œuvre entière. La question de savoir si la bibliothèque entière était organisée par disciplines au sens moderne du terme est contestée, bien que certaines salles soient spécialisées dans les textes historiques, géographiques, juridiques, grammaticaux ou mythologiques. On retrouve une situation similaire dans les vestiges de l'autre grande culture de la première Antiquité: l'Égypte. Déjà vers 2500 avant J.-C., on trouve des listes de mots, parfois regroupées par classes, sur des tablettes d'argile, et plus tard, comme c'était typique de cette région, sur des rouleaux de papyrus. Comme en Mésopotamie, les éléments énumérés ne s'excluaient pas toujours mutuellement de manière rigoureuse, bien qu'ils aient eu tendance à l'être dans le cas particulier des normes, selon lesquelles les faits connus devaient être différenciés de manière précise afin d'appliquer une sanction appropriée. Les vocabulaires sont mieux développés (Gardiner, 1947, cité par Gnoli, 2020) dans un lexique égyptien tel que le *Ramesseum*, où les mots sont formellement enfermés entre des lignes parallèles et classés sous des rubriques de classification. Plus encore dans le lexique d'Amenope vers 1100 avant J.-C., contemporain de la bibliothèque de Tiglath-Pileser où plus de 600 articles sont classés sous des classes principales telles que: *I Rubrique introductive; II Ciel, eau, terre ; III Gens, cour, offices, professions; IV Classes, tribus et types d'êtres humains; V Les villes d'Égypte; VI Bâtiments, leurs parties et types de terre; VII Terres, céréales et leurs produits; VIII Boissons; IX Parties d'une vache et types de viande etc.* (Gnoli, 2020). Dans chaque classe de ce lexique, les mots peuvent être triés selon des critères tels que de haut en bas (pour les classes II), de général en spécifique (pour les classes III-IV et IX). Les bases de l'OC étaient déjà instaurées, d'après l'auteur (Gnoli, 2020).

L'Antiquité, le moyen âge, la renaissance Descartes, la révolution française les Lumières ont été témoins d'une activité florissante en OC grâce aux apports de *K. Gesner, F. Bacon, G. Naudé (la Renaissance), Bayle, Buffon, Von Linné, D. Hume, Diderot, D'Alembert, J. Locke, G. Berkeley (les Lumières) d'Antoine Lavoisier, Th. Jefferson, A Comte (La Révolution Française)*. Sir Francis Bacon influence les auteurs des classifications bibliographiques modernes même si les origines se trouvent chez les philosophes grecs (Aristote, Porphyre).

Un concept fondamental et totalement lié aux outils de l'OC est celui de "technologies intellectuelles"⁴. Dans son article sur S. Briet, Sylvie Fayet-Scribe (2018, p. 2) montre cette relation:

Découvrir l'histoire de la documentation nécessite une démarche particulière. Il est nécessaire d'acquérir une culture de l'écrit, et de l'appréhender à travers l'histoire des supports, des dispositifs spatiaux et des dispositifs sémantiques; en particulier, les outils de repérage de l'information s'inscrivent sur un "temps long" de la naissance de l'écriture (environ 3500 avant J.-C. à Sumer) jusqu'à aujourd'hui⁵. Pouvoir situer dans le temps l'apparition et le développement des outils de repérage de l'information en même temps que leur évolution est primordial pour l'histoire de la documentation. En effet, les listes, les index, les résumés, les répertoires, les catalogues, les systèmes de repérage dans le texte, les tables de contenu et de matière, les bibliographies diverses, les dictionnaires et encyclopédies, les annuaires, les dossiers documentaires, les thésaurus, les bulletins de sommaire, les hypertextes et les cartes sémantiques possèdent un passé qui permet de mieux cerner les évolutions actuelles de l'accès à l'information numérique et papier.

⁴ Ces outils et ces méthodes que l'on nomme aussi "technologies de l'intelligence", d'après Pierre Lévy (1990). Les technologies intellectuelles sont des artefacts techniques qui donnent accès à des systèmes de représentation et de traitement de l'information et des connaissances. Ces outils ne sont pas nécessairement des objets matériels ou techniques (outils cognitifs) ex. le langage, outil cognitif de nature symbolique, ce sont les outils de production, de mémorisation, et de circulation du savoir. Le langage et l'écriture sont les premières formes de technologies intellectuelles.

⁵ Pour cela, on peut partir du tableau chronologique et de la synthèse en accès sur l'Internet: Chronologie des supports, des dispositifs spatiaux, des outils de repérage de l'information de la préhistoire à nos jours, dans "Le savoir et ses outils d'accès : repères historiques", Solaris, Les cahiers du Groupe Interuniversitaire de Recherche en Sciences de l'information (GIRSIC), n. 4, 1997. <http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/Solaris/d04/4fayet--0-intro.html>. Le tableau ayant été édité en 1997, il y a plus de 20 ans, demanderait une mise à jour historique (Fayet-Scribe, 1997).

3.2 AUX ORIGINES DES GRANDES CLASSIFICATIONS BIBLIOGRAPHIQUES

À partir du XVI^e siècle, le classement des documents en fonction des sujets dont ils traitent s'implante progressivement, mais demeure une entreprise individuelle, rarement soumise à validation externe ou à normalisation. L'invention de l'imprimerie et la multiplication des ouvrages à organiser en collections et en sous-collections rendent impératif le développement de systèmes d'organisation plus performants, aptes à servir des utilisateurs autres que leurs seuls créateurs. Trois initiatives influenceront plus particulièrement l'évolution de la classification documentaire. Konrad Gesner (1516-1565), pionnier de la recherche bibliographique, organise le savoir en 21 classes distinctes, une division que l'on trouve encore aujourd'hui dans quelques grands outils de classification. Sir Francis Bacon (1561-1626) propose dans sa classification des sciences (1605) une segmentation des collections en œuvres de mémoire, d'imagination et de raison; cette segmentation sera reprise deux siècles plus tard par Thomas Jefferson (1743 –1826) d'abord, et ensuite Melvil Dewey (1851-1931). Chez Gabriel Naudé⁶ (1600-1653) se dessinent déjà les divisions disciplinaires qui structurent aujourd'hui les systèmes encyclopédiques de classification documentaire : histoire, sciences humaines, droit, médecine, mathématiques, philosophie et théologie.

Au début du XIX^e siècle, une multitude de systèmes de classification développés localement coexistent encore. Ces systèmes ont en commun d'être peu accessibles à l'utilisateur des collections documentaires et c'est en réaction à ce fait que Melvil Dewey explore la possibilité de simplifier et de systématiser le rangement des documents. Dewey implante la classification "relative", plaçant tout document d'une collection en relation non seulement avec celui qui le précède et avec celui qui le suit immédiatement, mais

⁶ Gabriel Naudé (1600-1653) était un bibliothécaire et un érudit français. Il est l'héritier de l'humanisme de la Renaissance et un précurseur de Bayle et Fontenelle qui marquent la transition vers la période classique. Naudé était un écrivain prolifique qui a produit des ouvrages sur de nombreux sujets, notamment la politique, la religion, l'histoire et le surnaturel. Il a écrit un ouvrage influent sur la bibliothéconomie quand il a publié en 1627 son livre *Advis*. Plus tard, il a pu mettre en pratique toutes les idées qu'il avait présentées dans son *Advis* lorsqu'il a eu l'occasion de construire et, plus tard, de diriger la bibliothèque du cardinal du Cardinal Jules Mazarin qui était à l'époque le Premier Ministre du royaume.

également avec tous les autres ouvrages faisant partie de la collection. Dewey développe ainsi l'idée d'un contemporain, William T. Harris, de classer non pas le livre mais plutôt son contenu, donc les éléments d'information et de connaissance qu'il véhicule. Reprenant en les inversant les trois classes proposées par Bacon en 1605, il reproduit l'organisation des connaissances en vigueur dans la deuxième moitié du XIXe siècle. Les disciplines liées à la raison y occupent la plus grande place, se répartissant en cinq grandes classes: philosophie, théologie, sciences sociales, linguistique et sciences pures. L'imagination se voit consacrer trois classes: sciences appliquées et technologie, beaux-arts et musique, littérature. La géographie et l'histoire occupent l'unique classe consacrée à la mémoire. L'indice de classification est conçu de telle sorte qu'il renvoie non seulement à la localisation exacte du document physique, mais également à la place et à l'importance relative du sujet dont il traite dans l'univers des connaissances. Ces divers apports ont été à la base des classifications: Les langages à structure hiérarchique ou arborescente (schémas de classification) sont plus anciens que les langages à structures combinatoires (thésaurus, terminologies, index structurés). Les grandes classifications encyclopédiques sont la Classification décimale de M. Dewey, Universelle Classification Décimale de P. Otlet, la Classification de la Bibliothèque du Congrès, d'A. Cutter, la Colon Classification (classification à facettes) de S.R. Ranganathan. D'autres classifications moins utilisés sont les classifications de H. E. Bliss.

4 SUR QUELQUES ORIGINES OUBLIÉES DE LA CONTRIBUTION FRANÇAISE À L'OC

Dans cette partie nous nous intéresserons aux auteurs, théoriciens et praticiens de l'OC qui ont été négligés ou oubliés par les spécialistes français de l'information et tenterons d'évaluer, dans cet exercice rétrospectif, leur contribution ainsi que leur impact sur les sciences de l'information, discipline scientifique qui sous-tend les fondements théoriques et méthodologiques de l'OC. Cet exercice peut être divisé

en trois périodes chronologiques : la première remonte aux philosophes français du Siècle des Lumières, dont beaucoup ont participé au projet global de *l'Encyclopédie* mais qui comprend aussi l'importante contribution à la théorie de la classification et l'empreinte de Gabriel Naudé sur l'OC. La deuxième période couvre l'histoire relativement récente, du XIX^{ème} au XX^{ème} siècle avec la naissance des théoriciens francophones tels que le philosophe Auguste Comte⁷ et sa *Classification des sciences*. La troisième période enfin est représentée par les activités florissantes de ce que nous appelons en France les précurseurs (Palermi, 2000) parmi lesquels on peut citer Suzanne Briet, Eric de Grolier, Jean-Claude Gardin, Robert Pagès, Robert Escarpit, Jean Meyriat et Jacques Maniez.

L'ESPRIT ENCYCLOPÉDIQUE⁸

LA PREMIÈRE PÉRIODE

Les philosophes français du Siècle des Lumières et les Encyclopédistes ont apporté une contribution majeure à la théorie de la classification à travers leurs modèles et ont montré l'influence de G. Naudé sur l'organisation des connaissances, une filiation qui remonte à la Renaissance avec K. Gesner et aux encyclopédistes français, en particulier Pierre Bayle⁹, Diderot et D'Alembert. Le processus de diffusion des idées nouvelles se trouva amplifié par le progrès des techniques de diffusion de l'information. Les passages de *l'Encyclopédie* sont lus par les nobles et les bourgeois dans

⁷ Auguste Comte est connu pour avoir fondé le courant philosophique du positivisme, courant intrinsèquement lié à ses travaux tels que la loi des trois états ou la classification des sciences.

⁸ *L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* est une encyclopédie française éditée de 1751 à 1772, sous la direction de Diderot et d'Alembert. *L'Encyclopédie* est un ouvrage majeur du XVII^e siècle et la première encyclopédie française. Par la synthèse des connaissances du temps qu'elle contient, elle représente un travail rédactionnel et éditorial considérable pour l'époque, mené par des encyclopédistes constitués en "société de gens de lettres". Au-delà des savoirs qu'elle compile, le travail qu'elle représente et les finalités qu'elle vise, en font un symbole de l'œuvre des lumières une arme politique et, à ce titre, l'objet de nombreux rapports de force entre les éditeurs, les rédacteurs, le pouvoir séculier et ecclésiastique.

⁹ BAYLE, P. *Dictionnaire historique et critique*. Paris: Desoer, 1820. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/essentiels/bayle/dictionnaire-historique-critique>. Acesso em: 9 ago. 2023.

des salons, les personnes présentes donnent leur avis sur les écrits des philosophes. Les journaux et la correspondance permirent des échanges plus rapides dans toute l'Europe, réalisant une nouvelle forme d'unité culturelle ((sources *Wikipédia*). *L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* de Denis Diderot et Jean le Rond D'Alembert (1751) est représentative d'un nouveau rapport au savoir : elle marque la fin d'une culture basée sur l'érudition, telle qu'elle était conçue au siècle précédent, au profit d'une culture dynamique tournée vers l'activité des hommes et leurs entreprises. Elle permet à un plus grand nombre de personnes d'accéder au savoir. Ce mouvement intellectuel des lumières défend l'idée qu'il existe une architecture scientifique et morale du savoir, une structure prévalente et ordonnée dont la réalisation est un moyen de libération de l'homme. Les journaux et la correspondance permirent des échanges plus rapides dans toute l'Europe, réalisant une nouvelle forme d'unité culturelle.

Mais le premier encyclopédiste serait d'après Voltaire Pierre Bayle (1647 - 1706), né en France, mort en Hollande, auteur du *Dictionnaire historique et critique*¹⁰ (1697) qui préfigure l'encyclopédie. Il peut être considéré comme un proto-philosophe des Lumières (Mustafa El Hadi, 2018a, 2018b) et le premier encyclopédiste français. Le but déclaré de son *Dictionnaire* était la correction des erreurs des auteurs des dictionnaires précédents (Louis Moréri)¹¹. Pour Bayle, le monde ne se réduit jamais à

¹⁰ Le Dictionnaire historique et critique de Pierre Bayle est la réalisation suprême de l'un des hommes de lettres les plus éminents du XVIIe siècle. Vivant aux Pays Bas où il avait trouvé refuge suite à sa conversion suivie de rétractation du Protestantisme au Catholicisme (sa motivation n'était due qu'à un accès à l'éducation de la part d'un jeune homme pauvre) Bayle a animé le débat intellectuel en Europe grâce à son travail d'éditeur, d'auteur et de correspondant prolifique. Conçu à l'origine comme une réponse aux erreurs du Grand dictionnaire historique de Louis Moréri, son Dictionnaire historique et critique est devenu un ouvrage exemplaire de méthodologie critique. L'auteur a minutieusement compilé, comparé, questionné, cherchant un degré de certitude historique, aussi minime soit-il. Le Dictionnaire de Bayle a été qualifié d'"arsenal des Lumières", pillé et réédité tout au long du XVIIIe siècle par les croyants comme par les sceptiques, qui trouvaient dans les notes de l'ouvrage de quoi alimenter leur argumentation philosophique (BAYLE, P. Dictionnaire historique et critique. Paris: Desoer, 1820. Disponible em: <https://gallica.bnf.fr/essentiels/bayle/dictionnaire-historique-critique>. Acesso em: 9 ago. 2023.)

¹¹ Le Dictionnaire historique et critique, Bayle, 1697, ouvrage unique en son genre, il repose sur une méthode rigoureuse dans l'établissement des faits par la critique des sources et sur un questionnement perpétuel, d'une insolence ingénue, à l'égard de toutes les idées reçues en philosophie et en théologie. Bayle veut combler les lacunes des dictionnaires antérieurs et se donne pour mission de tout remettre en question, passant en revue

une vision manichéenne et suppose le croisement permanent de points de vue et d'opinions contradictoires. Il écrit alors l'œuvre majeure de sa vie, le "*Dictionnaire historique et critique*" (Bayle, 1820), dont plusieurs éditions, encore très bien conservées, sont présentées dans le musée. Cette œuvre est considérée comme l'ancêtre de *l'Encyclopédie des Lumières*, Voltaire affirmant même que ce fut "le premier ouvrage de ce genre où l'on puisse apprendre à penser".

LA DEUXIÈME PÉRIODE

Une autre période clé couvre une histoire relativement récente, du XIXe au XXe siècle, avec l'apport des théoriciens français comme Auguste Comte et sa Classification des sciences "*Broad System of Ordering*", une classification inspirée de l'enchaînement des sciences allant des mathématiques et de la physique, en passant par la chimie, la biologie et la psychologie, jusqu'aux sciences sociales et humaines. Comte conjugue la philosophie des sciences et son histoire en donnant une classification qui est, d'une part dans un ordre de découverte chronologique et, d'autre part propose biologie et sociologie, sciences qu'il affirme comme appartenant aux idées positivistes et modernes. Ce système s'oppose alors à celui de Diderot et son *Encyclopédie* qui avait un mode principalement alphabétique. D'une manière plus générale, Comte s'oppose aux Lumières avec le positivisme et sa classification nouvelle. Il reproche notamment à la classification de D'Alembert de se baser principalement sur la théorie métaphysique des facultés de l'âme qui sont mémoire, imagination et raison. Pour Comte, elles sont liées dans les disciplines de l'Homme et donc, doivent être ajoutées au système de classification. En 1825, la Classification des sciences

tous les problèmes de morale, de théologie et d'exégèse, canalisant toute la libre pensée des siècles précédents. Il use de la forme biographique et de la disposition alphabétique du dictionnaire pour ouvrir l'espace intellectuel d'une encyclopédie, confondue avec le mouvement historique de la pensée. On y trouve un souci constant d'objectivité et de tolérance et un plaidoyer passionné pour "les droits sacrés de la conscience". Cette œuvre connaît un énorme succès avec au moins dix éditions avant 1760. Voltaire y a beaucoup puisé, le lisant la plume à la main (BAYLE, P. *Dictionnaire historique et critique*. Paris: Desoer, 1820. Disponible en: <https://gallica.bnf.fr/essentiels/bayle/dictionnaire-historique-critique>. Accès en: 9 ago. 2023).

proposée par Auguste Comte prend toute son ampleur dans les articles intitulés “Considérations philosophiques sur les sciences et les savants”¹². Selon Comte, “les sciences supérieures ont besoin de connaître les lois des disciplines inférieures parce que celles-ci interviennent partiellement dans l’explication des phénomènes qu’elles étudient”.

Pour point de départ, considérons le positivisme d’Auguste Comte et la conception mécaniste de la science qui s’impose à la fin du XIXe siècle. Auguste Comte popularise le terme forgé par Saint-Simon, “positivisme”, et cherche à étendre son concept aux sciences humaines, à la sociologie et à la philosophie. Cette conception est liée aux notions de *phénomène*, de *causalité*, d’*objectivité scientifique* (Emile Durkheim, poursuivra dans cette voie en faisant du fait social un phénomène *sui generis*, en se basant sur les statistiques pour tenter de positiver les sciences sociales). Cette idée fonde la science positive (ou *philosophie positive*), qui selon Auguste Comte doit être le fondement de la vie humaine en société.

Mais en quoi le projet d’Auguste Comte a-t-il impacté le domaine de l’organisation des connaissances ?

LA CLASSIFICATION DES SCIENCES : SA CONCEPTION DE LA CLASSIFICATION

Comte estime que les classifications existantes notamment celles de Bacon ou d’Ampère ne présentent pas une hiérarchisation des différentes sciences de façon correcte, il expliquerait cela par le fait que les sciences, en vue de leur développement irrégulier n’ont pas pu toutes atteindre au même moment ce qu’il nomme l’état positif. Selon Comte, c’est donc en raison du manque d’homogénéité au sein même des sciences qu’il n’y a pas eu de hiérarchies bien agencées. Comte évoque la classification des sciences relativement tôt dans ces travaux, en 1822, mais cette dernière sera

¹² Maison Auguste Comte, Biographie [en ligne] disponible sur: <http://augustecomte.org/auguste-comte/biographie>.

réellement développée en 1825. Précisons que cette hiérarchie est surtout pensée dans une modalité historique, elle est liée à la loi des trois états.

En 1825, la classification des sciences proposée par Auguste Comte prend toute son ampleur dans les articles intitulés “Considérations philosophiques sur les sciences et les savants”. Comte relie la classification aux états de façon telle que celle-ci commande ceux-là: “Cette classification fixe donne d’une manière claire l’ordre du développement de chacune des trois philosophies”. Dans ces articles, Comte précise et complète les critères d’organisation des différentes sciences. Il apportera aux critères déjà établis un degré d’indépendance et un degré de spécialité. Il faut noter que les mathématiques, qui représentent la science à la base de la classification, ne sont pas évoquées tout de suite. En effet, bien que les mathématiques soient considérées par Comte comme: “la science la plus ancienne et la plus parfaite de toutes” ou bien encore la “véritable base rationnelle du système entier des connaissances positives” cette dernière ne sera ajoutée qu’à la fin. Avec cette classification, Comte veut redistribuer les savoirs, mais il y a surtout chez lui une volonté d’éducation scientifique. Cette classification, avec la loi des trois états expliquée précédemment, fait partie des idées fondamentales de la philosophie positive développée par Comte. Ce dernier inscrit ses travaux dans une démarche nouvelle et qui se veut apportant d’autres travaux proposés mais surtout accompagnés de cette volonté pédagogique.

Il commence par les mathématiques qui sont à la base de la construction scientifique. Cependant, Comte ne les considère pas comme les sciences reines, mais juste les plus rationnelles et simples. Ce sont les mathématiques qui permettent de construire les sciences suivantes notamment avec les diverses équations que nous trouverons en astronomie, en physique et en chimie. Bien que Comte ait une formation initiale en mathématiques, cette science fut ajoutée en dernier à la classification des sciences, cet ajout à la base de la classification met en avant les mathématiques comme “Le véritable point de départ de toute éducation scientifique”, un des fondements de la philosophie positive.

La deuxième science étant l'astronomie, qui représente à la fois des phénomènes simples et généraux, se trouve éloignée de l'Homme mais, reste l'une des premières découvertes de l'Homme puisque, rappelons que depuis l'Antiquité, l'Humanité n'a jamais cessé d'observer les étoiles et d'essayer de comprendre les nombreux phénomènes observables. De plus, l'astronomie ne peut exister sans les calculs et donne là un parfait exemple de complémentarité. En troisième place la physique puis en quatrième la chimie qui sont des sciences relativement proches. Ensuite la biologie ou physiologie, c'est là que l'on peut observer les lois des phénomènes terrestres ou célestes, science qui regroupe les êtres vivants de manière générale.

Enfin, la sociologie que Comte la définit comme: "une étude positive de l'ensemble des lois fondamentales propres aux phénomènes sociaux". La sociologie est considérée comme l'aboutissement de toutes les sciences. Cette science étudie les phénomènes les plus complexes, ceux qui concernent au plus près l'être humain, est ainsi la plus générale de toutes les sciences. Elle sera d'abord introduite et définie dans le *Cours*. Au début, ce terme se retrouve "sociologie" sous le vocable de "physique sociale", mais le terme sera abandonné en 1836 pour le nom commun de "sociologie". Comte affirme qu'il n'est pas l'inventeur de ce terme.

LA TROISIÈME PÉRIODE

La troisième période est représentée par les activités florissantes de ce que nous appelons en France les précurseurs (Palermi, 2000) parmi lesquels on peut citer Eric de Grolier, Jean-Claude Gardin, Robert Pagès, Robert Escarpit, Robert Estival, Jean Meyriat et Jacques Maniez (voir aussi Mustafa El Hadi, 2018a). Le onzième colloque ISKO-France organisé à l'UNESCO en hommage aux pionniers français a permis de retracer l'apport français à la science de l'information et du document. L'apport spécifique à l'OC et démontré par l'examen des positions spécifiques d'Eric De Grolier (1911-1998) pour le rôle qu'il a joué dans la définition

et l'élargissement des catégories de Ranganathan. Celui de Jean-Claude Gardin (1925-2013), considéré comme un précurseur des Humanités numériques et dans sa relation avec la discipline sciences de l'information, avec un accent particulier sur l'OC.

L'apport de ces pionniers a fait l'objet du colloque ISKO-France réuni à Paris en 2017 dont les actes ont été rassemblés et publiés (Mustafa El Hadi, 2018a). A la suite de cette publication nous avons publié un numéro spécial des *Cahiers du numérique* (Couzinet; Mustafa El Hadi; Papy, 2020) afin de couvrir les pionniers qui n'ont pas fait l'objet d'articles dans les actes de Paris. Nous avons ainsi publié deux articles sur De Grolier, une contribution sur Gabriel Naudé et une troisième sur Eric de Grolier.

Michèle Hudon (2021) mis l'accent sur Éric de Grolier et son apport à l'organisation des connaissances. Éric de Grolier (1911-1998) a mené une carrière professionnelle longue et diversifiée. Il fut tour à tour, et parfois même simultanément, libraire, bibliographe, documentaliste, bibliothécaire, enseignant, éditeur, traducteur, chercheur et consultant. On lui reconnaît une forte personnalité, une curiosité insatiable, une érudition exceptionnelle, une prodigieuse capacité d'absorption de connaissances, une étonnante aptitude à la synthèse, un esprit critique aiguisé et une qualité d'expression adroitement mise au service de ses intérêts pour la linguistique et la terminologie, la science politique, l'économie, la lecture publique, la communication et la science de l'information (SI). De Grolier se présente comme un être interdisciplinaire (Grolier et Fayet-Scribe, 1996, 287, cité par Hudon 2021) et Vickery dit de lui qu'il peut débattre de tous les sujets, fort d'un savoir étendu parfaitement intégré et classifié (Vickery, 1991, p. 170, cité par Hudon 2021).

Les deux écrits majeurs dans ces deux écrits publiés à quelques années d'intervalle et au sein desquels on retrouve toutes les connaissances accumulées par De Grolier, alors au sommet de sa carrière. Théorie et pratique des classifications documentaires (1956) Cette monographie est un ouvrage monumental, désigné par B.C. Vickery comme le "Big Book

on classification” (Vickery, 1991, p. 170, cité par Hudon, 2021). Dans un compte rendu de l’ouvrage, Vickery le qualifie de “most comprehensive study of classification that has yet appeared” (Vickery, 1991, p. 170), prédisant que le nom de son auteur commencerait à circuler davantage dans les milieux anglophones qu’il ne l’avait fait jusque-là. Vickery déplore que le document ne soit pas plus largement distribué, car il juge son contenu d’un grand intérêt pour toute personne intéressée à la classification documentaire. L’ouvrage compte plus de 400 pages et propose 827 notes dont certaines se développent sur une page complète. De Grolier utilise ces notes pour y consigner les nombreuses références bibliographiques qui soutiennent son propos, pour inclure des citations, pour ajouter un commentaire ou une critique sur un élément du texte principal ou de la note elle-même. Complété par un index alphabétique détaillé des noms propres et des sujets, l’ouvrage ne contient cependant pas de bibliographie; on doit déplorer que le choix de citer les sources dans les notes nous empêche de dresser aisément la liste des ouvrages consultés qui constituent, d’une part, un inventaire de systèmes de classification depuis l’Antiquité sans doute plus complet que ce qui a été proposé ailleurs et, d’autre part, une liste des nombreux écrits de l’auteur lui-même qui n’ont pas été publiés et sont aujourd’hui difficilement repérables.

Etude sur les catégories générales applicables aux classifications et aux codifications documentaires (1962). Ce rapport a été préparé en réponse à une demande de l’UNESCO “d’organiser une recherche sur les catégories les plus générales qui se retrouvent dans toutes les classifications ou codifications consacrées à des disciplines particulières” (De Grolier, 1962, p. 11). Mandaté pour mener cette étude qui lui permettait de combiner ses intérêts pour la linguistique, les langages classificatoires et la transmission d’informations plus généralement. De Grolier y a travaillé pendant plus de deux ans, soulignant la difficulté d’analyser un si vaste ensemble de données et surtout de se tenir au fait des innovations technologiques pertinentes à la mécanisation de la recherche d’information. L’étude a été commandée dans un contexte de prolifération des centres de documentation et des

structures classificatoires spécialisées, avec l'objectif de préparer la voie à une norme universellement reconnue, qui contrôlerait notamment la décomposition des sujets en facteurs simples et l'identification des relations entre concepts.

Dans "The organization of knowledge based on the proposals of J.-C. Gardin", Wilhelmina Smit (voir Mustafa El Hadi, 2018a, introduction au volume) et son équipe soulignent l'apport fondamental de cet archéologue au processus d'automatisation du traitement de l'information (Lara; Smit; Tálamo, 2018). Pour J.-C. Gardin, le travail intellectuel devrait être fondé sur des processus de classification explicites et formels, pour que la machine puisse manipuler les données (le calcul) et créer des conditions pour établir des corrélations et des associations d'information. L'article revient sur des propositions de J.-C. Gardin qui le relie aujourd'hui aux développements du web sémantique et aux ontologies et à leur rôle important pour les sciences de l'information et du document.

Dans sa conférence invitée, ISKO-France 2017, "Jean-Claude Gardin and the search for interdisciplinary methodologies and reliable tools for the knowledge organization practices: *analyse documentaire* and *langage documentaire*", José Augusto Guimarães (2018) revient sur le rôle de Paul Otlet et sa contribution majeure à l'élaboration de techniques et de méthodologies destinés aux milieux documentaires, participant ainsi à promouvoir l'accès le plus large possible à l'information. Guimarães rappelle le rôle majeur de l'OC comme médiateur entre les contextes de production et d'utilisation des connaissances. Il met par ailleurs en exergue le rôle fondamental de J.-C. Gardin dans la construction de la dimension épistémologique de l'OC et du développement d'une méthodologie interdisciplinaire, basée sur des modèles logiques et linguistiques, l'"analyse documentaire", ainsi que sur la recherche d'outils fiables destinés à construire des ponts solides entre le document, le système documentaire et l'utilisateur: les "langages documentaires".

5 CLASSIFICATION DU SAVOIR: DES BIBLIOTHÈQUES AUX WEB

Avant la notion élargie de l'OC, ce mode opératoire était le plus souvent fondé sur une approche strictement disciplinaire de la connaissance, les livres pouvaient être divisés en catégories thématiques telles que: théologie, philosophie, histoire, littérature etc. ce qui supposait que chaque livre était effectivement rattaché à une discipline. Cependant, de nouveaux médias sont apparus progressivement et devaient eux aussi être organisés: images imprimées, supports numériques, information en réseau, ceux-ci sont désormais intégrés et convergents grâce à de multiples supports interopérables: contenu multimédia, pouvant facilement être transmis d'un téléphone portable à un ordinateur, ou un système de navigation routier, équipements interactifs dans des foyers connectés et équipés d'objets communicants etc. Face à cette situation, l'interdisciplinarité s'impose dans la conception de nouveaux systèmes d'organisation des connaissances (SOC). L'approche par facettes semble répondre à cette exigence. En effet, la Classification à facettes de S. R. Ranganathan (1892-1972), également connue sous le nom de "Classification Colon (CC)", met au cœur de la structure classificatoire, non pas le sujet comme unité sémantique de base mais plutôt le concept, que Ranganathan nomme "isolat", (Hudon; Mustafa El Hadi, 2017; Maniez, 2002), les tables de la CC se comparent donc à des inventaires de concepts. Cette particularité met en évidence une rupture paradigmatique de l'approche traditionnelle (Maniez, 1999). Elle permet de se libérer de structures hiérarchiques complexes et critiquées, tout en préservant la logique de navigation dans un domaine de la connaissance ou dans une collection documentaire. Les facettes, très présentes sur le web, occupent une place privilégiée au sein d'un environnement technologique qui permet de tirer parti de leur simplicité, de leur flexibilité, de leur adaptabilité et de leur potentiel d'interopérabilité.

Avec de nouvelles formes de métadonnées descriptives apparues pour traiter de nouvelles formes de documents, la modification de la description des sujets, l'amélioration des outils d'organisation de l'information, l'OC reste au cœur de la science de l'information. Cependant, les classifications

énumératives sont, malgré leur limitation, toujours les principaux outils utilisés dans les notices de catalogue des bibliothèques et servent à organiser les ressources Internet dans certains portails web (Hjørland, 2012). Largement utilisées au niveau international, leur révision, généralement confiée à des comités internationaux, se fait lentement. Désormais, les distributeurs de supports numériques poussent à converger vers l'utilisation d'un espace de représentation unique pour tout échantillon de savoir. Une tendance confirmée par l'intégration croissante des principes du catalogue et de plans de classement comme le FRBR ou le CIDOC-CRM, à des disciplines telles que la bibliothéconomie, l'archivistique et la muséologie.

5.1 LE RÔLE DES SOC DANS L'ENVIRONNEMENT NUMÉRIQUE: DIMENSIONS MULTILINGUE, SOCIALE ET INTERCULTURELLE

L'un des défis auxquels nous sommes confrontés dans l'OC est l'hétérogénéité des systèmes, tant au niveau des expressions que dans celui de la structure et du contenu conceptuel. De même, les préoccupations linguistiques et le rôle de la langue et des cultures rejoignent les réflexions menées en Sciences de l'information. En effet, la mise en œuvre de l'interopérabilité dans les SOC soulève de nombreuses difficultés car au-delà des questions techniques premières, les problèmes liés aux communications entre des cultures différentes sont évoqués de manière récurrente. Ceux-ci sont considérés comme étant une dimension déterminante de l'éthique de l'organisation des connaissances (Mustafa El Hadi, 2017, 2019, 2021). Par ailleurs, dans le cadre du web des données les enjeux liés à l'ouverture et l'interopérabilité des données dans un espace de publication commun renouvellent l'importance des normes et standards et interrogent leur degré de pertinence. La nouvelle norme répond aux insuffisances repérées et propose notamment l'établissement de passerelles entre diverses formes de langages documentaires pour favoriser "*l'interopérabilité sémantique des systèmes de représentation et de recherche d'information*", (Favier; Mustafa El Hadi, 2013). Elle accorde en effet, plus d'attention aux questions touchant

le multilinguisme et le multiculturalisme dans les langages et les systèmes de représentation et de recherche d'information. Leur prise en compte conditionnera l'avenir du web de données et l'enrichissement sémantique de contenus.

6 LA DIMENSION ÉTHIQUE DANS L'ORGANISATION DES CONNAISSANCES: QUELQUES POSITIONNEMENTS

L'acte de classer, aussi invisible et banal soit-il, n'est pourtant pas sans conséquence (Mustafa El Hadi, Hudon, 2010). Bowker et Star (1999) considèrent que la classification est au cœur de toute vie sociale et insistent à juste titre sur les dimensions éthiques de l'acte. Le choix d'une caractéristique de division, la création de regroupements et la séquence de présentation de ceux-ci valorisent nécessairement un point de vue particulier et condamnent à l'invisibilité d'autres critères valables d'analyse et de regroupement. "Il peut en résulter des déductions ou interprétations erronées, et dans les cas extrêmes, une discrimination liée au placement d'une entité ou d'un individu dans un groupe particulier. En outre, le problème des entités, individus et situations jugés inclassables est critique, car si la classification permet de regrouper les entités, elle doit en même temps assurer à chaque entité un positionnement approprié dans la structure d'organisation ainsi constituée", (Bowker; Star, 1999, p. 5-6, cités par Mustafa El Hadi; Hudon, 2010, p. 5).

L'éthique de l'organisation des connaissances est considérée en tant que processus intimement lié à la langue et aux cultures (Mustafa El Hadi, 2017). D'un point de vue historique l'éthique dans l'OC s'est ancrée dans les premières critiques adressées aux systèmes de classification. Dès 1973, l'IFLA a lancé le programme de contrôle bibliographique universel, (Universal Bibliographic Control Program) demandant aux bibliothèques nationales de partager leurs fonds et de les indexer en accordant une attention particulière aux spécificités culturelles. Mais cette initiative n'a pas abouti et l'OCLC et récemment Google en ont repris le contrôle.

La plupart des critiques ont été fondées sur le fait que les SOC n'offrent qu'une représentation particulière de la langue et que leur structure modifie notre interprétation de la langue d'une manière inutile ou fautive. C'est pour cette raison que nous devons tenir compte du poids des cultures et des langues dans la conception des SOC.

L'éthique comme composante de l'organisation des connaissances a fait l'objet de nombreuses rencontres et publications. Deux mouvements ont renforcé ces approches critiques: le Postmodernisme et les études de genre. Les excès de présomption et de confiance observés dans la période positiviste et moderniste ont déclenché une réaction à long terme dans les environnements intellectuels, qui ont évolué vers la période postmoderne. La mondialisation des échanges a montré comment les mêmes sujets peuvent être vus de différentes manières par différents peuples, tout comme ils le sont par différentes classes sociales, différents genres etc. Le postmodernisme a mis l'accent sur la relativité des manifestations des connaissances et du savoir, d'autant plus que le savoir n'est plus considéré comme un produit exclusif de la culture occidentale. Les exemples classiques des systèmes de classification bibliographique dits "universels", développés depuis la fin du XIX^e siècle par les bibliothécaires américains qui ont fait l'objet des critiques, sont la classification décimale de Dewey (CDD) ou la classification de la bibliothèque du Congrès d'Amy Cutter. Bien qu'ils aient constitué des avancées importantes dans le domaine de l'organisation des connaissances grâce à leurs caractéristiques techniques (la CDD est devenue une norme internationale) et qu'ils soient toujours très utiles dans les bibliothèques du monde entier, une analyse critique de ces systèmes a révélé de nombreux préjugés, dus à la perspective occidentale particulière de leurs auteurs, surtout pour la classification décimale de Dewey.

Par ailleurs, les travaux de quatre auteurs spécialistes de l'OC ont porté sur l'importance de respecter la diversité culturelle et linguistique dans la conception des SOC. Ce respect constitue l'un des principes d'éthique dans l'organisation des connaissances et est considéré comme l'un des fondements des droits de l'Homme (*Déclaration universelle des droits de*

l'Homme). Antonio García Gutiérrez plaide pour l'inclusion de différents points de vue culturels et de leurs relations, en établissant une éthique transculturelle de la médiation (*cross-cultural ethics of mediation*). Michèle Hudon milite pour le multilinguisme dans l'organisation des connaissances. Pour elle, les recherches impliquant des thésaurus multilingues dans le domaine de l'organisation des connaissances conduisent à la nécessité d'une prise en compte de la dimension éthique, qui doit être respectée lors de la construction d'outils, mais aussi dans l'exercice des pratiques professionnelles. Elle prône les approches multilingues et la prise en compte des minorités linguistiques. Dans ce sens, Clare Beghtol propose des concepts théoriques pour soutenir un système d'organisation des connaissances qui soit éthiquement acceptable, fondé sur des approches qui tiennent compte de la diversité culturelle et linguistique. Beghtol (2002) prône l'accès à l'information et aux connaissances comme droit fondamental de l'humain. Elle a analysé dans son travail le problème de parvenir à créer des SOC culturellement acceptables, fondés sur un traitement éthique des cultures différentes, telles que définies par la *Déclaration universelle des droits de l'Homme*, ce qui supposerait la garantie d'un accès tant global que local aux informations et aux connaissances, dans n'importe quelle langue, qui soit disponible à n'importe quel endroit, et ce à tout moment, dans n'importe quel but, au bénéfice de n'importe quel individu, de n'importe quelle culture, groupe ethnique ou domaine. Elle propose le concept "d'hospitalité culturelle / *Cultural hospitality*", un principe qui doit sous-tendre la construction de SOC, afin de garantir le respect de l'éthique de l'information¹³.

Hope Olson publie en 2002 son livre *The Power to Name* (le pouvoir de nommer). D'après l'auteur, le pouvoir de nommer affecte directement la construction de l'information et l'OC. Les classifications, les listes de vedettes-matières, les thésaurus reflètent la culture dominante d'une société et jouent donc un rôle clé dans le contexte des bibliothèques. Ces outils ont été construits et maintenus par le courant dominant, et les bibliothécaires

¹³ Traduction libre du texte de Beghtol 2002

n'ont qu'une faible marge et ne pourront inclure différents points de vue. Olson est parmi les pionniers de l'analyse critique des SOC, notamment grâce à son livre *The Power to Name*, qui montre que les préjugés à l'égard des classes dominées par les classes dominantes sont souvent cachés dans les rubriques et autres classifications des savoirs. Les minorités discriminées comprennent souvent des femmes, des homosexuels, des personnes en situation d'handicap, ou des migrants d'origines ethniques diverses (*Asian-American, Black-American, Latinos*, etc.). Récemment, un débat a eu lieu, impliquant de nombreux bibliothécaires américains, sur la rubrique *illegal aliens*, qui a été jugée offensante pour les étrangers cités dans les documents sur l'immigration et a été retirée de la liste des vedettes-matières de la bibliothèque du Congrès (*Library of Congress Subject Headings*, LCSH).

Dans son article séminal "*Priorities of Arrangement*" or "*Hierarchy of Oppressions?*", M. J. Fox (2016) a apporté une contribution majeure à "l'intersectionnalité" générée par les systèmes de classification. Elle décrit les oppressions transformatrices, imbriquées et conflictuelles qui se produisent lorsque les humains appartiennent à plus d'une catégorie d'identité – avec les femmes noires (mais ne se limite pas aux femmes) – et s'est depuis étendue à différentes variables au-delà du genre, de la race, de la religion, jusqu'aux orientations sexuelles, aux origines nationales, aux handicapés etc. L'oppression peut avoir des conséquences allant de la discrimination par inadvertance au harcèlement, en passant par la violence ou la mort, résultant uniquement de l'appartenance à un groupe humain (Mustafa El Hadi, 2019). Un vaste mouvement de bibliothéconomie critique se développe actuellement en Amérique du Nord, encourageant les bibliothécaires et les utilisateurs à "décoloniser", (La Barre, 2007) l'organisation des connaissances et le LIS (*Library and Information Science*) en général. Une plus grande attention a été accordée, par exemple, aux cultures indigènes d'Amérique du Nord ou d'Océanie, qui peuvent développer leurs propres SOC, comme la classification de Brian Deer. Le système de classification de Brian Deer est un système de classification de bibliothèque utilisé pour organiser les documents dans les bibliothèques

avec des collections autochtones spécialisées. Le système a été créé dans les années 1970 par le bibliothécaire canadien Mohawk de Kahnawake (Mustafa El Hadi, 2021).

D'autres exemples tirés de la littérature montrent que les perspectives de connaissances, par exemple, changent non seulement dans l'espace mais aussi dans le temps. Un concept développé dans la culture d'une certaine époque peut changer lentement au fil des ans, tout comme la signification d'un terme correspondant dans un SOC. Cette évolution a été décrite comme l'ontogénie du sujet (Tennis, 2002; Adler; Tennis, 2013). L'exemple donné est l'eugénisme, qui peut être désigné comme "l'ensemble des méthodes et pratiques visant à sélectionner les individus d'une population en se basant sur leur patrimoine génétique et à éliminer les individus n'entrant pas dans un cadre de sélection prédéfini"¹⁴. Le concept et le domaine de l'eugénisme peuvent nous donner un autre exemple de préjudice. L'eugénisme est un terme qui apparaît pour la première fois dans la classification décimale de Dewey, en 1911. À cette époque, il est considéré comme relevant de la biologie, mais à partir des années 1950, suite aux massacres des Juifs, des homosexuels et des Tziganes par les gouvernements nazis et leurs alliés pendant la Seconde Guerre mondiale, il devint impossible pour un classificateur de placer un livre portant principalement sur l'eugénisme au sein de la biologie. L'eugénisme devint après 1945 un élément d'idéologie et non plus de biologie. Les autres options sont les sciences sociales, les sciences appliquées, la philosophie et l'éthique. Et si l'eugénisme a actuellement un ensemble varié de domaines connexes, allant du planning familial à l'anthropométrie, nous pouvons constater sa disparition sous certaines rubriques de la classification Dewey. Cela est d'autant plus vrai que l'eugénisme est toujours utilisé dans les travaux de génétique des populations, même s'il existe un débat ouvert sur ce qui constitue un travail et une pensée eugéniques (Paul, 1995 cité par Adler; Tennis, 2013). Pourtant, même avec ce débat, la génétique des populations est carrément une science biologique, de sorte que l'effacement/

¹⁴ Traduction libre du texte d'Adler et Tennis 2013

disparition du terme semble plutôt viser à éviter un mot qui pourrait avoir des conséquences négatives, alors qu’il s’agit en fait du terme utilisé dans la littérature. L’eugénisme a été classé dans la CDD, alternativement à 575,1 (avec la génétique avant la 16^e édition) et 363,92 (sous “Problèmes sociaux et population”), (Tennis, 2002).

Par ailleurs de nombreux auteurs affirment que tous les SOC, qu’ils se concentrent sur un domaine ou en englobent plusieurs, sont biaisés non seulement en ce qui concerne la race, le genre, la religion, les orientations sexuelles, mais aussi en raison de l’absence de versions spécifiques, précises (Mustafa El Hadi, 2019; Casenave; Mustafa El Hadi, 2019).

LES BIAIS/PRÉJUGÉS DES CLASSIFICATIONS AUTOMATIQUES, CAS DE LA SUPRÉMATIE D’UNE LANGUE ET DE SA CULTURE

Nous pouvons également relever un parallèle entre le contrôle, c’est-à-dire “le pouvoir de nommer/ *The power to name*”, exercé par l’usage dominant et acté à travers les systèmes de classification bibliographique d’une part et la puissance des algorithmes utilisés actuellement par l’intelligence artificielle d’autre part. Bowker et Star (1999) considèrent que toutes les classifications sont des “technologies puissantes” qui, une fois intégrées dans des infrastructures de travail, peuvent “devenir relativement invisibles sans perdre aucune de leurs puissances”. Notre position (Casenave; Mustafa El Hadi, 2019) concernant le contrôle par le pouvoir de la “nomination/désignation”, *The Power to Name*, c’est-à-dire la classification, la catégorisation et le contrôle par les algorithmes d’Intelligence artificielle est en accord avec la position de Bowker.

Un exemple de “pouvoir de nommer” donné aux classificateurs classiques est comparable au contrôle par les algorithmes de fonctions (Timimi, 2021) telles que l’indexation et le référencement, la classification automatique de textes et d’images (par similarité), le filtrage par profils, la traduction automatique utilisant l’anglais comme langue pivot etc.

Afin de traiter efficacement leurs problèmes éthiques, les professionnels des bibliothèques, les institutions fournisseuses d'information doivent avoir une bonne connaissance pratique de l'éthique de l'information. Les codes d'éthique professionnelle peuvent aider à fournir de telles connaissances, mais ils ne sont pas suffisants. Malheureusement, il n'existe pas d'ensemble de principes éthiques universellement acceptés qui pourraient aider. Pour aller plus loin, des formations sur l'éthique de l'information doivent faire partie de la formation des professionnels de l'information et des concepteurs de systèmes d'OC. Ces formations devraient permettre aux professionnels de l'information et à ceux qui s'occupent de la recherche de comprendre les principes éthiques et la manière dont elles s'appliquent à des cas pratiques et rendre explicite le lien entre l'éthique de l'information et la mission du professionnel des bibliothèques, les infrastructures de recherche.

RÉFÉRENCES

ADLER, M.; TENNIS, J. T. Toward a Taxonomy of Harm in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 266-272, s.d. 2013.

BAYLE, P. Dictionnaire historique et critique. Paris: Desoer, 1820. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/essentiels/bayle/dictionnaire-historique-critique>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, Oct. 2002.

BOWKER, G. C.; STAR S. L. **Sorting things out: classification and its consequences**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

CASENAVE, J.; MUSTAFA EL HADI, W. Developments in ethics of knowledge organization: from critical approaches to classifications to controlled digital communication practices. In: HAYNES, D.; VERNAU, J. (ed.). **Actes du colloque the human position in an artificial world: creativity, ethics and ai in knowledge organization**. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2019. p. 114-127.

COUZINET, V.; MUSTAFA EL HADI, W.; PAPY, F. De quelques théoriciens et quelques praticiens de l'information-documentation. **Les Cahiers du Numérique**, Cachan, v. 17, p. 1622-1494, 2020.

DE GROLIER, E. **Etude sur les categories generales applicables aux classifications et codifications documentaires**. Paris: UNESCO, 1962.

DOUSA, T. M. Library Classification, Part 1: introduction and premodern classification. In: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. (ed.). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, [S. l.]: ISKO, 2018. disponível em: https://www.isko.org/cyclo/library_classification. Acesso em: 9 ago. 2023.

ELLIS, D.; VASCONCELOS, A. Ranganathan and the Net: Using facet analysis to search and organize the World Wide Web. **Aslib Proceedings**, London, v. 51, n. 1, p. 3, Jan. 1999.

FAVIER, L.; MUSTAFA EL HADI, W. L'interopérabilité des systèmes d'organisation des connaissances: une nouvelle conception de l'universalité du savoir?. In: PAPY, F. **Recherches ouvertes sur le numérique**. Editions Hermès Traité des sciences et techniques de l'information. Lavoisier, Paris: Hermès Science, 2013. p. 23-38.

FAYET-SCRIBE, S. Suzanne Briet, héritière d'une généalogie de pionniers francophones. In: MUSTAFA EL HADI, W. **Fondements épistémologiques et théoriques de la science de l'information-documentation**: hommage aux pionniers francophones. London: Publication ISTE, 2018. p. 22-39.

FAYET-SCRIBE, S. **Le savoir et ses outils d'accès**: repères historiques. Les cahiers du Groupe Interuniversitaire de Recherche en Sciences de l'information (GIRSIC), n. 4, 1997. (Dossier n. 4). Disponível em: <http://gabriel.gallezot.free.fr/Solaris/d04/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FOX, M. J. "Priorities of arrangement" or a "hierarchy of oppressions?": perspectives on intersectionality in knowledge organization. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 43, n. 5, p. 373-383, mês. 2016.

GNOLI, C. **Introduction to Knowledge Organization**. London: Fact, 2020.

GOODY, J. **La Raison graphique**. La domestication de la pensée sauvage. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977. (trad. 1re éd. 1979) et présentation par J. Bazin et A. Bensa, Paris, Éd. de Minuit, 1986 (titre original: *The domestication of the savage mind*, recueil de textes partiellement extraits de diverses revues et publications, 1973-1977).

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google?. **Journal of Documentation**, London, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012.

HUDON, M. Éric de Grolier et la classification. **Les Cahiers du numérique**, Cachan, v. 16, n. 1, p. 73-103, 2021.

HUDON, M.; MUSTAFA EL HADI, W. (dir.). **Organisation des connaissances**: épistémologie, approches théoriques et méthodologiques. Lille: GÉRICO, CEGES Université Charles-de-Gaulle Lille 3, 2012/2013.

HUDON, M.; MUSTAFA EL HADI, W. (dir.). La classification à facettes revisitée, De la théorie à la pratique. **Les Cahiers du numérique**, Cachan, v. 13, n. 1, p. 9-24, 2017.

- LA BARRE K. The heritage of early FC in document reference retrieval systems, 1920-1969. **Library History**, Edinburgh, v. 23, n. 2 p. 129-149, Jul. 2007.
- LARA, M. L. G.; SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. The organization of knowledge based on the proposals of J.-C. Gardin. **Fondements épistémologiques et théoriques de la science de l'information-documentation**: actes du 11e colloque ISKO France 2017, 11 et 12 juillet 2017, Siège de l'Unesco, Paris. London: ISTE, 2018. p. 84-92.
- LÉVY, P. **Les technologies de l'intelligence**. Paris: La Découverte, 1990
- MANIEZ J. **Actualité des langages documentaires**: fondements théoriques de la recherche d'information. Paris: ADBS, 2002.
- MANIEZ, J. Des classifications aux thésaurus: du bon usage des facettes. **Documentaliste – Sciences de l'information**, Liège, v. 36, n. 4-5, p. 249-262, 1999.
- MUSTAFA EL HADI, W.; HUDON, M. (dir.). Organisation des connaissances et web 2.0. **Cahiers du Numérique**, Cachan, v. 6, n. 3, p. 9-38, 2010.
- MUSTAFA EL HADI, W. Diversité culturelle et linguistique et dimension éthique dans l'organisation des connaissances. *In*: FABRE, I.; GARDIÈS, C.; FRAYSSE, P.; COUZINET, V. **Sur les sciences de l'information et de la communication**. Contributions hybrides autour des travaux de Viviane Couzinet. Toulouse: Cepadues Editions, 2017. p. 411-426. (Collection: IDC Information Documentation Communication).
- MUSTAFA EL HADI, W. Fondements épistémologiques et théoriques de la science de l'information-documentation: hommage aux pionniers francophones. *In*: COLLOQUE INTERNATIONAL ORGANISÉ CONJOINTEMENT PAR LE CHAPITRE FRANÇAIS DE L'ISKO, LE LABORATOIRE GERiCO, 11., 2017, Paris. **Actes [...]**. Paris: Publication ISTE, 2018a.
- MUSTAFA EL HADI, W. Documentation and Information Science: on some forgotten origins of the french contribution. **Zagadnienia Informacji Naukowej. Studia Informacyjne** (ZIN), Warszawa, v. 56, n. 1, p. 7–20, 2018b.
- MUSTAFA EL HADI, W. Cultural Frames of Ethics, a Challenge for Information and Knowledge Organization. **Zagadnienia Informacji Naukowej. Studia Informacyjne** (ZIN), Warszawa, v. 57, n. 2, p. 23–39, 2019.
- MUSTAFA EL HADI, W. Ethique de l'information, Dictionnaire du numérique. *In*: CAULI M.; FAVIER L.; JEANNAS J.-Y. (dir.) (à paraître 2021). **Dictionnaire du numérique**. London: ISTE éditions, 2021. p. 96-104.
- PALERMITI, R. Palermi, R. **Vers des précurseurs**: Robert Pages, Éric de Grolier, Jean-Claude Gardin. Communication au groupe de travail "Théories et Pratiques scientifiques (TPS) de la SFSIC, le 3 mars 2000.
- SMIRAGLIA, R. P. Prolegomena to a new order: a domain-analytical review of the influence of S.R. Ranganathan on Knowledge Organization. *Knowledge Organization*

from libraries to the Web. **Journal of Information Management**, Delhi, v. 50, n. 6, p. 709-719, Dec. 2013.

TENNIS, J. T. Subject Ontogeny: Subject Access Through Time and the Dimensionality of Classification. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; MUNOZ-FÉRNANDEZ, F. J. **Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21st Century**: Integration of Knowledge across Boundaries. Proceedings of the Seventh International ISKO Conference, 10-13 July 2002 Granada, Spain, Advances in knowledge organization 8. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 54-59.

TENNIS, J. T. Epistemology, theory, and methodology in Knowledge Organization: toward a classification, metatheory, and research framework. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3, p. 102-112, 2008. DOI: 10.5771/0943-7444-2008-2-3-102. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-102.pdf?download_full_pdf=1. Acesso em: 10 jul. 2023.

TIMIMI, I. Indexation, Référencement. *In*: CAULI, M.; FAVIER L.; JEANNAS, J.-Y. (dir.). **Dictionnaire du numérique**. London: ISTE éditions, 2021. p. 143-146.

VICKERY, B. C. Éric de Grolier's "Big Book" on Classification. **International Classification**, Baden-Baden, v. 18, n. 3, p. 170, 1991.

3

**ESTUDOS CRÍTICOS E SISTEMAS
DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: ASPECTOS
CONCEITUAIS E ÉTICOS**

*CRITICAL STUDIES AND
KNOWLEDGE ORGANIZATION
SYSTEMS: CONCEPTUAL AND
ETHICAL ASPECTS*

Suellen Oliveira MILANI

Universidade Federal Fluminense – UFF

Resumo: O catálogo deve atuar como um mediador justo e confiável entre as necessidades informacionais dos usuários e os itens presentes no acervo. Quando a representação do conhecimento não é realizada de forma defensável, pode-se afastar ou excluir comunidades de usuários do sistema de informação. Alternativas de negociação de espaços para inclusão das comunidades de usuários configuram-se como uma preocupação global da Organização do Conhecimento, Substituir por: porém as soluções, geralmente, são locais e contextualizadas. Os sistemas de organização do conhecimento podem auxiliar os bibliotecários a trabalharem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos visando a uma representação do conhecimento equitativa. Para tanto, um exercício constante de ampliação de consciência e compreensão da responsabilidade ética é necessário. O presente estudo traz uma discussão sobre valores e dilemas éticos e apresenta o método desconstrução, mais especificamente as desconstruções transgressivas, como alternativas teóricas para se pensar a inclusão de comunidades de usuários que se encontram às margens do sistema de informação.

Palavras-chaves: organização do conhecimento; sistema de organização do conhecimento; valor ético; dilema ético; desconstrução.

Abstract: Library catalog must act as a fair and reliable mediator between the users' information needs and the items of the collection. However, when knowledge representation is not held in a defensible way, user communities of the information system can be set aside or excluded. Alternatives for spaces negotiation aiming to include user communities are a global concern of Knowledge Organization, but solutions are local. Knowledge organization systems can help librarians to act at the margins or social and epistemological boundaries for equitable knowledge representation. For that, a constant exercise to increase awareness and understanding of ethical responsibility is necessary. This study address a discussion about ethical values and dilemmas, and presents the deconstruction method, more specifically the transgressive deconstructions, as theoretical alternatives for the inclusion of user communities that find themselves on the margins of the information system.

Keywords: knowledge organization; knowledge organization system; ethical value; ethical dilemma; deconstruction.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades de usuários de bibliotecas buscam por diferentes tipos de informação e se valem de diferentes caminhos para acessá-la, mas também buscam por voz e representatividade nesse universo, e a Organização do Conhecimento (OC) pode ampará-las nessa construção. Nesse sentido, o catálogo construído a partir dos sistemas de organização do conhecimento (SOC) deve atuar como um mediador justo e confiável entre as comunidades de usuários e os itens informacionais presentes no acervo.

As formas pelas quais comunidades de usuários se encontram representadas nos SOC impulsionam estudos críticos desde ao menos 1971, quando Sanford Berman publicou o livro “Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People”, cuja segunda edição foi publicada em 1993, contendo o mapeamento de inconsistências, preconceitos ou traços de preconceitos presentes na Library of Congress Subject Headings (LCSH) (Berman, 1993). Essa lista de cabeçalho de assuntos foi criada e é gerenciada pela Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos e a sua versão em português, no Brasil, é materializada na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional. Na ocasião, o autor sugeriu alterações, inclusões e exclusões de cabeçalhos de assunto e referências cruzadas. Trabalhos sobre o que foi alterado, parcialmente alterado ou permanece como estava na LCSH são publicados até os dias de hoje.

Anthony C. Foskett publicou, também em 1971, o artigo “Misogynists All: A study in Critical Classification” quando declarou que os responsáveis pelas classificações sempre evitaram classificações críticas, isto é, pensar sobre a influência que as suas próprias inclinações e preconceitos exercem nos SOC (Foskett, 1971).

Como pano de fundo dessas e outras obras clássicas estão os impactos que podem ocorrer a partir do contato dos usuários com os substitutos documentais¹ tendenciosos ou preconceituosos (com *biases*, em inglês) em bibliotecas e sistemas de informação.

¹ Em bibliotecas, registros catalográficos são criados para substituir os documentos no catálogo de um

Os substitutos documentais são os registros catalográficos que representam os documentos presentes no acervo, ou seja, os produtos construídos pelos bibliotecários que contêm representações do documento, “ficam no lugar dele”, para fins de recuperação da informação. Esses produtos são compostos por termos utilizados na catalogação e indexação do acervo para designar pontos de acesso que serão utilizados na busca e recuperação da informação. Esses termos são designados a partir dos SOC que, além dos tradicionais sistemas de classificação (linguagem documentária notacional), incluem vocabulários controlados que contêm formas de nomes de pessoas (listas de autoridades) e termos tópicos, descritores de indexação ou cabeçalhos de assunto (linguagens documentárias alfabéticas).

Quando se fala sobre *biases* na OC, são evocadas várias conotações. Se, por um lado, as conotações podem salientar aspectos discriminatórios ou preconceituosos de um determinado tópico no contexto de um sistema de informação; por outro lado, algumas conotações revelam um direcionamento, uma inclinação visando garantir especificidade na recuperação da informação, conforme explica Milani (2014).

Os preconceitos ou direcionamentos podem ocorrer a partir da forma como a representação descritiva ou temática foi realizada pelo profissional; a partir das políticas adotadas pela instituição e pelo profissional, incluindo sua consciência ética sobre os processos; a partir dos SOC adotados; ou a partir dos tópicos e abordagens presentes no próprio documento que está sendo representado.

Quando os processos de representação, denominados representação do conhecimento no âmbito da OC, não são realizados de forma defensável, pode-se privilegiar, censurar, omitir e distorcer informações. Nesse sentido, estudos críticos sobre a OC, incluindo os SOC, devem ser conduzidos em busca de estruturas e orientações para auxiliar a promoção do acesso e apropriação da informação a partir da tomada de decisão ética em bibliotecas.

sistema de informação. Olson (2002, p. 3) explica que “[c]ada registro catalográfico é um substituto de um documento de algum tipo (livro, recursos de som, páginas da Internet etc.) e contém diferentes tipos de representações informacionais daquele documento”. Na corrente de pensamento francesa *Análise Documentária*, tais substitutos são denominados *informação documentária*.

Assim, parte-se de uma trajetória de pesquisa sobre estudos éticos em OC e representação do conhecimento preconceituosa para propor uma reflexão sobre aspectos conceituais e éticos que permeiam os SOC e a necessidade de ampliação de consciência ética dos profissionais que tratam o conhecimento de forma a disponibilizá-lo como informação, aqui denominados bibliotecários.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: VALORES ÉTICOS MOVEM ATITUDES

No atual contexto de proliferação de notícias falsas, personalizações irresponsáveis (e criação de bolhas no *big data*), mais a falta de avaliação de fontes de informação pelos usuários da Internet, aspectos sobre comportamento informacional e necessidade de informação emergem como reveladores de padrões que envolvem comunidades de usuários. Essa situação levou a OC a levantar uma discussão sobre aspectos relacionados à relevância, valor e medida almejados pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação, e a verdade, valor discutido pela Filosofia, e seus papéis na promoção da justiça social.

É tarefa dos teóricos da OC refletir sobre as seguintes presunções²: *fornecer aos usuários o que eles disseram que querem e fornecer aos usuários o que julgamos que eles precisam*, bem como “[...] reconhecer o vazio moral em *ambas* as posições e promover uma justificação a uma OC que seja consistente às concepções contemporâneas e *pluralistas* de verdade” (Furner, 2018, p. 474).

A verdade não é algo eterno e externo a ser retratada de forma objetiva nos SOC, como já alertava Foskett (1971), porém esses sistemas refletem a realidade. Mai (2013) lembra que a realidade é “tendenciosa, injusta e cheia de contradições”, e os bibliotecários têm o grande desafio de amenizar os possíveis danos causados pelos sistemas de informação.

² Presunção é uma premissa subjacente inquestionável e não declarada. Olson (1996) explica que uma das presunções da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação consiste em considerar que as linguagens documentárias universais seriam sempre as nossas opções mais acertadas.

Os bibliotecários compromissados têm o objetivo de promover justiça, principalmente justiça social e, para isso, estudos críticos sobre a biblioteca e seus serviços, incluindo os SOC, deverão ser conduzidos, atesta Furner (2018).

Há diferentes teorias acerca da justiça social que

[...] podem ou não ser simultaneamente teorias sobre justiça distributiva, destacam a importância de indivíduos se identificarem com certos grupos – raças, gêneros, e classes, por exemplo – e de assegurar que esse pertencimento será levado em consideração de forma apropriada em qualquer medida de justiça (Furner, 2018, p. 471).

O autor diz que muitos educadores na OC se comprometem com a justiça social em termos distributivos ao reduzir as divisões e disparidades, por exemplo, entre ricos e pobres, realizar uma distribuição justa de oportunidades sociais, culturais, econômicas e políticas e construir comunidades em que direitos humanos básicos e liberdade são respeitados, porém essa perspectiva ignora um dos maiores tipos de injustiça da sociedade, o qual é causado, conforme explica Furner (2018, p. 471), “[...] pela *opressão* sistêmica ou discriminação de grupos sociais específicos”.

Nesse contexto, os bibliotecários observam os objetos que estudam, tais como os usuários e os responsáveis pelos SOC, a partir de suas *lentes subjetivas individuais*. Milani, Guimarães e Olson (2014) reforçam que os usuários e os responsáveis pelos SOC também produzem camadas de subjetividade.

Bibliotecários possuem crenças, posicionamentos perante diversos assuntos, visões de mundo diferentes, ou seja, não são neutros³. A consciência sobre essa característica humana e a reflexão sobre os valores éticos que permeiam suas vidas exigem um exercício constante; não é possível dissociar as crenças pessoais da atuação profissional. Por atuarem na pro-

³ Sandel (2018, p. 268) esclarece que “[...] o atrativo de uma estrutura neutra está exatamente na recusa a determinar qualquer preferência em relação à melhor maneira de viver ou à concepção do bem”.

moção do acesso e apropriação da informação, parte-se do pressuposto de que os bibliotecários atuam para o bem⁴.

Budd (2006) explica que cabe tanto à Biblioteconomia quanto a qualquer profissão decidir o que é bom, por ser algo pretendido⁵, o que é independente de nós e o que tem valor, isto é, que pode ser usado por nós para compreendermos algumas balizas éticas e objetivos que traçamos. Algumas dessas premissas poderão ter caráter global, não universal, mas uma reflexão local ou contextualizada é a chave para lidarmos com opressões.

Nesse sentido, Froehlich (2011) atesta que os bibliotecários deveriam “[...] querer ampliar sua consciência ética – especialmente no que diz respeito ao entendimento das dimensões éticas de um contexto ou atividade específica – e considerar a diversidade de pontos de vista e valores que vêm à tona na deliberação ética”, isto é, valores que vêm à tona ao se analisar problemas éticos que podem surgir no atendimento aos usuários. Essa ampliação de consciência ética exige o estudo de modelos epistemológicos.

2.1 AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ÉTICA: MODELOS EPISTEMOLÓGICOS NO CONTEXTO DA OC

Uma vez que cada tomada de decisão ética contém valores e implicações morais, podemos afirmar que não devemos contar com o bom senso, afinal

[...] [c]ada um de nós tem a sua própria visão de mundo. Tendemos a esquecer isso e a agir como se as pessoas com as quais interagimos compartilhassem das nossas perspectivas ou até mesmo das nossas opiniões. No entanto, quando indexamos, precisamos

⁴ “A tentativa de dissociar os argumentos de justiça e direitos dos argumentos da vida boa é equivocada por duas razões: primeiro porque nem sempre é possível decidir questões sobre justiça e direitos sem resolver importantes questões morais; segundo, porque, mesmo quando isso é possível, pode não ser desejável” (Sandel, 2018, p. 312).

⁵ O bem “[...] apresenta uma qualidade ontológica; seu próprio ser incorpora o bem (por exemplo: ter integridade é bom). De alguma maneira, essa definição de bem é semelhante ao imperativo categórico de Kant (algo que é um fim em si mesmo). Valor, no entanto, é tornar-se real a partir de sua aplicação; há um atributo pragmático atrelado a ele (fornecer acesso à informação solicitada da forma mais rápida possível tem valor)” (Budd, 2006, p. 255).

estar conscientes de que a maneira como percebemos o mundo pode ser muito diferente daquela de um autor em particular e, certamente, das maneiras como determinados usuários percebem o mundo. A única solução real consiste em estar o mais consciente possível das nossas próprias presunções quando encontrarmos [tais disparidades] no documento. (Jacobs, 2007, p. 163).

O autor constata que há uma carência de literatura no tocante ao modo pelo qual os bibliotecários constroem suas bases filosóficas, incluindo a ética, e isso é grave. As reflexões sobre ética têm caráter interdisciplinar, com muitas tradições de pesquisa e envolvem os mais variados modelos epistemológicos.

Diferentemente dos estudos descritivos ou que examinam situações reais, Fox e Reece (2012) apresentam e explicam seis modelos epistemológicos que poderiam oferecer subsídios para o embasamento de decisões éticas do bibliotecário, cada qual com os seus prós e contras. São eles:

- *Modelo utilitarista*: somente as consequências importam ao determinar o valor moral de uma ação, e o bem comum do coletivo é o foco. Se uma ação serve ao bem comum, mas se vale de mentiras ou violência, a ação mantém o seu valor moral. Na OC, a bondade pode se equiparar à promoção de acesso; lembrando que esse processo é realizado por profissionais especializados. Por exemplo, na Classificação Decimal de Dewey, a classe 200 – Religião – foca no Cristianismo. Se for demonstrado que a maioria dos usuários se beneficia desse arranjo, respondendo ao princípio de utilidade, esse direcionamento será aceito. O utilitarismo parece ser o modelo em uso na OC, embora o bem comum acabe amparando a cultura dominante. Nesse contexto utilitarista, o bibliotecário pode julgar os SOC a partir de seu próprio conhecimento, além de poder aplicar as políticas locais para adaptá-los aos usuários.

- *Modelo deontológico de Kant:* para considerar uma ação correta, considera-se mais do que as suas consequências. Para ser considerada ética, a ação deve ser realizada como um dever, ou seja, seguindo os imperativos categóricos que são valores absolutos, universais, incondicionais e cujo cumprimento compõe a moralidade que conduz ao bem moral. A limitação desse modelo inclui a presença de regras sem exceção e o poder ilimitado dado à imaginação dos bibliotecários. Por exemplo, ao deparar-se com um documento que julgue ofensivo, o bibliotecário pode, deliberadamente, classificá-lo de forma enviesada e, caso alguém não veja contradição nessa ação, ela se torna lícita.
- *Modelo de Rawls – Justiça ética:* Para Rawls, a principal questão da ética seria decidir o que é justo. Assim como a deontologia de Kant, percebe-se que a neutralidade deveria regular o campo por meio dos padrões e, assim, os dilemas éticos seriam vistos sob a égide das normas do campo e não a partir do contexto. A normatividade determinaria por meio de regras qual decisão deverá ser tomada e os detalhes individuais seriam desconsiderados. Na OC, sob essa perspectiva, os usuários deveriam adaptar-se aos sistemas e às regras, as quais os bibliotecários deveriam seguir uma vez que são consideradas universais nesse contexto.
- *Ética feminista – Ética do cuidado:* A Ética do cuidado não implica afeto, mas uma estratégia que visa incluir colaboração, relacionamentos e contexto ao processo de tomada de decisão ética ao analisar os dilemas em seus contextos específicos e acomodando as exceções. Na OC, considerar ou conhecer todos os aspectos de um indivíduo que poderia realizar uma busca no sistema de informação é inviável, mas as pesquisas vêm buscando maneiras criativas de acomodar o contexto dos usuários mantendo o controle bibliográfico necessário; esse parece ser o paradigma atual da OC.

- Ética de Derrida: evoca o direito à diferença, o qual permitiria ao *outro* permanecer como *outro* e não ser reduzido ao *mesmo* pelo sistema; todo *outro* seria bem-vindo ao sistema e, já que os limites são inevitáveis, as bordas entre uma categoria e outra devem ser porosas para acomodá-los. Na OC, a estrutura de Derrida fomentaria sistemas hospitaleiros ao extremo incluindo todos os pontos de vistas e terminologias, similares aos ambientes de *tagging*, nos quais os bibliotecários seriam vistos como restrições e caberia ao usuário julgar a informação que precisa.
- Ética pragmática de John Dewey: várias ações e consequências e todas as possibilidades lógicas que pertencem ao contexto da ação devem ser consideradas, testando-as com o auxílio de uma comunidade definida levando em conta sua vida moral. Não há uma realidade universal e o significado é criado socialmente. Na OC, as decisões do bibliotecário considerariam as possíveis consequências para os usuários e seriam julgadas socialmente de modo a verificar a sua razoabilidade.

Um modelo epistemológico será adotado pela equipe responsável pela criação dos substitutos documentais, afinal, como reforça Mai (2013), não há como evitar tomada de decisão ética em bibliotecas e sistemas de informação.

2.2 DILEMAS ÉTICOS NA OC E SEUS EFEITOS

Tem-se uma melhor noção de ética quando valores éticos são violados ou quando nos deparamos com uma situação problemática, ensina Froehlich (2011).

Em síntese, um dilema ético na OC pode ocorrer quando:

- uma ação não condiz com os valores éticos de quem a está executando;
- uma ação envolve dois ou mais valores éticos conflitantes entre si;
- uma ação não ampara um valor ético que a pessoa que a está executando julga ser essencial para o fim ao qual ela se propõe;
- uma ação difere do proposto pela política adotada pela instituição.

Fox, Martínez-Ávila e Milani (2017) afirmam que as pessoas se importam com as representações que envolvem a si mesmas. Sendo assim, quando um tópico de assunto é tratado como uma exceção no sistema de informação⁶, quando há a guetização de um tópico⁷, omissão de um tópico⁸, quando se observa uma estrutura inadequada nos SOC⁹ e uso de terminologia preconceituosa¹⁰, as comunidades de usuários sofrerão o prejuízo de não se verem ali representadas ou representadas de forma preconceituosa ou opressiva, como demonstra os estudos de Olson (2002).

⁶ Nas classificações, o tratamento da literatura a partir da língua em que está escrita causa problemas aos países colonizados, pois, além de vir primeiro na estante, ter maior espaço e subdivisões cronológicas mais específicas, são dados à língua dos colonizadores, o que não ocorre com a literatura indígena de um país, por exemplo (Olson; Schlegl, 2001).

⁷ No contexto dos estudos de gênero e sobre mulheres, a guetização tem sido vista cada vez menos como uma conveniência (isto é, deixar juntas todas as obras que tratam desse tema) e cada vez mais como uma limitação (isto é, por que retirar as obras do contexto geral da coleção?) (Olson; Schlegl, 2001).

⁸ Nos sistemas de classificação CDD, CDU e LCC, as religiões independentes da África não podem ser representadas, enquanto a Cristandade dominante na África, outras religiões africanas e igrejas independentes dos Estados Unidos o são (Olson; Schlegl, 2001).

⁹ Problemas para representar comunidades africanas consistem em: entendimento impreciso da língua africana, representação das pessoas de acordo com a maneira como estão agrupadas, má alocação no tocante às culturas africanas se comparadas ao espaço destinado às culturas europeia e norte-americana branca e mecanismos de divisão inapropriados (por exemplo, língua). Ao confiarmos na habilidade dos usuários em executar buscas, utilizando operadores booleanos, podemos estar colocando as obras referentes aos grupos marginalizados fora do seu alcance (Olson; Schlegl, 2001).

¹⁰ O exemplo utilizado pelas autoras diz respeito à discussão que se deu no contexto da American Library Association sobre a sugestão de Sanford Berman de se evitar nomear pessoas somente utilizando um adjetivo. Por exemplo: o cabeçalho de assunto “pobre” ressalta apenas um elemento da existência de um indivíduo excluindo todos os outros. Uma solução seria a mudança do cabeçalho para “pessoas pobres” (Olson; Schlegl, 2001). Para mais exemplos, consultar o levantamento bibliográfico realizado por Milani (2014).

Observemos o exemplo a seguir: por muito tempo, a representação descritiva foi entendida como menos suscetível a dilemas uma vez que os dados presentes em suas representações seriam mais fáceis de identificar no documento, porém Moulaison, Dykas e Budd (2014) discutem como o conceito de autoria poderia ser ampliado para o aprimoramento do acesso à informação indo além da simples identificação de “quem é o autor” de um documento. Nessa perspectiva mais abrangente, os pontos de acesso referentes à autoria de uma obra seriam compostos também pelos atributos (gênero, estado civil, título, profissão, vocação etc.), relações (filiações, autores que o influenciaram etc.) e eventos de vida e carreira (campos de estudo etc.) de cada autor.

Ao inserir dados sobre os atributos de um autor, suas relações pessoais e eventos de sua vida e carreira nos substitutos documentais, alguns dilemas éticos relacionados à privacidade podem surgir, uma vez que o bibliotecário lidaria com informações de natureza privada. Mesmo que pontos de acesso compostos por elementos relacionados à autoria figurariam como excelentes pontes temáticas entre as necessidades informacionais do usuário e os documentos do acervo, tais como: pesquisas sobre obras produzidas por autores nascidos em determinada época, que frequentaram determinado local, que lutaram em uma guerra específica, que têm determinada orientação sexual etc., contudo deve-se respeitar os desejos dos autores em relação a expor esses dados levando em conta a política da biblioteca.

Uma alternativa oferecida por Moulaison, Dykas e Budd (2014) seria manter esses dados pessoais do autor em sigilo e autorizar apenas os bibliotecários daquela instituição a acessá-los. Se esses dados se tornarem públicos em algum momento por meio de outra instituição, os bibliotecários poderiam torná-los disponíveis no catálogo, tomando cuidado com questões relacionadas à violação de privacidade.

Szostak (2015) reforça tal constatação quando diz que os usuários se beneficiariam se os pontos de acesso dos substitutos documentais também veiculassem dados sobre as teorias aplicadas, métodos aplicados, perspecti-

vas filosóficas e disciplinares e visões de mundo do autor identificadas no documento representado.

Assim como no exemplo apresentado, o bibliotecário sempre tomará decisão diante de um dilema ético e essa decisão, mesmo que seja ignorar a situação, gerará consequências. A seguir, são apresentadas possíveis consequências da não resolução de dilemas éticos na OC:

1. Impacto na autoimagem do usuário: difícil de ser mensurado ou mesmo comentado. A literatura especializada evita abordar esse aspecto de modo a evitar julgamentos, mas há alguns estudos nesse sentido¹¹.
2. Impacto na construção do conhecimento pelo usuário: não oferecer contextualizações sobre os motivos pelos quais um determinado espaço foi reservado àquele assunto nos SOC, ou acesso ao histórico das mudanças, inclusões e exclusões pelas quais os cabeçalhos de assunto e notações de classificação passaram. Isso deixaria os usuários insatisfeitos e poderia, inclusive, sugerir que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns.
3. Indução a crenças falsas ou preconceituosas, incluindo a estigmatização de determinados grupos de pessoas, principalmente os não pertencentes aos grupos dominantes.
4. Reforço da crença de que o objetivo de todos os SOC é amparar os sistemas universais de recuperação da informação visando à padronização e à internacionalização dos registros catalográficos, notações de classificação e descritores de indexação, e que pensar em soluções locais para a promoção do acesso e apropriação da informação dos usuários poderia prejudicar a sua função.

¹¹ Fox (2016, p. 583) explica que “[...] [p]essoas intersexuais como conceito certamente ‘existem’; no entanto elas não estão sendo classificadas, e sim a literatura sobre elas está sendo classificada, e a literatura oferece a percepção de como o conceito deveria ser considerado. Se a literatura os retrata ontologicamente como seres místicos ou como pessoas normais com corpos atípicos, a epistemologia examina quem e como esses entendimentos se formaram e perpassam as relações de poder que podem encorajar ou limitar o agenciamento”.

5. Reforço da crença na neutralidade, objetividade e universalidade, presunções ainda pouco questionadas pela literatura de Biblioteconomia e de Ciência da Informação.

Uma questão recorrente no âmbito dos estudos éticos na OC diz respeito às maneiras pelas quais as comunidades de usuários da biblioteca que não são incluídas podem ser identificadas. Uma das formas de se estimular essa reflexão é por meio da identificação de valores e, conseqüentemente, problemas éticos que perpassam o campo.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DE VALORES E PROBLEMAS ÉTICOS NA OC: UM EXERCÍCIO CONSTANTE

É sabido que a identificação teórica e conceitual dos domínios do conhecimento mais consultados no sistema de informação e a atenção às discussões relacionadas aos grupos que não pertencem à cultura dominante, uma vez que estes já se encontram amparados pela biblioteca, são recursos apropriados, assim como os estudos de usuários e de comportamento informacional. Nesse cenário, o entendimento sobre os valores e problemas éticos que permeiam a sua atuação profissional é um exercício complementar valioso para o bibliotecário¹².

Budd (2006) esclarece que a identificação e reflexão sobre um conjunto de valores éticos requer uma explicação sobre quais atributos estão associados a determinado valor, para quem tal valor é importante e por quê.

O valor ético “garantia cultural”¹³, tão caro às reflexões contemporâneas, possui os seguintes atributos: apresentação de diferentes tipos de informação e construção de diferentes caminhos para uma mesma informa-

¹² Ver exemplos em Pinho e Milani (2021).

¹³ “Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser sumamente apropriado e útil para os indivíduos de uma cultura somente se for baseado nas premissas, valores e predisposições daquela mesma cultura” (Beghtol, 2002, p. 511). Por essa razão, os SOC são considerados artefatos culturais.

ção. É importante para todas as comunidades de usuários, principalmente aquelas que não pertencem ao contexto dominante porque diferentes usuários têm diferentes identidades e necessidades informacionais específicas, as quais devem ser respeitadas.

Da negação deste valor ético, tem-se “má representação ou incompletude”. Esse problema ético consiste na falha da representação do conhecimento ocasionada por aplicação inapropriada dos SOC ou materialização de um preconceito do bibliotecário nas representações presentes no substituto documental. Nesse caso, não houve uma preocupação ou cuidado com as necessidades dos usuários, o que resulta em ruídos na recuperação da informação, recuperação da informação imprecisa ou, ainda, impactos negativos na autoimagem dos usuários.

No contexto da OC, destaca-se ainda o valor ético “privacidade”, cujos atributos incluem o sigilo sobre as informações relacionadas aos usuários, bem como ao seu histórico com a instituição (buscas, empréstimos, opiniões, problemas etc.). É importante para todos os usuários da instituição, porque apesar de a biblioteca geralmente se configurar como um espaço público, a sua relação com o usuário deve ser privada uma vez que o seu comportamento informacional pode revelar características de sua identidade que ele não deseja compartilhar com outras pessoas.

O problema ético decorrente da negação desse valor é a “vigilância”. Ações que violem a privacidade do usuário devem ser evitadas a menos que questões legais se apresentem. Caso haja qualquer registro ou filtro que exporia a identidade do usuário em suas atividades na instituição, essa ação deve ser informada.

O grande desafio para os bibliotecários é a criação de uma ética institucionalizada, constata Budd (2006), arrolando objetivos específicos a partir de noções de direitos e deveres. É claro que ao se deparar com um dilema previsto na legislação, o bibliotecário possui diretrizes concretas para tomar decisão, mas isso não garante que ele não entrará em conflito quando um valor ético inviabilizar outro valor ético, por exemplo.

O mapeamento dos problemas éticos enfrentados pelas comunidades de usuários e pelos bibliotecários pode partir de uma reflexão sobre valores éticos, como no exercício realizado acima, que permeiam as relações do bibliotecário com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e consigo mesmo, conforme explica Guimarães (2000), porém há outras possibilidades.

Estudos críticos ou que se valem de Teorias Críticas têm sido desenvolvidos no âmbito da OC com o intuito de observar presunções do campo ou para propor soluções para problemas endereçados a ele.

3 ESTUDOS CRÍTICOS ACERCA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Uma vez que os documentos adentram os acervos, a forma pela qual são representados e organizados nas bibliotecas e em seus catálogos pode causar impactos na vida e na autoestima dos usuários, como visto na seção anterior, e nas suas construções de conhecimento. Em outras palavras, ao refletir sobre os processos intermediários entre um contexto de produção documental e um contexto de uso informacional, a OC também “fala pelas pessoas” e, conseqüentemente, influencia sua representatividade.

Partindo da premissa de que as formas pelas quais as bibliotecas e os sistemas de informação são construídos e atuam têm um importante papel na produção do conhecimento, observa-se que os bibliotecários estão aptos a “[...] amparar a avaliação crítica sobre declarações de conhecimento, o crescimento do conhecimento individual e coletivo, e o espaço onde as pessoas podem se engajar em conexões sociais que produzem conhecimento [...]” (Budd, 2004, p. 367).

Na representação do conhecimento, principalmente a partir da representação temática, as tendenciosidades e preconceitos não estão limitados a descrições individuais, mas relacionados a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm

sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos a populações diversas” (Olson, 2002, p. 7). Nesse contexto, destaca-se o importante papel dos SOC.

Os estudos sobre os SOC são denominados críticos quando abordam ou tangenciam um tema político ou social. Esse tema pode dizer respeito à própria designação de um termo, suas relações hierárquicas, associativas ou às remissivas presentes nos SOC. Estudos críticos no âmbito da OC podem ainda alertar ou avaliar o impacto que os substitutos documentais que veiculam termos advindos de determinados SOC pode ter em um determinado contexto.

Por outro lado, estudos críticos podem ser assim denominados pelas escolhas feitas pelo pesquisador ao construir a base metodológica da pesquisa, isto é, ao “ajustar a lente” para a coleta de dados e análise dos resultados de uma pesquisa.

3.1 POSTURAS EPISTÊMICAS E MÉTODO NO CONTEXTO DAS TEORIAS CRÍTICAS

Geralmente, pesquisadores buscam por uma metodologia e métodos no contexto das Teorias Críticas, pois consideram que os fatos, inclusive os fatos científicos, não são dados por meio das perguntas feitas sobre os eventos, mas, sim, construídos. Desse modo, “[...] [t]odos os pesquisadores constroem o seu objeto de investigação com os materiais que a sua cultura fornece, e os valores desempenham um papel central nesse projeto integrado em termos linguísticos, ideológicos e históricos que chamamos de ciência” (Lather, 1991, p. 105).

Ao procurar alternativas que não possuem uma base teórica positivista, destacam-se as Teorias Críticas, o Pós-Modernismo e o Pós-Estruturalismo, que são teorias que apresentam uma ou mais maneiras de se fazer e/ou ver as coisas, ressaltando, para tanto, as diferentes perspectivas presentes em uma mesma realidade.

Essas teorias têm como foco interrogar suposições tomadas como verdades e rejeitam o conceito de uma representação sem pressuposição, uma vez que tal representação é politicamente indesejável e filosoficamente impossível, alerta Agger (1991).

O direcionamento do olhar do pesquisador é evidenciado a partir da postura epistêmica adotada por ele, a qual além de explicitar as suas premissas ontológicas, epistemológicas e sobre a humanidade, registra a sua proximidade, enquanto pesquisador, com o objeto da pesquisa.

Ao refletirem sobre a OC e epistemologias feministas, Olson e Fox (2012) oferecem exemplos de posturas epistêmicas e suas premissas, as quais foram organizadas na figura 1.

Figura 1 – Teorias do conhecimento/Epistemologias feministas



	subjetiva				objetiva
premissas ontológicas	múltiplas realidades	realidade como uma construção social	realidade como um campo contextualizado de informação	realidade como um processo concreto	realidade como uma estrutura concreta
premissas sobre a humanidade	indivíduos construindo e construídos por discursos	construtores sociais	processadores de informação	adaptadores	respondentes
postura epistemológica	desvendar as presunções subjacentes às nossas realidades	entender como a realidade social é criada	mapear contextos	estudar sistemas, processos, mudança	construir uma ciência positivista
exemplos de posturas epistêmicas	<i>pós-estruturalista</i>		<i>cognitiva / standpoint</i>		<i>empirista</i>

Fonte: Baseado em Olson e Fox (2012).

Pesquisas que rejeitam verdades universais e aceitam múltiplas realidades, que necessitam de uma vertente crítica e uma abordagem teórica têm no Pós-Estruturalismo uma postura epistêmica promissora. O objetivo não é reconstruir nenhuma realidade permanentemente, mas mostrar que há outras maneiras de se pensar e que existem posturas epistêmicas

as quais oferecem subsídios para desmistificar algumas premissas tomadas como verdade.

Cada domínio do conhecimento constrói as suas próprias formas simbólicas e não uma verdade singular. Essas formas simbólicas refletem os discursos que as permeiam. Formas simbólicas são as construções que compõem o mundo, isto é, as construções que concedem ao mundo e à sociedade a sua forma. Por exemplo, a linguagem e os mitos são formas simbólicas que modelam a maneira pela qual o mundo será interpretado, assim como o racismo, a irracionalidade etc. (Cornell; Panfilio, 2010).

Uma vez definida a postura epistêmica, métodos e técnicas apropriados deverão ser escolhidos para compor a base metodológica da pesquisa, isto é, os métodos e técnicas deverão estar alinhados às premissas da postura epistêmica adotada.

Para os estudos críticos sobre SOC desenvolvidos pela renomada pesquisadora Hope Olson e seus seguidores, o método desconstrução tem sido adotado desde 1996, ocasião de defesa de sua tese de doutorado. Olson (2003, p. 732) explica que “[...] como resultado do poder de revelar a natureza construída e temporária dos alicerces, a desconstrução é uma excelente ferramenta para identificar e questionar as nossas pressunções, aquelas não declaradas, frequentemente não reconhecidas, bases do nosso pensamento”.

Ao realizar a desconstrução¹⁴, o pesquisador busca entender o porquê de as coisas estarem construídas da maneira como estão, para, então, oferecer uma possibilidade de resposta. Meneses (2013) comenta que a desconstrução de Jacques Derrida¹⁵ é uma estratégia geral de abertura dos possíveis.

Olson (2003) explica que a desconstrução é amplamente usada como técnica no criticismo literário e tem o texto como sua fonte de coleta

¹⁴ As etapas do método e exemplos de aplicação na OC são apresentadas por Olson (1996, 2002), que descentralizou a oposição binária “universalidade *versus* diversidade” e Milani (2014, 2017), que descentralizou a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais”.

¹⁵ Derrida considera a desconstrução como “[...] um evento, não uma teoria ou filosofia ou um discurso ou um ato ou uma prática ou mesmo um método” (Olson, 2003, p. 733).

de dados. Jacques Derrida partiu da ênfase semiótica do conceito de diferença para desenvolver o seu conceito de *différance*, base da desconstrução.

Ao aplicar o método de desconstrução a textos importantes para um campo ou uma prática profissional, será identificada uma oposição binária. A oposição binária consiste em uma combinação, um par, um dualismo e representa a oposição extrema entre um conceito e o outro, como bom e mau, verdade e erro.

Na oposição binária, o primeiro termo, denominado *mesmo*, define e é definido pelo segundo termo, denominado *outro*, que frequentemente está escondido textualmente. A oposição binária contém hierarquia, em que o *mesmo* é o dominante, e o *outro* é o subordinado. Os termos são, então, invertidos, e essa nova relação entre os dois é discutida a partir da aplicação de técnicas apropriadas¹⁶ em textos relevantes. A autoridade para este exercício vem da autoridade dos textos escolhidos. É importante ressaltar que o que será desconstruída será a oposição binária¹⁷ e não o campo ou a prática profissional estudada.

A desconstrução mostra que as oposições binárias são construídas, não inatas. Elas são constituídas por oposições aparentemente opostas, que são caracterizadas pelo termo *différance* utilizado por Jacques Derrida. *Différance* combina as palavras *difference* (diferença) em francês e *defer* [adiamento] [...] Isto é, os componentes de uma oposição binária são definidos por meio das diferenças entre si, mas a desconstrução mostra que essa diferença não pode ser fechada, em última análise. Ou seja, a definição é permanentemente adiada. Assim, a desconstrução não destrói as oposições binárias, mas revela como elas são construídas sob areias movediças (Olson, 1996, p. 76-77).

¹⁶ Exemplos de técnicas são a iteração (Calás; Smircich, 1991) e o *close reading* (Kain, 1998; Mcclennen, 2001).

¹⁷ As diferentes significações de um texto “[...] poderão ser descobertas, decompondo a estrutura da linguagem na qual ela é redigida. Desta feita, Derrida estima que a desconstrução seja uma ‘prática narrativa.’” (Meneses, 2013, p. 180).

As oposições binárias são as sementes da desconstrução e, por lidarem com representação, hierarquias e textos, a OC é um campo fértil para sua aplicação.

A maneira como uma comunidade de usuários é posicionada em um sistema específico ditará como as outras comunidades serão representadas, pois, como explicam Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016, p. 120), “[...] a ordenação espacial de um sistema sempre será relativa às e dependente da posição de seus componentes”. Todos os SOC são compostos por termos e relacionamentos e têm um núcleo dominante e as margens.

Por essa razão, não há como representar todas as comunidades de usuários de forma igualitária, mas há ferramentas para promover uma representação equitativa e isso não é possível sem considerarmos o conceito de *diferenças*. Ao inserirmos o conceito de *diferenças* aos processos de OC, as comunidades de usuários passam a ser vistas como comunidades de pessoas, e o respeito ao seu direito de serem informadas vem à tona, assim como o dever dos bibliotecários de informar.

3.2 DESCONSTRUÇÕES TRANSGRESSIVAS DE HOPE OLSON

O entendimento pragmático dos SOC é *sine qua non*; é preciso reconhecer os esforços das instituições que os gerenciam, mas as reflexões sobre essas práticas devem ser discutidas constantemente. Na OC, a desconstrução não rejeita os seus princípios ou práticas, mas a universalidade deles.

Assim, apresentam-se as desconstruções transgressivas propostas por Hope Olson em um capítulo do livro “Tendencias de investigación en organización del conocimiento” publicado em 2003. A autora apresenta duas adaptações do método desconstrução, o qual possui limitações como todos os métodos. A partir de uma abordagem feminista e uma pós-colonial, Olson (2003) apresenta possibilidades de transcendência das oposições binárias, que foram identificadas e descentralizadas, as quais são relevantes para OC.

As desconstruções transgressivas:

[...] sugerem que as fronteiras da desconstrução derridiana são passíveis de desconstrução para permitir uma mudança concreta – para um agenciamento material. Por essa razão que as desconstruções transgressivas – feminista e pós-colonial – são prontamente aplicáveis à organização do conhecimento uma vez que a organização do conhecimento envolve uma prática concreta no mundo material assim como uma teoria (Olson, 2003, p. 734).

As desconstruções transgressivas revelam a natureza construída dos alicerces e, ao fazê-lo, identificam as suas premissas e questionam as suas presunções. Elas rejeitam o conceito de verdade universal enquanto acolhem múltiplas realidades e, principalmente, promovem agenciamento.

Agenciamento se refere à capacidade de agir ou realizar uma ação. Na teoria contemporânea, ele se articula com a questão de saber se os indivíduos podem iniciar uma ação de forma livre e autônoma, ou se as coisas que eles fazem são, de alguma forma, determinadas pelas maneiras pelas quais sua identidade foi construída. O agenciamento é particularmente importante na teoria pós-colonial porque se refere à capacidade dos sujeitos pós-coloniais iniciarem ações no engajamento ou na resistência ao poder imperial. O termo tornou-se um problema nos últimos tempos como consequência das teorias pós-estruturalistas da **subjetividade**. Uma vez que a subjetividade humana é construída pela ideologia (Althusser), linguagem (Lacan) ou discurso (Foucault), o corolário é que qualquer ação realizada por aquele sujeito também deve ser, em certa medida, uma consequência dessas coisas. Para a teoria do discurso colonial de Bhabha e Spivak, que corrobora grande parte da posição pós-estruturalista acerca da subjetividade, a questão do agenciamento tem sido problemática. No entanto, muitas teorias nas quais a importância da ação política é soberana tomam o agenciamento como certo. Eles sugerem que, embora possa ser difícil para os sujeitos escaparem do efeito das forças que os “constroem”, não é impossível. O próprio fato de tais forças poderem ser reconhecidas sugere que elas também possam ser revogadas (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2007, p. 9-10).

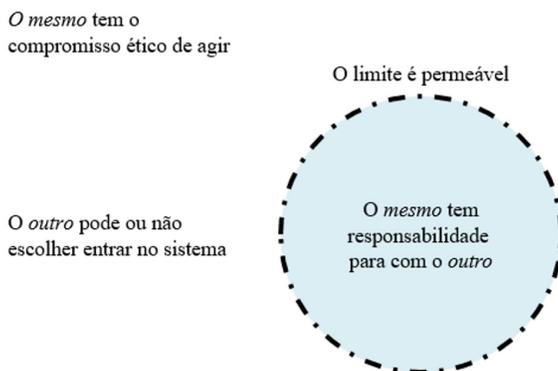
Tanto as reflexões feministas quanto as pós-coloniais veiculam exemplos de oposições binárias, pois os binários veiculam as lutas de gênero e refletem a estrutura patriarcal.

Os binários são de gênero. Ao buscar agenciamento, um emparelhamento adicional é necessário, qual seja o do sujeito conhecedor versus objeto conhecido emerge como chave para o entendimento. Enquanto o sujeito conhecedor estiver ligado à masculinidade, atividade será um traço masculino com o objeto conhecido feminino ligado à passividade. Agenciamento requer a desconstrução da oposição binária (Olson, 2003, p. 735).

A autora explica que abordagens feministas como a de Drucilla Cornell transcende as barreiras da desconstrução derridiana. Cornell (1992) “[...] focaliza as fronteiras construídas ou limites entre o dominante *mesmo* e o *outro* como local para se negociar uma relação diferente entre os dois” (Olson, 2001, p. 5), conforme apresentado na figura 2.

A linha pontilhada simboliza o catálogo da biblioteca; o *outro* são as comunidades de usuários que ainda não se encontram ou se encontram representadas de forma preconceituosa ou incompleta no catálogo; o *mesmo* representa as comunidades de usuários pertencentes aos grupos dominantes, as quais já se encontram amparadas pelo sistema, e os bibliotecários, que têm o compromisso ético de agir. O agenciamento ocorre a partir da ação ética do bibliotecário.

Figura 2 – Negociação com o Outro no catálogo da biblioteca



Fonte: Olson (2003) baseado em Cornell (1992).

Deve-se deixar o *outro* falar por si mesmo por meio dos limites dos sistemas, os quais são construídos. Neste caso, o limite do sistema pode ser o catálogo da biblioteca, composto pelos substitutos documentais. A desconstrução transgressiva feminista de Drucilla Cornell se materializa por meio de agenciamento e pressupõe atuação ética.

Já a desconstrução transgressiva pós-colonial¹⁸ revela a natureza mutável das barreiras entre as culturas. Parte-se do pressuposto de que não há cultura pura por conta da diáspora e hibridação e se questiona a oposição binária universalidade imposta *versus* diversidade local.

Spivak (1999, p. 173) elenca algumas posições de dominação advindas do colonialismo, expostas como oposições binárias, quais sejam: oeste/leste, norte/sul, colonizador/colonizado, arrogância eurocêntrica/nativismo não examinado. A hierarquia entre os termos deve ser observada.

Olson (2003, p. 736) explica que “[...] a postura crítica reconhece os impactos sociais e políticos da colonização e a diáspora e hibridação das pessoas e culturas. O período da colonização europeia foi concomitan-

¹⁸ “O pós-colonialismo deriva da dominação imperial pelas potências europeias de grande parte do resto do mundo à medida que se expandiu a partir do século XVI” (Olson, 2003, p. 736).

te ao desenvolvimento do mercantilismo, o legado do qual é nossa atual globalização corporativa”.

A autora defende que apesar de as relações entre o pós-colonialismo e a desconstrução não terem sido estabelecidas antes da oportunidade da publicação da obra aqui abordada, o pós-colonialismo traz elementos que se assemelham à desconstrução transgressiva, sendo assim “[...] pode-se inferir que, a partir de uma crítica desconstrutiva feminista e pós-colonial, a discussão de Gayatri Spivak de uma desconstrução tão aberta à cultura quanto à diferença sexual confirma algumas frutíferas concatenações possíveis entre a desconstrução e o pós-colonialismo” (Spivak, 1993, p. 132-133¹⁹ citado por Olson, 2003, p. 736).

A autora explica que os conceitos pós-coloniais de diáspora²⁰ e hibridação de pessoas e culturas implica uma desconstrução das *diferenças*.

Homi Bhabha propõe que a hibridação é um espaço de transição, um entre espaços onde o significado cultural é enunciado. Ele se refere a esse espaço como Third Space (BHABHA, 1994, p. 38²¹). A partir de uma abordagem desconstrutivista, esse termo é particularmente interessante uma vez que sugere outros dois espaços: um binário (Olson, 2003, p. 737).

A intenção de Homi Bhabha é evitar a artificialidade do multiculturalismo ligado exclusivamente a questões referentes a vestimenta, comida e dança, exemplifica a autora. O Third Space é “[...] dinâmico – constitui as condições discursivas de enunciação que assegura que os significados e símbolos de uma cultura não têm uma unidade primordial ou imutabilidade; que os mesmos signos podem ser apropriados, traduzidos, historicizados e lidos de uma nova maneira” (Olson, 2003, p. 738). Quando inserido no processo de desconstrução, o Third Space promove agenciamento.

¹⁹ SPIVAK, G. C. Feminism and deconstruction. In: SPIVAK, G. C. **Outside in the teaching machine**. New York: Routledge, 1993. p. 121-140.

²⁰ Diáspora: “Dispersão de um povo ou de uma classe pelo mundo ao longo dos anos ou dos séculos, por perseguição política, religiosa ou étnica” (DIÁSPORA, 2021).

²¹ BHABHA, H. K. **The location of culture**. New York: Routledge, 1994.

A autora conclui que a OC reflete a tradição baconiana ou o padrão de disciplinas acadêmicas atuais e que se faz necessário que os estudos críticos continuem expondo as presunções escondidas nas práticas da OC, porém o ativismo é necessário. As desconstruções transgressivas apresentadas expõem possibilidades de reconstrução dos limites tornando-os permeáveis, ou seja, a negociação com as comunidades de usuários no catálogo da biblioteca é um caminho possível.

3.3 NEGOCIAÇÃO COM AS COMUNIDADES DE USUÁRIOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA

Martínez-Ávila e Guimarães (2013) lembram que as críticas às abordagens universais utilizadas pelos sistemas de classificação, assim como a visão positivista do século XIX, podem ser consideradas como as principais conquistas dos estudos críticos, e de cunho ético, na OC²². Os autores constatam que, apesar das muitas sugestões dos estudiosos da área terem sido acatadas pelos responsáveis pelos SOC, as questões profundas permanecem intocadas.

Os SOC promovem uma mediação entre um contexto de produção de informações e documentos e um contexto de uso de informações e documentos, sendo assim “[...] desempenham um papel de ponte na possível integração entre informação e conhecimento entre as fronteiras culturais, sociais, nacionais, espaciais, temporais, linguísticas e de domínio” (Beghtol, 2005, p. 903).

Esses sistemas são produtos de seus tempos, “[...] impregnados pelas concepções dominantes, pelos paradigmas e pelas tendências e até os preconceitos de uma época” (Barité, 2001, p. 50). Por se valerem de uma

²² Leazer, Montoya e Furner (2018, p. 70) lembram que “[...] as investigações culturais – sobre como as classificações são *construídas a partir* de presunções culturais e sobre como as classificações *reforçam* as presunções culturais – formam um paradigma básico de pesquisa para a classificação por refletirem sobre como elas podem limitar ou reformular a prática classificatória”.

construção abstrata, a partir de pressupostos particulares, sua organização é artificial, provisional e determinista, conclui o autor.

Os SOC são constantemente avaliados, atualizados e aperfeiçoados, contudo as denominadas análises críticas dos SOC “[...] torna[m]-se menos sobre correção e mais sobre localizar as rupturas na estrutura” (Drabinski, 2013, p. 101) para que as negociações ocorram.

Olson (2001) sugere que as orientações de Cornell (1992) sejam seguidas e, então, sejam desenvolvidas técnicas e tecnologias que tornem os limites dos sistemas permeáveis, conforme demonstrado na figura 2.

Os SOC permitem que os bibliotecários trabalhem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos visando incluir diferentes pontos de vista²³ por meio de um exercício constante de responsabilidade ética com o *outro*, enfatiza Olson (2001, 2003).

Mai (2013, p. 251) corrobora essa declaração quando explica que “[...] [a] base ontológica e epistemológica para o trabalho de classificação mudou, nos últimos anos, de uma concepção essencialista de um universo de conhecimento para uma visão pluralista e pragmática dos domínios e da prática como seu fundamento”.

Os bibliotecários aplicam a ética baseados em seus próprios julgamentos morais. Ao solicitar mudanças aos SOC por eles utilizados, por exemplo, mesmo que essas mudanças envolvam processos burocráticos e muitas vezes longos, percebe-se que tanto os sistemas quanto os bibliotecários “[...] têm os mesmos interesses, mas a distribuição desproporcional do poder e do agenciamento podem levar aos excessos e abusos de poder em detrimento dos mais fracos” (Fox; Reece, 2012, p. 378). Em outras palavras, o metavalor de todos os envolvidos com OC é a promoção do acesso e da apropriação da informação pelos usuários, porém a diferença entre o catalogador e os responsáveis pelos SOC está na distribuição de poder, sendo o destes últimos maior.

²³ Para tanto, podem contar com o apoio de líderes de movimentos sociais, de coletivos universitários, de especialistas etc. para a realização dos ajustes terminológicos.

O bibliotecário tem o poder de promover negociações de espaços no bojo dos SOC que a biblioteca utiliza ao inserir notas de escopo, ao construir definições, ao explorar e utilizar a sua rede sintagmática e ao ressaltar as remissivas nos catálogos de biblioteca²⁴ (Milani, 2023). Provavelmente, muitos bibliotecários vêm adotando posturas que promovam representatividade, posturas éticas, mesmo sem se darem conta disso epistemologicamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca é um microuniverso e tudo que ocorre na sociedade também ocorre ali, em proporções menores. Sendo assim, o bibliotecário deve estar atento às questões que envolvem o seu contexto de atuação profissional e atualizado em relação às suas dinâmicas.

Parte-se do pressuposto de que a biblioteca trabalha para a promoção da justiça, principalmente da justiça social, por lidar com a gestão de acervos com o intuito de promover o acesso à informação, o desenvolvimento de pesquisas científicas, a preservação da memória e o lazer por meio da leitura e ações culturais. Apesar de seu importante papel,

[...] [n]ão se pode criar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão. (Sandel, 2018, p. 322).

Embora o objetivo possa não ser o de exercer poder, exceto o poder da recuperação da informação, os bibliotecários atuam no âmbito desse poderoso discurso cultural, como enfatiza Olson (1999). Nesse sentido, a partir da construção e aplicação de SOC, em um determinado espaço

²⁴ O catálogo pode atuar, inclusive, como uma ferramenta pedagógica ao explicar aos usuários o porquê tratamos e organizamos as informações e documentos de determinada forma, sugere Drabinski (2013).

e em um determinado tempo, levando em consideração a diversidade das necessidades locais e a reflexão sobre o seu agenciamento, os bibliotecários podem promover equidade na representação do conhecimento.

Alternativas de negociação de espaços para a inclusão das comunidades de usuários que não pertencem aos grupos dominantes no catálogo da biblioteca ou sistema de informação configuram-se como uma preocupação global da OC, porém as soluções serão sempre locais e contextualizadas.

Diante dos dilemas éticos que exigem tomada de decisão, o bibliotecário terá que considerar valores éticos e barreiras culturais e linguísticas e os estudos críticos, também denominados políticos ou sociais, configuram-se como uma subárea da OC adequada para abrigar tais discussões.

Por fim, é importante lembrar que outras abordagens podem ser usadas para se pensar a tomada de decisão do bibliotecário com vistas à representação equitativa do conhecimento. Nesta oportunidade, discorreu-se sobre valores e dilemas éticos na atuação profissional, espaços de negociação via catálogo e apresentou-se o método desconstrução, mais especificamente as desconstruções transgressivas, com alternativas teóricas para se pensar a inclusão de comunidades de usuários ao universo das bibliotecas e sistemas de informação.

REFERÊNCIAS

- AGGER, B. Critical theory, poststructuralism, postmodernism: their sociological relevance. **Annual Review of Sociology**, California, v. 17, p. 105-131, Aug. 1991.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: the key concepts**. 2. nd. London: Routledge, 2007. (Routledge Key Guides).
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, Oct. 2002.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People**. 2. nd. Jefferson; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.

BUDD, J. Academic libraries and knowledge: a social epistemology network. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, v. 30, n. 5, p. 361-367, Sep. 2004.

BUDD, J. Toward a practical and normative ethics for librarianship. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 251-269, Jul. 2006.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Voicing seduction to silence leadership. **Organization Studies**, New York, v. 12, n. 4, p. 567-602, Oct. 1991.

CORNELL, D. **The philosophy of the limit**. New York: Routledge, 1992.

CORNELL, D.; PANFILIO, K. M. **Symbolic forms for a new humanity: cultural and racial reconfigurations of Critical Theory**. New York: Fordham University Press, 2010.

DIÁSPORA. *In*: DICIONÁRIO Aulete Digital. 2021. Disponível em: <https://aulete.com.br/di%C3%A1spora> Acesso em: 24 dez. 2021.

DRABINSKI, E. Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. **Library Quarterly**, Chicago, v. 83, n. 2, p. 94-111, mês. 2013.

FOSKETT, A. C. Misogynists All: A Study in Critical Classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 15, n. 2, p. 117-121, Spring 1971.

FOX, M. J. Subjects in doubt: the ontogeny of Intersex in the Dewey Decimal Classification. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 8, p. 581-593. 2016.

FOX, M. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S. O. a interseccionalidade e o respeito às pessoas na organização do conhecimento. *In*: ALVES, M. A; GRACIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Campinas: UNICAMP, 2017. p. 239-253. (Coleção CLE, 78).

FOX, M. J.; REECE, A. Which ethics? Whose morality?: an analysis of ethical standards for information organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 39, n. 5, p. 377-383, 2012.

FROELICH, T. 10 Questions: Tom Froehlich. **Information Outlook**, McLean, v. 15, n. 4, 2011. Entrevista concedida a Stuart Hales.

FURNER, J. Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. *In*: RIBEIRO, F; CERVEIRA, M. E. (ed.). **Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference**, Porto, 9-11 July 2018. Würzburg: Ergon, 2018. p. 469-474. (Advances in Knowledge Organization, 16).

- GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (ed.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.
- JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The Indexer**, London, v. 25, n. 3, p. 161-166, Jan. 2007.
- KAIN, P. **How to do a close reading**. 1998. Disponível em: writingcenter.fas.harvard.edu/pages/how-do-close-reading. Acesso em: 28 dez. 2021.
- LATHER, P. **Getting Smart: feminist research and pedagogy with/in the postmodern**. New York: Routledge, 1991.
- LEAZER, G. H.; MONTOYA, R. FURNER, J. Articulating a cultural research program for Knowledge Organization Systems. *In*: RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (ed.). **Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference, Porto, 9-11 July 2018**. Würzburg: Ergon, 2018. p. 68-73. (Advances in Knowledge Organization, 16).
- MAI, J.-E. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.
- MARTÍNEZ AVILA, D.; GUIMARÃES, J. A. C. Críticas de las clasificaciones bibliográficas: universalidad, postestructuralismo y ética. **Scire**, Zaragoza, v. 19, n. 2, p. 21-26, mês. 2013.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SEMIDÃO, R.; FERREIRA, M. Methodological aspects of critical theories in knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 2, p. 118-125, mês. 2016.
- McCLENNEN, S. A. **How to do a close reading**. 2001. Disponível em: www.personal.psu.edu/users/s/a/sam50/closerread.htm. Acesso em: 28 dez. 2021.
- MENESES, R. D. B. de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 177-204, 2013.
- MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C.; OLSON, H. A. Bias in subject representation: convergences and divergences in the international literature. *In*: BABIK, W. (ed.). **Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects: Proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference, Kraków, 19-22 May 2014**. Würzburg: Ergon, 2014. p. 335-342 (Advances in Knowledge Organization, 14).

MILANI, S. O. Sistemas de Organização do Conhecimento inclusivos: a importância das notas de escopo, notas de uso e definições. *In: TOGNOLI, N. B.; ALBUQUERQUE, A. C. de; CERVANTES, B. M. N. (org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação.*** Londrina: PPGCI-UEL, 2023. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 6). p. 734-744.

MILANI, S. O. Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2017.

MOULAISON, H. L.; DYKAS, F.; BUDD, J. M. Foucault, the author, and intellectual debt: capturing the author-function through attributes, relationships, and events in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 1, p. 30-43, 2014.

OLSON, H. A. **The power to name:** marginalizations and exclusions of subject representation in library catalogues. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Library and Information Studies) – University of Wisconsin-Madison, Madison, 1996.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for Information and Library Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29. 2001.

OLSON, H. A. **The power to name:** locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. *In: FRÍAS-MONTOYA, J. A.; TRAVIESO-RODRÍGUEZ, C. (org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento.*** Salamanca: USAL, 2003. p. 731-740.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, Oct. 2001.

OLSON, H. A.; FOX, M. J. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. *In: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. L. (ed.). **Cultural frames of knowledge.*** Würzburg: Ergon, 2012. p. 79-97.

SANDEL, M. J. **Justiça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason:** Toward a history of vanishing present. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SZOSTAK, R. A pluralistic approach to the philosophy of classification. **Library Trends**, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 591-614, Winter 2015.

4

**ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO E
COMPLEXIDADE: ASPECTOS
HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E
EPISTEMOLÓGICOS**

*ORGANIZATION OF KNOWLEDGE
AND COMPLEXITY: HISTORICAL,
PHILOSOPHICAL AND
EPISTEMOLOGICAL ASPECTS*

Daniel Abraão PANDO

*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo - IFSP*

Resumo: Aborda questões relacionadas à temática da Organização do Conhecimento (OC) no contexto do pensamento complexo e da Pós-Modernidade sob a perspectiva da teoria da classificação. Tendo como delineamento metodológico uma revisão bibliográfica, buscou-se registrar o teor dessas questões na literatura do campo. Constatou-se que: a) o pensamento pós-moderno viabiliza um meio, uma possibilidade real e necessária para se olhar o campo da Organização do Conhecimento a partir de uma perspectiva complexa; b) o pensamento complexo privilegia a ontologia do “vir a ser”, que contrapondo a um mundo pronto e determinado e enfatiza uma realidade múltipla, transitória, efêmera e emergente; c) as teorias classificatórias que foram criadas para um mundo estável e previsível vêm sendo questionadas e postas em xeque, por não mais responderem à complexa dinâmica da contemporaneidade. Assim, a centralidade da classificação universal é questionada e novas formas de organizar o complexo mapa do saber humano vão surgindo de forma a dar respostas satisfatórias e personalizadas em um mundo onde as diferenças são respeitadas e não mais engessadas em concepções anacrônicas que não dão conta das complexidades inerentes aos novos tempos.

Palavras-chave: organização do conhecimento; complexidade; Pós-Modernidade; classificação; epistemologia.

Abstract: This chapter deals with issues related to Knowledge Organization (KO) in the context of complex thinking and post-modernity from the perspective of classification theory. Using a bibliographic review as a methodology, we aimed to record the content of these issues in the literature of the field. It was found that: a) the post-modern thinking provides a means, that is, a real and necessary possibility to look at the field of knowledge organization from a complex perspective; b) complex thinking privileges the ontology of “becoming”, which, in contrast to a ready and determined world, emphasizes a multiple, transitory, ephemeral, and emergent reality c) classificatory theories that were created for a stable and predictable world have been questioned as they no longer respond to the complex dynamics of contemporaneity. Thus, the centrality of universal classification is questioned and new ways of organizing the complex map of human knowledge are emerging in order to provide satisfactory and personalized answers in a world where differences are respected and no longer embodied in anachronistic conceptions that do not account for the complexities inherent to the new times.

Keywords: knowledge organization; complexity; Post-Modernity; classification; epistemology.

1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo buscamos, em um primeiro momento, apresentar uma breve revisão histórica e conceitual concernente ao campo de Organização do Conhecimento (OC), enfatizando tanto os estudos teóricos quanto as transformações causadas pelas novas configurações sociais que lançam alguns desafios epistemológicos e configurativos para esse importante campo no momento atual. Em seguida, desenvolvemos um diálogo com a ideia de complexidade através de uma reflexão a respeito dessa noção epistemológica que tem sido debatida em alguns campos científicos e suas possíveis implicações para a OC.

Verticalizando a abordagem, em um terceiro momento destacamos alguns aspectos relacionados à teoria da classificação por entendermos essa atividade como central nos processos de OC. Para tanto, reportamos a um momento histórico denominado de pós-modernidade onde importantes discussões vêm sendo desenvolvidas por diversas formas de pensar essa nova realidade, privilegiando nesse contexto a epistemologia da complexidade que tem como um de seus principais representantes Edgar Morin.

2 O CAMPO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A preocupação com a organização do conhecimento não é um fato recente, já que na própria história da humanidade este fato está evidenciado como uma preocupação do homem. Como afirma Moreira (2018, p. 23): “[...] o conhecimento é uma das questões mais antigas, fundamentais e essenciais à ideia de civilização que a humanidade produziu”. Ainda segundo o referido autor “[...] dele ocupou-se, inicialmente, a filosofia antiga, quando os gregos [...] deixaram de contemplar o universo para tentar efetivamente compreendê-lo”.

Dessa forma, a ideia de organização do conhecimento é algo que o homem tem convivido e provém, basicamente, da Filosofia e da classificação das ciências. Percebe-se uma influência da tradição filosófica nos

sistemas modernos de classificação, atividade central da OC, seja como método (micronível) seja como base para classificar e organizar o conhecimento (macronível) (Monteiro; Giraldes, 2008). De acordo com Araújo, Guimarães e Tennis (2021, p. 2) “[...] a organização do conhecimento (OC) é tanto a atividade de ordenar e representar informações quanto o campo de estudo que se preocupa com a natureza e a qualidade dos processos e sistemas de OC”.

O termo Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization*), como é trabalhado atualmente, é relativamente recente, surgindo por volta da década de 70. Sua fundamentação histórica, no entanto, surgiu nas primeiras décadas do século 20 ao ser utilizado, entre outros, por Henry E. Bliss (1870-1955), Charles A. Cutter (1837-1903), W.C. Berwick Sayers (1881-1960) e Ernest C. Richardson (1860-1939) (Hjørland, 2008). Dentre esses autores, Bliss é o autor de três obras relacionadas aos estudos da Organização do Conhecimento, sendo elas: *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* (1929), *Organization of knowledge in libraries and subject approach to books* (1933) e *A system of bibliographic classification* (1935), que foram consideradas precursoras para a constituição do campo.

Dalhberg (2006), no seu artigo sobre *Knowledge Organization: a new science* e em uma entrevista concedida ao periódico *Knowledge Organization* (2007), relata como se deu historicamente a consolidação do termo como ele é atualmente conhecido. De acordo com a referida autora, o grupo de pesquisadores, do qual fazia parte, procurava um nome mais abrangente do que classificação (primeiro nome pelo qual a área era conhecida). A primeira ideia para o nome foi pensada a partir da tradução de *Wissensordnung*¹, título do seu livro, de 1974. Como a tradução para o inglês não era adequada, ela propôs o uso da expressão que foi utilizada por Bliss, em 1929, *Organization of Knowledge*, mas na ordem inversa *Knowledge Organization*.² (Lima; Alvares, 2012).

¹ Algo como “ordem do conhecimento”, a partir de uma tradução livre.

² A questão da adoção do termo *Knowledge Organization*, a exemplo de outras é algo controverso. Barité (2001) aponta que foi o autor alemão Soergel que propôs em uma conferência realizada, em 1971, a expressão “*Knowledge Organization*”, sugestão imediatamente acolhida pelos demais investigadores que

De acordo com Arboit (2014), além dos trabalhos de Bliss (1929, 1935), Dahlberg (1995) cita a dissertação de Soergel, de 1971, “*Organization of knowledge and documentation*”, e a sua, de 1973, “*Foundations of organization universal of knowledge*”, também como os primeiros trabalhos voltados para OC.

Arboit (2014) argumenta que tanto Soergel quanto Dahlberg compartilham a concepção de que a Ciência da Informação e a Teoria da Classificação devem se referir às estruturas conceituais e o processo de formação dos conceitos. Porém, enquanto a linha de pensamento de Dahlberg volta-se para um enfoque filosófico, uma vez que ela defende a ideia de que a OC está mais próxima da Filosofia do que da Ciência da Informação a de Soergel volta-se para a Documentação ou Ciência da Informação. “Em outras palavras, enquanto a preocupação de Dahlberg é formular a Teoria do Conceito e demais fundamentos filosóficos da nova disciplina, a de Soergel era como aplicar esses fundamentos na construção de sistemas de recuperação da informação” (Arboit, 2014, p. 120-121).

Necessário, no entanto, se faz destacar que foi a partir de 1989, com a fundação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO³), considerada como a primeira sociedade acadêmica internacional dedicada à teoria e prática da organização do conhecimento (Mcilwaine; Mitchell, 2008), sob a presidência de Ingetraut Dahlberg, que se começou a delinear com mais profundidade a consolidação científica do campo. Desde sua fundação, a referida instituição tem se voltado aos estudos que abordam aspectos interdisciplinares na questão de organização do conhecimento e tratamento da informação destacando, nesse contexto, os trabalhos da própria Ingetraut Dahlberg (Alemanha), de Clare Begthol (Canadá), Francisco Javier Garcia Marco (Espanha), Miguel Angel Esteban Navarro (Espanha), Mário Barité (Uruguai) e Birger Hjørland (Dinamarca), dentre outros.

compartilhavam a mesma linha de pensamento, inclusive Dahlberg e outros que saíram da Society for Classification para fundar a ISKO em 1989 (Arboit, 2014, p. 120).

³ A Sociedade Internacional de Organização do Conhecimento – ISKO tem uma contribuição especial, uma vez que é considerado um espaço para discussões científicas sobre a organização do conhecimento, bem como pelo estudo de diferentes métodos e abordagens para facilitar o acesso ao conhecimento pela sociedade (Guimarães; Oliveira; Grácio, 2012, p. 31).

De acordo com Barité (2013, p. 120), a Organização do Conhecimento é “[...] uma disciplina de formação recente que estuda as leis, os princípios e os procedimentos pelos quais se estrutura o conhecimento especializado em qualquer disciplina”. De certo modo, é uma disciplina de convergência teórico-metodológica, pois se nutre de elementos da Linguística, da Documentação, da Informática e da Comunicação (Barité, 2000). Além disso, mantém vínculos com os âmbitos que se ocupam da produção, do pensamento científico (Ciência da Ciência, Filosofia da Ciência, Sociologia da Ciência, e de sua classificação - a Taxonomia e a nomenclatura entre outros). Todo empenho realizado em função da Organização do Conhecimento se justifica porque a humanidade só avança na medida em que sistematiza o saber acumulado para cumprir determinados propósitos e só por meio do estabelecimento de consensos sobre este saber, torna-se possível o intercâmbio, a comunicação, o debate, a difusão e os modos de circulação do conhecimento especializado (Barité, 2001).

Dessa forma, torna-se uma necessidade premente a questão da organização do conhecimento, uma vez que isso demanda pensar em formas de acesso mais qualificadas, o que pode, em última instância, proporcionar importantes subsídios para a tomada de decisão em vários âmbitos da sociedade.

No que diz respeito ao seu desenvolvimento, Barité (2001) esclarece que a evolução do campo se confunde em sua origem e, em seus primeiros passos, com as histórias particulares da Ciência da Informação (e mais especificamente da Biblioteconomia), contribuindo para formação e desenvolvimento destas disciplinas, desde a parcela que se ocupa dos princípios e das técnicas de tratamento documental de conteúdo.

O estudo a respeito da organização do conhecimento, ao longo do tempo, passou por distintos interessados. No período pré-científico da antiguidade, foram os filósofos, como Aristóteles, que tiveram (e ainda tem) grande influência nas bases lógicas e epistemológicas do pensamento ocidental (Barité, 2001; Miranda, 1999). A partir da separação entre

ciência e filosofia, a tentativa de sistematização do conhecimento coube primeiro aos monges e, em seguida, aos primeiros científicos laicos responsáveis pelas grandes revoluções intelectuais da história da humanidade (Barité, 2001). Na era Moderna, passou a ser alvo dos enciclopedistas como Avicenna, Hugo de São Vitor, Vincente de Beuvais, Bartholomaeus Angelicus e também de educadores como Comenius, J.H. Alsted, W. Ratke (Amorim Neto, 2013).

A partir do século XIX, com a expressiva generalização das bibliotecas públicas como suporte educativo e cultural da expansão econômica, impulsionada pela Revolução Industrial, começa-se a pensar com mais profundidade na necessidade de criação de instrumentos específicos para o armazenamento e a recuperação de documentos de um modo estruturado, sendo também a partir do “[...] terceiro quartel do século XX [...] preocupação também dos Cientistas da Informação” (Miranda, 1999, p. 68). Com o crescente desenvolvimento das tecnologias e o acúmulo cada vez mais intenso de informações e conhecimentos que são produzidos e disponibilizados, observa-se que, até o tempo presente, muitos filósofos, epistemólogos, científicos e historiadores da ciência moderna continuam preocupados por organizar o cada vez mais complexo mapa do saber humano (Barité, 2001).

Hjørland (2003), por sua vez, lembra que o conceito da Organização do Conhecimento é muito amplo, pois este se encontra envolvido com a divisão social do trabalho (disciplinas); as instituições sociais (universidades); as linguagens e sistemas simbólicos; os sistemas conceituais e teóricos; e, ainda, com as literaturas e gêneros. O autor acredita que muitas vezes a Ciência da Informação tem ignorado o amplo significado das teorias da Organização do Conhecimento, essenciais para a construção de eficientes sistemas de organização de informação (SOCs).

Nesse sentido, Hjørland (2008) conceitua a organização do conhecimento a partir de dois significados, sendo um mais restrito e o outro mais amplo. Como significado mais restrito, o autor assim se expressa: “[...] a

Organização do Conhecimento se relaciona com atividades como: descrição de documentos, indexação e classificação realizada em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de instituições de memória [...]” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução nossa). Já na concepção de significado mais amplo, o autor entende a Organização do conhecimento como sendo aquela atividade que “[...] trata da divisão social e mental do trabalho, a organização das universidades e outras instituições de pesquisa e educação superior, a estrutura das disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação do conhecimento etc.” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução nossa).

Assim, subentende-se que, a organização do conhecimento, como um campo de estudo, tem como fundamento de suas preocupações a natureza e a qualidade desses processos e também com os sistemas de organização do conhecimento que são utilizados para organizar documentos, representações de documentos, obras e conceitos (Hjørland, 2008).

Historicamente, pode-se constatar, então, que a organização do conhecimento procurou, segundo a visão de Barité (2001, p. 39-40, grifos do autor):

[...] oferecer um modelo conceitual adequado com as diversas práticas e atividades sociais vinculadas com o acesso ao conhecimento e pretende operar como instrumento de *tratamento da informação e de gestão de uso da informação*, abarcador e integrador dos fenômenos e aplicações vinculados com a estruturação, a disposição, o acesso e a difusão do conhecimento socializado.⁴

No mesmo sentido, Rabello e Guimarães (2006, p. 9) argumentam que a Organização do Conhecimento “apresenta como principal núcleo epistemológico o conhecimento registrado, ou seja, aquele materializado em documentos”. Como disciplina, dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, o uso e a avaliação de classificações cien-

⁴ Essa expressão é utilizada para exprimir o mesmo conceito utilizado por Guimarães (1994), *conhecimento registrado*, e Jaenecke (1994), *conhecimento documental* (Rabello; Guimarães, 2006, p. 14).

tíficas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentárias. Aporta, por outra parte, metodologias de uso e recuperação por linguagem natural (Barité, 2001).

Esta visão integral do conhecimento é de suma importância já que a ela se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas a organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação abrindo, assim, maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia, da Documentação e da própria Ciência da Informação.

No entanto, Andersen (2002), ao analisar o campo da Organização do Conhecimento, afirma que o mesmo tem uma longa história no contexto da Ciência da Informação, porém, essa tradição da área tem sido marcada pela busca de técnicas, normas e regras para a Organização do Conhecimento em vez de haver se esforçado para uma compreensão mais profunda de seu papel na produção e na comunicação do conhecimento na sociedade.

O resultado disso, segundo o autor, é uma concepção bastante restrita da Organização do Conhecimento no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, ignorando a ampla organização social do conhecimento. Deve-se ressaltar, no entanto, algumas exceções como os estudos de Bliss (1929), Egan e Shera (1952), Patrick Wilson (1968) e Birger Hjørland (1994, 1997), os quais têm defendido o papel da Organização do Conhecimento na produção e na comunicação do conhecimento na sociedade (Andersen, 2002).

Nesse contexto, percebe-se que a busca de um entendimento melhor a respeito da própria constituição do campo de Organização do Conhecimento é algo que ainda faz parte da agenda de pesquisa do campo. Como afirma Arboit (2014, p. 13), “[...] a área ainda busca consolidar-se de modo consistente via construção e revisão da sua base teórico-epistemológica”.

Essa temática constitui em importante objeto de estudo e, por esse motivo, a busca de uma visão mais integralizadora do campo de Organização do Conhecimento é um assunto que vem sendo debatido no contexto da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). López-Huertas e Jimenez Contreras (2004, p. 137) já pontuavam que a organização do conhecimento “[...] é um campo cujos limites nem sempre são claramente definidos. Ele se apresenta como um conceito amplo, e nem todos os autores explicitam sua compreensão”.

Smiraglia (2005, p. 139), nessa mesma linha, também questionou o que exatamente seria a organização do conhecimento e, ele mesmo constatou que: “[...] existem muitas definições diferentes e nem todos os estudiosos do domínio concordam”. No mesmo sentido, López-Huertas (2008, p. 114) posicionou-se afirmando que: “[...] o conceito de OC está em revisão hoje em dia. Estudiosos da Ciência da Informação (CI) argumentam que os limites conceituais do que foi entendido por OC não correspondem com a forma como OC é visto hoje. Ele pede reconsideração”.

Conforme relatam McIlwaine e Mitchell (2008), na nona conferência internacional da ISKO, realizada em Viena (2006), durante conversas informais e discussões no seio do Conselho Consultivo Científico, ficou claro que havia uma necessidade de apresentar uma definição compartilhada do campo Organização do Conhecimento, uma vez que, embora a maioria dos membros da ISKO fosse proveniente dos campos de Biblioteconomia e Ciência da informação, o interesse nessa temática não está restrito a eles. O interesse de outras áreas nessa questão, segundo os autores, acabou levando também a uma confusão sobre o significado de organização do conhecimento e a sua relação com outros campos como a gestão do conhecimento.

Como se pode perceber, a relação da Organização do Conhecimento com outras áreas passa também pela própria denominação do campo. Nota-se, assim, que a questão conceitual é de interesse para o campo, pois a partir do trabalho desenvolvido por Matos, Guimarães e Grácio (2015)

identificou-se, considerando a análise de publicações de dois capítulos da ISKO (Ibérico e brasileiro), que a questão conceitual do campo ainda é tímida. Segundo os autores, isso poderia sinalizar para uma sedimentação e uma superação dessas questões “[...] mas, dada a diversidade de abordagens conceituais quanto ao objeto da área, observa-se que o tema ainda se encontra em fase de construção” (Matos; Guimarães; Grácio, 2015, p. 553).

Assim, nota-se que o campo ainda convive com questões fundamentais para o seu pleno desenvolvimento. Como aponta Lopez-Huertas (2008) o campo não possui um corpo bem articulado, consistente e coerente de teorias e métodos. Isto dá origem a um panorama geral conflitante e uma ausência de comunicação entre os diferentes pontos de vista. Segundo a referida autora, não podemos esquecer a percepção da OC como um campo preenchido por modelos teóricos e métodos sem muita conexão interdisciplinar e sem muita consciência das dimensões exatas de seus limites conceituais – duas noções que têm muito a ver com identidade interdisciplinar. Em outras palavras, existem problemas epistemológicos para lidar.

Hjørland (2008), destaca que a questão epistemológica é fundamental para que um campo possa se consolidar no rol dos assim denominados campos científicos. No entanto, é preciso considerar que os campos consolidados preocupam-se menos com questões epistemológicas. Assim, se um determinado campo ainda se preocupa com suas delimitações epistemológicas subentende-se que ainda não atingiu sua plena maturidade científica.

Percebe-se pelos questionamentos apontados acima que, apesar de todo o avanço ocorrido desde sua fundação, o campo da Organização do Conhecimento ainda busca uma melhor estruturação teórica e epistemológica, o que pode resultar em uma melhor fundamentação de suas bases científicas. Uma dessas configurações, que atualmente vem sendo debatida para uma melhor estruturação do campo é aquela voltada para a questão da complexidade e todas as suas conformações que tem se tornado em uma agenda de pesquisa promissora para o campo da OC.

Como forma de melhor analisar esse contexto, passamos, no próximo tópico, a tecer algumas considerações a respeito do pensamento complexo evidenciando como essa nova configuração tem, de fato, exercido influência nas discussões que são realizadas nesse campo do conhecimento.

3 COMPLEXIDADE E PENSAMENTO COMPLEXO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS

O pensamento complexo ainda não é um corpo sistematizado de pressupostos que configurem uma disciplina específica. Pensando a sua designação como uma questão epistemológica, pode-se situar seu surgimento a partir de estudos levados a cabo por diversos pensadores e cientistas como Gregory Bateson (1904-1980), Heinz von Foerster (1911-2002), Gordon Pask (1928-1996), Norbert Wiener (1894-1964), Henri Atlan (1931), Humberto Maturana (1928-2021), Francisco Varela (1946-2001), Gaston Bachelard (1884-1962), Abraham Antoine Moles (1920-1992), K. L. Von Bertalanffy (1901-1972), Ilya Prigogine (1917-2003) e Edgar Morin (1921) dentre outros (Gustsack; Pellanda; Boettcher, 2017; Francelin, 2003).

Embora se reconheça o valor das diversas propostas elaboradas pelos autores citados acima que destacam uma visão mais aprofundada a respeito das mudanças que vêm ocorrendo nas concepções científicas, no presente texto daremos uma maior atenção aos estudos desenvolvidos por Edgar Morin. Francelin (2003) destaca que a complexidade proposta por Morin se refere a um conjunto de eventos, primordialmente aqueles ligados à área científica, que passaram a ocorrer com mais frequência a partir do final do século XIX e que foram sendo debatidos, combatidos e assimilados no decorrer do século XX até o momento atual.

Baseado no pensamento de autores como Japiassu (1986), Kuhn (2001) e Epstein (1988), Francelin (2003) considera que o que houve na realidade foi um certo tipo de Revolução pois foram quase três sé-

culos de determinismo, de racionalismo, de univocidade, de concepção mecânica de mundo e, principalmente, da certeza que se transferia ao experimento científico.

Esse entendimento também é defendido por López-Huertas (2013, p. 400) ao argumentar que “[...] estamos diante de uma grande revolução que exige uma nova epistemologia; ou seja, uma epistemologia baseada em premissas de acordo com as demandas da sociedade atual, um novo olhar para a pesquisa, novas metodologias, novas lógicas, etc.”.

De acordo com Nicolescu (1999, p. 2) a ciência moderna era obcecada pela ideia de leis e ordem. Nessa busca estabeleceu “[...] três postulados fundamentais: a existência de leis universais, de caráter matemático; a descoberta destas leis pela experiência científica; a reprodutibilidade perfeita dos dados experimentais”. Esse período foi denominado por Bauman (2001, p. 10) como modernidade sólida, em que a lógica científica começa por “[...] eliminar as obrigações ‘irrelevantes’ que impediam a via do cálculo racional dos efeitos [...]”.

Esse modelo de ciência promoveu a separação entre as ciências naturais e as ciências sociais. Nicolescu (1999, p. 12) denominou esse processo de *big-bang* disciplinar afirmando que suas causas respondem “[...] às necessidades de uma tecnociência sem freios, sem valores, sem outra finalidade que a eficácia pela eficácia”. Ou seja, uma ciência tecnicista com pouca ou nenhuma consideração para seus efeitos na realidade à sua volta (Moraes; Campos, 2019). No entanto, tudo isso passa a ser contestado com as descobertas da própria ciência, como aponta Morin em vários de seus estudos (1996, 1998, 1999, 2002, 2011, 2015).

Assim, uma das vozes mais destacadas quando nos referimos ao pensamento complexo e ao desenvolvimento de uma teoria da complexidade é sem dúvida a de Edgar Morin, filósofo e historiador francês que, ao longo de vários anos e de diversas obras publicadas se propôs a fornecer um entendimento dessa forma de enxergar as atuais configurações sociais e cien-

tíficas com as quais nos deparamos atualmente. Segundo López-Huertas (2013, p. 400):

Morin (1992) com seu pensamento complexo é um bom exemplo de um novo movimento que vai abarcar, com o tempo, correntes de pensamento que têm sido chamadas de pós-modernismo, ciência pós-moderna, conhecimento multidimensional (interdisciplinaridade e transdisciplinaridade).

Edgar Morin, frequentemente, se refere à teoria da complexidade apenas com o termo “Complexidade”. Para tentar esclarecer as suas ideias, Morin (1998, p. 176), propõe que sejam superados dois mal-entendidos sobre a Complexidade. O primeiro é o de concebê-la “[...] como receita, como resposta, ao invés de considerá-la como desafio e como motivação para pensar”; o segundo é “[...] confundir a complexidade com completude”: não é, diz ele; é antes o problema da “incompletude do conhecimento humano”. Morin (2011) ainda levanta uma terceira possibilidade que é confundir “complexidade” com “complicação”.

Por essa razão muitos acreditam que agir e decidir diante da complexidade somente é sinônimo de desordem ou de obstáculos. Morin (2011, p. 377-378), no entanto, demonstra uma forte diferenciação entre a complexidade e a complicação:

A complexidade não é a complicação. O complicado pode reduzir-se a um princípio simples, como um novelo enredado ou um nó de marinheiro. É claro que o mundo é muito complicado, mas se fosse apenas complicado, ou seja, embaralhado, multidependente, etc. bastaria realizar as reduções que todos conhecemos [...]. O verdadeiro problema não é, portanto, reduzir a complicação dos desenvolvimentos a regras com uma base simples. A complexidade está na base.

Morin (2011, p. 14) considera que “[...] a dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar o emaranhado (o jogo infinito das inter-retroações), a solidariedade dos fenômenos entre eles, a bruma, a

incerteza, a contradição”. Segundo Morin (2011), temos a capacidade de elaborar algumas ferramentas conceituais, alguns princípios para essa ação, além de pressentir a visão de um novo paradigma de complexidade que seria necessário emergir. Semelhantemente a esse pensamento, o filósofo Gaston Bachelard, (2017, p. 21) aponta também para um rompimento com as ciências anteriores, especialmente no que se refere à filosofia das ciências de uma maneira geral. Isto porque, para ele, as filosofias do conhecimento parecem desfavorecidas e maculadas pelo utilitarismo.

Morin (2011, p.34) define complexidade como “[...] um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituição heterogênea, inseparavelmente associada”. Nesse sentido, a complexidade pode ser entendida como um tecido de fatos, ações e interações que constituem um determinado fenômeno. No entanto, é preciso levar em conta que a complexidade apresenta momentos de desordem, ambiguidades e incertezas, tornando necessário ordenar esses fenômenos e, conseqüentemente, livrar-se das certezas. Porém, essas ações necessárias à nossa inteligibilidade podem provocar aquilo que Morin vai chamar de a cegueira do conhecimento (Menezes; Barbosa, 2018).

De acordo com Morin (2011) pode-se pensar a complexidade a partir de três princípios⁵ fundamentais: o dialógico, a recursão organizacional e o hologramático. O princípio dialógico pode ser exemplificado pela organização da vida, que nasce da junção de dois tipos de entidades químico-físicas, o DNA. Por um lado, essa junção traz uma memória estável, com características hereditárias e, por outro lado, os aminoácidos formam os mais variados arranjos-roteiros, caracterizados pela instabilidade de desagregação e reconstituição incessante a partir de mensagens do DNA. Isso exemplifica a existência de duas lógicas: de um lado uma das proteínas instáveis interagem com o meio, e de outro, o DNA assegura a reprodução. Essas duas lógicas não se apresentam como justapostas, mas como complementares entre si e necessárias uma à outra. Em termos dia-

⁵ Posteriormente Morin (2015) expandiu estes princípios para sete esclarecendo que todos estes princípios são complementares e interdependentes. No entanto, para os propósitos do presente estudo iremos adotar apenas estes três princípios.

lógicos, a ordem e a desordem são antagônicas, suprimindo uma a outra, mas ao mesmo tempo contribuem para a organização da complexidade. Para Morin (2011, p. 74) o princípio dialógico “[...] nos permite manter a dualidade no seio da unidade”.

O segundo princípio denominado de recursão organizacional, é um processo em que os produtos e os efeitos são simultaneamente produto e produtor, ou seja, os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causadores do que os produz. Como exemplo desse princípio, o autor cita a sociedade, que é produzida por meio de interações com os indivíduos, mas também produz os mesmos. Assim, a recursividade é “[...] uma ideia em ruptura com a ideia linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, já que tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo [...] autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor” (Morin, 2011, p. 74).

Araújo (2007), ao analisar a diferença entre a causalidade linear e a recursiva aponta que enquanto a linear está fundamentada na racionalidade cartesiana e indica uma única metodologia, uma única maneira de fazer algo, a causalidade recursiva, descoberta através da física quântica, indica uma metodologia dinâmica, não linear, “[...] implicando um pensamento aberto ao inesperado, ao desconhecido, ao acaso, pressupondo que não existe nem início nem fim, que cada final é sempre um novo começo e cada início emerge de um final anterior [...]” (Araújo, 2007, p. 519).

O terceiro princípio é intitulado como princípio hologramático. Este princípio traz a ideia do holograma e vai além do reducionismo que só vê as partes e do holismo que só vê o todo. No holograma a menor parte de uma imagem possui a totalidade da figura, assim, não apenas a parte está no todo, como o todo está igualmente em cada parte. Na biologia temos o exemplo da célula como um princípio hologramático, sendo que cada unidade celular de nosso corpo possui a totalidade das informações genéticas do organismo. Como num sistema vivo e autopoietico qualquer,

somos uma espécie de rede também e por isso, estamos interligados sistemicamente ao todo.

Segundo Morin (2011) esse princípio é um pouco a ideia de Pascal, que afirmava que não podia conceber o todo sem as partes, assim como não podia conceber as partes sem o todo. Outro exemplo do princípio hologramático que rompe com as ideias fragmentadas, reducionistas e simplificantes está no fato da sociedade ser entendida como um todo, ao mesmo tempo em que se encontra presente em nosso interior, já que trazemos conosco a linguagem e a cultura.

Aliado a esse entendimento, e de forma mais objetiva para os propósitos do presente capítulo, De Santis e Souza (2017, p. 154) argumentam que na contemporaneidade, a Organização do conhecimento tem se defrontado com os limites do que eles denominam de “paradigma disjuntivo⁶” e tem “[...] investigado bases teóricas mais adequadas para lidar com a multidimensionalidade do conhecimento”. Uma dessas bases é voltada justamente para a questão da complexidade e todas as suas conformações que tem se tornado em uma agenda de pesquisa promissora para o campo da OC, dentre as quais podemos apontar como exemplo o encontro da ISKO realizado no Brasil em 2015 cuja principal temática foi “Organização do conhecimento e complexidade”.

Ainda de acordo com De Santis e Souza (2017, p. 161), uma consequência mais próxima da Organização do Conhecimento quando discutimos questões relacionadas à complexidade é que:

[...] a oposição entre ordem e desordem deixou de fazer sentido, uma vez que as leis da termodinâmica (e seus princípios de entropia e neguentropia) mostraram que ordem e desordem são faces de um mesmo processo e que cooperam de maneira inseparável para

⁶ “Foi nas ditas ‘ciências tradicionais’, como a Física e a Biologia, que ocorreu a problematização da visão disciplinar do conhecimento e a constatação da falência de um modo disjuntivo de lidar com os saberes. O deflagrador dessa ruptura no quadro epistemológico do conhecimento foi a enunciação da segunda e da terceira leis da termodinâmica que, ao provarem a interdependência entre sujeito e objeto, promoveram a desreificação da noção de matéria, unindo em uma mesma entidade as noções de espaço e tempo. Com isso, as categorias da física clássica que desde o século XVII fundamentavam o pensamento do homem ocidental sobre as coisas do mundo foram colocadas em questão” (De Santis; Souza, 2017, p. 160).

“estabilizar” o universo. Em suma, as transformações ocorridas ao longo de mais de vinte séculos em relação às formas de se encarar o conhecimento e o consequente esvaziamento causado pela constatação de que o homem não encerraria em si a capacidade explicativa do mundo, levou a ciência da segunda metade do século XX a um ponto de inflexão: o conhecimento científico já estabelecido não era capaz de explicar o conhecimento prático do mundo. (De Santis; Souza, 2017, p. 160-161).

Assim, entendemos que as considerações de Edgar Morin sobre as contingências do século XX como facilitadoras de uma nova organização do conhecimento em bases complexas e transdisciplinares, bem como sobre a emergência de um “pensamento ecologizado”, permitem compreender o estatuto epistemológico da ciência do complexo no mundo atual.

Dito de outro modo, longe de um modismo, de um operador cognitivo abstrato, ou mesmo do surgimento de mais uma teoria para interpretar o mundo, as noções de complexidade, pensamento complexo e religação de saberes podem ser compreendidas como imperativos do nosso tempo, como uma forma de organizar conhecimentos em estreita ligação com o modo de organização dos domínios físicos, materiais, simbólicos, ecológicos, educacionais etc. Se é correto afirmar que a compreensão da interdependência múltipla dos fenômenos (sejam eles físicos ou culturais) só poderia emergir de uma sociedade-mundo em intensa interdependência, “[...] é igualmente razoável afirmar que uma ‘reforma do pensamento’ em bases complexas configura, ao mesmo tempo, ferramentas cognitivas e sugestões pragmáticas essenciais para viver, conhecer e projetar novos horizontes civilizacionais” (Almeida, 2008, p. 50).

Esses princípios traduzem a necessidade de uma visão integradora, superando as fragmentações a que estamos sujeitos. Esse conceito vem ligado aos princípios da transdisciplinaridade, da complementaridade e da incerteza, fazendo emergir novas concepções de conhecimento e, de forma complementar, a sua organização em um contexto pós-moderno como veremos a seguir.

4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E COMPLEXIDADE NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

Para entendermos de forma mais aproximada as questões relacionadas à organização do conhecimento e a complexidade no contexto pós-moderno, necessário se faz destacar que é imprescindível considerar as novas configurações pelas quais o conhecimento, objeto central desse campo, vem passando nos últimos tempos. Como apontam Alexiev e Marksburry (2010, p. 364, tradução nossa) “[...] a base epistemológica de qualquer teoria de OC é um postulado aceito. Em outras palavras, como o conhecimento é organizado e representado depende em grande parte da compreensão de como o conhecimento é gerado e percebido”.

Nesse sentido, Langridge (1976, p. 3) destaca que: “[...] nosso problema é a organização do conhecimento para uso, e nosso interesse central deve ser a natureza do conhecimento em si”. Do mesmo modo, Shera (1970) declara que o estudo da natureza do conhecimento é tão importante para os profissionais da informação como o estudo de anatomia é para o cirurgião.

A partir desse entendimento, podemos verificar na literatura do campo alguns autores que se dedicaram a estudar e delinear novas configurações epistemológicas para se entender melhor como o conhecimento, ou pelo menos o seu entendimento, vem sendo discutido. Um desses autores é Pombo (2003) que, pensando sobre essa temática, afirma que o conhecimento é marcado por transformações em sua estrutura. Fundamentando suas ideias na visão de filósofos e eruditos, a autora destaca que o conhecimento apresentou nos primórdios características de um corpo unificado, de abrangência geral, depois passou a um período de fragmentação em campos ultra especializados e atualmente continua esse processo de transformação com movimentos em suas fronteiras qualificados pelos estudos chamados interdisciplinares. Termo este que coloca em relação outros quatro: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (Pombo, 2003).

No presente estudo, esse conhecimento será abordado como multidimensional⁷. Vale lembrar que esse termo já foi utilizado por Ranganathan (1967), Morin (2002) e López-Huertas (2013) em distintos momentos, mas com o mesmo sentido: o da multiplicidade de saberes reunidos para responder a problemas da realidade. Logo, o termo “[...] conhecimento multidimensional” é utilizado como um conceito de maior abrangência para se referir ao conhecimento inter-trans-multidisciplinar” (Moraes; Campos, 2019, p. 3).

Nesse contexto, De Santis e Souza (2017, p. 156) afirmam que:

[...] a partir da segunda metade do século XX, novos caminhos vem sendo buscados para se estudar os sistemas de organização do conhecimento. Um dos principais desafios é refletir a natureza multidimensional do conhecimento, ou seja, as suas múltiplas possibilidades de relação com o mundo social.

Segundo os referidos autores, “René Descartes fundou o que veio a se converter no paradigma científico predominante da cultura ocidental desde o século XVII: a separação entre o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*)”. Este paradigma, que foi logo adotado pela comunidade científica, “estabelece um princípio de verdade baseado na descoberta de uma ‘ordem perfeita’ na realidade e foi com ele que o conhecimento científico e a reflexão filosófica lograram progressos inauditos, mas sempre evoluindo em paralelo, como se houvesse uma ‘linha’ separando o sujeito e as coisas no mundo”. No entanto, durante o século XX, “[...] chegou-se a um ponto de inflexão no qual a ciência constatou os limites do modo de pensar cartesiano e também a sua própria incapacidade de ultrapassá-los a partir da adoção de um conhecimento independente do sujeito, como estava sendo proposto no momento semiótico” (De Santis, Souza, 2017, p. 157-158).

⁷ “O conhecimento multidimensional enfatiza um caráter mais reticular do conhecimento e a necessidade de superação de sua fragmentação e setorialização que caracterizaram a visão moderna do conhecimento” (López-Huertas, 2013, p. 400, tradução nossa).

Este movimento da própria ciência conduziu a uma necessidade inequívoca de atualização das teorias de conhecimento, face à inadequação de se continuar concebendo qualquer objeto ou entidade como fechados em si mesmos. A ciência passou a se ver diante do desafio de lidar com sistemas abertos, nos quais “[...] a realidade está tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e o seu meio ambiente” (Morin, 2011, p. 19).

Concomitantemente a estas questões, as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, como as novas concepções sociais, políticas e econômicas com as quais a humanidade tem convivido, afetam de forma direta as concepções e o desenvolvimento das ciências. Uma dessas mudanças diz respeito ao debate instaurado pela pós-modernidade que impacta nos problemas da Ciência da Informação (CI) e, mais especificamente, na Organização do Conhecimento (OC). No entendimento de Smit, Tálamo e Kobashi (2004), a passagem da modernidade à pós-modernidade foi tão rápida e intensa que diversos domínios não empreenderam a necessária reflexão sobre o próprio trajeto de sua constituição.

Uma dessas mudanças diz respeito às discussões sobre as questões relativas à complexidade que, a partir da década de 70, começaram a se instalar de forma mais efetiva nos debates epistemológicos sobre as novas configurações sociais e científicas. Esse debate, como não poderia deixar de acontecer, acabou também afetando o campo das ciências informacionais e vem, ao longo do tempo, causando diversas discussões como forma de entender essa nova configuração mundial que acaba impactando no desenvolvimento de estudos que tentam dar uma melhor compreensão a estes fenômenos.

Esse movimento não tem passado despercebido na comunidade de organização do conhecimento, tanto que em 2007, em um congresso da ISKO foi lançado o que se denominou de Manifesto de Leon em que algumas dessas preocupações são discutidas e apontadas algumas soluções. Dentre os aspectos que foram discutidos no citado manifesto, e que trazem uma relação direta com a OC, Gomes (2009, p. 68) destaca as seguintes:

Atendência corrente em direção a uma crescente interdisciplinaridade do conhecimento requer, essencialmente, novos sistemas de OC, baseados numa revisão substantiva dos princípios subjacentes nos tradicionais sistemas de organização do conhecimento baseados em disciplinas;

- A inovação não somente é desejável, mas factível, e deve ser implantada pelo desenvolvimento real de algum novo sistema de organização do conhecimento;

- Em vez das disciplinas, a unidade básica dos novos sistemas de organização do conhecimento deve ser fenômeno do mundo real como representado no conhecimento humano;

- Os novos sistemas de OC devem possibilitar aos usuários mudar de uma perspectiva ou ponto de vista para outro, refletindo a natureza multidimensional do pensamento complexo. Em particular, devem possibilitar que possam buscar um fenômeno particular de modo independente, bem como teorias particulares sobre fenômenos (e sobre relações entre fenômenos), e métodos particulares de investigação;

- As conexões entre fenômenos, entre os fenômenos e as teorias que os estudam, e entre fenômenos e os métodos para investigá-los devem poder ser expressos e gerenciados por técnicas analítico-sintéticas já desenvolvidas na classificação facetada.

Mas como estas questões se inserem dentro de um contexto pós-moderno? Como já apontado em outro estudo (Pando; Almeida, 2016), entender o que é a pós-modernidade não é uma tarefa tão simples uma vez que diversos autores tentaram defini-la, mas ainda não há um consenso a respeito. Harvey (1994) e Santos (2000, 2003), por exemplo, coincidem ao considerar a pós-modernidade mais como uma instância de reflexões ou período de autoanálise sobre a modernidade que uma nova etapa histórica. Nesse contexto, a pós-modernidade seria muito mais inclusiva dos problemas socioculturais, portanto, não é sem-razão que surge neste ambiente discursivo a voz dos atores sociais ligados aos movimentos sexistas e étnicos (movimentos por direitos civis, por igualdade de gênero etc.). Também é oportuno destacar o aparecimento do movimento linguístico conhecido

como politicamente correto que procura, por meio da linguagem regular, as relações humanas e evitar a reificação do preconceito endereçado às minorias.

Contrariamente à modernidade em que a história e as relações humanas seriam pouco importantes, pois os projetos, o planejamento e as mudanças súbitas pareciam como inevitáveis, a pós-modernidade se apresenta como um ponto de inflexão e se converte em espaço de interlocução e de problematização da situação que nos deixou a modernidade. Os problemas questionados pela pós-modernidade impactam nas formas de produzir conhecimento e propor soluções práticas a diversas áreas, incluindo, sobretudo, a organização do conhecimento.

Assim, se considerarmos o postulado defendido por Alexiev e Markburu (2008) levando em consideração que a maneira como um conhecimento é organizado, depende da forma como ele é gerado e compreendido, podemos verificar que as mudanças na concepção do conhecimento trazidas sobretudo pelo advento das teorias complexas, inevitavelmente acabam também por influenciar no formato e nas ferramentas que são utilizadas para sua efetiva organização.

Nesse sentido, o pensamento pós-moderno e complexo privilegiam a ontologia do “vir a ser”, que contrapondo a um mundo pronto e determinado enfatiza uma realidade múltipla, transitória, efêmera e emergente. No contexto pós-moderno e complexo, a realidade passa a ser percebida como continuamente em fluxo e transformação e, dessa forma, impossível de ser representada sob qualquer senso estático. Corroborando tal afirmação, Parker (1992) entende que a realidade é construída pelo discurso e pelas concepções discursivas coletivamente sustentadas e continuamente renegociadas ao longo do próprio processo de “dar sentido”. Assim, para os pensadores pós-modernos, o papel da linguagem na construção da realidade é central, e toda e qualquer tentativa de descobrir a verdade única soa como um meta-discurso. Além disso, se a sociedade é entendida como um contínuo e complexo processo de “vir a ser”, novas formas de discurso

e novas metodologias são necessárias para esses novos tempos, assim como se faz necessário um novo olhar sobre os processos sociais e consequentemente os processos de organização do conhecimento.

De acordo com Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010), um dos aspectos pelos quais a pós-modernidade alcança o problema da organização do conhecimento pode ser delineado a partir da introdução do relativismo, subjetivismo e certa “desordem” na organização (uso da linguagem livre, de lógicas difusas) como influência de uma pós-modernidade antimoderna. Nesse sentido podemos inferir que a complexidade é algo que não pode ser desconsiderado quando se pretende estudar as questões relativas à OC no atual contexto.

Mas por qual via poderíamos pensar as questões relacionadas entre as abordagens delineadas pela epistemologia complexa, a organização do conhecimento e os pressupostos pós-modernos? Pode-se apontar que, dentre as várias possibilidades, uma que talvez pareça mais perceptível seja pela via da classificação. Esse entendimento pode ser corroborado pelo pensamento de Campos, Gomes e Oliveira (2013, p. 1) ao defenderem que “[...] organizar um dado domínio **implica em classificar**, separar por semelhanças e diferenças, estabelecer relações de identidade, de similaridade e de associações e expressar tais relações através de classes de conceitos” e por Gomes (2009, p. 60, (grifo nosso) ao enfatizar que:

[...] a Organização do conhecimento é uma área que procura estabelecer suas bases teóricas, incluindo as diversas abordagens epistemológicas com suas implicações na elaboração de sistemas de organização do conhecimento, **em que releva o papel da classificação.**

Neste aspecto, princípios para a construção de sistemas de classificação também se incluem no problema da OC. “Se tomarmos OC como foco, a classificação está no conjunto das atividades com ela relacionadas” (Gomes, 2009, p. 62).

A autora ainda enfatiza que, cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no exterior associam bibliografia, catalogação, classificação, vocabulários controlados, bases de dados, indexação, metadados, processamento de linguagem natural, ontologia, como tópicos incluídos em organização do conhecimento. Mas as classificações bibliográficas, pela possibilidade de produzirem notação que representa o conhecimento registrado nos documentos continuam despertando interesse dos pesquisadores. “De fato, artigos que incluem histórico da OC referem-se, em grande parte, à classificação bibliográfica como primeira iniciativa de organização do conhecimento; [...] Afinal, sistemas de classificação bibliográfica, desde Bliss, são considerados como sistemas de OC” (Gomes, 2009, p. 62-63). Da mesma forma, Moreira (2018, p. 11) afirma que “[...] a teoria da classificação forma a base teórica das discussões sobre organização do conhecimento”. Assim, podemos inferir que a classificação exerceu (e ainda exerce) uma centralidade nas discussões relativas à OC e ainda desperta o interesse de muitos pesquisadores.

Desse modo, delineando a classificação como uma possibilidade concreta de análise, podemos apontar, a partir dos postulados propostos pela visão complexa juntamente com as novas configurações sociais, epistemológicas e científicas trazidas pela pós-modernidade, os seguintes pressupostos: a tradição clássica da teoria da classificação baseada em uma visão moderna (e estática) do mundo inclui a ideia de que as classificações podem ser um espelho neutro e objetivo de um universo do conhecimento; contrariamente, a teoria pós-moderna (e complexa) de organização do conhecimento rejeita tal hipótese e coloca o foco sobre a práxis social e a linguagem da comunidade; enquanto a classificação moderna visa representar o universo do conhecimento a classificação pós-moderna visa fornecer uma ferramenta pragmática para domínios específicos; na modernidade a classificação tinha uma centralidade na OC devido a fisicalidade dos documentos, com o advento das novas tecnologias e um novo espaço de produção de informações digitais os estudos relacionados à classificação parecem sofrer um deslocamento. A crítica pós-moderna sugere, em

definitivo, que as formas de organizar o conhecimento podem não estar refletindo o contexto sociocultural, nem mesmo sendo tão pragmáticas como pensávamos com as estruturas de saber da modernidade (Pando; Almeida, 2016).

Nesse mesmo sentido, López-Huertas (2013, p. 403) alerta que:

Considerando que a abordagem tradicional na organização do conhecimento é baseada na noção de hierarquia lógica (estilo árvore), mais ênfase deve ser dada aos links transversais e estruturas conceituais em rede, como é evidente a partir do conhecimento multidimensional e do pensamento pós-epistemológico.

Atualmente, o mundo vive um momento de transformações aceleradas em todos os campos e a imobilidade e imutabilidade das coisas se torna uma utopia. O momento é realmente de mudanças que acontecem de forma cada vez mais rápidas. Nesse contexto, e levando em conta as discussões acima relativas à complexidade, podemos conjecturar que as teorias organizacionais, dentre as quais inserimos também as classificatórias que foram criadas para um mundo estável e previsível vêm sendo questionadas e postas em xeque, por não mais responderem à complexa dinâmica da contemporaneidade.

Como apontam Araújo, Tennis e Guimarães (2021, p. 12): “[...] entende-se que a pesquisa e a prática da OC tendem ao modelo socialmente pluralista, o que pode estar relacionado ao pensamento pós-moderno sobre a relação entre as pessoas, o conhecimento como construção social e a influência de várias perspectivas”.

Pensando especificamente no que nos propomos a discutir no presente capítulo, podemos inferir que a Organização do conhecimento vem sendo impactada de forma direta e permanentemente com tais mudanças. A lógica classificatória, que é central no campo, e norteou todo o desenvolvimento do mesmo, cada vez mais é confrontada com as novas perspectivas e transformações que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, a centralidade da classificação universal é questionada e novas formas de organizar o

complexo mapa do saber humano vão surgindo (ontologias, taxonomias, folksonomias, tesouros semânticos, mapas conceituais, etc.) de forma a dar respostas satisfatórias e personalizadas em um mundo onde as diferenças são respeitadas e não mais engessadas em concepções anacrônicas que não mais dão conta das complexidades inerentes aos novos tempos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o pensamento pós-moderno viabiliza um meio, uma possibilidade real e necessária para olharmos a Organização do conhecimento a partir de uma perspectiva complexa, como uma forma de interligar os saberes, buscando uma compreensão de realidade que contempla a complexidade do mundo que vivemos e da multidisciplinaridade na avaliação e entendimento dos fenômenos. Como aponta Beghtol (1998, p. 2, tradução nossa): “[...] a multidisciplinaridade em todas as áreas do conhecimento tornou-se a norma e não a exceção”. Por isso, em sua opinião, a multidisciplinaridade é um aspecto importante a ser considerado na criação de novas tabelas gerais de classificação, as quais precisam ter maior hospitalidade e flexibilidade e os estudos devem considerar necessariamente os requisitos dos documentos multidisciplinares e o ambiente eletrônico.

Da mesma forma De Santis (2016, p. 28) destaca que atualmente pesquisas em Organização do Conhecimento “[...] vem afirmando a necessidade de se considerar a complexidade (e não mais evitá-la) e apontam os avanços da lógica matemática e da computação como ferramentas que possibilitariam a concepção de novos sistemas de organização do conhecimento”.

Considerando que a busca pelo conhecimento tem como objetivo contribuir para o melhoramento da qualidade de vida das pessoas, para sua emancipação enquanto ser psicossocial, percebe-se a importância social que uma efetiva organização do conhecimento desempenha na vida de uma comunidade e mesmo de uma sociedade.

Nesse contexto, a epistemologia da complexidade supera a ideia determinista e estática do mundo e das suas configurações sociais, políticas e científicas, não recusando de modo algum a clareza, a ordem e o determinismo mas entendendo que precisamos estar preparados para o inesperado não resolvendo por si só os problemas, mas fornecendo subsídios para uma estratégia que poderá nos ajudar a resolvê-los diante de uma realidade incerta. O mundo contemporâneo está cada vez mais complexo. Assim, as dúvidas, a falta de certeza e a divergência são aspectos consubstanciais com os quais o profissional da informação terá que conviver (Imbernón, 2006). Vivenciamos hoje o esgotamento dos modelos baseados na busca da redução e simplificação da realidade assentes na crença na estabilidade do mundo (Lara, 2015).

Nesse sentido, Gnoli (2004) destaca que a pesquisa científica moderna lida com o conhecimento cada vez mais em termos de um quadro unitário, sem fronteira fixa entre as disciplinas, nem qualquer domínio separado e independente dos outros. Isso contrasta totalmente com as divisões tradicionais de disciplinas, nas quais se baseia a maioria dos esquemas de organização do conhecimento.

Tomando como pressuposto básico que os parâmetros de organização do conhecimento espelham lógicas dominantes da ciência, observar com consciência para as ciências, para uma nova epistemologia do pensamento que leve em conta a complexidade dos fenômenos e acontecimentos atuais é o primeiro passo para superar uma visão fragmentada e unidimensional do pensamento a fim de que possamos estabelecer uma visão global de mundo para sermos capazes de enfrentar os problemas complexos da contemporaneidade como preconizado por Edgar Morin.

REFERÊNCIAS

- ALEXIEV, B.; MARKSBURY, N. Terminology as organized knowledge. *In*: GNOLI, Flavio; MAZZOCCHI, Fulvio (ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference 23-26 February 2010 Rome, Italy. Advances in knowledge organization 12. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p 363-370.
- ALMEIDA, M. C. X. Educação como aprendizagem da vida. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 43-55, 2008.
- ANDERSEN, J. Communication technologies and the concept of Knowledge Organization: a medium theory perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 29, n. 1, p. 29-39, 2002.
- ARAÚJO, M. M. S. O pensamento complexo: desafios emergentes para a educação on-line. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 36, p. 515-551, set. 2007.
- ARAÚJO, P. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; TENNIS, J. T. A concepção de epistemologia da organização do conhecimento. **Palabra Clave** (La Plata), La Plata, v. 10, n. 2, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e120> Acesso em: 20 out. 2021.
- AMORIM NETO, M. R. **Organização do conhecimento na Ciência da informação**: uma análise métrica nos periódicos brasileiros (1972-2012). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.
- ARBOIT, A. E. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de organização do conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.
- BACHELARD, G. **Epistemologia**. São Paulo: Ed 70, 2017.
- BARITÉ, M. **Diccionario de organización del conocimiento**: clasificación, indexación, terminología. 5. ed. Montevideo: PRODIC, 2013. Disponível em: <http://archivos.liccom.edu.uy/diccionario/Diccionario%20Definitivo%20%5B3-11-13%5D.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- BARITÉ, M. Los conceptos y su representación: una perspectiva terminológica para el tratamiento temático de la información. **Scire**, Zaragoza, v. 6, n. 1, p. 31-53, ene./jun. 2000.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación, Organização do Conhecimento. *In*: CARRARA, K. (org.) **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BEGHTOL, Clare. Knowledge domain: multidisciplinary and bibliographic classification systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 25, n. 1/ 2, p. 1-12, 1998.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E.; OLIVEIRA, L. L. As categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramZero - Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jun. 2013.
- DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. *In*: GARCIA MARCO, Francisco Javier. (org.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. p. 7-25.
- DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.
- DE SANTIS, R. **Sistemas de organização do conhecimento para domínios complexos**: abordagem a canções populares na web semântica utilizando propriedades fuzzy. 2016. ?? f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.
- DE SANTIS, R.; SOUZA, R. F. Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento. *In*: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 154-175.
- EPSTEIN, I. **Revoluções científicas**. São Paulo: Ática, 1988.
- FRANCELIN, M. M. Epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003.
- GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119303>. Acesso em: 1 out. 2021.
- GNOLI, C. Naturalism vs pragmatism in knowledge organization. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO) CONFERENCE, 8., 2004, London. **Proceedings [...]**. [S. l.]: ISKO, 2004. p. 187-192. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/aikovol09200443.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.
- GUIMARÃES, J. A. C.; OLIVEIRA, E. T.; GRÁCIO, M. C. C. Theoretical Referents in Knowledge Organization: a Domain Analysis of Knowledge Organization Journal. *In*: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K.S. (ed.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization**: proceedings of the twelfth international ISKO conference 6-9 August 2012 Mysore, India. Würzburg, Germany: Ergon, 2012, p. 31-38.

GUSTSACK, F.; PELLANDA, N. M. C.; BOETTCHER, D. M. Contribuições para uma epistemologia da complexidade. *In*: PELLANDA, N. M. C.; BOETTCHER, D. M.; PINTO, M. M. (org.) **Viver/conhecer na perspectiva da complexidade: experiências de pesquisa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. p. 15-26.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1986.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para mudança e incerteza**. São Paulo: Cortez, 2006.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LANGRIDGE, D. W. **Classification and indexing in the humanities**. London: Butterworth, 1976.

LARA, M. L. G. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 20, p. 89-107, fev. 2015. Número especial 1.

LIMA, J. L. O.; ÁLVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ÁLVARES, L. (org.) **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Ed, 2012.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some Current Research Questions in the Field of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2-3, p. 113-136, 2008.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Reflexions on Multidimensional Knowledge: its influence on the foundation of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 6, p. 400-407, 2013.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; CONTRERAS, E. J. Spanish research in Knowledge Organization (1992-2001). **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 31, n. 3, p. 136-150. 2004.

MATOS, D. F. O.; GUIMARÃES, J. A. C.; GRÁCIO, M. C. C. A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: uma análise de domínio a partir dos congressos de ISKO-Brasil e ISKO-Espanha. *In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, 12., 2015; CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. Anais [...].* Murcia: Universidad de Murcia, 2015. p. 544-555. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

McILWAINE, I. C.; MITCHEL, J. S. Preface to special issue - “What is Knowledge Organization”. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3, p. 79-81, 2008.

MENEZES, N.; BARBOSA, E. Pensamento complexo e educação: um olhar sob a perspectiva da aprendizagem. **Revista da 15ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa - CONGREGA URCAMP**, Bagé, v. 15, n. 15, p. 68-82, 2018.

MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **INFORMARE**, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999.

MORAES, R. P. T.; CAMPOS, M. L. A. A representação do conhecimento em espaços multidimensionais e a contribuição teórica de autores fundacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. Anais [...].* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122650>. Acesso em: 15 out. 2021.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, E. **O método**: 3. O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOREIRA, W. **Sistemas de organização do conhecimento**: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. Tese (Livre-Docente) - Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

PARKER, M. Post-Modern Organization or Postmodern Organization Theory? **Organization Studies**, Berlin, v. 13, n. 1, Jan. 1992.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. Knowledge Organization in the Context of Postmodernity from the Theory of Classification Perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 2, p. 113-117, 2016.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, 1, 2003, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2003. p. 1-18. (Cátedra Humanismo Latino). Disponível em: http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2006.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RENDON ROJAS, M. A.; HERRERA DELGADO, L. B. Bases filosóficas de la organización de la información. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 3-17, jan./abr. 2010.

SHERA, J. **Sociological foundations of librarianship**. New York: Asia Publishing House, 1970.

SMIRAGLIA, R. P. About Knowledge Organization: an editorial. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 32, n. 4, p. 139-140. 2005.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SMIT, J.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2004.

5

**EPISTEMOLOGIA: UM CONCEITO
EM ANÁLISE NO DOMÍNIO
DA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

*EPISTEMOLOGY: A CONCEPT UNDER
DOMAIN ANALYSIS IN THE FIELD OF
KNOWLEDGE ORGANIZATION*

Paula Carina de ARAÚJO

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: A epistemologia é compreendida sob duas perspectivas para fins desta pesquisa. A primeira como estudo do conhecimento e crenças justificadas, e a segunda, sob uma perspectiva ampla, a epistemologia estuda questões relacionadas à criação e à disseminação do conhecimento em diferentes domínios. Discute-se o conceito de epistemologia apresentado de forma explícita nos anais dos Congressos da International Society for Knowledge Organization do Capítulo Espanha-Portugal de 2013 a 2021 e desenvolve uma pesquisa descritiva e qualitativa, além de utilizar a categorização para apresentar, para discutir e para analisar os dados. O significado restrito e o significado amplo do conceito de epistemologia são as categorias de análise dos conceitos de epistemologia. Um total de 13 artigos apresentam o conceito de epistemologia de forma explícita. O estudo possibilita reconhecer as diferentes formas e finalidades da apresentação do conceito de epistemologia nos artigos analisados e reconhece a importância do estudo da epistemologia no domínio da Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: epistemologia; organização do conhecimento; estudos críticos; International Society for Knowledge Organization.

Abstract: Epistemology is understood from two perspectives in this study. The first as a study of knowledge and justified beliefs and the second, from a broad perspective, epistemology studies issues related to the creation and dissemination of knowledge in different domains. It discusses the concept of epistemology explicitly presented in the proceedings of the Congresses of the International Society for Knowledge Organization of the Spain-Portugal Chapter from 2013 to 2021 and develops descriptive and qualitative research and uses categorization to present, discuss and analyze the data. The narrow meaning and the broad meaning of the concept of epistemology are the categories of analysis of the concepts of epistemology. A total of 13 articles present the concept of epistemology explicitly. The study makes it possible to recognize the different forms and purposes of the presentation of the concept of epistemology in the articles analyzed and recognizes the importance of studying epistemology in the field of knowledge organization.

Keywords: epistemology; knowledge organization; critical studies; International Society for Knowledge Organization.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que “[...] qualquer teoria da Organização do Conhecimento deve envolver considerações relacionadas às bases epistemológicas da teoria e relacionadas à utilização prática da teoria” (Mai, 1999, p. 547, tradução nossa). Além disso, “[...] as diferentes interpretações da epistemologia, posições epistêmicas e de seus gêneros tornam a definição e o uso da epistemologia uma questão difícil para os pesquisadores de organização do conhecimento” (Tennis, 2008, p. 103).

Araújo (2012) reconhece que há pelo menos duas diferentes abordagens relacionadas ao conceito de epistemologia. Ambos são oriundos da palavra grega *episteme*. Considerando a abordagem tradicional, epistemologia é o estudo do conhecimento ou gnosiologia. Por outro lado, há uma abordagem específica, que apresenta a epistemologia como o estudo crítico dos princípios, hipóteses e produção do conhecimento de várias ciências, olhando mais de perto para a estrutura cognitiva do conhecimento científico, valores e objetivos. Mais do que isso, epistemologia preocupa-se com as características do conhecimento científico, delimitações e processos metodológicos em cada domínio (Araújo, 2012).

Este texto pretende aprofundar os estudos sobre a concepção da epistemologia na Organização do Conhecimento (Araújo; Tennis; Guimarães, 2017; Araújo, 2019; Araújo; Guimarães; Tennis, 2021). Busca ainda ampliar a compreensão da importância da epistemologia para o domínio da Organização do Conhecimento e, portanto, discutir o conceito de epistemologia apresentado de forma explícita nos artigos dos Anais dos Congressos da ISKO Espanha-Portugal de 2013 a 2021.

Para fins desta pesquisa, compreende-se a epistemologia sob duas perspectivas: definida de forma restrita como o “[...] estudo do conhecimento e das crenças justificadas e [...], entendida de forma ampla, epistemologia é sobre questões relacionadas à criação e disseminação do conhecimento em áreas particulares de investigação” (Steup, 2018).

Hjørland (2020, p. 462, tradução nossa) afirma que a “[...] epistemologia é uma parte da filosofia, mas desenvolve-se em paralelo com a ciência e outros fenômenos culturais”. Além disso, “[...] nenhum argumento científico pode ser completo se não incluir argumentos epistemológicos, e este pode ser dito sobre argumentos políticos, ex. argumento feminista sobre igualdade”.

A próxima seção traz aspectos sobre conceitos da pesquisa em epistemologia da Organização do Conhecimento para fundamentar este capítulo. É seguida pela descrição do caminho metodológico percorrido para apresentar então os resultados da análise proposta que é complementada pelas considerações finais e, por fim, apresentam-se as referências utilizadas.

2 EPISTEMOLOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O estudo da epistemologia da organização do conhecimento é notadamente importante para o reconhecimento e desenvolvimento desse domínio. É possível encontrar argumentos a esse respeito nos estudos da abordagem sociocognitiva na organização do conhecimento, desenvolvidos por Hjørland, por exemplo. O autor compreende que o “[...] conhecimento epistemológico forma um fundamento interdisciplinar para teorias gerais sobre organização do conhecimento, recuperação da informação, e outras questões básicas de ciência da informação” (Hjørland, 2002a, p. 268, tradução nossa).

Hjørland também explica que os pesquisadores devem conhecer as epistemologias, interpretar os padrões de influências históricas e reconhecer as diferentes posições tomadas ao longo da história da ciência. A epistemologia é “[...] a interpretação e generalização das experiências coletivas dos cientistas” (Hjørland, 2002a, p. 263, tradução nossa).

Para reconhecer o conceito e a importância da epistemologia para a Organização do Conhecimento também é fundamental contextualizar o Conceito de Organização do Conhecimento. Dahlberg (1993) explica que

a necessidade de organizar o conhecimento em tempos antigos foi sempre relacionada aos bibliotecários e aos filósofos, entretanto outros profissionais têm se engajado nessa atividade ao longo dos anos.

Foi no campo da biblioteconomia que o termo e o campo de Organização do Conhecimento tiveram sua origem. Pessoas como Charles A. Cutter, W. C. Berwick Sayers e Ernest Cushington Richardson estabeleceram o campo “Organização do Conhecimento” como um importante campo acadêmico por volta de 1920 (Hjørland, 2008, 2016). O livro de Bliss (1929) *“The organization of knowledge and the system of the sciences”* representa uma das principais contribuições intelectuais do campo (Hjørland, 2008).

Nessa obra, Bliss (1929, p. xi, tradução nossa) afirma que a organização do conhecimento, em sentido amplo, compreende “[...] os processos mentais, o desenvolvimento de conceitos e a síntese conceitual do conhecimento”. Inclui também a “[...] correlação intelectual e sistematização de conhecimentos válidos, desde a síntese social mais simples da experiência comum e da educação elementar até os sistemas conceituais mais complexos da ciência e da filosofia”.

De um ponto de vista prático da Organização do Conhecimento, Esteban Navarro e García Marco (1993, p. 149, tradução nossa) afirmam que Organização do Conhecimento é uma “[...] disciplina devotada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gerenciamento, uso e avaliação dos sistemas de descrição, de catalogação, de organização, de classificação, de armazenamento, de comunicação e de recuperação de documentos [...]”.

Jaenecke (1994) afirma que o principal objetivo da Organização do Conhecimento é o ordenamento e o fornecimento de conhecimento. Ele faz essa afirmação enquanto questiona os propósitos da Organização do Conhecimento. A disponibilização de conhecimento, apontada por Jaenecke (1994), diz respeito à recuperação da informação, uma vez que a informação é organizada para ser encontrada por quem dela necessita.

Estudos contemporâneos do conceito de Organização do Conhecimento, como os de Sales (2015a, 2015b, 2016) reconhecem que há pelo menos duas perspectivas relacionadas à natureza da Organização do Conhecimento: Organização do Conhecimento como uma atividade de natureza operacional e como um campo de estudo que busca seu desenvolvimento teórico, metodológico e prático. Hjørland (2016) complementa que a Organização do Conhecimento é um campo de pesquisa, ensino e prática que é relacionado com a ciência da informação.

Sales (2015a, 2015b, 2016) apresenta uma compreensão mais profunda do conceito relacionado ao domínio de Ciência da Informação e discute três diferentes perspectivas do conceito de Organização do Conhecimento: - primeira perspectiva: OC como uma disciplina científica independente e um subcampo da ciência da ciência, da mesma forma que é afirmada por Dahlberg (1993, 1995, 2006); - segunda perspectiva: OC usa, às vezes, assuntos da CI aplicados à OC, o que se relaciona ao pensamento de Hjørland; - terceira perspectiva: OC como um campo de pesquisa que lida com o desenvolvimento da teoria, métodos e práticas que conectam o contexto de produção e uso da informação. Esta perspectiva considera OC como parte da CI (Sales, 2015a, 2015b, 2016). Na discussão aqui apresentada, adota-se a terceira perspectiva, ou seja, da OC como parte da CI.

Pando e Almeida (2019, p. 105) afirmam que “[...] o campo de Organização da Informação vem, gradativamente, desenvolvendo-se em termos científicos e epistemológicos buscando uma inserção oficial no rol dos assim denominados campos científicos [...]”. Os autores chegaram à conclusão de que “[...] o campo de Organização da Informação, apesar de seu inegável avanço e de sua importância no atual contexto informacional, ainda não atingiu a sua plena consolidação científica”, especificamente no contexto brasileiro (Pando; Almeida, 2019, p. 118). Essa constatação evidencia a importância dos estudos epistemológicos, teóricos e metodológicos no domínio da Organização do Conhecimento para que seja também discutida a cientificidade do campo.

Portanto, é fundamental contextualizar o conceito de epistemologia relacionado à Organização do Conhecimento. Parte-se, inicialmente, do conceito geral de epistemologia. Compreende-se que a epistemologia e a teoria do conhecimento são conceitos distintos, como afirma Lalande (1993), uma vez que os conceitos de ciência e de conhecimento tiveram o mesmo significado, historicamente; assim *episteme* e *gnose* foram consideradas o mesmo conceito por um período.

A partir das ciências modernas, o conceito de ciência se transformou, ficou mais específico e foi considerado um tipo de conhecimento sistemático e metódico. Consequentemente, a teoria do conhecimento ou gnoseologia passou a ser descrita como o estudo sobre o conhecimento, sobre suas possibilidades e sobre o enfoque no sujeito ou no objeto. Por outro lado, a epistemologia enfoca o conhecimento científico (Bachelard, 2006; Hessen, 2012).

Ao revisar o conceito de epistemologia, Pando e Almeida (2021, p. 688) afirmam que “[...] a epistemologia pode ser compreendida como uma disciplina cujo objetivo é a qualidade do conhecimento científico”. E alertam ainda que “[...] a epistemologia não pode ser um termo usado de forma absolutamente trivial e vulgar no contexto científico”. Afirmam que “[...] seu emprego deve ser feito de forma consciente e preciso sob pena de não se conseguir extrair de sua utilização todo seu potencial acadêmico-científico”.

Para estudar o conceito de epistemologia na Organização do Conhecimento, parte-se do conceito de Steup (2018), que afirma que a epistemologia, como estudo do conhecimento e das crenças justificadas, preocupa-se com questões como: quais as condições necessárias e suficientes do conhecimento? Quais são seus recursos? Qual é sua estrutura? E quais são seus limites? Como nós compreendemos o conceito de justificação? O que torna as crenças justificadas, justificadas? A justificação é interna ou externa para a mente de cada um? O autor ainda afirma que de forma ampla, a epistemologia é sobre questões relacionadas à criação e disseminação do conhecimento em áreas particulares de investigação.

As crenças e pensamentos individuais influenciam as opiniões e até mesmo as decisões de cada pessoa. No que diz respeito à representação do conhecimento, criação de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e organização da informação e do conhecimento não é diferente. Cada posição epistêmica determina qual conhecimento é criado. Nessa perspectiva, Tennis (2008, p. 103, tradução nossa) afirma que “[...] epistemologia é como nós sabemos”.

Hjørland afirma que a epistemologia é “[...] o mais importante campo relacionado à ciência da informação”; “[...] o melhor conhecimento geral que é possível ensinar as pessoas na ciência da informação” (Hjørland, 2013, p. 179, tradução nossa) e ainda enfatiza que “[...] qualquer questão teórica em ciência da informação é no final baseada em suposições epistemológicas” (Hjørland, 2002b, p. 439, tradução nossa).

As posições epistêmicas influenciam a Organização do Conhecimento e qual tipo de conhecimento é criado. “Uma organização do conhecimento não pode ser epistemologicamente neutra” (Mai, 1999, p. 547, tradução nossa). Dessa forma, concorda-se com Mai, ao afirmar que “[...] o trabalho prático e discussão no campo da organização e representação do conhecimento devem ser fundamentados em uma tradição epistemológica” (1999, p. 547, tradução nossa).

Acrescenta-se ainda que “[...] qualquer teoria da organização do conhecimento deve envolver considerações relacionadas às bases epistemológicas da teoria e relacionadas à utilização prática da teoria”, reforçando a importância do estudo epistemológico na Organização do Conhecimento para um entendimento melhor do domínio (Mai, 1999, p. 547, tradução nossa).

Em estudos direcionados ao campo da Ciência da Informação, aqui discutida especialmente a Organização do Conhecimento, com o aporte da epistemologia, a relação entre o sujeito cognoscente e seu objeto de estudo passa a se dar de uma forma mais qualificada e menos ingênua (Pando; Almeida, 2021).

Fato é que a epistemologia orienta o processo de organização do conhecimento, é essencial para o desenho e implementação de SOC, e também possibilita reconhecer as posturas epistêmicas que influenciam domínio. Dessa forma, compreende-se que a epistemologia é o estudo crítico dos princípios, hipóteses e produção do conhecimento das várias ciências. Além disso, as características do conhecimento científico, as delimitações e o processo metodológico em cada domínio são de interesse epistemológico (Araújo, 2019).

3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE DOS ARTIGOS

Amparado em uma pesquisa qualitativa e descritiva que utiliza a categorização para apresentar e analisar os dados, os resultados aqui apresentados foram desenvolvidos, tendo em vista que já foi aplicado e validado em pesquisas anteriores (Araújo, 2019; Araújo; Tennis; Guimarães, 2017).

Os Anais dos Congressos da ISKO Espanha-Portugal de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 foram localizados na página do capítulo da ISKO Espanha-Portugal. Os arquivos em formato pdf foram baixados, salvos e exportados para o software *Atlas.ti*, que foi utilizado para a análise dos dados.

Por meio do software *Atlas.ti*, buscou-se pelo termo “epistem” em cada um dos arquivos dos anais do congresso. A Tabela 1 descreve a frequência dos termos em cada anais. Buscou-se dessa forma para identificar termos como: epistemologia, *epistemology*, epistemológico, epistemológica, *epistemological*, episteme, *epistemic*. Aqui pode-se apontar a presença de características de uma pesquisa terminológica (Mardegan; Cervantes, 2015), uma vez que se partiu de termos pré-definidos que pudessem direcionar para o conceito de epistemologia nos artigos que compõem o corpus da pesquisa.

Quadro1 - Frequência do termo “epistem” nos Anais

Congresso	Frequência
ISKO Espanha-Portugal 2011	245
ISKO Espanha-Portugal 2013	245
ISKO Espanha-Portugal 2015	148
ISKO Espanha-Portugal 2017	209
ISKO Espanha-Portugal 2019	47
ISKO Espanha-Portugal 2021	247

Fonte: Araújo, 2021

Após localizar os termos, foram analisadas as ocorrências, uma a uma, para identificar se estavam contidas em um contexto de apresentação e/ou descrição do conceito de epistemologia de forma explícita. A análise dos conceitos considerou o contexto em que o termo estava inserido por meio das frases, parágrafos e títulos das seções. A partir da análise desses textos, selecionados aqueles que apresentavam o conceito de epistemologia de forma explícita, considerando a definição de Steup (2018). A partir dessa análise, foram identificadas 22 ocorrências do conceito de epistemologia nos artigos dos anais da ISKO Espanha-Portugal das edições de 2013, 2015 e 2021.

Esses conceitos são apresentados na próxima seção, partindo da definição de epistemologia de Steup (2018), apresentado na introdução deste trabalho e as categorias pré-definidas são: significado restrito e significado amplo.

4 O CONCEITO DE EPISTEMOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O significado restrito da epistemologia, segundo Steup (2018), é relacionado ao “estudo do conhecimento e das crenças justificadas”. Já o significado amplo da epistemologia apresenta-a como área relaciona-

da às questões de criação e disseminação do conhecimento em abordagens particulares de pesquisa. Nesta seção, apresentam-se os conceitos de epistemologia utilizados pelos autores nos anais dos congressos da ISKO Espanha-Portugal de 2013, 2015 e 2021. Cabe destacar que a edição de 2015 do congresso teve como uma das linhas temáticas a epistemologia da Organização do Conhecimento.

A Tabela 2 demonstra quais os artigos dos anais em que são apresentados os conceitos de epistemologia.

Quadro 2 - Artigos que apresentam o conceito de epistemologia

Congresso	Artigos
ISKO Espanha-Portugal 2013	Alvares Júnior e Saldanha (2013); Campos (2013); Moura (2013); Oliveira e Dodebei (2013); Semidão, Almeida e Moreira (2013); Aldeias e Soares (2013)
ISKO Espanha-Portugal 2015	Ohly (2015); Varela, Farias e Barbosa (2015); Farias e Almeida (2015)
ISKO Espanha-Portugal 2021	Almeida, San Segundo Manuel e Martínez-Ávila (2021); Almeida (2021); Martines, Pascoal e Almeida (2021); Veronez Júnior, Almeida, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2021)

Fonte: Araújo, 2021

A partir das análises realizadas, reconhece-se que há pesquisas que apresentam conceitos próprios de epistemologia no contexto de seus estudos e algumas vezes recorrem a outros autores para fundamentar toda a pesquisa. Além disso, as questões epistemológicas permeiam todo o trabalho, de forma explícita, para pesquisas como a de Alvares Júnior e Saldanha (2013), Campos (2013) e Moura (2013), Almeida, San Segundo Manuel e Martínez-Ávila (2021), Almeida (2021).

O artigo de Alvares Júnior e Saldanha (2013, p. 83), por exemplo, aponta como objetivo da pesquisa “[...] reconstituir a epistemologia histórica dos estudos de representação temática no âmbito da epistemologia da organização do conhecimento, tendo como foco central de análise os acontecimentos do século XIX, seus antecedentes e suas perspectivas

abertas”. Os autores demonstram, de forma completa e profunda, a aproximação entre abordagens sociais e políticas, bem como técnicas e a emergência da indexação no século XIX. Registram ainda a necessidade de pesquisas que permitam uma análise complexa que envolva história e filosofia, epistemologia e sociologia, do saber produzido no âmbito da Organização do Conhecimento.

Nesse estudo, foram levantadas questões como “[...] qual é o ‘conhecimento’ que se ‘organiza’, que noção de ‘conhecimento’ aqui se impõe e que noção de ‘ordem’ aqui se aplica? Estas questões são fundamentais para o reconhecimento histórico-epistemológico do atual campo em construção” (Alvares Júnior; Saldanha, 2013, p. 82). Essas perguntas e a afirmação aqui posta demonstram a aderência do estudo com as questões epistemológicas do campo.

Ao abordar a emergência da indexação como teoria da epistemologia biblioteconômica, Alvares Júnior e Saldanha (2013, p. 89) falam de um posicionamento epistemológico como uma das questões demarcadas na Modernidade que atestam o surgimento dessa teorização sobre a representação temática naquele período. Nesse contexto defendem um “[...] posicionamento epistemológico, ou uma teoria do conhecimento que se pauta na realidade física e coloca o ‘mundo, a natureza, como objeto de análises privilegiado.’”. Dessa forma, aproximam o conceito de epistemologia do conceito de teoria do conhecimento e revelam aderência ao significado restrito do conceito de epistemologia proposto por Steup (2018).

O trabalho de Campos (2013, p. 142) tem como objetivo discutir “[...] necessidade de estudos mais aprofundados de teorias e métodos relativos à elaboração de estruturas classificatórias para a representação e recuperação de conhecimento/informação, para o contexto da Web Semântica”. De forma mais específica, a pesquisa pretende “[...] contribuir para a formação de profissionais que possam desenvolver estratégias e abordagens para a construção de modelos, independente de problemas específicos de

domínios através de ferramentas representacionais como as Ontologias de Fundamentação”. A autora inicia a discussão do conceito de epistemologia ao afirmar que sua investigação é de base epistemológica e ontológica em modelos de representação para a organização de conhecimento e, portanto, requer uma definição sobre o que se entende por tais conceitos em uma aplicação para estudos de domínios.

É interessante notar que Campos (2013, p. 145) argumenta que a epistemologia apresenta questões que visam responder sobre a natureza do conhecimento de um domínio e focaliza a discussão da relação entre conhecedor e o que pode ser conhecido. Acrescenta também que a “[...] perspectiva epistemológica diz respeito à natureza do conhecimento, ou seja, a maneira como a realidade é percebida, medida e compreendida” e, além disso, “[...] é apoiada por crenças sobre a natureza da realidade e da verdade, que podem ser adotadas a partir de um acordo em um dado domínio” (Campos, 2013, p. 146). Esses argumentos colocam o conceito apresentado pela autora em uma perspectiva de compreensão da epistemologia em seu significado amplo, conforme Steup (2018).

Também analisamos o artigo de Moura (2013, p. 437) que buscou “[...] identificar as possibilidades e os desafios da incorporação das considerações epistemológicas sobre o ato de conhecer na consolidação de processos e dispositivos de organização e mediação da informação na emergência dos fenômenos”. De forma explícita, a autora faz menção ao pensamento de Gnoli (2011), de que as dimensões ontológica, epistemológica e pragmática são fatores que influenciam as estruturas da Organização do Conhecimento. Então explica que a “[...] dimensão epistemológica envolve os propósitos, os aspectos culturais, disciplinares e metodológicos que são considerados e discutidos na organização do conhecimento” (Moura, 2013, p. 440). Dessa forma, nessa definição também fica evidente a abordagem do significado amplo do conceito de epistemologia, conforme proposto por Steup (2018).

O estudo de Almeida, San Segundo Manuel e Martínez-Ávila (2021) revisa os anais dos congressos da ISKO Espanha e capítulos ibéricos de 1993 a 2019 para analisar os avanços da pesquisa sobre epistemologia feminista da organização do conhecimento. Partem da compreensão que, apesar dos estudos críticos terem se tornado um tema de interesse geral, a epistemologia feminista não tem atraído a mesma atenção.

Os autores afirmam que “[...] uma das principais contribuições da teoria feminista é a epistemologia do conhecimento, a qual questiona os fundamentos de muitos problemas atuais da sociedade” (Almeida; San Segundo Manuel; Martínez-Ávila, 2021, p. 554). Destaca-se que a definição do conceito de epistemologia feminista ao longo do texto, amparado em outros teóricos, retorna ao conceito primeiro de epistemologia de forma geral. Os autores citam Serret Bravo (2020, p. 85) que afirma que a epistemologia feminista aponta “[...] as falhas e incongruências da epistemologia tradicional”. Os autores acrescentam ainda que a epistemologia feminista pode ser compreendida em termos de níveis de crítica à ciência que tratam de questionar a baixa presença de mulheres cientistas e também a busca por pensar em outras formas menos machistas e masculinizadas de fazer ciência. A forma como os conceitos são mobilizados nesse estudo demonstram a relação com o conceito amplo de epistemologia e seus contrapontos no que diz respeito à epistemologia feminista.

Almeida (2021) afirma que pragmatismo e pragmática encontram pontos em comum e algumas divergências. O autor considera ainda que a inclusão dessas correntes na Organização do Conhecimento pode tratar-se de um paradigma. Portanto, Almeida examinou as linhas pragmatistas e pragmáticas presentes em estudos da Organização do Conhecimento para entender esse possível paradigma. E aqui, mais uma vez, percebe-se a presença do conceito amplo de epistemologia.

Ao argumentar sobre uma possível mudança de paradigma, Almeida (2021) mobiliza estudiosos de temas relacionados à epistemologia da organização do conhecimento. Ainda se aproxima da conceituação de epistemo-

logia ao recorrer a San Segundo e Martínez-Ávila (2012), que consideram que a epistemologia tradicional sofreu muitas objeções e seria importante quebrar tal legitimidade. Consideram que “[...] a epistemologia faz um discurso que analisa a ciência, mas na realidade observa o mundo e termina elaborando a sua construção, pois sempre estamos imersos na episteme vigente” (San Segundo; Martínez-Ávila, 2012, p. 415).

Nesse contexto, Almeida (2021, p. 674) considera que “[...] a organização do conhecimento pode ser pensada como um reflexo ou subproduto das epistemes que se encarregam de guiar a interpretação do mundo”. Além disso, “[...] o que estaria na base desta crítica à organização do conhecimento seria a contestação das epistemologias modernas”, o que levaria ao olhar mais atento às teorias críticas como a epistemologia feministas e também às epistemologias do sul, “[...] mais voltadas ao reconhecimento da diversidade de saberes e de soberania intelectual questiona a epistemologia moderna, a qual se converteu em um projeto normativo que procura distinguir a ciência da não ciência, o científico do não científico” (Almeida, 2021, p. 675).

Por outro lado, na análise do corpus deste estudo também se deparou com pesquisas que de forma explícita citam ou relacionam o conceito de epistemologia postulado por outros teóricos como complemento à discussão que está posta, entretanto a dimensão epistemológica permeia o trabalho de forma implícita. Entre essas pesquisas estão Oliveira e Dodebei (2013), Semidão, Almeida e Moreira (2013, p. 597), Martines, Pascoal e Almeida (2021). Nos escritos desses autores não se percebe um aprofundamento do conceito como fundamento da pesquisa em questão. É sobre esses artigos que argumentamos nos próximos parágrafos.

A análise conceitual do periódico ‘A Lavoura’ (2002-2012) e do Esquema de Classificação AGRISCARIS foram considerados para verificar o benefício de se utilizar o princípio da garantia literária e do consenso entre especialistas na delimitação de um domínio do conhecimento, por Oliveira e Dodebei (2013). Ao discutir a dimensão social do conhe-

cimento, os autores reconhecem a importância da abordagem ontológica, epistemológica e sociológica para a definição de um domínio (Hjørland; Hartel, 2003). Nessa perspectiva, defendem que “[...] os conceitos epistemológicos dizem respeito à maneira como se percebe a existência das coisas, o que significa que um dado domínio pode ter diferentes definições para diferentes visões teóricas ou diferentes interesses associados” (Oliveira; Dodebei, 2013, p. 498). Nesse estudo, também se percebe a relação com o significado amplo do conceito de epistemologia.

Da mesma forma, Semidão, Almeida e Moreira (2013, p. 597) discorrem sobre a concepção de epistemologia recorrendo a Hjørland (2009) ao analisarem as perspectivas da análise dos conceitos trazidas no bojo das teorias de Hjørland (2009), Dahlberg (1978) e Lakoff (1990) para amparar uma reflexão sobre a análise do conceito no âmbito da Organização do Conhecimento. Definem a epistemologia como a melhor forma de se compreender e classificar as teorias do conceito, assim como Hjørland (2009) e demonstram uma compreensão e aderência ao significado amplo de epistemologia ao discutirem também as posições epistêmicas.

Soma-se a esse grupo, o texto de Aldeias e Soares (2013), ao descrever o desenvolvimento de um modelo conceitual e processo de mapeamento de competências numa instituição acadêmica na área das engenharias. Os autores recorrem a Zins (2006) para explicar que os saberes decorrentes da experiência e da prática são reconhecidos como conhecimento prático pela epistemologia tradicional. Portanto, trata-se de uma abordagem da epistemologia sob o seu significado amplo, assim como já foi constado por Araújo (2019), ao analisar as definições de epistemologias propostas por Zins.

O texto de Ohly (2015) também faz parte desse grupo ao citar a definição de Hjørland (2013) de epistemologia como o melhor pano de fundo ao explicar o que é a organização do conhecimento. Portanto, assim como em Araújo (2019) reconhece-se esta definição relacionado ao significado restrito do conceito, segundo Steup (2018).

O estudo de Martines, Pascoal e Almeida (2021) desenvolve pesquisa de natureza epistemológica e esta abordagem permeia todo o texto que objetivou aplicar as teorias desenvolvidas por C. S. Peirce acerca das categorias fenomenológicas e do pragmatismo para compreender a constituição do conceito a partir da perspectiva da experiência e da construção de valores mediante a inquirição.

Os autores recorrem a Hjørland (2009) para definir e contextualizar uma das teorias epistemológicas apresentadas pelo autor no contexto da teoria do conceito, o pragmatismo. Este é considerado “[...] o ideal de basear o conhecimento na análise de objetivos, propósitos, valores e consequências” (Hjørland, 2009, p. 1526, tradução nossa).

Também apresenta-se no corpus desta pesquisa a definição de “tipos de epistemologias” específicas, a epistemologia genética (Piaget, 1974) em Varela, Farias e Barbosa (2015), a epistemografia interativa (García Gutierrez, 1998, 2004, 2006) em Farias e Almeida (2015) e a epistemologia social (Egan; Shera, 1952) apresentada por Veronez Júnior, Almeida, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2021). Ambos são apresentados sob uma perspectiva ampla do conceito de epistemologia, relacionados à criação e disseminação do conhecimento em diferentes domínios.

O conceito de epistemologia genética é apresentado no estudo sobre sistema de informação aberto como recurso de Organização do Conhecimento e de mediação da aprendizagem, na seção que visa apresentar pensadores que estudaram sobre o processo de aprendizagem (Varela; Farias; Barbosa, 2015).

Já o conceito de epistemografia interativa é utilizado por Farias e Almeida (2015) ao descrever o tratamento transcultural à representação do conhecimento ou ética transcultural da mediação proposta por García Gutiérrez (1998). Destaca-se que os autores explicam a epistemografia interativa como uma proposta de abordagem crítica que se opõe à epistemologia em seu caráter tradicional. Portanto, percebe-se a presença da relação com o conceito de epistemologia no seu sentido amplo, uma vez que esse

conceito envolve dimensões éticas, políticas e socioculturais que se relacionam ao conhecimento dos domínios.

Veronez Júnior, Almeida, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2021) apresentam uma reflexão do ponto de vista teórico, conceitual e histórico sobre a vinculação entre Epistemologia Social de Jesse Shera e Margaret Egan e a Organização do Conhecimento. O estudo apresenta a epistemologia social como uma teoria baseada no processo de produção, distribuição e utilização dos produtos intelectuais sob um ponto de vista coletivo, ou seja, uma perspectiva social. Afirma-se que “[...] o aspecto coletivo é fator determinante no entendimento e desenvolvimento dessa teoria do conhecimento com propostas que pudessem estabelecer um diálogo mais profícuo da sociedade com as bibliotecas do ponto de vista social e humano” (Veronez Júnior; Almeida; Martínez-Ávila; Troitiño Rodrigues, 2021, p. 754).

Foram analisadas nesta pesquisa 22 ocorrências do conceito de epistemologia, de forma explícita, em nove trabalhos publicados em 2013, 2015 e 2021 nos Anais dos Congressos da *International Society for Knowledge Organization* do Capítulo Espanha-Portugal de 2013 a 2021. Esta pesquisa possibilitou reconhecer as diferentes formas e finalidades da apresentação do conceito de epistemologia nos artigos que compõe o corpus da pesquisa e, portanto, a partir daqui é possível traçar algumas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do resgate teórico realizado neste capítulo, é possível reafirmar a importância da epistemologia para o domínio da Organização do Conhecimento, no que diz respeito às questões teóricas e metodológicas da pesquisa em organização do conhecimento e também da sua prática, por exemplo, no desenvolvimento dos SOC.

Observou-se o uso e contextualização do conceito de epistemologia a partir da perspectiva do seu significado amplo e também do seu signifi-

cado restrito. Observa-se que esse uso se dá conforme as características da pesquisa e do pensamento do autor que os aplica. Além disso, constatou-se que há pesquisas que utilizam conceitos próprios de epistemologia no contexto de seus estudos e algumas vezes recorrem a outros autores para apoiar seus argumentos. Nessas pesquisas, as questões epistemológicas permeiam todo o trabalho de forma explícita e são seu fundamento. Por outro lado, também há estudos que se apoiam diretamente em outros teóricos ao apresentar o conceito de epistemologia e, apesar da questão epistemológica permear o trabalho, acontece de forma implícita.

Esta pesquisa possibilitou reconhecer as diferentes formas e finalidades da apresentação do conceito de epistemologia nos artigos publicados nos anais dos congressos da ISKO Espanha-Portugal de 2013 a 2021, especialmente, aqueles que o apresentam de forma explícita. Entretanto, fica evidente que o conceito de epistemologia está presente nos artigos de forma implícita e o uso da Teoria Fundamentada em Dados e da Metateoria podem proporcionar esse reconhecimento e contextualização em pesquisa futura.

A análise ainda revela que há um movimento no sentido de voltar o olhar para as teorias críticas como a epistemologia feminista e as epistemologias do sul, especialmente, se considerados os anais mais recentes do congresso de 2021. Nessa perspectiva, fica evidente a preocupação com as abordagens socioculturais da Organização do Conhecimento a partir de uma compreensão plural e diversa da epistemologia.

Reforça-se a compreensão de que a epistemologia da Organização do Conhecimento permeia as pesquisas do domínio, bem como a importância do reconhecimento do conceito, das suas contribuições e também das posições epistêmicas presentes nas diferentes pesquisas e atividades inerentes a esse domínio. O que efetiva o conhecimento anterior sobre a concepção da epistemologia da Organização do Conhecimento como o estudo crítico dos princípios, hipóteses e produção do conhecimento em um domínio, além de que a epistemologia se relaciona ao conhecimento

científico produzido em um domínio, mas também com a sua aplicação no desenvolvimento e modelagem dos SOC e no suporte à Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALDEIAS, M. P., SOARES, A. L. Revisitando o mapeamento de competências: o caso das instituições académicas. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 718-745. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

ALMEIDA, C. C. de. Epistemologia da organização do conhecimento: um novo velho paradigma. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 5., 2021, Lisboa. **Actas [...]**. Coordenação: Carlos Guardado da Silva; Jorge Revez; Luís Corujo. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. p. 663-680. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50067>. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde.

ALMEIDA, C. C. de; SAN SEGUNDO MANUEL, R.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Epistemología feminista y organización del conocimiento en el contexto de ISKO Ibérico. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 5., 2021, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. p. 543-557. Tema: Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50067>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ALVARES JÚNIOR, L.; SALDANHA, G. S. O mundo é o assunto: epistemologia da indexação no século XIX. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 82-98. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ARAÚJO, I. L. **Curso de teoria do conhecimento e epistemologia**. Barueri, SP: Minha Editora, 2012.

ARAÚJO, P. C. de. **Epistemology of knowledge organization**: a metatheoretical study. 2019. 133 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181617> Acesso em: 12 dez. 2021.

ARAÚJO, P. C. de; GUIMARÃES, J. A. C.; TENNIS, J. T. A concepção de epistemologia da organização do conhecimento. **Palavra Chave (La Plata)**, La Plata, v. 10, n. 2, p. e120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e120>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARAÚJO, P. C.; TENNIS, J. T.; GUIMARÃES, J. A. C. The concept of epistemology in knowledge organization. *In*: PINHO, F.A.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife, UFPE, 2017. p. 71–78. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BLISS, H. E. **The organization of knowledge and the system of the sciences**. New York: Henry Holt and Company, 1929.

CAMPOS, M. L. A. Ontologia de fundamentação como um modelo teórico para a representação de domínios: desafios para a formação de profissionais de informação. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 1., 2013. Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 141-156. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 20, n. 4, p. 211–222, 1993.

DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. *In*: GARCIA MARCO, F. J. (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. p. 7–25.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 33, n. 1, p. 11–19, 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 10 dez. 2021.

EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly: information, community, policy**, Chicago, v. 22, n. 2, p. 125–137, 1952. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4304106>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. Interações entre Semiótica da Cultura e Organização do Conhecimento: conceitos integradores. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Actas [...]**. Murcia: Universidade de Murcia, 2015. p. 603-617. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico**: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. (Cuadernos técnicos, 3).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Otra memoria es posible**: estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- GARCÍA MARCO, F. J.; ESTEBAN NAVARRO, M. A. On some contributions of the cognitive science and epistemology to a theory of classification. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 20, n. 3, p. 126–132, 1993.
- GNOLI, C. Ontological foundations in knowledge organization. **Scire**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 29-34, ene./jun. 2011.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 53, n. 4, p. 257–270, Feb. 2002a. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.10042>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422–462, Ago. 2002b.
- HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2–3, p. 86–101, 2008.
- HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of The American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, Aug. 2009. Disponível: <https://doi.org/10.1002/asi.21082>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- HJØRLAND, B. Theories of knowledge organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 3, p. 169–181, 2013.
- HJØRLAND, B. Knowledge organization (KO). **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 475–484, Nov. 2016.
- HJØRLAND, B. Political Versus Apolitical Epistemologies in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 47, n. 6, p. 461–485, 2020.
- HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3–4, p. 239–245. 2003.
- JAENECKE, P. To what end knowledge organization? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 21, n. 1, p. 3–11, 1994.
- LAKOFF, G. Categories and cognitive models. In: LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 5-156.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MAI, J. E. A post-modern theory of knowledge organization. *In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE INFORMATION TODAY*, 62., 1999, Washington, DC. **Anais [...]**. Medford: Information Today, Inc., 1999. p. 547–556. Disponível em: http://jensarikmai.info/Papers/1999_APostmodernTheoryOfKnowledgeOrganization.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARDEGAN, J. C.; CERVANTES, B. M. N. Sistema de registro de termos: Proposta de contribuição à pesquisa terminológica temática. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 81–102. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v13i1.1582>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MARTINES, A. R.; PASCOAL, V. A.; ALMEIDA, C. C. de. Pragmatismo e categorias fenomenológicas de Peirce: um debate sobre a noção de conceito. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 5., 2021, Lisboa. **Atas [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. p. 583-594. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50067>. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde.

MOURA, M.A. Formações discursivas emergentes, folksonomia e espaços sociais de informação semântica (SSIS): as contribuições da teoria dos níveis integrativos nos estudos do Classification Research Group (CRG). *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 437-445. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

OHLY, H. P. The future of knowledge organization and information organization. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 2., 2015, Murcia. **Actas [...]**. Murcia: Universidade de Murcia, 2015. p. 61-66. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos.

OLIVEIRA. L. P.; DODEBEI, V. L. L. M. O uso conjunto da garantia literária (a lavoura) e do consenso entre especialistas (esquema de classificação AGRIS/CARIS) como princípios para a Organização do Conhecimento. *In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL*, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 495-515. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. Análise sobre a epistemologia e sua aplicação à ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 680-705, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n2p680 Acesso em: 20 dez. 2021.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. Cientificidade da organização da informação: uma análise epistemológica a partir da comunidade brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 102-130, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n1p102 Acesso em: 20 dez. 2021.

PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

SALES, R. A relação entre organização do conhecimento e ciência da informação na comunidade científica brasileira: uma investigação no âmbito da ISKO Brasil. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V (ed.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: FUNDEP; ISKO-Brasil, 2015a. v. 1. p. 73–84.

SALES, R. O diálogo entre a Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação na comunidade científica da ISKO-Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015b, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB, 2015b. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2757/1003>. Acesso em: 10 maio 2017.

SALES, R. Knowledge organization in the Brazilian scientific community and its epistemological intersection with information science. *In*: GUIMARÃES, J. A. C. ; DODEBEI, V. (ed.). **Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society: proceedings of the fourteenth International ISKO Conference**. Würzburg: Ergon-Verlag, 2016.

SAN SEGUNDO MANUEL, R.; MARTÍNEZ ÁVILA, D. El orden de los saberes y la organización digital. *In*: PÉREZ PAIS, C.; GONZÁLEZ BONOME, M.A. (org.). **Actas del XX Congreso ISKO-España**. Coruña: Universidade de Coruña, 2012. p. 413-421.

SEMIDÃO, R. A.; ALMEIDA, C. A.; MOREIRA, W. Diretrizes para análise conceitual: as perspectivas de Hjørland, Dahlberg e Lakoff. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 589-602. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

SERRET BRAVO, Estela. Epistemología feminista. *In*: COBO BEDIA, R.; RANEA TRIVIÑO, B. (ed.). **Breve diccionario de feminismo**. Madrid: Editorial Catarata, 2020. p. 85-87.

STEUP, M. Epistemology. *In*: Zalta, E. N. (org.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/epistemology/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TENNIS, J. T. Epistemology, theory, and methodology in knowledge organization: Toward a classification, metatheory, and research framework. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2–3, p. 102–112, 2008.

VARELA, A. V.; GARIAS, M. G. G.; BARBOSA, M. L. A. Sistema de informação aberto como recurso de organização do conhecimento e de mediação da aprendizagem. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Actas [...]**. Murcia: Universidade de Murcia, 2015. p. 160-169. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos.

VERONEZ JÚNIOR, W. R.; ALMEIDA, C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; TROITIÑO RODRIGUEZ, S. M. Epistemologia social e organização do conhecimento: contribuições as abordagens culturais. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 5., 2021, Lisboa. **Atas [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021. p. 751-762. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50067>. Acesso em: 10 dez. 2021. Tema: Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde.

ZINS, Chaim. Redefining information science: from “information science” to “knowledge science”. **Journal of Documentation**, London, v. 62, n. 4, p. 447–461, 2006. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410610673846/full/html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PÉREZ PAIS, M. C.; GONZÁLEZ BONOME, M. A. (ed.). 20 años del Capítulo Español de ISKO. *In*: CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 10., 2011, Ferrol. **Actas [...]**. Ferrol. Coruña: Universidade da Coruña, 2012. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=520518>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 1., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. Disponível em; <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

RITZER, G. Metatheorizing in Sociology. **Sociological Forum**, Berlin, v. 5, n. 1, p. 3–15, Mar. 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/684578>. Acesso em: 10 dez. 2021.

6

**ASPECTOS ÉTICOS EM
ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DOS EVENTOS DA
ISKO INTERNACIONAL**

*ETHICAL ASPECTS IN KNOWLEDGE
ORGANIZATION: A DISCOURSE
ANALYSIS OF THE ISKO
INTERNATIONAL EVENTS*

*Thiago Henrique Bragato BARROS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS*

*Isadora Victorino EVANGELISTA
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR*

Resumo: As novas tecnologias, os efeitos da globalização, multiculturalismo e um acesso à informação cada vez mais imediatista demonstram que os dilemas éticos estão consideravelmente mais presentes no desenvolvimento dos processos de informação. Assim, considerando a International Society for Knowledge Organization (ISKO) como um espaço de institucionalização internacional no trabalho de temáticas voltadas para a Organização e Representação do Conhecimento, questiona-se às temáticas éticas constantemente discutida em seus anais. Como principal objetivo, pretende-se demonstrar um panorama sobre esses estudos, de forma a auxiliar teoricamente pesquisas sobre a temática e expressar qual é a principal visão dos pesquisadores sobre essa abordagem, considerando as ideias não apenas declaradas no texto, mas sob uma perspectiva que está além das construções por trás dessas investigações. Para tanto, iremos nos utilizar da análise do discurso como fundamento metodológico, metodologia esta que surge por meio dos estudos de Pêcheux e relacionada aos textos de Foucault. A fonte de informação da pesquisa foi os anais dos eventos internacionais da ISKO. Pode-se concluir, a partir dessa análise, que o discurso sobre esses termos no ambiente ISKO em torno de questões como a representação equivocada em linguagens consideradas universais, a exclusão de grupos marginalizados na sociedade e a mudança de paradigmas do acesso à informação a partir do desenvolvimento tecnológico.

Palavras-chave: ética; organização do conhecimento; ISKO; análise do discurso.

Abstract: New technologies, the effects of globalization, multiculturalism and an increasingly immediate access to information demonstrate that ethical dilemmas are considerably more present in the development of information processes. Considering the International Society for Knowledge Organization (ISKO) as an institutionalized international space in the work of themes focused on Knowledge Organization and Representation, it is questioned concerning the ethical themes regularly discussed in its annals. As a primary objective, it was intended to demonstrate an overview of these studies, to theoretically assist research in this sense and express what is the main view of the researchers on this theme, considering the ideas not only stated in the text but from a further perspective, of the buildings behind these investigations. For that, we used discourse analysis as a methodological foundation, a methodology that arises through the studies of Pechêux and related to Foucault's texts. The research information source was the annals of ISKO's international events, in which terms that characterized this universe were applied as a search strategy, such as culture, ethic*, gender, privacy, prejudice, and bias. These terms were searched in the areas with the most informational content in the articles, that is, title and abstract. After recovery, the corpus was applied to the qualitative analysis software Sketch Engine and systematically analyzed from the discourse analysis approach. It can be concluded from this analysis that the discourse on these terms in the ISKO environment around issues such as misrepresentation in languages considered universal, the exclusion of marginalized groups in society, and the change of paradigms of information access from the technological development.

Keywords: ethics; knowledge organization; ISKO; discourse analysis.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a relevância dos estudos éticos em Organização do Conhecimento, diante de um mundo cada vez mais globalizado e múltiplo, o presente estudo pretende analisar como a *International Society for Knowledge Organization*, enquanto uma importante representante dos estudos em Organização do Conhecimento, vem discutindo sobre essa temática. Por meio da análise, pretende-se demonstrar como esses estudos vêm sendo desenvolvidos, de modo a produzir um arcabouço teórico sobre as abordagens dos principais pesquisadores desse tema e a revelar quais são seus pontos de vista e ideias não expressas de maneira explícita em seus textos.

A análise do discurso desenvolve-se sob um olhar teórico-metodológico que estabelece uma teoria crítica sobre o *corpus* analisado e, neste sentido, trata-se de uma teoria tradicionalmente atrelada à *análise crítica*.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ESTUDOS CULTURAIS

O campo da Organização do Conhecimento pode ser compreendido como uma área de estudos, que engloba a pesquisa, a prática e a teoria de um subdomínio da Ciência da Informação. De acordo com Hjørland (2016), esse campo diz respeito à “[...] descrição, representação, registro, organização de documentos, assuntos e conceitos”, por isso são necessárias algumas ferramentas como sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros.

A construção e análise de desempenho dessas ferramentas podem ser consideradas como os elementos centrais do campo de estudo da Organização do Conhecimento (OC). Nesse sentido, a área deve ser compreendida sob dois pontos principais: por um lado, realizar uma representação do conhecimento adequada e atual e; por outro lado, manter um certo nível de estabilidade, de forma a evitar uma eventual reclassificação dos materiais (Hjørland, 2016).

Algumas abordagens foram teoricamente desenvolvidas nesse âmbito, destacadas por Hjørland (2016) como *practicalista* – nesse viés, um certo nível de padronização é buscado, como o uso do mesmo sistema de classificação por diferentes unidades informacionais, visando à praticidade e à centralização de processos, assim temos as classificações consideradas universais como CDD e CDU; outra abordagem destacada pelo autor é a baseada no *consenso*, caracterizada pelos trabalhos de Henry Bliss, que declara que as classes devem ser definidas a partir do assenso científico dos teóricos da área, consultando seus trabalhos e buscando um padrão de concordância, como destacado no parágrafo anterior; uma terceira abordagem é a *facetada*, constituída principalmente pelos trabalhos de Ranganathan e Grupo de Pesquisas em Classificação Britânico, que acreditam que o conhecimento deve ser dividido a partir de uma perspectiva de divisão lógica, em que blocos são construídos de acordo com características do documento.

Essas representações de mundo são criadas com o propósito prático de sistematização de documentos em bibliotecas, tendo por base o conhecimento que já foi anteriormente sistematizado pela ciência. Dessa forma, esse universo é tanto sistemático quanto conceitual, uma vez que as classes são relacionadas a um termo e esses, por sua vez, representam um conceito, de maneira inseparável. Essas sistematizações são influenciadas pelas classificações filosóficas, que refletem sobre a evolução, progresso e fé no desenvolvimento científico, no entanto se diferenciam na abstração de conceitos, buscando uma aplicação prática (Arboit, 2018).

Nesse âmbito, ainda podemos considerar outros tipos de abordagens, como a baseada em *usuários*, em que os sistemas são desenvolvidos a partir da perspectiva de quem os utiliza, a partir das informações produzidas por esse grupo ou por meio de estudos de usuários; há ainda a abordagem da *análise de domínio* ou *epistemológica*, em que o documento deve ser representando a partir de diferentes perspectivas sobre esse mesmo objeto, com base no que o grupo determina como informativo. Algumas abordagens de fora do campo também podem se relacionar com a Organização do

Conhecimento, como os *estudos bibliométricos, recuperação informacional, ontologias e estudos de gênero* (Hjørland, 2016).

Fundamentos da Organização do Conhecimento podem ser encontrados em diversos espaços e instituições, devendo ser abordado de maneira interdisciplinar. Em bibliotecas, podem ser identificados principalmente nos sistemas de classificação e linguagens documentárias, utilizados na organização dos livros nas estantes e na recuperação de documentos nos catálogos. Em arquivos, diferentemente de bibliotecas, os documentos são únicos, estabelecendo-se como o mais relevante princípio da proveniência, ou seja, na organização em arquivos, a origem dos documentos é um dos elementos mais importantes na cadeia de custódia.

Já os museus possuem uma tipologia de documentação semelhante aos arquivos – trabalham com documentos únicos e, dessa forma, possuem elementos específicos para a organização de elementos iconográficos. A Organização do Conhecimento também pode ser encontrada em bases de dados, por meio das linguagens controladas, utilizadas na indexação dos registros, nos relacionamentos entre os pontos de acesso e o cuidado em uma representação adequada, em construção de linguagens documentárias em domínios específicos e na utilização de análises bibliométricas nos resultados. No âmbito da Internet, a engenharia de busca faz-se necessária, com a utilização do aporte teórico da Organização do Conhecimento, para a construção de uma arquitetura da informação (Hjørland, 2016).

Todo esse domínio tem origem, de forma consensual entre Hjørland e Dahlberg - teóricos seminais na área - em um livro de Henry Bliss (1929) denominado *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, em que o autor reforça a importância das bases filosóficas na construção de classificações bibliográficas e estabelece o termo “*organization of knowledge*” como representativo da área (Arboit, 2018).

Na década de 70, após um período voltado para os estudos classificatórios, Dahlberg e Soergel buscaram esforços para melhor compreender o que envolve esse campo, rejeitando a abordagem matemática que até então

era utilizada pela Sociedade para Classificação. À vista disso, em 1989, o termo organização do conhecimento é então selecionado pelos autores como representativo do âmbito, uma vez que “organização” é compreendida na língua alemã como algo além de apenas ordem, mas também enquanto um planejamento estruturado (Arboit, 2018).

É nesse contexto que há o surgimento da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), como o principal espaço de discussão de teorias, de ferramentas e de processos desenvolvidos para organização e representação do conhecimento, além de evidenciar a sua interdisciplinaridade com outras áreas de interesse. Atualmente, a sociedade possui cerca de 600 membros ao redor do mundo, em campos como ciência da informação, filosofia, linguística, ciência da computação, dentre outros. Para tanto, a instituição promove conferências internacionais a cada dois anos, conferências regionais em cerca de quinze países, publicação de um dos mais importantes periódicos na área – *Knowledge Organization* e a série proveniente dos anais de seus congressos internacionais, *Advances in Knowledge Organization* (ISKO, 2008).

Dessa forma, é possível conceber a ISKO como um dos espaços mais importantes para o compartilhamento de informações, promover pesquisas, experiências, desenvolvimento de sistemas, de maneira a prover o avanço filosófico, cognitivo e semântico para ordenar o conhecimento. Além disso, a instituição é responsável por promover um espaço profícuo para o desenvolvimento de um *networking* entre seus membros e um arranjo entre diferentes instituições e universidades preocupadas com a evolução da Organização do Conhecimento como um campo de estudos (ISKO, 2008).

Atualmente, vivemos em uma fase denominada por Pando e Almeida (2016), como o período *pós-moderno na organização do conhecimento*. Para os autores, esse novo período demonstra-se mais inclusivo em questões relativas a problemas socioculturais, como discussões sobre gênero, etnicidades, direitos civis, igualdade, dentre outros aspectos. Os problemas sus-

citados por esse novo período, causam impacto na forma como o conhecimento é produzido e sugerindo novos problemas a serem investigados, inclusive no âmbito da Organização do Conhecimento.

Nesse contexto, muda-se de uma perspectiva dicotômica até então aceita, caracterizada pela busca por uma neutralidade e objetividade, em que aspectos considerados predominantes são os únicos aceitos, para uma nova perspectiva, em que a visão positivista é criticada e há uma maior reflexão ideológica, cultural e política (Pando; Almeida, 2016).

Em uma visão pós-estruturalista, Martínez-Ávila e Beak (2016) declaram que a Organização do Conhecimento possui algumas instâncias e princípios aceitos como absolutos na área, e questionamentos ou críticas a essa visão de mundo podem ser compreendidas como falta de conhecimento das normas ou uma potencial ameaça ao campo. Dessa forma, o pós-estruturalismo constitui-se como uma rejeição às verdades consideradas universais e à exposição de realidades a partir de discursos construídos pela comunidade.

Essa compreensão pós-estruturalista é uma forma de analisar o conhecimento por meio de uma interpretação mais próxima da subjetividade, em que realidades múltiplas são consideradas, realidades estas construídas a partir da perspectiva dos indivíduos e de seus discursos, descobrindo pressupostos subjacentes a essas realidades. Ela se opõe à visão objetiva até então aceita na Organização do Conhecimento, em que a área é visualizada como algo concreto e imutável, baseada em experiências empiristas e em busca da construção de uma ciência positivista (Martínez-Ávila; Beak, 2016).

Nesse sentido, algumas pesquisas socioculturais foram realizadas, de maneira a refletir sobre o desenvolvimento das práticas na área. Wang (2019) alerta sobre a importância de estudos nesse âmbito, especialmente considerando o mundo globalizado, em que vivemos na atual sociedade, em que não apenas há uma alteração de interações econômicas, mas também o surgimento de novos conflitos culturais. A diversidade cultural é

refletida nas pesquisas desenvolvidas nesse domínio, em que estudos são realizados a partir de perspectivas de gênero, de orientação sexual, de religião, de idioma, de etnia, dentre outros, buscando romper uma tradição de investigações em Organização do Conhecimento a partir de um viés objetivo, que preza por um certo nível de neutralidade, muitas vezes, impossível de ser alcançado.

De acordo com o estudo realizado por Wang (2019), que buscou identificar os autores principais nas pesquisas no âmbito da ética em Organização do Conhecimento, foi possível perceber que os trabalhos nessa perspectiva podem ser divididos em temáticas relacionadas à padronização de sistemas bibliográficos considerados universais, como *Dewey Decimal Classification* ou *Library of Congress Subject Headings*, que possuem uma visão masculina e branca como *mainstream*; perspectivas de gênero na representação do conhecimento, como a visão feminina ou homoafetiva nas linguagens de representação; análises a partir de uma teoria crítica racial, étnica, e indígena na Organização do Conhecimento, dentre outros aspectos.

Esses estudos influenciaram inclusive a forma como a Organização do Conhecimento é ministrada nas universidades em cursos de Ciência da Informação. Mai (2019) questiona quais são as habilidades necessárias a esses profissionais diante da explosão informacional vivida na atualidade. Para o autor, algumas recomendações devem ser levadas em conta ao preparar os futuros profissionais da área: deve-se abandonar o pensamento da neutralidade como único viável.

Além disso, Mai (2019) afirma que os estudantes devem ser ensinados a serem céticos, de maneira a questionar os sistemas e saber que há várias respostas a uma mesma pergunta, podendo, assim, elaborar sistemas e serviços que considerem a multiplicidade dessa realidade. Ademais, os docentes devem ler de maneira detalhada os sistemas e técnicas utilizadas na área, demonstrando a maneira que essas ferramentas moldam a forma com que a informação é passada aos usuários e interferindo na posterior intera-

ção destes. Por último, o autor sugere que os alunos devem compreender de forma pormenorizada as classificações, para que possam conceber, desde o nível mais básico, como as categorias são parte da cultura, da cognição e da linguagem e como elas influenciam a recuperação da informação, através de qualquer meio (Mai, 2019).

Uma forma de analisar os estudos culturais no âmbito da Organização do Conhecimento é utilizando-se da análise do discurso, que será mais bem descrita na próxima seção.

3 ANÁLISE DO DISCURSO

Baseada nos trabalhos de Michel Foucault e sistematizada por Pêcheux e seu grupo, a Análise do Discurso possui seu quadro epistemológico delimitado a partir da articulação de três áreas: o materialismo histórico, a partir da construção ideológica e das formações sociais; a linguística, em que a sintática e os enunciados são compreendidos; e a teoria do discurso, em que se determina a historicidade dos processos semânticos (Pêcheux; Fuchs, 1997).

Para tanto, é necessário que em um primeiro momento haja uma *interpelação* – ou assujeitamento – do sujeito, de forma a identificar suas instâncias ideológicas e reprodução dessas relações, que conduz o indivíduo sem que esse se dê conta, acreditando estar exercendo sua própria vontade, a ocupar seu lugar em determinada classe, categoria ou camada social, não apenas considerando os aspectos econômicos, como também os não-econômicos. Essa reprodução contínua das relações de classes é designada por Althusser como “aparelho ideológico do Estado” (Pêcheux; Fuchs, 1997).

Conseqüentemente, ocorre o confronto entre essas classes, por meio de lutas entre classes antagônicas, que decorrem no interior desses aparelhos, a partir de diferentes posições políticas e ideológicas, determinando alianças e relações de dominação. Esse confronto pode ser denominado como *formação ideológica* e que pode ser mais bem definido pelos

autores como “[...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166). Essa formação é responsável por determinar o que pode e deve ser dito em dada classe social, formalizado por registros, como panfletos, exposições ou programas e é identificada por meio de uma condição de produção, designada a partir das instâncias expostas anteriormente.

Na Ciência da Informação (CI), os estudos fundamentados em Análise do Discurso tiveram seu início a partir de pesquisas realizadas por Frohmann (1992), que buscou analisar o poder das imagens, analisando o discurso a partir de imagens sob um ponto de vista cognitivo. Para o autor, a justificativa para utilização dessa metodologia na análise de Ciência da Informação é o fato de que a teoria em si é uma prática social, como um processo de trabalho intelectual, configurado por forças sociais, econômicas, políticas e culturais.

O autor ainda sugere que a partir do momento em que a CI é compreendida como um fenômeno discursivo, é necessário que se compreenda as formações históricas que levaram à construção de suas teorias, trazendo à tona os aspectos políticos que envolvem a concepção e a interpretação desses conceitos. Aspectos como informação, necessidade informacional e organização do conhecimento não são simplesmente concebidos de maneira neutra ou universal, mas são construídos a partir de interpretações pessoais e de grupos sociais dominantes (Frohmann, 1992).

Ainda que a CI esteja intrinsecamente relacionada a conflitos econômicos e políticos institucionais, há uma carência de reflexão sobre esses aspectos na literatura da área e sobre como a invisibilidade de certas perspectivas da área pode ser uma consequência de uma estratégia discursiva de poderes dominantes. Isso é constituído a partir de uma autoridade por meio da retórica, que se utiliza de um discurso cercado de confiança e autoridade para que os textos sejam assimilados enquanto eventos e objetos naturais (Frohmann, 1992).

De acordo com o autor, a área se utiliza de mecanismos como o imperialismo da teoria, colonização de territórios e a apropriação de discursos por meio de traduções e repetição de termos, para estabelecer uma área estável, objetiva e reconhecida, unificando todo o conhecimento da área como um processo contínuo de informação, que é dado por meio de uma construção mental determinista e que pode ser medido a partir de deslocamentos de discursos (Frohmann, 1992).

Posteriormente, Frohmann (1994) busca expressar como a Análise do Discurso pode ter seu espaço como uma metodologia a ser utilizada na CI, uma vez que o objeto analisado não é ao que o discurso se refere, mas o discurso em si, enquanto atos realizados por aqueles institucionalmente privilegiados. Esses atos determinam a forma com que se expressam sobre informação, seu uso e a forma com que é organizada, além de definir quem utiliza e a quem não é permitido o uso dessa informação. Essa definição determina quais serão os aspectos sociais e culturais das organizações responsáveis pela custódia dessas informações.

Para o autor, a literatura da área demonstra um conjunto de práticas discursivas inerentes, fundamentadas por instituições que atuam de forma central, construindo redes que permitem configurar os discursos de maneira a solucionar os problemas do campo. Essas construções não são neutras e respeitam as estruturas institucionais, de forma que o discurso compartilhado por essas instituições ganha significado quando compartilhado por essas instituições (Frohman, 1994).

No âmbito da Organização do Conhecimento, alguns estudos em Análise do Discurso merecem destaque, como Campbell (2007) que buscou investigar como a web semântica transformou processos de organização e representação da informação, tomando por base a análise foucaultiana do surgimento de clínicas médicas; Campbell (2011) que, de maneira mais específica, analisa a relações dos códigos de catalogação RDA e RDF, por meio de uma análise comparativa do discurso; Barros (2012), que realizou uma análise do discurso dos manuais de arquivologia, de maneira

a melhor compreender esse campo e Barros e Moraes (2012), que buscou demonstrar as relações entre os conceitos de classificação na arquivologia e de organização do conhecimento, de maneira a contribuir conceitualmente e sistematizar a classificação no âmbito da arquivologia.

De maneira semelhante, a presente pesquisa busca contribuir para as investigações em análise do discurso e Organização do Conhecimento, mais especificamente no âmbito dos aspectos culturais e sociais nesse campo. Para tanto, utilizou-se da metodologia descrita na próxima seção.

4 METODOLOGIA

Como método, iremos aplicar a análise do discurso, que surge por meio dos estudos de Pêcheux com base nos textos de Foucault. Essa metodologia busca evidenciar rupturas ideológicas e relações entre dominados e dominantes. Para realizar a análise, foi realizada uma busca nos anais dos eventos internacionais da ISKO, por meio de termos como *ethic**, *gender*, *privacy*, *culture*, *prejudice* e *bias* presentes nos títulos e resumos dos artigos.

Foram então recuperados 72 artigos, que por sua vez, foram incluídos no *software* de análise qualitativa *Sketch Engine*. Essa ferramenta permite analisar como a linguagem é aplicada, a partir da análise dos termos presentes no texto e as formas que eles foram encontrados – como substantivos, os verbos que os acompanham, como objeto ou como assunto, dentre outros aspectos. Na nuvem a seguir, é possível verificar como a representação de um dos termos de busca se apresenta:

universais, no entanto foram criadas em um ambiente ocidental, tendo o homem, branco e cristão como regra.

O principal modificador da palavra “cultura” nos textos é o termo “diferente”, ou seja, há uma preocupação por parte dos autores sobre como a representação das concepções acerca daquilo que se define como diferente é atribuída nas linguagens utilizadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o que é considerado fora da normalidade, é representado de modo inadequado nas linguagens. Outro modificador realçado na nuvem é o conceito de “outro”, ou seja, aquele que está além do limite do que é considerado normal e aceitável na sociedade, revelando uma perspectiva de que o que é além, não é necessário ser representado.

Essa lógica é reforçada quando outros modificadores de destaque são relativos à comunidades específicas, como conhecimento indígena compartilhado pelos moradores de municípios próximos à Floresta Amazônica e sua representação; a utilização de ferramentas criadas para contextos ocidentais, mas aplicadas a contextos orientais, não respeitando as diversidades culturais (Raghavan; Neelameghan, 2012), ou ainda, a proposta de um sistema que represente termos da cultura folk polonesa, como sugestão para construção de sistemas de representação do conhecimento (Babik, 2014).

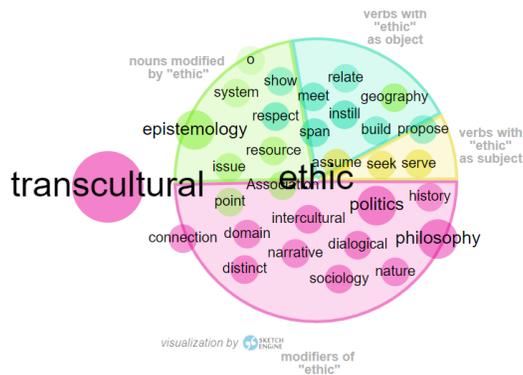
Um substantivo relacionado ao conceito de “cultura” que merece ênfase é o conceito de “fé”, ou seja, a forma como as culturas são representadas no sistema, garante que os usuários inseridos nessa cultura podem ter “fé” na qualidade e consistência do sistema de representação do conhecimento, e por consequência, na unidade informacional que utiliza o sistema. O conceito de preservação e resgate também são identificados como relacionados ao termo cultura, compreendendo-se que é de responsabilidade das unidades informacionais a preservação cultural, por meio de acervos que compreendam a diversidade e multipluralidade dos usuários, de forma a resgatar comunidades até então marginalizadas e excluídas do sistema.

Em uma análise do discurso desses elementos, é possível perceber a partir das críticas dos autores que as linguagens de representação do conhecimento, compreendidas como universais, na verdade reafirmam uma visão tendenciosa intrinsecamente presente na sociedade, que adota como correto apenas aquilo que está dentro de uma normalidade construída a partir de valores e visões de mundo sob uma perspectiva branca, masculina e cristã.

Nessa perspectiva, aqueles que fogem a essa normalidade são excluídos do sistema, sendo desamparados pela própria unidade informacional, o que anula o principal objetivo da biblioteca que é permitir o acesso à informação de maneira igualitária, compreendendo toda a diversidade de usuários. Além disso, uma vez que o material sobre essas culturas marginalizadas não é representado, os documentos que tratam sobre esses aspectos não são preservados, ou seja, como se excluindo essas comunidades, elas de fato não existissem.

No que diz respeito ao radical “*ethic**”, a nuvem de relacionamentos ficou da seguinte forma:

Figure 2 – Ethic* cloud



Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se que a maior incidência de modificador do termo pesquisado é “transcultural”, em especial por conta de um artigo de García-Gutiérrez (2002), que propôs a utilização de uma ética transcultural para representação do conhecimento. Diretamente relacionado ao termo de análise anterior – cultura -, o autor afirma que é necessária uma cultura de fronteira, em que sistemas rígidos são rejeitados, abordando-se e aceitando a perspectiva da permanente mutação dos indivíduos e das sociedades.

Na ética transcultural, as diversas culturas que podem ser compreendidas na unidade informacional são aceitas pelo esquema de representação, que se configura de maneira aberta e horizontal, em contraposição aos sistemas tradicionais, visualizados de maneira hierárquica, uma classe que pertence a todas às anteriores em que está incluída. A partir da perspectiva da análise do discurso, vê-se que, se há a necessidade dos estudos sobre a inclusão de culturas, então a exclusão é a regra atual. Uma vez que se adotam sistemas hierárquicos, as classes ficam sempre relacionadas à classe anterior, mesmo quando o grupo não se sente representado pela classe maior. Nesse sentido, diversos preconceitos são evidenciados e sustentados pelas linguagens de representação, marginalizando comunidades que muitas vezes já são excluídas na sociedade em que estão inseridas.

Outros termos que modificam são voltados a áreas do conhecimento, como Filosofia, História e Sociologia. Essas ocorrências se justificam considerando o universo científico em que o estudo da Ética está inserido – enquanto área de estudo da Filosofia, que busca o bem-estar e o bom convívio em sociedade, que se altera conforme diferentes períodos históricos e alterações de costume. A preocupação em remeter às áreas da ciência em que o domínio da Ética se encontra, demonstra as bases teóricas que os autores se fundamentam para o estudo científico em um contexto específico, como a representação do conhecimento – o que também remete à alta ocorrência do termo em associação ao termo Epistemologia. Também demonstra profunda relação com a própria análise de discurso, que também se encontra inserida nesses três universos científicos – uma análise a partir da historicidade, da semântica e de ideologias em torno de discursos,

direito de ser ou de pertencer a algo, de existir de acordo com a realidade em que se sente correspondido. Outra crítica encontrada nas pesquisas e que pode ser visualizada na nuvem é a questão das perspectivas dicotômicas e oposições binárias.

Nas linguagens de representação, essas concepções são adotadas: ou você pertence a uma classe, ou você pertence à outra classe, geralmente em relação de oposição. No entanto, a legitimação desse discurso é prejudicial para aqueles que se encontram no meio entre essas duas noções, que não se sentem representados por nenhum dos dois extremos. Além disso, a própria visão de oposição é negativa, uma vez que coloca os termos de maneira antagônica, reforçando a desigualdade entre os conceitos. Nesse sentido, aqueles que fogem às regras legitimadas pelas linguagens, mais uma vez é excluído, considerado como anormal, errado ou não pertencente ao grupo.

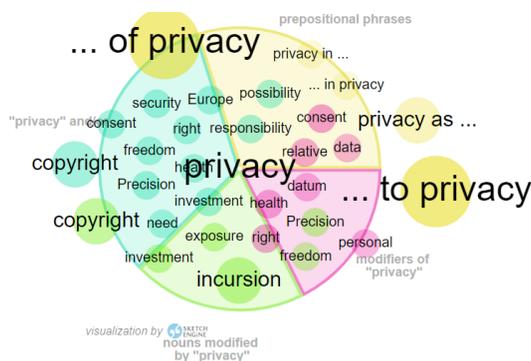
Os estudos feministas também encontram-se diretamente relacionados aos estudos de gênero. Nessa lógica, destaca-se o estudo de Romero-Millán e Naumis-Peña (2016), que investigaram as terminologias e a representação de conteúdo em documentos relativos à participação feminina no mercado de trabalho, contidas no acervo de diferentes bibliotecas. Para as autoras, a terminologia utilizada reflete diretamente a forma como essa comunidade é vista, ou seja, qual é a posição da mulher em cenários como gênero, educação e atividades diárias. Pelos resultados, as autoras identificaram que a concepção da mulher na sociedade é cultural e sua contribuição para o desenvolvimento econômico muitas vezes ignorada.

Esse tipo de discurso apropriado pelas bibliotecas, reforça o homem como dominante na sociedade, como provedor, colocando a mulher em posição inferior e subordinada a ele. Quando há uma mulher bem-sucedida no mercado de trabalho e é compreendida como exceção na linguagem, ela também infere que essa não é uma posição a ser adotada por ela como norma, como frequente, ignorando a sua posição de destaque no avanço profissional e econômico das sociedades.

Outro estudo nessa perspectiva é a relação de gênero com os movimentos sociais e políticos ocorridos nos últimos anos. (Moura, 2018). Assim, as pesquisas em relação ao gênero podem ser inferidas como lutas contra entidades de poder e dominantes que atuam no contexto atual e como as linguagens documentárias podem ser utilizadas para perpetuar essas relações de dominação e subordinados.

O termo privacidade aparece de maneira mais discreta no *corpus*, conforme a imagem a seguir:

Figure 4 – Privacy cloud



Fonte: Elaborado pelos autores

O que merece destaque nessa figura é a questão da presença do termo em *prepositional phrases*, em especial *to privacy or of privacy*, o que não havia ocorrido com os termos anteriores. Nos documentos analisados, essas preposições aparecem referentes às questões éticas relativas *to privacy* – particularmente na proteção dos dados na internet, o anonimato na busca e na proteção das informações (Rockenback; Silva, 2018) e o *right to privacy* em um mundo cada vez mais globalizado e sem barreiras para acesso a dados pessoais (Bezerra; Sanches, 2018).

Os artigos também trabalham *the nature of privacy*, ou seja, seus fundamentos legais em relação aos aspectos da propriedade intelectual, isto é, sua perspectiva legal (Hajibayova; Salaba, 2018). Percebe-se que quando

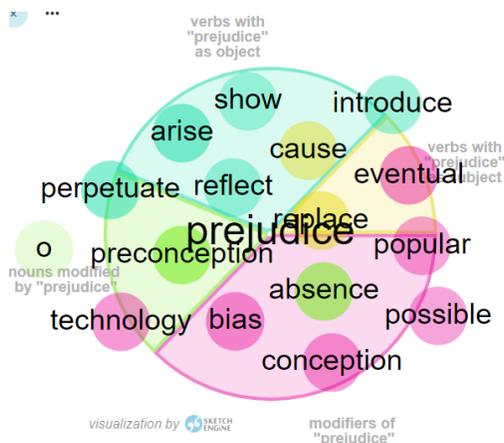
se trata da privacidade, os estudos giram em torno das novas abordagens necessárias diante dos desenvolvimentos tecnológicos, em que as informações pessoais estão cada vez mais facilmente disponibilizadas, provocando o questionamento de até onde as facilidades proporcionadas por esse avanço tecnológico são eticamente éticas.

Por meio da análise do discurso, é possível perceber da mesma forma que esses avanços tecnológicos implicaram em novas formas de acesso informacional que anteriormente não eram possíveis, esse acesso também atingiu as informações pessoais, o que leva a novas habilidades do uso dessas tecnologias, reiterando maiores investigações sobre a concepção de privacidade nos dias atuais.

O que também merece destaque nos termos relacionados à privacidade é o conceito de *copyright*. Também notadamente diante do progresso tecnológico, os direitos dos autores e da propriedade intelectual estão cada vez mais *blurred*, ainda mais considerando o contexto de ciência aberta e acesso informacional a todos. Nesse sentido, podemos inferir que os paradigmas nesse sentido foram alterados, levando a área a questionar sobre quais são os possíveis problemas éticos enfrentados pela segurança dos autores e o acesso à informacional igualitário. Um caso recente de como essas questões estão em evidência – e de como implicam decisões éticas, é o embargo da editora Macmillan a novos títulos de e-books em bibliotecas públicas (Ala, 2019).

O conceito de *prejudice* também é abordado de maneira discreta nos artigos, segundo a imagem:

Figure 5 – Prejudice cloud



Fonte: Elaborado pelos autores

É dada a ênfase à conexão do termo com os conceitos de *bias* e *preconception*, o primeiro em relação às tendenciosidades que podem ser encontradas nas linguagens de representação; e o segundo, as ideias pré-concebidas sobre determinado assunto, representando aquele grupo de maneira pejorativa. Nos documentos analisados, essas ideias são trabalhadas em consonância como termo de justiça no tratamento às pessoas, de acordo com Furner (2018), ou com os preconceitos que podem ser difundidos nas redes sociais (Origgi; Simon, 2010), o que justifica a destacada presença do termo *technology*. Diante desse contexto, é possível perceber que mais uma vez, a ideia do discurso dessas ideias visa à compreensão da presença do outro nesses espaços, como essas tendenciosidades e preconceitos podem afetar o espaço de fala dessas comunidades, como esses fatores podem ser prejudiciais não apenas nas relações pessoais desses indivíduos, como também no ambiente virtual em que estão inseridos, em mais uma mudança de paradigma justificada pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

O último termo analisado e que possui forte relação com o termo *prejudice*, é o próprio conceito de *bias*, conforme pode ser visualizado na imagem a seguir:

e Olson (2014). Os autores buscaram conceituar o termo no âmbito da Organização do Conhecimento e identificar como ele de fato pode causar algum dano na representação - quando utilizado para promover preconceitos e discriminações - e também a partir da visão positiva desse termo, quando empregados para representação de comunidades específicas. Analisando o discurso dessas investigações, é possível identificar a partir das duas conotações a importância da representação de grupos considerados minorias, uma vez que as tendenciosidades podem ser utilizadas para excluir esses grupos ou ainda, para dar voz. Diante desse contexto, mais uma vez é reafirmada a visão preconceituosa que linguagens de representação podem possuir.

6 CONCLUSÕES

O presente capítulo buscou fazer uma análise da presença de conceitos do universo ético e social em Organização do Conhecimento, os quais foram construídos em um importante ambiente científico como a ISKO, a partir de uma análise do discurso. Foram explorados 72 artigos, utilizando como ferramenta de suporte para análise o *software SketchEngine*, em especial seu recurso *WordSketch*, que verifica a presença das palavras a partir de um contexto semântico.

A partir da referida análise, foi possível identificar que esses conceitos têm sua presença desde o primeiro congresso realizado e que as principais questões trabalhadas nesse contexto dizem respeito a questões relativas às representações culturais, aos grupos marginalizados e às novas perspectivas a partir do contexto tecnológico.

De maneira mais específica, comprovou-se quão prejudicial pode ser a utilização de ferramentas consideradas universais aos contextos específicos, uma vez que a construção dessas ferramentas partem de uma visão que compreende o universo a partir de pontos de vistas masculinos e brancos, excluindo aspectos que fogem a essa dita normalidade, marginalizando in-

divíduos considerados como “outro”. Essas interpretações podem ser mais bem visualizadas quando considerados contextos específicos evidenciados pelos autores, como questões feministas e a respeito de culturas não ocidentais. Também foi possível compreender como as novas tecnologias alteraram o paradigma da utilização do conhecimento nesses novos ambientes, modificando a forma como conceitos como privacidade e lei de direitos autorais eram visualizados até então.

Sugere-se como futuros estudos análises mais detalhadas desse conjunto de artigos, buscando identificar cronologicamente como esses conceitos se alteraram ou foram construídos ao longo do tempo, além de uma ampliação para os capítulos regionais da ISKO, buscando identificar se as perspectivas sobre esses conceitos se alteram em diferentes regiões geográficas.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Limiting access to eBooks for libraries means limiting access for readers like you.** Chicago: American Library Association, 2019. Disponível em: <https://ebooksforall.org/>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- ARBOIT, A. Knowledge organization: from term to concept, from concept to domain. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 45, n. 2, p. 125-135, 2018.
- BABIK, W. Knowledge organization for the system of indexing and retrieval of information on the folk culture of the Polish Carpathian region. *In*: BABIK, W. (ed.). **Knowledge organization in the 21st century: between historical patterns and future prospects.** Proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference, Kraków, Poland, May 19-22, 2014, Advances in knowledge organization, 14. Würzburg: Ergon, 2014. p. 445-452.
- BARROS, T. H. B. Por uma arqueologia da arquivística: elementos históricos de sua constituição. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 6-28, jul./dez. 2014.
- BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Archival Classification and Knowledge Organization: Theoretical Possibilities for the Archival Field. *In*: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. S. **Categories, Contexts and Relations in Knowledge Organization, Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference 6-9 August 2012 Mysore, India.** Advances in knowledge organization 13. Würzburg: Ergon Verlag, 2012. p. 272-276.

BEZERRA, A. C.; SANCHES, T. Copyright infringement: between ethical use and legal use of information. *In*: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age**. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal, Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. p. 762-769.

CAMPBELL, D. G. RDA and RDF: A discourse analysis of two standards of resource description. *In*: PROCEEDINGS FROM NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION, 3., Washington, 2011. **Anais** [...]. Toronto [s. n.], 2011. p. 207-16.

CAMPBELL, D. G. The Birth of the New Web: A Foucauldian reading of the semantic web. **Cataloging and Classification Quarterly**, New York, v. 43, n. 3-4, p. 9-20, Oct. 2007.

FROHMANN, B. The Power of Images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, London, v. 48, n. 4, p. 365-386, April. 1992.

FROHMANN, B. Discourse Analysis as a Research Method in Library and Information Science. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1994.

FURNER, J. Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. *In*: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age**. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal, Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. p. 468-474.

GARCÍA-GUTIERREZ, A. Knowledge Organization from a “Culture of the Border”: Towards a Transcultural Ethics of Mediation. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, Maria J.; MUNOZ-FÉRNANDEZ, Francisco J. **Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21st Century: Integration of Knowledge across Boundaries**, Proceedings of the Seventh International ISKO Conference, 10-13 July 2002 Granada, Spain, Advances in knowledge organization 8. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 516-521.

GUEDES, R. de M.; MOURA, M. A. Semantic warrant, cultural hospitality and knowledge representation in multicultural contexts: experiments with the use of the EuroVoc and UNBIS thesauri. *In*: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age**. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal, Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. p. 442-449.

HAJIBAYOVA, L.; SALABA, A. Critical questions for big data approach in knowledge representation and organization”. *In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age, Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal.* Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. 144-151.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 475-484. 2016.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION. **About ISKO**. Kent: ISO, 2008. Disponível em: <https://www.isko.org/about.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; BEAK, J. Methods, Theoretical Frameworks and Hope for Knowledge Organization, **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 5, p. 358-366, 2016.

MAI, J-E. Be Slow, Skeptical, and Classify: Recommendations for LIS Education. **Journal of Education for Library and Information Science**, toronto, v. 60, n. 02, p. 152-167, 2019.

MILANI, S. DE O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages. Theoretical approaches about sensitive issues. *In: GNOLI, Flavio; MAZZOCCHI, Fulvio (ed.). Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference 23-26 February 2010 Rome, Italy.* Advances in knowledge organization 12. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 424-428.

MILANI, S. DE O.; GUIMARÃES, J. A. C.; OLSON, H. A. *In: BABIK, Wieslaw (ed.). Knowledge Organization in the 21st Century: between historical patterns and future prospects.* Proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference 19-22 May 2014, Kraków, Poland, Advances in knowledge organization 14. Würzburg: Ergon Verlag, 2014. p. 335-344.

MOURA, M. A. Intersectionality and the social construction of Knowledge Organization. *In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age.* Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal, Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. p. 830-837.

OLSON, H. A. Dewey Thinks Therefore He Is: The Epistemic Stance of Dewey and DDC. *In: GREEN, Rebecca (ed.). Knowledge Organization and Change.* Proceedings of the Fourth International ISKO Conference, Washington, DC, July 15-18, 1996, Advances in knowledge organization 5. Würzburg: Ergon Verlag, 302-311, 1996.

- ORIGGI, G.; SIMON, J. On the epistemic value of reputation. The place of ratings and reputational tools in knowledge organization. *In*: GNOLI, Claudio; MAZZOCCHI, Fulvio. **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference 23-26 February 2010 Rome, Italy, Advances in knowledge organization 12. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 417-423.
- PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. de. Knowledge organization in the context of postmodernity from the theory of classification perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 2, p. 113-117, 2016.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.
- RAGHAVAN, K. S.; NEELAMEGHAN, A. Indic cultures and concepts: implications for Knowledge Organization. *In*: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. S. (ed.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization**. Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference, Mysore, India, August 6-9, 2012, Advances in knowledge organization, 13. Würzburg: Ergon, 2012.
- RAJU, A. A. N. Indology - Problems in its classification and organization in libraries, with special reference to the UDC (IME, 1985) and the CC (7th ed., 1987). *In*: FURGMANN, Robert (ed.). **Tools for Knowledge Organization and the Human Interface**. Proceedings of the 1st International ISKO Conference, Darmstadt, Germany, August 14-17, 1990, Advances in knowledge organization 1-2. Würzburg: Ergon Verlag, 1990. p. 144-153.
- ROCKEMBACH, M.; SILVA, A. M. da. Epistemology and Ethics of big data. *In*: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ed.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age**. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto, Portugal, Advances in knowledge organization 16. Würzburg: Ergon Verlag, 2018. p. 812-819.
- ROMERO-MILLÁN, C.; NAUMIS-PEÑA, C. Representation of contents on female participation in salaried work. *In*: GUIMARÃES; José Augusto Chaves; MILANI, Suellen de Oliveira; DODEBEI, Vera (ed.). **Knowledge Organization for a Sustainable World**: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society, Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference 27-29 September 2016 Rio de Janeiro, Brazil. Advances in knowledge organization 15. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. p. 564-571.
- WANG, S. The intellectual landscape of the domain of culture and ethics in knowledge organization: an analysis of influential authors and works. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 57, n. 4, p. 227-243, 2019.

ZAMBONI, R. C. V.; FRANCELIN, M. M. The location of classification: between the local and the global. *In: GUIMARÃES; José Augusto Chaves; MILANI, Suellen de Oliveira; DODEBEL, Vera (ed.). **Knowledge Organization for a Sustainable World**: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society, Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference 27-29 September 2016 Rio de Janeiro, Brazil. Advances in knowledge organization 15. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. p. 572-578*

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, T. H. B. Discurso, documento e arquivística: trajetória de uma área. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 97-110, 2017.

BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. From archives to archival science: elements for a discursive construction. *In: GNOLI, Claudio; MAZZOCCHI, Fulvio. **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference 23-26 February 2010 Rome, Italy, Advances in knowledge organization 12. Würzburg: Ergon Verlag, p. 398-404, 2010. p. 398-404.*

7

**FUNDAMENTOS SEMIÓTICO-
CULTURAIS PARA A ORGANIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO**

*SEMIOTIC-CULTURAL FOUNDATIONS
FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION*

*Mona Cleide Quirino da Silva FARIAS
Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação - FTI*

*Carlos Cândido de ALMEIDA
Universidade Estadual Paulista - UNESP*

Resumo: A Organização do Conhecimento tem se dedicado a sugerir soluções para resolver de modo pragmático os problemas de representação do conhecimento e da recuperação. Assim, utiliza-se de conceitos ou se apropria de definições de conceitos para validar os processos de representar e recuperar o conhecimento. A linha interpretativa que nos serve de apoio nessa discussão é a Semiótica da Cultura. O objetivo é apresentar os fundamentos semióticos dessa linha à Organização do Conhecimento, pois consideramos que as teorias críticas em Organização do Conhecimento podem beneficiar-se da abordagem argumentativa e dos conceitos propostos pela Semiótica da Cultura. Para repertoriar os fundamentos que permeariam uma semiótica apropriada aos estudos da Organização do Conhecimento, especificamente os temas relacionados às abordagens socioculturais, destacamos as bases semióticas e as bases socioantropológicas. A intenção é destacar alguns conceitos nem sempre sublinhados pela literatura para dar conta do problema semiocultural, que é examinado pela Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: organização do conhecimento; fundamentos semiótico-culturais; semiótica da Cultura; abordagens socioculturais; bases semióticas e bases socioantropológicas.

Abstract: Knowledge organization has dedicated to suggesting solutions to pragmatically solve problems of knowledge representation and retrieval. Thus, it uses concepts or appropriates concept definitions to validate knowledge representation and retrieval processes. The interpretive line that supports the present discussion is the Semiotics of Culture. The aim is to present the semiotinowledge organization can benefit from the argumentative approach and the concepts proposed by the Semiotics of Culture. To underpin the foundations that would permeate a semiotics appropriate for the studies of knowledge organization, and specifically the themes related to sociocultural approaches, we highlight the semiotic bases and the socio-anthropological bases. The intention is to highlight some concepts that are not always underlined in the literature to resolve the semio-cultural problem that is examined by Knowledge Organization.

Keywords: knowledge organization; semiotic-cultural foundations; semiotics of culture; sociocultural approaches; semiotic bases and socio-anthropological bases.

1 INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento, campo que se dedica propor soluções pragmáticas para resolver os problemas de representação do conhecimento e sua recuperação, tem considerado o conceito um elemento norteador para organizar os discursos em qualquer que seja o campo.

Para Cabré (2000, p. 124, grifo da autora) “Un concepto puede participar en más de una estructura con el mismo o diferente valor. Los términos *no pertenecen a un ámbito sino que son usados en un ámbito* con un valor singularmente específico”. Em outras palavras, a autora entende que o conceito não é algo fixo, por isso possui caráter dinâmico na medida em que é desenvolvido e utilizado em determinado campo. Segundo Hjørland (2008), o conceito consiste na descrição das propriedades de um objeto ou para construir um enunciado lógico e verdadeiro sobre uma “coisa do mundo”. Para Morin (2005), os conceitos precisam “viajar”, isto é, migrar, pois: “[...] é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente [...]” (Morin, 2005, p. 117).

Várias áreas como, por exemplo, a Lógica, a Linguística, a Filosofia, a Semiótica, as Ciências Cognitivas, a Terminologia, a Ciência da Informação etc. trabalham com conceitos ou ainda com a definição de conceitos, tendo em vista dar base para as reflexões e/ou soluções a problemas práticos.

Contudo, algumas linhas da Semiótica têm proporcionado uma estrutura teórica suficiente para compreender a relação dos conceitos com a cognição e com a sociedade. O objetivo deste capítulo é apresentar os fundamentos semióticos da linha conhecida como Semiótica da Cultura importantes à Organização do Conhecimento. As teorias críticas em Organização do Conhecimento podem beneficiar-se da abordagem argumentativa e dos conceitos propostos pela Semiótica da Cultura, no entanto essas bases precisam sofrer certas adaptações e ajustes para conformar-se aos problemas da área.

Assim, destacamos dois tópicos, as bases semióticas e as bases socio-antropológicas, para repertoriar tais fundamentos que permeariam uma

semiótica apropriada aos estudos da Organização do Conhecimento, especificamente os temas relacionados às abordagens socioculturais. Aqui destacaremos alguns conceitos nem sempre sublinhados pela literatura para dar conta do problema semiocultural que é examinado pela Organização do Conhecimento.

2 FUNDAMENTOS SEMIÓTICO-CULTURAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

2.1 BASES SEMIÓTICAS

Objetivamos resumir aqui conceitos básicos da Semiótica e da Semiótica da Cultura, importantes à nossa estruturação teórica. Desse modo, iniciaremos pelos conceitos de signo, semiose, representação e antroposemiose. Na sequência, serão comentados os conceitos de cultura, modelização, linguagem e tradução, esses últimos apresentados a partir da Semiótica da Cultura.

Ao tratar os termos signo, semiose e representação, seguimos a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914), que se dedicou aos estudos da semiótica em geral. Assim, entendemos que a semiótica peirceana toma como base a filosofia em busca de verificar o(s) significado(s) de algo, desde a apresentação do signo na mente humana até o seu desenvolvimento/transformação, partindo, é claro, de uma relação triádica envolvendo signo, objeto e interpretante.

Os estudos da semiótica se desenvolvem a partir de contextos diferentes como, por exemplo, na Rússia, na Europa Ocidental e na América, apresentando conseqüentemente fundamentos e abordagens distintas dos seus objetos. Diante disso, podemos citar alguns nomes que representam esse campo, como Peirce, Saussure, Hjelmslev, Greimas, Jakobson, Morris, Eco, Ogden & Richards, Port Royal, Leibniz, Santaella (Nöth, 2003), entre outros.

De modo geral, a Semiótica não se limita a signos que estabeleçam uma comunicação verbal, isto é, um único sistema. As possibilidades sígnicas são diversas, por isso a Semiótica peirceana não se reduz a uma única linguagem para compreender os(s) processos(s) interpretativos dados a partir do signo.

O signo é entendido como tudo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém, ou ainda, dirige-se a alguém, podendo criar na mente de uma pessoa um signo equivalente ou até mesmo um mais desenvolvido (Peirce, 2012) e é definido como:

[...] um cognoscível que, por um lado, é determinado (i.e., especializado, *bestimmt*) por algo *que não é ele mesmo*, denominado de seu Objeto, enquanto, por outro lado, determina alguma Mente concreta ou potencial, determinação esta que denomino de Interpretante criado pelo Signo, de tal forma que essa Mente Interpretante é assim determinada mediatamente pelo Objeto. (Peirce, 2012, p. 160, grifo do autor).

Nesse sentido, verifica-se que o signo está na relação com o objeto e com o interpretante, logo o signo pode ser caracterizado como aquilo que é determinado por um objeto que, por conseguinte, determina um interpretante¹ e disso tem-se a ação do signo denominada de semiose.

A semiose enquanto ação dos signos é “[...] o processo pelo qual algo funciona como signo podendo ser chamado de semiose” (Morris, 1976, p. 13). A semiose é, segundo Peirce apud Nöth (1995, p. 66), “[...] o processo no qual o signo tem um efeito cognitivo sobre o intérprete”. É uma ação que envolve a cooperação de três elementos: o *signo*, seu *objeto* e seu *interpretante*.

O signo se refere a seu objeto para uma interpretação, ou seja, o signo significa seu objeto por meio da interpretação. Sobre a interpretação está um processo semiótico. Nesse processo semiótico interpretativo da ação do signo, a semiose é a “[...] produção de sentido. Processo infinito

¹ Para Santaella (1995, p. 89) “[...] todo interpretante é um signo, assim como todo signo é um interpretante”.

pelo qual, através de sua relação com o objeto, o signo produz um interpretante que, por sua vez, é um signo que produz um interpretante e assim por diante” (Pinto, 1995, p. 49).

Para Santaella (1992), a semiose é a ação do(s) signo(s), mas não uma simples ação, pelo contrário, é qualquer tipo de ação provocada pelo signo. Assim, pode-se dizer que é a ação do signo, ação esta que determina um interpretante.

Quando o signo é interpretado se produz um efeito chamado interpretante, este é capaz de gerar outro signo e contribui para o crescimento da semiose que faz parte de um “*continuum*” de acontecimentos os quais podem ser antecipados pela capacidade interpretativa.

Para a Semiótica da Cultura, a semiose representa os processos de veiculação dos signos e ainda, podemos dizer, que é a própria evolução dos signos. “O mecanismo elementar de produção da semiose é a transformação da informação percebida em informação codificada, isto é, em texto. A cultura não apenas é um centro produtor de textos como, ela própria, se manifesta como texto para o observador” (Machado, 2013, p. 64).

No âmbito dos sistemas da cultura, a semiose representa e implica processos complexos, pois na medida em que se processam os significados estes podem ser alterados em decorrência da dinâmica da cultura e das relações estabelecidas pelos sujeitos em determinados contextos culturais.

Sendo o signo composto por três elementos na visão peirceana, tais elementos apresentam a seguinte configuração sobre ele: signo ou *representamen*, objeto e interpretante. Na primeira relação, o *representamen* não possuirá subdivisões, mas o objeto, como um segundo, será subdividido em Objeto Imediato – aquele contido no signo – e Objeto Dinâmico – o objeto ele mesmo, ou objeto real.

De modo geral, podemos entender que o signo como um elemento potencial da relação com o objeto e o interpretante, traz em si o objeto imediato e uma referência ao objeto dinâmico, sendo o primeiro uma apre-

sentação do objeto dada pelo signo e o segundo uma possibilidade, uma possível caracterização do objeto que será interpretado via um interpretante imediato, um interpretante dinâmico e um interpretante final.

As reflexões trazidas pela semiótica, mais precisamente a peirceana, têm sido resgatadas em diversas pesquisas na Ciência da Informação a exemplo de: Lara (1993), Moura (2006), Barbalho (2006) e mais recentes: Barros (2017), Café e Barros (2014), entre outras que representam interesse pelo tema da semiótica e ainda, entendemos nestas possibilidades de análises sobre a informação e o conhecimento.

Contudo, reconhecemos que as reflexões semióticas trazidas pelas pesquisas acima e por outras que certamente surgirão, presenteiam-nos com análises distintas sobre as questões da representação da informação e da representação do conhecimento. Nesse sentido, compreendemos que o tema da semiótica, em alguma medida está concatenado com várias temáticas como, por exemplo, a da representação, mais precisamente no campo da Organização do Conhecimento.

A representação é analisada em diversas perspectivas de estudos, como por exemplo, a das representações sociais, em que a representação é entendida por Lefebvre (1983, p. 99) como “[...] uma presença na ausência”. Signos, crenças, visões de mundo, que se representam é, na maioria das vezes, algo ausente, presentificado, pois “As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditem faltar” (Lefebvre, 1991, p. 20).

A noção de representação é, segundo Santaella (2001), desde o século XIX, um conceito importante na semiótica e, a partir de meados do século XX, passou a ocupar o terreno da ciência cognitiva. Para Santaella (2001), a representação é apenas uma face da mediação, cuja outra face está na determinação. Assim, a função do signo é de atuar como uma mediação. Vale destacar que, embora a representação não seja um termo utilizado por Peirce, podemos entendê-la na configuração da terceira tricotomia, dada pela relação do signo objeto como o signo interpretante, no discurso dissertativo

argumentativo. Assim, consideramos a representação um produto da mediação, resultante da referida relação motivada pelo signo. Também, entendemos que a noção de representação implica o reconhecimento do contexto, isto é, o espaço e o tempo que se deseja representar.

Dessa maneira, entendemos que a representação enquanto uma ação de representar está presente nas práticas e processos de organização e representação do conhecimento.

Nesse escopo, resgatamos o termo representação no âmbito da Organização do Conhecimento em que a ação de representar é proporcionada por um instrumento, seja este um tesouro, uma ontologia, seja ainda de linguagens documentais etc.

O termo representação de conhecimentos ou de informação resulta em produtos que se relacionam com objetos, no sentido peirceano. Ou seja, representar significa rerepresentar algo, apresentar a coisa por meio de alguma entidade de representação, essa abordagem se aproxima do conceito de signo (Monteiro; Carelli; Pickler, 2006).

Entretanto, é preciso saber que, para a representação, é necessário atentar para a análise do contexto, pois o contexto não corresponde a entidades que podem ser identificadas e também representadas. O contexto consiste no conjunto de noções intangíveis que potencialmente criam significados e, conseqüentemente, a compreensão (Mai, 2005).

A partir desse posicionamento, resgatamos a ideia de domínio como enfatizada nos estudos de Hjørland (1997, 2002a), que reconhece o significado da língua como algo construído e usado para ser entendido por um grupo de pessoas e, por essa razão, é coerente estudar os domínios que envolvem as comunidades discursivas.

Entendemos que, para compreender melhor as comunidades discursivas na Organização do Conhecimento, devemos ater-nos aos enfoques culturais desenvolvidos nas pesquisas desse campo. Nos fundamentos de uma perspectiva sociológica do conhecimento, em que se encontra a análise de

domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995), não é trazida uma explicação detalhada do que é uma comunidade discursiva. Ao que parece a noção de comunidades discursivas está relacionada à ideia de domínio, enquanto um campo, área ou conjunto de pessoas com objetivos comuns.

Para Smiraglia (2002, p. 114), o domínio é entendido como “[...] um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses em comum, consensos epistemológicos sobre abordagens metodológicas e uma semântica social”. No entanto, compreendemos que o domínio deve corresponder às comunidades discursivas, as quais são constituídas por concepções comuns, relacionadas em uma esfera social e cultural e, por isso, não são estritamente ligadas ao espaço acadêmico ou mesmo de uma área de pesquisa. Em resumo, o traço semiótico-cultural é o elemento fundador de um domínio, pois pertencer a uma área acadêmica, grupo profissional ou de práticas comuns não é suficiente para caracterizar um domínio. É preciso ressaltar que, na análise dos contextos, tal domínio não deve se restringir a um campo científico. Por isso, entendemos que a noção de domínio e também de comunidades discursivas não deve ser restrita.

Para tanto, a representação é a forma que buscamos para interpretar os contextos em que estamos inseridos. E, embora saibamos que “Nossas idéias (sic), nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” (Moscovici, 2009, p. 221), não podemos reduzir nossas interpretações sobre um determinado contexto. Precisamos consultá-lo, recuperar elementos suficientes para que a representação faça jus à realidade.

Por isso, precisamos reconhecer que algumas representações não são neutras ideologicamente e, por isso, não podem ser limitadas a uma única expressão da realidade, com base em um único signo, tendo em vista que o signo é uma entidade em potencial desenvolvimento e, por conseguinte, a representação é um processo evolutivo.

Contudo, temos que toda representação carrega em si, os valores, as intenções e ideologias, portanto ela não é neutra e muito menos fixa. Um objeto representado em uma determinada cultura pode não ter o mesmo significado em outra, pois são os contextos em relação às linguagens e os sujeitos envolvidos que atribuem interpretações àquilo que lhe é particular.

Como na Organização do Conhecimento, a representação é viabilizada por um instrumento, sendo este construído, analisado e validado por uma comunidade de profissionais, é claro que esta representação não se dará por completo, tampouco implicará neutralidades, pelo contrário, será um processo de apresentação de um elemento da realidade que está sendo mediado por um signo e, por isso, não pode ser a representação fiel da realidade em sua totalidade. Porém, a representação deve conter o olhar dos sujeitos e não apenas as conclusões dos profissionais que subsidiam os processos de representação.

Salientamos que, das concepções de signo e semiose trazidas pela teoria semiótica de Peirce, assim como a noção de representação, enquanto uma mediação, uma possibilidade de ampliação das linguagens compreendida em Santaella, somada à perspectiva de representação de Moscovici, como uma síntese de nossa relação com o outro e com os contextos de que fazemos parte, presenteia-nos com um olhar amplo do signo como uma possibilidade de representação de algo para uma determinada pessoa e que é potencializado na semiose, como um processo de transformação do signo.

Dito isso, apresentaremos a seguir a antropossemiose como um desdobramento da semiose que se revela como um dos níveis de semiose.

A antropossemiose se caracteriza por processos sígnicos que envolvem o ser humano e o ambiente em que está imerso (Deely, 1990). No escopo de tal discussão, entendemos que o ser humano é produtor de signos, pois sua própria natureza é sígnica, desde sua constituição genética até sua formação sociocultural, isto é, o ser humano é em si um signo ao passo que

também é um objeto – em caráter dinâmico – e ao mesmo tempo, interpretante dos demais objetos com que se confronta.

No contato com a natureza e os sistemas culturais, o ser humano se depara com as linguagens. Não apenas a linguagem em seu aspecto verbal, com fim de comunicar-se, mas um sistema de linguagens que é composto de códigos, de elementos simbólicos apresentados na cultura, na relação que ele mesmo possui com a natureza.

Entendemos que linguagens são mecanismos necessários para a constituição do diálogo e da comunicação entre seres humanos e o universo do qual fazem parte. A consideramos como signos de mediações, tanto para as relações estabelecidas entre seres humanos-natureza – e seu contexto sociocultural –, como para elaboração, organização e compartilhamento de conhecimentos, embora entendamos que, no aspecto da comunicação humana, a língua também é necessária.

A antropossemiose é apresentada na tentativa de refletir, em meio a esse nível de semiose, sobre o aspecto das linguagens como sistema de signos que permitem ampliar o desenvolvimento das semioses humanas, não se restringindo ao âmbito das semioses linguísticas. Nesse sentido, a antropossemiose poderia ser analisada como uma possibilidade de entender como seres humanos, em suas relações com o meio social e cultural, podem elaborar significados e traçar interpretações a partir dos signos produzidos na esfera bio-sócio-cultural.

Em outras palavras, a antropossemiose atuaria como um método para analisar os seres humanos em sua relação com as diversas esferas da natureza, com o desenvolvimento das semioses, atentando para as suas competências, enquanto ser que interpreta e representa sua realidade.

Vale destacar que a antropossemiose apresenta-se como um nível mais alto de semiose (Deely, 1990). São vários os desdobramentos da ação do signo, isto é, da semiose, pois ao lado de uma antropossemiose, estão

também outros tipos de semiose como, por exemplo, zoosseiose², a fisiossemiose³ e a fitossemiose⁴.

Para Deely (1990), há uma divisão semiótica que se apresenta em quatro níveis de semiose: a que caracteriza a semiose cognitiva, isto é, a antropossemiose e zoosseiose, e os níveis “inferiores” de semiose, aqueles não dependentes da cognição, como é o caso da fitossemiose e fisiossemiose. Entretanto, Deely (1990) busca compreender o objeto da semiótica por uma forma mais segmentada. Assim, considera as particularidades e potencialidades de cada um e, ao mesmo tempo, enfatiza os níveis de aproximação entre eles, destacando as variadas possibilidades de investigação do objeto da semiótica, a semiose. Para tanto, a antropossemiose compõe-se dos processos sígnicos nos quais os seres humanos se relacionam.

Há outra perspectiva da antropossemiose que é delineada pela língua como elemento primário (Deely, 1990, p. 47). Entendemos que a segunda perspectiva se reduz à questão da língua, como elemento único de comunicação, o que inviabiliza a análise de outros sistemas sígnicos que interagem na natureza e na cultura da qual os seres humanos fazem parte.

A antropossemiose inclui todos os processos sígnicos e, por isso, não caberia considerar apenas a língua como elemento determinante para leitura e interpretação dos signos constituídos em toda esfera da semiose cultural humana.

Embora a língua seja dada como um sistema primário, do ponto de vista de uma semiose linguística, na visão de Deely (1990), é caracterizada como um sistema modelador secundário e não um sistema primário. A

² Se refere “[...] as linguagens animais (cerca de 600), caracterizadas – em suas formas primitivas – por uma comunicação à base de sinais, mas capazes de atingir certo grau de complexidade, tanto na sua articulação sintagmática (entre os pássaros, por exemplo) quanto paradigmática (entre as abelhas), constituem o campo das investigações da zoossemiotica” (Greimas; Courtés, 2008, p. 538).

³ Se refere a atividade virtual em comparação com a biossemiose – mundo orgânico. A fisiossemiose “[...] é um processo através do qual primeiro as estrelas e depois os sistemas planetários a partir de uma ‘poeira’ atômica e molecular mais primitiva” A fisiossemiose “[...] cria condições que tornam possíveis estruturas atômicas cada vez mais complexas (tais como uma atmosfera oxigenada, por exemplo)” (Deely, 1990, p. 50).

⁴ A fitossemiose, ou ainda rede semiótica das plantas é a ação semiótica que ocorre através do desenvolvimento na interação entre vegetais, plantas e o ambiente físico (Deely, 1990).

língua estaria mais para um sistema com potencial de descrição “[...] muito embora, relativamente ao desenvolvimento da civilização e das tradições culturais distintamente humanas, a língua seja o medium capacitador próximo e a rede sustentadora da semiose”. (Deely, 1990, p. 47).

A antropossemiose, embora implique a subjetividade do indivíduo para a produção de signos, não acontece individualmente, pois entendemos que é pela relação interativa, entre a natureza e a cultura que a antropossemiose se realiza, isto é, pela conexão entre os seres humanos e todos os sistemas sógnicos culturais, sociais, que envolvem o bio, o sócio e o cultural.

Assim, a subjetividade se constitui por meio de processos antropossemióticos em que os indivíduos podem se reconhecer como sujeitos e como parte daqueles espaços. O ser humano é dialético e onde houver signos, haverá representação e interpretação, isto é, a produção e desenvolvimento da semiose.

A ação dos signos na antropossemiose caracteriza-se também pela identificação dos seres humanos no ambiente em que faz parte. À noção de identificação, consideramos o ato semiótico de identificar suas necessidades de sobrevivência, de compreender do que podemos nos alimentar, da caracterização de seus predadores, identificação entre grupos, espécies comuns etc. da configuração de uma identidade cultural.

Esse exercício de identificação, das necessidades de convívio, de sobrevivência, de se reconhecer de fato, implica a formulação de informações.

Na antropossemiose, os seres humanos enfrentam etapas de adaptações, processos modelizantes promovido pelos signos culturais. Contudo, pressupomos a necessidade da elaboração de linguagens que, além de representar um dado contexto, um conhecimento, também resulte no entendimento e modos de comportamento, como a maneira de comer, de se portar diante de uma situação, no uso de determinadas vestimentas etc.

Em outras palavras, na antropossemiose verifica-se a necessidade de processos civilizadores. Tudo isso representa atividades semióticas de orga-

nização de conhecimento, de práticas culturais. A antropossemiose nos possibilita lidar com o contexto que estamos inseridos, nos adaptando em um primeiro momento, para traçar análises e reflexões de nós para com o mundo e, em seguida, poder transformar nossos conhecimentos, alcançando interpretações amplas sobre a realidade que compartilhamos. Esse exercício nos prepara para conhecer e aceitar outras culturas, tendo em vista interagir e trocar experiências, isto é, renovar nosso repertório de conhecimento.

Em resumo, a antropossemiose não se reduz a um processo fisiológico, mas acontece no próprio ser humano, condicionado, em um determinado tempo e espaço histórico, social e cultural. A semiose humana nos deixa uma questão que é entender como um sujeito compreende, decodifica e representa os processos sógnicos e em que nível tais signos são alterados para que façam sentido no espaço e tempo em questão.

Para tanto, com a necessidade de tratar com mais afinco as questões de linguagem, cultura e demais sistemas semióticos da cultura, a noção da antropossemiose, no cerne do desenvolvimento do objeto da semiótica, faz-nos refletir sobre as possibilidades de investigação dos signos processados por e para seres humanos, ou seja, os signos desenvolvidos e organizados a partir de uma lógica sociocultural, o que requer um exercício ilimitado de interpretação e, por conseguinte, de competência semiótica⁵.

A antropossemiose nos propõe traçar análises de autoavaliação, considerando que esta implica a identificação, a organização e a representação do conhecimento humano em três esferas sógnicas, o bio, o sócio e o cultural. Consideramos que toda atividade e prática semiótica implica processos auto-organizáveis e isso não é diferente à antropossemiose, como um nível mais alto da semiose. A antropossemiose poderia ser compreendida com esse fim, tendo em vista, auxiliar, por um viés reflexivo, os profissionais envolvidos com a organização, com o tratamento e com a representação do conhecimento, no sentido de estes reconhecerem, a

⁵ A noção de “competência semiótica” se refere ao processo interpretativo sobre os sistemas de signos da cultura que se origina de um conhecimento sobre o contexto de elaboração dos sistemas de signos no espaço da cultura, enquanto um sistema semiótico complexo.

partir dos seus valores e visões de mundo, que, são muitas vezes, parte do contexto a ser representado.

Nesse caso, o domínio científico e de pesquisa no qual estão inseridos não deve estar fechado, por isso as questões éticas envolvidas na atuação do profissional seja este classificador, seja indexador, com base numa perspectiva sociocognitiva (Hjørland, 2002b), não estão deslocadas do domínio em que as representações foram criadas e validadas.

Tratar as antropossemioses no contexto plural da cultura e das manifestações do conhecimento é um exercício de interpretação que nos faz reavaliar o modo como pensamos, (r)elaboramos e tratamos linguagens que garantem as representações de conhecimentos, produzidos e ressemantizados em distintos contextos culturais.

Assim, conhecer e compreender o mundo em sua dinâmica significa processar o mundo numa lógica do contínuo. A questão da interpretação é de fato uma necessidade, não somente no contexto da antropossemiose, como também em outros níveis e/ou categorias de semioses. A interpretação deve ser entendida como um exercício semiótico de reconhecimento dos discursos desenvolvidos no contexto das comunidades, por isso a interpretação não pode se distanciar dos contextos analisados, pois ela acontece antes no contexto e depois adquire uma nova perspectiva daqueles que observam a cultura.

Para tanto, sabemos que os seres humanos, na sua relação com a natureza, traçam análises interpretativas e tais análises caracterizam-se como um problema semiótico, que, embora não pareça para muitos, é uma questão semiótica e não está condicionada apenas à Antropologia ou à Sociologia.

Ainda na fase de apresentação das bases semióticas, seguiremos com os conceitos da Semiótica da Cultura, cujo objetivo é sinalizar a compreensão desses conceitos para o seu campo de aplicação e desenvolvimento.

A cultura aparece em muitos estudos como um conceito desprendido da condição interpretativa dos sujeitos. Muitas vezes mal compreendido por ser entendida apenas por uma configuração simbólica como, por exemplo, quando reduzimos a cultura aos atos de se vestir, comer, falar etc.

Nesse sentido, o conceito de cultura estaria em um nível para diferenciar uma determinada cultura de outra. É claro que a tudo isso a cultura é determinante, pois diante das simbologias existentes das linguagens e mesmo dos códigos, por exemplo, os códigos genéticos, como sendo parte do sistema sógnico da cultura, algumas determinações sobre nossa aparência, nossas características físicas são decorrentes de códigos genéticos enquanto signo cultural.

O conceito de cultura é apresentado inicialmente na Antropologia, por Edwar Burnett Tylor (1832-1917), que a define como um complexo de conhecimentos, de crenças, da arte, da moral, das leis, dos costumes, ou ainda se refere à capacidade sobre os hábitos adquiridos pelo homem enquanto parte de uma sociedade (Laraia, 2009, p. 25). Para Lévi-Strauss (1976), a cultura é parte de um sistema simbólico. Ou ainda, compreendida como um processo acumulativo (Kroeber, 1949).

Contudo, o conceito de cultura é entendido sob um viés semiótico, mas reconhecemos que tal conceito também perpassa as investigações da Sociologia e da Antropologia interpretativa.

Lotman (1990) apresenta não apenas a perspectiva semiótica dos estudos russos, como uma Semiótica da Cultura, mas também enfatiza sobre a ideia de cultura para entender o sistema dos signos – como no caso da linguagem –, no ambiente cultural. Em seu livro “*Universo da mente*”, discorre sobre a cultura como um espaço aberto e esta possui relação com a sua ideia sobre a semiosfera (Lotman, 1990). Nesse sentido, a cultura como um espaço amplo composta por uma diversidade de sistemas de signos é, em si, a própria semiosfera, isto é, o espaço cultural.

A concepção de sistema é citada na Semiótica da Cultura como “Unidade aberta traduzida em termos de um conjunto de variantes que

se constituem graças às relações complementares com as invariações e, por conseguinte, aberta às mudanças” (Machado, 2003, p. 165).

Segundo Schnaiderman (2010), o conceito de semiosfera surge nos trabalhos de Lotman, com base na noção de biosfera de Vladímir Viernádski. Tal afirmação é também reforçada por Machado (2003), quando: “A semiosfera diz respeito à diversidade, condição para o desenvolvimento da cultura [...]” O conceito de semiosfera gravita entre dois campos teóricos precisos: a teoria do dialogismo de Mikhail Bakhtin, que pensou o diálogo da mente com o mundo e a estrutura semiótica da consciência responsiva; e a teoria da biosfera ecológica do biólogo e filósofo da ciência V.I. Vernádski (1863-1945), que estudou o relacionamento de estruturas binárias, assimétricas, mas ao mesmo tempo unitárias. Assim como a biosfera designa a esfera da vida do planeta como em Vernádski, a semiosfera designa o espaço cultural dos signos (Machado, 2007, p. 16).

Nas palavras de Lotman (1990, p. 213, tradução nossa), “[...] nós somos tanto um planeta na galáxia intelectual quanto a imagem de sua universalidade”. A partir disso, Nöth (2007, p. 81) entende que os paradoxos enigmáticos apresentados nas metáforas descritas na teoria semiótica de Lotman, refletem a ideia de cultura como um sistema autorreferencial, em que os “[...] espaços semióticos encontram-se enraizados em mais espaços isomórficos envolventes da semiose cultural”.

Desse modo, a cultura é destacada como um sistema semiótico caracterizado por sua capacidade dinâmica e transformadora sobre os textos criados e desenvolvidos por uma memória coletiva (Machado, 2003). Tal reflexão nos leva a entender que a cultura ganha uma dimensão maior, ela é um campo dinâmico e plural para o desenvolvimento dos signos.

No âmbito da concepção de semiosfera, a cultura é considerada como um processo e não como um produto. Segundo Machado (2007, p. 19), “[...] a capacidade de estabelecer diálogo entre diversidades (códigos, linguagens, cultura) tornou os sistemas semióticos os objetos privilegiados dos estudos sobre a semiosfera”, isto é, sobre o espaço semiótico da cultura.

Portanto, a semiosfera funciona como um mecanismo único, como um organismo:

[...] todo espaço semiótico pode ser considerado como um mecanismo único (se não como um organismo). Então é primordial não um ou outro tijolo, mas o “grande sistema”, chamado semiosfera. A semiosfera é o espaço semiótico fora do qual a própria existência da semiose é impossível. (Lotman, 1996, p. 24, tradução nossa).

Nesse contexto, entendemos que a cultura é o ambiente no qual os signos interagem, por isso, enquanto espaço dinâmico, dialógico e infinito, é denominada como sendo a própria semiosfera. Em outras palavras, a semiosfera é: “[...] o que está sendo estudado na e como cultura e é também o método de estudo da cultura” (Machado, 2007, p. 50). Nessa perspectiva, a semiosfera atua tanto como objeto quanto método, para o desenvolvimento dos estudos dos sistemas de signo no campo da Semiótica da Cultura.

Segundo Nöth e Santaella (2017, p. 229), “A descrição da semiosfera realizada por Lotman é uma descrição de um sistema autorreferencial. É uma descrição coerente da cultura no estágio em que a cultura cria e é criada pela cultura”. No texto sobre: “*Relações entre sistemas no interior da semiosfera*”, Fiorin (2006, p. 175) admite que a semiosfera “[...] é o domínio que permite a uma cultura definir-se e situar-se para poder dialogar com outras culturas”.

Cultura é um sistema de dois espaços e está relacionado a dois níveis de semiose. O primeiro é o espaço textual determinado nas artes, nos mitos, nos códigos sociais ou nas ideologias; outro é o espaço metatextual decorrente de autodescrições culturais (Nöth; Santaella, 2017). A cultura é compreendida como um grande texto, principalmente pelo seu caráter dinâmico e dialógico. A cultura é natureza, isto é, encontra-se na essência da natureza humana (Machado; Romanini, 2010; Kull, 1998).

Também a partir de uma perspectiva semiótica, Geertz considera que o “[...] homem é um animal amarrado por uma teia de significados” tecida por ele mesmo. Contudo, a cultura aparece como “[...] uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4).

Não obstante, o termo cultura está relacionado à informação, sendo a cultura um conjunto de informações não-hereditárias, isto é, de conteúdos armazenados e comunicados por grupos distintos. Cultura é um sistema semiótico, que implica a produção de textos culturais, e, enquanto tal, é um sistema perceptivo de processos que permitem a comunicação de informações (Machado, 2003).

Como os processos perceptivos são inseparáveis da memória, na estrutura de todo texto este se manifesta na orientação para um certo tipo de memória, não aquela individual, mas a memória coletiva. Cultura é assim memória coletiva não-hereditária (Machado, 2003).

Sobre a noção da cultura como um grande sistema de textos, Lotman, (1996, p. 86, tradução nossa) descreve que:

Não só os elementos advindos de diferentes tradições culturais históricas e étnicas como também os constantes diálogos intratextuais entre gêneros e ordenamentos estruturais de diversa orientação formam esse jogo interno de recursos semióticos que, manifestando-se com a maior clareza nos textos artísticos, resulta, na realidade, uma propriedade de todo texto complexo. Precisamente essa propriedade realiza ao texto um gerador de sentido e não apenas um recipiente passivo de sentidos nele colocados de fora. [...] Texto como dispositivo poliestructural da cultura como consciência coletiva.

Para Lotman (1999, p. 109, tradução nossa), “[...] a cultura em seu conjunto pode ser considerada como texto”. Em torno desse texto é que direcionamos nossas ideias sobre as linguagens e seus mecanismos de expressão como um texto representativo da cultura, criados no campo da semiótica. Vale destacar que, quando nos referimos a textos, queremos dizer

sobre os textos culturais, além das manifestações da escrita, isto é, todas as manifestações artísticas, as pinturas, as imagens, as músicas, os vídeos etc.

Com base nisso, afirmamos que a cultura possui a capacidade de gerar novos textos, por se tratar de um texto aberto, em que vários sistemas de signos interagem e desenvolvem outros mais. No entanto, vale acrescentar que “O texto não é a realidade, mas o material para a sua reconstrução” (Lotman; Uspensky; Mihaychuk, 1978, p. 216, tradução nossa).

Nesse universo plural de textos culturais inseridos numa mesma nação, a brasileira, os textos produzidos por uma determinada cultura são muitas vezes repassados para seus “iguais”, não necessariamente como ele se apresentou em momento anterior da sua formação histórica e sociocultural, mas são processados e difundidos com uma nova roupagem, sem que percam seu sentido, seus valores e sua potencialidade de transformação, pois “O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial)” (Bakhtin, 2003, p. 312).

Para tanto, podemos dizer que ao tempo que a cultura representa um espaço semiótico, ela é também um espaço em potencial desenvolvimento em que podemos verificar que as narrativas elaboradas são constituídas de linguagens que se expressam mutuamente. Segundo essa linha de raciocínio, Machado e Romanini (2010, p. 160) entendem que “[...] signo gera signo, do mesmo modo que texto gera texto. O texto da cultura pressupõe, portanto, a semiotização do entorno”.

Tendo em vista que o universo semiótico da cultura em potencial desenvolvimento gera uma diversidade de textos, temos que, a essa atividade de geração de novos textos, a semiótica da cultura denomina de processo de modelização. Segundo Machado (2007, p. 29), a modelização é “[...] entendida como um ‘programa para análise e constituição de arranjos’ e não simples ‘reprodução de um modelo’” Se trata da “[...] chave para compreender a produção de mensagens resultantes das relações entre as mais variadas linguagens ou os mais variados sistemas semióticos da comunicação social” (Machado, 2003, p. 150). Consideramos tais processos

como ações interpretativas da cultura, pois entendemos como relacionado à noção de semiose definida a partir da semiótica peirceana.

Entender a cultura na sua diversidade e sua extensão entre espaço e tempo é exercer também uma gestão semiótica a qual implica compreender como os diversos complexos sígnicos se relacionam mediante os espaços culturais e ainda como exercem significados a partir de um contexto de leitura, isto é, de análise dos signos da cultura (Machado, 2008).

A gestão semiótica atua como um dispositivo tradutório pelo qual é possível analisar a mobilidade dos signos. No entanto, é preciso destacar que não se trata de perceber o transporte dos signos de um ponto a outro. A gestão semiótica é parte do processo de modelização.

A modelização é em si um processo de interpretação. Vale dizer que tal conceito é desenvolvido na Semiótica da Cultura, tendo em vista compreender como se dá a semiose, ou seja, “[...] para que um modelo represente uma coisa diferente para alguém, quanto a determinados aspectos ou capacidades, deve haver uma continuidade nos vínculos entre *modelans e modelandum*” (Merrell; Anderson, 1990, p. 31).

Sendo assim, a modelização é o meio pelo qual é possível alcançar um conhecimento sobre o mundo (Machado, 2003). O termo modelizar é compreendido como um processo reflexivo e interpretativo que a partir do uso de linguagens possibilita a comunicação da cultura. É “[...], um esforço de compreensão da signicidade dos objetos culturais, modelizar é semiotizar” (Machado, 2003, p. 163).

Do ponto de vista do desenvolvimento do signo na semiosfera, a modelização é relacionada à ideia de semiose como dito anteriormente. Assim, a modelização, enquanto um processo semiótico da cultura, é muito enfatizada nos estudos da Semiótica da Cultura, como um mecanismo para compreender a semiose dos sistemas culturais.

Por isso, vale ressaltar que a modelização não desconsidera elementos anteriormente admitidos na elaboração do conhecimento, pelo contrário,

todo o conjunto de saberes envolvidos na constituição de um conhecimento torna-se elemento representativo para construção de outro conhecimento.

Os códigos culturais passam por processos de transcodificação e não é uma mera decodificação (Machado, 2003). A cultura é composta de códigos, por exemplo, a língua se utiliza do código verbal, a música possui o código musical etc. O código visto pelo viés da Semiótica da Cultura não se limita a um signo, uma estrutura, pelo contrário compartilha da estruturalidade⁶ destacada pelas linguagens.

O termo transcodificação é:

Derivado de *codificação*, por meio do prefixo *trans* - (“para além”, em latim). Em semiologia, o termo *transcodificação* designa a tradução de uma informação de um código para o outro. Em tradutologia, o termo qualifica as equivalências semânticas estabelecidas fora de todo o contexto, por distinção com o termo *tradução*, reservado á equivalências contextuais. (Neveu, 2008, p. 293).

A decodificação é um termo relacionado com a codificação. Desse modo, a codificação implica:

No domínio da comunicação e da informação, [...] operação que consiste em transformar a forma de uma mensagem em uma outra forma para realizar a transmissão [...]. Em Linguística [...] a codificação é a operação que consiste em selecionar e explorar uma linguagem de descrição do formato e das unidades textuais reunidas em corpus [...] (Neveu, 2008, p. 70).

Em consonância com a noção de códigos como “[...] signo convencional ou uma organização de caráter genérico a partir da qual é possível a constituição dos sistemas e, conseqüentemente da linguagem” (Machado, 2003, p. 155), os códigos culturais são “[...] criadores de linguagem e, conseqüentemente, de textos culturais se dão a entender como som, imagem, movimento, textura, cheiro, paladar” (Machado, 2003, p. 156).

⁶ “Dinamismo modelizante que garante a organização de um sistema semiótico como a linguagem, ainda que não possua uma língua, ou seja, uma estrutura regulada por um código definido” (Machado, 2003, p. 158).

Em suma, por meio de processos modelizantes podemos criar novos códigos culturais. “A modelização, tomada nesse sentido, acarreta um movimento sígnico contínuo ao longo dos trilhos do significado em direção a um fim qualquer, indefinido e indefinível. Nada permanece imóvel, nada é absolutamente determinado” (Merrell; Anderson, 1990, p. 35).

No contexto da cultura, a modelização possibilita a tradução da tradição, isto é, o mecanismo para compreender a intervenção semiótica na cultura. É a partir da utilização de uma análise semiótica em torno dos complexos de signos produzidos na cultura. Consiste em “[...] um encontro entre diferentes culturas a partir do qual nascem códigos culturais que funcionam como programas para ulteriores desenvolvimentos” (Machado, 2003, p. 30).

Para entender a tradução da tradição podemos recuperar a perspectiva de Hall (2009) de que a cultura pressupõe tradição e esta interfere na reconstrução de nossa identidade. Portanto, não pode se dissociar dessa herança em processo de construção. Consideramos que a tradução da tradição “[...] decorre da análise da compreensão do encontro entre culturas como uma experiência dialógica e, portanto, semiótica” (Machado, 2003, p. 28).

A partir da perspectiva da tradução mencionada no campo da Semiótica da Cultura, recuperamos também a descrição dos três modelos de tradução de Jakobson (1995, p. 64-65): 1-traduições de signos em outros signos de uma mesma língua, a qual se refere como “tradução intralinguística ou paráfrase”; 2-traduições entre línguas diferentes, que ele chamou de “tradução interlinguística ou tradução no sentido estrito da palavra”; e 3-consiste na interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais, que é o mesmo que a “tradução intersemiótica ou transmutação”.

Já a noção de modelização no campo de investigações semióticas, se apresenta como possibilidades de leituras interpretativas sobre os textos produzidos na cultura com o apoio dos sistemas modelizantes. Os sistemas modelizantes são “[...] manifestações, práticas ou processos culturais cuja orga-

nização depende da transferência de modelos estruturais, tais como aqueles sob os quais se constrói a linguagem natural” (Machado, 2003, p. 49).

Sobre os sistemas modelizantes, Lotman (1978), na obra “*A estrutura do texto artístico*”, destaca que a linguagem além de um sistema de comunicação, é também um sistema modelizante. No entanto, é necessário entender pontualmente que os sistemas modelizantes se dividem em dois aspectos: os sistemas modelizantes primários e sistemas modelizantes secundários.

O sistema modelizante primário é representado pela língua, porque a partir desta é possível o desenvolvimento de diversos outros sistemas como literatura, mitos os quais são construídos em analogia dos sistemas primários, a língua (Machado, 2003). Enquanto sistemas modelizantes secundários são a literatura, mito, religião, arte.

Tais sistemas modelizantes secundários possuem na linguagem verbal uma estrutura referencial, com base na qual se reconhece, num dado sistema, sua estruturalidade (Machado, 2007). Porém, os sistemas modelizantes secundários, ao contrário do primário, levam em conta a língua como código principal, isto é, como estrutura, mas os sistemas de caráter secundário possuem uma dinâmica que interfere na sua expressão por meio da linguagem. Isto ocorre pelo fato de existir uma diversidade de linguagens que desenvolvem estruturalidade com base nas suas particularidades, como numa pintura, na música etc.

No sentido de definir o sistema de nível primário, a semiótica da cultura aponta como sendo a linguagem verbal, por esta ser dotada de estrutura (Machado, 2007) reconhecida a partir da língua. A estrutura é um sistema que se define pela organização inerente a toda língua (Ducrot; Todorov, 1988). Quanto aos sistemas modelizantes secundários estão as linguagens como: os mitos, as artes etc., que não prescindem de uma “estrutura” como a da língua. Para Torop (1999), os sistemas modelizantes de segundo nível relacionam-se com todas as linguagens em seu sentido

mais amplo da cultura como, por exemplo, mitologia, religião, normas de comportamento etc.

Nesse sentido, a linguagem como um sistema social e dialógico, criado e elaborado na esfera cultural não se limita em uma estrutura como a linguagem verbal, mas destaca em si sua estruturalidade. Entretanto, é necessário entender que as linguagens assim como a língua, enquanto sistemas modelizantes, são construídas a partir de uma intervenção cultural (Machado, 2003). Ou seja, o sujeito fará uso de uma língua e de linguagens a partir do momento que interage numa determinada cultura, com isso pode aprimorar os códigos e reeditá-los na medida do possível.

Lotman (1999, p. 101, tradução nossa) entende que as linguagens podem ser compreendidas como “[...] texto dentro do texto [...]”. Nesse aspecto, “[...] o texto não é a realidade, mas o material para a reconstituir” (Lotman, 1981, p. 43, tradução nossa). Em outras palavras, quando o autor se refere ao texto dentro do texto, é para explicar que os textos que produzimos na cultura resgata a memória, enquanto uma manifestação do conhecimento e esta pode gerar novos sentidos e interpretações em um mesmo contexto cultural.

As linguagens, em seu sentido mais amplo, são potenciais representativos da cultura, de uma realidade que é representada a partir das relações socioculturais, cujo propósito não se resume apenas em comunicar algo, mas de entender o mundo em sua totalidade.

Sobre “entender o mundo em sua totalidade” ou ainda de representá-lo, implica refletir sobre a concepção de linguagem evidenciada nos estudos semióticos de Lotman, pois a linguagem, mais precisamente àquela concebida como um sistema de modelização secundário é uma linguagem imbuída de ideologias e ao visar a comunicação ou mesmo a representação da cultura ela não abrange uma representação direta e total da realidade.

Em síntese, tentamos destacar aqui as discussões que envolvem os conceitos semióticos (signo, semiose, representação, antropossemiose, cultura, modelização, linguagem, tradução), os quais desencadeiam as re-

flexões em atenção aos contextos dinâmicos da cultura, assim como dos sistemas de signos, dos processos semióticos de tradução, que a questão da interpretação é algo inevitável no tratamento semiótico da cultura. Consequentemente, o tratamento semiótico da cultura condiciona o tratamento da informação e a organização do conhecimento, tendo em vista sua gestão, organização e representação.

A seguir, damos sequência às bases socioantropológicas na intenção de sinalizar as perspectivas de cunho socioculturais que podem subsidiar as análises interpretativas.

2.2 BASES SOCIOANTROPOLÓGICAS

A partir de uma revisão da literatura sobre estudos socioculturais da Organização do Conhecimento, buscamos identificar algumas bases socioantropológicas, pois defendemos uma análise sobre o tratamento de tais bases, principalmente quando se arriscam modelos de representação cujo objetivo é representar um contexto cultural.

Tratamos como bases socioantropológicas os conceitos que, no escopo da Organização do Conhecimento, abrangem desde análises sociais até culturais.

Aqui trataremos do transculturalismo, da interpretação das culturas e da desclassificação que deveriam ser mais bem aplicadas aos estudos da Organização do Conhecimento. Esses temas se alinham às bases semióticas comentadas anteriormente e compõem um quadro conceitual que poderia ser explorado pela Ciência da Informação.

O objetivo é compreender a configuração dessas concepções no âmbito desse campo para então tentar verificar o impacto dos conceitos socioantropológicos nos processos de representação e organização do conhecimento. Acreditamos que algumas concepções, desde seu viés teórico até conceitual, transitam em distintos campos e áreas do conhecimento, mas

com aspectos diversos, consequência das interpretações feitas e também dos interesses acadêmicos e da ciência em geral.

Partiremos das concepções de transculturalismo na medida em que pretendemos não apenas a identificação dos temas/estudos que tratam de perspectivas multi e transcultural na/para a Organização do Conhecimento, mas também refletir sobre como tais concepções podem ser introjetadas e interpretadas a partir das perspectivas socioculturais.

Em primeiro lugar, sobre a concepção do transculturalismo, entendemos que este pode permitir que as culturas estejam abertas para aquilo que as transversaliza e as transpõe, eliminando sua redução a teorias simplistas, acolhendo a complexidade e atualizando potencialidades do ser em tempos e lugares distintos (Nicolescu, 2005). O transculturalismo é caracterizado como uma necessidade de fusão cultural, ou seja, da mescla entre culturas distintas em respeito à dinâmica contemporânea da sociedade. Nesse sentido, o transculturalismo se distingue do multiculturalismo por este último estar relacionado estritamente a evidenciar questões associadas às diferenças culturais, especificando expressões da cultura A, B etc.

Para García Gutiérrez (2002a, 2004), o transculturalismo propõe um olhar crítico e transversal sobre os fenômenos culturais, considerando a dinâmica na construção de conhecimento a partir dos diversos contextos culturais. Tal concepção permite refletir também sobre os contextos sociais, políticos e culturais que são determinantes nas atividades de representação (Hjørland, 2002a).

A perspectiva transcultural é também verificada na abordagem da ética transcultural proposta por García Gutiérrez, cujo objetivo é fornecer uma análise da transculturalidade entre diversas culturas, isto é, permitir entender a cultura como um sistema aberto, dialógico e dinâmico.

Com base nessa ideia, entendemos que as linguagens atuam junto à cultura para a compreensão dos diversos contextos culturais dos grupos e comunidades.

Nesse sentido, é preciso se voltar a questões éticas de caráter transcultural, pois devemos entender até que medida as linguagens, no sentido de códigos verbais, podem auxiliar na compreensão de contextos híbridos das culturas. Com isso, retomamos a questão da ética transcultural que surge no contexto da Organização do Conhecimento para a compreensão da cultura e seu caráter dinâmico e plural.

Guimarães *et al.* (2005) entendem que a proposta de ética transcultural se apresenta como um fundamento e, desse modo, pressupõe possibilidades de surgimento de um novo paradigma que se mostra capaz de garantir o suporte necessário para a emergência de novas construções no campo da Organização do Conhecimento.

A “ética transcultural da mediação” como tratada por García Gutiérrez (2002a), visa o estabelecimento de condutas profissionais que priorizem a diversidade cultural. Tal perspectiva possui relação com a noção de “epistemografia interativa”⁷, a qual visa a integração de elementos éticos, culturais e políticos no conhecimento para sua posterior organização e representação (Farias, 2014).

Assim, a ideia da ética transcultural no contexto da Organização do Conhecimento, compreende a cultura como um fenômeno dinâmico com predisposição de ser submetido a processos interpretativos. No escopo das discussões transculturais, a noção de transculturalismo aparece como a descrição de um ambiente de diálogo cultural, desvinculada de uma base territorial que busca transcender às mais diversas culturas, as quais se encontram em processos de incompletudes culturais⁸. Utilizam dos atuais artefatos tecnológicos de uma maneira agregada e adaptada para a produção, a difusão, o compartilhamento e a preservação das diversas culturas.

A noção de transcultural torna-se a condição de ser das culturas contemporâneas possibilitando seu movimento e impedindo sua desin-

⁷ “[...] destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de incorporar ao conhecimento e à sua organização as questões éticas, culturais e políticas” (García Gutiérrez, 2006, p. 1).

⁸ Nos referimos às incompletudes culturais para afirmar que as culturas são processos abertos e não possui um fim, por isso também consideramos o caráter híbrido e dinâmico das culturas.

tegração. É provocador de tensões e de inquietações sobre como somos povoados pelos outros, sobre como podemos ser na mestiçagem e ainda como assimilamos saberes híbridos. A hibridização consiste em processos socioculturais em que as estruturas ou as práticas discretas que existiam separadamente passam a se combinar, tendo em vista gerar novas estruturas.

O cenário cultural contemporâneo não é visto de maneira estanque, dicotomizando culturas, mas sim, como cenário de hibridização, isto é, a recombinação, a ressignificação de modos culturais desvinculados de suas matrizes, constituindo-se em novas práticas culturais (Canclini, 2008).

Entendemos que o transculturalismo no campo da Organização do Conhecimento considera a cultura como um elemento que transcende universos e espaços culturais, em virtude da diversidade que deve ser contemplada na organização e representação. O modelo do transculturalismo pode permitir o diálogo entre as mais diferentes culturas e impede a sua homogeneização.

Vale dizer que a perspectiva do transculturalismo não busca reduzir uma cultura assim como sua identidade, pelo contrário, implica uma relação de conhecimentos e trocas culturais.

O transculturalismo está baseado na reunião entrelaçada dos diferentes povos e culturas. Em outras palavras, a identidade de alguém não é singular, mas múltipla. Ao contrário do multiculturalismo, que a maioria das experiências têm evidenciado limites com base em patrimônios culturais do passado, enquanto o transculturalismo baseia-se na quebra de limites.

Embora o multiculturalismo remeta às diferenças culturais com base em questões étnicas, raciais, de religião etc., entendemos que “O multiculturalismo não é apenas uma perspectiva teórica, exotérica, alijada da prática, mas é a própria realidade social, a condição de nossas sociedades” (Farias; Almeida; Martínez-Ávila, 2015, p. 635). Numa breve análise, é possível entender que:

Se atravessarmos o Brasil, encontramos culturas milenares coexistindo com simulacros europeus de sociedade, no que tange às condições materiais de vida. Essas culturas, que representam a maior parte das mais de 200 línguas faladas no Brasil não são representadas adequadamente por sistemas de organização do conhecimento. Do mesmo modo, se passamos a países europeus, notamos a complexidade que é o planejamento das políticas linguísticas, pois ademais das 24 línguas oficiais da União Europeia, existem muitos outros grupos linguísticos não incluídos. Consequentemente, o multiculturalismo não pode ser usado apenas como discurso pela organização do conhecimento, pois, por detrás dele, há uma realidade cultural híbrida a qual devemos empreender ações de mediação. (Farias; Almeida; Martínez-Ávila, 2015, p. 635).

Vale dizer que, embora o multiculturalismo corresponda às diferenças, estas devem ser percebidas por uma perspectiva do transculturalismo, como um elemento potencial para se pensar as relações transculturais, isto é, entre culturas distintas, pois a ideia de multicultural implica um olhar necessário sobre a cultura em sua diversidade e isso nos motiva a rever não apenas as diferenças, mas de reconhecê-las mediante um sistema multicultural que destaque tais diferenças e compreenda que nelas está outra questão: a identidade.

Na perspectiva dos estudos culturais, Hall (1996) entende que as identidades culturais têm raízes, assim como histórias, mas passam por constantes transformações. São ainda pontos de identificação. A ideia de transculturalismo implica ver-se no outro, por isso propõe uma perspectiva interativa e de reconhecimento das peculiaridades culturais. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) devem perseguir o intercultural e pensar transculturalmente, o que é mais difícil, pois o multicultural tem simplificado a questão.

Em linhas gerais, a ideia do transculturalismo visa respeitar as peculiaridades culturais das mais diversas culturas. Tal respeito implica no co-

nhcimento mínimo das questões sociais, econômicas, éticas e linguísticas que formam uma cultura.

O transculturalismo prevê também as garantias sociais, a garantia cultural das comunidades, tendo em vista que a ênfase dada nessa perspectiva socioantropológica é entender que em meio aos conflitos socioculturais e políticos que separam as culturas, devemos atentar para os pontos em comum entre elas que podem potencializar diálogos menos conflituosos, mediante, assim como evidenciados, na concepção de multiculturalismo.

Em segundo lugar, outra categoria a somar aos estudos semióticos é a perspectiva interpretativa da cultura. Partimos da ideia de que a cultura como um universo sógnico condiciona a visão de mundo dos sujeitos numa sociedade, ao mesmo tempo em que também é condicionada pelas relações históricas, sociais e biológicas.

A noção de “interpretação das culturas” de Geertz (2008) sustenta uma visão interpretativa ou hermenêutica do fenômeno cultural e dá-se ênfase não só ao ato interpretativo, mas à reflexão que desencadeia as possibilidades de interpretações entre culturas distintas. As culturas são resultantes de processos semióticos, de elaboração e ressemantização e implicam relações individuais e coletivas.

O “sentido” é para Geertz (2001) um movimento espiralado do pensamento, que não é relativista, nem absolutista, pois o primeiro inviabilizaria o julgamento, o segundo retiraria o poder da história. Para Geertz (2008), a concepção interpretativa da cultura destaca a necessidade de verificação do sentido da cultura projetada nas práticas sociais, pois a cultura não é apenas uma questão de indumentária ou aparência, como afirma o autor. Esse sentido que deveria ser buscado pelas práticas de organização do conhecimento.

Geertz (2008, p. 27) argumenta que “[...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão” e “[...] um ser humano pode ser um enigma completo para outro” (Geertz, 2008, p. 10). O autor segue sua reflexão em busca de elucidar sua noção de cultura e por isso relata que:

Na tentativa de alcançar uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam “programas” – para governar o comportamento. (Geertz, 2008, p. 32).

O conceito de cultura na teoria interpretativa parte da sua intenção em destacar a integração entre ser humano e cultura. Para tanto, é preciso entender que a cultura é mais do que padrões complexos de comportamento, isto é, a cultura é algo inerente ao ser humano, está em sua natureza. Partindo disso, o autor menciona que não haveria cultura sem homens, mas sem cultura não haveria homens (Geertz, 2008).

No nosso entendimento, as reflexões trazidas no mecanismo semiótico de interpretação das culturas demonstram que “[...] o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmo num mundo que de outra forma seria obscuro” (Geertz, 2008, p. 150). Dessa forma, esse tipo de reflexão implica um exercício semiótico que deve considerar na análise dos fenômenos culturais e da sua relação com as fronteiras sociais.

Sobre as fronteiras, Geertz (2001) destaca no seu texto sobre “Os usos da diversidade” que no âmbito das culturas e com base na tentativa de interpretá-la em referência com a cultura alheia é necessário reconhecer não apenas o que está próximo de um “nós”, é também importante entender os “outros”. Em outras palavras, interpretar uma cultura é um exercício semiótico e torna-se complexo porque precisamos nos entender em relação ao outro.

Essa perspectiva demarca a crítica ao etnocentrismo marcado nos trabalhos sobre antropologia de Malinowski e Lévi-Strauss, nos quais apresentam uma distância (tanto espacial, quanto existencial) destacada na relação entre o “nós” e os “outros”. Dessa forma, Geertz (2001, p. 81) reflete:

[...] que esses mundos e essas mentalidades alheios, em sua maioria, não estão realmente noutra lugar, mas são alternativas para nós, situadas bem perto, ‘lacunas instantâneas entre mim e os que pensam diferente de mim’, parece haver necessidade de certo reajuste de nossos hábitos retóricos e nosso sentimento de missão. (Geertz, 2001, p. 81).

Em outro estudo dedicados ao saber local, Geertz (1998) destaca a importância de uma antropologia direcionada pela “hermenêutica” ou “interpretativa” na qual indica que o conhecimento, assim como sua compreensão, refere-se aos significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos.

Geertz (2001) critica a perspectiva de que possamos lidar com as culturas como “sistemas fechados”, que nos permitiriam raciocinar que cada uma das culturas existentes no mundo possa ser pensada como passível de isolar-se de todas as outras. Para tanto, o autor sugere que o essencial é anotar e interpretar o discurso social e não apenas dicotomizar a cultura, torná-la pedaços desprovidos de sentido.

Outra definição que segue correlacionada à perspectiva interpretativa é a que verifica a cultura a partir de um olhar sobre a totalidade do real (Coll, 2000). Em outras palavras, para entender a cultura, em sua totalidade, identificamos o quão esta é plural e requer atenção para suas peculiaridades que dialogam com o externo, isto é, aquilo que está fora da sua semiosfera.

Coll (2000) entende que as culturas passam a estar em toda e qualquer parte, sendo este um fenômeno caracterizado como transculturalidade, o qual já mencionamos anteriormente. Nesse sentido, consideramos que cada cultura explica, justifica e consolida um tipo de racionalidade que interfere diretamente no pensar, no agir, no sentir, nas memórias escolhidas e nas ideologias.

Na Organização do Conhecimento, por exemplo, temos pesquisas desenvolvidas por Smiraglia e Lee (2012), Tennis (2013), Lee (2015), que

retomam a concepção de cultura, objetivando refletir sobre questões associadas à linguagem e diversidade cultural, mais precisamente para as perspectivas de garantia cultural, literária etc.

Lee (2015), a partir da base teórica da Antropologia, buscou elucidar sobre a função do conceito de cultura para a Organização do Conhecimento. A ideia de Lee (2015) parte das questões da classificação, por conseguinte das questões éticas que não estão deslocadas do fazer profissional quando da adaptação de esquemas padronizados de classificação que valorizem os contextos locais.

Em meio aos quadros de concepções apresentados por Lee (2015), a autora afirma que cultura é uma estrutura cognitiva estruturada por comunidades, por isso a cultura é aprendida, possui o caráter dinâmico e coexistente. Entendemos que a intenção da autora em apresentar o conceito de cultura para o campo da Organização do Conhecimento é compreender que há influências mútuas entre a noção de cultura e esquemas de classificação.

O olhar sobre a cultura discutido até aqui está conectado à perspectiva semiótica de Lotman quando este entende a cultura como uma semiosfera aberta e em potencial, bem como com a matriz dialógica da linguagem de Bakhtin, quando defende a linguagem como um signo ideológico-social. Além da proposta da teoria interpretativa da cultura de Geertz (1926-2006), que nos presenteia considerando a interpretação da cultura como um exercício para compreender o que somos a partir do que os outros são.

Por fim, outra discussão que consideramos para as bases socioantropológica, – no contexto das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento –, é a concepção desclassificacionista de García Gutiérrez.

Embora pareça confuso pensar numa desclassificação no fazer da classificação bibliográfica, o prefixo “des-” não pressupõe desfazer ou até mesmo ignorar a classificação, mas sim rever as estratégias autoritárias que desprivilegiam determinados conhecimentos. Por exemplo, quando definimos categorias que não estão ajustadas à realidade, aos contextos das comu-

nidades discursivas e, dessa forma, não consideramos questões éticas e culturais na organização, assim como para a representação do conhecimento.

Isto posto, entendemos que a noção de desclassificação introduzida por García Gutiérrez como uma proposta de contraponto à ideia de classificação visa ser empregada amplamente na Organização do Conhecimento para que ao menos seja refletida as condições e modelos de classificação.

Classificar é um processo que oculta e separa conhecimentos, na medida em que privilegia determinada cultura em detrimento de outras expressões ou ideologias. Nessa mesma linha, Phillips (1955) entende que a classificação implica processos de agrupamento ou separação de objetos ou ideias em grupos. Para Souza (1943, p. 21), em uma acepção mais restrita, a classificação “[...] é o arranjo dos livros em classes de assuntos, ao mesmo tempo em que se lhes destinam lugares nas estantes, de acordo com esses assuntos”.

Para Mai (2013, p. 242), as classificações refletem a realidade, que é tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Para o autor, é tarefa do profissional da informação buscar minimizar o dano causado por essa característica das classificações que são relativas, atreladas a contextos específicos e também culturalmente motivadas.

Olson (2002, p. 382) entende que “A classificação é um sistema e sistemas têm limites que excluem, pois eles são como territórios finitos”. A autora se posiciona e explora o problema de classificar pelas essências, tal como muitas propostas de Organização do Conhecimento. Para Olson (2001), as instituições que organizam o conhecimento “[...] refletem as marginalizações e exclusões da sociedade a que servem” (Olson, 2001, p. 639). Para a autora, a estrutura imposta pela categorização dos sistemas de organização potencializa os conhecimentos que neles se encaixam e elevam tais conhecimentos à condição de verdades, ao mesmo tempo que estes desqualificam ou anulam aqueles que não se enquadram nos modelos e categorias sustentados pelos grupos de determinam a classificação.

Frente a isso, consideramos que a proposta da desclassificação, segundo os trabalhos examinados de García Gutiérrez (2002a, 2002b, 2007, 2011a, 2011b e 2012), representa um posicionamento que se contrapõe a posicionamentos autoritários, burocráticos e conservadores, absorvidos e executados por profissionais da informação no ato de classificar e organizar o conhecimento.

Para García Gutiérrez (2011a), o processo de classificação é comumente visto como um elemento neutro e não ideológico, apesar de produzir ideologia e cultura. Assim, a classificação entendida e utilizada até agora teria em seu caráter redutor metonímico um elemento poderoso de conversão das culturas do mundo em visões parciais e tendenciosas. Portanto, a classificação implica em operações essencialistas de organização do mundo a partir de uma lógica reducionista.

García Gutiérrez (2011a, p. 8, tradução nossa) aponta como constituintes da prática de classificação: a redução metonímica, a redução dicotômica e a redução analógica. A redução metonímica é entendida como uma ferramenta epistemológica que prevê a identificação da parte com o todo. Trata-se da redução das reduções cujo objetivo é encurtar, simplificar e fragmentar. É um dos elementos que mais se destacam, pois consiste na fragmentação dos objetos classificados. Na redução dicotômica, García Gutiérrez (2011a) destaca duas propriedades: o deslizamento e a dicotomização. A primeira envolve um movimento incontrollável que permite passar injustificadamente de uma instância a outra pelo fato de possuir representações homônimas, homográficas e homofônicas.

Na dicotomização, todas as instâncias são construídas por modo de pares opostos como, por exemplo, homem/mulher, norte/sul etc. Para *redução analógica*, García Gutiérrez compartilha de um exemplo clássico do ornitorrinco, o qual apresenta em sua taxonomia uma variedade de características que poderiam resultar numa classificação mais plural. Neste caso, como em tantos outros, o que prevalece é a categoria mamífero, pois representa uma posição privilegiada no contexto animal, e ocasiona na

desvalorização de demais classes e/ou características que pudessem explicar e desenvolver variáveis para a classificação.

Por sua vez, a desclassificação está voltada para uma reflexão que antecede o fazer da classificação e não se caracteriza como um elemento de caráter substitutivo. Nesse escopo, entendemos que a ideia de desclassificação traz para o campo da Organização do Conhecimento a noção de desconstrução que implica em alternativas de cunho pós-epistemológico, tendo em vista ampliar as reflexões sobre as questões que envolvem a organização e representação do conhecimento.

Tal posicionamento indica por parte de García Gutiérrez, uma perspectiva pluralista. Como bem enfatiza García Gutiérrez (2011a, p. 98, tradução nossa):

Minha reivindicação irredutível é a [...] substituição do espírito, linguagem e procedimentos da Epistemologia da Documentação por uma Hermenêutica da Organização do Conhecimento [...] uma hermenêutica crítica e envolvida com uma produção e trocas igualitárias que redignifiquem conhecimento e memórias não percebidos.

García Gutiérrez busca promover uma perspectiva dialógica que priorize a memória, identidade, linguagem, cultura, tecnologia e conhecimento. A desclassificação envolve a suposição metacognitiva de uma lógica diferente, plural e não-essencialista. Ela introduz o pluralismo lógico, mundos possíveis, dúvida e contradição nas proposições, provocando um pensamento antidogmático (García Gutiérrez, 2011a). Ao contrário disso, a classificação, como tradicionalmente compreendida, implica o ato de classificar, isto é, escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis, procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes (Pombo, 2003).

A introdução do pluralismo na classificação através do processo de desclassificação, implica uma operação que necessita a consciência da incompletude do viés e da subjetividade. A desclassificação propõe o prin-

cípio da contradição na classificação, admitindo que “[...] uma coisa também é sempre outra coisa [...]” e que “[...] uma coisa pode sempre ser outra coisa” (García Gutiérrez, 2011a, p. 11).

A contradição pode nos permitir a ver a lógica como uma estrutura culturalmente determinada e não universal. García Gutiérrez (2011a) defende que todas as culturas e matrizes cognitivas buscam evitar a contradição em seu interior. Também a utilizam para apontar a falha no pensamento do outro. No território da contradição que García Gutiérrez (2006) introduz a desclassificação. Para o autor: “[...] desclassificar, isto é, desmontar uma estrutura de ordenação dominante – geralmente hierárquica – implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura. Como consequência, desclassificar suportaria, no limite, classificar” (García Gutiérrez, 2006, p. 110).

Orientado por uma pragmática contextual, García Gutiérrez apresenta algumas propostas que implicam em adotar uma teoria de conceitos abertos⁹ e inacabados, que visem uma prática da desclassificação e sua aplicação nos processos de organização da memória registrada.

Notamos um interesse quanto à temática da desclassificação na Organização do Conhecimento, tendo em vista que esta vem sendo ampliada e discutida no campo em distintos trabalhos (Soares; Martins; Francelin, 2013; Padilha; Barros, 2015; Farias; Almeida, 2016; Amorim; Bräscher, 2017).

A desclassificação relaciona-se a algumas concepções resgatadas da Filosofia, como a ideia de razão dialética, razão ética e política, razão im-perfeita, razão contrafática, razão quântica, razão falibilista e razão para-consistente. O autor sugere a adoção da paraontologia, tendo em vista que organizar o conhecimento a partir da ideia de que uma instância conceitual não é somente algo, mas pode também ser outra coisa. Desse modo,

⁹ À ideia de conceitos abertos, entendemos que García Gutiérrez toma como base sobre os diversos sentidos que um conceito pode adquirir. Assim, reconhecemos que este olhar sobre a mutabilidade dos conceitos se refere à dinâmica dos contextos históricos, sociais e culturais e também locais, os quais influenciam na elaboração e na alteração dos conceitos.

García Gutiérrez entende que tudo pode ser sempre outra coisa (García Gutiérrez, 2011a), isso dependerá o alcance do olhar.

Ao que corresponde a aplicação da desclassificação no campo da Organização do Conhecimento, mais precisamente quando se refere ao conhecimento registrado, García Gutiérrez (2011a) propõe o estabelecimento de dois operadores:

1. o operador complexo¹⁰, que trabalha para garantir de modo igualitário a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e
2. o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso amplo, com revisão periódica numa síntese transcultural, baseada no levantamento feito pelo operador complexo.

Nesse sentido, a desclassificação para a Organização do Conhecimento implicaria uma prática interpretativa de revisão que envolve tanto processos complexos de tradução, como a suspensão de suposições ou transformação formal de modos que se adaptam à liberalização de uma matriz cognitiva de caráter ampla e inclusiva. Desclassificar seria, ao fim e ao cabo, propor um sistema aberto, tendo em vista a reabilitação de recursos do conhecimento por meio de uma leitura de caráter pós-epistemológico. A desclassificação supõe a introdução do pluralismo como núcleo lógico do processo de classificação. É uma operação metacognitiva e não simplesmente automática que em cada momento requer uma consciência de incompletude, assim como de vieses e de subjetividade.

García Gutiérrez (2002a) defende um novo paradigma, combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e a prática da classificação na Organização do Conhecimento. Mais uma vez, esbarramos

¹⁰ O operador complexo representa o equilíbrio democrático e hermenêutico, pelo qual o operador transcultural busca respaldo. Quanto ao operador transcultural, este é, conforme o autor, o antídoto para o relativismo do qual o operador complexo poderia ser acusado (García Gutiérrez, 2011a).

no transculturalismo, pois este enxerga nas práticas multiculturais uma certa fragilidade no que concerne a compreensão de cultura. Assim, é preciso que antes de propor categorizações sobre elementos culturais, deve-se entender a cultura como um sistema aberto com capacidade de interação e que não se trata de algo limitado derivado de uma análise reducionista.

A desclassificação nos condiciona a compreender que, em vez de realidades culturais simplificadas, necessitamos trabalhar para construir uma ética transcultural que forneça apoio à construção social da exomemória¹¹ que utiliza categorias transculturalmente aceitáveis e um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros (García Gutiérrez, 2002a).

À medida que a cultura for simplificada, reforçaremos a concepção do multiculturalismo, ou seja, se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, conceberemos armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade (García Gutiérrez, 2002a).

García Gutiérrez (2011a) considera a desclassificação como a hermenêutica da Organização do Conhecimento, pois esta é um modo dinâmico de organização que, *a priori*, deveria satisfazer uma razão de mudança que corresponde aquela dos próprios objetos organizáveis simbólicos uma vez que, conforme o autor, a redução da paralisia cognitiva tradicional, isto é, do tipo de classificação que normalmente praticamos já foi superada.

A proposta da desclassificação, apesar de provocar interesse no campo da Organização do Conhecimento, ainda representa desconforto tendo em vista que a classificação tradicional estabelece uma zona de conforto entre muitos pesquisadores e profissionais do campo. De qualquer forma, o tema de pesquisa iniciado por García Gutiérrez nos impulsiona a rever a posição epistemológica dominante na Organização do Conhecimento e

¹¹ Por exomemória entendemos que são as múltiplas formas de registrar o conhecimento como, por exemplo, livros, fotografias, gravuras, quadros, esculturas etc. À noção de exomemória destaca-se também outras concepções atribuídas por García Gutiérrez (2002a), como conhecimento, memória compreendido como sinónimos.

sugerir uma perspectiva alternativa e que não substitui necessariamente a noção de classificação, pois como o autor defende, o ato de desclassificar é também uma maneira de classificar (García Gutiérrez, 2006, 2007).

Em suma, a perspectiva desclassificacionista nos recomenda revisar tanto as práticas interpretativas como processos complexos de tradução. Ela alerta para um compromisso de caráter metacognitivo e pluralista que auxilie ultrapassar os automatismos e preferências hierárquicas que tradicionalmente a classificação nos condiciona.

3 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

As discussões relativas às bases teóricas semiótico-culturais para Organização do Conhecimento buscaram, de algum modo, sumarizar as contribuições semióticas e socioantropológicas, no intuito de alertar que o campo não está dissociado da vida social, portanto deve incorporar novos conceitos para explicar a realidade sociocultural.

O trabalho também nos permitiu identificar a necessidade de uma representação que reveja os contextos culturais, o que implica reavaliar posicionamentos autoritários sobre a noção de representação. Além disso, a análise interpretativa da cultura e a investigação aprofundada das comunidades devem ser objeto de reflexão detida.

A questão da tradução é um outro elemento que devemos dar atenção, pois para alcançar uma representação que pressupõe uma interpretação semiótica dos contextos das comunidades, precisamos considerar o caráter semiótico da tradução e refletir sobre tal atividade nos ambientes físico e não físicos.

Nesse sentido, temos a oportunidade de reeditar não apenas nossos posicionamentos teóricos, mas principalmente a nossa postura ética ante os processos de organização, tratamento e representação do conhecimento. A Organização do Conhecimento tem como tópico de estudo um fenôme-

no simbólico, portanto cultural e semiótico. Nesse sentido, a sua abordagem deve corresponder ao carácter de seu objeto.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, I. S.; BRÄSCHER, B. M. O fora da Organização do Conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 359-376, abr./jul. 2017.
- BARBALHO, C. R. S. Fazer semiótico: subsídios para exame do espaço concreto. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 79-96, dez. 2006. 2º número especial.
- BARROS, C. M. de. **Informação musical**: análise semiótica da experiência de não especialistas em música e as implicações teóricas na Organização do Conhecimento. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2017.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2000.
- CAFÉ, L.; BARROS, C. M. Informação Musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 134-144, jun. 2014.
- COLL, A. N. As culturas não são disciplinas: existe o transcultural?. *In*: ENCONTRO CATALISADOR DO PROJETO “A EVOLUÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO” DO CETRANS DA ESCOLA DO FUTURO DA USP, 2., 2000, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Triom/Unesco, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.
- DEELY, John. **Semiótica Básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- FARIAS, M. C. Q. da S. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento**: uma análise teórico-conceitual. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de. A Desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens socioculturais da Organização do Conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, ENANCIB, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2016. p. 4864- 4868.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. A mediação no domínio do conhecimento. *In: GUIMARÃES, J. A. C; DODEBEI, V. **Organização do conhecimento e diversidade cultural***. Marília: ISKO Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 630-642.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. *In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries***. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital**. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002b. Arquivo em meio magnético.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18 n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a postepistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2011a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La descolonización de los saberes: itinerarios de paraconsistencia. *In: PÉREZ PAIS, C.; GONZÁLES BONOME, M. A. (ed.). **20 años del capítulo español de ISKO: actas del X Congreso ISKO Capítulo Español***. Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 31-48. Disponível em: https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/c6ed1-31-48_garcia-gutierrez-1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUIMARÃES, J. A. C.; BOCCATO, V. R.; PINHO, F. A.; LIMA, M. L.; BORBA, E. A.; DAMAZO, A. C.; MONÇÃO, J. L. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. *In*: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, S. Identidade cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, v. 24, p. 68-75. 1996, Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation**: an activity-theoretical approach to information science. Westport, CT: Greenwood. 1997.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002a.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 4, n. 53, p. 257-270, Feb. 2002b.

HJØRLAND, B. What is Knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3 p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46 n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix. 1995.

KROEBER, A. O superorgânico. *In*: PIERSON, Donald (org). **Estudos de organização social**. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

KULL, K. Semiotic ecology: different natures in the semiospheres. **Sign Systems Studies**, Tartu, v. 26, p. 344-371, 1998.

LARA, M. L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 223-226. 1993.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- LEE, Wan-Chen. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOTMAN, Y; USPENSKY, B. A.; MIHAYCHUK, G. On the semiotic mechanism of culture. **New Literary History**, Baltimore, v. 9, n. 2, p. 211-232, Winter. 1978.
- LOTMAN, Y. M. *et al.* **Ensaaios de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- LOTMAN, Y. M. **Universe of the mind**: a semiotic theory of culture. London: I.B. Tauris & CO. LTD, 1990.
- LOTMAN, Y. M. La semiosfera. *In*: NAVARRO, D. (org.). **Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Cátedra, 1996.
- LOTMAN, Y. M. **Cultura y explosión**: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social. España: Gedisa editorial, 1999.
- MAI, J. E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, New York, v. 41, n. 3, p. 599-611, May 2005.
- MAI, J. -E. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.
- MACHADO, I. **Escola de Semiótica**: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MACHADO, I. Existe lugar para o signo na história da mídia? **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 35, n. 15, p. 61-68, abr. 2008.
- MACHADO, I. **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MACHADO, I. Pensamento semiótico sobre a cultura. **Sofia**. Vitória, ES, v. 2, n. 2, p. 60-72, ago. 2013.
- MACHADO, I.; ROMANINI, V. Semiótica da comunicação: da semiose da natureza à cultura. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 89-97, maio/ago. 2010
- MERRELL, F.; ANDERSON, M. Mundos variáveis, modelizações semióticas. **Face**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 29-44, 1990.

- MOURA, M. A. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli** (UFSC), Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 1-17, dez. 2006.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria do signo**. Rio de Janeiro: Eldorado; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.
- MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p. 115-123, set./dez. 2006.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NÖTH, W. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 1995.
- NÖTH, W. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- NÖTH, W.; LÓTMAN, I.: cultura e suas metáforas como semiosferas auto-referenciais. *In*: MACHADO, I. (org.). **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Fapesp/ AnnaBlume, 2007. p. 81-95.
- NÖTH, W.; SANTAELLA, L. **Introdução à semiótica**. São Paulo: Paulus, 2017.
- NEVEU, F. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinariadde**. Tradução de Lúcia de Souza. 3. ed. São Paulo: Trion, 2005.
- OLSON, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. **Signs**, Chicago, v. 26, n. 3, p. 639-668, Spring. 2001.
- OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.
- PADILHA, R; BARROS, C.M. de. Novas perspectivas para a classificação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 210-215, jan./abr. 2015.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- PINTO, J. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2003. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classidicacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- PHILLIPS, W. H. **A primer of book classification**. London: Association of Assistant Librarians, 1955.
- SANTAELLA, L. **Assinatura das coisas**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração.** São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas.** São Paulo: Pioneira, 2001.

SCHNAIDERMAN, B. **Semiótica Russa.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SOARES, M. S. B; MARTINS, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemologia interativa como ferramenta desclassificadora do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 55-71, 2013.

SOUZA, J. S. de. **Classificação: sistemas de classificação bibliográfica.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, Baltimore, v. 50, n. 3, p. 330-349, Winter. 2002.

SMIRAGLIA, R. P.; LEE, Hur-Li. **Cultural Frames of Knowledge.** Würzburg: Ergon, 2012.

TENNIS, J. T. Ethos and Ideology of Knowledge Organization: Toward Precepts for an Engaged Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2013.

TOROP, P. Cultural semiotics and culture. **Sign Systems Studies**, Tartu, v. 27, p. 9-23, Dez. 1999.

8

A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO E OS SABERES:
ELEMENTOS DE REFLEXÃO
CRÍTICA SOBRE O PROCESSO DE
REPRESENTAÇÃO

*KNOWLEDGE ORGANIZATION
AND KNOWLEDGE COMMUNITIES:
ELEMENTS OF CRITICAL
REFLECTION ABOUT THE
REPRESENTATION PROCESS*

*Marcio Ferreira da SILVA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA*

*Carlos Cândido de ALMEIDA
Universidade Estadual Paulista - UNESP*

Resumo: A padronização de comportamentos e homogeneização cultural são tencionadas e confrontadas pelas comunidades de saberes por novas perspectivas de representação ante modelos universalizantes. Nessa condição, a cultura torna-se dispositivo teórico elementar para pensar os processos de Organização e Representação do Conhecimento. Na busca por compreender esses elementos e validar termos e conceitos, nosso objetivo neste capítulo é reconfigurar a discussão de comunidades discursivas acadêmicas e altamente ativas no capitalismo global para comunidades de saberes. A noção do saber é compreendida como uma categoria ampla por reunir diversas expressões culturais. Dessa maneira, ao entender como os conhecimentos dos grupos sociais são agrupados e representados, teremos meios para entender os territórios. Assim, corroborar a elaboração de critérios de validação dos termos e dos sistemas de representação escolhido por um determinado grupo.

Palavras-chave: organização do conhecimento; comunidades de saberes; cultura; Ciência da Informação; representação da informação.

Abstract: Behavior standardization and cultural homogenization are pressured and confronted by knowledge communities through new representation perspectives in the face of universalizing models. In this condition, culture becomes an elementary theoretical agent to think about Knowledge Organization and Representation processes. To understand these elements and validate terms and concepts, the aim of this chapter is to shift the discussion from academic and highly active discourse communities in global capitalism to knowledge communities. The notion of knowledge is understood as a broad category for comprehending more cultural expressions. In this sense, by understanding how knowledge in social groups is grouped and represented, we have the means to understand territories; and thus, support the elaboration of validation criteria for representing the terms and systems chosen by the group.

Keywords: knowledge organization; knowledge communities; culture; Information Science. information representation.

1 INTRODUÇÃO

As consequências da incorporação das características civilizatórias contemporâneas na cultura podem ser creditadas aos processos de apropriação de modelos uniformes e universais de representação da realidade. A padronização de comportamentos e homogeneização cultural sugere um sentido da experiência humana limitada para algo restrito e de mesma natureza ou de expressão idêntica, sem a consideração da diversidade.

Isso ocorre sobretudo nos diferentes espaços institucionais que utilizam estratégias e procedimentos de representação da informação, mas deslocadas de elementos identitários em relação a um dado universo cultural. Ocorre que o padrão delimitador na dimensão capitalista vai operar na dimensão da raça para tomar o controle de corpos, mentes e das práticas através de categorias de classificação humana em inferiores/superiores, irracionais/rationais, primitivos/civilizados e tradicionais/modernos (Quijano, 2010).

Todavia, as experiências históricas e o aprendizado coletivo geram expectativas de novas formulações sobre as comunidades locais, seja na política, religião, educação, economia, seja nas ciências. Tensionadas pelas comunidades de saberes, novas perspectivas de representação ante modelos universalizantes das culturas surgem na cena atual e demandam novos paradigmas à Ciência da Informação e à Organização do Conhecimento. Cabe destacar que as comunidades de saberes consistem em todas as comunidades e grupos culturais residentes além das fronteiras institucionais acadêmicas.

Sendo assim, a cultura é o dispositivo teórico elementar para pensar os processos e produtos da Organização do Conhecimento e as práticas de representar o conhecimento produzido socialmente. A elaboração de instrumentos de classificação do conhecimento - estruturas que estabelecem hierarquias -, categoriza conceitos admitidos globalmente como superiores e requer de profissionais da informação a percepção fina das manipulações e desarticulações da dinâmica social. Assim, desvelam-se os interesses dos

contextos que impulsionam a escolha de termos, bem como sua validação e reconhecimento cultural pelos grupos representados.

Não obstante, em seu sentido etimológico e polissêmico, observa-se a dificuldade conceitual e a complexidade que o termo cultura nos impõe. Isto exposto, implica à Organização do Conhecimento aproximar-se do assunto para conhecer, reconhecer e reavaliar as escolhas para organizar e representar as informações.

Do ponto de vista histórico, considerando as relações de poder que entrecortam as populações tradicionais como os povos negros, sequestrados do continente africano e os povos indígenas, originários no Brasil, verificamos que estas são alijadas do processo de distribuição das riquezas nacionais. É ilustrativo o fato de as populações negras ao longo da história serem alijadas da concepção de “civilização”. Tais culturas foram fortemente impactadas pela prática do racismo no Brasil, como os saberes das religiões de influência africana, dos quilombos urbanos e rurais, dentre outros.

Esse aspecto relevante foi estudado por Almeida (2020) e apresentado em três formulações conceituais que definem o fenômeno do racismo em individual, institucional e estrutural. Esses conceitos são operados para assegurar as relações de poder, na cena das disputas individuais e coletivas para desqualificação do outro pelo racismo. O racismo individual é concebido na ação do indivíduo ou do coletivo, como uma “patologia”, postura irracional “a ser combatida no campo jurídico”. Essa concepção, segundo Almeida (2020, p. 36-37) é frágil por desconsiderar sociedades ou instituições como racistas.

A acepção do conceito institucional sugere que as instituições alargam as possibilidades do racismo pela via da regulamentação e normalização dos comportamentos: “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (Almeida, 2020, p. 40). A concepção do racismo estrutural está diretamente relacionada ao racismo institucional normatizador das relações de poder e ao “[...] estabele-

cimento e manutenção da ordem social”. O racismo estrutural decorre dos padrões racistas impostos por instituições para proteger a ordem social pela qual estão inseridas. Em suma, as acepções estão interligadas e “[...]as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2020, p. 47).

Com efeito, as ideologias naturalizam de forma consciente ou inconsciente o racismo via práticas culturais, profissionais, científicas e corroboram a operação do racismo na política, no direito, na economia, na educação, na comunicação e na informação para sustentar representações da realidade que favoreçam os grupos privilegiados.

Para Souza (2021, p. 45-57) essas disputas resultam de uma dimensão mais profunda e complexa umbilicalmente vinculada à moral enraizada no processo de dominação social, na desarticulação das ideias morais compartilhadas coletivamente:

Assim pode-se manipular a raiva do próprio oprimido contra ele mesmo ou contra os outros oprimidos[...]. Gostaria de chamar de *racismo* precisamente esse processo de tornar inarticulado esse mundo compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade. (Souza, 2021, p. 54).

Exposta essas considerações iniciais, este capítulo parte do pressuposto que para o processo de representação da informação de comunidades discursivas, a aproximação junto aos seus espaços de resistência é um elemento essencial para conhecer com profundidade as dimensões utilizadas pelo grupo. Em consequência, para validar termos e conceitos de um sistema de organização do conhecimento, demanda-se a compreensão da cultura, dos aspectos identificadores do comportamento, das condutas sociais e do reconhecimento da diversidade dos saberes e valores existentes em um grupo. Objetiva-se assim deslocar a discussão das comunidades discursivas acadêmicas e altamente ativas no capitalismo global para comunidades de saberes como categorias de análise mais abrangente. A noção de saber deve ser a categoria mais ampla a ser discutida no ensino da Ciência da

Informação por conter o maior número de expressões culturais, sendo as comunidades acadêmicas, intelectuais e profissionais apenas os tipos mais valorizados desta.

2 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS SABERES

A tarefa da Organização do Conhecimento é complexa por reunir, discutir e propor soluções à produção do conhecimento humano. Corresponde a uma disciplina investigativa que analisa leis e princípios, procedimentos para organizar um conhecimento com objetivo de recuperação (Barité, 2001, Barité *et al.*, 2015; Cunha; Cavalcanti, 2008). O campo preocupa-se com a “[...] natureza e qualidade dos processos de Organização do Conhecimento, bem como dos Sistemas de Organização do Conhecimento” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução nossa).

A natureza epistemológica dual, dedicada aos processos e aos produtos resultantes, mostra a dificuldade para deslocar o campo a outros objetos de análise. Os produtos dos saberes não científicos, os processos não convencionais de representação, as comunidades não acadêmicas e sistemas de organização de áreas não convencionais tendem a receber menos atenção dos especialistas, seja na pesquisa, seja na formação.

A Organização do Conhecimento, com vistas ao contínuo desenvolvimento teórico e conceitual, tem desenvolvido seus fundamentos teóricos e metodológicos em constantes diálogos com outros ramos do saber como Filosofia, Sociologia, Comunicação, Estudos da linguagem, o que precipita o surgimento de abordagens críticas.

As abordagens críticas consistem, portanto, na contestação da ampliação de procedimentos com critérios objetivos à representação do conhecimento e ausentes de desvios. Uma das ênfases dessas abordagens recai sobre as práticas que visam organizar e representar a informação, quando atribuímos ou omitimos características (identitárias) aos termos escolhidos (Olson, 2002), que sustentarão sub-representações não reconhecidas

pelos segmentos sociais mais abastados. A outra é a suposta perspectiva da neutralidade como prática na elaboração dos sistemas de representação do conhecimento requisitados como condutas eficientes para a construção de sistemas de Organização do Conhecimento (Hjørland, 2007, p. 8), regulados por uma dimensão imperativa de observar e entender o mundo (Guimarães; Pinho, 2007).

Para tanto, entendemos que ação efetiva deve ser pactuada pelo reconhecimento cultural e da diversidade de saberes dos grupos sociais refletido nas práticas da representação ancoradas em dimensões multidisciplinares orientadas pelas especificidades das comunidades discursivas, as quais são apartadas das narrativas globais e consideram a pós-modernidade como momento de inflexão e questionamentos entres saberes (científicos e narrativos).

Assim, há necessidade de um movimento de complementaridade, qual seja, assim estreitar as relações com segmentos não científicos por entender que há elementos desconhecidos, necessários para refinar as interpretações dos fenômenos sociais. De modo específico, áreas de pesquisa como Organização do Conhecimento e Ciência da Informação terão somado significativas contribuições para identificar e solucionar os problemas de suas pesquisas para proporcionar representações mais próximas da realidade crível nos ambientes das comunidades de saberes:

Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contração do futuro. (Santos, 2002, p. 259).

As comunidades de saberes emergentes estão conscientes do pertencimento de um espaço singular estabelecido por conexões e características essenciais ao desenvolvimento de seus membros. Estas são nutridas pelas rotinas de compartilhamento de conjunto de valores éticos, morais, reli-

giosos, socioculturais, históricos, políticos e interesses comuns em espaços físicos ou virtual, categorizados socialmente. Nesse sentido, Hjørland (2002) ressalta a importância do contexto cultural, social e histórico nas tarefas de representação do conhecimento de um domínio face à elaboração de sistemas de representação. Ademais, o domínio significa interação e entendimento sobre um pensamento ou discurso de uma comunidade (Hjørland; Albrechtsen, 1995), seja escolar, religiosa, agremiação, política, seja comercial, dentre outros (Hjørland, 2004).

Entendemos o domínio para além dos segmentos da fronteira institucional e formal em direção a um universo mais amplo de trocas e compartilhamentos. Eles devem possibilitar entrever novas experiências acerca da elaboração de sistemas de classificação bibliográficas, dos processos de representação no tratamento temático da informação e dos produtos como índices e resumos, na composição de listas de cabeçalhos de assuntos, de tesouros, de terminologias e de ontologias (Guimarães, 2009).

Em linhas gerais, quanto à aproximação da análise de um domínio ou dos saberes de uma cultura sub-representada, poderá descortinar expectativas das comunidades discursivas em relação à constituição de representações adequadas aos seus produtos. Isso posto, ampliar-se-á a identificação de componentes de pertencimento validados pelo grupo social da comunidade de saberes e a viabilização das etapas de organização e representação do conhecimento.

Toda confluência de garantias (literária, documental, usuário, cultural) das representações arroladas por meio do vínculo científico ou nível de instrução da comunidade discursiva tem garantido a validação das representações (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Barité, 2010). Outrossim, a garantia dos instrumentos de representação do conhecimento não é anulada pela coexistência de formas de validação das representações por meio das comunidades criadoras do conhecimento, como os saberes ancestrais indígenas e dos afrodescendentes. Pelo contrário, isso complementa uma ação regular e conectada às narrativas desses grupos, fixadas pela ligação

entre os termos e a experiência, do envolvimento com o local em oposição às perspectivas generalizantes e afastadas da realidade.

A Organização do Conhecimento deve conduzir-se pela diversidade de espaços de produção cultural dos saberes: territórios urbanos ou rurais, grupos étnicos e segmentos coletivos como negros, populações indígenas, mulheres, moradores de rua, imigrantes, refugiados, homossexuais, pessoas idosas, obesos, moradores de comunidades ou “favelas”, grupos portadores de alguma deficiência física e ainda outros mais específicos como os terreiros de Umbanda e de Candomblé, Jurema Sagrada, Bumba-meu-Boi, Samba, Capoeira, dentre outros que compõem a cultura brasileira.

O processo mental de classificar as coisas (Cunha; Cavalcanti, 2008), como identificar, separar assuntos, ideais, coisas (Vickery, 1980, p. 23) por semelhanças e diferenças, segundo um ponto de vista, bem como estabelecer elementos hierarquizados entre rótulos (classes e subclasses) sobre determinado conhecimento por meio de sistemas de classificação do conhecimento, teve ao longo do percurso teórico da Organização do Conhecimento sustento nos princípios aristotélicos e na árvore de Porfírio, ainda predominante para sua organização, influenciando os sistemas de classificação atuais (Monteiro; Giraldes, 2008, p. 19)

Ao trabalhar com o conhecimento produzido pela humanidade, registrado e divulgado por meio de consenso socializado (Barité, 2001, p. 39, tradução nossa), reivindica-se ao profissional da informação identificar a dinâmica que esse processo provoca nas comunidades autoras e na sua diversidade. Dessa maneira, possibilita conhecer além do registrado, os elementos da subjetividade da cultura dos grupos sociais e tomar contato com paradigmas e tradições para entender a realidade de seu território.

Ainda que cada classificação imponha o reconhecimento do momento histórico de sua origem – como na classificação dos seres próxima das ideias de Aristóteles e de interesse de lógicos e cientistas – é relevante a elaboração de sistemas de classificação e representação do conhecimento para pensar seus limites. É o que observa quando se analisa sistemas em

uso, como a CDD e CDU atualizados com relativa periodicidade e a cobertura adequada da representação dos assuntos em determinada situação e local.

Obviamente, os sistemas de classificação do conhecimento foram elaborados em diversos contextos e situações históricas. Ainda assim, muitas críticas aos sistemas têm sido recorrentes na literatura acusando as inconsistências e sub-representações de saberes de determinados grupos sociais. A noção de saber é a categoria adequada para compreender as produções intelectuais de diversas comunidades, contudo a forma de acercar-se a ele é dificultada pelas propostas metodológicas que temos utilizado em Organização do Conhecimento para extrair informação dos documentos ou organizar coleções.

3 REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SABERES

Os sistemas de classificação, os processos e os produtos podem apresentar elementos desalinhados com a cultura representada. No âmbito da Organização da Conhecimento, podemos localizar reflexões e esforços de natureza crítica à compreensão das realidades e das dinâmicas socioculturais, cada vez mais complexas, no que tange à cobertura dos sistemas de representação do conhecimento e na identificação de sub-representações do conhecimento de grupos sociais ignorados historicamente pelas narrativas globais. Essas diferenças de representação impõem uma postura crítica e contrária aos discursos de cunho universalista. A cena pós-moderna inclui mudanças culturais que demandam espaços mais reflexivos e acolhedores (Lyotard, 1988), bem como sugere aos campos científicos refletirem sobre suas técnicas e métodos.

Este tipo de análise, para Semprini (1999, p. 155), torna-se mais importante que a “...significação estabelecida pelos enunciadores institucionais (poderes públicos, forças políticas)” e na generalização imposta pela globalização. A narrativa da nação e a ênfase na tradição que pavimenta o

caminho para a identidade nacional, bem como a invenção de tradições de uma cultura nacional e o mito fundacional são destacados por Hall (2001, p. 52-56) como mecanismo para entender como as narrativas nacionais são universalizantes e apagaram as expressões de grupos inteiros.

Para Rufino (2014), aproximar o fazer científico dos saberes assegura o diálogo com conhecimentos sobre outras modalidades de experiências no mundo:

[...] o que se pretende é a proposição de uma nova forma de relacionamento entre os conhecimentos científicos e outras formas de conhecimento, favorecendo não somente a superação da monocultura do conhecimento científico, como também a noção de que outras formas de conhecimento são opções ao saber científico [...] (Rufino, 2014, p. 154).

Essas premissas retomam a questão sobre o fazer representacional e a constituição de instrumentos cuja neutralidade é impossível em decorrência de ideologias, dilemas éticos e preconceitos culturais que interferem direta e indiretamente na prática de representação da informação. As práticas de classificadores e de indexadores são fazeres representacionais, que atuam na Organização do Conhecimento tido como válido e na extração de assuntos tomados como objetivos.

A análise crítica dos sistemas de classificação visa contestar as proposições metodológicas e teóricas para o reconhecimento de outras narrativas em uma ação dialógica urgente entre ciência e saberes locais. Esse processo tem sido explorado por pesquisadores da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, com as produções de dossiês temáticos de periódicos da área e a articulação de coletivos de profissionais e pesquisadores negros do campo, por exemplo.

Sobre a questão da representação, observamos críticas contundentes sobre os sistemas de classificação utilizados para representar a informação como CDD e CDU (Afolabi, 1992; Furner, 2007; Miranda, 2007, 2009, 2011, 2019, 2020; Silva; Almeida, 2018). Esses estudos e reflexões de-

monstram que, para determinados segmentos e culturas, os sistemas não conseguem representar seus saberes, como aqueles de origem e influência africana no contexto brasileiro. Isso exposto, é imperativo alcançar maior profundidade nas abordagens e construir técnicas que concebam estruturas mais adequadas de representação dos grupos.

Ao panorama apresentado, devemos discutir ainda sobre as dimensões das representações que se somam aos contornos sociais das trocas culturais para contribuir no processo pelos quais elementos subsidiam a validação dos termos que compõem sistemas e os produtos destinados à Organização do Conhecimento.

Está em jogo também a própria noção de conhecimento, contrastando uma entidade construída coletivamente e um fenômeno mental ocorrido no cérebro de um indivíduo. Para superar essa pseudodicotomia, sugere-se refletir acerca das representações sociais apresentadas por Moscovici (1978, p. 26), “[...] uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Esse produto da representação tem relação direta com a realidade do grupo, o qual reinscreve algo não-familiar como familiar de acordo com o olhar dos saberes existentes. Ou seja, quando se integra um elemento novo ao preexistente, passa-se a compor um novo senso comum, representando algo não-familiar e tornando-o reconhecido, familiar e comum. Deve-se, sobretudo, atentar-se para como as coletividades significam e operam as representações (Crusoé, 2004).

Dois aspectos que podemos considerar como fundamentais ao tomar as representações sociais como suporte teórico e metodológico do processo de validação. A objetivação como primeiro enfoque do processo das representações do objeto consiste na busca da materialidade dos conceitos ao converter o abstrato em algo representativo da realidade como uma imagem, ou seja, não-familiar para familiar.

Essa transição para a objetivação supõe dois procedimentos fundamentais na abordagem de Moscovici (2003). O primeiro, a seleção e a

contextualização na extração de elementos do objeto social no contexto de surgimento, considerado aqui os aspectos contextuais aos quais o sujeito desloca informações conforme conhecimento prévio com base em critérios culturais. Assim, forma-se um núcleo figurativo com elaboração de um modelo de representação dos conceitos e naturalização de elementos para a cristalização dos conceitos, isto é, tornar-se concreto, quase palpável, passando a fazer parte da própria realidade (Santos; Almeida, 2005).

O segundo procedimento é a ancoragem, que consiste nas escolhas para representar alguma coisa ou lugar, atribuir nome, marcação simbólica para fixar o não-familiar. Consiste em encaixar o objeto em um conjunto de valores ou redes de significações ou sistema de pensamentos preexistentes, algo desconhecido se estabelece nas conexões com o comum (Santos, 1994; Santos; Almeida, 2005).

Desses dois procedimentos do processo das representações sociais, poderá derivar um conjunto de categorias e classificações elencadas a partir das significações do sujeito social – sujeito nessa concepção sempre é social - e da carga de interferência externa e interna da interação ao qual está cercado, na perspectiva de proporcionar validação pelo grupo em relação ao que se deseja representar. O passo inicial para esse reposicionamento é compreender como os grupos e os saberes pensam e materializam as representações desses conceitos.

A Organização do Conhecimento deve seguir esses macroprocedimentos da teoria das representações sociais para derivar suas categorias, classes e demais representações. Sem o aval dos saberes locais, não é possível identificar o familiar, constructo fundamental para representar a realidade social e, conseqüentemente, os materiais de informação.

4 CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

Como visto, devemos seguir a fase das representações sociais para reforçar a abordagem crítica dos sistemas de classificação, especialmente

os universais. Objetivamos chamar a atenção para a necessidade de deslocamento da discussão, das comunidades discursivas, tomadas unicamente como acadêmicas, para as comunidades de saberes locais. Os saberes como categoria teórica mais abrangente devem tomar como fundamento a representação coletiva objetivada nas práticas locais. Isso é fundamental para a valorização, o reconhecimento e a própria existência de vários grupos.

Ao entender como os conceitos são agrupados e representados pelos grupos sociais nos aproximamos das experiências dos territórios. Há uma estreita relação entre saberes e territórios que tem sido negligenciada pelas perspectivas isonômicas, supostamente neutras e imparciais. Vejamos o caso da teoria crítica da raça. Essa perspectiva tem reforçado o entendimento sobre a inviabilidade de se forjar uma neutralidade das classificações e coloca-se como uma sequência de métodos destinados a refletir criticamente sobre as questões relacionadas à raça, ao racismo e ao poder (Delgado; Stefancic, 2021). Sendo assim, julgamos plenamente aplicável ao cenário da informação.

Furner (2007) indica alguns passos necessários para refletir e identificar desvios nos sistemas de classificação. Em primeiro, que desenvolvedores e demais envolvidos reconheçam e localizem, em seus sistemas, desvios (sub-representações, inadequações terminológicas). Em seguida, adotar o reconhecimento transparente quanto a não incorporação da neutralidade para o sistema. A seguinte corrobora em certo aspecto as representações sociais sobre a localização de expressões mediante nova coleta que denotem relação de sentimentos e crenças daqueles usuários identificados com o sistema. Devemos constituir e ampliar os sistemas específicos para atender determinadas comunidades locais. Tais comunidades isoladas são subjugadas pelo sistema do capitalismo global, como as religiões de matriz africana no Brasil (Umbanda, Candomblé, Tambor de Mina, Jurema Sagrada etc.).

Por fim, devemos elaborar e disponibilizar, em conjunto, critérios que permitam às comunidades de saberes produzirem, além da validação dos termos, a avaliação dos sistemas conforme o interesse do grupo

(Furner, 2007; Martínez-Ávila; Ferreira; Magro, 2015). Em outros termos, chegamos à urgente discussão da autodeterminação cultural e representacional como ferramenta para a recuperação ética da informação.

REFERÊNCIAS

- AFOLABI, M. Spiritual matters: provision for independent african churches in geneneral classification schemes. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 4, p. 210-213, 1992.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BARITÉ, M. *et al.* **Diccionario de organización del conocimiento**: clasificación, indización, terminología. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2015
- BARITÉ, M. *et. al.* Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformacao**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, maio/ago. 2010.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- CRUSOÉ, N. M. de C. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **APRENDER - Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 105-114, jan./jun. 2004.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- DELGADO, R.; STEFANCIC, J. **Teoria Crítica da Raça**. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FURNER, J. Dewey Deracialized: A Critical Race-Theoretic Perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas no tratamento da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, Zaragoza, v. 3, p. 105-117. 2009.
- GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, jul. 2007.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Arguments for 'The Bibliographical Paradigm'. Some Thoughts Inspired by the New English Edition of the UDC. **Information Research**, Borås, v. 12, n. 4, Oct. 2007. Disponível em: <https://informationr.net/ir/12-4/colis/colis06.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 30, n. 3, p. 17-21, Feb./Mar. 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; FERREIRA, M.; MAGRO, J. L. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire**, Zaragoza, v. 21, n. 2, p. 27-33, jul./dic. 2015.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007. p. 1-12.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e africanidades**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1-19, fev. 2009.

MIRANDA, M. L. C.; CABAN, F. M. Proposta de expansão da classe Espiritismo na Classificação Decimal de Dewey. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 107-132, set. 2020.

MIRANDA, M. L. C. ; SILVA, F. G. Religião e Cultura Periféricas: A representação do Islamismo na Classificação Decimal De Dewey. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 86-120, mar. 2019.

MIRANDA, M. L. C. *et al.* A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU e LCSH). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2011. p. 1-21.

- MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógicos filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-142.
- RUFINO, L. **Histórias e saberes de jongueiros**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2014.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra-PT, v. 63, p. 237-280, out. 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- SANTOS, M. F. S. Representação social e a relação indivíduo-sociedade, **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 2 n. 3, p. 133-142, dez. 1994.
- SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (org.). **Diálogo com a teoria das representações sociais**. Recife: EDUFPE; EDUFAL, 2005.
- SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.
- SILVA, M. F.; ALMEIDA, C.C. Representação das religiões de influência africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. **Scire**, Zaragoza, v. 24, p. 63-68, jul./dez. 2018.
- SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNGBrasilart, 1980.

PARTE II
DECLASSIFICAR E
RECLASSIFICAR

9

**LUTA DE CLASSES E LUTA
DAS CLASSES: DO TRIVIUM E
DO QUADRIVIUM AO DEVIR
DIALÉTICO ANTIEPISTEMICIDA
EM ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

*CLASS STRUGGLE AND STRUGGLE
OF THE CLASS: FROM THE TRIVIUM
AND THE QUADRIVIUM TO THE
ANTI-EPISTEMICIDE DIALECTICAL
BECOMING IN KNOWLEDGE
ORGANIZATION*

Gustavo SALDANHA

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Resumo: a proposta de reflexão aqui desenvolvida coloca em discussão as teorias críticas da Organização do Conhecimento a partir da filosofia da linguagem, tendo como panorama o debate sobre a estrutura do *trivium* e do *quadrivium*, as teorizações de Emanuele Tesauro e Robert Estivals, bem como a práxis do grupo de pesquisa Ecce Liber nos experimentos dialéticos em organização dos saberes.

Palavras-chave: teoria crítica – organização do conhecimento; trivium; quadrivium; luta de classes; devir antiepistemicida.

Abstract: this research puts into question the critical theories in knowledge organization, from the philosophy of language, having as an overview the debate on the structure of the trivium and quadrivium, the theories of Emanuele Tesauro and Robert Estivals, as well as as the praxis of the research group Ecce Liber in knowledge organization.

Keywords: critical theory – knowledge organization; trivium; quadrivium; class struggle; anti-epistemicide becoming.

1 INTRODUÇÃO

É frevo foguete / Subindo que nem a porra / [...] / Entrando na avenida / Com seu frevo foguete / Em órbita da terra / [...] / É isso aí meu irmão Não perca tempo / Monte logo seu sound system satélite / Em volta da órbita da terra / E faça para toda a humanidade / O seu carnaval.

(Baiana System, 2010).

A “crítica” na Organização do Conhecimento possui uma longa trajetória se considerados os fundamentos filosóficos do que se problematiza e do que se enxerga na paisagem científica e social quando enunciamos tal expressão – “organização do conhecimento”. Nós podemos abordar a “crítica” a partir de “rupturas epistemológicas” de ordem histórica, amplamente rediscutidas na doxografia epistemológica, como a ruptura com o mito; a ruptura com a metafísica; a ruptura com a neutralidade do método (ou, a partir de um dos consagrados modos de interpretação epistemológica, o movimento sociocrítico contra o positivismo). Nesse último caso, as duas categorias, que compõem a expressão que nos identifica hoje no cenário internacional, a saber, “organização” e “conhecimento”, podem ser justamente objeto dessa ruptura.

A noção de “organização”, do ponto de vista do método iluminista-positivista (para reunir aqui o desdobramento de uma macromodelar epistemologia da Física para sua aplicação matemático-estatística nas ciências humanas), pode ser reconhecida como estrutura clássica da formação positivista de uma futura “organização do conhecimento” (pós-século XVIII). Pelo termo, ou seja, pela ação enunciada pelo verbo “organizar” e sua substantivação, não se busca, nesse sentido epistemológico-histórico, outra operação que não a demarcação espaço-temporal de uma ordem arbitrariamente tecida por uma superestrutura (fundada em um *ethos* dominante) que, como produtos, encontra classificações internacionais desde o século XIX – que estará sustentado pelo *quadrivium*, como mais à frente

veremos. Essa superestrutura será basicamente a religião (mesmo perante o Iluminismo), incluindo a “religião científica”, o positivismo e sua igreja.

Por “conhecimento”, por sua vez, não se considera, nessa paisagem epistemológica, os saberes em sua dimensão local e em transformação. “Conhecimento” representará, como em uma cadeia mecânica não só espelhada, mas fundacional do Iluminismo, a construção de uma visão de ciência estável, neutra e salvacionista – ou religiosa -, como uma arquitetura perspectivista, em sua proporção áurea. Em outros termos, o que se diz “conhecimento” na expressão “organização do conhecimento”, repousa na historicidade da própria fundamentação do positivismo, a organização do conhecimento como uma das máquinas de afirmação da própria ciência positivista.

Deste modo, dado o panorama epistemológico-histórico, partimos do pressuposto de que as teorias críticas em Organização do Conhecimento se constituem socialmente como uma crítica ao positivismo e, posteriormente, ao estruturalismo (talvez a característica mais marcante nas correntes recentes orientadas para as fraturas interseccionais dos sistemas de Organização do Conhecimento).

Na raiz, porém, dessas macrocorrentes epistemológicas, está a infraestrutura do *trivium* e do *quadrivium* (luz e sombra do Iluminismo). As “reviravoltas” nos modos de interpretar e aplicar essas duas formações clássicas do pensamento ocidental (presentes também, sob diferentes configurações no pensamento oriental), permitem, a nosso ver, entender os sentidos da “crítica” quando enunciamos o conceito “crítica” no solo da Organização do Conhecimento e quando agimos na e pela sua práxis.

Essa reflexão parte, pois, das condicionantes socioteóricas apontadas até aqui, para refletir o desenvolvimento das teorias críticas em Organização do Conhecimento entre as estruturas do *trivium* e do *quadrivium*, junto dos aportes epistemológico-históricos de Emanuele Tesauro e Robert Estivals, como recorte de fundamentação selecionada em razão dos resultados dos projetos que desembocam neste texto. O estudo igual-

mente procura, a partir da experiência do grupo de pesquisa “*Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes*”, indicar os caminhos do grupo nesse percurso dialético, descrevendo as movimentações do coletivo sob as abordagens críticas. A proposta parte, ainda, do reconhecimento de um longo caminho de reflexões em teoria crítica da organização do conhecimento, o que permite um caminho sólido para o desenvolvimento da reflexão dialética, tendo como referências a trilha de análises como de Antonio García Gutiérrez, Hope Olson, Maria Nélide González de Gómez, Maria Aparecida Moura, Melissa Adler, José Augusto Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Rosa San-Segundo, Carlos Cândido de Almeida, Fabio Pinho, dentre outras fontes que nos conduzem a um vasto potencial de fundamentação sociocultural do gesto classificatório.

A estrutura teórica da reflexão tem como base a crítica da linguagem presente na obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, centralmente, nas reflexões presentes nas obras “*Tratado Lógico-filosófico*”, “*Investigações filosóficas*”, “*O livro azul*”, “*O livro castanho*”. A problemática aqui discutida tem relação direta com o conjunto de pesquisas oriundas das reflexões sobre lógica e discursividade ordinária, presentes na obra wittgensteiniana.

No plano objetivo dos projetos que permitem a construção dessa reflexão, a discussão aqui desenvolvida advém de três projetos inter cruzados, elaborados e aplicados entre 2019 e 2021, no Brasil, e no contexto do *Ecce Liber*, a saber:

- “*Epistemologia histórica da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento: dos fundamentos filosóficos da linguagem à teoria crítica da classificação*”, sob financiamento da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq;
- “*Organização dos saberes no domínio de povos e comunidades tradicionais do Brasil: linguagens, tecnologias, instituições informacionais e integração pragmática de dados*”, sob financiamento do Edital Universal 2018 do CNPq;

- “Linguagens documentárias fluminenses para a inovação: Organização do Conhecimento para ciência, cultura e sociedade no Estado do Rio de Janeiro”, sob financiamento da Faperj no edital Jovem Cientista do Nosso Estado.

Está em questão nesses projetos justamente reflexões que procuram reconhecer o papel crítico-político da Organização do Conhecimento na realidade social.

2 TRIVIUM E QUADRIVIUM: A FORMA DA METARREPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO E NO TEMPO

Quando examinamos estas formas simples de linguagem, a névoa mental que parece encobrir o uso habitual da linguagem desaparece. Descobrimos atividades, reações, que são nítidas e transparentes. Por outro lado, reconhecemos, nestes processos simples, formas de linguagem que não diferem essencialmente das nossas formas mais complicadas. Apercebemo-nos da possibilidade de construir as formas complicadas pela adição gradual de novas formas a partir das formas primitivas (Wittgenstein, 1992a, p. 47).

Partimos do pressuposto que o *trivium* e o *quadrivium* constituem os pontos de partida e de chegada da crítica que se constitui sob e sobre a Organização do Conhecimento – a forma da linguagem que nos funda. O *trivium* constitui a estrutura das artes liberais da linguagem, com gramática, com retórica e com lógica (Joseph, 2008). O *quadrivium*, por sua vez, integra as teorias do espaço (geometria), e sua aplicação (astronomia), e do número (matemática), e sua aplicação (música). Uma outra forma de dizê-lo seria sintetizar essa afirmação da identidade epistemológica da Organização do Conhecimento como fundada nas duas grandes categorias kantianas do tempo e do espaço: é a partir desse caminho que podemos socio-historicamente compreender a construção das ideias e a crítica das

ideias dentro da Organização do Conhecimento. O horizonte das artes liberais está na expressão da ordenação do real, integrante os valores da Verdade, da Beleza e da Bondade para constituir o valor de essência e de harmonia da Totalidade.

Com Otlet (1934), conseguimos adentrar de modo preciso a condição do *trivium* e do *quadrivium* nos estudos de Organização do Conhecimento desde o Iluminismo (não com produto do século XVIII, mas como acúmulo das transformações do tomismo, desde o século XIII) sem recorrer à necessidade da vasta revisão histórica da estrutura que tem início no pitagorismo (ou seja, podemos encontrar já na Filosofia Pré-Socrática os preceitos de uma configuração pedagógico-científica – ensino para busca da verdade – balizada pelas relações entre as artes da linguagem e as artes do espaço-tempo).

Paul Otlet nos reconduz ao *Fedro* de Platão para tecer a crítica e o contraponto da crítica à linguagem. A posição otletiana nos permite identificar a fundação de nossa filosofia – antes de nossa epistemologia – no clássico diálogo platônico sobre o problema da linguagem na cidade, ou, mais precisamente, na democracia grega na Antiguidade. Otlet (1934) compara o nascimento da Documentação, voltado à tentativa de ordenação da massa de documentos da Modernidade tardia, à confusão conceitual provocada pelos retóricos na Grécia clássica, e derrotados, segundo sua visão, por Aristóteles. O bibliólogo reconhecerá, contudo, a Retórica, assim como o *Fedro* e a própria *Poética* de Aristóteles – no mínimo, aceitará uma “retórica positiva”, que fundaria a “retórica bibliológica”.

Otlet (1934) recorre amplamente ao *trivium*, ou seja, à divisão clássica das artes da linguagem, isto é, é através das próprias artes que o advogado belga nos leva aos indícios da enorme sombra do *trivium* na “organização do conhecimento”. A retórica é um recurso permanente na construção otletiana. O pesquisador discute instinto e experiência, aproximando-se de Nietzsche e do reconhecimento da retórica que concebe da linguagem e da performance. A lógica – método da verdade – e a gramá-

tica – construção de símbolos para comunicação -, complementam-se na estrutura do pensamento de Paul Otlet e podem ser empiricamente observadas e testadas na construção e na conclusão da Classificação Decimal Universal. Retórica, gramática e lógica juntam-se “sociocientificamente” à Documentação” (Otlet, 1934).

Por sua vez, os esquemas e a visualização do conhecimento, em Otlet (1934), colocam-nos objetivamente diante do *quadrivium*, ou seja, a Organização do Conhecimento como um imbricamento histórico fruto das metodologias do espectro do *quadrivium* na experiência científica desde o Iluminismo. Da esfera das listas aos construtos de visualização de dados em sua complexidade digital, o espaço e matematização (numeração ou digitalização) do conhecimento encontram nos construtos da Organização do Conhecimento do passado, do presente e do futuro.

Conforme Martineau (2014), as quatro artes liberais clássicas do *quadrivium*, Aritmética (Matemática), Geometria, Música e Cosmologia (Astronomia) compõem a investigação dos padrões nos céus, via método dos números inteiros. Trata-se de uma configuração metodológica via linguagens universais – ou linguagens formais da matemática, ou ainda, as “linguagens mentais”, fundamentadas na lógica.

Apagada na discursividade histórica da Organização do Conhecimento, a categoria (junto do seu método e de sua aplicação) do *quadrivium* está presente na formalização (no sentido da teoria formal, analítica e estatística) que aproxima e sobrepõe as relações entre as metrias informacionais e a sistemática (a teoria dos sistemas específica do gesto classificatório) fundante da Organização do Conhecimento. São exemplos, o método da lista estrutural (presente nos vocabulários controlados), das hierarquias (presente desde os primeiros sistemas bibliográficos), do espelho semântico (presente na estrutura dos primeiros glossários, monumentalizado na relação verbete-acepção da *Encyclopédie*), chegando até às complexas relações tesaurianas (desde Emanuele Tesouro, no século XVII) aos espectros de uso de sistemas *web* de relações entre termos. Nesse instante, a

música reencontra a gramática, a gramática reencontra a retórica, a retórica reencontra o número, e as disciplinas “liberais” do *trivium* se entrelaçam com as quatro ferramentas do *quadrivium*.

Esse caminho, pois, faz, a partir de correntes do “mil e seiscentos”, a abertura para uma interpretação do *trivium* e do *quadrivium* como reconstrução hermenêutica da epistemologia-histórica da Organização do Conhecimento, pois podemos, ali e hoje, com o uso do termo “ontologia” para fins de sistemas bibliográficos *online*, por exemplo, perceber que é justamente em cima da estrutura dos elos das duas figurações científicas (*trivium-quadrivium*), costurando retórica e espacialidade, gramática e lógica, numeratização (digitalização) do real e discursividade da vida social. Aqui as teorias críticas da Organização do Conhecimento avançam na reflexão sobre os saberes e suas interseccionalidades. É, pois, no século XVII, sob uma teoria barroca da Organização do Conhecimento, quando acreditamos surgir o solo das raízes dialéticas das teorias críticas do domínio aqui discutido.

3 TESAURO, INVENTOR DE MUNDOS: O BARROCO, A NEBULOSIDADE E O ESPELHO

Quando posicionamos os modelos epistemológicos e as inovações técnicas diante do contexto sociopolítico de vivência dos atos classificatórios, reconhecemos uma instabilidade constante do sentido, posicionamo-nos diante do espelho turvo. Ele, pois, não é “o” problema. O caos não está na nebulosidade. (Saldanha; Fernandez, 2017, p. 23).

A investigação epistemológico-histórica em Organização do Conhecimento tecida no grupo de pesquisa Ecce Liber levou à constituição do Círculo de Estudos Tesaurianos, dedicado ao pensamento de Emanuele Tesauro (1670) e sua filosofia barroca. O Círculo constitui-se centralmente a partir do diálogo e interesse comum das pesquisas de Rosali

Fernandez de Souza, Naira Silveira, Tatiana de Almeida, Giulia Crippa, Maria Helena Silva, Vinícios Menezes.

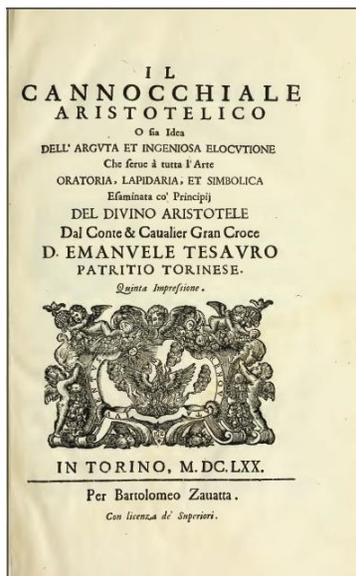
Destacam-se aqui as publicações e o exercício de tradução a seguir:

- SALDANHA, Gustavo S.; SOUZA, Rosali F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação** (Online), v. 22, p. 11-32, 2017.
- SALDANHA, Gustavo S.; ALMEIDA, Tatiana; SILVA, Maria Helena T. Emanuele Tesauro nos trópicos: caminhos de uma tradução e crítica teórico-histórica em organização do conhecimento. In: **IV Congresso ISKO España-Portugal**, 2019, Barcelona. Anais do IV Congresso ISKO España-Portugal, 2019.
- ALMEIDA, Tatiana; SALDANHA, Gustavo S. Epistemic loci: linguistic and critical metamethodology in knowledge organization. In: **15th International ISKO Conference**, 2018, Porto. Anais da 15th International ISKO Conference. Porto: Universidade do Porto, 2018. v. 1. p. 1-15.
- SALDANHA, Gustavo S.; SILVEIRA, Naira C.; CRIPPA, Giulia; ALMEIDA, Tatiana. Who is Tesauro? The man, the words and the things. In: **15th International ISKO Conference**, 2018, Porto. Anais da 15th International ISKO Conference. Porto: Universidade do Porto, 2018. v. 1. p. 1-15.

A teoria barroca que irá repercutir em Emanuele Tesauro (1670), que nos permite ao vasto diálogo com a futura teoria *queer*, aponta estruturalmente para o “formato anômalo” do real, ou irregular, ou estranho, ou fora do comum, ou ainda, singular em suas subjetividades múltiplas e dinâmicas. A partir de sua Luneta Aristotélica, Emanuele Tesauro (1670) revisita a lógica, a gramática e a retórica, recolocando o *trivium* a serviço

da representação e da visualização das ideias. Porém, para além dessas duas direções, outra se destaca: a descoberta de novos conhecimentos.

Figura 1 - Capa



Fonte: TESAURO, E. **Il Cannocchiale Aristotelico**. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.

A pluralidade de saberes e formas de saber (métodos não-analíticos fechados), abre para Tesauro (1670) os caminhos para a construção de seu Índice Categórico como modo de metarrepresentação do mundo. Em outras palavras,

A cumulatividade das linguagens e das coisas e a capacidade de significar dessas instâncias como marcas do Barroco inspiram diretamente o pensamento de Emanuele Tesauro. A figura da alegoria no diálogo com as Categorias e a Retórica aristotélicas terá lugar central em sua tentativa de, no plano da linguagem, abrir as possibilidades de uma visão formal e precisa do mundo e compreender as dinâmicas variáveis de construção/ ou na construção do sentido. Transposta ao longo do decurso de luta por uma positivação do real representado, ou, ainda, da invenção do real através da representação, encontramos essa manifestação na construção de uma teorização e de

uma metodologia para as práticas de organização e de representação do mundo das palavras e das coisas nos últimos 400 anos. (Saldanha; Fernandez, 2017, p. 18-19).

Via teoria do *conceit* (presunção, projeção da imaginação, *poiesis*, abertura de sentido), e não uma teoria do *concept* (conceito), Tesouro (1670) abre o caminho para uma teoria não-binária da Organização do Conhecimento, aberta à diversidade das ideias na e para linguagem, atingindo diretamente os focos reflexivos de uma futura discursividade interseccional da metarrepresentação, presente, por exemplo, na obra de Guimarães e Pinho (2007), de Pinho (2014), Hope Olson (2011), de Martínez-Ávila, Daniel, Semidao e Ferreira (2016), de Adler (2017), de Maria Aparecida Moura (2018, 2021).

O exercício tesauriano é, pois, uma abertura para a criticidade em organização do conhecimento por conta do pensamento “turvo” do Barroco em sua obra e as experiências do seu método.

Todo esse processo se constitui, assim, como parte do cotidiano das futuras tentativas de construção teórico-(meta)metodológica da OC: recorrer a Aristóteles, projetar os exercícios de categorização, representar coisas, processos e palavras, eliminar a nebulosidade das sobreposições semânticas da vivência do mundo social e de suas disputas simbólicas (usando, ironicamente, seus mesmos processos de hierarquização, de isolamento, de agrupamentos arbitrários), eis construtos comuns no contexto pós-Tesouro. Uma teoria barroca se coloca, pois, na centralidade do pensamento em OC [organização do conhecimento], diante do espelho turvo da realidade sociopolítica. (Saldanha; Fernandez, 2017, p. 19).

É esse caminho que nos leva à compreensão das condicionantes históricas e sociopolíticas da construção da Organização do Conhecimento, desde ali iluminando a fundação turva das classificações, ou seja, identificando falsa linha de fuga do real produzido pela, na e para linguagem – ou, apenas, o espelho da realidade em sua dinâmica viva, não perspectivista. Uma pretensa “imperfeição” dos regimes simbólicos que “representariam”

o real “perfeito” é desanuviada: a “imperfeição” (o turvo, o estranho, o extravagante, o *queer*) é a condição da própria plurivocidade dos sentidos do mundo (Saldanha; Fernandez, 2017), ou a vida em sua ordinariedade da linguagem, como a pragmática wittgensteiniana (Wittgenstein, 1979, 1992a, 1992b, 2002).

A metodologia tesauriana encontrará, pois, no século XX, uma lista de potenciais nós para conexão com as aberturas de sua teoria do *conceit*. Umberto Eco (1984) relaciona o pensamento de Tesouro como uma das sólidas fundações da semiótica, permitindo um elo com diferentes formas de compreensão semiológica em Organização do Conhecimento – como a reflexão dos estudos de Carlos Cândido Almeida (2011).

Como síntese dessa posição, via uma epistemologia histórica, os cinquenta anos de produção teórico-crítica e aplicada de Robert Estivals (Saldanha, 2018) na França nos permite chegar, a partir dos anos 1960, no coração da crítica entre *trivium* e *quadrivium*, pela exploração intensiva do conceito de esquema como cofundador da Organização do Conhecimento. Aqui o *devoir* dialético do gesto classificatório parece atingir um dos grandes cumes de reflexão crítica, trazendo o signo ao esquema e o esquema ao mundo das lutas sociais.

4 O ESQUEMA REVOLUCIONÁRIO: AS CLASSES EM LUTA NA TEORIA CRÍTICA ESTIVALSIANA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

I have developed an epistemic foundation that serves as a basis for my perspective. The assumptions under which I operate are: - I am skeptical of universal applications; - I doubt the validity of universal one-size-fits-all goals; - I mistrust pre-defined values; and - I am suspicious of findings that are overly uniform. It boils down to “question everything” Questioning and critiquing are not the same as rejecting and criticizing. Given the power of classification and other instruments of knowledge organization (KO), I believe that researchers have a responsibility to reveal what is behind/beneath our practice. (Olson, 2018, p. 491).

Se a teoria do *conceit* em Emanuele Tesaurio (1670) nos coloca na centralidade da relação entre metáfora e imagem, chegamos de modo muito direto, do *trivium* ao *quadrivium*, ao território dos esquemas. A proposição de imagens aponta para a figuração do real (nossa capacidade de apreensão, de seleção, de separação, de ordenação, de uso das estruturas materiais do mundo). O processo de esquematização do real é, pois, um coprocesso de constituição do próprio real.

Essa teorização acima encontra em Robert Estivals uma longa tradição de reflexão com foco no horizonte crítico. Tal posição do papel das “imagens” de mundo na Organização do Conhecimento poderá também ser observada na grande obra crítica de García Gutiérrez (2011) e em Frohmann (1990), como na busca histórica pelo esquema-síntese, em Otlet (1934), e suas condições políticas, em González de Gómez (1996).

Com Estivals (1968), funda-se uma escola de pensamento orientada para filosofia e práxis do esquema, ou, objetivamente, a esquematologia – dentro da Documentação. A partir de 1968, via revista *Schéma et Schématisation*, posteriormente *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, o grupo liberado por Robert Estivals procura recolocar a cientificidade do gesto documentalista no coração dos dilemas sociais. Destaca-se no movimento a argumentação materialista histórica e a crítica social como estrutura da epistemologia do campo informacional a partir do conceito de esquema.

“Esquema” pode ser considerado, nesse sentido, o conceito nuclear, o principal conceito da Organização do Conhecimento. Os estudos esquematológicos nos levam à diferenciação do *scheme* e do *schéma*, ou seja, figurações mentais e figurais materiais (visuais), respectivamente. Em ambas as dimensões, a construção social do esquema é refletida. Das formações mentais ao mundo da meterrapresentação dos saberes, o esquema está inserido em toda a construção epistemológica da Organização do Conhecimento como forma de luta, estabelecendo o elo integral entre *trivium* e *quadrivium* não fora, mas dentro das estruturas desiguais (não

perspectivistas) da ordinariade da realidade social, em que impera a injustiça e o modelo liberal de opressão.

Como evoca Popov (1977), via Robert Estivals, desenvolve-se a reflexão sobre a relação entre esquema e epistemologia do campo – denominado ali Bibliologia – no âmbito da análise das manifestações das classes médias, como o motor da história e da regulação do sistema. Na produção teórica, pode-se encontrar o discurso sociocrítico do coletivo esquematológico da *Revue de Bibliologie*, por exemplo, de modo direto, em Estivals (1970), no próprio Popov (1977) e em Martin (1979).

Em “Lutttes de classe et schématisation”, Robert Estivals (1978) nos abre os caminhos para compreensão do jogo de “luta de classes” no plano da abordagem marxiana, via diretamente o materialismo histórico, a “luta das classes” e a dialética social aplicada à compreensão da dinâmica da construção esquemática do real nas classificações bibliográficas.

Em outros termos, uma leitura crítica da Organização do Conhecimento à luz da rede *trivium-quadrivium* é agora permitida, de modo direto, pelas lentes das contradições do regime capitalista: os esquemas, dos mentais aos visuais, conformam o mundo. Estes esquemas são os mesmos que estabelecem as políticas de Organização do Conhecimento, as teias de classificações, suas pretensões universais e a máquina de opressão e de injustiça que seu movimento provoca na realidade. São ferramentas de exclusão e de silenciamento, de massacre e de violência simbólica – como também será observado em diferentes configurações das teorias críticas em Organização do Conhecimento, ou seja, por exemplo, em Melissa Adler (2017) e Hope Olson (2011, 2018).

A luta das classes nos sistemas de Organização do Conhecimento dentro, sob e sobre a luta de classes na materialidade da vida social convida, pois, as experimentações nas e por múltiplas teorias críticas da organização dos saberes (para muito aquém e muita além do “conhecimento positivado” do Iluminismo), como procuramos demonstrar a seguir pela via das experimentações transgramaticais do *Ecce Liber*.

5 EXPERIMENTAÇÕES TRANSGRAMATICAIAS: O ECCE LIBER, O TRIVIUMLAB E A ORGANIZAÇÃO ORDINÁRIA DOS SABERES SOCIALMENTE OPRIMIDOS

Le schématisme [...] réduit à une théorie formaliste, n'était-il pas une expression de la société libérale, une manifestation nouvelle de celle-ci, dans le cadre des travaux actuels sur la communication? (Estivals, 1978, p. 5).

Como revelar a relação científica entre as linguagens esquemáticas (todos os sistemas de Organização do Conhecimento) e a sociedade que as concebem, visto que socialmente constituídas são, perguntava-se Robert Estivals (1978) em sua reflexão sobre as lutas de classe e a esquematização no final dos anos 1970. A partir dos pressupostos discutidos aqui, desde 2011, o grupo de pesquisa “Ecce Liber debate: filosofia, linguagem e organização dos saberes”, constituído entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tece a procura do mesmo horizonte no território brasileiro. O percurso tem como resultado debates teóricos e experimentos no escopo da organização dos saberes como exercício orientado para a compreensão e aplicação das teorias críticas da Organização do Conhecimento.

Sob a condição entrelaçada do *trivium* e do *quadrivium*, a categoria de *transgramáticas* é tecida. Joseph (2008, p. 27) nos ensina que a gramática representa a arte da linguagem que trata da “coisa-tal-como-ela-é-simbolizada”.

Pelo prefixo latino *trans*, que vem significar o “através”, o “movimento para além de”, “posição além de”, buscamos construir a noção de uma teia de gramáticas que procuram, a partir de uma linguagem específica, emancipar esta linguagem e construir elos entre esta e as demais linguagens existentes. A partir da noção de *transgramáticas*, podemos estabelecer “categorias de regramatização” fundadas no devir metainformacional do organizador dos saberes (Saldanha, 2012, p. 37).

Trata-se de um “quase-conceito” voltado para o exercício de preservar, de reconstituir, de provocar, de fazer comunicar o “universo simbólico” dos saberes e suas transversalizações. Seus polos são: educação, comunicação, política e *poiesis* (criação). Os processos de *transgramatização* desempenhados na organização dos saberes fundamentalmente compreendem a Organização do Conhecimento como ato político, donde a urbes transversalizada pelas teias de acesso aos saberes é permitida e potencializada pela transgramaticalização, constituindo metacidades (cidades de cidades entrelaçadas dentre cidades). (Saldanha, 2013). Estas sobre-camadas podem assim ser definidas.

[...] “metacidades”: as *transgramáticas* ora estabelecem vias de acesso aos indivíduos de uma língua de especialidade, ora criam trilhas que conduzem esta língua até as comunidades heterogêneas. Há que se perceber que na OS não podemos nada além das metalinguagens; estamos “retidos” dentro das camadas intradiscursivas de uma “realidade” que só existe por acontecer enquanto força simbólica (Saldanha, 2012, p. 415).

Os exercícios de transgramaticalização na polis do Ecce Liber levam à criação do “TriviumLab: laboratório de transgramáticas”, em 2016, junto à exposição “Ecce Liber em Cena”, realizada no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), da Unirio, no Município do Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano. São fruto do TriviumLab o “Liber Lexicon: linguagens em filosofia da informação e epistemologia da Ciência da Informação”, bem como o observatório das teorias críticas em Organização do Conhecimento, ou, O²S²O.sat, satélites em organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos. As figuras 2 e 3 apresentam a página principal das fontes abertas de produção manifestas pelo TriviumLab na web. Essa é a procura transgramatical que o coletivo ecceliberiano procura tecer desde então nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 2 - Página principal do Liber Lexicon: linguagens em filosofia da informação e epistemologia da Ciência da Informação



Fonte: Ecce Liber -TriviumLab - <https://www.lexiconecceliber.org/>

Sob influência de Emanuele Tesauro e Robert Estivals, a proposta do Liber Lexicon é experimentar linguagens com foco em filosofia e epistemologia que nos une na construção de pressupostos de constituição do campo. O primeiro experimento resultou no Capurrianas, glossário dedicado às ideias da obra filosófica de Rafael Capurro.

Figura 3 - Página principal do portal O²S²O.sat, satélites em organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos



Fonte: Ecce Liber -TriviumLab - <https://www.osoeceliber.org/>

O observatório das teorias críticas da Organização do Conhecimento é fruto de uma procura, desde Emanuele Tesauro, das teorias críticas que constituem o campo informacional, com foco na reflexão sobre a construção ordinária de metalinguagens sobre saberes oprimidos na realidade social.

Respondem ainda por essa trajetória de experimentações, dois dossiês resultantes do trabalho de discussão e de investigação das teorias críticas, a saber:

1. Dossiê Organização do Conhecimento e gênero, publicado na Revista Informação & Informação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em maio de 2017, sob organização de Rosali Fernandez de Souza e Gustavo Saldanha. Aqui, processos, práticas, instrumentos, teorias e métodos foram debatidos nos construtos de metarrepresentações de gênero, atraindo e compartilhando pesquisas de verticalização em dadas conformidades das relações entre as linguagens documentárias e o universo social.
2. Dossiê “Organização do Conhecimento: agendas sociopolíticas e seus conflitos históricos”, sob organização de Rosali Fernandez de Souza, Luana Sales e Gustavo Saldanha. O dossiê foi publicado na Liinc em Revista, periódico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em seu volume 14, número segundo, procurou reunir pesquisas orientadas para as pluralidades das teorias críticas da organização do conhecimento.

Destacamos a experiência do último dossiê como uma das principais tentativas de integração, discussão e visibilidade das diferentes linhas de reflexão crítica em Organização do Conhecimento. Contando com a entrevista à pesquisadora Hope Olson, realizada por Daniel Martinez-Ávila, Gustavo Silva Saldanha, Rosali Fernandez de Souza e Luana Sales, o dossiê colocou em debate as grandes categorias críticas, a saber:

- Organização do Conhecimento entre ciência e sociedade;
- as dimensões sociopolíticas da classificação;
- abordagens dialógicas da Organização do Conhecimento;
- tecnologias da informação e da comunicação e as agendas sociopolíticas emergentes;
- diversidade cultural e os instrumentos de recuperação da informação e gestão do conhecimento: tesouros, esquemas de classificação, taxonomias e outros modelos de Organização do Conhecimento;
- web semântica e sistemas de Organização do Conhecimento: ontologias, *linked data*, *SKOS*, linguagens de representação (RDF, OWL, RIF, EARL);
- tecnologias da informação e da comunicação, mutações da web (internet das coisas, big data);
- modelagem e modelização do conhecimento em cenários de conflitos sociais;
- indexação social, folksonomia e representação da alteridade;
- representação do conhecimento e decolonialidade;
- desclassificação e epistemologia crítica da Organização do Conhecimento;
- métodos e técnicas de Organização do Conhecimento orientados para a transformação social;
- ética na, para e da Organização do Conhecimento;
- movimentos sociais, interseccionalidades e abordagens alternativas de representação do conhecimento;
- gênero e organização do conhecimento; ações afirmativas e organização do conhecimento.

Fruto ainda das experimentações, dentre outras configurações de debate, destacamos para essa reflexão os estudos realizados sobre as metalinguagens em produção na direção do mal, diante dos assassinatos, discursos da e contra a deputada do Município do Rio de Janeiro, Marielle Franco, entre 2018 e 2019. A partir dos estudos de Franciele Silva, Graziela Lima, Dirnele Garcês, Natália Romeiro e Gustavo Saldanha, foi realizada a pesquisa sobre a produção discursiva dos ataques à figura pública feminina negra de Marielle, assassinada em março de 2018, via as publicações:

- SALDANHA, Gustavo S.; SILVA, Franciele C. G.; LIMA, Graziela S.; GARCES, Dirnele C.; ROMEIRO, Nathalia. O assassinato de Marielle Franco e os algoritmos racistas: dimensões aplicadas da teoria crítica da organização do conhecimento. In: **IV Congresso ISKO España-Portugal**, 2019, Barcelona. Anais do IV Congresso ISKO España-Portugal, 2019;
- SALDANHA, Gustavo S.; SILVA, Franciele C. G.; LIMA, Graziela S.; GARCES, Dirnele C.; ROMEIRO, Nathalia. Quem matou Marielle? Organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. In: **ENANCIB XIX**, 2018, Londrina. Anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX Enancib), 2018.

Desdobram-se desses estudos, práticas na comunidade eccecliberiana em ensino, pesquisa e extensão orientadas para as teorias críticas em Organização do Conhecimento. Essas ações são compreendidas, no laço entre teoria e aplicação, como *práxis* experimental da criticidade social de nosso gesto classificatório, mobilizando mentalidades, compartilhando métodos e técnicas e mirando horizontes críticos de intervenção na cidade viva e opressora.

6 *TRIVIUM* E *QUADRIVIUM* INCONCLUSOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vão dizer de nós? / Seus pais, Deus e coisas tais / Quando ouvirem rumores do nosso amor?

(Hooker, 2017).

Para debater a pluralidade e a solidez das teorias críticas em Organização do Conhecimento, a proposta dessa reflexão estabeleceu uma relação teórica entre a epistemologia histórica da Organização do Conhecimento, via estrutura do *trivium* e do *quadrivium* e as fundamentações de Emanuele Tesouro e Robert Estivals, até chegar ao solo de experimentações do grupo de pesquisa *Ecce Liber*.

Da metafísica da lógica convertida em números e da proporção áurea das formas geométricas, bem como do mundo simétrico da natureza essencializada, observa-se a construção de um modo lógico-arquitetônico de fundamentação da Organização do Conhecimento pela via positivista. Esse exercício já encontra, desde o século XVII, uma outra fundamentação para nos levar ao universo da pluralidade e da paisagem “impura”, “*queer*”, diferente e aberta à transformação, segundo o pensamento barroco de Emanuele Tesouro.

O segundo caminho nos leva às teorias críticas em Organização do Conhecimento – mais especificadamente, ao reconhecimento, à visibilidade e à construção da organização dos saberes. O mundo das digitalidades, ao contrário de renunciar e/ou abandonar os dilemas do *trivium* e do *quadrivium*, justamente se estabelece sob suas estruturas. Espaço e tempo numeratizados reencontram, pois, os dilemas silogísticos, e a multiplicidade dos problemas socioculturais que a luneta tesauriana enfrentara desde o Seiscentos.

Nossa reflexão sintetiza esse debate com algumas categorias que circulam as reflexões *ecceliberanias* entre educação, comunicação, política e *poiesis* no observatório da organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos, a saber:

- Algoritmos racistas;
- Vulnerabilidade informacional;
- Decolonialidade classificatória;
- Democracia documentária;
- Devir antiepistemicida.

Essas são categorias relevantes, dentre tantas outras apresentadas pela literatura crítica em Organização do Conhecimento, lançadas aqui como provocações a exercícios de operacionalização com vistas à transformação social e à luta contra as desigualdades pela via das lentes teórico-metodológicas do gesto classificatório, na permanente passagem do conhecimento aos saberes. Trata-se de observar a luta das classes em Organização do Conhecimento como luta contra o epistemicídio constituído pelas próprias estruturas da mesma Organização do Conhecimento. Em outras palavras, a questão “como estabelecer o ‘político’ (raiz constituída pelo ‘discursivo’) na fundamentação epistemológica das práticas de metarrepresentação do conhecimento”, segue como uma pergunta central para nossa reflexão na realidade social transgramaticalizada.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

AGRADECIMENTO

À comunidade eccliberiana de discentes e pesquisadorxs, que contribui com a energia e a coragem para os estudos em teorias críticas da Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ADLER, M. **Cruising the library**: perversions in organization of knowledge. New York: Fordham University Press, 2017.
- ALMEIDA, C. C. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- BAIANA System. Produção artística: Robertinho Barreto. Salvador: BaianaSystem, 2010. 1 disco sonoro (40 min).
- ECO, U. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- ESTIVALS, R. Luttés de classe et schématisation. **Schéma et schématisation**, Sablons, v. 9, p. 5-10, 1978.
- ESTIVALS, R. Prospective, méthodologie et théorie de la schématisation. **Schéma et schématisation**, Sablons, v. 1, p. 58-67, 1968.
- ESTIVALS, R. La schématisation et la dialectique de la création scientifique, artistique et politique (premier essai d'interpretation). **Schéma et schématisation**, Sablons, v. 2, p. 44-59, 1970.
- FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory, **Journal of Documentation**, London, v. 46, n. 2, p. 81–101, Feb. 1990.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, abr. 2011.
- GARCÍA-GUTIÉRREZ, A.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, p. 205-216, 2014.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização dos saberes às políticas de informação. **Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.
- GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 1-21, mar. 2007.

HOOKEER, Jonny. Coração. Direção artística: Johnny Hooker. São Paulo, Johnny Hooker, 2017. 1 disco sonoro (aprox. 33 min).

JOSEPH, M. **O Trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem. São Paulo: É Realizações, 2008.

MARTINEAU, J. **Quadrivium**: as quatro artes liberais clássicas da Aritmética, da Geometria, da Música e da Cosmologia. São Paulo: É Realizações, 2014.

MARTIN, H. Vers l'organisation d'un circuit bibliologique contestataire et d'avant-garde. **Schéma et schématisation**: revue de la Société de Bibliologie et de Schématisation, Sablons, v. 10, p. 91-92, 1979.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SEMIDAO, R.; FERREIRA, M. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 2, p. 118-125, 2016.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, dez. 2018.

MOURA, M. A. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsias sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-22, nov. 2021.

OLSON, H. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e da Documentação, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 3-15, jan./jun. 2011.

OLSON, H. Entrevista. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 491-494, dez. 2018.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

PINHO, F. A. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. **Ciência da Informação** (Online), Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 120-133, jun. 2014.

POPOV, M. Schéma et Schématisation (1966-1976): quelques tendances. **Schéma et Schématisation**, Sablons, v. 7, p. 31-36, 1977.

SALDANHA, G. S. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: linguagem, organização dos saberes e transgramáticas. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SALDANHA, G. S. Transgramáticas: filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 1-30, jan. 2013.

SALDANHA, G. S. Epistemologia crítica e social da Ciência da Informação: 50 anos de uma escola crítica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018a. p. 195-214.

SALDANHA, G. S.; SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S.; GARCES, D. C.; ROMEIRO, N. O assassinato de Marielle Franco e os algoritmos racistas: dimensões aplicadas da teoria crítica da organização do conhecimento. *In*: CONGRESSO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 4. 2019, Barcelona. **Anais [...]**. Zaragoza: ISKO, 2019.

SALDANHA, G. S.; SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S.; GARCES, D. C.; ROMEIRO, N. Quem matou Marielle? Organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018.

SALDANHA, G. S.; SOUZA, R. F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesouro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação** (Online), Londrina, v. 22, n. 2, p. 11-32, out. 2017.

TESAURO, E. **Il Cannocchiale Aristotelico**. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro azul**. Lisboa: Ed.70, 1992a.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro castanho**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

10

**ORGANIZACIÓN CRÍTICA DEL
CONOCIMIENTO EN SISTEMAS DE
INFORMACIÓN DE MEDIOS¹**

*CRITICAL ORGANIZATION OF
KNOWLEDGE IN MASS MEDIA
INFORMATION SYSTEMS*

Antonio L. GARCÍA GUTIÉRREZ

Daniel MARTÍNEZ ÁVILA

Universidad de León

¹ Un versión modificada y traducida al inglés de este trabajo fue publicada en: García Gutiérrez, Antonio and Daniel Martínez-Ávila. 2014. "Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems". Knowledge Organization 41, no.3: 205-16. doi.org/10.5771/0943-7444-2014-3-205
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p287-316>

Resumen: La presente investigación centra el antiguo mito de la objetividad del discurso periodístico en la acción de uno de los actores más relevantes y desapercibidos de su proceso de construcción: el documentalista de medios de comunicación. El resultado de su proceso de selección, análisis y representación de millones de textos escritos y audiovisuales de actualidad en diferentes lenguajes, canales y soportes, constituye la memoria mediática mundial y es, en buena medida, una fuente para la narración histórica de nuestras sociedades. Pero, el proceso, lejos de ser neutral, presenta altas cotas de mediación y opacidad. Siendo un hecho la presencia subjetiva del documentalista en sus producciones, este trabajo opta por el reconocimiento y la explicitación de la misma mediante actuaciones esbozadas aquí, sin embargo que han de ser objeto de un programa de investigación más amplio, arbitrando medidas procedimentales y tecnológicas de modo que las posiciones de estos mediadores queden explícitas en los registros de modo que contribuyan a un mayor pluralismo y democracia de la memoria generada por los medios.

Palabras-clave: organizadores del conocimiento de medios; médios; organización del conocimiento; operador; información; memoria

Abstract: This research focuses on the presence of subjectivity in the core tasks of mass media knowledge organizers (MKOS) dealing with press, radio and TV records, such as classification, representation, and any other process related to content analysis and organization in News information systems. Far from rejecting subjectivity and ideological bias in these operations - since they coparticipate in the media construction of reality—the authors consider MKOS to be genuine ideological and cultural mediators with the right and social responsibility to explicitly state the results of their “objectifiable” work (obtained through KO protocols and procedures determined by the media/company, classifications, thesauri, ontologies, etc.) and differentiate them from those of their political, ideological, cultural and, in sum, subjective stances. In order to achieve this, we propose the application of critical operators that should be followed by technical, collaborative and even technological actions geared to investing information systems with the capacity to consider those stances and allowing users to distinguish them. In short, it is the theoretical recognition of the subjective and biased presence of media knowledge organization operators in a job that is usually considered neutral, banal and even objective, and the initial development of tools for critical, self-critical, technical, and technological training keyed to its practical solution. This paper outlines the lines of work of a broader research study on the critical function of KO in the field of global media memory.

Keywords: mass media knowledge organizers; media; knowledge organization; operator; information; memory

I INTRODUCCIÓN

Los sistemas y bases de datos de información periodística no solo registran todos los acontecimientos y relatos planetarios de los que los medios de comunicación han dado cuenta, sino también una gran cantidad de información no publicada que, de igual modo, sustenta las lecturas e imaginarios sobre el pasado. Tales depósitos de datos constituyen, en consecuencia, una de las mayores narraciones de todo lo que acontece en el mundo. En verdad, una narración con la superestructura de los grandes metarrelatos, de acuerdo a la terminología posmoderna de Lyotard (1979), o incluso propia del “cuarto bios”, un “bios mediático” de acuerdo con el teórico brasileño Muniz Sodré (2002), desde la óptica, el discurso y la agenda de los medios, no superada por la información que los Estados tienen sobre los ciudadanos o, incluso, por la propia memoria registrada que los ciudadanos tienen sobre sí mismos.

Billones de datos de actualidad en distintos formatos y soportes visuales y audiovisuales se incorporan anualmente filtrados y canalizados por los medios a la exomemoria digital, el conjunto de las inscripciones mediáticas en la red, lo que viene a sumarse a la ingente exomemoria analógica existente desde que comenzaron las primeras operaciones de archivo de necrológicas en las oscuras “morgues” de los periódicos americanos o en las primeras *news libraries* británicas, descritas en el pionero libro del archivero de la BBC Geoffrey Whatmore (1978).

La producción digital de noticias que directa y automáticamente pasa a formar parte de la exomemoria digital mundial es acompañada entonces, a un ritmo más lento, pero inexorable, de la digitalización de los viejos soportes analógicos de televisión, cine, radio y de medios impresos, de todos los países, regiones y de culturas, de modo que la memoria registrada global existente se duplicará a sí misma cada vez en menor lapso de tiempo, alcanzando un crecimiento exponencial que puede condenarla al colapso por saturación (Huysen, 2000; Todorov, 2000).

En el proceso de construcción de la memoria mediática no solo intervienen los actores que la producen en primera instancia: editores, redactores, reporteros y todo tipo de personal técnico o responsable de la producción. Aunque desde la constitución del primer fondo organizado en un periódico, hace más de un siglo, podríamos hablar de una responsabilidad de los archiveros, bibliotecarios y documentalistas en la construcción del relato que elaboran los medios sobre el presente y del pasado, definitivamente el trabajo de estos organizadores del conocimiento adquiere un rol sumamente relevante desde el momento en que la digitalidad acoge en su territorio la narración periodística del mundo. Informáticos y gestores de sistemas de archivos entran en escena y los organizadores del conocimiento de medios han de redefinir permanentemente sus funciones técnicas, sus responsabilidades éticas e incluso políticas y el rol que desempeñan como especialistas anónimos que operan en el corazón del motor de la memoria global.

Su trabajo, siempre considerado más próximo a estantes, archivadores y carpetas - sean manuales, sean digitales - que a operaciones ideológicas decisivas como seleccionar, descartar, clasificar, ordenar, analizar, representar, normalizar, organizar... la información, adquiere con lo digital especial trascendencia global, no solo para delimitar y clarificar sus funciones y responsabilidades sociales arbitrando mecanismos de control de sus operaciones, sino, especialmente, para también convertirlos en garantes del pluralismo y la libertad en la circulación de la memoria generada por los medios y alertar de las repercusiones que sus operaciones de organización del conocimiento puedan tener en la construcción de la historia local y global.

Usemos un ejemplo de la polarización con la que se encuentra el organizador del conocimiento de medios en su trabajo cotidiano de selección, organización y representación de noticias para iniciar nuestro estudio: una noticia sobre enfrentamiento entre policías y manifestantes podría ser representado desde las siguientes posiciones ideológicas (y desde multitud de posiciones intermedias): fuerza del orden/violencia policial,

rebelión/derechos sociales, bajas/asesinatos e incluso terrorismo, callejero/autodefensa ciudadana.

En su teoría de la coproducción textual, Eco (1993) analiza cómo el autor del texto “dice” una serie de ideas en tanto omite otras para que su “lector modelo” las “diga”. Los “lectores” (oyentes, telespectadores...) del medio forman parte, naturalmente, de ese proceso colaborativo, pero ¿cuál es el rol de los organizadores del conocimiento de medios en ese proceso a través de operaciones de organización del conocimiento? ¿tiene la mediación a través de procesos de organización del conocimiento una dimensión coproductora? ¿hasta qué punto tiene este mediador el derecho y el deber de explicitar los sesgos en sus producciones, reproducciones y coproducciones?

Tradicionalmente, el organizador del conocimiento de medios no ha sido un “lector-modelo” para los autores de producciones periodísticas, sin embargo, en los últimos decenios, y del mismo modo que en el discurso científico, se constata un avance de la necesidad de participar en la organización de sus propias producciones por parte de los autores mediáticos (periodistas, reporteros, editores...), es decir, la organización del conocimiento y los organizadores del conocimiento en el ámbito de los media son operaciones y operadores más intuitivos – “modelizados”, en el sentido de Eco - por los productores, a la vez de extenderse la evidencia empírica del rol mediador (coproductor) de organización del conocimiento y organizadores del conocimiento de medios en la construcción de la realidad por los media de acuerdo a la célebre teoría de Berger y Luckmann (1995), realidad de la que forman parte los modos de organizarla y conservarla.

El organizador del conocimiento de medios es esencialmente un lector de textos, en el más amplio sentido de la expresión. Su actividad central se basa en la lectura, pero no se trata de una lectura realizada para sí mismo o por placer, ni de una lectura neutral, sino de una lectura para terceros y se tratará, sea cognitiva, sea metacognitivamente, de una operación ideológicamente dirigida. La orientación de esta lectura en

los procesos de organización del conocimiento mediática puede que no sea deseable, pero es inevitable e inocultable. De ahí que este artículo se empeñe en su detección y aprovechamiento antes que en su camuflaje o negación.

En este sentido, no son muchos los estudios en el campo de la Organización del Conocimiento que se han dedicado a la reivindicación del papel crítico de los organizadores del conocimiento de medios y las prácticas de organización en los sistemas de información de medios de comunicación. No solo eso, ha existido un cada vez mayor interés en la organización de noticias y artículos periodísticos utilizando técnicas automáticas como la clasificación de texto y los algoritmos de indexación (por ejemplo, Chen; Lin, 2000; Evan; Klavans, 2003; Casillas *et al.*, 2003; Mamakis *et al.*, 2011; Rocha; Cobo, 2011), y en las características y comportamientos de los usuarios, en un contexto de paradigma centrado en el usuario, incluyendo el resumen y la categorización automática de noticias derivadas de las elecciones del usuario (Banos *et al.*, 2006), modelado del usuario (Wongchokprasitti; Brusilovsky, 2007), y perfil de usuario (Bouras; Tsogkas, 2010), pese a que tal como han señalado algunos autores (como por ejemplo, Segev, 2009; Hjørland, 2013), la indexación automática y los sistemas de recuperación basados en el usuario como el de Google tampoco están exentos de sesgo y subjetividad. Por otro lado, la importancia e interés de los aspectos éticos de la Organización del Conocimiento para la comunidad científica también se ha visto reflejado en diferentes eventos como por ejemplo las ediciones de la Conferencia sobre Organización de la Información y Ética organizadas por la University of Wisconsin-Milwaukee, y las publicaciones de, entre otros autores, Clare Beghtol (2002, 2005), José Augusto Chaves Guimarães y Juan Carlos Fernández-Molina (2002, 2010) y Hope Olson (2002a, 2009). También Sasaki *et al.* (2012) han propuesto la organización de noticias utilizando un enfoque análisis de dominio y que Living Knowledge Project ha estudiado la descripción de noticias y otras informaciones de la Web en relación con aspectos como la diversidad, la opinión, el sesgo y el contexto, aunque

centrándose en técnicas como la clasificación automática y facetada y otros aspectos como la imagen pública de una empresa, las campañas de relaciones públicas y predicciones de futuro (Giunchiglia *et al.*, 2009; Madalli; Prasad, 2011).

En lo que respecta a la subjetividad en la Organización del Conocimiento, en líneas generales, aunque también ha habido estudios que han trabajado con metodologías estadísticas en combinación con métodos de selección de características para extraer la subjetividad de los documentos (Sarvabhotla *et al.*, 2011), una posición ética, dejando a un lado las visiones positivistas en las que la subjetividad es descartada por ser algo no deseado, ha sido la discusión de un sesgo deliberado como algo positivo (Feinberg, 2007; Hjørland, 2008) o como parte de una construcción plural y legítima de la realidad (García Gutiérrez, 2002, 2007, 2011c). Considerando esto, la construcción de la memoria mediática sería uno de los campos aplicados de la Organización del Conocimiento con un mayor riesgo sociocultural y vulnerabilidad, por lo que este trabajo se centra en algunos de sus itinerarios y dimensiones estratégicas.

2 ORGANIZADORES DEL CONOCIMIENTO DE MEDIOS Y EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA RECIENTE

Todas las producciones periodísticas, publicadas o no, son filtradas y organizadas en mayor o menor medida por unos profesionales de la información de actualidad (bibliotecarios, archiveros, documentalistas), que vamos a llamar en este trabajo, de modo genérico, organizadores del conocimiento de medios. El organizador del conocimiento de medios, es decir, el profesional de la información, que procesa el discurso periodístico producido por cualquier entidad informativa con el objetivo de convertirlo en exomemoria mediática, opera con contenidos altamente sensibles desde el punto de vista social, político, cultural, ideológico y su intervención en ese proceso no es aséptica ni está exenta de prejuicios como suele parecer a primera vista por efecto de la mitología positivista. El organizador del

conocimiento de medios realiza una labor lógica y culturalmente orientada, ya no solo hacia los propios periodistas de la empresa para la que trabaja, sino con incidencia global de cada una de sus acciones u omisiones a través de la red.

Su trabajo no es objetivo, por más que pueda asociarse a maquinaria, aplicaciones electrónicas y formatos, sino que, muy por el contrario, su intervención en la construcción de la memoria es altamente subjetiva, activa e interesada, incluso en el caso de que el propio organizador del conocimiento de medios no lo reconozca o crea sinceramente no hacerlo.

Puesto que es irrefutable el argumento de su intervención en la elaboración de la memoria mediante instrumentos (tesauros, ontologías...) u operaciones de organización del conocimiento como la selección en las que elige u omite sentidos, clasificación en las que etiqueta de un modo u otro, generaliza o restringe mediante jerarquizaciones y asociaciones de todo tipo, de ordenación en las que privilegia posiciones, de representación en las que decide semánticas y términos, nunca exentos de ideología y sesgo, el objetivo de este artículo no es denunciar esa innegable mediación ideológica de los organizadores del conocimiento de medios ni evidenciar la inexistente objetividad en su trabajo sino, muy por el contrario, a partir del reconocimiento de su presencia subjetiva en todo el proceso, hacer ganar fiabilidad a sus operaciones mediante mecanismos de explicitación y, por tanto, de control, supervisión y verificación en cada fase, reservando un lugar para que el propio documentalista exprese su posición u opinión, de otro modo, indiscutibles, pero decisivas en la producción de la memoria mediática.

Melanie Feinberg, basándose en la idea de los conocimientos situados de Donna Haraway, lo expresó de la siguiente manera: “si no podemos eliminar el sesgo, entonces debemos intentar ser más responsables sobre el sesgo y de forma explícita decidir y defender las perspectivas representadas en nuestros sistemas de información”. La subjetividad inevitable de la labor del documentalista se transforma, así, en un recurso positivo y enriquecedor del proceso de construcción y circulación mundial de esa misma memoria.

Una subjetividad, entonces, al servicio de la transparencia, del pluralismo, de la democracia y de la propia deontología de oficio.

No es particularmente necesaria, a efectos de este trabajo y a menos que concretamente deba ser indicada, la precisión semántica de los conceptos “opinión”, “crítica” o “sesgo”, por lo que serán usados indistintamente o bajo el sentido dominante de “posición” subjetiva en las acepciones genéricas que encontramos en Giunchiglia *et al.* (2009). El organizador del conocimiento de medios es un “mediador” adicional en el complejo proceso de producción del discurso periodístico. Su acción no es solo informativa, sino opinativa y si se quiere, en un peldaño más, crítica.

Trataremos de justificar esa actividad doblemente como un derecho y de asumirla como realidad que hay que canalizar ética y técnicamente para elevar su nivel de credibilidad. El organizador del conocimiento de medios, en mayor medida si cabe que cualquier otro organizador del conocimiento, opina con persistencia a lo largo de todo el proceso documental-informativo. Incluso si es “obligado” por la política editorial del medio a canalizar y representar la información afín a su ideología, este mediador aún tendría amplios márgenes de actuación para ubicar su subjetividad opacando, camuflando o saturando de forma sutil pero efectiva el sistema de modo que los registros se obtengan con mucho nivel de ruido o que, aun existiendo, no puedan ser recuperados. Reglas, libros de estilo, lenguajes controlados y otros instrumentos de referencia para desarrollar el proceso documental a la medida del medio, no evitarán la presencia constante y subliminal del organizador del conocimiento de medios en todos los registros.

Por tanto, lejos de arbitrar más mecanismos para mitigar o reprimir las opiniones, la intención de este artículo es liberarlas, tratarlas como un derecho, sumarlas al proceso polifónico general que constituye la memoria social inscrita, en la que los documentalistas son privilegiados actores a los que hay que concienciar sobre la responsabilidad social real de su sigiloso trabajo. Por tanto, no solo no habría que “ocultar” o negar la presencia

de subjetividad en los resultados de las operaciones de organización del conocimiento, sino que se pondría bajo el amparo de los derechos básicos ciudadanos protegidos en la mayoría de las constituciones democráticas y en la carta fundamental de los derechos humanos.

La explicitación de la opinión de los organizadores del conocimiento de medios en la organización y clasificación de los registros de un medio no solo sería, entonces, la garantía de transparencia de buena parte de las operaciones elaboradas sobre cada registro consultable, sino la plasmación del derecho de todo organizador del conocimiento de medios a expresar abiertamente su opinión y, más específicamente, su posición crítica respecto a los mensajes y contenidos de los registros de memoria que pone en circulación (y en ese sentido sería un co-productor textual, en el sentido de Eco, del propio periodista). Porque es obvio: el organizador del conocimiento de medios no solo reproduce los datos, sino que también coproduce y produce.

En consecuencia, desvelar tal función históricamente negada solo contribuye a la higiene, diversidad y pluralismo de la memoria, además de introducir unos mínimos criterios de cientificidad en un proceso regido por parámetros ingobernables como la intuición, la experiencia, el sentido común o las “tendencias” personales. Los problemas señalados deben ser abordados a partir de distintas actuaciones: en la formación curricular de los organizadores del conocimiento de medios, en la confección de procedimientos e instrumentos de organización del conocimiento y en las oportunas adaptaciones tecnológicas que faciliten la canalización de esas transformaciones. El primer punto ya fue tratado en (García Gutiérrez; Martínez-Ávila, 2014). En este trabajo nos aproximaremos teóricamente, ciñéndonos a las operaciones de orden discursivo, a la confección de procedimientos e instrumentos de organización del conocimiento.

3 RAÍCES DEL INMOVILISMO Y CAMBIO DE PARADIGMA: EL REGRESO DEL SUJETO

La supuesta asepsia en el trabajo del organizador del conocimiento de medios procede del falso objetivismo que proclama el positivismo comteano del que surgió la Documentación como disciplina científica en el último cuarto del siglo XIX, en un inicio enfocada al universo de las ciencias, ámbito teórica y metodológicamente de subjetivismo tan extirpado como su propio proceso documental. Sin embargo, los giros epistemológicos habidos en todas las ciencias ya bien entrado el siglo XX, e incluso una vez fracasado el proyecto de formalización neopositivista encabezado por lógicos y matemáticos en torno al Círculo de Viena, como Carnap, Frege o Ayers, no hicieron mella en la posición de la documentación científica.

Incluso tras la convulsión que la mecánica cuántica infligió en el espectro científico a partir de posiciones como la de Heisenberg (el observador modifica lo observado) produciendo transformaciones de alcance en la investigación social, la Documentación otletiana permaneció aferrada a un paradigma en disolución, dogmática respecto a saberes y prácticas de cuya evolución y reconfiguraciones emergentes había de dar cuenta mediante rígidas clasificaciones (“una cosa para cada lugar y un lugar para cada cosa”, rezaba un postulado del *Traité de Documentation*, de 1934), o reduciendo la disciplina al formalismo de reglas catalográficas en tanto se refugiaba en curiosos medios analógicos a la espera de la rehabilitación que, a su alma positivista, le ha proporcionado el medio digital.

Poco importaron a la Documentación determinantes corrientes que sí marcaron a la investigación social como, entre otros, el movimiento constructivista encabezado por Von Foerster (cfr. Paul Watzlawick; Peter Krieg, 1995), el paradigma complejo en la aproximación de Edgar Morin (1996) e incluso toda la cultura académica posestructuralista o poscolonial que sí fue determinante, por ejemplo, en algunas decisivas

contribuciones a la organización del conocimiento como las de Olson (cfr. 2000, 2002b, 2003).

En este sentido, las más importantes transformaciones provendrían no desde dentro de la disciplina - reforzada por el neomecanicismo creciente - sino por algunas de las aplicaciones y discursos con los que se las tendría que ver tarde o temprano. Sin embargo, durante gran parte del siglo XX, la influencia del espíritu y la letra del *Traité* en la formación y las prácticas en organización del conocimiento de la “documentación periodística” en buena parte de Europa y América Latina, entre otras regiones, fue decisiva aunque llegara de un modo menos sistemático que al ámbito de la organización del conocimiento en la documentación científica por la propia idiosincrasia del discurso mediático y de las empresas que lo producen.

Con la tecnología digital, la precaria e incipiente investigación sobre organización del conocimiento en medios de comunicación reencuentra la vieja utopía mecanicista y retrocede al servicio de un modo dominante de hacer ciencia que ella misma se aplica: la medición y cuantificación, la objetividad, la separación de sujetos y objetos, el tecnicismo, la protocolización de las ciencias, el liderazgo de las disciplinas duras, la fragmentación del conocimiento, la hiperespecialización. El auge de lo digital revitaliza los antiguos modos objetivistas de hacer organizar el conocimiento periodístico junto a una mayor dejación, si cabe, de los organizadores del conocimiento de medios respecto a los discursos e ideologías que rigen su acción profesional diaria.

En ese contexto, la llamada “documentación periodística” - una de las aplicaciones de más alto contenido cultural e ideológicamente sensible de las materias en torno a la Biblioteconomía y Documentación y la Organización del Conocimiento y de mayor trascendencia sociohistórica en países como Francia o España, por ejemplo - se adhiere al avance tecnológico entregando su discurso a la asepsia de la tecnología. Pero ninguna tecnología es neutral. Muy por el contrario, toda tecnología es

bien antes una “tecno-lógica”, esto es, en sí misma inscribe las claves de la cultura que la inventa al conocimiento que traslada.

De este modo, formatos, campos, protocolos o reglas técnicas procedentes de la teleinformática, someten la natural rebeldía textual a rígidos corsés esculpidos por su (tecno)lógica esparciendo, de paso, el espejismo de la objetividad del sistema y de sus operadores. A partir de ese punto de inflexión, las gramáticas de la historia serán interferidas por máquinas. El algoritmo somete al discurso en la producción de verdad en el mundo científico en tanto la retórica política domina la sociedad que lo envuelve. Un producto de los azares combinatorios inherentes a los motores de búsqueda, en los cuales - es cierto - la libre decisión de los ciudadanos en las carambolas conceptuales dentro de los sistemas podría ser cada vez menor.

El caso de los registros periodísticos escritos, visuales y audiovisuales como base de la narración histórica se vuelve mucho más dramática con la globalización. Hoy día, la historia de más raigambre local puede ser narrada por la máquina más extraña y distante a “los narrados” (heteronarración). Las noticias del Punjab llegan al Punjab filtradas por fuentes, medios, mediaciones y servidores americanos o europeos. La red digital proporciona un creciente acceso, e incluso una participación visible, pero prácticamente irrelevantes para la narración histórica que se sigue haciendo desde una descentralidad metropolitana. Ésa es una de las piezas claves del discurso poscolonial. La pseudoneutralidad maquinista lleva la voz cantante en la cada vez más apagada polifonía cultural mundial.

Ante esta descentralización que favorece lo digital, y que es en verdad una sigilosa neocentralización encubierta de una cultura dominante, otro “dulce totalitarismo” del consumo como diría Marcuse, la responsabilidad social del organizador del conocimiento de medios como mediador y pre-narrador de la historia y de la memoria recientes es incalculable. De ahí que, lejos de abundar en su pseudo-objetivismo e impulsar planes y actividades formativas orientadas a crear la imagen de un profesional que

no se corresponde con la realidad de su oficio, debe reivindicarse, también en nuestro campo, el “regreso del sujeto” (Ibañez, 1994): la rehabilitación y reconocimiento de su subjetividad en la construcción de la memoria mediática mundial bajo ciertas condiciones. De momento, los sistemas solo cuentan con dosis ingentes de subjetividad desregulada, caótica y opacada, canalizada por protocolos formales que aparentan transparencia y objetividad.

Las condiciones de la presencia de subjetividad en la gestión de los registros de procedencia mediática han de regirse por nuevas metodologías que recojan, paradójicamente, tres viejos e insistentes principios epistemológicos que han solido compartir incluso opuestos paradigmas con el fin de dar fiabilidad a los procesos metacognitivos en juego: 1) detección y explicitación de posiciones, 2) supervisión y reproducción de fases y procedimientos y 3) verificación por terceros. El cumplimiento de estas condiciones aumenta la confiabilidad y versatilidad del proceso con los siguientes resultados y valores añadidos:

- a) La dispersión subjetiva resultante de un proceso analítico no es solo tolerable sino beneficiosa si está controlada e identificada como tal ya que aumenta los niveles de transparencia, pluralismo, democracia y diversidad en la organización del conocimiento mediática.
- b) Los usuarios del sistema conocen, de modo diferenciado, las razones objetivas y subjetivas que subyacen en cada análisis y representación por lo que disminuye el riesgo de manipulación.
- c) Las posiciones subjetivas pueden contrastarse con datos objetivos extraídos del análisis para valorar el juicio de la fuente y de los mediadores.
- d) La identificación de un organizador del conocimiento de medios dado propicia el seguimiento de su actividad mediadora en otros registros e incluso en grandes relatos de actualidad, desbordando y prestigiando esta (su) actividad profesional habitualmente anónima.

- e) Cualquier supervisor u organizador del conocimiento de medios del mismo campo de aplicación y con los mismos materiales e instrumentos podría incorporarse o verificar el camino recorrido por un organizador del conocimiento, comprendiendo la lógica de los pasos efectuados, aislando las posiciones subjetivas y llegando a resultados analíticos de gran similitud en los aspectos objetivables de las operaciones de organización del conocimiento.

Para llevar a cabo este tan ambicioso como modesto objetivo debería cambiar la mentalidad de muchos responsables de medios que, sin sospecharlo, ellos mismos son presa del falso objetivismo de la memoria mediática anónima que circula en internet. Este aspecto debe ser abordado imperativamente en otro trabajo: las modificaciones que habrían de ser llevadas a cabo en los sistemas y redes de documentación periodística de modo que la explicitación de las subjetividades de quienes operan sobre los registros de las memorias mediáticas sea algo técnica, profesional, económica, cultural y políticamente posible. Las asociaciones de organizadores del conocimiento de medios, los sindicatos e incluso la legislación habrían de recoger el derecho y el deber de estos mediadores a ofrecer opiniones y críticas explícitas en los análisis que llevan a cabo y en lugar distinto del registro del resto del análisis supuestamente objetivo.

De este modo, también el usuario tendría más elementos de juicio sobre la procedencia y fuentes de la información, del nivel de manipulación que contiene, sobre los datos que recibe diferenciados de las opiniones e incluso una posición de mayor alerta respecto a la posibilidad constante de que, sigilosamente, las opiniones sean tomadas por los hechos mismos. Eludimos en esta afirmación, no obstante, la interesante posición constructivista radical (*debunking constructivism*) de autores como Latour y Woolgar (1979), por ejemplo, para quienes, como ocurre con las explicaciones de los hechos, también los hechos mismos serían construcciones.

El usuario tiene derecho a conocer la posición de quien le suministra un registro, razón de más para enfatizar el deber y derecho del organizador del conocimiento de medios de hacerla explícita. Además, los usuarios tienen derecho a conocer todas las posiciones posibles en torno a un asunto, es decir, a acceder sin restricciones ni censura a todos los juicios de valor existentes acerca de un tema. El propio uso de determinado vocabulario, los eufemismos y otras retóricas del poder desvían las búsquedas. El organizador del conocimiento de medios tiene en sus manos la responsabilidad democrática de desvelar al usuario todas las posiciones y manipulaciones en torno a un asunto, incluyendo las propias como mediador.

4 MEDIDAS TECNOÉTICAS: OPERADORES CRÍTICOS

La continuación, se ensaya teóricamente con la posibilidad de un “operador crítico” complementario y transversal de las funciones asociativas y relacionales, de uno u otro modo existentes en tesauros y ontologías, y reflejable en campos *ad hoc* de la representación y reservados a recoger la legítima opinión de los documentalistas en los registros del discurso periodístico.

El operador crítico supone un desarrollo del denominado operador complejo (García Gutiérrez, 2004, 2011a, 2011b). Sin embargo, también mantiene alianzas evidentes con el que ha sido llamado, en otros trabajos, operador transcultural (García Gutiérrez, 2004, 2007, 2011b). Ambos operadores, a un nivel obligadamente teórico en esta fase de los estudios, abren paso y canalizan las legítimas posiciones éticas y políticas que, se quiera o no, fluyen abierta o sigilosamente a través de las reestructuraciones discursivas que los organizadores del conocimiento introducen en los resultados de sus operaciones. Pero, a nivel a un nivel superior y de orden ontológico y epistemológico, apuntan a la inscripción de la organización del conocimiento, como materia científica, en el conjunto de las llamadas por Jürgen Habermas “ciencias emancipatorias” (Habermas, 1971). Veamos,

resumidamente, las propiedades teóricas de estos operadores previos para a continuación ubicar las funciones específicas y el espacio destinado al operador crítico.

A) OPERADOR COMPLEJO Λ

El conjunto de las posiciones sobre un asunto puede recogerse en lo que se ha llamado, en otro lugar, operador complejo. El adjetivo “complejo”, adjudicado a este operador, y su sentido se inspira en la teoría de la complejidad de Edgar Morin (1996) y el rol decisivo que los “opuestos-complementarios” tienen en ella para una comprensión compleja de la realidad. Se trata de un operador analítico y de representación, transversal a otros operadores de tesauros u ontologías, y con posibilidad de presencia en los campos de representación de los registros de la memoria mediática organizando las posiciones sobre un asunto a partir del abanico semántico que ofrecen las dicotomías. La dicotomía es un recurso reductor que domina la construcción del conocimiento, pero construye conocimiento (un conocimiento nuevo, aunque necesariamente dicotómico). Una atención primordial a ese recurso automático de organización cognitiva, aplicado a la organización del conocimiento se encuentra en estudios de Olson (1997, 2003) y (García Gutiérrez, 2011c).

En este caso, se trata de poner la reducción dicotómica al servicio del pluralismo, es decir, contra sí misma. Con el fin de crear un espacio complejo en operaciones o instrumentos de organización del conocimiento, es necesario partir de posiciones antónimas, esto es, instituir dos conceptos opuestos como polos de un espacio dicotómico. Los ejemplos pueden ser miles en un sistema de información mediática. Veamos algunos:

<i>Asunto</i>	<i>posición inicial/posición terminal</i>
velo islámico	derecho cultural/opresión cultural
aborto	derecho de la mujer/infanticidio

zapatistas	liberación nacional/terrorismo
consumo	libertad/alienación
régimen castrista	dictadura/democracia popular
intervención en Irak	solidaridad/invasión
intervención policial	fuerzas del orden/violencia de Estado
bombardeo	operativo militar/acción criminal

Entre los polos de cualquiera de las dicotomías anteriores se abre un espacio de 180° (el abanico invertido que simboliza Λ), que admite infinitas posiciones sobre un asunto que se sitúa en el vértice superior. Entre los extremos de las varillas se ubican dos conceptos polarizados, con posibilidad de ser superados por otros más polarizados y, entre ellos, se ordenan, al igual que podría gradarse con las posiciones intermedias entre sí/no, 1/0, bueno/malo, bonito/feo, todas las opiniones posibles.

Los sistemas digitales que soportan operaciones de organización del conocimiento deben disponer de algoritmos que hagan posible técnicamente del operador complejo para dar garantías democráticas a todas las posiciones en sus procesos e instrumentos. La opinión del organizador del conocimiento de medios es una de esas posiciones que ha de estar democráticamente representada en virtud de los fines del operador complejo, pero no se trata de una posición más puesto que el organizador del conocimiento de medios, como mediador, ostenta un lugar privilegiado. Los resultados de sus operaciones de lectura, organización y representación, además, no se elaboran para consumo propio sino para terceros. Son, por tanto, consecuencias simbólicas de su oficio con ilimitado poder anónimo y diferido de manipulación de las conciencias en un incontrolable proceso de, digamos, “semiosis doxológica”.

Para situar correctamente el espectro del operador crítico, esto es, de la herramienta - y objetivo de este artículo - que debe tener a su disposición el

organizador del conocimiento de medios con el fin de expresar explícitamente su opinión, en el conjunto de operadores ético-políticos imprescindible para dar transparencia y fiabilidad a las operaciones documentales, veamos a continuación un esbozo del operador transcultural.

B) OPERADOR TRANSCULTURAL V

El operador transcultural es una categoría de organización colectiva y recuperación de registros basada en el acuerdo. Sus características, a diferencia del operador complejo, son:

- Proceden del consenso sobre un asunto entre interlocutores institucionales o colectivos ideológicos y culturales públicos y privados no anónimos asociados con el fin de velar por el respeto a principios éticos, democráticos e interculturalmente aceptables, trasladando esos principios a representaciones y metadatos de modo que se garanticen la dignidad, la libertad de expresión y queden explícitas las posibles manipulaciones y sesgos que acompañen a determinados registros, respetando la presencia de dichos registros en la red independientemente de su tendenciosidad, mala fe o evidente manipulación.
- Tal consenso se obtiene a partir de la aplicación de la ética dialógica de Otto Apel (1985) en el contexto de un desarrollo pragmático de la dialéctica erística de Schopenhauer (2002)
- Su aplicación sería obligatoria por parte de los documentalistas que trabajan en instituciones y medios comprometidos con una asociación internacional de ética transcultural en la red digital, que habría de ser creada al efecto².

² De acuerdo con el “dilema del prisionero”, ampliamente estudiado desde la teoría de la racionalidad imperfecta, desarrollada por Jon Elster (1979), pensamos que la opción de llegar a un acuerdo global sobre determinadas etiquetas y metadatos sería la solución “maximinizada”, es decir, la mejor solución de entre las peores elegibles desde un punto de vista de racionalidad práctica y, por tanto, los medios serían proclives a llegar a un consenso en ciertas cuestiones sensibles.

- El operador transcultural acompaña críticamente a cualquier registro y, en aras de la libertad de expresión, no puede suplantarlos. No modifica ni elimina los metadatos cuestionados en un registro sino que los complementa, cuando es necesario, en tres posibles direcciones: 1) fusionando posiciones originariamente divergentes mediante acuerdo; 2) potenciando la difusión y uso del registro mediante el prestigio y la confianza en una etiqueta respaldada y certificada transideológica e interculturalmente por los mediadores³; 3) criticando y alertando del interés o peligrosidad de un registro en relación a otras directivas internacional o interculturalmente adoptadas como los derechos humanos.
- El operador transcultural solo debe actuar en casos de relevancia mundial en los que se juzgue una lesión grave o irreversible en el universo simbólico o en los derechos democráticos y humanos de los ciudadanos y, por extensión, del derecho a la autonarración de las culturas y civilizaciones.
- El riesgo de este operador estribaría en la posibilidad de concentración de intereses para imponer una posición dominante, pero dicha posición también podría ser denunciada por la acción del operador complejo - libre de normativas y acuerdos - al garantizar todas las voces y, más particularmente, por el operador crítico, al garantizar la voz del organizador del conocimiento crítico y autocrítico. El escenario de este posible debate estaría en operaciones, instrumentos y representaciones de organización del conocimiento que recogerían esta particular “semiosis” de la memoria mediática de modo que las etiquetas transculturales colectivas no se solapen o borren, sino, en lugar de ello, complementen a las utilizadas por los mediadores en general (en virtud del operador complejo) y por los mediadores

³ Algunos proyectos internacionales de los años noventa, como el “Thesaurus FID/Unesco on Information and Communication” de Jean Aitchison, así como la política sobre organización del conocimiento de la propia UNESCO, ya apostaron por una fundamentación interculturalmente asumible.

críticos en particular. Los registros relevantes no se convertirían en palimpsestos que silencian opiniones previas, sino en verdaderos relatos plurales de una memoria colaborativa y participativa.

C) OPERADOR CRÍTICO

Hemos visto que en tanto los operadores transculturales se centran en el consenso obtenido a través de una interlocución entre posiciones respecto a un asunto, el operador complejo tiene por objeto el disenso.

La expresión de crítica, por parte del organizador del conocimiento de medios, en los procesos e instrumentos que intervienen en la organización del conocimiento, podría ser considerado como un derecho democrático a la libertad de expresión, derecho político que recoge el operador complejo. De hecho, y como desarrollo de éste, podríamos hablar del operador crítico como una modalidad de operador complejo, si bien, entendido como un recurso restringido al mediador, dado que ya el propio operador complejo tiene como objetivo proteger y canalizar la visión de todas las posiciones sobre un asunto. El operador crítico, en consecuencia, sería el espacio reservado en el operador complejo a la libre expresión (y podría incluso tipificarse según su rango) del organizador del conocimiento de medios quien, en el sistema de información, no aporta una posición más - como tampoco lo hace el autor de un texto - en el conjunto de todas las posiciones, sino una posición de privilegio y, por tanto, simultáneamente objeto de mayor influencia y vigilancia. Si la opinión de cualquier posición (salvo la de los grandes portavoces y oráculos de lo actual, como corporaciones y grupos mediáticos) se suma a un conjunto, la de los documentalistas atraviesa ese conjunto por lo que es consustancial con el riesgo de manipulación que conlleva su mediación.

El operador crítico es un espacio tecno-ético destinado a recoger la posición personal, ideológica, cultural, social del mediador documentalista, su subjetividad en suma, con el fin de diferenciar sus legítimos sesgos

respecto a los resultados derivados del uso de “plantillas” e instrumentos de organización del conocimiento, cualesquiera que sean su estatuto y nivel de aplicación.

En sus operaciones habituales, el organizador del conocimiento de medios juega en un escenario supuestamente carente de subjetividad, siendo su rol la reproducción de los sesgos y posiciones del autor. No obstante, tales operaciones suelen tener una base “cognitiva”, es decir, basada en un automatismo que refleja el “sentido común” o el buen oficio de los organizadores del conocimiento. Frente a la reproducción, una simple falacia del sistema, es necesario reivindicar no solo la contribución coproductora del documentalista (en la que coopera con el sentido textualizado por el autor), sino también productora (en la que opera con independencia al mismo).

Para establecer la diferencia entre la obtención de resultados objetivados mediante procedimientos e instrumentos de organización del conocimiento y los derivados de la subjetividad, es indispensable la capacitación previa del organizador del conocimiento en dos frentes: 1) en el de la crítica misma, con el fin de construir objeciones y observaciones sobre resultados de organización del conocimiento (a ser posible fundamentados en su independencia y no en la política editorial del medio), para lo que es necesaria una formación académica adicional a la existente y acorde con el objetivo crítico, y 2) en el de la reflexividad, esto es, en la acción de autodesvelarse para discernir entre resultado objetivo y sesgo, entre hecho, dato e interferencia cultural o ideológica. Como puede intuirse, la actividad reflexiva debe contener una fuerte dosis autocrítica, pues es justamente la ausencia de autocrítica lo que determina que identifiquemos el interés personal y local con el interés colectivo y universal.

La organización del conocimiento tiene raigambre occidental y occidente (y los occidentales) siempre ha estado convencido de que sus principios, procedimientos y tecnologías locales tienen valor universal. Puede ser éste un autorreconocimiento legítimo - el derecho a defender una posición con todos los argumentos - pero implacable hacia quienes

no comparten esa posición y deben asumirla mediante violencia militar, económica o propagandística, o hacia las minorías (o mayorías marginales) que ni siquiera tienen el derecho de expresión y difusión de su propio conocimiento o exomemoria colectiva a través de la red. No es de extrañar que nuestra civilización haya usado las armas, no ya para defender, sino muy por el contrario para colonizar con estos principios y tecnologías al resto del planeta. Y tal vez no pueda dudarse de la buena fe de muchos occidentales que colaboran en ese descomunal proyecto - los organizadores del conocimiento de medios entre ellos - aunque sí parece irrefutable la ausencia de autocritica y reflexividad en sus operaciones.

El operador crítico transformaría todas estas funciones de raíz cognitiva en operaciones metacognitivas, esto es, no-automáticas, conscientes y reflexivas, y así deben recogerlo los formularios de análisis y los instrumentos de organización del conocimiento implicados en el procedimiento teóricamente propuesto. Veamos algunas situaciones indicativas por las que atraviesa la organización del conocimiento de medios y habrían de ser objeto de estudio empírico y pormenorizado: en el caso de texto periodístico escrito, puede ocurrir que el sesgo del autor esté deliberadamente explícito, como en los llamados géneros de opinión (editorial, crítica, análisis, columna...).

En ellos no habría opción hermenéutica por parte del organizador del conocimiento de medio convencional ya que el sentido y la expresión conceptuales serán evidentes. Sin embargo, los organizadores del conocimiento de medios, conscientes o inconscientemente, podrían respetar la visión del autor o iniciar una representación gradualmente dispar hasta situarse en una posición enunciativa antónima.

Tomemos el ejemplo de un artículo de opinión sobre: “El terrorismo zapatista ataca a la policía”. En el ejemplo, las palabras claves se usan con independencia de que procedan de un sistema basado en lenguaje libre o controlado. Las opciones de representación son las siguientes:

- a) reproducción: EZLN/ terrorismo/ ataque/ policía

b) producción: EZLN/ liberación nacional/ autodefensa/ ataque policial

c) coproducción mediante operador crítico:

- index reproducción: EZLN/terrorismo/ataque/policía
- index coproducción de documentalista simpatizante zapatista: EZLN/ liberación nacional/ autodefensa/policía

Si se trata de géneros informativo (noticia, reportaje, entrevista), esto es, tipología acorde con los cánones enseñados en los manuales de periodismo tiene pretensiones de objetividad, el organizador del conocimiento de medios convencional encontrará una mayor legitimación interpretativa y margen conceptual, en tanto que el documentalista crítico adoptará una posición ética, manteniendo la función reproductora junto a la coproductora:

Ejemplo de una noticia sobre hechos contrastados: “Carga policial contra la huelga de mineros produce varios muertos”.

Opciones de representación:

a) reproducción: carga policial/ mineros/huelga/ muertos

b) opciones de producción:

- en favor de policía: policía/ empleo de fuerza/ mineros/ rebelión/ bajas
- en favor de los mineros: policía/ violencia/ mineros/ reivindicaciones sociales/ asesinatos

c) coproducción:

index reproducción: carga policial/ mineros/ huelga/ muertos

index coproducción:

- perspectiva 1: a favor de policía

- perspectiva 2: a favor de mineros
- perspectiva 3: en contra de policías y mineros
- perspectiva 4: a favor de policías y mineros
- perspectiva 5: reproducción
- - perspectiva 6: variantes de opciones 1 a 4.

Otro extenso escenario, que merece todo un programa de investigación empírica desde esta misma aproximación debido a su crecimiento exponencial, es el caso de la producción mediática visual y audiovisual, y especialmente los documentos de escasa o nula textualidad, es decir, acompañados por insuficientes o inexistentes pies de foto o audio de locutor-exceptuando los “totales” - que trasladen una terminología oral o escrita determinante. Las operaciones de organización del conocimiento, en estos casos, alcanzaría cotas mucho más altas de interpretación dada la polisemia inagotable de la imagen, y suponen un desafío y mayores dosis de responsabilidad cotidiana, no amparada por procedimientos solventes suministrados por la teoría de la organización del conocimiento, para los organizadores del conocimiento de medios audiovisuales.

En cualquier caso, tampoco hemos tenido en cuenta la política editorial o libro de estilo del medio que impondrá criterios en el análisis y representación, restringiendo las posibilidades de producción y coproducción por parte de los organizadores del conocimiento de medios. No obstante, unos organizadores del conocimiento entrenados en una capacitación crítica siempre dispondrán de un pequeño margen mediante el uso de omisiones, por ejemplo, que no serán captadas por el más desconfiado supervisor.

Además de permitir la presencia crítica de organizadores del conocimiento de medios en los procesos e instrumentos de organización del conocimiento aplicada a los media, el operador crítico puede tener otras utilidades. En el caso de los miles de erratas o reducciones de

origen cultural o metonímico, por ejemplo, el espacio reservado a la interpretación o posición de los organizadores del conocimiento de medios podría ser usado para salvar errores con riesgo de perpetuación y universalización inmediata.

No es extraño ver imágenes en las que el locutor confunde a los yekwuana con los yanomami, a soldados afganos con pakistaníes o, como era habitual en el cine hollywoodiano de los años cincuenta - aunque la identificación persiste en foros que no son de entretenimiento - se oiga flamenco en un local mexicano del siglo XIX o se homologue lo latino a lo hispano y a lo español. La metonimia no encuentra obstáculos culturales, geográficos o cronológicos (particularmente relevantes para la memoria colectiva) en su avance reductor. Como contrapartida, la hermenéutica diatópica sería un ejemplo de aproximación crítica integrada que estaría por desarrollarse en todas las dimensiones de la organización del conocimiento aplicada a los media y, a través de cautelosas extrapolaciones, a otros discursos socioculturales que sean objeto de la formación de organizadores del conocimiento y de la implementación del operador crítico aquí propuesto.

5 CONCLUSIONES

De los argumentos expuesto, se extraen las siguientes conclusiones y líneas de actuación:

- La subjetividad de opiniones y sesgos de los organizadores del conocimiento de medios se trasladan a las operaciones e instrumentos de organización del conocimiento aplicados al discurso mediático a pesar de todas las medidas que se adopten para prevenirlos.
- Tales sesgos y opiniones inevitables pueden ser explicitados como expresión de una posición e incluso contemplados como un derecho de los organizadores del conocimiento de medios como coproductores textuales.

- Las operaciones e instrumentos de organización del conocimiento pueden y deben abrir espacios para la libre circulación y complementación de opiniones, posiciones y consensos respecto a un asunto presididos por los operadores transculturales que garantizan la dignidad de la memoria, por los operadores complejos que garantizan la democracia y, como modalidad de estos, por los operadores críticos propuestos en el presente artículo, que implican explícitamente al organizador del conocimiento como coproductor activo, visible y responsable de la construcción de la memoria mediática.

REFERENCIAS

APEL, Karl-Otto. **La transformación de la filosofía**. Madrid: Taurus, 1985.

BANOS, E.; KATAKIS, I.; BASSILIADES, N.; TSOUMAKAS, G. PersoNews: a personalized news reader enhanced by machine learning and semantic filtering. **Lecture notes in computer science**, Berlin, v. 4275, p. 975-982, 2006.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernity, pluralism and the crisis of meaning: the orientation of modern man**. Gütersloh: Bertelsmann Foundation Publishers, 1995.

BOURAS, Christos; TSOVKAS, Vassilis. Noun retrieval effect on text summarization and delivery of personalized news articles to the user's desktop. **Data and knowledge engineering**, Amsterdam, v. 69, n. 7, p. 664-77, Jul. 2010.

CASILLAS, Arantza; GONZÁLEZ DE LENA, Mayte; MARTÍNEZ, Raquel. Partitional clustering experiments with news documents. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS AND INTELLIGENT TEXT PROCESSING, 4., 2003, Mexico City. **Proceedings [...]**. Berlin: Springer, 2003. p. 615-618.

CHEN, Hsin-Hsi; LIN, Chuan-Jie. A multilingual news summarizer. *In*: CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 18., 2000, Saarbrücken. **Proceedings [...]**. Stroudsburg, PA: Association for Computational Linguistics, 2000. v. 1, p. 159-65.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: la cooperación interpretativa en el texto narrativo**. Barcelona: Lumen, 1993.

ELSTER, Jon. **Ulysses and the sirens: studies in rationality and irrationality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

EVANS, David Kirk; KLAUVANS, Judith L. **A platform for multilingual news summarization. computer science technical report**. New York: University of Columbia, 2003.

FEINBERG, Melanie. Hidden bias to responsible bias: An approach to information systems based on Haraway's situated knowledges. **Information Research**, Borås, v. 12, n. 4, Oc. 2007. Disponível em: <http://informationr.net/ir/12-4/colis07.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Knowledge organization from a "culture of the border": Towards a transcultural ethics of mediation. *In*: LOPEZ-HUERTAS, María José (ed.). **Challenges in knowledge representations and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries: proceedings of the seventh international ISKO conference (Granada, Spain, July 10-13, 2002)**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 516-522. (Advances in knowledge organization, 8).

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Otra memoria es posible**. Estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Rubí, Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2011b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Pensar en la transcultura**. Mexico D.F.: Plaza y Valdés, 2011c.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio; Daniel Martínez-Ávila. Formación Crítica de Documentalistas en Medios de Comunicación. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v. 23, n. 5, p. 493-500, sept./oct. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2014.sep.06>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GIUNCHIGLIA, Fausto *et al.* **Foundations for the representation of diversity, evolution, opinion and bias**. 2009. Available <http://eprints.biblio.unitn.it/1758/1/063.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERNÁNDEZ-Molina, Juan Carlos. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: Their articulation in professional codes of ethics. *In*: LOPEZ-HUERTAS, María José (ed.).

Challenges in knowledge representations and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries: proceedings of the seventh international ISKO conference (Granada, Spain, July 10-13, 2002). Würzburg: Ergon Verlag, 2002, p. 487-492. (Advances in knowledge organization, 8).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. Ética en organización y representación del conocimiento: aspectos teóricos. **Nuovi annali della Scuola Speciale per Archivisti e Bibliotecari**, Firenze, v. 24, p. 235-51, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Theory and practice**. Boston: Beacon Press, 1971.

HJØRLAND, Birger. Deliberate bias in knowledge organization? *In*: ARSENAULT, Clément; TENNIS, Joseph T. (ed.). **Cultural and identity in knowledge organization:** proceedings of the tenth international ISKO conference.. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 256-260. (Advances in knowledge organization, 11).

HJØRLAND, Birger. User-based and cognitive approaches to knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 1, p. 11-27, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano; Universidade Candido Mendes; Museo de Arte Moderna, 2000.

IBAÑEZ, Jesús. **El regreso del sujeto:** la investigación social de segundo orden. Madrid: Siglo XXI, 1994.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life:** the social construction of scientific facts. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

LYOTARD, Jean Francois. **La Condition postmoderne:** rapport sur le savoir. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

MADALLI, Devika P.; PRASAD, A. R. D. Analytico synthetic approach for handling knowledge diversity in media content analysis. *In*: SLAVIC, Aida; CIVALLERO, Edgardo (ed.). **Classification and ontology:** formal approaches and access to knowledge: proceedings of the international UDC seminar, 19-20 September 2011, The Hague, The Netherlands. Würzburg: Ergon Verlag, 2011. p. 229-239.

MAMAKIS, Georgios; MALAMOS, Athanasios G; WARE, J. Andrew. An alternative approach for statistical single-label document classification of newspaper articles. **Journal of Information Science**, London, v. 37, n. 3, p. 293-303, 2011.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1996.

OLSON, Hope A. The feminist and the emperor's new clothes: feminist deconstruction as a critical methodology for library and information studies. **Library & information science research**, Amsterdam, v. 19, n. 2, p. 181-98, 1997.

OLSON, Hope A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. ½, p. 53-71, 2000.

OLSON, Hope A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer, 2002a.

OLSON, Hope A. Classification and universality: application and construction. **Semiotica**, Berlin, v. 139, n. 1/4, p. 377-91, 2002b.

OLSON, Hope A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in knowledge organization. *In*: FRÍAS, José Antonio; TRAVIESO, Crispulo (ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento: Trends in knowledge organization research**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 731-740.

OLSON, Hope A. Introduction to the special issue on the ethics of information organization. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 47, n. 7, p. 609-11, 2009.

ROCHA, Rocio; COBO, Angel. Feature selection strategies for automated classification of digital media content. **Journal of Information Science**, London, v. 37, n. 4, p. 418-28, 2011.

SARVABHOTLA, Kiran; PINGALI, Prasad; VARMA, Vasudeva. Sentiment classification: a lexical similarity based approach for extracting subjectivity in documents. **Information Retrieval**, Berlin, v. 14, n. 3, p. 337-53, Jun. 2011.

SASAKI, Michelli; VOGEL, Michely Jabala Mamede; KOBASHI, Nair Yumiko. Aspects of information organization and retrieval from a news portal. *In*: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K.S. (ed.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization: proceedings of the twelfth international ISKO conference 6-9 August 2012 Mysore, India**. Würzburg, Germany: Ergon, 2012. p. 206-211.

SEGEV, Elad. **Google and the digital divide: the biases of online knowledge**. Cambridge, Chandos, 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. **El arte de tener razón expuesto en 38 estratagemas**. Madrid: Alianza, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

WATZLAWICK, Paul; KRIEG, Peter. **El ojo del observador: contribuciones al constructivismo homenaje a Heinz von Foerster**. Barcelona: Gedisa, 1995.

WHATMORE, Geoffrey. **The modern news library: documentation of current affairs in newspaper and broadcasting libraries**. London: Library Association, 1978.

WONGCHOKPRASITTI, Chirayu; BRUSILOVSKY, Peter. NewsMe: a case study for adaptive news systems with open user Model. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTONOMIC AND AUTONOMOUS SYSTEMS, 3., 2007, Athens. **Anais [...]**. Washington, DC: IEEE Computer Society, 2007. p. 69-74.

11

**A METÁFORA NA ORGANIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO DA MÚSICA**

*THE METAPHOR IN THE
ORGANIZATION OF MUSIC
KNOWLEDGE*

*Camila Monteiro de BARROS
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*

Resumo: No presente texto, retomamos a relevância das metáforas para a representação do conhecimento, especificamente no que concerne à música e seus significados emocionais. A expressão verbal da experiência do ouvinte com a música escapa ao uso de conceitos referenciais (referencialidade) e aparece representada por meio de conjunturas probabilísticas, frequentemente relacionadas à apreciação e às emoções alcançadas na escuta musical. A metáfora é discutida na perspectiva da semiótica de Peirce, sendo aquela um tipo de signo. Complementarmente, a metáfora também encontra suporte na linguística cognitiva, que discute sua função e funcionamento no discurso e na cognição. Damos especial atenção a seu uso no âmbito da música e tentamos demonstrar as possibilidades de entender a metáfora na OC como recurso de representação cultural plural, com inspiração nos escritos de García Gutiérrez.

Palavras-chave: metáfora; música; representação do conhecimento.

Abstract: In the present text, we resume the relevance of metaphors for knowledge representation, specifically with regard to music and its meanings. A verbal expression of the listener's experience with the music escape from the use of referential concepts (referentiality) and appears represented by probabilistic conjunctures, often related to the appraisal and emotions achieved in music listening. The metaphor is discussed from the perspective of Peirce's semiotics, in which it is a type of sign. Complementarily, metaphor also finds support in cognitive linguistics, which discusses its function and functioning in discourse and cognition. We give special attention to its use in the field of music and try to demonstrate the possibilities of understanding the metaphor in the KO as a resource for plural cultural representation, inspired by the writings of García Gutiérrez.

Keywords: metaphor; music; knowledge representation.

1 INTRODUÇÃO

Se antes, a designação única da metáfora era de compor o sistema linguístico como uma figura de linguagem, depois da proposta de Lakoff e Johnson (1980), na linha da linguística cognitiva, a metáfora passou a ser entendida também como constitutiva do pensamento e da ação, como recurso recorrente no uso cotidiano da língua. Isso não é diferente na Organização do Conhecimento (OC), em que a metáfora é muito relevante ao discurso que pensa a área como um todo. Por exemplo, a discussão das metáforas de “tempo”, empregadas na análise e na avaliação de sistemas de organização do conhecimento (SOC) (Tennis, 2013), as bem conhecidas referências ao âmbito do conhecimento como “árvore”, “círculo”, “rede”, “labirinto” (Robinson; Maguire, 2010; Hansson, 2013; Mazzocchi, 2013), a referência ao “rizoma” na perspectiva da OC e dos SOC (Sales, 2018; Robinson; Maguire, 2010; Monteiro, 2003; Monteiro; Abreu, 2009), as críticas ao papel dessas metáforas na OC (Hetmanski, 2014), a metáfora do “colisor de partículas” em paralelo ao “colisor de conhecimento” (Heuvel; Smiraglia, 2010), as metáforas “terrestres” e “aquáticas” na referência ao conhecimento e suas possibilidades de favorecer ou não a multidisciplinariedade (Marras, 2013), entre outros estudos. Por outro lado, apesar do seu proeminente potencial para explicitar entendimentos inclusive no âmbito científico, a metáfora em si não é comumente trazida às discussões da OC como expressão linguística de representação do conhecimento.

Alguns estudos podem ser apontados nesse sentido, como em Orrico (2006), que propõe a metáfora como unidade informacional para a representação do conhecimento. Em Orrico e Oliveira (2005) e Orrico (2017) as autoras trazem o uso da metáfora como metafiltro para organização e recuperação da informação. As autoras realizam o levantamento com membros da Rede de Estudos de Engenharia e Socioeconômicos de Transportes (RESET), que puderam sugerir, de forma aberta, metáforas que se caracterizariam como representativas da área. Entre o que as autoras chamam de condições fundamentais e acessórias da constituição de um campo de

conhecimento, as metáforas comporiam as primeiras, associadas à noção das facetas de Ranganathan.

Mesmo se tratando de âmbito científico, Orrico (2017) registra que percebe a metáfora “menos como recurso de estilo literário que tende à imprecisão, e mais como grau de representação que tende a especificar conceitos utilizados em um campo de conhecimento”. Essa mesma proposta metodológica foi aplicada por Pinho (2014), no âmbito da homossexualidade masculina, a partir da coleta de metáforas empregadas em publicações científicas sobre o tema. A discussão proposta pelo autor traz como fundamento e é reforçada como conclusão do estudo que as metáforas da homossexualidade masculina, muitas delas historicamente construídas com base em preconceitos e violências sociais, foram apropriadas pelo grupo e, em alguns casos, tiveram seus significados reconsiderados (Pinho, 2014).

Se a expressão metafórica é constituinte de uma noção identitária de grupo, essa deve ser incorporada à representação desse conhecimento. Pinho (2017) revisita seu percurso investigativo, com enfoque na contextualização das metáforas e incluindo, além da garantia literária, a garantia do usuário. Esta última foi realizada, por meio da validação, por membros de entidades representativas de homossexuais, dos termos coletados e da indicação da significância do termo, ou seja, se adequado ou inadequado, inconsistente, discriminatório. O autor também alcança o contexto sociolinguístico dos termos metafóricos, já que vários deles, quando traduzidos do inglês para o português, traduzem também perspectivas culturais que modificam o significado dos termos.

No presente texto, retomamos a relevância das metáforas para a representação do conhecimento, especificamente no que concerne à música e seus significados emocionais. A expressão verbal da experiência do ouvinte com a música escapa ao uso de conceitos referenciais (referencialidade) e aparece representada por meio de conjunturas probabilísticas, frequentemente relacionadas à apreciação e às emoções alcançadas na escuta musical.

García Gutiérrez (2021, p. 12, tradução nossa¹) lembra que “[...] a música é um dos espaços que dá mais voz às emoções”, daí supomos o rico uso de metáforas e analogias na sua descrição. O uso de metáforas na representação da música não é novidade para os ouvintes, mas sua discussão ainda é expressiva na OC.

Conforme defende Vereza (2010), a expressão literal não é oposta à expressão metafórica, já que a primeira não pode ser tomada como indicativo de verdade, e muito menos a segunda como indicativo de engodo. Além disso, várias metáforas encontram certo nível de convenção e reforço pragmático de significado que chegam a ser percebidas como literais pelos usuários da língua (Shutova; Devereux, Korhonen, 2013). Trata-se de uma questão de construção de significado, de natureza do signo e sua forma de representação.

No âmbito da informação musical em serviços web, é recorrente o uso de expressões metafóricas como forma de nomear textualmente categorias e gêneros musicais. Na perspectiva da Organização do Conhecimento, esses conjuntos de expressões podem ser entendidos como taxonomias ou sistemas de classificação, portanto tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC) aplicados ao domínio da música como fonte de informação para recreação. Podem ainda ser originados colaborativamente, conformando folksonomias.

A representação do conhecimento relacionado à música com o uso de metáforas suscita relações variadas de significância por meio da percepção do usuário e de todo o contexto cultural do qual é parte. Tais relações trazem reflexões à área da OC no que concerne às análises semânticas dos elementos dos SOC, apoiadas na noção de percepção.

Smiraglia (2008) faz uma aproximação com a fenomenologia quando traz à discussão a relevância da percepção nas classificações que operamos no dia a dia, já que essas são recorrentes indicações da conformidade cultural da percepção. Para Martínez-Ávila e Smiraglia (2013), a percep-

1 “La música es uno de los espacios que más voz presta a las emociones”.

ção constitui um fundamento epistemológico para o desenvolvimento de SOC, pois revela uma moderação cultural cujo princípio é a fluidez do processo perceptivo. Para os autores, abordar a percepção no contexto da OC, revela a não neutralidade e não naturalidade da construção de conceitos, já que “[...] experiências individuais vividas conformam classificações individuais que são diferentes daquelas de outros com diferentes experiências vividas” (Martínez-Ávila; Smiraglia, 2013, p. 223, tradução nossa²).

A inclusão de historicidades particulares, mais ou menos convenionadas, na representação do conhecimento é mais uma possibilidade de discutir a ética cultural tão cara aos fazeres da OC. De forma pragmática, entendemos que o uso de metáforas é um recurso para a objetivação da percepção - conservando certa subjetividade - que os usuários constroem a respeito da música e se torna também um recurso para que tais percepções estejam contempladas nas classificações desse tipo de informação.

Considerando a pluralidade das percepções, a emoção como constituída de hipóteses e não de argumentos lógicos, a figuração expressiva das metáforas que dão lugar a não estabilidade conceitual tão relevante para a referência às emoções, propomos aqui uma abordagem ensaística. A metáfora é discutida na perspectiva da semiótica de Peirce, sendo aquela um tipo de signo. Complementarmente, a metáfora também encontra suporte na linguística cognitiva, que discute sua função e funcionamento no discurso e na cognição. Damos especial atenção a seu uso no âmbito da música e tentamos demonstrar as possibilidades de entender a metáfora na OC como recurso de representação cultural plural, com inspiração nos escritos de García Gutiérrez.

2 METÁFORA SEMIÓTICA E METÁFORA LINGUÍSTICA

A metáfora como conceito semiótico engloba distintos sistemas de signos extrapolando a linguagem verbal. Ferraz Junior (2011) atenta para o

² “individual lived experiences conform individual classifications that are different from those of others with different lived experiences”

fato de que Peirce não restringe o signo icônico a um fragmento do discurso verbal com significado figurativo, mas que pode ocorrer com base em imagens, palavras, combinações de diferentes signos. A metáfora é então definida como um tipo de signo icônico, de estrutura complexa que designa diferentes objetos e cujas relações implicam um tipo de empréstimo de significados entre tais objetos, criando uma nova forma de significá-los.

A tríade ícone, índice e símbolo é bastante conhecida e se refere ao modo como o signo se relaciona com o objeto que representa. Enquanto o índice apresenta correspondência fatural com o objeto e o símbolo correspondência por força de convenção, de acordo com Peirce (CP 1.558, 1974), o signo icônico (ou hipoícone) apresenta relação de semelhança total ou parcial, semelhança esta que é percebida pelo compartilhamento de certas qualidades entre signo e objeto. Os signos icônicos podem ocorrer de três formas: a imagem, o diagrama e a metáfora. Por gentileza, colocar o ano da obra

No caso da imagem, a representação se dá pela “semelhança sensorial” (Reis, 2006), como cor, forma, conforme em uma pintura. Peirce (CP 2.277, 1974) se refere à “primeira primeiridade” cujas relações são na maior parte diádicas. O diagrama representa pelas correspondências de traços entre signo e objeto, como um mapa. Para Peirce (CP 2.277, 1974), ocorre uma analogia com as partes do objeto representado. A metáfora estabelece a representação entre signo e objeto por meio de um paralelismo (CP 2.277, 1974), em geral envolvendo signos de outras categorias como índices ou símbolos.

A Semiótica peirceana traz três níveis de experiência dos fenômenos (emocional, energético - respostas físicas - e lógico), cada nível é dependente do anterior. Por exemplo: para experienciar o nível energético, é necessária uma espécie de transbordamento do nível emocional. Mas é importante dizer que essas cadeias semióticas não são em momento algum lineares. A semiose ocorre constantemente, *ad infinitum*, criando e recriando novos signos e interpretações, ou seja, o transbordamento dos níveis de inter-

pretantes pode levar a uma resignificação da emoção, como corre com a metáfora que, tendo seu fundamento icônico, busca referências simbólicas para sustentá-lo.

De acordo com a semiótica de Peirce (1995), tanto no nível de interpretante emocional (sensações e emoções), quanto nos níveis energético (experiências particulares) e lógico (convenção, estabilidade), a primeiridade (própria do signo icônico e eminente no interpretante emocional) está presente. Dessa forma, a emoção em si (interpretante emocional), traduzida em palavras (interpretante lógico) necessita um entendimento probabilístico do seu significado³. A noção de probabilidade desprende o significado da expressão verbal do compromisso com a convenção socialmente estabilizada da língua, sendo que a metáfora, como reflexo da terceiridade na noção de ícone, representa uma tendência de significação. Tal tendência pode se configurar de maneira mais reconhecida, com significados metafóricos mais usualmente adotados, ou criativa e mais próxima da noção de descoberta, quando os significados são renovados (Reis, 2006).

Nessa perspectiva, Reis (2006, p. 2) aponta uma correspondência entre a estrutura das metáforas e a estrutura da inferência abdução (descoberta) que pode favorecer “[...] uma abordagem semiótica ‘não-objetivista’ das metáforas e do significado”, como na linha da linguística cognitiva.

Com o uso da metáfora, ocorre uma transferência de significados de um objeto para outro objeto que, tendo imputado a si tais significados, torna-se figurativo, como um tipo de ilustração, de intensificação ou esclarecimento do significado que se quer expressar. Trata-se de uma visão pragmática em que o significado é conhecido pela sua função no mundo real, embutido no discurso. O uso de metáforas na linguagem se dá, para Peirce (1995), quando da necessidade de nomear novo fenômeno sendo a metáfora um recurso que utiliza conceitos já conhecidos colocando-os em paralelo para criar um novo significado. Para Reis (2006), as metáforas

³ Abordagens mais específicas dos níveis de interpretante com relação à música e a respeito da transição entre diferentes tipos de signos, ou seja, de experiências sensoriais e emocionais para sua representação em linguagem verbal são apresentadas em Barros, Café e Laplante (2016, 2018, 2019).

trazem uma “tensão figurativa” que suporta uma analogia entre indicações de qualidades e signos literais.

A circunstancialidade do sentido da metáfora é aspecto sustentado também na linguística cognitiva, já que seu uso implica no “[...] esquecimento de vários atributos que o termo metaforizado evoca em nós em seu emprego normal” (Ricoeur, 2005, p. 166). Dessa forma, pensamos a metáfora a partir de uma lógica de empréstimo semântico, configurando uma espécie de prática de desvio.

Ao se afastar da função de referencialidade, ou seja, da pretensão de descrição de objetos e fenômenos do mundo, o uso da metáfora implica a construção de novos objetos e de fenômenos a partir das práticas discursivas (Mondada; Dubois, 2003). Não se trata, portanto, da simples extensão de significados de palavras por similaridade, mas da reconceitualização, de fato, das experiências semióticas em relação a outras (Shutova; Devereux; Korhonen, 2013). De acordo com Vereza (2017, p. 140), a metáfora seria a “construção metafórica do objeto A, a partir da construção-suporte do objeto B”, sendo que os objetos A e B seriam oriundos de domínios diferentes. Vejamos um exemplo: “música para sair da fossa”. Nesse caso, “música” é o objeto A, cuja significação se dá pela definição habitual também metafórica de “fossa”, que é o objeto B e significa, nesse exemplo, momento triste ou difícil. Nesse exemplo, uma cadeia de metáforas é necessária para a compreensão do sentido da expressão, englobando objeto A, B, C, D..., questão essa que foi investigada por Shutova, Devereux e Korhonen (2013).

A linguística explora outros vieses da constituição das metáforas, formas de comparação, de enunciação metafórica mais ou menos explícitas, relações com o discurso proposto etc. No presente texto, basta-nos pensar a metáfora como possibilidade de linguagem de forma mais geral.

Para Vereza (2007), a metáfora fortalece a argumentação do discurso por oferecer uma cadeia de desdobramentos que favorecem a língua como meio de textualização. Por sua vez, como afirmam Lakoff e Johnson (1980), esses desdobramentos fundamentam-se na cultura que os ancora e,

portanto, têm em seu bojo relações cognitivas mais estáveis e socialmente compartilhadas que concorrem para sua compreensão. Para fazer sentido, é necessário que a metáfora, ainda que descolada de um discurso, possa ser relacionada a algo conhecido, de consenso social, podendo ser outra metáfora ou mesmo a referência a um objeto do mundo real. A referência da metáfora é, portanto, o contexto cultural do interlocutor que interpreta a metáfora ou, como coloca Peirce, é a relação de qualidade que invoca e desloca conceitos já conhecidos.

Quando a criatividade associada a uma metáfora se desgasta em função do uso recorrente, parece começar a transição para seu entendimento como referencialidade descritiva, ainda que, como toda descrição, permaneça sendo uma metáfora em algum nível (García Gutiérrez, 2022). Portanto, não faz sentido buscar uma delimitação clara entre metáfora e linguagem literal, mas sim reconhecer que essas formas de linguagem são decorrências de diferentes relações com os objetos que representam.

3 MÚSICA, METÁFORA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No âmbito da OC, especificamente no desenvolvimento de SOC, a argumentação e construção do objeto do discurso como discutida na linguística não é tida como foco, já que esses instrumentos privilegiam fragmentos textuais fragilmente conectados pela sua disposição. No entanto, as delimitações de cobertura e estrutura dos SOC podem fornecer alguns parâmetros para a interpretação contextual dos conceitos ali representados.

Ainda que nem toda representação seja conformada em conceito, como as emoções sentidas, a OC lida com essa forma de representação. Entretanto, permanece indissociável a relação entre linguagem e representação. Mas de que representação estamos falando no contexto dos ouvintes da música? Com o que a OC se ocupa na discussão da representação da música para não-especialistas? Acreditamos que a OC lida com o significa-

do que a música tem para essas pessoas, sendo esse o gatilho que motiva e dá subsídios para a busca por informação musical.

São os significados da experiência imediata da primeiridade (ícone), que estão transferidos e objetivados no uso da linguagem verbal acionada pela terceiridade (símbolo) nos nomes metafóricos das categorias que designam, por exemplo, gêneros musicais (como música clássica, sertanejo), emoções ligadas à música (alegria, raiva) etc. Em outras palavras, é a experiência em si (fenômeno) transformada em objeto do conhecimento da CI, na perspectiva da classificação (Gnoli, 2016). García Gutiérrez (2021, p. 11, tradução nossa⁴), colocando-se na perspectiva de ouvinte, afirmou: “[...] a capacidade que tem para suspender a racionalidade: isso é o que mais me atrai na boa música”, arrematando com a seguinte frase: “[...] não selecionamos a música boa, é boa porque a selecionamos”. Assim, o objeto de conhecimento do domínio dos ouvintes não-especialistas é a sua experiência com a música, cuja vontade de repeti-la, modificá-la, evitá-la ou renová-la é o mecanismo motivador da interação e, portanto, precisa estar abarcado na OC.

A noção de fenômeno é entendida na perspectiva semiótica peirceana como aquilo que acessamos por meio da experiência com signos (Peirce, 1995). Uma vez que o sentido despertado em uma experiência é, antes de tudo, um fenômeno (não uma disciplina ou uma divisão social do trabalho), o fenômeno é justamente a base da representação da música na perspectiva da OC. Dessa forma, o fenômeno da experiência é o objeto com o qual o usuário de música tem ou deseja ter contato e é isso que motiva a busca de informações. Toda experiência é resultante de processos semióticos, no entanto é especialmente relevante no âmbito da música compreender a força constitutiva da experiência imediata na sua representação.

Considerando a linguagem verbal, podemos pensar duas etapas de significação. A primeira etapa é a significação da música que resulta da experienciamento do fenômeno, ou seja, a experiência em si que o fenômeno

⁴ “La capacidad que tiene para suspender la racionalidad: eso es lo que más me atrae de la buena música”. “No seleccionamos la música buena, es buena porque la seleccionamos”.

desencadeia, como sentir alegria, vontade de dançar, relaxamento etc. A segunda etapa seria o relato desse significado com o uso de outros signos para fins de comunicação dessa experiência a outras pessoas, como da linguagem verbal, imagens etc. Obviamente, a suposição de “duas etapas” é extremamente reducionista, já que não se trata de algo linear ou nitidamente “mapeável”. Várias outras relações compõem a representação da experiência fenomenológica, que é complexa.

É importante ressaltar que esse relato como recurso de compartilhamento com outros da experiência vivenciada mantém sua relação com o fenômeno que está sendo descrito, já que é uma representação deste fenômeno. Por exemplo, em Barros (2020), mais de 300 comentários de usuários da web com relação a uma música específica foram analisados e a expressão “Domingo cedinho a caminho da praia ❤️” foi um deles (importante dizer que a música não faz referência direta à praia, nem na letra nem no videoclipe). Quando lemos essa frase é possível compreender que a música gerou um sentimento positivo na pessoa que faz a afirmação. Ainda que não seja possível descrever em signos verbais a exata natureza do sentimento, a metáfora do domingo, da praia, o uso do diminutivo “cedinho” e a complementação com o desenho de coração fornecem o contexto que torna possível compreender o que está sendo expresso. Vale pontuar que o sentimento expresso está carregado de outras relações diversas que dependem de outras experiências, como nostalgia, excitação, experiências com “praia” etc.

Desse contexto, depreendemos que a metáfora pode ser a forma mais precisa de representar o âmbito da música. O lugar de reconciliação e empatia às subjetividades já foi apontado por García Gutiérrez (2014, 2018) como necessário à revisão crítica da sociedade, da qual a OC não escapa. García Gutiérrez (2022) comenta que em domínios humanos possivelmente mais comprometidos com o fluxo emocional, como seria o caso da música, a representação em SOC precisaria recorrer a formas de linguagem mais abstrata, metafórica etc., no sentido de abandonar o imobilismo da representação.

Chiantore (2017) tece uma extensa análise crítica sobre a tradicional classificação estética historiográfica da música que coloca, por exemplo, Haydn e Mozart como cânones representativos do estilo Clássico. O autor acusa a pretensa objetividade desses parâmetros extensamente utilizados e difundidos por websites indicando que “[...] quando você tenta encaixar qualquer definição das diferentes características de um ou outro ‘estilo’ aos primeiros cinco minutos da Criação de Handy ou do Requiem de Mozart, algo falha” (Chiantore, 2017, p. 111, tradução nossa⁵).

O autor indica, inclusive, que tais classificações limitam a própria performance e escolha de repertório, sendo que músicos, ouvintes, promotores podem criar trajetórias muito surpreendentes no que se refere ao entendimento plural que têm sobre estilo musical. A referência que fazemos aqui ao estudo de Chiantore (2017) não é uma indicação de total falha da tradicional classificação de estilos musicais com base na cultura europeia, é, antes, um apelo que mostra que, nas situações já fundamentalmente abstratas, de difícil correspondência com a linguagem descritiva como são as emoções, uma possível solução para sua verbalização em SOC, é a adoção de linguagem que permita suposição igualmente abstrata.

A metáfora traz um empréstimo de significado que implica uma significação cruzada, bem distante da ideia da univocidade entre termo e conceito perseguida nos SOC. Sua constituição desconstrói, de certa forma, a relação termo-conceito, pois perpassa por termos, significados, conceitos, contextos. Abre, assim, espaço para a multiplicidade, plena de ambiguidade e, logo, passível de ancorar a contradição.

García Gutiérrez (2022) comenta que talvez a metáfora tenha uma clara dimensão contraditória. A forma de expressão metáfora aceita contradições na sua estrutura fundante e permite que essas fiquem visíveis no enunciado. Obviamente, não se trata da contradição ontológica nem da amplitude do pluralismo cultural tratado por García Gutiérrez, mas é uma

5 “when you try to fit any definition of the distinctive features of one or other “style” to the first five minutes of Haydn’s Creation, or to Mozart’s Requiem, something fails”

forma de expressão dessas noções nos enunciados. Por exemplo, as expressões “coração de pedra”, “silêncio ensurdecedor”.

4 APONTAMENTOS SOBRE O USO DA METÁFORA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Como já discutido, não se pode limitar as referências suscitadas pelas metáforas, mas, a exemplo do que mostrou Pinho (2017), relações são passíveis de serem estabelecidas para fins de representação, desde que ancoradas majoritariamente em associações e não em hierarquias e consistentemente amparadas pelos grupos utilizadores das metáforas. Listas de música nomeadas como “pulando da cama”, “churrasco e caipirinha”, ou indicações do tipo “amor é bossa nova, sexo é carnaval⁶” fazem sentido na cultura brasileira e, mais que isso, deixam em destaque em seu enunciado algumas identidades culturais que permeiam a música no Brasil. A referência, como já discutido anteriormente, não é direta, é hipotética e não é descritiva, mas expressiva. São adjacentes os aspectos sociais e políticos, no entanto mais participativos na constituição do enunciado do que aqueles baseados, por exemplo, na epistemologia da própria música.

As metáforas são criadas e empregadas em contextos limitados e são, portanto, parte do autorreconhecimento da identidade do grupo que as utilizam (Orrico, 2017). A metáfora, então, não pode ser generalizada. Na OC, podem ser pensadas como uma espécie de insurgência em que questões linguísticas relacionadas a contextos culturais mais restritos (não “globalizados”), como a metáfora, podem ser inputs para o pluralismo cultural. É uma forma linguística instável, hipotética (pode ou não se confirmar quando da experiência de fato), que se modifica ou que tem seu significado modificado no tempo e no uso. Tais características parecem adequadas para as representações livres e ambíguas necessárias aos conceitos emocionais.

⁶ Trecho da letra da música Amor e Sexo, de Rita Lee.

A prática da ordenação de conceitos na OC, fundamentalmente classificatória, se defronta aqui com a eminente multiplicação das relações associativas que se posicionam antes das propostas hierárquicas. Gnoli (2017), por exemplo, afirma que a classificação precisa, apresentar alguma linearidade lógica diferenciando-se de formas arbitrárias ou variantes de princípios intuitivos para que o usuário possa encontrar o que busca. Para o autor, a relação de dependência se constitui na medida em que um fenômeno de nível mais “complexo” é resultado da interação de elementos referentes ao fenômeno anterior da cadeia de classificação.

Tal princípio não é coerente com a proposta que aqui trazemos. Por exemplo, para compreender o conjunto de músicas nomeado “Songs to sing in the shower⁷”, parece que não basta saber o que é um chuveiro, o mesmo ocorre com a lista “Just get going” ou “Pink noise”. A lógica da representação nesse caso é a lógica da interpretação subjetiva, por isso os apontamentos à relevância das associações e não hierarquizações. Ao usar a metáfora, o que está sendo descrito é o provável significado (no sentido semiótico) que o usuário alcançará a partir da experiência de ouvir aquele conjunto de músicas. A metáfora linguística é culturalmente localizada, é específica e a insurgência das especificidades é o que configura o pluralismo.

Voltando a García Gutiérrez e compreendendo que esse ensaio trata de passos (bem) iniciais, observamos que a linearidade e o princípio que guia a progressão das categorias aparentes na estrutura dos esquemas de classificação não é a melhor via de abordagem da representação da música. Quais seriam as vias para incorporar as metáforas nas discussões da OC é uma questão que deixaremos em aberto. Mas ao flertar com as noções de contradição e pluralismo cultural, podemos considerar um vislumbre à desclassificação.

⁷ Disponível no Stream Squid: <https://streamsquid.com/#/browse/genres>

REFERÊNCIAS

- BARROS, Camila Monteiro de. Representação da informação musical: emoções expressas pelos usuários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 306 – 331, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41276>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda; LAPLANTE, Audrey. Emotional Concepts in Music Knowledge Organization. *In: ISKO INTERNATIONAL CONFERENCE*, 14., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Würzburg: Ergon, 2016. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/9783956504389-164/emotional-concepts-in-music-knowledge-organization?page=1>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda; LAPLANTE, Audrey. As contribuições da autonarrativa da experiência semiótica musical para a organização do conhecimento. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 101-124, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/ies/article/view/34919>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda; LAPLANTE, Audrey. The contribution of semiotics to knowledge organization for music information. Würzburg: Ergon. *In: ISKO INTERNATIONAL CONFERENCE*, 15., 2018, Porto, 2018. **Anais [...]**. Baden-Baden: Ergon, 2018. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/9783956504211-137/the-contribution-of-semiotics-to-knowledge-organization-for-music-information>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- CHIANTORE, Luca. Undisciplining music: artistic research and historiographic activism. *ÍMPAR: online journal for artistic research in music*, Aveiro, v. 1, n. 2, p. 3-21, abr. 2017. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/impar/article/view/775/643>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- FERRAZ JUNIOR, Expedito. O conceito peirceano de metáfora e suas interpretações: limites do verbocentrismo. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 70-78, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2011.35252>. Acesso em: 20 mar. 2024
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Declassifying Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **En pedazos: el sentido de la desclasificación**. Madrid: ACCI, 2018.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Diálogos desclassificados: a música e a voz por trás da teoria da desclassificação, segundo passo. [Entrevista cedida a] Klênio Barros e Erickinson Bezerra de Lima. **ORFEU**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 1-16, abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/19805>. Acesso em: 30 mar. 2022.

- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Metáfora e contradição** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: camila.c.m.b@ufsc.br em 01 abr. 2022.
- GNOLI, Claudio. Classifying phenomena Part 1: dimensions. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 403-415, 2016.
- GNOLI, Claudio. Classifying phenomena part 2: types and levels. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 1, p. 37-54, 2017.
- HANSSON, Joacim. The Materiality of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 6., p. 384-391, 2013.
- HETMANSKI, Marek. The actual role of metaphors in knowledge organization. *In*: ISKO INTERNATIONAL CONFERENCE, 13., 2014, Kraków. **Anais** [...]. A Würzburg: Ergon., 2014. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/9783956504396-73/the-actual-role-of-metaphors-in-knowledge-organization?page=1>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Cicago Press, 1980.
- MARRAS, Cristina. Multidisciplinary knowledge: aquatic and terrestrial metaphors. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 6, p. 392-399, 2013.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SMIRAGLIA, Richard P. Revealing Perception: Discourse Analysis in a Phenomenological Framework. **NASKO**, Seattle, v. 4, p. 223-230, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7152/nasko.v4i1.15163>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- MAZZOCCHI, Fulvio. Images of thought and their relation to classification: the tree and the net. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 6, p. 366-374, 2013.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção de objetos-de-discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, Monica Magalhães; BIASI, Bernadete Rodrigues; CIULLA, Alena (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- MONTEIRO, Silvana Drumond. A organização virtual do conhecimento no ciberespaço. **DataGramZero**, Brasília, v. 4, n. 6, dez. 2003. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_a5292350cc_0007529.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.
- MONTEIRO, Silvana Drumond; ABREU, Joel Gomes de. O pós-moderno e a organização do conhecimento no ciberespaço: agenciamentos maquínicos. **DataGramZero**, Brasília, v. 10, n. 6, dez. 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7025>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ORRICO, Evelyn. As metáforas na interdisciplinaridade: uma proposta possível? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viienancib/paper/viewFile/2380/1511> Acesso em: 20 mar. 2024.

ORRICO, Evelyn. A metáfora e a organização do conhecimento: como dialogam? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 99-116, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31445>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ORRICO, Evelyn; OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. A representação metafórica nos caminhos do conhecimento em tempos de comunicação globalizada. **DataGramZero**, Brasília, v. 6, n. 5, out. 2005. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_6567c8a6c5_0011597.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul; BURKS, ARTHUR W. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PINHO, Fabio Assis. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 120-133, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1422/1600>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PINHO, Fabio Assis. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 117 – 143, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31446>. Acesso em: 30 mar. 2022.

REIS, Abel. Aproximações ao conceito de metáfora em C. S. Peirce. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, v. 4., n. 2, p. 1-9, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/566/487> Acesso em: 30 mar. 2022.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROBINSON, Lyn; MAGUIRE, Mike. The rhizome and the tree: changing metaphors for information organization. *Journal of documentation*, London, v. 66, n. 4, p. 604-613, Jul. 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220411011052975/full/html>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SALES, Rodrigo de. Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 259-275, nov. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4316/3950>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SHUTOVA, Ekaterina; DEVEREUX, Barry J.; KORHONEN, Anna. Conceptual metaphor theory meets the data: a corpus-based human annotation study. *Lang Resources & Evaluation*, Berlin, v. 47, p. 1261–1284, Jun. 2013. Disponível em: <https://pure.qub.ac.uk/en/publications/conceptual-metaphor-theory-meets-the-data-a-corpus-based-human-an>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SMIRAGLIA, Richard P. Noesis: Perception and Every Day Classification. *In: ISKO INTERNATIONAL CONFERENCE*, 10., 2008, Montréal. *Anais [...]*. Würzburg: Ergon, 2008. Disponível em: <https://www.ebsi.umontreal.ca/recherche/colloques-congres-journees-d-etude/isko2008/documents/abstracts/smiraglia.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TENNIS, Joseph T. Metaphors of time and installed knowledge organization systems: Ouroboros, Architectonics, or Lachesis? *Information Research*, Borås, v. 18, n. 3, Sept. 2013. Disponível em: <http://informationr.net/ir/18-3/colis/paperC38.html#YkdAfSjMLIU>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VAN DEN HEUVEL, Charles; SMIRAGLIA, Richard. Concepts as Particles: Metaphors for the Universe of Knowledge. *In: ISKO INTERNATIONAL CONFERENCE*, 13., 2010, Rome. *Anais [...]*. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/kyN67. Acesso em: 30 mar. 2022.

VEREZA, Solange C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. **Linguagem em Discurso**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/374. Acesso em: 20 mar. 2024.

VEREZA, Solange C. O gesto da metáfora na referenciação: tecendo objetos de discurso pelo viés da linguagem figurada. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 59, n. 1, p. 135-155, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648450/15699>. Acesso em: 17 maio 2021.

VEREZA, Solange C. O *locus* da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 41, p. 199-212, 2010. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/o-locus-da-met%C3%A1fora-linguagem-pensamento-e-discurso>. Acesso em: 21 abr. 2021.

12

**CONTRADISPOSITIVOS
RIZOMÁTICOS PARA INQUIETAR
A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: UMA TENTATIVA
DECOLONIAL**

*RHIZOMATIC COUNTERDEVICES TO
SHAKE KNOWLEDGE ORGANIZATION:
A DECOLONIAL ATTEMPT*

Rodrigo de SALES

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Dirnèle Carneiro GARCEZ

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo: Este ensaio se sustenta no desejo de proporcionar caminhos decoloniais no âmbito instrumental da Organização do Conhecimento. O objetivo principal é especular possibilidades de se construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento, com vistas à abordagem rizomática. Para tanto, desenhou-se algumas aproximações entre o conceito de dispositivo, de Foucault e Agamben, o conceito de decolonialidade, de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, a ideia de abordagem intercultural, de Natalia Duque Cardona, e a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari. Infere-se, como resultado, o fato de que ao se desvencilhar das amarras ordenadoras e preestabelecidas que operam para a colonialidade, abre-se espaço para um devir intempestivo que pode interferir nos instrumentos que organizam conhecimentos, de forma a resistir ao próprio processo colonizador.

Palavras-chave: rizomas; decolonialidade; contradispositivo; sistemas de organização do conhecimento; violência epistêmica.

Abstract: This essay is based on the desire to provide decolonial paths in the instrumental scope of knowledge organization. The main objective is to speculate possibilities of building counter-dispositifs as a decolonial alternative for knowledge organization aiming at a rhizomatic approach. Therefore, some relations were proposed between the concept of dispositif, of Foucault and Agamben, the concept of decoloniality, of some Latin American researchers, the idea of an intercultural approach, by Natalia Duque Cardona, and the rhizomatic perspective of Deleuze and Guattari. It is inferred, as a result, that when freeing itself from the ordering and pre-established ties that operate towards coloniality, roomed is made for a sudden becoming that can interfere with the instruments that organize knowledge in order to resist the colonizing process itself.

Keywords: rhizomes; decoloniality; counter-dispositif; knowledge organization systems; epistemic violence.

1 INTRODUÇÃO

No campo da Organização do Conhecimento, a representação de assuntos e de domínios de conhecimento ganha forma por meio da construção de instrumentos sistemáticos chamados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). É possível afirmar que tais instrumentos operam como dispositivos estratégicos que, se por um lado, auxiliam eficientemente o processo de recuperação de informações; por outro, são capazes de nos capturar de tal forma que, voluntariamente ou não, acabamos reproduzindo pensamentos vindos de culturas hegemônicas e, por consequência, consolidamos a colonização do saber e a violência epistêmica.

A construção deste ensaio se fundamenta na ideia de que ao ‘profanarmos’ (no sentido dado por Giorgio Agamben) dispositivos vigentes, temos chances de abrir espaço para a criação de contradispositivos que, no mínimo, poderão perturbar ou confundir o processo colonizador ainda presente na Organização do Conhecimento. Assim, a questão que nos orienta nesta especulação teórica é: será possível construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento?

Do ponto de vista da abordagem teórico-metodológica, este texto está respaldado por reflexões teóricas e produções científicas de pessoas indígenas, negras e de outros grupos étnico-raciais, assim como por ideias de filósofos europeus ligados ao pós-estruturalismo. O objetivo principal é especular possibilidades de se construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento, com vistas à abordagem rizomática definida por Deleuze e Guattari. Para tanto, traçamos algumas aproximações entre o conceito de dispositivo, de Foucault e Agamben, o conceito de decolonialidade, de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, a ideia de abordagem intercultural, de Natalia Duque Cardona, e a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari.

No que se refere à estrutura do ensaio, o texto está composto por uma seção destinada à urgência da decolonialidade para enfrentarmos a violência epistêmica; uma seção dedicada à criticar os sistemas de Organização do

Conhecimento, que operam como dispositivos potencialmente coloniais; ainda, uma seção que propõe a abordagem rizomática como alternativa para a construção de contradispositivos decoloniais no âmbito instrumental da Organização do Conhecimento e; seções relativas às conclusões e às referências bibliográficas.

2 UM POUCO SOBRE A DECOLONIALIDADE: UMA URGÊNCIA

A decolonialidade surgiu no instante em que o colonizado interveio e se opôs às pretensões de seus colonizadores (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016). E, desde então, interlocuções têm sido realizadas por meio de abordagens contra as perspectivas hegemônicas no conhecimento. Os estudos decoloniais partem de pensamentos de grupos colocados em lugares de opressão e de sub-representação, como mulheres, grupos étnico-raciais e povos originários de populações que estão à margem da sociedade, como é o caso dos de origem latina, indígenas, entre outros.

A decolonialidade tem sido debatida em estudos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas as Ciências Sociais, a Geopolítica, o Direito e áreas afins. Isso demarca o percurso de uma (re)existência epistêmica (Passos, 2019) presente em textos que objetivam estabelecer diálogos entre os atores sociais como no caso de negros, de indígenas, de ameríndios e outros. Entretanto, muitos dos discursos que se propõem decoloniais estão atribuindo relações entre os sujeitos que foram marginalizados colocando-os no lugar do outro quando abordam a produção de conhecimentos, o que torna então uma recolonização do conhecimento elaborado, em que tais perspectivas são fundamentadas em “[...] um multiculturalismo teórico, racializado e que exotiza estes corpos” (Silva Viana; Moura, 2019, p. 4).

O antropólogo Gálvez González (2018) chamou a atenção para o fato de que o conhecimento hegemônico ocidental, em grande medida, constituiu-se por meio da construção estereotipada das diferenças culturais e/ou da cultura do outro. Segundo o autor, o conhecimento ociden-

tal “[...] fosilizó lo ‘otro’ en una entidad ‘exótica’ radicalmente diferente” (Gálvez González, 2018, p. 20). Essa polarização do *nós-eles* parece ser um componente ontológico estratégico que cumpre a missão de maquiagem uma construção histórico-colonial que fundamenta a separação das culturas e dos povos por meio das mais variadas distinções colonizadoras, civilizados-selvagens, civilizados-primitivos, civilizados-exóticos etc.

A distinção colonizadora pode ser entendida de forma ainda mais profunda quando vista aos olhos de alguns povos originários indígenas. Como nos alerta o pensador e ativista político indígena Ailton Krenak, a enganosa distinção se dá já na separação do humano com o planeta, desconectando a vida/natureza como um todo, promovendo, com isso, uma relação de dominação-exploração ao invés de uma vivência plena. Segundo Krenak (2020), optou-se pelas explorações e dominações desenfreadas ao invés da experiência de se estar ‘radicalmente vivo’, sob a compreensão de que todos os corpos estão relacionados a tudo que é vida na Terra. A herança grega, que em determinado momento da história ocidental resolveu entender o mundo como um mecanismo, e que este mecanismo poderia ser compreendido e dominado pela humanidade, decididamente é uma afronta aos pensadores dos povos originários.

[...] o desvio dos humanos em seu sentimento de pertencimento à totalidade da vida se deu quando descobriram que podiam se apropriar de uma técnica. Atuar sobre a terra, sobre a água, sobre o vento, sobre o fogo, até sobre as tempestades que antes interpretavam como sendo fruto de um poder sobrenatural. Nas tradições que eu compartilho, não existe poder sobrenatural. Todo poder é natural, e nós participamos dele. (Krenak, 2020, p. 56).

Entendemos que distinções pautadas em dominantes-dominados ou exploradores-explorados são componentes coloniais, que potencializam violências diversas, como é o caso da violência epistêmica. A socióloga Gaytán Zamudio (2018, p. 31), afirma que a violência pode ser exercida de diversas formas e “la mayoría de las veces se hace de forma imperceptible, no porque su fuerza sea menos destructiva, sino porque dicho ejercicio es

parte ya de nuestra cotidianidad”. Segundo a autora, a violência epistêmica faz parte de uma violência objetiva que opera tanto no processo de invisibilização e de exclusão de quem é oprimido, quanto na demasiada visibilização e afirmação de quem é opressor, dando vez, assim, a uma realidade condicionante de dominação colonial.

É importante frisar que a colonialidade já vem sendo criticada desde as décadas de 1960 e 1970, numa perspectiva anticapitalista limitadamente solidária aos chamados povos de “terceiro mundo”. Mas, segundo Gaytán Zamudio (2018), esse movimento não questionou o quadro epistemológico do próprio discurso, marcado ainda pela lógica eurocêntrica. Nesse sentido, a autora afirma ser hora de avançarmos a discussão e ultrapassarmos o estágio da denúncia (crítica aos dispositivos coloniais) para um estágio de criação de caminhos decoloniais.

O caminho de decolonialidade que pretendemos criar se situa em um espaço proposto pela pesquisadora colombiana Natalia Duque Cardona, chamado de paradigma intercultural. A construção de uma abordagem que dê conta da diversidade cultural produzida pela grande pluralidade de existências precisa, segundo Cardona (2020), ser concebida por meio do diálogo de saberes. Ainda, segundo a autora, isso implicaria em estarmos atentos aos diversos modos de produção de informação e aos diversos modos de construção do conhecimento, verificáveis a partir da relação dialógica dos saberes produzidos e disseminados pela pluralidade dos povos étnicos e dos grupos locais e regionais.

Trata-se, em última análise, de um esforço de construir uma abordagem que combata a lógica hegemônica de violências epistêmicas, como denunciada por Gaytán Zamudio (2018). No entanto, para evitar desajustes conceituais e não colidir com a ideia de paradigma cunhada por Thomas Kuhn, que serviu de base para a identificação dos paradigmas da Ciência da Informação de Rafael Capurro, preferimos não fazer uso do termo paradigma intercultural, como o fez Cardona, mas sim ‘abordagem intercultural’. Tal postura se explica pelo fato de que, para Kuhn (1997), os

paradigmas seriam uma espécie de arquétipos ou modelos de pensamentos e de resoluções de problemas identificáveis em determinado período da história da ciência. Nos parece que a ideia kuhniana de paradigma remete sempre ao reconhecimento do que já existiu enquanto modelo de fazeres científicos, assim, impossível de ser proposto *a priori*, mas sim identificado e analisado *a posteriori*.

Procuraremos ocupar esse espaço de interculturalidade para a construção de um possível caminho decolonial explorando, mesmo que provisoriamente, a ideia de que instrumentos de Organização do Conhecimento podem se tornar ‘contradispositivos’ se concebidos sob uma perspectiva rizomática. Em suma, abordaremos o conceito de “dispositivo” como aquilo que potencialmente coloniza e especularemos a ideia de “contradispositivo” como aquilo que pode decolonizar.

3 PERTURBANDO OS DISPOSITIVOS

Embora seja um conceito de destaque na obra de Michel Foucault, não é tarefa muito fácil encontrar onde o autor explicitamente definiu o conceito de dispositivo. Mas é possível encontrar no livro *Microfísica do Poder*, no ensejo de uma entrevista concedida ao final da década de 1970, a afirmação mais direta que Foucault fez a respeito da definição de dispositivo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Foucault, 2010, p. 244).

O autor considerava que um dispositivo era “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2010, p. 244).

Agamben (2009), na tentativa de identificar onde Foucault teria se inspirado para criar e fazer uso deste termo técnico (dispositivo), esboçou uma genealogia filológica discorrendo a respeito de termos anteriormente usados como, por exemplo, *oikonomia*, que para os teólogos fazia referência ao cuidar ou administrar o local. O filósofo italiano fez referência também ao termo positividade (*positivité*), trabalhado por Jean Hippolite, que havia sido professor de Foucault. Tanto o termo positividade quanto ao termo *oikonomia*, segundo Agamben (2009), possuíam um sentido convergente que estaria presente no dispositivo foucaultiano, uma vez que todos os citados termos queriam estrategicamente governar a humanidade, queriam aquilo que Foucault costumava chamar de governabilidade.

Nessa empreita, Agamben parece ter sido mais meticuloso ao detalhar um pouco melhor a ideia de dispositivo, alargando, assim, o conceito de Foucault:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares [...] (Agamben, 2009, p. 40-41).

Para Agamben, existem de um lado os seres viventes (as coisas, as substâncias) e do outro, os dispositivos. Entre esses dois lados, existem os sujeitos. Assim, os sujeitos seriam o resultado da relação estabelecida entre as coisas e os dispositivos. Observa-se, aqui, o quão capturados, controlados e governados podemos estar, na concepção de Agamben, enquanto sujeitos. O processo de subjetivação, de tornar-se sujeito, passaria já pelas redes estabelecidas, pelas coisas e pelos dispositivos. Ao concordarmos com

Agamben, podemos chegar à preocupante constatação de que somos, enquanto sujeitos, frutos de articulações de dispositivos.

Uma vez que a captura parece ser a certeza, o próprio Agamben (2009, p. 44) nos apresenta o que podemos entender como uma possibilidade de libertação: “[...] a estratégia que devemos adotar no nosso corpo a corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-lo a um possível uso comum”. Segundo o autor, os dispositivos consagraram o que precisamos profanar. Para as religiões e para o Direito Romano, tornar sagrado seria, de algum modo, tirar algo da esfera humana e passar para uma esfera divina. O que é sagrado não pertence ao indivíduo, não é de uso humano, aos deuses pertence. Profanar o que é sagrado seria restituir ao uso humano, deixar de pertencer ao divino e voltar a pertencer à humanidade. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (Agamben, 2009, p. 45).

Nesse sentido, o que gostaríamos aqui de extrair de Foucault e de Agamben são alguns aspectos que nos permitam a construção de um argumento contradispositivo. De Foucault, pegaremos o fato de que um dispositivo é uma rede de elementos heterogêneos, discursivos ou não, que assumem uma função estratégica para responder a uma urgência. De Agamben, pegaremos a ampliação do conceito de dispositivo e sua ideia de profanação como libertação.

Buscando ‘profanar’ para tentar desestabilizar os dispositivos que sacralizam nossas ações, nossas falas, nossas instituições etc., nos alimentaremos de uma postura que de modo algum negará os dispositivos, mas que tentará superá-los pela intempestividade, pelas fissuras, por meio daquilo que pode os tornar mais porosos e menos poderosos.

Os dispositivos que queremos aqui profanar são os chamados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Em outras palavras, queremos restituí-los ao uso comum para aproximá-los de realidades concretas.

Os SOC são, segundo Bräscher e Café (2010), instrumentos que representam dado domínio de conhecimento por meio da formalização sistemática de relações semânticas de conceitos. O termo *sistemas de organização do conhecimento* foi proposto no âmbito do *Networked Knowledge Organization Systems Working Group*, em 1998, e se refere ao conjunto de instrumentos voltados à organização e representação do conhecimento, tais como sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, taxonomias, vocabulários controlados, tesouros, mapas conceituais, redes semânticas e ontologias (Hodge, 2000). Cada um desses instrumentos possui formas distintas de representar o conhecimento.

Os sistemas de classificação, por exemplo, sistematizam classes de assuntos e de conceitos, enciclopédicos ou especializados, a fim de proporcionar a recuperação temática de documentos por meio de notações classificatórias (Foskett, 1973; Vickery, 1980). As listas de cabeçalhos de assunto, os vocabulários controlados e os tesouros, por sua vez, contribuem para a representação e para a recuperação de informações por meio do controle terminológico, em que os assuntos e os conceitos são representados em linguagem textual (Dodebei, 2002; Sales 2008). Cabe ressaltar que esses instrumentos de representação verbal se distinguem quanto ao nível de formalização de sua estrutura e de complexidade das relações conceituais possíveis (Brascher; Carlan, 2010).

Os tesouros, por exemplo, proporcionam relações semânticas que não são possíveis nas listas de cabeçalhos de assunto. Já as taxonomias, que se caracterizam pela hierarquização sistemática de conceitos, operam como instrumentos de navegação em plataformas digitais capazes de fornecer maior precisão para os sistemas de recuperação da informação (Campos; Gomes, 2008). As ontologias consistem em artefatos digitais que concedem especificações conceituais formalizadas para a representação de assuntos e conceitos de determinados domínios, pois lançam mão de algoritmos informáticos que viabilizam a operacionalização de regras de inferência (Sales; Café, 2009). Todos esses instrumentos, que compõem juntos o rol dos SOC, possuem o objetivo precípua de representar co-

nhcimentos para fins de recuperação da informação, por isso inserem-se naquilo que podemos chamar de perspectiva instrumental da Organização do Conhecimento.

Experimentar alternativas teóricas que transbordem as capacidades dos instrumentos já consolidados na área pode promover avanço no desenvolvimento instrumental da Organização do Conhecimento. Inúmeras são as abordagens que vêm, ao longo da história, subsidiando a estruturação dos SOC. A construção de sistemas de classificação, por exemplo, desde a segunda metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, vem se apoiando em perspectivas filosóficas de autores que acreditavam ser possível conceber uma classificação universal do conhecimento.

A dialética empirista concebida por Francis Bacon (no século XVII) e a dialética idealista/racionalista de Georg W. F. Hegel (alavancada em meados do século XIX), por exemplo, serviram de base para a elaboração de classificações bibliográficas repercutidas internacionalmente, tais como a Classificação de Livros de Harris (1870), a Classificação Decimal de Dewey (1876), a Classificação da Library of Congress (1901) e a Classificação Decimal Universal (1906) (Eaton, 1959; Leidecker, 1946; La Montaigne, 1961, Comaroni, 1976; Weigand 1996, 1998; Olson, 2001, 2011). Em suma, podemos afirmar que a Organização do Conhecimento concebida pelos sistemas de classificação vem, ao longo dos anos, reproduzindo perspectivas universalistas e idealistas, que correspondem a visões de mundos próprias do século XIX e do hemisfério norte.

A construção dos SOC, especialmente aqueles de representação verbal, como os tesouros e as ontologias, vem sendo amparada por abordagens advindas das mais variadas áreas: da Filosofia, como a Teoria do Conhecimento, a Teoria do Conceito e a Filosofia da Linguagem; da Linguística, como a Sociolinguística, a Gramática Funcional, a Socioterminologia, a Teoria Geral da Terminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia; da Classificação, como a Teoria da Classificação Facetada; e, mais recente-

mente, da Psicologia, como as Ciências Cognitivas. Ademais, uma vez que os SOC servem para representar o conhecimento e, conseqüentemente, aprimorar a organização da informação, é evidente que as áreas da informação, como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Ciência da Informação tecem interfaces com todas essas áreas. Essa interdisciplinaridade pode ser observada em trabalhos como os de Campos (2001), Café (2003), Sales e Café (2009), Fujita *et al.* (2009), Gracioso e Saldanha (2011), entre outros. A viabilização tecnológica para a elaboração dos SOC se aproxima também de estudos vindos da Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Inteligência Artificial, Sistemas de Informação etc.

Entendemos que o desenvolvimento dos SOC, desde os tradicionais sistemas de classificação até as sofisticadas ontologias, ancora-se em abordagens teóricas e metodológicas já consolidadas que, por sua vez, refletem um modelo epistemológico pré-estabelecido e hegemônico. Assim como as relações dos assuntos nos sistemas de classificação são definidas previamente por uma perspectiva teórica, e seus desdobramentos são pré-estabelecidos por cânones e princípios, as possibilidades de inferências das ontologias são igualmente determinadas por axiomas que operam como sentenças verdadeiras. Embora o avanço proporcionado pelas tecnologias de informação tenha promovido um aumento exponencial nas possibilidades de relacionamentos conceituais nos diferentes instrumentos de Organização do Conhecimento, notamos que todos eles operam com base em definições e relações pré-concebidas. Para que uma ontologia, por exemplo, infira algumas instâncias como resposta a uma busca de informação, é necessário que algum axioma seja pré-definido por seus criadores. Ou seja, suas possíveis relações de conceitos, embora altamente sofisticadas do ponto de vista tecnológico, operam, assim como nas classificações, nas taxonomias e nos tesouros, de maneira previamente definida, reproduzindo uma lógica marcadamente estruturalista e formalista.

Diante desse cenário, não é difícil considerar que os SOC, via de regra, operam como verdadeiros dispositivos que consistem em estruturas conceituais que representam e organizam o conhecimento sob a égide de

um discurso hegemônico e autorizado. Mais que isso, a postura que vem sustentando a construção dos SOC é demasiadamente ancorada por um discurso eficientista de recuperação da informação que poucas vezes questiona a sub-representação, o silenciamento e a violência do acultramento vindo quase que exclusivamente de países dominantes e colonizadores, fato que, por consequência, ajuda a perpetuar violências epistêmicas e invisibilizações culturais. Somos, ainda hoje, impelidos a organizar conhecimento com base em definições prévias de categorias, classes, hierarquias, centralidades, territorialidades, estratificações, ou, ainda, por meio de relacionamentos cristalizados por meio de cânones e axiomas. Somos, portanto, capturados por dispositivos que cumprem a função estratégica de serem eficientes ao colonizador, reafirmando e supervalorizando as lógicas vigentes que não foram feitas por nós. Evita-se, com isso, a fuga, o escape, os devires que geram o ineditismo. Tem-se o dispositivo operando com êxito em sua função de controle e governabilidade.

A base estruturante dos SOC é, podemos afirmar, formada por dois componentes: os conceitos e as relações entre eles. Deixaremos a questão dos conceitos para ser discutida em outra oportunidade, que por si só já é um tema fundamental para se buscar a decolonialidade. Nos concentraremos aqui na questão das relações entre os conceitos. Se os conceitos podem ser visualizados, por analogia, como pontos em uma estrutura qualquer, as relações entre eles podem ser vistas como linhas que interligam os pontos, e, nessa discussão, nos interessam justamente as linhas. Posto isso, temos nos SOC linhas que dão formas a relações de diversos tipos: subordinadas-hierárquicas (gênero/espécie e todo/parte), coordenadas – não-hierárquicas (associativas e funcionais), instanciativas (exemplificações) etc. Fato é que todas essas relações são definidas previamente quando da montagem do arranjo de cada SOC e obedecidas quando, salvaguardadas algumas regras, tais arranjos são utilizados. Isso significa dizer que as ordenações, as categorizações, as classificações, as hierarquizações, as territorialidades, os avizinhamentos e as estratificações são predefinidas e cristalizadas em um modelo de representação de conhecimento. Por mais que os pontos (con-

ceitos) possam ser modificados e atualizados e as linhas (relações) possam ser repensadas e rearranjadas, tudo isso acaba por ser resolvido de maneira predeterminada.

Nesse sentido, os SOC acabam operando como um dispositivo que captura, por meio das relações conceituais, o próprio ato de organizar o conhecimento. Com isso, não é descabido afirmar que os SOC inibem a possibilidade do ineditismo e da autonomia, agem de forma implacável contra os devires que podem ocorrer quando da experiência com o próprio conhecimento. A preconcepção das estruturas dos atuais SOC refletem uma cultura arborescente que raramente consegue escapar dos estereótipos ou do caráter previsível da organização do conhecimento. Considerando que organizar conhecimento numa sociedade líquida (Bauman, 2001) e complexa (Morin, 2015) não se limita a seguir formas pré-concebidas, propomos, com base na abordagem rizomática de Deleuze e Guattari, especular uma alternativa para a perspectiva instrumental da Organização do Conhecimento. Propomos, em última análise, abrir espaço para a criação de contradispositivos.

Para isso, perturbaremos, no melhor dos sentidos, a base estruturante dos dispositivos chamados de SOC. Em outras palavras, procuraremos desestabilizar o dispositivo (que coloniza) para criar possíveis contradispositivos (que podem decolonizar).

5 RIZOMAS COMO CONTRADISPOSITIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Não queremos sugerir que a abordagem rizomática, enquanto possível contradispositivo, não será por vezes composta por coisas ditas e não-ditas ou, talvez, por alguns elementos semelhantes aos que existem nos dispositivos relatados por Foucault e Agamben. Tampouco queremos ingenuamente afirmar que esse contradispositivo se libertará de uma vez por todas das redes e estratégias que nos capturam. Não procuraremos equivo-

cadamente num gesto de mera oposição sugerir que um dispositivo possa virar um contradispositivo se alguns ajustes de enfoque forem realizados, como se uma simples negação fosse capaz de fazer um dispositivo operar de modo adequado.

Agamben (2009) já foi esclarecedor ao afirmar que é o dispositivo que nos captura, e não o contrário – nem tentaremos aqui em vão persuadir o leitor e a leitora de que teríamos alguma espécie de controle sobre os dispositivos. O que pretendemos, mesmo que em nível especulativo, é criar uma ideia de que os rizomas podem ‘estrategicamente’ operar como uma espécie de contradispositivo. E fazemos isso, porque entendemos que para construir um instrumento-ferramenta como contradispositivo não basta substituir seus elementos de captura por outros, mas sim livrá-los de seus caracteres de previsibilidade e determinismo que, até o momento, parece ter acolhido somente o colonizador.

Acreditamos que esforços que trabalham para aperfeiçoar ou atualizar os elementos que já existem, contribuem muito mais para a sofisticação do dispositivo do que para seu rompimento. Ou seja, tal postura ajuda a consagrar ainda mais o que já está consagrado enquanto dispositivo. Como dito anteriormente, investimos aqui na ideia de profanar o que está consagrado, mas não como mera arbitrariedade e teimosia, sim como proposta de restituir ao uso comum.

Consideramos que se as relações conceituais que formam os instrumentos que pretendem organizar o conhecimento não forem dadas de antemão, estrategicamente as funções de orientação, disciplinarização, ordenação, controle, captura e modelização, que marcam um dispositivo, perderão, em grande medida, seus efeitos. Assim, a não definição prévia das relações que compõem o instrumento, ou seja, a imprevisibilidade de seus elementos e relações, pode enfraquecer de maneira importante o dispositivo colonizador.

Para isso, adotamos como horizonte teórico a ideia-imagem de rizoma desenhada por Deleuze e Guattari (2014). O rizoma de Deleuze e

Guattari é uma metáfora para a concepção de uma nova abordagem epistemológica que pode servir tanto à Filosofia, à Política e à Sociologia, quanto à Linguística, à Psicanálise e à Educação. Aqui, trabalharemos a abordagem rizomática para ampliar o debate sobre a organização e representação do conhecimento. Trata-se de uma tentativa de romper com os modelos organizacionais vigentes, que refletem estruturas estratificadas que dão contornos nítidos ao pensamento arborescente ocidental, pautado na centralidade e no determinismo prévios. Em outras palavras, procuramos desestabilizar modelos que operam como dispositivos.

Para escapar das previsíveis relações hierárquicas e das limitadas bifurcações representadas nas relações dicotômicas, Deleuze e Guattari (2014) tomam de empréstimo da Botânica o termo rizoma para nomear uma nova imagem epistemológica. O termo se refere a hastes subterrâneas que crescem para qualquer lado e tomam as mais variadas formas de maneira imprevisível. A grama é um bom exemplo de rizoma, assim como os bulbos e os tubérculos. Segundo Deleuze e Guattari (2014, p. 22), “O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos”. De antemão, percebemos na abordagem rizomática uma negação à previsão, tanto no que se referem às formas quanto no que dizem respeito às ligações (conexões).

Os autores caracterizam o rizoma com base nos seguintes aspectos:

1 e 2 – Princípios de conexão e de heterogeneidade: Qualquer ponto de um rizoma pode e deve ser conectado a qualquer outro ponto. Os elementos de um rizoma podem pertencer a diferentes grupos semióticos, não se prendendo exclusivamente ao signo linguístico. Podem se conectar elementos muito diversos, como linguísticos, perceptivos, mímicos, gestuais e cognitivos, bem como elementos das mais variadas áreas, como das artes, das ciências, da política e da biologia em uma ou em várias cadeias semióticas. O rizoma, diferentemente da árvore, é antigenealógico (Deleuze; Guattari, 2014, p. 22).

3 – *Princípio de multiplicidade*: “[...] somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto [...] uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 23). Para os autores, a inexistência de uma unidade que sirva como pivô ou como elemento centralizador é uma característica marcante do rizoma. Trata-se de um múltiplo em constante movimento e transformação. O rizoma possui tão somente determinações, grandezas e dimensões que se modificam ao crescerem.

4 – *Princípio de ruptura assignificante*: “Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 25). Todo rizoma possui linhas de segmentaridades, que dão forma a estratificações, territorialidades, organizações, significados e atribuições, mas é rompido por linhas de desterritorialização que escapam constantemente. O rizoma não tem nem início nem fim, ele apenas se move e ganha velocidade por meio de linhas de fuga e de movimentos de desterritorialização e desestratificação. Isso não significa dizer que não haverá no rizoma articulações, segmentaridades, estratos e territorialidades, porém esses se moverão constantemente por meio de conexões e rompimentos imprevisíveis.

5 e 6 – *Princípio de cartografia e de decalcomania*: Diferentemente da árvore ou da raiz-pivotante ou fasciculada (representações metafóricas de Deleuze e Guattari para relações centralizadas e dicotômicas), o rizoma não é decalque, é mapa.

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (Deleuze; Guattari, 2014, p. 30).

Assim como o mapa, o rizoma tem múltiplas entradas e múltiplas saídas. Provavelmente, a comparação que Deleuze e Guattari fazem entre o rizoma e o mapa se refere ao caráter de construção e reconstrução constantes, ou seja, à característica de não fechamento de ambos. Diferentemente do ato de decalcar, em que os contornos se fecham e dão formas definitivas, o “mapear” respeita a não previsibilidade da experiência real.

Após apresentarem as características do rizoma, Deleuze e Guattari (2014) intensificam suas oposições ao pensamento hierárquico afirmando que “O pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 34). “A árvore e a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou segmento” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 35).

No contexto da Organização do Conhecimento, parece ainda que os SOC não conseguiram escapar da reprodução de um pensamento hierarquizante e/ou centralizador baseado em determinações pré-concebidas. Olson (2001) já destacou o fato dos sistemas classificatórios vigentes até hoje no mundo ocidental serem ainda dependentes da rigidez hierárquica e da lógica de diferenciação pautada exclusivamente no binômio semelhança-diferença, que, na tentativa de promoverem formas universais de representação do conhecimento, acabam ignorando questões culturais fundamentais como, por exemplo, o fato de que semelhanças e diferenças podem variar radicalmente em culturas distintas. A autora, de certo modo, nos coloca diante do desafio de criar formas de representação do conhecimento que escapem das já consolidadas e notadamente limitadas noções ocidentais de hierarquização e diferenciação, evidenciando a necessidade de se criar instrumentos que respeitem o relativismo cultural.

Essa perspectiva de Olson (2001) converge com ideia de Mai (2011), para quem, num contexto de modernidade tardia, o trabalho do classificacionista deveria se aproximar mais da realidade social contemporânea que, por sua vez, está cada vez mais afastada das armadilhas dos universalismos rígidos.

Outra tentativa de se desvencilhar da tônica estruturalista e determinista proporcionada pelos esquemas classificatórios, que vigoram na cultura ocidental, é encontrado nos trabalhos de García Gutiérrez (2007, 2018), em que o autor trabalha o conceito de desclassificação. Aderente à perspectiva pluralista da sociedade contemporânea e crítico severo da lógica hierárquica na qual nos inserimos, García Gutiérrez (2007) traz em sua desclassificação a alternativa de reconhecermos e aceitarmos em nossas representações conceituais a lógica da contradição.

Provavelmente o trabalho mais declaradamente empenhado em combater o engessamento estrutural das formas de representação do conhecimento na área da Ciência da Informação na atualidade seja o livro de García Gutiérrez publicado em 2007, intitulado “Desclassificados: pluralismo lógico y violència de la clasificación”. Nele, o autor propõe uma contraposição à epistemologia classificatória dominante no ocidente, apresentando um modelo alternativo para se pensar as representações conceituais, que o autor denominou de epistemografia. Podemos afirmar que o fio condutor desse novo modelo, que se vê na obrigação de compreender ou, ao menos, aceitar os relativismos e as mobilidades culturais, é o princípio da contradição.

Para García Gutiérrez (2007), a contradição não significa mera oposição, em que um conceito tem de ser necessariamente negado por seu oponente, como na relação pura e simples do claro-escuro, em que uma coisa ou é clara ou é escura. A contradição, segundo o autor, abriga também relações que podem ser complementares em vez de excludentes, como, por exemplo, o dia pode estar claro e ao mesmo tempo estar escuro se observado de outra maneira. Com a lógica pluralista e com o princípio da contradição, o autor parece querer abrir espaço para afirmações que não obedecem às lógicas determinísticas preestabelecidas pelo pensamento hierárquico arborescente. Assim, dá lugar a um modelo que não necessariamente nega a existência das classificações orientadas pela epistemologia dominante, mas promove a existência incômoda de uma desclassificação orientada pela epistemografia, ou seja, orientada por um modelo teórico-metodológico

mais móvel, mais plural e mais condizente com a heterogeneidade cultural do cenário atual.

É possível afirmar que o modelo epistemográfico de García Gutiérrez guarda fortes relações com o aspecto cartográfico (mapear) do rizoma de Deleuze e Guattari, uma vez que ambos parecem querer contemplar o caráter móvel, indefinido, sem contornos nítidos, marcadamente plural e em constante construção das relações possíveis. De especial maneira, ambas as perspectivas parecem direcionar a atenção à experiência real, em oposição à experiência ideal. Todas essas perspectivas, que tornam justas as buscas por representações mais plurais e mais condizentes com a sociedade atual, encontram espaço de interlocução na contemporaneidade definida por Agamben (2009). Para o filósofo italiano, ser contemporâneo não consiste necessariamente em aderir às coisas de seu tempo ou se revestir dos traços que o identifica como pertencente ao seu tempo, mas sim lançar luz àquilo que seu tempo ainda não iluminou. Ser contemporâneo, para Agamben (2009), consiste em buscar incessantemente o não-vivido, aquilo que foi ofuscado pelas luzes do presente, o inédito. Consiste em criar possibilidades ainda não experimentadas.

Em sociedades marcadas pelo traço colonizador, possibilidades ainda não experimentadas podem ser possibilidades de decolonização. Por isso, buscamos no caminho cartográfico promovido pela abordagem rizomática meios para decolonizar o aspecto instrumental da Organização do Conhecimento. E faremos isso ponderando veementemente que rizomas podem ser construídos em ambientes digitais de modo a dar vez a uma ferramenta de Organização do Conhecimento decolonial.

Antes de expor nossa experiência teórica, é importante considerar que há um aspecto enunciado por Dahlberg (1993, 2006, 2014) que parece não ter sido ainda explorado totalmente, notadamente aquele que diz respeito a outra função da Organização do Conhecimento. Quando a autora reivindica uma autonomia à Organização do Conhecimento, alegando que os esforços de se organizar sistematicamente o conhecimento são de

interesse das mais variadas áreas, tais como educação, economia, indústria e política, ela nos mostra que essa empreitada não se resume ao pragmatismo de se recuperar informação em sistemas informacionais, nem se resume a dar conta das necessidades de se organizar e recuperar documentos.

Por essa razão, a autora foi categórica ao afirmar que a Organização do Conhecimento, enquanto campo autônomo, não poderia se prender exclusivamente ao universo documental, biblioteconômico e informacional, pelo contrário, deveria dele se desligar para alcançar sua real função - conceber formas de se organizar os mais variados conhecimentos nos mais diversos campos do saber.

Para Dahlberg (1993, 2006, 2014), todo e qualquer sujeito aprendiz deveria ter interesse em dispor de meios para organizar sistematicamente seus conhecimentos e assim acessá-los, mas não necessariamente em bases documentais ou unidades de informação, e sim em um sistema conceitual abstrato e organizado. Entretanto, ao buscar tais formas de organização do conhecimento, Dahlberg se deteve aos princípios classificatórios aristotélicos e a concepções de caracterizações e definições de conceitos. Definitivamente, não é este o caminho aqui vislumbrado.

Porém, a perspectiva de que podemos servir à função de proporcionar meios de se organizar o conhecimento a despeito do utilitarismo da recuperação da informação em sistemas informacionais é algo que nos interessa. Nos inspiramos justamente nessa perspectiva para promover uma Organização do Conhecimento que proporcione meios de se saber mais, como que uma criança organizando suas ideias, seus pensamentos e seus conhecimentos, estabelecendo incessantemente suas associações e conexões.

Tomemos, por exemplo, um conjunto limitado de objetos digitais (termos, textos, áudios, imagens, vídeos, hiperlinks etc.) provenientes de bases de dados on-line e gratuitas. Com tais objetos podemos construir um ambiente digital que proporcione um conjunto difuso de atributos que “apontem” para os objetos; esse conjunto não terá fronteiras nítidas, mas difusas, podendo encolher e expandir à medida que mais objetos vão sendo

encontrados e relacionados. O que estamos dispensando é uma estrutura prévia de relações entre objetos. Essa “dispensa” de uma estrutura prévia de relações entre objetos, que possibilite um conjunto difuso (sem nitidez) de atributos que apenas apontam para objetos, pode ser a chave para nos aproximarmos da lógica rizomática.

Assim, as relações serão reveladas na medida em que o ambiente for explorado. Quanto menos previsão, mais rizomático será. Quanto mais houver a possibilidade de expansão e encolhimento indefinidamente, mais próximo do rizoma estaremos.

Ao utilizarmos, por exemplo, o *Unity* (<https://unity.com/>), programa que tradicionalmente é utilizado para a criação de videogames, temos condições de preparar e desenvolver um ambiente digital capaz de viabilizar a construção do rizoma. Temos várias ferramentas úteis para o desenvolvimento de rizomas já integradas ao próprio *Unity*, fazendo com que não precisemos nos preocupar com fundamentos como câmeras, renderizadores de objetos 2D e 3D, interfaces básicas etc. Assim, os códigos de programação a serem utilizados na construção de um rizoma podem ser de nossa autoria se, por exemplo, empregarmos uma linguagem de programação multiparadigmática como o *C#* (*C sharp*), e isso se deve a dois motivos principais: a) a *C#* possui uma excelente integração com o *Unity*, e; b) *C#* é uma linguagem de programação orientada a objetos, fato que converge com as propriedades que um rizoma necessita ter.

O uso de um programa de construção de games (como o *Unity*) atrelado a uma linguagem orientada a objeto (como o *C#*) torna possível, por exemplo, a elaboração de uma abstração autônoma de conhecimentos, em que um grupo de atributos, métodos e relações são tratados individualmente, como uma única unidade (objeto).

Nesse sentido, percebemos um espaço perfeitamente capaz de trabalhar relações entre objetos e conceitos sem o estabelecimento prévio de conexões pautadas em características ou qualquer outro tipo de ordenação. Um espaço que se aproxima muito mais do imprevisível do que das confir-

mações de expectativas. Um espaço cujas estruturas já não são mais estruturas, mas sim formas móveis e nunca acabadas, pois estarão em constante movimento e construção; construção colaborativa, plural e indefinida. Se as possibilidades trazidas pelos softwares de construção de games permitem formas indeterminadas de relações entre objetos digitais, estamos potencialmente próximos da concretização de rizomas. Esse cenário sugere que tecnologias para tal experiência rizomática já existe.

Se retomarmos os princípios do rizoma, entenderemos que o universo dos games pode sim viabilizar a construção de rizomas:

1 e 2 - Princípios de conexão e de heterogeneidade: um computador dotado por um software de elaboração de games e de uma linguagem de programação multiparadigmática orientada a objetos permitirá conexões entre objetos digitais heterogêneos;

3 – Princípio de multiplicidade: objetos provenientes de cadeias semióticas distintas (textos, imagens, vídeos etc.) e suas relações incessantes formam multiplicidades;

4 - Princípio de ruptura assignificante: softwares de construção de games, como o *Unity*, são capazes de acolher as relações estabelecidas sejam elas quais forem, não descartando incertezas, ruídos, brechas e/ou linhas de fuga;

5 e 6 - Princípio de cartografia e de decalcomania: a construção de um ambiente digital pautada na experiência e no uso que se faz do programa, a fim de mapear relações que podem ser alteradas constantemente, dialoga expressivamente com este princípio rizomático. A própria experiência de uso dos softwares de construção de games para desenvolver rizomas já é uma espécie de cartografia de relações possíveis.

Diante disso, podemos ver nos programas de construção de games um atalho para a construção de rizomas. Se as exigências para ser rizoma

são conectividade, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia, é possível afirmar que os citados programas as atendem potencialmente.

Quais as vantagens de ferramentas dessa natureza, e como elas podem ser consideradas contradispositivos decoloniais à Organização do Conhecimento?

A perda da exclusividade e da autoridade nas tomadas de decisões quanto às relações estabelecidas entre os objetos, uma vez que as relações serão criadas colaborativa e horizontalmente pelos próprios utilizadores (leigos ou especialistas) do rizoma, amplia as chances de um número plural de perspectivas culturais habitarem e preencherem o espaço rizomático. A interculturalidade, de certa forma, infiltrar-se-ia de dentro para fora, de fora para dentro e de todos os lados, permeando toda a existência e funcionamento do rizoma. A imprevisibilidade das relações aliada à não exclusividade de quem as definem pode ser um caminho para um contradispositivo.

Estrategicamente, se as relações entre os objetos não são previamente determinadas por saberes exclusivos, o dispositivo fica instável, fragilizado pela falta de controle e de captura. E isso não significa dizer que pessoas deixarão de acessar informações, culturas e conhecimentos, mas, pelo contrário, passarão a experienciar e a vivenciar a informação, a cultura e o conhecimento em um ambiente que é seu, pois decidiram como usá-lo, ou seja, construíram seu próprio instrumento. Restituíram para si o uso comum do instrumento por meio da profanação daquilo que o consagrava como dispositivo. Chamaremos esse ambiente-rizoma, desprendido dos elementos ordenadores do dispositivo, de “contradispositivo”. E ele não rivaliza com os tradicionais SOC por oposição direta, mas sim pelo transbordamento e pela promoção de uma rede mais horizontal, autônoma e imprevisível.

Se a diversidade de culturas, de gêneros, de sexualidades, de etnias, de origens e de regionalidades estiver na própria concepção do instrumento, esse instrumento se rebela contra as ordenações prévias e exclusivas e, assim, estaremos potencialmente diante de um contradispositivo de resistência operando a favor da decolonialidade. O enfrentamento aos dispositivos coloni-

zadores (SOC) pode ser mais contundente e lograr mais êxito quando as regras de construção dos dispositivos forem colocadas à prova. Se o dispositivo, como visto, arquiteta o controle e a salvaguarda de uma lógica vigente (do hemisfério norte), o contradispositivo pode abrir fissuras no rígido silenciamento epistêmico e na violenta invisibilização do hemisfério sul. Profanar os consagrados dispositivos pode ser o caminho para visibilizar as epistemes do sul, restituindo, assim, ao uso comum a diversidade dos saberes e a diversidade nos instrumentos que organizam conhecimentos.

Se levarmos tal experiência aos espaços de ensino (que precisam urgentemente de um processo de decolonialidade), temos também no rizoma uma potente ferramenta no que concerne um contradispositivo à Organização do Conhecimento.

De acordo Ferreira e Silva (2015, p. 82), o currículo escolar é “[...] um território epistêmico onde foram plantadas as sementes da árvore do esquecimento, sendo regadas através de práticas curriculares eurocentradas”. Para Miranda (2013), práticas curriculares elegidas pelas instituições de ensino devem ser debatidas como elementos de um mesmo constructo de inspiração, e isso configura um revés para os atuantes nos embates antirracistas e anticoloniais.

Passos e Pinheiro (2021) afirmam que para a emancipação e decolonização de currículos escolares é necessário um ato de insurgência. Os currículos insurgentes devem partir de instituições que se opõem às matrizes hegemônicas do saber, tendo seus currículos direcionados pelos limites teórico-práticos decoloniais.

Com isso exposto, imaginemos crianças do ensino básico construindo, por meio da linguagem dos games, seus próprios rizomas de conhecimento, estabelecendo suas próprias relações entre os objetos (textos, imagens, sons e vídeos), a despeito das classificadas grades curriculares, e com nenhuma instrução ordenadora dada de antemão. Tais crianças estariam estabelecendo conexões de objetos de acordo com suas próprias realidades. Elas estariam organizando suas próprias impressões, seus próprios sabe-

res. Em última análise, estariam potencialmente organizando um conhecimento real, sem serem necessariamente conduzidas por lógicas vigentes e cristalizadas por culturas que não são as suas. A chance de termos nessa experiência rizomática uma organização decolonial e intercultural do conhecimento nos parece grande e promissora.

Acreditamos que profanar os dispositivos colonizadores pode ser um caminho libertador e favorável à construção de contradispositivos decoloniais no espaço próprio da Organização do Conhecimento. Ou seriam organizações dos conhecimentos?

6 CONSIDERAÇÕES

Nos inspiramos no conceito de dispositivo de Foucault e Agamben para argumentar a favor da construção de seu potencial inimigo – o contradispositivo. Nosso experimento teórico explorou a abordagem rizomática como um contradispositivo, que não apenas se opõem ao dispositivo, mas o confunde, o perturba, o desgoverna. Ao se desvencilhar das amarras ordenadoras e preestabelecidas que operam para a colonialidade, abre-se espaço para um devir intempestivo que pode interferir nos instrumentos que organizam conhecimentos, de forma a resistir ao próprio processo colonizador.

Nos inspiramos também em Natalia Cardona para habitar o espaço da interculturalidade e criarmos nossa abordagem libertária em busca do combate à violência epistêmica, ressaltada por Gaytán Zamudio, que são reforçadas pelos dispositivos que nos disciplinam com vozes hegemônicas. Introjetar a interculturalidade nos instrumentos que organizam conhecimento requer abrir fissuras em todas as bases que ajudam a consolidar os dispositivos que nos colonizam. Para isso, apostamos na profanação do consolidado dispositivo-SOC para fazer existir uma resistência em prol de um processo decolonial na Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 27-51.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/30158>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 85-103.
- BRASCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: Jaime Robredo; Marisa Brascher (org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. Cap. 8, p. 147-176. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).
- CAFÉ, L. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dick. *In*: FAULSTICH, E; ABREU, S. P. de. (org.). **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá**. Porto Alegre: UFRGS, Intitututo de Letras; NEC, 2003. p. 59-82.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: Eduff, 2001.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Acesso em: 17 jul. 2014.
- CARDONA, N. D. Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. da. **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha (Selo Nyota), 2020. p. 45-71.
- COMAROMI, J. P. **The eighteen editions of the Dewey Decimal Classification**. Albany, NY: Forest Press Division, Lake Placid Education Foundation, 1976.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 20, n. 4. p. 211-222, 1993.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 33, n. 1. p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, I. What is Knowledge Organization? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 1, p. 85-91, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. *In*: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2014. v. 1, p. 17-49.

DODEBEI, V. L. D. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

EATON, T. **The development of classification in America in the role of classification in the modern American library**. Champaign, Illinois: University of Illinois, 1959.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2010. p. 243-276.

FERREIRA, M. G.; SILVA, J. F. Brasil/África: unidos pelo Atlântico, separados pelo currículo escolar? *In*: PEREIRA, José Alan da Silva; COSTA, Fátima Batista da (Org.). **Saberes Múltiplos**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2015. p. 79-102.

FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília, DF: Ed. UnB, 1973.

FUJITA, M. S. L. *et al.* (org). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Ed. da UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GÁLVEZ GONZÁLEZ, D. Antropología y política en Edward Said y Stuart Hall. *In*: Verónica Renata López Nájera (coord.). **De lo poscolonial a la descolonización**: genealogías latino-americanas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018, p. 13-27.

GAYTÁN ZAMUDIO, R. M. Violencia epistémica y creación de subjetividades coloniales. *In*: Verónica Renata López Nájera (coord.). **De lo poscolonial a la descolonización**: genealogías latinoamericanas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018. p. 28-43.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da informação e filosofia da linguagem**: da pragmática à web pragmática. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

HODJE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries**: beyond traditional authority files. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000.

- KRENAK, A. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LA MONTAGNE, L. E. **American library classification**: with special reference to the Library of Congress. Handen: The Shoe String Press, 1961.
- LEIDECKER, K. F. **Yankee teacher**: the life of William Torrey Harris. New York: ThePhilosophical Library, 1946.
- MAI, J. E. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, London, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.
- MIRANDA, C. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 5, n. 11, jul./out. 2013. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/31e86d6e-3ee5-4e17-94f6-c5fd96fd18bb/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- OLSON, H. Sameness and difference: A cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 115-122, 2001
- OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. Tradução de Márcia Regina Silva. **InCID: Revista de Ciência da Informação e da Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 3-15, jan./jun. 2011.
- PASSOS, M. C. A. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 196-209, jan./jun. 2019.
- PASSOS, M. C. A.; PINHEIRO, B. C. S. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 118-138, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43442/24907>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- SALES, R. **Tesouros e ontologias sob a luz da Teoria Comunicativa da Terminologia**. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SALES, R; CAFÉ, L. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr. 2009. Disponível em <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/646/541>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA VIANA, J.; MOURA, M. A. Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 21., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de M. C. G. Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p. (Coleção biblioteconomia, documentação, ciência da informação da informação).

WIEGAND, W. A. **Irrepressible reformer**: a biography of Melvil Dewey. Chicago: American Library Association, 1996.

WIEGAND, W. A. The Amherst Method: the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. **Libraries & Culture**, Austin, v. 33, p. 175-194, Spring. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, M. G.; SILVA, J. F. Confluências entre a pedagogia decolonial e a educação das relações étnico-raciais: elementos de uma práxis curricular outra a partir das contribuições de Franz Fanon e Paulo Freire. *In: GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, José Antonio Novaes da. (Org.). Africanidades, afrobrasilidades e processo (des) colonizador*: contribuições à implementação da Lei 10. 639/03. Recife: Editora UFPB. 2018. Cap. 3, p. 74-113.

SILVA, F. C. G. Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia. *In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação*: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha (Selo Nyota), 2020. p. 73-117.

SILVA, A. P. Saberes tradicionais Tupi: estar junto, aprender, Nhembojera. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 39, n. 109, p. 379-396, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/5pxCkCGNp7B9QBdCTKPLFQM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

13

**GARANTIA TRANSCULTURAL EM
VOCABULÁRIOS CONTROLADOS:
ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO
SOBRE REPRESENTATIVIDADE NOS
SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

*TRANSCULTURAL WARRANT IN
CONTROLLED VOCABULARIES:
ELEMENTS FOR A DISCUSSION
ABOUT REPRESENTATIVENESS
IN KNOWLEDGE ORGANIZATION
SYSTEMS*

Ricardo BISCALCHIN

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Walter MOREIRA

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Resumo: Este capítulo apresenta a garantia transcultural e outros conceitos que, aplicados em conjunto, possibilitam a construção de vocabulários controlados multilíngues equitativos, de modo que possam contribuir de modo mais efetivo nos processos de representação, disseminação e visibilidade dos documentos. A adoção dessa postura visa criar condições para tornar a busca e a recuperação da informação mais inclusivas em respeito a diferentes localidades geográficas e culturais e tendo em vista a geração de novos conhecimentos que promovam o desenvolvimento social, de modo amplo. O ponto de partida para a discussão que se propõe é a crença na construção de sistemas de organização do conhecimento, nos quais os usuários, em sua diversidade, sintam-se culturalmente representados e identificados com o vocabulário e seu conjunto terminológico, independentemente da sua cultura ou língua materna. Assim, defende-se a adoção de princípios da garantia transcultural em vocabulários controlados como instrumento para socializar o conhecimento e aprimorar a sua disseminação de maneira plural e não excludente, buscando aproximar pessoas, culturas, sistemas e unidades de informação em diferentes estágios, níveis culturais e de desenvolvimento, mediante o contexto global e plural em que nos encontramos inseridos.

Palavras-chave: garantia transcultural; terminologia; interoperabilidade; vocabulário controlado multilíngue; transculturalidade.

Abstract: This chapter presents the transcultural warranty and other concepts that, applied together, enable the construction of equitable multilingual controlled vocabularies, so that they contribute to the representation, dissemination and visibility of documents in order to allow and optimize the search and retrieval of information in different geographic and cultural locations for the generation of new knowledge applicable to society, so that users feel culturally represented and identified with the vocabulary and its terminological set, regardless of their culture and mother language. The transcultural warranty seeks to socialize knowledge and improve its dissemination in a plural and non-excludable manner, seeking to bring people, cultures, systems and information units together at different stages, cultural and developmental levels, through the global and plural context in which we find ourselves inserted.

Keywords: transcultural warranty; terminology; interoperability; multilingual controlled vocabulary; transculturality.

I A GARANTIA TRANSCULTURAL NA CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS MULTILÍNGUE

A Ciência da Informação apresenta uma natureza interdisciplinar, uma relação com as tecnologias da informação e uma forte dimensão social e humana (Saracevic, 1996). Considerando-se apenas essa última dimensão e atendo-se à nuclearidade dos processos e aos sistemas de organização do conhecimento para o seu atendimento efetivo, faz-se necessário aplicar conceitos e metodologias que considerem as características e particularidades do contexto sócio-histórico-cultural dos usuários de sistemas de organização do conhecimento (SOC).

SOC é um termo genérico, utilizado para se referir a uma diversidade de itens, tais como, tesouros, sistemas de classificação, ontologias, *topic maps*, entre outros, todos com histórias, configurações e finalidades distintas. Na definição de SOC, apresentada por Mazzocchi na *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*, verbete cujo texto foi posteriormente também publicado no periódico *Knowledge Organization*, Mazzochi (2018, p. 54, tradução livre) também destaca sua diversidade, mas reúne-os pelo elemento comum às suas concepções, assim os SOC são:

[...] caracterizados por diferentes estruturas e funções específicas, variadas formas de se relacionar com a tecnologia e usados em uma pluralidade de contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos têm em comum é que foram concebidos para apoiar a organização do conhecimento e da informação de forma a facilitar a gestão e a recuperação.

Numa acepção teleológica, portanto, os SOC têm por objetivo a organização e a representação do conhecimento para fins de tratamento e recuperação da informação. Para tanto, empregam-se estruturas terminológicas que identificam e formalizam relações lógicas e semânticas entre os conceitos. Os vocabulários controlados, na condição de SOC, possibilitam a representação temática do conteúdo dos documentos por meio de seleção e aplicação de termos representativos de conceitos relativos à área

de especialidade que motivou sua construção. Assim, cabe enfatizar, um vocabulário controlado não consiste apenas em uma lista de termos, pois, na condição de linguagem documentária, além de um vocabulário propriamente dito, isto é, de um conjunto de descritores, demanda também uma sintaxe que permita expressar uma rede de relações que forma um sistema conceitual orientado semântica e pragmaticamente.

Considerando-se, portanto, o fenômeno linguístico e semântico que envolve a questão da representação do conhecimento, para atender de modo equitativo a um conjunto de usuários de diferentes realidades culturais, é necessário que, no momento da construção do vocabulário controlado, sejam aplicados aportes teórico-conceituais advindos da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade. Esses aportes auxiliam na recolha terminológica e na estruturação do vocabulário controlado, representando a informação de forma a atender diferentes grupos de usuários. Como condição mínima de interoperabilidade, recomenda-se que um vocabulário controlado seja multilíngue, atendendo assim a cada cultura que pretende alcançar do modo mais próximo possível a sua realidade cultural. Defende-se esses valores, pois as imposições culturais e barreiras linguísticas muitas vezes se apresentam como práticas excludentes limitando o acesso à informação a apenas alguns grupos seletos.

Um vocabulário controlado multilíngue apresenta um grande potencial para uma representação da informação equitativa e que compreenda diferentes culturas, desde que no momento de sua construção ou reorganização seja ancorado nos valores da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade.

Para a busca por uma representação equitativa da informação que possa alcançar diferentes usuários em diferentes culturas é preciso repensar algumas das práticas tradicionais de Organização do Conhecimento ainda assentadas em alguns princípios de universalidade e de isenção que caracterizaram os sistemas de classificação surgidos entre o final do século XIX e começo do século XX. Como insumos teóricos para sustentar acepções

mais sintonizadas com as questões apresentadas, discorre-se, na sequência, sobre alguns elementos subsidiários à compreensão dos conceitos de vocabulário controlado, garantia cultural, hospitalidade cultural, multiculturalidade, transculturalidade e garantia transcultural.

2 VOCABULÁRIO CONTROLADO MULTILÍNGUE

Um vocabulário controlado, mono ou multilíngue, consiste em um instrumento que visa ao controle terminológico dos descritores utilizados para a representação do conteúdo dos documentos com fins de recuperação e organização da informação em catálogos de bibliotecas, arquivos, museus e outras unidades de informação.

Um vocabulário controlado deve apresentar padrões inerentes aos valores culturais de grupos que podem estar localizados em vilas, cidades, bairros ou até mesmo em diferentes países. Para que o controle aplicado ao vocabulário não se torne ele mesmo instrumento de coerção, faz-se necessário que um termo eleito como termo preferido, possua outros termos que se lhe relacionem por equivalência, de modo a serem relacionados e identificados como termos não preferidos e se tornem diferentes pontos de acesso para viabilizar a pesquisa por diferentes grupos culturais, realizando uma conexão com os termos selecionados visando à recuperação da informação.

Para a construção de um vocabulário controlado, as normas técnicas e científicas podem ser aplicadas, de forma que este se apresente normalizado e estruturado conforme princípios apresentados sobre relações paradigmáticas e relações sintagmáticas, homonímias, sinonímias, polissemia e ambiguidade.

Em concordância com Hudon (1997), destaca-se que um vocabulário controlado multilíngue não consiste em um conjunto de vocabulários monolíngues combinados. Um vocabulário controlado multilíngue consiste na possibilidade de uso de cada versão linguística presente, podendo

cada uma delas ser utilizada de forma independente das outras, porém sem perder a interconexão, sendo esta uma condição necessária, e de apresentar inventários conceituais e terminológicos completos para cada idioma, possuindo uma estrutura totalmente desenvolvida (ou seja, todas as relações semânticas de equivalência, hierarquia e afinidade) para cada língua. Um vocabulário controlado multilíngue, portanto, precisa estar atento à representação das particularidades das estruturas lexicais e conceituais de cada uma dessas línguas.

Para isso, recomenda-se o uso da estrutura assimétrica na construção de vocabulários controlados multilíngues, pois ela possibilita a representação em conformidade com a realidade específica de cada língua/cultura, ao contrário da estrutura simétrica, na qual o número de termos e a organização hierárquica devem ser iguais entre as diferentes línguas.

Além desses conceitos para a construção de um vocabulário controlado multilíngue, são essenciais para a busca da equidade na representação e organização da informação, os conceitos da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade.

3 GARANTIA TRANSCULTURAL

O conceito de garantia transcultural é abordado por Biscalchin (2021), em sua tese de doutorado, intitulada “Garantia transcultural e terminologia: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis”. A garantia transcultural consiste, de acordo com Biscalchin (2021, p. 161),

[...] na representação da informação pautada nos valores éticos, evitando a reprodução de *biases*, nos valores da garantia cultural, buscando representar a informação pautada na realidade dos usuários, sendo apoiada pela hospitalidade cultural, onde essa representação deve ser apropriada a esses usuários, na multiculturalidade, reconhecendo a existência de múltiplas realidades culturais e a importância de representá-las, e por fim os

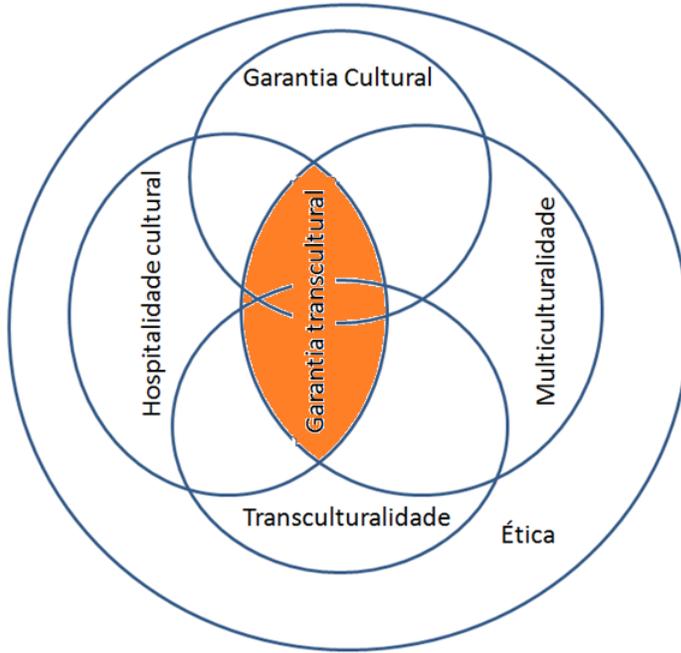
valores da transculturalidade, que complementa esses conceitos reconhecendo além da multiplicidade cultural, as relações que elas estabelecem e exercem entre si, de forma a se interconectarem, mas não se homogeneizarem.

A garantia transcultural apresenta a intersecção de alguns conceitos advindos da hospitalidade cultural, da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade e da ética.

Um vocabulário controlado multilíngue deve ser pautado no respeito e no reconhecimento da diversidade cultural, representando-os de forma equitativa. Esse cuidado na representação da informação é a base para um sistema de representação e organização do conhecimento que busque mitigar valores preconceituosos ou excludentes na representação da informação, possibilitando equidade na busca e na apresentação de resultados aos pesquisadores.

A garantia transcultural visa estabelecer condições para o reconhecimento da pluralidade cultural e da existência de relações entre as culturas, não realizando a superposição de uma cultura sobre as demais, de modo que, não se reproduzam “[...] valores preconceituosos, ou tão pouco se sobreponham culturalmente umas às outras. Elas se interconectam e relacionam, mas não se sobrepõem ou homogeneízam” (Biscalchin, 2021, p. 162). A Figura 1 representa graficamente as intersecções conceituais que constituem a garantia transcultural.

Figura 1 – Intersecção entre os conceitos da ética, da garantia cultural, da hospitalidade cultural, da multiculturalidade e da transculturalidade, constituindo a garantia transcultural



Fonte: Adaptado de: Biscalchin (2021, p. 162).

Para a compreensão plena da garantia transcultural, faz-se necessário antes conhecer cada um dos conceitos que inter-relacionados a constituem. Todos esses conceitos se complementam de modo dialógico, sem serem conflituosos e possuem equidade em valor de importância na constituição da garantia transcultural.

4 GARANTIA CULTURAL, HOSPITALIDADE CULTURAL E ÉTICA

A garantia cultural é um termo proposto por Lee (1976) e definido por Beghtol (2002, p. 511) como um conceito que pressupõe que “[...] qualquer sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser apropriado e útil para os indivíduos em alguma cultura, somente se ele for baseado nas suposições, valores e preocupações dessa mesma cultura” (Beghtol, 2002, p. 511).

Cabe ao profissional da informação buscar a equidade na representação e organização da informação e do conhecimento de modo crítico, evitando de modo sistemático favorecimento de um grupo em detrimento de outro.

O profissional da informação deve:

[...] assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, os quais atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos. É seu papel evitar que os desvios sejam disseminados através do fazer profissional. (Guimarães; Pinho, 2007, p. 11).

Para tanto, o profissional da informação precisa empregar, no momento da construção de vocabulários controlados multilíngues, os princípios da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade, da ética e da hospitalidade cultural, ou seja, o conjunto de conceitos que, inter-relacionados entre si, definem a garantia transcultural.

A língua e o conhecimento estão entrelaçados e a cultura, sem dúvida, “[...] desempenha um papel importante nesse entrelaçamento, porque representa um entendimento comum que permite que o conhecimento seja amplamente inferencial dentro de um domínio cultural” (Smiraglia, 2012, p. 12).

Um vocabulário que não represente os termos de forma equitativa pode gerar estranhamento e prejudicar ou até mesmo impedir o acesso de

alguns grupos de usuários ao conhecimento, pelo fato de não encontrarem representados os termos e as relações paradigmáticas e sintagmáticas em conformidade com a sua cultura, causando conflitos de identidade.

A garantia cultural fornece os fundamentos e a base de critérios para orientar as decisões sobre a seleção dos conceitos e identificação das relações semânticas que guardam entre si e que podem se mostrar adequadas a um determinado sistema. Ela tradicionalmente decorre das necessidades de informação advinda dos supostos potenciais utilizadores do sistema (Beghtol, 2005).

Reforça-se aqui a importância de se aplicar na construção de vocabulários, além desses conceitos, as normas técnicas e científicas existentes ou algum outro conjunto de diretrizes que cumpra a mesma função, sempre é claro, com reflexões críticas sobre sua aplicação, e considerando o contexto sócio-histórico-cultural dos usuários.

Além do conceito da garantia cultural, outro importante conceito é o da hospitalidade cultural, que se propõe a reconhecer a variedade cultural, servindo como importante ponto de apoio à garantia cultural. A hospitalidade cultural possibilita a um mesmo vocabulário agregar diversas garantias culturais, que assegurem a representação dos valores, suposições e crenças dessas culturas. Para Beghtol (2005), ela consiste no fato de que um SOC pode acomodar garantias de diferentes culturas, refletindo adequadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade.

Reconhecer a diversidade cultural existente é o primeiro passo, pois “[...] ao identificar quais são as vozes excluídas no contexto da nossa biblioteca e tentar convidá-las a estar presentes, estaremos em busca de espaços de negociação, isto é, espaços onde esses usuários se sentirão à vontade para interagir [...]” (Milani, 2017, p. 67). Mais que representar a informação em diferentes línguas, portanto, o vocabulário controlado multilíngue deve representar a diversidade cultural existente entre as diferentes culturas, não se limitando a traduções literais e a adaptações de uma língua para a outra. Dessa forma, a garantia cultural “[...] contribui com a integração

cultural, reafirmando ao mesmo tempo a identidade das culturas locais, e inclusive neutralizando nos Sistemas de Organização do Conhecimento os efeitos de aculturação associados com a globalização e com os processos políticos e econômicos de exclusão social” (Barité, 2011, p. 9).

Para complementar essa representação plural, a ética ergue-se como um importante pilar na Organização do Conhecimento. Guimarães (2000) apresenta cinco níveis éticos de compromissos que o profissional da informação precisa assumir, a saber: com a instituição, com o cliente/ usuário, com a informação, com a própria profissão e com ele mesmo, como profissional.

A postura ética na Organização do Conhecimento é primordial, pois conforme destaca Milani (2014, p. 115)

[...] é impossível entendermos o outro como entendemos a nós mesmos e, quando conseguimos enxergá-lo e aceitá-lo como sendo outra pessoa, o fazemos a partir das nossas experiências e expectativas. Assim, é somente a partir de uma postura ética pautada pelo empenho em tratar o outro com dignidade, que os bibliotecários constroem, adaptam e utilizam substitutos documentais, os quais mereceriam ser metaforicamente chamados de pontes temáticas para o documento. Tal postura evocaria valores morais, como respeito, honradez e honestidade.

Compreender a visão de mundo do outro, pensar nos valores distintos daqueles por nós aceitos, é o que determina a postura ética na Organização do Conhecimento, pois um profissional da informação, assim como qualquer outro, aliás, nunca estará absolutamente isento dos valores e crenças que constituem sua compreensão de mundo, cabendo para isso a adoção da postura ética, por meio da qual será exercitado um posicionamento que possibilite visualizar os diferentes modos de entendimento sobre um mesmo conceito, para representá-los aos usuários do vocabulário controlado.

O cuidado ético na escolha e validação dos termos é essencial para mitigar a representação de valores excludentes e/ou preconceituosos que pos-

sam incitar, por exemplo, a violência ou que sejam ofensivos. Assim é importante a aplicação da ética na construção de vocabulários controlados, pois ela

[...] apresenta uma busca sobre valores que não ofendam grupos sociais, de modo que a representação da informação de maneira ética precisa respeitar as diferentes interpretações de mundo. Sua busca parte da empatia, de se posicionar mediante ao pensamento de distintos grupos em distintas culturas ou meios culturais/acadêmicos (Biscalchin, 2021, p. 54).

A presença da ética na construção de vocabulários controlados e na organização do conhecimento possibilita tornar a informação acessível aos usuários reais e potenciais do sistema, de modo equitativo, incluindo minorias e maiorias sociais sem distinções de classe, gênero, raça ou qualquer outra forma de diferenciação.

A ética é um importante pilar no contexto de qualquer atividade humana, assim como a cultura e sua diversidade.

5 MULTICULTURALIDADE E TRANSCULTURALIDADE

A multiculturalidade corresponde ao reconhecimento da existência de múltiplas culturas em diferentes níveis: global, nacional ou até mesmo de grupos menores, como os familiares ou regionais.

A perspectiva multicultural enriquece a representação da informação por não se limitar a apenas uma realidade cultural, mas a uma pluralidade delas.

Conforme Hall (2006, p. 13), acreditar em uma identidade cultural:

[...] plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

A existência de múltiplas culturas é evidente e a busca por uma unificação das identidades culturais é algo ilusório, pois cada indivíduo, já é por si só multicultural, com alternâncias de suas percepções e valores culturais com o decorrer do tempo, conforme as experiências e vivências acumuladas em uma sociedade cada vez mais interconectada. A multiculturalidade “[...] designa a característica de sociedades formadas por múltiplas comunidades culturais, que convivem entre si” (Lazzarin, 2008, p. 122).

Se tomarmos um país, como exemplo, nota-se que ele não pode ser definido por apenas uma identidade cultural, pois se constitui por uma diversidade delas. O Brasil, seguindo no mesmo exemplo, constitui-se por diversas e distintas realidades culturais em diversos aspectos, como a religião, a culinária, a arquitetura, entre outros. Tomando como exemplo as religiões, nota-se que existem diversas delas no país, inclusive dentro de vertentes como o cristianismo, que possuem diversas culturas distintas para essa crença, como o catolicismo e distintas igrejas pentecostais e neopentecostais.

O reconhecimento e a representação da diversidade cultural em vocabulários controlados necessitam ser sempre pautados na ética, não replicando de forma alguma, preconceitos ou apologias a violências de nenhuma ordem. Por isso, a inclusão de usuários de distintas realidades sócio-histórico-culturais possibilitará uma maior disseminação da informação que pode, como fato consequente, potencializar a produção de novos conhecimentos.

A multiculturalidade é contemplada quando diferentes grupos podem “[...] ver atendidas suas reivindicações de reconhecimento e identidade, preservando ao mesmo tempo a possibilidade de existência de uma dimensão coletiva - ultrapassando os horizontes da etnia - e de instituições igualitárias e democráticas” (Semprini, 1999, p. 144). A multiculturalidade possibilita, desse modo, o reconhecimento da diversidade e o direito à cidadania, combatendo uma visão homogeneizadora e padronizadora de grupos dominantes, buscando alcançar a equidade na representação das múltiplas culturas.

A representação de termos, conceitos, ou até mesmo de estruturas hierárquicas preconceituosas (*biased*) em um vocabulário controlado produz “[...] uma imagem [...] que afeta a autoestima de um indivíduo e acaba sendo interiorizada e instalada no âmago de sua identidade” (Semprini, 1999, p. 105).

Na construção de um vocabulário controlado multilíngue essa complexidade é ampliada pela maior diversidade de culturas existentes, além da língua. Ainda que a questão da linguagem por si só, já se apresente como um grande desafio, pois

[...] é identificada não apenas como lugar onde as relações de dominação e exclusão se cristalizam, mas também onde essas relações são negociadas, produzidas e reproduzidas. De um ponto de vista cognitivo, enfim, a linguagem desempenha um papel ativo na produção da realidade, pois ela fornece o instrumental conceitual (categorias, conceitos) sem o quê a realidade - principalmente a realidade social - não seria identificável nem compreensível. (Semprini, 1999, p. 66-67).

O contexto sócio-histórico-cultural dos usuários é fator de extrema importância para sua representação e identificação multicultural na representação da informação. Nesse sentido, Hudon (1997) traz importantes considerações sobre a construção de vocabulários controlados multilíngues, dentre elas, a questão da estrutura hierárquica simétrica. Para manter simetria de uma língua com a outra, faz-se necessária, por vezes, a supressão ou a criação de termos entre as línguas, o que desrespeita os preceitos culturais apresentados e, portanto, leva a representações duvidosas, que podem ser ofensivas ou até mesmo irreconhecíveis aos usuários das línguas que foram “adaptadas”.

A multiculturalidade reflete a ética, em sua essência, à medida em que busca a defesa de um valor maior: a inclusão, ou seja, o resguardo dos direitos de todos os cidadãos, tal como expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Milani *et al.*, 2009).

A multiculturalidade busca o entendimento das diversas culturas, inclusive das minorias culturais. Nela, as culturas não se sobrepõem, possuem o mesmo valor e importância, sendo sempre reconhecida a heterogeneidade cultural existente. Assim, a multiculturalidade “[...] traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e às comunidades cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes” (Milani, 2010, p. 64).

Desse modo, a política da multiculturalidade converte-se em “[...] um mecanismo para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos” (Mortali *et al*, 2002, p. 56).

A multiculturalidade busca reconhecer e respeitar as distintas culturas, sem mensurar a influência de uma cultura sobre as outras, buscando equidade no tratamento entre as culturas, tendo todas elas como iguais em termos de valor e importância. É importante destacar que a representação da informação personalizada, destinada a um usuário específico, nesse contexto, é totalmente inviável, sendo necessário ater-se a grupos e a comunidades.

Em síntese, a multiculturalidade consiste no reconhecimento de múltiplas culturas em um contexto, porém sem prever, necessariamente, como ocorrem interações entre elas. As interações entre essas múltiplas culturas são abordadas pela transculturalidade.

O prefixo “trans” em latim pode significar “além de”, “através”, “para trás”, “para além de”. Desse modo, “transcultural” pode significar “para além do cultural”, “através de todo o cultural no sentido de por todo o cultural” ou “para além do cultural no sentido de acima do cultural”. Diferentemente dos prefixos “inter” e “multi”, que têm um significado pluralístico, o prefixo “trans” refere-se a uma dimensão uniforme que não é ultrapassada nem penetrada (Elberfeld, 2008).

O uso do prefixo “trans” com termos constituintes de comunidades tais como nação, cultura e estado possibilita concluir tanto uma suspensão de demarcações como também uma reassociação aos mesmos (Hühn *et al.*, 2010).

A transculturalidade, para Beghtol (2002, p. 509), “[...] descreve, em geral, os diversos fenômenos que compõem as crenças coletivas e as atividades de algumas pessoas de um grupo”. Essa diversidade de espaços culturais transnacionais carrega junto de si uma diversidade transcultural que perpassa as barreiras geográficas das nações além de se apresentar, ao mesmo tempo, dentro dessas barreiras, como por exemplo, “[...] pequenas atividades socioculturais de unidades (tais como as organizações religiosas, educacionais ou econômicas e as instituições, grupos de discussão na Internet, e os vários domínios das artes), que podem existir dentro de uma cultura nacional [...]” (Beghtol, 2002, p. 509).

A transculturalidade pode se apresentar, portanto, também por meio de processos de migração, exílio, trabalho, turismo e intercâmbio, que potencializam essa interação entre diferentes realidades culturais, ou seja, uma pessoa pode “[...] viver dentro do contexto de uma cultura nacional, mas estar sobre a influência de uma outra cultura, replicando costumes e línguas de outras culturas” (Biscalchin, 2021, p. 43).

O contexto sócio-histórico-cultural do indivíduo é um fator chave na forma pela qual ele compreende o mundo, sendo essa direcionada em conformidade com as percepções e com os valores que ele conhece.

Cabe evidenciar que não se refere a uma cultura única, mas sim a uma pluralidade cultural, uma diversidade que necessita ser reconhecida, compreendida e respeitada conforme os pressupostos advindos da garantia cultural. Vertentes culturais que se destacam por serem utilizadas pela maioria dos usuários não devem ser as únicas a serem representadas em um vocabulário controlado, as minorias culturais também necessitam encontrar representados seus valores e compreensões culturais.

A transculturalidade parte de uma interação cultural, que “[...] tenta pensar a universalidade das normas como princípio comum e aspirar uma atuação correspondente” (Dhouib, 2011, p. 292).

Nas discussões sobre garantia cultural, Beghtol (2002) demonstra que um indivíduo não se encontra necessariamente preso a uma única cultura, podendo pertencer a um número diverso de culturas em distintos níveis.

A transculturalidade usufrui o aspecto crítico de todas as culturas para determinar simultaneamente, de modo transversal e transcendente o que poderia ser universal e criar, assim, um corpo crítico e valores comuns permanentemente renováveis, que devem valer a humanidade (Triki, 2005). Desse modo, pela perspectiva do conceito de transculturalidade, a cultura é vista como “[...] dinâmica e ativa, interativa e isenta de preferências. Ela se baseia em valores éticos e busca a interação sócio-histórico-cultural a ponto de permitir compreender e conceituar essas interações entre distintas culturas” (Biscalchin, 2021, p. 44).

Os vocabulários controlados precisam contemplar em seus fundamentos princípios éticos que promovam uma visão transcultural, proporcionando a divulgação de variados aspectos relacionados à informação (Pinho, 2006).

A transculturalidade ultrapassa a “[...] interpretação de uma cultura por outra cultura e também não se restringe a fecundação de uma cultura por outra cultura, mas a mesma assegura a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, através do sentido que une as mais diferentes culturas, mesmo que as ultrapassando” (Neiva; Alonso; Ferneda, 2007, p. 6).

A transculturalidade busca compreender as distintas culturas de forma que nenhuma se sobreponha a outra,

[...] como uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais. (Bocato, Biscalchin, 2014, p. 240).

A transculturalidade reconhece a existência de múltiplas culturas (multiculturalidade) e realiza conexões para uma representação ética e igualitária da informação entre essas diferentes culturas. Para García Gutiérrez (2002), o multiculturalismo apresenta uma frágil compreensão de cultura, pois é preciso entender a cultura como um sistema que interage e que ultrapassa o contexto local, pois se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, conceberemos armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade.

O conceito de cultura homogênea e separatista pode ser superado por meio da rede externa de culturas. Hoje as culturas estão extremamente interligadas e enredadas umas nas outras, de modo que os estilos de vida ultrapassam as fronteiras das culturas nacionais, sendo encontrados da mesma maneira em outras culturas. O modo de vida de um economista, um acadêmico ou uma lista de profissionais não é mais alemão ou francês, mas sim um estilo global (Welsch, 2001).

No atual contexto global:

[...] ao invés de realidades culturais simplificadas, estudantes e praticantes têm que trabalhar juntos para construir uma ética transcultural que dê legítimo apoio à construção social da exomemória¹, usando categorias transculturalmente aceitáveis e, um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros. (García Gutiérrez, 2002, p. 519).

Para essa construção transcultural, a ética é um dos pilares que devem ser seguidos para que discriminações e preconceitos sejam eliminados na representação terminológica no vocabulário controlado.

A transculturalidade não é sinônimo de homogeneidade cultural. Nela são reconhecidas a interação entre múltiplas culturas, assim forman-

¹ Exomemória, de acordo com García Gutiérrez (2002), são as diversas formas de registrar o conhecimento como livros, fotografias, esculturas, quadros e tantos outros que atualmente compartilham sua forma de disponibilização e acesso em rede digital, enquanto que o processo de mediação estará a cargo de interventores, manipuladores, fiscalizadores, censores, delegados, uma vez que essas mediações contribuem para a reinterpretção da memória e, assim, constituir a cultura, a consciência e as identidades atuais.

do uma cultura supranacional, mas não necessariamente homogênea. Sobre homogeneização cultural, Hall (2006, p. 75) a apresenta como “[...] as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas”.

Na construção de um vocabulário controlado multilíngue, deve-se tomar como ponto de partida a identidade cultural dos usuários e o modo como a própria área de especialidade é tratada nas diferentes culturas, respeitando a diversidade e a maneira como os usuários realizam suas buscas e demandam informações em sua área.

Ou seja, reconhecer a transculturalidade e a multiculturalidade na construção de vocabulários controlados possibilita uma representação da informação potencialmente mais condizente com a realidade dos usuários, por meio da identificação da pluralidade cultural presente na relação transcultural, o que possibilita atender também aos preceitos da garantia cultural e da ética.

Assim, a transculturalidade consiste no reconhecimento da existência de múltiplas culturas e na sua interação, levando a novas visões e percepções de mundo, transpassando barreiras geográficas e políticas, ou seja, a garantia cultural, a multiculturalidade e a transculturalidade não se excluem, mas complementam-se.

Sobre a constituição e a influência do contexto sócio-histórico-cultural, o filósofo Kwame Appiah afirma que:

[...] toda identidade humana é construída, historicamente; cada um tem a sua parte de pressuposições falsas, de erros e imprecisões que a cortesia denomina como “mito”, “religião”, “heresia”, “ciência” e “mágica”. Histórias inventadas, biológicas inventadas, afinidades culturais inventadas vêm com uma identidade; cada uma é um tipo de papel que deve ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa. (Appiah, 2001, p. 373).

Para evitar a disseminação de valores preconceituosos ou excludentes, deve-se aplicar a ética para que esses valores distorcidos não sejam disseminados. Esse cuidado é importante, pois, por vezes, mesmo em discursos oficiais de governos ou de autoridades, valores preconceituosos e discursos de ódio acabam sendo disseminados, cabendo, portanto, uma análise cultural para verificar o quanto um discurso, uma representação terminológica e conceitual é ética ou não.

A transculturalidade apresenta uma:

[...] concepção onde a pluralidade cultural convive de maneira harmoniosa, se combinando e interagindo assim a um bem comum, a integração cultural. O reconhecimento da transculturalidade e a construção de um sistema apoiado nessa concepção possibilita a representação da informação de forma a atender essas culturas, ou melhor, essa cultura, fruto dessa multiplicidade transcultural. (Biscalchin, 2021, p. 48).

A representação da informação deve ser mediada pelo profissional da informação. García Gutiérrez (2002), inclusive, substitui o termo profissional da informação por mediador da informação, pois espera-se que ele seja capaz de abordar os mais diversos aspectos possíveis de um assunto, ainda que isso se dê ante a impossibilidade de remover seus valores pessoais no momento da representação da informação.

Esse cuidado na representação da informação busca a equidade na representação da informação, buscando mitigar a exclusão de usuários pertencentes a minorias e grupos sociais marginalizados pela sociedade dominante, que naturaliza e impõe diversos preconceitos e agressões a esses conjuntos. Cabe ao mediador da informação, realizar uma análise crítica de seu trabalho no momento da representação da informação, de modo que não reproduza preconceitos ou exclua culturas por convenções sociais impostas pela cultura/política dominante. O mediador da informação deve ser extremamente questionador e apoiado nos valores da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade e da ética.

O Quadro 1 demonstra a compatibilidade entre os conceitos de garantia cultural, multiculturalidade e transculturalidade, de modo que não se excluem, mas se complementam. Entende-se que um vocabulário controlado só é efetivamente multilíngue se além de apresentá-lo em várias línguas, ele represente terminológica e culturalmente cada uma delas (Biscalchin, 2013).

Quadro 1 – Síntese conceitual da garantia cultural, da multiculturalidade e da transculturalidade

GARANTIA CULTURAL	MULTICULTURALIDADE	TRANSCULTURALIDADE
Retrata que qualquer tipo de representação da informação e/ou sistema de organização pode ser maximamente apropriado e útil para indivíduos em algumas culturas, apenas se for baseado em pressupostos, valores e predisposições daquela cultura (Beghtol, 2002, p. 511).	Respeito às minorias culturais e reconhecimento pela sociedade da sua existência, influência e importância cultural.	Pode ser visto como a disseminação da informação visualizando os diversos aspectos referentes a um mesmo assunto.
Vocabulário controlado multilíngue ou qualquer sistema de disseminação e representação da informação precisa tentar alcançar o maior número de usuários (individuais ou grupos) possível, abrangendo para isso a informação, conforme a visão cultural de cada grupo/indivíduo.	Nenhuma cultura se sobrepõe as demais, possuindo todas, o mesmo valor e importância, devendo ser reconhecida e respeitada a heterogeneidade cultural.	Precisa ser isenta de preconceitos, abrangendo desde as grandes culturas até as minorias culturais, buscando inibir práticas de poder de modo que a disseminação da informação ocorra de maneira “pura”, isenta de influências pessoais e imposição de opinião.
A garantia cultural “[...] fornece os fundamentos e a autoridade para as decisões sobre os conceitos e quais as relações existentes entre eles são adequadas para um determinado sistema [...] decorre[ndo] das necessidades de informação dos supostos potenciais utilizadores do sistema” (Beghtol, 2005, p. 904).	“[...] traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e às comunidades cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes” (Milani, 2010, p. 64).	A representação da informação deve ser conduzida de forma crítica, para que não reproduza preconceitos ou exclua culturas por convenções sociais impostas pela cultura/política dominante.
Busca pela aproximação do sistema com a linguagem do usuário, levando em consideração seus valores, crenças e suposições	Busca pela paridade na valoração no tratamento das culturas, sendo todas elas vistas como iguais em valor e importância.	Possibilita aos usuários o acesso à informação e a formação da sua própria opinião, por meio da leitura.

Reconhece e respeita a cultura do usuário, o contexto ao qual ele se encontra inserido, respeitando as diferenças sócio-histórico-culturais (linguagem conforme o contexto cultural do usuário).	Respeito à diversidade cultural, reconhecimento de múltiplas culturas dentro de um grupo ou contexto cultural.	Respeito à diversidade cultural e reconhecimento da interação entre as culturas, formando uma nova cultura, uma cultura transcultural.
--	--	--

Fonte: adaptado de Biscalchin (2021, p. 49)

Essa tríade conceitual possibilita o reconhecimento de múltiplos aspectos no tratamento da informação e no entendimento de cultura, conforme o contexto sócio-histórico-cultural em que se apresentam. Esses conceitos, apesar de distintos, são complementares aos parâmetros para a construção de vocabulários controlados orientados pela busca por respeitar e representar adequadamente os diferentes contextos culturais.

O contexto cultural nos influencia e interfere no modo como percebemos e interagimos com as coisas. Assim como valores cotidianos são impactantes na vivência, em relação à produção científica, a experiência acumulada em pesquisa, no conhecimento de termos e conceitos, de estruturas hierárquicas também são, pois são incorporados conforme sua aplicação no decorrer do tempo. Encontrar um vocabulário que contemple a especificidade cultural do pesquisador, da sua área de estudo, da sua cultura local/regional/nacional, sem dúvida é um importante caminho para aperfeiçoar as pesquisas e aprimorar a produção de informação em diferentes localidades.

O uso de sistemas de organização do conhecimento “[...] fortemente impregnados com os valores de uma cultura acaba sendo excludente em questões relevantes para uma comunidade, em relação às demais” (Barité, 2011, p. 7). Para tanto, os Direitos Humanos² se apresentam como um importante fator para a representatividade de múltiplas culturas de modo ético.

² Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas promulgava a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Era uma resposta imediata às atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais, mas não só isso. Era o estabelecimento de um ideário arduamente construído durante pelo menos 2.500 anos visando a garantir para qualquer ser humano, em qualquer país e sob quaisquer circunstâncias, condições mínimas de sobrevivência e crescimento em ambiente de respeito e paz, igualdade e liberdade (Agência Senado, 2018).

co e segundo Hunt (2009, p. 19) apresentam três qualidades conectas “[...] serem naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)” De tal forma, bastaria aos indivíduos serem seres humanos, inseridos em uma sociedade e representados de forma semelhante, porém estamos em um contexto de ampla diversidade e apesar de extremamente importantes, os Direitos Humanos não são isentos de críticas e, por décadas, aceitavam valores questionáveis, pautando-se em uma homogeneização que, sabemos, é inexistente.

Como possível solução, Santos (2001, p. 20) aponta para um diálogo intercultural “[...] que pode levar, eventualmente, a uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e se constitui em redes de referências normativas capacitantes”.

Para tanto, deve-se escolher o conjunto com mais reciprocidade e respeito dentro de uma cultura e o direito dos grupos sociais de serem iguais quando a diferença os “inferioriza”, e diferentes quando a igualdade os “descaracteriza”. “No contexto da representação do conhecimento, dois pontos devem ser negociados: amparar as especificidades culturais de comunidades discursivas não negando a necessária “compatibilidade universal” visando à comunicação científica” (Milani, 2010, p. 68). Assim, o vocabulário controlado, ou qualquer outro sistema de organização do conhecimento, necessita buscar representar todas as culturas de seus usuários reais e potenciais.

Guimarães e Pinho (2007, p. 15) elencam três cuidados a serem aplicados para essa representação:

- a ética transcultural de mediação, que considera a cultura como um sistema dialógico e interativo, superando visões dominantes e reducionistas;
- a hospitalidade cultural, que possibilita a uma mesma notação bibliográfica agregar diversas garantias culturais;

- e o multilinguismo, que referenda o tratamento igualitário entre as línguas envolvidas em um vocabulário controlado multilíngue.

Por meio desse conjunto, o vocabulário controlado poderá ser organizado de modo a auxiliar indexadores e pesquisadores a construir representações mais efetivas e que respeitem a existência de múltiplas culturas que se misturam e interagem, formando uma identidade cultural, complementando com a acomodação de diferentes garantias culturais e com a representação da multiplicidade cultural.

A terminologia e a interoperabilidade também se apresentam como importantes pontos para a construção de vocabulários controlados multilíngues. A terminologia é aplicada na construção de vocabulários controlados multilíngues, servindo como ponte para comunicação entre os especialistas, auxiliando na representação dos conceitos por meio de termos. Kobashi, Smit e Tálamo (2001, p. 5) afirmam que na Ciência da Informação “[...] a terminologia surge da necessidade de denominar os sistemas de conceitos das diferentes disciplinas, com o objetivo de permitir uma comunicação eficiente entre especialistas”, revelando seu caráter extremamente aplicado nesse caso.

Dentre as diferentes vertentes terminológicas existentes, a teoria comunicativa da terminologia (TCT) é a que se mostra a mais adequada para a construção de vocabulários controlados equitativos, pois, nessa teoria, o conteúdo dos termos não é fixo ou imutável, mas sim passível de alterações em conformidade com o contexto sócio-histórico-cultural a que pertencem. Essa premissa da TCT possibilita aplicar os termos conforme o contexto em que se apresentam, de modo a permitir a representação de forma equitativa entre diferentes realidades culturais.

Soma-se à terminologia como suporte para a construção de vocabulários controlados multilíngues equitativos, a interoperabilidade, que é definida pela norma Iso 25964-2 (2013, p. 7) como a “[...] capacidade de dois ou mais sistemas ou componentes de trocarem informações e utiliza-

rem as informações que foram trocadas”, de modo a permitir o “diálogo” entre diferentes sistemas. Ela deve cumprir com os atributos de comunicação entre os diferentes sistemas conectados e a conversão automática dessas linguagens, ou seja, ela deve possibilitar o diálogo entre os sistemas, de modo a possibilitar aos usuários acesso à informação em todos os sistemas, por meio da busca no catálogo de um deles.

A interoperabilidade possibilita que a busca realizada em um catálogo mais conhecido possibilite o acesso à informação em catálogos menos conhecidos, ampliando a disseminação e acesso à informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representar a informação de modo equitativo contemplando usuários de diferentes culturas é um desafio contínuo, cujo resultado é, contudo, extremamente necessário para mitigar diferenças na representação e inclusão de diferentes culturas no acesso à informação. Para tanto, é necessário que *biases* sejam devidamente identificadas e eliminadas, pois a apresentação de termos, conceitos, ou até mesmo estruturas hierárquicas preconceituosas ofendem, agridem e desmoralizam os usuários, afetando sua autoestima e confiança no vocabulário e na organização, que pode inclusive responder a processos por reproduzir preconceitos, ofensas, entre outros.

Sabe-se que a representação da informação não é isenta de valores, pois a neutralidade não é alcançável, já que carregamos valores e perspectivas pessoais e que, voluntária ou involuntariamente, os reproduzimos no momento da estruturação e representação da informação nos vocabulários controlados. Por isso, faz-se necessária a aplicação dos princípios da garantia transcultural, com o objetivo de minimizar essas inconsistências.

Além desses cuidados, é importante que seja aplicada uma política que possibilite o diálogo com os usuários na construção do vocabulário controlado e na sua manutenção/atualização, de modo que os usuários

possam sinalizar eventuais deslizes ou inconsistências na representação da informação em relação às suas percepções culturais.

O uso dos conceitos da terminologia, da interoperabilidade e da garantia transcultural possibilita uma ampliação na conectividade entre diferentes vertentes culturais e científicas, auxiliando no acesso a informações de diferentes áreas e culturas, ampliando potencialmente o desenvolvimento científico e mitigando as diferenças de acesso à informação impostas pela língua e por valores culturais por meio da representação e de acesso em conformidade com a realidade dos usuários em sua cultura.

Alcançar a equidade na representação da informação é sem dúvida um grande desafio, pois nos leva a um exercício de empatia, de nos colocarmos no lugar do outro, e isso não é uma atividade fácil e simples, pois diariamente somos ‘bombardeados’ com influências da nossa realidade sócio-histórica-cultural, por isso a desatenção aos conceitos apresentados pode levar a reprodução de erros e representações preconceituosas para usuários de realidades culturais distintas da nossa.

Encerra-se este capítulo com a reflexão de que a Organização do Conhecimento deve recorrer a todas as áreas de conhecimento que a auxiliem e viabilizem a construção de instrumentos para pesquisa que incluam os usuários de diferentes realidades culturais, cumprindo com seu papel principal, a socialização e disseminação do conhecimento, para desenvolvimento cognitivo, social, humano e científico.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Carta de Direitos Humanos completa 70 anos em momento de incertezas**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2018/12/70-anos-da-declaracao-universaldos-direitos-humanos>. Acesso em: 5 set. 2021.
- APPIAH, K. A. African Identities. *In*: BOXILL, B. **Race and Racism**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 371-382.

BARITE, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, out. 2011.

BARITE, M. Sistemas de Organización del Conocimiento: Una Tipología Actualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 122-139, jan. / jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uell/index.php/informacao/article/view/9952>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, October. 2002.

BEGHTOL, C. Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, July. 2005.

BISCALCHIN, R. **Construção de vocabulário controlado multilíngue**: um estudo de possibilidades no contexto da garantia cultural e pela perspectiva da Terminologia. 2013.

133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

BISCALCHIN, R. **Garantia transcultural e terminologia**: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín (Colômbia), v. 37, n. 3, p. 237-250, sept./dic. 2014. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/20523/17282>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DHOUIB, S. Zur transkulturalitat der Menschenrechte. In: DHOUIB, S.; JURGENS, A. (ed.). **Wege in der Philosophie**: Geschichte – Wissen - Recht – Transkulturalitat. Weilerswist: Velbruck Wissenschaft, 2011. p. 278-296.

ELBERFELD, R. Forschungsperspektive “Interkulturalitat”: Transformationen der Wissensordnungen in Europa. In: KONERSMANN, R.; KROIS, J. M.; WESTERKAMP, D. (ed.). **Zeitschrift für Kulturphilosophie**. Hamburg: Meiner, 2008. p. 7-36.

GARCIA GUTIERREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LOPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

- GUIMARAES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. *In: ENCUENTRO DE EDIBCIC*, 5., 2000, Granada. La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento: **Actas** [...]. Granada: Universidad de Granada, Facultad de Biblioteconomia y Documentación, 2000. p. 206-216.
- GUIMARAES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2007.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.
- HUHN, M.; LERP, D.; PETZOLD, K.; STOCK, M. (ed.). **Transkulturalität, Transnationalität, Transstaatlichkeit, Translokalität**: Theoretische und empirische Begriffsbestimmungen. Munster; Berlin; London: LIT, 2010.
- HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 25964-2**: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: interoperability with other vocabularies. Genebra, ISO, 2013. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/53658.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TALAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001.
- LAZZARIN, L. F. Multiculturalismo e multiculturalidade: recorrências discursivas na educação musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 19, p. 121-128, mar. 2008.
- LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. *In: RAYWARD, W. B. (ed.). The variety of librarianship*: essays in honour of John Wallace Metcalfe. Sydney: Library Association of Australia, 1976. p. 101-113.
- MAZZOCCHI, Fulvio. Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018.
- MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O. **A não neutralidade na organização do conhecimento e as questões éticas a ela subjacentes na biblioteconomia**. 2017. 86 f. Tese (pós-doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MILANI, S. O. *et al.* Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. *In*: ROMERO, N. L. (ed.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MORTALI, C. *et al.* **Antropologia Cultural e Multiculturalismo**. Florianópolis: UDESC; FAED; CEAD, 2002.

NEIVA, R.; ALONSO, L.; FERNEDA, E. Transculturalidade e Tecnologias da Informação e Comunicação. **RENOTE**: Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-8, dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14373/8270>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutierrez, Michele Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SANTOS, B. de S. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2001.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SMIRAGLIA, R. P. Introduction: theory, knowledge organization, epistemology, culture. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. **Cultural Frames of Knowledge**. Würzburg: Ergon Verlag, 2012. p. 1-18.

TRIKI, F. Pluralisme Culturel et Transculturalite. *In*: KUHNHARDT, L.; TAKAYAMA, M. (ed.): **Menschenrechte, kulturen und gewalt**: ansätze einer interkulturellen ethik. Baden- Baden: Nomos, 2005. p. 323-339.

WELSCH, W. Transculturality: the changing form of cultures today. **Filozofski Vestnik**, Ljubljana, v. 22, n. 2, p. 59-86, jan. 2001.

Bibliografia Complementar

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: The Digital Library Federation, The Council on Library and Information Resources, 2000. 37 p. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/abstract/pub91abst.html>. Acesso em: 3 set. 2017.

14

**CLASSIFICAÇÃO, ESTEREOTIPIA E
SILENCIAMENTOS NO DOMÍNIO
DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE
GÊNERO**

*CLASSIFICATION, STEREOTYPES
AND SILENCES IN THE DOMAIN OF
SEXUAL AND GENDER DISSIDENCE*

Francisco Arrais NASCIMENTO

Doutor em Ciência da Informação – UNESP

Resumo: Objetivou-se, neste capítulo, compreender como as relações de poder têm influenciado na compreensão e na classificação do domínio das dissidências sexuais e de gênero. Para tanto, elegendo-se a Análise de Domínio como metodologia, alicerçada em dois recursos metodológicos, Etnografia e Observação de modo a subsidiarem as Cartografia de documentos e Cartografia de sentimentos. Ao término das observações, compreende-se que o estado de exceção simbólico construído socio-historicamente sobre e em torno dos sujeitos que borram, desvia ou não baliza suas identidades, práticas e orientações do desejo pela norma vigente, norteadas por proselitismos sociais, em que o sistema patriarcal utiliza-se de estratégias e métodos sexistas para arraigar um comportamento machista, em um invólucro capitalista, que se utiliza de dispositivos de controle social para tornar os corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos, gestando oprimidos e excluídos em um jogo de poder complexo em que “lembrança e esquecimento” são partes de um mecanismo de controle social.

Palavras-chave: organização do conhecimento; práticas sexuais não hegemônicas; homossexualidades; garantia autopoietica.

Abstract: The objective was to understand how power relations have influenced the understanding and classification of the domain of sexual and gender dissidences. For that, Domain Analysis was chosen as a methodology, based on two methodological resources, Ethnography and Observation, in order to subsidize the Cartography of documents and Cartography of feelings. At the end of the observations, it is understood that the symbolic state of exception socio-historically constructed on and around the subjects that blur, deviate or do not mark out their identities, practices and orientations of desire for the current norm, guided by social proselytism, where the patriarchal system uses sexist strategies and methods to root a sexist behavior in a capitalist envelope, which uses social control devices to make bodies politically docile and economically productive, creating oppressed and excluded people in a game of power complex in which “remembering and forgetting” are part of a mechanism of social control.

Keywords: knowledge organization; non-hegemonic sexual practices; homosexualities; autopoietic assurance.

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrar ao universo dos estudos culturais, tomando por aporte as construções acerca dos gêneros e das sexualidades, compreendendo os mesmos enquanto um domínio complexo, dada a influência das relações de poder construídas histórica e culturalmente, podendo-se vislumbrar que a divisão binária (Feminino/Masculino) imposta pelo processo de colonização do conhecimento e imposição da cultura eurocêntrica acerca dos gêneros balizada pelo cristianismo, no decorrer do processo de “colonização” do Brasil ainda ecoa em tempos hodiernos, limitando de forma contundente o próprio entendimento acerca das diferenças conceituais próprias deste domínio.

Nesse interim, firmando-se sob o viés dos “desvios” da norma (Heterossexualidade), situando-se no domínio segundo a perspectiva de (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Hjørland, 1997) das dissidências sexuais e de gênero, que englobam conceitos como: Gênero¹, Sexo², Expressão de gênero³, Identidade de gênero⁴ e Orientação sexual⁵, comumente silenciados pelos discursos hegemônicos, se pode vislumbrar em função da diversidade de comunidades discursivas⁶ e estratos sociais que compõem

¹ Segundo Jesus (2012, p. 24) pode ser definido como: “Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Depende do sexo”.

² Pode ser definido como: “Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais” (Jesus, 2012, p. 24).

³ Definida como: “Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive” (Jesus, 2012, p. 24).

⁴ Definida por Jesus (2012, p. 24) como “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero”.

⁵ Pode ser definida como: “Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (Jesus, 2012, p. 26)

⁶ Nascimento (2015, p. 63), em diálogo segundo Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (1997), afirma que os autores “[...] expõem sua teoria, afirmando primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas” (*discourse communities*).

tal domínio, que o mesmo pode ser compreendido enquanto estratificado, polimorfo e hipersegmentado, que apesar da delimitação conceitual acerca das sexualidades e das práticas sexuais que vêm sendo construídas e exaustivamente debatidas de modo a sanar lacunas de conhecimento, preconceitos e proselitismos, para além, de ações diretas e indiretas das relações de poder no decorrer da construção histórica e cultural, se pode observar que o domínio ainda é atravessado por silenciamentos, incompreensões e distorções conceituais que valem-se da estereotipia para replicar e preservar a condição hegemônica de determinados estratos sociais.

Em contrapartida, o entendimento de que classificar algo sem a compreensão acerca desse algo, é uma atividade impossível, caso o objetivo dessa classificação seja a verossimilhança, a ética e a eficiência para além da humanização no tratamento destinado ao outro, impulsiona o diálogo e construção do conhecimento, ao compreender que a Organização do Conhecimento (OC) “[...] enquanto um domínio autônomo que se preocupa com o desenvolvimento de meios de se organizar às mais variadas áreas e para a mais variadas finalidades” (Sales, 2021, p. 13). Tal entendimento desvela a essência de tal domínio, podendo vir a aproximar-se do domínio das dissidências sexuais e de gênero e conseqüentemente de seus desdobramentos, vindo a contribuir sob a forma de relação simbiótica para a organização, representação, recuperação e disseminação não apenas da informação produzida pelos e para os estratos sociais compreendidos no desvio da norma, mas atuando de forma a promover uma representação verossimilhante, ética e eficiente frente aos proselitismos, preconceitos e antipatias que incidem sobre tais estratos sociais.

Assim, ao voltar-se para a teoria discursiva desconstrucionista de base foucaultiana e se pensar acerca da engenharia social composta essencialmente por dispositivos de controle e suas relações de poder edificadas histórica e culturalmente, se é levado a uma compreensão de que os dispositivos são instrumentos externos ao sujeito e que atuam enquanto forças que modelam, adestram e docilizam os corpos. No entanto, tal entendimento margeia o engano, uma vez que parte do dispositivo é de natureza

subjetiva, logo interna, ou seja, uma vez que, a “[...] maneira de se julgar as qualidades e defeitos é meramente subjetiva. Cada qual tem a sua moral particular” (Silva, 1986, p. 118).

Tal entendimento pode ser vislumbrado rotineiramente no cotidiano dos papéis de gênero⁷, onde os sujeitos são compilados a crer e reproduzir de forma acrítica performances e não aquilo que de fato se é, em função dos discursos hegemônicos e do uso exacerbado de estereótipos⁸ que apenas simplificam de forma grosseira e superficial aquilo que se deseja representar. Logo, o que comumente se classifica em meio social são os estereótipos e não os sujeitos em si, em função da falta de profundidade no entendimento acerca daquilo que se classificou, consolidando preconceitos⁹ e respaldando o discurso hegemônico que faz uso dos estereótipos para sua manutenção. Assim, o ser, estar e parecer são alocados como sinônimos, quando na verdade são conceitos independentes.

Nesse interim, segundo Sales (2021, p. 14) “[...] ferramentas classificatórias são dispositivos de poder que ordenam e legitimam discursividades, compreendemos que os sistemas de organização do conhecimento impactam, em maior ou menor medida, toda uma esfera social”. De tal modo, em um primeiro momento, aparentemente, os atos de nomear, classificar e conseqüentemente de existir são ações corriqueiras, simples dadas sua ocorrência no cotidiano. Sob as linhas de Melo (2010, p. 178) “[...] o ato de nomear e organizar objetos, seres e fenômenos ao nosso redor responde a um apelo de nossa mente por referenciais que dêem [sic] sentido a caleidoscópica realidade”. No entanto, ao voltar-se para a rotina dos sujeitos em sociedade e imergir em contextos específicos, tais ações aden-

⁷ Segundo Jesus (2012, p. 25) papel de gênero pode ser definido como: “Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico”. Logo, compreende-se que, o entendimento de que se existe uma divisão/classificação em “[...] ser masculino ou feminino é porque houve, previamente, uma atribuição coletiva de significado nesse sentido” (Araújo, 2011, p. 61).

⁸ Segundo Jesus (2012, p. 28) estereótipo pode ser compreendido como a “[...] imagem fixa e preconcebida acerca de algo ou alguém. É o fundamento das crenças e dos preconceitos”.

⁹ Neste estudo, adotou-se o conceito de preconceito proposto por Jesus (2012, p. 28), a saber: “Juízo preconcebido acerca de algo ou alguém, com base em estereótipos. Predispõe a determinadas atitudes com relação ao objeto do preconceito, que pode ou não se manifestar na forma de discriminação”.

sam-se revelando uma tessitura complexa e multifacetada inscrita em um cenário rizomático (Deleuze; Guattari, 2000), construído histórica, geográfica e culturalmente, que tutelam relações de poder que atuam de forma incessante e em todas as direções (horizontal e vertical) incidindo sobre os corpos de forma a torná-los politicamente dóceis e economicamente produtivos (Foucault, 1987) do ponto de vista dos discursos hegemônicos, em uma complexa engenharia que agrega tecnologias (Lauretis, 1994), sistemas (Foucault, 1987; 2000; Nunes, 2016; Rubin, 2017) e dispositivos de controle social (Foucault, 2020a, 2020b). Ressalta-se que, o poder tem dupla natureza, sendo ele coercitivo (lei) e produtivo (pedagógico), no entanto, o que seria o poder? De acordo com Ríos (2005) o poder é:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder¹⁰. (Ríos, 2005, p. 154).

Segundo Revel (2011, p. 27-28) ao dissertar sobre as ações do poder em sociedade e sobre os corpos, a mesma esclarece que:

O controle social não passa só pela justiça, mas também por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política de saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocínios etc.) que se articulam em dois momentos: trata-se, por um lado, de construir populações nas quais inserir os indivíduos – o controle

¹⁰ Citação original: “[...] la capacidad de decidir sobre la propia vida; como tal es un hecho que trasciende al individuo y se plasma en los sujetos y en los espacios sociales: ahí se materializa como afirmación, como satisfacción de necesidad, y como consecución de objetivos. Pero el poder consiste también en la capacidad de decidir sobre la vida del otro, en la intervención con hechos que obligan, circunscriben, prohíben o impiden. Quien ejerce el poder se arroga el derecho al castigo y a conculcar bienes materiales y simbólicos. Desde esa posición domina, enjuicia, sentencia y perdona. Al hacerlo, acumula y reproduce poder” (Ríos, 2005, p. 154).

é basicamente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais num aparelho estatal centralizado -; mas, por outro lado, trata-se também de tornar o poder capilar, quer dizer, de instalar um sistema de individualização que se destine a modelar cada indivíduo e a gerenciar sua existência.

Tal aspecto duplo do controle social atua de forma contundente sobre os corpos configurando-se enquanto variáveis fundamentais para o entendimento do estudo aqui apresentado, uma vez que, alicerça a gênese da análise realizada e ancora o entendimento acerca da engenharia de poder criada em torno do objeto estudado, para além, de permitir a compreensão da tríade (pecado-crime-doença¹¹) que comporta a produção do conhecimento acerca dos estratos sociais compostos por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Pansexuais, Polisssexuais e não-cis que não se considere trans ou ainda qualquer uma das definições atribuídas na sigla (LGBTQIAP+) (Vainfas, 1989; Prado; Machado, 2008; Barbosa; Medeiros, 2018; Nascimento; Massoni; Shirakava; Pinho; Martínez-Ávila, 2020).

Compreendendo a informação “[...] no sentido de conhecimento comunicado”, ciente de seu “[...] papel central na sociedade contemporânea” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 148), norteando-se sob a compreensão de “[...] informação como coisa” (Buckland, 1991), emerge de tal cenário, indagações como: Como a Ciência da Informação tem lidado com informações e conhecimentos oriundos de grupos marginalizados? Os sistemas de Informação têm acompanhado as demandas das comunidades discursivas tidas como desviantes e subversivas? A representação da informação tem sido verossimilhante, ética e eficiente frente aos proselitismos, preconceitos e antipatias? Sales (2021, p. 13) indagando-se ainda, para além da informação, problematiza: “[...] como ser responsável ao sugerir ordenações ao conhecimento? Como promover sociedades democráticas e inclusi-

¹¹ Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

vas?”. Ressalta-se que, no âmbito deste estudo, a inclusão é compreendida não como um ato de tolerância, mas sim, um espaço de construção social. Logo, tais indagações, tornam-se essenciais para a compreensão daquilo que se analisa neste estudo.

Segundo Bourdieu (2012) por tratar de compreender como se construir e representar uma categoria social dominada, uma vez que, a classificação binária a qual são submetidos todos os sujeitos e a todo momento (Centro/Margem) e sendo as margens constituídas sobre termos negativos, deve-se levar em consideração que sua representação envolve o rompimento com as categorias de percepção que fundamentam a inferioridade.

Esse rompimento permitiria que experiências vividas de forma tácita ou dissimulada ganhassem visibilidade a partir de sua enunciação pública e que se construam em signos de pertencimento a um grupo social, a uma identidade. Bourdieu (2012, p. 148) ainda discorre que:

[...] o objetivo de todo movimento de subversão simbólica é operar um trabalho de destruição e de construção simbólicas visando a impor novas categorias de percepção e de avaliação, de modo a construir um grupo, ou, mais radicalmente, a destruir o princípio mesmo de divisão segundo o qual são produzidos não só o grupo estigmatizante, como também o grupo estigmatizado.

Logo, compreende-se assim, que a questão da construção dos estereótipos, ao imergir nos processos que resultam na abjetificação dos corpos, sujeitos e estratos sociais histórica e culturalmente marginalizados tem-se a construção dos mesmos, que atuam enquanto um fenômeno não natural, componente comum nos mais diversos mecanismos de controle social, construídos sob a égide de discursos hegemônicos que objetivavam a implementação e manutenção do poder, interferindo diretamente nos marcadores sociais da diferença (Derrida, 1971, 1997, 2013; Silva, 2000) alargando a mesma, entrelaçando-se de forma profunda nas tessituras oriundas das relações sociais.

Desse modo,

[...] é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. (Silva, 2000, p. 91).

Frente a isso, objetivou-se compreender como as relações de poder tem influenciado na compreensão e classificação do domínio das dissidências sexuais e de gênero, utilizando-se da estereotipagem, silenciamentos e esquecimento para alicerçar os discursos hegemônicos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada configura-se como um recorte da tese de doutorado do autor que adotou os procedimentos metodológicos necessários para obter respostas aos questionamentos que comumente emergem do processo investigativo e atender ao objetivo supra citado, elegendo-se a Análise de Domínio (AD) como metodologia, alicerçada em dois recursos metodológicos que atuaram de forma colaborativa para alcançar o resultado aqui apresentado, a saber Etnografia e Observação (Silverman, 2009; Flick, 2009) e Cartografia (Cartografia de documentos e Cartografia de sentimentos) (Rolnik, 2016).

De forma a situar o viés metodológico, ancorando-se sob uma abordagem discursiva, alinhando-se com o pensamento de Hjørland e Albrechtsen (1995), que definem a AD e estabelecem um diálogo com a Ciência da Informação, sob a óptica do paradigma domínio-analítico, onde o mesmo

[...] primeiramente, um paradigma social que considera a CI [Ciência da Informação] como uma das muitas ciências sociais, fomentando [...] perspectivas psicossociais, sociolinguísticas, sociológicas do conhecimento e sociológicas da ciência no contexto da Ciência da Informação. O paradigma domínio-analítico é,

em segundo lugar, uma abordagem funcionalista, com o intuito de entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e de delinear mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta visão. Em terceiro lugar, é uma abordagem filosófico-realista, tentando constatar as bases da CI por meio de fatores que sejam externos às percepções individualístico-subjetiva dos usuários em oposição, por exemplo, aos paradigmas comportamentais e cognitivos¹² (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

O diálogo e aplicação de tal entendimento são fortalecidos pelas linhas de Kobashi (1994), Abrahamsen (2003), Hjørland (1997, 2002, 2016, 2017), Nascimento (2006) e Tennis (2012a, 2012b) no âmbito da Ciência da Informação, além de Pinho (2010), Guimarães e Pinho (2011, 2012), Guimarães, Nascimento e Pinho (2017), Campbell, Guimarães, Pinho, Martínez-Ávila, Nascimento (2017) sob o viés mais específico da Organização do Conhecimento.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Segundo a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p. 232):

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um

¹² Citação original: “[...] *firstly a social paradigm, conceiving of IS as one of the social sciences, promoting a social psychological, a sociolinguistic, a sociology of knowledge, and a sociology of science perspectives on IS. The domain-analytic paradigm is secondly a functionalist approach, attempting to understand the implicit and explicit functions of information and communication and to trace the mechanisms underlying informational behavior from this insight. Thirdly it is a philosophical-realistic approach, trying to find the basis for IS in factors that are external to the individualistic-subjective perceptions of the users as opposed to for example the behavioral and cognitive paradigms*” (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

É fundamental compreender que a biopolítica não se apropria da vida para suprimi-la, mas sim para administrá-la em termos regulatórios, ou seja, trata-se de distribuir o vivente em um domínio de valor e de utilidade (Castro, 2011). Ressalta-se ainda que a “performance” não ocorre sempre de forma consciente; quando se fala de determinados conceitos, os dispositivos de coerção social e a biopolítica dos corpos e de produção dos mesmos são tão dissolvidos na tessitura social que acabam por ser internalizados pelos sujeitos, que não percebem a extensão de sua ação sobre o seu corpo.

Logo, Butler (2003, p. 162) afirma que

A marca do gênero parece ‘qualificar’ os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta ‘menino ou menina?’ é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse uma pós-escrito ou uma consideração cultural posterior?

Rich (1993) e Butler (2003) ao situarem tal entendimento na norma vigente (Heteronorma), ambas afirmam que a heteronormatividade é uma “[...] ordem compulsória’ que exige dos sujeitos a coerência total entre um sexo, um gênero e uma conduta/desejo/afeto, que são obrigatoriamente heterossexuais”. A exemplo do que foi posto, o discurso reducionista da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil

Damares Alves “Menino veste azul, menina veste rosa¹³”, onde os sexos masculino e feminino “[...] são vistos como opostos e complementares: correspondem a determinada configuração física, suscitam determinados comportamentos e disposições e dão ensejo a desejos e práticas sexuais em direção ao sexo ‘oposto’” (França, 2019, p. 45) inscrito em um sistema (Patriarcado¹⁴) sendo passível de identificar o mesmo como heteropatriarcado. Assim, “[...] o gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres ‘devem’ se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios” (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

Diante disso, segundo Freire (2012, p. 88) ao utilizar-se das linhas de Goffman (1988) afirma que, “[...] os ‘normais’ são aqueles que apresentam as características esperadas de acordo com o grupo em que estão inseridos”. No entanto, cabe ressaltar que “[...] como toda norma, porém, essa também se explicita pelos seus limites. A diversidade de corpos, relações e sujeitos que habita nosso cotidiano constantemente a desafia e expõe seu próprio caráter cultural” (França, 2019, p. 45)¹⁵.

Segundo Preciado (2017, p. 91-92) “[...] a homossexualidade é uma paródia do gênero sem original na qual as posições de gênero que acreditamos naturais (masculinas ou femininas) são o resultado de imitações submetidas a regulações, repetições e sanções constantes”. Para Lanz (2014, p. 41) em diálogo com (Kitzinger, 2005, p. 478) a heteronormatividade “[...] é, pois, um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero a todas as relações estabelecidas entre as pessoas na nossa sociedade”. Sob as linhas de Hannah

¹³ Clarissa Pains. “Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo”. O Globo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XneG8mC5CGo>. Acesso em: 28 mar. 2021.

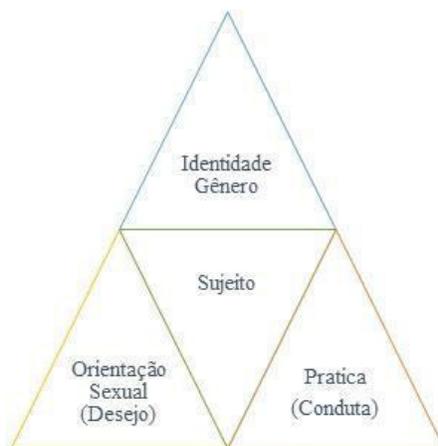
¹⁴ Segundo Costa (2000, p. 4) o Patriarcado pode ser definido como a: “[...] organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)”.

¹⁵ Citação original: “[...] *the way how men and women should behave, how their bodies should be represented and how their interpersonal relations can be composed, in these fields*” (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

Arendt (2012) “[...] o domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse um só indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações” (Arendt, 2012, p. 582).

Assim, ao representar o que a norma pretende ao limitar as práticas sexuais, as identidades de gênero, além de impor uma vertente universal aos corpos sexuados (Figura 1) elaborou-se uma representação das dobras que se sobrepõe na construção dos sujeitos. Logo, se pode compreender que a coerência do gênero se realiza na criação de uma dupla ilusão, a saber: a ilusão do que seria “natural” para o corpo sexuado e do que pareceria “natural” para aqueles que afirmam ter esse corpo por agirem sob a égide do que se enquadra como “natural”.

Figura 1 - Representação do sistema de dobras na composição dos corpos sexuados.



Fonte: Nascimento (2021).

No cenário aqui apresentado, segundo Butler (2003, p. 196)

[...] há três dimensões contingentes na corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da performance, então a performance sugere

uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance. Por mais que crie uma imagem unificada da ‘mulher’ (ao que seus críticos se opõem frequentemente), a travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade - através da ficção reguladora da coerência heterossexual. Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero - assim como sua contingência.

Ao longo de tal raciocínio, ao criar o que seria “natural” e naturalizadamente aceito, também se cria aquilo que não é “natural”, ou seja, tudo o que não é natural não é considerado normal pelos classificadores sociais construídos sob a égide desse raciocínio, é marginal, sai da norma, do padrão, do foco do sistema de organização do conhecimento e é impelido às margens (Olson, 1997; Cornell, 1992). Aqueles que não se adequam a essa ordem são alocados na zona de exclusão, tornando-se ininteligíveis como pessoa, porque a identidade só pode ser estabelecida dentro das “[...] leis que buscam estabelecer as linhas causais ou expressivas de conexão entre sexo biológico, gêneros constituídos culturalmente e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos nas manifestações do desejo sexual nas práticas sexuais” (Butler, 2007, p. 72). Nascimento, Massoni, Shirakava, Pinho e Martínez-Ávila (2020) afirmam que “[...] toda política identitária é ‘anti-diversitária’, uma vez que a identidade não apenas não comporta, mas sim segrega toda e qualquer singularidade, ‘minoritiza’ nos sistemas de classificação” (Campbell, 2000). Para Silva (2000, p. 82) “[...] a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir”. Logo, “[...] a identidade [...] teria um efeito de homogeneização que suprimira a diversidade, a diferença na igualdade” (Leopoldo, 2020, p. 160).

Desse modo, sob o ponto de vista das classificações, Costa (1998, p. 66) declara que

Encontramos inúmeros exemplos de classificação inscrita e actuanes [sic] nos mais variados domínios das relações sociais, tal como se apresentam no quotidiano. Basta pensar na maneira como as pessoas tratam umas às outras, ou se referem a terceiras, atribuindo estatutos de superioridade ou inferioridade social, considerando umas distintas e outras vulgares, umas sérias e outras desonestas, umas competentes e outras incapazes, umas merecedoras de mais respeito e outras de menos.

Costa (1998, p. 66) prossegue suas análises afirmando que

[...] com frequência, nas relações entre pessoas, classificações deste e doutros tipos são verbalizadas, embora não sejam em regra objecto [sic] de grandes delongas reflexivas. Na maioria dos casos, tais classificações estão presentes de forma implícita. Muitas vezes não chegam se quer a ser ditas. Mas comandam os comportamentos e as avaliações, dão o tom aos modos de interação, conduzem as práticas relacionais de diferença ou arrogância, de intimidade ou distanciamento, de atenção ou alheamento, entre muitas formas de modulação do relacionamento humano e de organização das relações sociais.

Segundo Melo (2010, p. 178) ao refletir “[...] sobre o problema de representação do conhecimento e os seus desdobramentos deste processo”, ao qual nomeia por “[...] categorização, na vida em sociedade”, prossegue ao traduzir as linhas de (Cuenca; Hilferty, 1999, p.32) definindo que “[...] categorização constitui um mecanismo de organização da informação [por generalização ou abstração e discriminação] obtida a partir da apreensão da realidade”¹⁶. Albuquerque (2013, p. 48) afirma ainda que “[...] enquanto fenómeno social, a classificação, devido ao seu formato e ao seu tratamento, torna-se a representação temática do conhecimento, visto que as diversas sociedades existentes são agrupadas para atenderem às necessidades de organização e de comunicação”. Ressalta-se que, “[...] as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas

¹⁶ Citação original: “*La categorización es un mecanismo de organización de la información obtenida a partir de la aprehensión de la realidad, que es, en sí misma, variada y multiforme*” (Cuenca; Hilferty, 1999, p.32).

quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso também hierarquizar” (Silva, 2000, p. 82).

4 ONDE COLOCAR O DESEJO?

“Todo dia, toda noite
Toda hora, toda madrugada
Momento e manhã
Todo mundo, todos os segundos do minuto
[...] A gente não sabe o lugar certo
De colocar o desejo”
(Veloso, Pecado Original¹⁷, 1978)

A canção de Caetano Veloso vivifica a forma como o desejo se manifesta de forma contundente, insistente e global, afirmando com veemência que “[...] a gente não sabe o lugar certo de colocar o desejo”. Ressalta-se que, o interprete e compositor usou termos êmicos utilizados por estratos sociais marginalizados, como “lobisomem¹⁸”, para não sofrer censura, uma vez que, o Brasil se encontrava sob a atuação de uma ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964 e perdurou até 1985. O regime atuava de forma extensiva nos meios de comunicação e nas mais diversas linguagens artísticas, censurando, limitando e agindo em muitos casos com violência para inibir a atuação dos ditos “subversivos”.

Assim, compreende-se que, imergir no domínio das classificações, nomeações e representações é imergir em um cenário marcado por relações de poder, processos de estereotipagem e principalmente de silenciamentos. Uma vez que, ao se tornar um discurso oficial, todos os outros tornam-se

¹⁷ Canção composta e gravada originalmente para a trilha do filme “A Dama do Lotação” (1978) dirigido por Neville de Almeida, e estrelado por Sônia Braga. Foi o único tema do filme. Nunca foi lançada a trilha do filme, sendo lançado apenas em compacto (33 1/3) simples na época do filme.

¹⁸ Termo utilizado para designar homossexuais masculinos.

marginais, soterrados ou sem importância dada a posição que ocupa na hierarquia estabelecida pelos proselitismos sociais.

Na última década do século XX e primeira década do século XXI, segundo Araújo (2018, p. 58) eclodem diversos estudos sobre “[...] aspectos diversos nos processos de representação e recuperação como, por exemplo, aspectos éticos e as questões de gênero”. Produções como (Olson, 2001; López-Huertas; Ramírez, 2005; Pinho, 2009) marcam a emergência do viés de gênero enquanto um domínio de atuação da Ciência da Informação. Não obstante, Dahlberg (1992) já apontava para a necessidade de um aprofundamento nos estudos acerca e sob o viés da ética no tratamento da informação. Ressalta-se que, os estudos das primeiras décadas sobre o domínio do gênero atuam de forma muito generalista, sob o objeto gênero, e mesmo nos estudos mais contemporâneos a visão do gênero sob a óptica biologizante ainda é aguda na área de Ciência da Informação.

Os estudos de Olson (1997; 2002), Campbell (2000), Silva e Lara (2004), Pinho (2010), apresentam-se de forma diferenciada frente ao que vinha sendo construído no âmbito da Ciência da Informação, construindo estudos não generalistas, apresentando um aprofundamento temático que possibilita um entendimento crítico acerca do domínio de gênero e seus desdobramentos. Lima e Santos (2019, p. 50) afirmam que “[...] a politização do gênero é uma inovação, pois traz para a cena do debate as pautas de ordenamento das vidas humanas”.

Logo, os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano. Isso significa que o gênero é inerentemente político – mas também significa que essa política pode ser complicada e difícil. Na ordem de gênero, a desigualdade e opressão têm levado repetidamente a demandas por reformas. Movimentos que buscam essa mudança incluem campanhas pelo voto feminino, pela presença das mulheres em movimentos anticoloniais e na representação de governos independentes. Há campanhas por salários iguais, pelo direito das mulheres à propriedade de terras e bens, por reformas da legislação que regula os direitos e práticas homossexuais, pelo sindicalismo feminino, por oportunidades iguais de emprego, por direitos

reprodutivos, por direitos humanos para homens e mulheres transexuais e pessoas transgênero, contra a discriminação na educação, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia de massas, contra estupro e violência doméstica (Connel; Pearse, 2015, p. 43).

Pinho, Melo e Oliveira (2019, p. 38), ao evocarem o discurso de Louro (2008, p. 21) de forma a alicerçarem seu estudo acerca dos assuntos de gênero e sexualidade nas representações temáticas nos sistemas *Sophia* e *Pergamum*, vislumbram que “[...] no terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual)”. Em consonância com Louro (2008), Pinho (2010, p. 31) ao inserir o debate na Ciência da Informação, já identificava os subgrupos “[...] lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, *drag queens*, *crossdressers*, intersexo, assexual e simpatizantes”, “[...] evidenciando, mais uma vez, a pluralidade existente na temática e a necessidade de representá-la com mais especificidade” (Pinho; Melo; Oliveira, 2019, p. 40).

Em diálogo com o que foi supracitado, Preti (1983, p. 153) afirma que “[...] os estereótipos têm sido objeto de estudo de diversas áreas, como a Sociologia, a Psicologia da Comunicação, a Semiologia, a Linguística e outras”. No estudo aqui apresentado, questões acerca dos estereótipos aproximam-se dos estudos históricos e no âmbito da Ciência da Informação. Nesse interim, Preti (1983, p. 153) discorre que “[...] o processo de estereotipia surge, numa sociedade, provavelmente, do conflito entre o fenômeno da ‘mente coletiva’ e da ‘mente individual’, na medida em que esta é sufocada por aquela, tendo em vista os interesses do grupo”. Tal pensamento fora norteado pelo entendimento de “consciência coletiva” proposto por Durkheim (1972, p. 90-91) que compreende que

[...] a sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existirem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinadas maneiras; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero. É, pois, na natureza desta individualidade, e não nas unidades componentes, que é preciso buscar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem. O grupo pensa, sente, age diferentemente da maneira de pensar, sentir e agir de seus membros, quando isolados. Partindo, pois, desses últimos, não poderíamos compreender nada do que se passa no grupo.

Preti (1983, p. 154) em consonância com o pensamento de Durkheim (1972) afirma que, “[...] trata-se, sem dúvida, de uma forma que a própria sociedade encontrou de simplificar a visão da realidade, distribuindo pessoas, coisas e fatos em escaninhos determinados e previamente rotulados”. Bhabha (1998, p. 110) em uma tentativa de conceituar o estereótipo afirma que “[...] o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo”, apontando ainda que, “[...] o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade” (Bhabha, 1998, p.117). Para Bosi (1992, p. 113) “[...] no processo da estereotipia, os padrões correntes interceptam as informações no trajeto rumo à consciência”, Baccega (1998, p. 8) dá continuidade ao discurso ao citar Bosi (1977, p. 98) afirmando que, “[...] quando procuramos conhecer a realidade, ocorre ‘um processo de facilitação e de inércia. Isto é, colhem-se aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. O processo de estereotipia se apodera da nossa vida mental”’. Bosi (1977, p. 99) ressalta que “[...] o repouso do estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo

mental”. Bosi (1992, p.113) alerta que “[...] o estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico”.

Albuquerque Junior (2010, p. 30) acerca do “discurso da estereotipia” é incisivo ao afirmar que,

[...] é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

Para Lippman (1970, p. 156)

As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las. E a menos que a educação nos tenha tornado agudamente conscientes, essas preconcepções governam profundamente todo o processo da percepção.

Lippmann (1970, p. 151), discorre ainda que, ao nos aproximarmos da realidade, “[...] não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos”. “Aí está o estereótipo: são ‘os tipos aceitos, os padrões correntes, as versões padronizadas’. Eles interferem na nossa percepção da realidade, levando-nos a ‘ver’ de um modo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem” (Baccega, 1998, p. 8).

Segundo Preti (1983, p. 159) “[...] podemos entender os estereótipos, portanto, como atitudes ligadas a um mecanismo de defesa da sociedade, em particular no que se refere à ideologia sexual”. Nesse interim, “[...] desde que certas práticas se tornem convenientes para a comunidade, passam a ser esperadas [...], e os estereótipos prolongam essa expectativa através das gerações. Quaisquer outras oferecidas em seu lugar provocam

reações na ‘mente coletiva.’” (Preti, 1983, p. 159). Silva (2000, p. 76) aponta ainda que

[...] identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas O processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação.

Diante disso, Candau (2003) afirma que “[...] os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas; são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente” (Candau, 2003, p. 17). Rios (2007) discorre que os preconceitos são “[...] percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (Rios, 2007, p. 27-28). Assim, Denizart (1997, p. 9) ao desenvolver sua etnografia urbana acerca das subjetividades travesti no Rio de Janeiro – RJ, afirma: “Um jovem gay chegando do Nordeste é execrado por ser pobre, homossexual e do interior”. A afirmação de Denizart (1997) denuncia a tessitura social, a relação simbiótica estabelecida entre o preconceito por origem geográfica¹⁹ (Albuquerque Júnior, 2007), o preconceito por orientação sexual e o preconceito econômico ou de classes sociais que vigoram na sociedade. Diante disso, “[...] compreender como se dão estes processos é condição imprescindível para desvelá-los e combatê-los, na perspectiva da construção de uma cultura dos direitos humanos” (Candau, 2003, p.18).

Sob as linhas da obra de Foucault (2010, p. 30) “[...] o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo re-

¹⁹ Para uma compreensão mais aprofundada acerca dos preconceitos geográficos referentes ao Brasil ver o capítulo “A formação do Estado Nacional brasileiro e os preconceitos por origem geográfica” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

lações de poder”. Dessa forma, já conhecido na análise do discurso que há interpelações do indivíduo em sujeito a ideologia. É assim que se considera que o indivíduo se constitui em sujeito por ser afetado pelo símbolo. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele seja submetido língua. E é por estar subordinado a língua, ao símbolo, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de, pertencente a, pois na sociedade aqueles que se colocam como contrários ou desviantes da norma não tem lugar ou papel definido, pois o espaço desse outro (LGBTQIA+, anão, deficiente, prostituta(o), sujeitos em conflito com a lei, entre outros) é o do não lugar, o esquecimento, a existência condicionada sob a égide da violência marcada não apenas no discurso mas sim sob todas formas de exclusão social, ou seja, o sujeito abjeto. Logo, pode-se compreender que o processo de exclusão ao qual os sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidades, que tem por natureza o desvio da norma vigente (a heterossexualidade compulsória) (Rich, 1993; Anjos, 2000; Butler, 2002, 2003) instituíram um movimento das “margens” para o “centro” que busca resistir ao que fora imposto pelo proselitismo social norteado em direção a binaridade de gênero e da heterossexualidade. Cabe ressaltar que, essa binaridade tem sua gênese na noção de gênero entendida como relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995).

Desse modo, uma das garantias que podem devolver a tais sujeitos uma possibilidade de representação verossimilhante, ética e humana é a garantia autopoietica. Segundo Martínez-Ávila, Budd (2017, p. 706) em diálogo com Mai (2011) a garantia autopoietica é compreendida como uma incumbência “[...] em que a autoridade é criada dentro do sistema e os usuários do sistema, de forma autorreferencial, estabeleceriam os termos e classes a serem incluídos. Nesse caso, a autoridade do sistema emergiria de seu uso”²⁰. Essa compreensão favorece o diálogo e a construção de uma representação do conhecimento mais eficiente do ponto de vista da recuperação da informação, uma vez que, não evidencia relações de poder, mas torna equânimes as nomeações.

²⁰ Citação original: “[...] *in which the authority is created within the system and the users of the system, in a selfreferential manner, would establish the terms and classes to be included. In this case, the authority of the system would emerge from its use*” (Martínez-Ávila; Budd, 2017, p. 706).

Esse deslocamento do eixo discursivo, não apenas torna mais equânime o “poder de nomeação”, mas sim, aproxima o sujeito de uma classificação mais verossimilhante e amplia o grau de eficiência da mesma, criando assim a possibilidade de que narrativas diferenciadas, destoantes do discurso hegemônico possam emergir, conferindo aos sujeitos marginalizados no decorrer do processo de construção histórica a voz que lhe fora retirada em tal processo, ao serem alocados em um “espaço” único, sejam as margens, as bermas do próprio processo de representação e classificação, ou a própria zona de abjeção que não pode ser compreendida como um lugar, um espaço, mas sim, um não lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, o que se pode concluir ao término das observações é que, o estado de exceção simbólico construído socio-historicamente sobre e em torno dos sujeitos que borram, desviam ou não balizam suas identidades, práticas e orientações do desejo pela norma vigente, eleita por proselitismos sociais, de forma a melhor servir os grupos hegemônicos onde o sistema patriarcal, utiliza-se de estratégias e métodos sexistas para arraigar um comportamento machista, em um invólucro capitalista, que se utiliza de dispositivos de controle social para tornar os corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos, gerando em seu interior oprimidos e excluídos em um jogo de poder complexo em que “lembança e esquecimento”, são partes de um mecanismo de controle social, um instrumento que por meio de uma consciência seletiva, tal qual uma marionete, lembra ou se esquece daquilo que é conveniente apenas para ao grupo hegemônico.

Assim, ao vislumbrar os sistemas de saber/poder e patriarcal nos quais está inscrito toda a engenharia social de controle dos corpos, engendrada em uma interseccionalidade das relações de poder, raça, gênero e sexualidade que incidem sobre os corpos de modo a controlar suas práticas em uma produção serializada de sujeitos dóceis e economicamente viáveis sob a perspec-

tiva do biopoder e consequentemente do capital. Não obstante, a criação de um dialeto oriundo do marginalia que atua nas bermas da sociedade em uma ação discursiva margem-centro que não almeja tornar-se centro, mas que reverbera causando um movimento entre os sujeitos que de alguma forma não se sentem completamente representados e/ou identificados nos espaços destinados a eles no decorrer das construções sócio-históricas, coletivas e individuais, fazendo com que a garantia autopoietica torne-se uma alternativa viável a esses estratos sociais alocados a marginalia, de forma a conferir a estes uma representação verossimilhante, ética e humana.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Knut Tore. Indexing of musical genres. an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 144-169, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Representação temática da informação na Literatura popular de cordel**. Curitiba: Appris, 2013.
- ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, dez. 2000.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, José Estevez. Gênero e direito. In: FABIANI Emerson Ribeiro (coord.) **Impasses e aporias do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 59-77.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 13, p. 7-14, dez. 1998.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; MEDEIROS, Robson Antão de. Dos povos nativos ao surgimento dos movimentos sociais: influências dos discursos jurídicos, religiosos e médicos para a construção do conceito de homossexualidade no Brasil. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 266-289, 2018.

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BOSI, Eclea. A opinião e o estereótipo. **Contexto**, São Paulo, n. 2, p. 98, mar, 1977.
- BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 32, p. 111-118, mar. 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, Jun.1991.
- BUTLER, Judith P. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007.
- CAMPBELL, Donald Grant. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 27, n. 3, p. 122-131, 2000.
- CAMPBELL, Donald Grant; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; NASCIMENTO, Francisco Arrais. The terminological polyhedron in LGBTQ terminology: Self-naming as a power to empower in knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 8, p. 586-591, 2017.
- CANDAU, Vera Maria. **Somos tod@s iguais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, nov. 2007.
- CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas**: una história conceptual de la biopolítica. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2011.
- CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.
- CORNELL, Drucilla. **The philosophy of the limit**. New York: Routledge, 1992.
- COSTA, António Firmino. Classificações sociais. **Leitura**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out./abr. 1977/1998.
- CUENCA, María Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

- DAHLBERG, Ingetraut. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2000. v. 1.
- DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 - a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4: as confissões da carne**. São Paulo: Paz e terra, 2020b.
- FRANÇA, Isadora Lins. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 33, p. 45-52, out. 2019.
- FREIRE, Lucas de Magalhães. De Sodomitas a Homossexuais: a construção de uma categoria social no Brasil. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-100, ago. 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GUIMARÃES, Jose Augusto Chaves; NASCIMENTO, Francisco Arrais; PINHO, Fabio Assis. The metaphorical dimension of lgbtq information: Challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 49-57, set./dez. 2017.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. cd-rom. p. 352-370. Tema: Políticas de informação para a sociedade.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. *In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera. (org.). **Desafios e Perspectivas Científicas para a organização e representação do conhecimento***. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012, v.1, p. 143-146.

HJØRLAND, Birger. **Information seeking and subject representation: an activity theoretical approach to Information Science**. London: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, Birger. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, DF: Edição da Autora, 2012.

KITZINGER, Celia. Heteronormativity in action: reproducing the heterosexual nuclear family in after-hours medical calls. **Social Problems**, Oxford, v. 52, n. 4, p. 477-498, Nov. 2005.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. 1994. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura***. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Devires, 2020.

- LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. O campo da informação no ordenamento político de gênero. *In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação.*** Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 41-69. (Selo Nyota).
- LIPPMAN, Walter. Estereótipos. *In: STEINBERG, Charles. **Meios de comunicação em massa.*** São Paulo: Cultrix, 1970. p. 149-159.
- LÓPEZ-HUERTAS, María José; RAMÍREZ, Isabel de Torres. Terminología de género. sesgos, interrogantes, posibles respuestas. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.
- MAI, Jens-Erik. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, London, v. 73, n. 4, p. 700-715, 2017.
- MELO, Fabio Dantas de. Categorização linguística como esteio da organização do conhecimento. *In: ROBREDO, Jaime; BRÄSHER, Marisa (org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC.*** Brasília DF: IBICT, 2010. p. 177-182.
- NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a Organização do Conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+.** 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais; MASSONI, Luis Fernando Herbert; SHIRAKAVA, Rafael da Silva; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Autodenominación y autclasificación de la homosexualidad masculina y las sexualidades alternativas en Brasil. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, Ciudad de México, v. 34, n. 84, p. 151-168, ago. 2020.
- NUNES, Débora Machado. **O pensamento feminista na economia: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- OLSON, Hope A. Patriarcal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for information and Labrary Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29, 2001.

OLSON, Hope A. The feminist and the emperor's new clothes: feminist deconstruction as a critical methodology for library and information studies. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 19, n. 2, p. 181-198, 1997.

OLSON, Hope A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n.1, p. 193-198, jul. 2011.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINHO, Fabio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINHO, Fabio Assis; MELO, Letícia Alves Félix de; OLIVEIRA, Jéssica Pereira de. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, jun. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRETI, Dino. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In*: CHARLESWORTH, Barbara; GELPI, Albert (ed.). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. p. 203-224.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 2005.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

RUBIN, Gayle S. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SALES, Rodrigo de. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari. In: AMORIM, Igor Soares; SALES, Rodrigo de. **Ensaaios em organização do conhecimento**. Florianópolis: UDESC, 2021. p. 13-39.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, mar. 1995.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das Linguagens Documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33-47, jan. 2004

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Valmir Adamor da. **Nossos desvios sexuais**: normal? anormal? afinal de contas, quase todos nós temos um desvio sexual, mais ou menos discreto... ou muito camuflado. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1986.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science**. Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012a.

TENNIS, Joseph T. A convenient verisimilitude or oppressive internalization? Characterizing the ethical arguments surrounding hierarchical structures in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v.39, n.5, p. 394-397, 2012b.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

FILMOGRAFIA

A DAMA do Lotação. Direção: Neville de Almeida. Produção: Regina Filmes; Neville de Almeida. Intérpretes: Sonia Braga. Roteiro: Neville D'Almeida; Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1978. (90 min.), son. color. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x2co5s9>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MUSICOGRAFIA

VELOSO, Caetano Emanuel Viana Teles. Pecado original. In: AMANTE amado/ Pecado original. Intérprete: Caetano Emanuel Viana Teles Veloso. Rio de Janeiro: Philips, 1978. 33 1/3, Disco vinil, (3 min.).

15

**O FEMINISMO DECOLONIAL
NAS CATEGORIAS DE SHIYALI
RAMAMRITA RANGANATHAN**

*DECOLONIAL FEMINISM IN SHIYALI
RAMAMRITA RANGANATHAN'S
CATEGORIES*

*Marília Winkler de MORAIS
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar*

*Luciana de Souza GRACIOSO
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar*

Resumo: O objetivo central deste estudo é o de recorrer às categorizações ranganathainas (PMEST - Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo) para auxiliar na identificação de elementos e fenômenos que compõe o Feminismo Decolonial, viabilizando, assim, uma compreensão mais ampliada, engajada e fortalecida sobre os temas e as ações que são constitutivas desse movimento. A justificativa para esse recorte temático se dá justamente pela complexidade envolta na interseccionalidade dos sujeitos sociais, que neste lugar, são as mulheres latino-americanas, cujas lutas por direitos transpõem as questões individuais e ativam a discussão e a reivindicação por direitos políticos, ambientais, econômicos e culturais. Este exercício possibilitou fazer outras leituras, mais amplas e completas do Feminismo Decolonial, reconhecendo as narradoras, as agentes e as sujeitas da ação, as personagens, os objetos de uma ação ou manifestação, os objetos simbólicos, as ações, as funções, os métodos, os eventos, os acontecimentos, os espaços, as ambiências, os lugares, e os pontos de vista deste importante e necessário movimento feminista contemporâneo, latino-americano, transgressor e revolucionário.

Palavras-chave: feminismo; decolonialidade; feminismo decolonial; organização do conhecimento; Ranganathan

Abstract: The central objective of this study is to resort to Ranganathainas categorizations (PMEST - Personality, Matter, Energy, Space, and Time) to help identify the elements and phenomena that make up Decolonial Feminism, thus enabling a more expanded, engaged, and strengthened understanding of the themes and actions that are constitutive of this movement. The justification for this thematic approach is precisely the complexity involved in the intersectionality of social subjects, which in this place are Latin American women, whose struggle for rights transcends individual issues and activates the discussion and demand for political, environmental, economic, and cultural rights. This exercise, made it possible to do other, broader and more complete readings of Decolonial Feminism, recognizing the narrators, the agents and subjects of the action, the characters, the objects of an action or manifestation, the symbolic objects, the actions, the functions, the methods, the events, the events, the spaces, the ambiances, the places, and, the points of view, of this important and necessary contemporary, Latin American, transgressor and revolutionary feminist movement.

Keywords: feminism; decoloniality; decolonial phenism; knowledge organization; Ranganathan

“No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros”.

bell hooks (1952-2021) In memoriam

1 INTRODUÇÃO

O Feminismo Decolonial é central neste trabalho, tanto pelo que ele promove e articula, mas também por ser representativo dos deslizamentos de símbolos históricos que precisam ser revistos, pelos deslocamentos semânticos que sugerem e pelas incompletudes que evidenciam em relação às nossas existências coletivas. Argumentamos em defesa do uso da proposta de S. Ranganathan como base para categorização e análise dos conteúdos decoloniais latino-americanos por considerarmos que, ao pensar estas categorias PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo), o filósofo indiano, que também ocupou o lugar da subalternidade nos processos de colonização, conseguiu visualizar uma possibilidade de Organização do Conhecimento e de leitura das narrativas produzidas pela humanidade, de modo universal. Campos, Gomes e Oliveira (2013) sumarizam a proposta de Ranganathan e confirmam que o pensador apresenta em sua Teoria da Classificação Facetada, as Categorias PMEST e suas facetas, como um método de raciocínio para explicitar diversos domínios de conhecimento através de classes e conceitos.

De modo complementar, identificamos para a proposta do presente estudo, que é a de recorrer às categorizações Ranganathainas para auxiliar na identificação de elementos e fenômenos que compõe o Feminismo Decolonial, que as categorias PMEST poderiam ser mais bem compreendidas quando ampliadas e adaptadas à luz da Teoria Literária, tal como sugerido por Costa (2008). Isso porque as categorias literárias nos fornecem a percepção de aspectos conotativos e denotativos presentes nos discursos

e que são essenciais para melhor nos auxiliar nas categorizações das expressões decoloniais na CI.

A temática decolonial, em geral, irá configurar alguns exemplos para melhor compreensão da ampliação dessas categorias no presente estudo e especificamente será desenvolvido um ensaio de categorização PMEST sobre os assuntos e as ações envoltas ao feminismo decolonial e que serão alocadas nas categorias Ranganathianas, com o objetivo de melhor reconhecê-las, compreendê-las e fortalecê-las enquanto assunto, discurso, narrativa e atitude.

Para tanto, o percurso metodológico desenvolvido se dá, inicialmente, pela introdução das discussões sobre os principais dispositivos que configuram as narrativas e ações do feminismo decolonial, evidenciando e justificando a necessidade de trazermos à tona as questões que acionam o movimento e os resultados políticos e sociais que decorrem dele.

Sequencialmente, são apresentados, de modo descritivo, os principais elementos que orientam a compreensão sobre a proposta de categorização Ranganathiana e, nesse ensejo, já serão feitas as relações dessas categorias, a partir da proposta de Costa (2008). Como dito, nesse percurso, algumas relações com elementos da decolonialidade serão estabelecidas, com estratégia de validação da proposta de aplicação metodológica que se quer desenvolver.

Assim, é desenvolvido, para fins de identificação dos assuntos que compõem o universo do feminismo decolonial, uma leitura documental do texto de Heloísa Buarque de Hollanda, que introduz o livro “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais”, organizado por ela e publicado em 2020. Essa obra reúne os principais textos e obras artísticas que foram decisivas na construção do movimento Feminista Decolonial e, neste sentido, por fazer uma síntese primorosa desses materiais na introdução do livro, recorreremos a essa garantia, que ao nosso entendimento é cultural, além de literária, por apresentar “conceitos-outros”, relacionados aos modos de vida decoloniais. Após leitura e fichamentos temáticos dos

assuntos arrolados pelo feminismo decolonial, estes foram distribuídos nas categorias ranganianas, ampliadas por Costa (2008).

2 Q'AMASA WARMINANAKA E OS FEMINISMOS DECOLONIAIS: “É A PARTIR DO CORAÇÃO QUE DEVEMOS FALAR”¹

Não há dúvidas de que os debates teóricos desenvolvidos no bojo da teoria feminista colaboram para o avanço contra as amarras do sexismo, que tanto impedem a ampliação das condições necessárias à autodeterminação das mulheres. Faz-se essencial, entretanto, adotar uma abordagem crítica que nos permita analisar o percurso do movimento feminista pelo prisma de mulheres negras, indígenas e suas contribuições imprescindíveis para o debate e para a construção de discursos contra-hegemônicos.

Nesse contexto, vamos ao encontro do pensamento de Djamila Ribeiro (2020), quando propõe que pensar sobre um feminismo negro é refletir sobre “[...] novos projetos e marcos civilizatórios para que se pense um novo modelo de sociedade” (Ribeiro, 2020, p. 14). Este texto não visa a impor a tecitura de uma nova epistemologia, mas sim de colaborar para a discussão e se aproximar dos ideais de um feminismo que seja efetivo na construção de um modelo alternativo de sociedade, um feminismo decolonial.

Em 1988, Lélia Gonzales já problematiza que as conquistas do movimento feminista, como as discussões em torno do conceito de capitalismo patriarcal, de sexualidade, de violência, de direitos reprodutivos etc. Falharam em levantar também as discussões sobre a discriminação racial. A questão racial, “esquecida” no discurso feminista latino-americano, apresenta um histórico intrínseco às sociedades hierárquicas que emergiram do cenário de colonização ibérica.

De acordo com Lélia, Portugal e Espanha tiveram uma formação histórica fortemente hierárquica, culminando em um tipo de estrutura que

¹ Paredes (2019, p. 30).

não abria espaço para o conceito de “igualdade”, principalmente em relação aos grupos étnicos, como os mouros e os judeus. Herdeiras históricas dessa ideologia, as sociedades latino-americanas se desenvolveram de forma estratificada, o que garantiu, no contexto racial e igualmente no contexto sexual, a superioridade dos homens brancos como grupo dominante.

Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as tornam as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (Gonzales, 2020, p. 145).

Angela Davis (2016) nos mostra como, no cenário dos Estados Unidos, o movimento sufragista se opunha ferrenhamente ao sufrágio negro, acabando por reproduzir o racismo dentro do movimento feminista. No século XIX, a conquista do espaço público pelas feministas brancas norte-americanas delegou às mulheres negras e imigrantes as obrigações de suas tarefas domésticas, o que acabou por naturalizar e reproduzir a exclusão e relações de dominação de classe no movimento feminista.

No Brasil, movimentação parecida é narrada por Sueli Carneiro (2011), quando a filósofa expõe como as mulheres negras assistiram à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. “Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (Carneiro, 2011, p. 121).

A problematização acerca da recusa em reconhecer as questões raciais dentro do movimento feminista encontra eco nas teorias decoloniais, em especial quando estas abordam o conceito de universalismo abstrato.

Ramón Grosfoguel (2012) define esse universalismo abstrato como um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como “desincorporado”, escondendo seu lugar de enunciação, transpassando, assim, uma neutralidade de caráter. Em outras palavras, uma abordagem desse tipo assume um caráter impessoal: separa-se o sujeito do contexto, do objeto, generalizando os discursos a fim de se fazer emergir uma “voz universal”, na qual não existem diferenças.

Um exemplo: transplantado ao cenário de lutas feministas, o universalismo se enxerta na noção da igualdade reivindicada. Entretanto, o anseio das mulheres em serem reconhecidas cidadãs assim como os homens é impossível de configurar-se neutro, uma vez que “[...] a própria ideia de cidadania foi construída tomando por base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe” (Miguel, 2014, p. 64).

Quando do recorte de raça, Ribeiro (2020) assinala que a negação da temática negra no movimento feminista hegemônico, tratada como subitem da questão “geral” da mulher, acarretou o esquecimento de potentes vozes que demoraram muito tempo para finalmente serem ouvidas.

Assim, podemos assumir que dessa abordagem universalista, irradia o risco de se obliterar as perspectivas das mulheres em todas as suas intersecções: de raça, de orientação sexual, de identidade de gênero. Assim que muito mais importante é levar em conta que “[...] a diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas” (Miguel, 2014, p. 77).

A recusa à universalização do masculino, ou do branco, através da valorização e aceitação das diferenças e da pluralidade é importante para evitar a aceitação acrítica de um conjunto de valores vinculados às relações de dominação. Nesse sentido, Carneiro (2011) também ressalta como a consciência da exclusão determinou a aliança de mulheres negras no combate ao racismo e ao sexismo, resultando em participações políticas de re-

sistência, que visavam à superação da inferioridade social que o racismo produz.

Um dos exemplos mais expressivos desse movimento de resistência está nas produções de Lélia Gonzales. Irreverente, a intelectual nos mostra em muitas de suas produções como sempre confrontou o paradigma dominante, utilizando-se de uma linguagem que não obedece às regras da gramática normativa, reforçando sua proposta com a decolonização do conhecimento. Gonzalez (1984) também reflete sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo e critica a insistência das ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar importância à realidade das mulheres de países colonizados.

Tal realidade contribui para o afastamento de muitas mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos do movimento feminista e, como pontua bell hooks, é preciso recuperar, reforçar e manter o significado político positivo desse movimento (hooks, 1984).

Na esteira desta discussão, a pensadora boliviana Julieta Paredes (2010) nos narra um exemplo sobre como as mulheres indígenas da comunidade aimará tinham ressalvas em relação ao se denominarem feministas. Ao invés disso, elas utilizavam o termo *Q'amasa Warminanaka*, que significa “a força das mulheres”, na linguagem Ayamara. No entanto, Paredes encontra refúgio na abordagem decolonial para além da carga histórica que o termo feminismo isoladamente carrega.

Em entrevista ao grupo de pesquisa ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, Paredes (2019) aponta que a iniciativa de reconceituar o feminismo, o patriarcado e o gênero como forma de construir uma proposta decolonizadora a partir de seus povos foi o que o originou o Feminismo Comunitário:

Por isso, nós falamos de comunidade e da comunidade de comunidades, nós não nos definimos antipatriarcais, nem anticapitalistas, nem anticoloniais. Por quê? Assim estaríamos reforçando o colonial, o patriarcal. Não... Nós temos que buscar nos definir com base na nossa proposta e não com base no que

lutamos contra e queremos destruir. Para que vamos reedificá-los? O que necessitamos é pensar melhor sobre o que é nosso. É a partir do coração que devemos falar. Por que lutamos? Pela comunidade. O que queremos? Uma comunidade de comunidades. (Paredes, 2019, p. 30).

No cenário da produção de conhecimento, Hollanda (2020) aborda como as questões coloniais já tem se configurado prioritárias na agenda feminista. Para a autora, as *contraepistemologias* delineadas pelas intelectuais latino-americanas impulsionam o enfrentamento ao império cognitivo europeu e norte-americano, uma vez que a abordagem decolonial propõe revisar e refletir sobre as teorias feministas eurocentradas (Hollanda, 2020). E tal abordagem é imensamente necessária, pois reforça o entendimento de que o aspecto gênero não deve ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia. Entendemos, frente a esse brevíssimo panorama, que o enfoque feminista nas discussões decoloniais anuncia sua contribuição na reestruturação de uma sociedade, de uma política, economia, cultura e formas de produção de conhecimento, que não se conformam com o imperativo da colonialidade. Assim, atendendo ao que foi sugerido pela filósofa Yuderkys Espinosa Miñoso, de que temos que “enfrentar o monstro” e repensar conceitos básicos da teoria feminista frente a um contexto que cada vez mais aflora a importância das abordagens decoloniais, é que trazemos esta proposta de percebermos e nos apropriarmos desse movimento, a partir das ampliações sugeridas pelas categorias PMEST Ranganathanianas.

3 O UNIVERSO DAS IDEIAS: A CLASSIFICAÇÃO FACETADA DE S. R. RANGANATHAN E AS CATEGORIAS PMEST

Os fundamentos da Teoria da Classificação Facetada foram elaborados pelo indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, na década de 1930, e publicados em sua obra *Prolegomena to Library Classification*. Conforme Ranganathan (1967), o estudo sobre a classificação facetada foi fruto de

dez anos de trabalho construindo a *Cólon Classification* e oito anos dedicados a lecionar comparações entre esta e a Classificação Decimal.

Para Campos (2001), o que Ranganathan evidencia, com sua classificação baseada em facetas, é a necessidade de se construir um esquema capaz de acompanhar a evolução do conhecimento. Isso porque o bibliotecário indiano considerava o conhecimento como um *continuum*, oriundo do que chama de universo dos assuntos, sendo impossível desenvolver um assunto sem que igualmente haja algum desenvolvimento em todos os outros assuntos relacionados (Ranganathan, 1967).

Até aquele momento, no âmbito da Documentação, as tabelas existentes não apresentavam as bases teóricas para sua elaboração. Ranganathan foi o primeiro a evidenciar os princípios utilizados na elaboração de sua tabela, proporcionando uma verdadeira revolução na área da Classificação Bibliográfica. (Campos, 2001, p. 27).

A classificação facetada trata-se, pois, de um tipo de classificação que identifica características comuns de um determinado assunto e as organiza em diferentes facetas. Esse processo consiste em duas etapas: a análise de assuntos e a síntese dos elementos que constituem esses assuntos (Sales, 2016, p. 67). Ranganathan (1967) discorre sobre como a essência do homem é a mente, de acordo com as escrituras religiosas hindu chamadas *Upanixade*. A mente seria o local de origem das ideias, sendo a linguagem o meio de comunicação que interliga as ideias das pessoas. Nesse contexto, considera a essência dos assuntos a partir do processo de formação de conceitos.

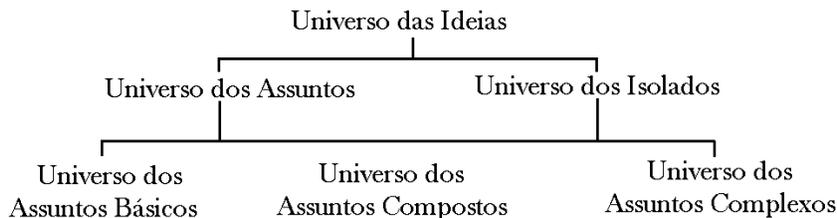
Para ele, o ponto de partida seria o chamado *Percepto* Puro. O *Percepto* Puro é a impressão que depositamos na memória, oriunda de qualquer entidade, através de nossos sentidos. Como analogia, Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma estrela. A luz emitida pela estrela gera em nós, a partir de nosso sentido da visão, uma impressão que é depositada em nossa memória, sendo essa impressão o *Percepto*, enquanto a estrela em si seria a entidade (que ele também chama de

Percepção). A impressão que geramos a partir da associação de dois ou mais *Perceptos* Puros dá-se o nome *Percepto* Composto.

Assim, *Percepto* Puro e Composto, quando depositados na memória, associam-se formando os conceitos. Esses conceitos podem assimilar *Perceptos* recém-recebidos bem como outros conceitos recém-formados, dando origem ao que Ranganathan nomeia Massa de Apercepção. A Massa de Apercepção (conceitos depositados na memória) se conecta com o que apreendemos pela nossa intuição e com os produtos obtidos do processo de pensar, refletir, imaginar etc., dando origem às ideias.

A totalidade das ideias preservadas pela humanidade determinaria o que chamamos de conhecimento e o que Ranganathan considera ser o Universo das Ideias. E é no Universo das Ideias que o Universo dos Assuntos é concebido, pois este se configura como um corpo de ideias organizadas e sistematizadas, conforme demonstrado no diagrama a seguir.

Figura 1: Diagrama do Universo das Ideias.



Fonte: Adaptado de Ranganathan (1967).

Uma ideia isolada é a ideia adequada para formar um componente do assunto, mas não é o assunto em si. Assim, a palavra “estrutura”, por exemplo, denota uma ideia isolada que se adapta à composição de muitos assuntos como “estrutura física”, “estrutura química”, “estrutura linguística” etc. (Ranganathan, 1967). Os assuntos podem ou não se relacionar com ideias isoladas, assumindo três tipos: básicos, compostos e complexos.

Os assuntos básicos são aqueles assuntos tidos como um todo, mas que não possuem correlação com nenhuma ideia isolada, como Literatura, Educação, Geometria etc. Quando uma ou mais ideias isoladas compõem um assunto básico, temos o assunto do tipo composto: Literatura brasileira, Educação de jovens e adultos, Geometria de sólidos etc. Já os assuntos complexos são formados pelo acoplamento de dois ou mais assuntos ou com base em alguma relação entre eles: “Geopolítica – isto é, a influência da geografia na formação política” (Ranganathan, 1967, p. 85).

Apesar dessas questões terem um cunho filosófico, Ranganathan deixa evidente, a todo momento, sua preocupação em relacioná-las com o universo de trabalho da documentação (...). Esses assuntos se apresentam e são analisados na área da documentação a partir dos documentos produzidos por um grupo de falantes de determinado universo de discurso. Dessa forma, a garantia literária e a dinâmica do conhecimento andam juntas, e são esses fatores que determinam a relação do documento com o conhecimento e influenciam a elaboração de esquemas classificatórios para a área da documentação. (Campos; Gomes, 2003, p. 155).

A partir da análise de um assunto complexo é possível fragmentá-lo em suas partes constituintes mais simples, as facetas, até que se esgotem as possíveis divisões. As facetas se consistem, então, em classes reunidas por um mesmo princípio de divisão, sendo que “[...] dentro de cada faceta os termos que as constituem são suscetíveis a novos agrupamentos, pela aplicação de outras características divisionais, dando origem a subfacetadas” (Lima, 2002, p. 190). Essa fragmentação é feita com base nas chamadas Categorias Fundamentais, anteriormente mencionadas, de: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo – PMEST.

Essas categorias podem ser consideradas como “[...] categorias genéricas e, como tais, passíveis de se manifestarem de diversas formas” (Costa, 2008, p. 78). Ademais, Costa (2008) ainda aborda o fato de que as categorias se expressam por meio de conceitos amplos, o que deixa margem para possíveis expansões e adaptações conceituais conforme seu uso.

A categoria Tempo se relaciona com as ideias isoladas de tempo, como dias, meses, anos etc., bem como o período das estações, o dia e a noite. A categoria Espaço compreende continentes, países, cidades, assim como igualmente pode compreender o espaço geográfico da localização de um assunto ou documento. A categoria Energia se relaciona com a ação que ocorre em torno de um assunto, podendo “[...] ser inanimada, animada, conceitual, intelectual e intuitiva entre todos os tipos de entidades” (Ranganathan, 1967, p. 400).

A categoria Matéria pode se manifestar de duas formas: como matéria e como propriedade. Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma mesa para demonstrar a diferença entre as duas manifestações: uma mesa pode ser feita pela matéria madeira. A madeira é um material intrínseco à mesa, mas não é a mesa em si, podendo servir para a composição de várias outras entidades além de uma mesa. Assim como a matéria, a propriedade de uma mesa ser rígida ou suave não define o que seria uma mesa em si. Assim, podemos considerar que essa categoria pode compreender materiais físicos e propriedades abstratas.

A categoria Personalidade é de difícil explicação, sendo considerada “inefável”, indescritível. Para identificar uma manifestação como integrante da categoria Personalidade, utiliza-se o método de resíduos. Por exclusão, se uma entidade não cabe em nenhuma das outras quatro categorias anteriores, ela se enquadra na categoria Personalidade (Ranganathan, 1967). Vickery (1980) apresenta algumas facetas que podem exemplificar a categoria Personalidade, como “[...] bibliotecas, números, equações, comprimentos de ondas de irradiação, obras de engenharia, substâncias químicas, organismos e órgãos, adubos, religiões, estilos de arte, línguas, grupos sociais, comunidades” (Vickery, 1980, p. 212 *apud* Campos; Gomes, 2003, p. 161).

Cada faceta isolada que compõe um assunto composto pode ser considerada como manifestação de uma e apenas uma categoria fundamental. Assim, as facetas podem ser básicas (FB) e ter relacionamento com o assun-

to de um documento ou podem estar relacionadas com as cinco Categorias Fundamentais, formando as Facetas de Personalidade (FP), Facetas de Matéria (FM), Facetas de Energia (FE), Facetas de Espaço (FE) e Facetas de Tempo (FT), conforme exemplo a seguir:

Quadro 1: Facetas de um assunto composto

Título	Facetas
Lavagem de carvão	Carvão (FP); Lavagem (FE); <i>Mineração (FB)</i> .
Controle da doença viral do caule da planta do arroz no inverno de 1967 em Madras	Controle (FE); Doença viral (FM); Caule (FP); Planta de arroz (FP); Inverno (FT); 1967 (FT); Madras (FE); <i>Agricultura (FB)</i> .

Fonte: adaptado de Ranganathan (1967, p. 405).

A principal diferença entre o sistema criado por Ranganathan em relação aos outros sistemas com estruturas hierárquicas (como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal) é que a classificação por facetas não se utiliza de classes pré-estabelecidas às quais os títulos devem se relacionar, mas sim de uma análise segundo os elementos conceituais de um assunto (Dahlberg, 1976). Campos (2001) afirma que “[...] naqueles esquemas, não ocorre a ligação entre o conhecimento e as classificações, mas entre os assuntos dos documentos e as classificações” (Campos, 2001, p. 32).

Tal fator implicaria em um tipo de classificação que coíbe a autonomia do classificador, uma vez que os sistemas hierárquicos são marcados por estruturas rígidas, nas quais os assuntos se relacionam uns com os outros sob uma lógica de subordinação.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas frequentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. (Araújo, 2006, p. 126).

Na Classificação Facetada, os assuntos deixam de ser classificados sob uma perspectiva que parte do geral para o mais particular. Pelo contrário, os assuntos passam a ser classificados do mais específico para o mais geral, pois para garantir a efetiva análise e compreensão de um assunto, o caminho deve ser iniciado pela identificação de suas partes constituintes. Nesse sentido, a Teoria da Classificação Facetada “[...] possibilita suporte na organização do conhecimento, tendo como ponto de partida a modelagem de uma estrutura semântica” (Duarte, 2010, p. 54).

Assim, o processo de classificação formulado por Ranganathan deixa de adotar uma hierarquia como a apresentada na árvore de Porfírio. A representação da árvore de Porfírio segue uma base dicotômica, ou seja, a cada característica que é adicionada sucessivamente aos elementos os distinguem, a derivação conceitual decorrente se torna mais intensa conforme o aumento das diferenças (Dodebei, 2001).

Em contraposição a esse modelo, Ranganathan propõe uma “[...] visualização do universo de assuntos de forma bem diferente das classificações hierárquicas e rígidas que refletem uma determinada visão filosófica de mundo, de acordo com o grau de influência recebida das ciências evolucionistas” (Costa, 2008, p. 68). Ao invés de se utilizar da analogia da árvore de Porfírio para a classificação de assuntos, Ranganathan se orienta para outra analogia: a árvore Baniana.

A árvore Baniana, um tipo de figueira indiana, cujos galhos se espalham para o solo, criando raízes que formam outros troncos, seria a melhor representação para uma árvore de classificação. No que Ranganathan chama de “a verdadeira árvore dos assuntos”, a complexibilidade está no envolvente entrelaçamento de galhos e troncos de tal forma que se torna difícil distinguir a qual tronco cada galho pertence. Assim, devemos considerar que o mesmo ocorre com o Universo dos assuntos. Esse modelo, que demonstra a importância de analisar as temáticas de um documento com abrangência conceitual, permite flexibilidade aos sistemas e transforma o rumo dos estudos em classificações bibliográficas no século XX, tornando-

-se referência para a organização de assuntos multidisciplinares (Barbosa, 1972). Nas palavras de Saldanha (2016):

A demonstração deste ‘modo peculiar’ não apenas de pensar, como de tratar do pensamento como matéria de linguagem, está duplamente espelhado em Ranganathan: tanto sua estrutura de pensamento não é típica das visões ocidentais (e certamente está aqui, em grande parte, a ‘intraduzibilidade’ ranganathaniana expressa no modo, por vezes, contraditório de expressar a transcendência e a pragmática das 5 ‘leis’), como sua expressão discursiva, seu ‘estilo de redação’, é radicalmente distinto dos discursos de fundamentação do pensamento ocidental (marcado, por exemplo, pela conjugação de verso e prosa, de aproximações dedutivas e indutivas para a mesma demonstração, de evocação de elementos sagrados, literários e científicos no mesmo argumento). (Saldanha, 2016, p. 48).

A utilização da árvore Baniana por Ranganathan atesta uma perspectiva decolonial, uma vez que prioriza seu *locus* enunciativo e evidencia a importância da conexão entre lugar e pensamento na elaboração de um conhecimento contra-hegemônico.

4 AS CATEGORIAS PMEST AMPLIADAS À LUZ DAS CATEGORIAS LITERÁRIAS

A pesquisa de Costa (2008) tem como objetivo contribuir para a formulação de procedimentos metodológicos, no âmbito da análise de conteúdo de cartazes, tendo em vista a geração de produtos documentais. Para tanto, desenvolve uma aproximação teórico-conceitual entre as Categorias Essenciais e os elementos que compõem a estrutura do discurso retórico e as categorias da narrativa literária. Essa opção foi feita pela autora, diante da potencialidade que os enunciados literários suscitam em contribuir para um processo de ampliação conceitual das categorias ranganathanianas. Ao se utilizar das categorias PMEST para analisar enunciados extraídos das obras

“O sertanejo” e “O gaúcho” de José de Alencar, Costa (2008) pôde elencar um conjunto de palavras relevantes que expressam cada uma das categorias de Ranganathan de forma mais aguda. Isso porque, na literatura, os termos não aparecem apenas em seu sentido literal, denotativo.

Por vezes, as palavras e conceitos estão permeados de sentidos conotativos que são igualmente essenciais para a construção de sentido e demandam análise mais cuidadosa. A seguir, iremos explorar como ficam cada uma das categorias PMEST ampliadas à luz das categorias literárias de Costa (2008). A temática decolonial irá configurar alguns exemplos para melhor compreensão da ampliação dessas categorias e especificamente será desenvolvido um ensaio de categorização PMEST sobre os assuntos e as ações envoltas ao Feminismo decolonial e que serão alocadas nas categorias Ranganathanianas com o objetivo de melhor reconhecê-las, compreendê-las e fortalecê-las enquanto assunto, discurso, narrativa e atitude.

PERSONALIDADE

Costa (2008) nos diz como as personagens, na literatura, não são apenas humanos, mas podem aparecer como animis ou outros elementos da natureza que preenchem o mesmo espaço de importância que as pessoas. Por essa razão, é mais apropriado se utilizar do termo “ator” do que “personagem”, uma vez que personagem sugere figuras humanas. Já o ator seria, de forma geral, aquele ou aquilo que é agente do ato. Tal noção estende-se, inclusive, aos elementos do mundo cósmico, seres divinos ou até mesmo elementos “[...] noológicos como: amor, ódio, virtude, dentre tantos outros termos” (Costa, 2008, p. 127).

Assim, a categoria Personalidade é composta pelos seres sujeitos das ações e resultam da pergunta “Quem faz?”. Em seu sentido denotativo, a resposta apresenta uma linguagem de caráter onomástico, já que é composta por nomes próprios ou comuns. Já em seu sentido conotativo, a resposta para essa pergunta pode se configurar como um adjetivo, qualificação, ou

com alguma característica particular que legitime sua personalização enquanto sujeito da ação.

Como exemplo, podemos pensar no contexto da decolonialidade, sendo esta a ação. Ao considerarmos o sentido denotativo e onomástico de uma resposta para a pergunta “Quem faz (a ação decolonial)?”, poderíamos elencar uma série de nomes comumente abordados enquanto atores do pensamento decolonial, como Franz Fanon, Aimé Césaire, Edward Said, entre tantos outros.

Ainda considerando o contexto denotativo, podemos esperar uma outra resposta para a pergunta “Quem faz?”: os grupos de estudo que se dedicaram a investigar e discutir os efeitos da colonização, como o Grupo de Estudos Subalternos e o Grupo Modernidade/Colonialidade. Ademais, todas as movimentações de resistência, como os movimentos afro, movimentos indígenas, zapatistas, feministas, dos trabalhadores rurais sem-terra, são consideradas decoloniais e configuram-se, portanto, na categoria Personalidade.

Enquanto isso, os sentimentos de desobediência epistêmica, de insubordinação, entre outras conotações, representam também atores decoloniais. São conceitos que visam fortalecer as culturas e os lugares epistêmicos subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade e que visam a um diálogo crítico como um convite a todos para a produção de saberes mais decoloniais (sendo estas as características que o legitimam enquanto sujeitos da ação decolonial).

MATÉRIA

Ranganathan (1967) nos apresenta como a categoria Matéria é composta pelas manifestações material e propriedade, utilizando-se do exemplo da mesa de madeira suave ou rígida. Assim, como o tipo de material possui propriedades que vão originar outros objetos, eles devem sua forma

não somente às características desses materiais, mas igualmente às propriedades inerentes à sua configuração como textura, cor, volume etc.

Linguisticamente falando, os objetos podem se expressar “[...] por meio do uso de substantivos e por propriedades que podem ser absolutamente abstratas, adjetivadas, que somam matéria e propriedade para criar suas características físicas” (Costa, 2008, p. 133). A pergunta que se faz aqui é “O que?”, que nos leva ao entendimento que a categoria pode abarcar o assunto predominante de cada enunciado.

Posto isto, podemos considerar a pergunta “O que (é abordado nos estudos/enunciados decoloniais)?” para obter respostas de sentido denotativo e temos que, os assuntos predominantes dos estudos decoloniais se assemelham, pois se trata de estudos que abordam pontualmente sobre os efeitos da colonização, sobre o eurocentrismo, sobre a modernidade, sobre os fatores históricos envolvidos no contexto decolonial.

ENERGIA

Segundo nos diz Ranganathan (1967), a categoria Energia se relaciona com a manifestação de uma ação. Depreende-se daí que tal ação pode ser realizada por qualquer entidade, seja ela de ordem animada, seja inanimada, intuitiva, intelectual ou conceitual e podem até mesmo ocorrer ao mesmo tempo (Costa, 2008).

Assim, a identificação dessa categoria se dá através de expressões linguísticas verbais, uma vez que são as estruturas que indicam o tipo da ação ou intervenção provocada por um sujeito ou personalidade. Costa (2008) acrescenta que a indagação sobre como se dá algo nos leva à identificação da ação, sendo a pergunta “Como?” central aqui.

No caso da decolonialidade, tal pergunta nos leva ao entendimento de que ela pode ser interpretada da seguinte forma: “Como é feita (a ação decolonial)?”. Portanto, entendemos que essa categoria Energia está

relacionada às formas de análise e aos procedimentos metodológicos que são utilizadas nos estudos decoloniais, pensando a partir de um sentido denotativo.

Em um sentido conotativo, a priori, podemos considerar a desclassificação de García Gutiérrez. O autor narra sobre como, desde o início de suas concepções, a produção e a organização do conhecimento são orientadas por ações colonizantes e é nesse âmbito que define a desclassificação enquanto ação que “[...] propõe a reabilitação de antigos valores banidos pelo pensamento hegemônico, como estesia, incerteza, provisionalidade, retórica ou contradição” (García Gutiérrez, 2013, p. 93).

ESPAÇO

A categoria espaço se relaciona ao local em que determinado objeto, fenômeno, indivíduo ou entidade se situam. Em Ranganathan (1967), como o espaço é pensado no bojo da superfície da Terra, de seu interior e o que está além dela, no espaço cósmico, tal categorização se restringe à concepção de lugares reais. Costa (2008) nos mostra como, através da literatura, é possível expandir essa categoria e passar a considerar os lugares virtuais ou imaginários, além dos físicos ou dos psicológicos. Sendo assim, a categoria espaço emerge enquanto resposta à pergunta “Onde?”.

Costa (2008) chama a atenção para duas tipologias: os espaços finitos e delimitados conceitualmente, de fácil identificação, e os espaços imaginários e abstratos que, por serem subjetivos e imprecisos, são mais difíceis de se identificar. Esses espaços subjetivos se agregam de elementos simbólicos, sagrados, alegóricos, utópicos:

[...] tais como o espaço cultura, o espaço não-euclidiano, o espaço virtual. Conceitualmente, esse tipo de espaço tanto pode ser um intervalo ou distância entre dois pontos de referência, como pode abarcar o infinito. Agregam-se a essa tipologia os espaços imaginários e, ainda, os lugares metafóricos (...). (Costa, 2008, p. 142).

Assim, pensando no sentido denotativo de um espaço físico que responde à pergunta “Onde (ocorre a ação decolonial)?”, temos a América Latina como palco do grupo Modernidade/Colonialidade e ponto de partida do pensamento decolonial no continente, conforme já abordado previamente.

Pensando a partir de uma perspectiva conotativa, a transmodernidade, sugerida por Dussel (2001), pode compor esta categoria, uma vez que o autor a define como um mundo pluriversal, que pode fornecer uma multiplicidade de repostas críticas, decoloniais, oriundas do sul global. Grosfoguel complementa que “[...] podemos começar a imaginar mundos alternativos para lá do eurocentrismo e do fundamentalismo. A transmodernidade é o projeto utópico que o filósofo da libertação Enrique Dussel propõe para transcender a versão eurocêntrica da modernidade” (Grosfoguel, 2008, p. 139).

O que fica claro nessas palavras é como a transmodernidade é considerada um espaço metafórico, como uma estrutura ou uma rede capaz de resgatar os sujeitos subalternos e excluídos no processo “civilizatório” em favor da igualdade e da diversidade epistêmica.

TEMPO

Tempo se apresenta como uma categoria abstrata. Ranganathan (1967) aborda como a categoria que demanda uma relação dos acontecimentos a um espaço de tempo, podendo este ser dias, meses, anos, décadas, séculos etc., ou outras formas que os humanos criam para mensurar a cronologia de tempo. Ademais, configuram-se nesta categoria fragmentos de tempo, como as estações do ano e períodos como o dia e a noite.

Costa (2008) acrescenta que para abranger o entendimento desta categoria é necessário considerá-la a partir de um entendimento metafísico, a fim de se levar em consideração todas as possibilidades de tempos reais e imaginários. Assim, é possível abarcar variações cronológicas, históricas,

psicológicas ou metafísicas. Aqui, nos perguntamos “Quando?” como referência temporal.

Futuro, passado, presente ou, ainda, um tempo metafísico e subjetivo, que se situa no âmbito das experiências individuais, todas as variações de tempo apresentam relação com o espaço em que são desenvolvidas. Mignolo (2008) ao resgatar o conceito de *Pacha*, dos povos Ymaras e Quechuas nos fornece um exemplo preciso de como os elementos tempo e espaço sempre estiveram intrinsecamente conectados:

Os Ymaras e Quechuas (assim como as comunidades Anáhuac e Abya Yala) não tinham um conceito como o atual de “vida” (...). *Pacha* era um conceito complexo em que as noções de espaço e tempo se agrupavam no correr das estações, no movimento do sol e da lua, o crescimento das plantas e dos animais, a queda das folhas no inverno, o fim do movimento nos seres vivos em um determinado momento de sua ocorrência, desde o nascimento, a queda da chuva, o movimento das nuvens etc. (Mignolo, 2008, p. 267).

O tempo e, a partir da perspectiva desses povos, o tempo-espaço *Pacha*, pode ser descrito como um tempo metafísico. Além de estarem ligados, tempo e espaço por vezes se sobrepõem, como nos diz Costa (2008): O espaço, o lugar é uma referência mais concreta e dele decorre um sentimento de origem e de pertencimento. Assim, o apego ao lugar e às relações afetivas estabelecidas entre esse espaço e seus habitantes são variantes que influenciam na passagem e mensuração do tempo.

Em um sentido denotativo, temos vários exemplos de tempos exatos, cronológicos e históricos abordados nos estudos decoloniais, que podem responder à pergunta: “Quando (é feita a ação decolonial)?” e que configuram a seção anterior. Aqui, podemos demarcar o exemplo do século XVI como tempo histórico decolonial, marcado pelo *Taki Unquy*, movimento indígena dos Andes peruanos de oposição à expansão espanhola (Mignolo, 2008).

PONTO DE VISTA

Como vimos, Costa (2008) aponta semelhanças conceituais entre as categorizações Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo da teoria rangathaniana com a teoria da narrativa literária. Tal abordagem possibilitou um alargamento teórico e uma indicação de parâmetros para se estabelecer os procedimentos metodológicos utilizados neste projeto.

Além dessas categorias, Costa (2008) estende-se para mais uma, chamada Ponto de vista. A autora justifica essa categoria tomando por base a necessidade de se considerar alguns aspectos quando da análise das obras, como tipo de linguagem, entorno sociocultural, contexto situacional. Assim, a categoria Ponto de vista é definida como “[...] contextual e de caráter subjetivo envolvendo aspectos conotativos que perpassam as categorias” (Costa, 2008, p. 101).

Assim, tem-se que os propósitos dos estudos influenciam no resultado da ação, ou seja, na argumentação utilizada ao longo da obra e recuperam a noção de ponto de vista. A pergunta que cabe aqui é “Por quê?” e, aplicada ao contexto dos estudos decoloniais, podemos entender essa categoria como a responsável por abarcar as justificativas e também as finalidades (adaptando-se à pergunta para “Para quem?”) dos estudos decoloniais.

5 RESULTADO: DESCRITORES DO FEMINISMOS DECOLONIAL CATEGORIZADOS A PARTIR DE S. RANGANATHAN E COSTA (2008)

Costa (2008), ao aferir afinidades conceituais das categorizações antevistas nas teorias rangathanianas, retóricas e narrativas, estabeleceu, entre elas, termos de comparação que viabilizaram a ampliação conceitual das categorias Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo. Em sua metodologia, foi estabelecido um alinhamento teórico-conceitual que viabilizou a análise de conteúdo cartazístico e de sua representação (via resumos). Esse processo de análise viabiliza que se contemple tanto os aspectos denotativos, quanto os conotativos presentes nos cartazes estudados, e esse

procedimento, segundo a autora, tem por intuito: “[...] gerar um produto documental eficaz que apresente substância para se realizar os processos técnicos biblioteconômicos de representação documental descritiva e temática em linguagem natural e especializada” (Costa, 2008, p. 09).

Para o presente estudo, avançamos na etapa metodológica, que diz respeito à análise de conteúdo textual e posterior categorização temática do Feminismo Decolonial, mas reconhecemos que o desenvolvimento do processo metodológico completo e aplicado também em outras fontes (como imagens, vídeos e outras mídias) surtiriam efeitos surpreendentes em relação às manifestações do Feminismo Decolonial.

No Quadro 01, adaptado de Costa (2008), apresentamos o resultado do exercício de olharmos para os assuntos representativos do Feminismo Decolonial, via categorias Ranganathianas e Teoria Literária.

Quadro 1: Descritores do Feminismos Decolonial categorizados a partir de S. Ranganathan e Costa (2008).

CATEGORIZAÇÃO PMEST AMPLIADA POR COSTA (2008).	DESCRITORES FEMINISMO DECOLONIAL	
<p><i>Personalidade/ Narrador/ Agente, sujeito da ação/ Personagens/Figuras mitológicas/Atores Onomástico/Quem?</i></p>	<p>Acadêmicas feministas brasileiras e latino-americanas; Coletivos de feministas anarquistas bolivianas; Comunidade feminista; Grupo de estudos subalternos; Grupo modernidade/colonialidade Sujeito Político; Sujeito Social; Adriaan Varejão; Angela Figueredo; Beatriz Nascimento; Cherrie Moraga; Cinzia Arrazza; Consuelo Pereira dos Santos; Fithi Battacharua Glória Anzaldúa; Grada Kilomba; Julieta Paredes;</p>	<p>Lélia Gonzales; Luiza Bairros; Marcela Cantuária; Maria da Graça Costa; Maria Elvira Díaz-Benítez; Maria Galindo; María Lugones; Marina Lazreg; Nancy Fraser; Ochy Curiel; Oyérónké Oyewúmí Ranajit Guha; Rita Segato; Sueli Carneiro; Suely Messeder; Susana Castro; Thula Pires; Yuderkys Espinosa Miñoso;</p>

<i>Matéria/O objeto de uma ação ou manifestação/Item /Objeto simbólico /Temáticos formais/ Conceitual/O Quê?</i>	Ativismo midiático; Margaridas na Paraíba; Marcha das margaridas; Movimento de mulheres camponesas;	Articulação nacional de agroecologia; Rede carioca de agricultura urbana; Feminismo comunitário;
<i>Energia /Ação/Função/Método Evento/Acontecimento Temáticos/ Causa e efeito / Conceitual/Como?</i>	Amefricanidade; Branquitude patriarcal; Colonialismo; Crise do capitalismo global; Darwinismo social; Democracia racial (mito fundador da identidade latino-americana e brasileira); Epistemologias heteronormativas e coloniais;	Filosofia feminista africana; Giro decolonial; Positivismo; Racismo; científico Racismo; Sexismo; Contraepistemologias; Epistemologias originárias; Narrativas contraoficiais; Pensamento crítico decolonial;
<i>Espaço /Ambiência /Lugar/ Local/Conceitual/Topográfico/ Onde?</i>	América (Lelia Gomzález)	
<i>Tempo /Topográfico Quando?</i>		
<i>Ponto de vista Temático não referencial Por quê? (COSTA, 2008).</i>	Mátria Livre	

Fonte: As autoras. Adaptado de Costa (2008).

Em síntese, reconhecemos os limites deste exercício inicial que se apresenta, mas, ao mesmo tempo, identificamos, a partir de seu desenvolvimento, o quanto que analisar assuntos a partir das teorias e das metodologias da Organização do Conhecimento pode alargar os horizontes sobre a compreensão de fenômenos, de eventos, de seus movimentos e de suas relações, dinâmica esta, essencial e talvez, universal, para qualquer conhecimento em construção. Este exercício, continuará sendo desenvolvido e aprimorado como pesquisa de mestrado.

6 REFLEXÕES FINAIS: “AGORA SOMOS TODAS DECOLONAIS?”²

Olhar para o Feminismo Decolonial, a partir das categorias ranganthianas, possibilitou-nos realizar outras leituras, mais amplas e completas, reconhecendo as narradoras, as agentes e as sujeitas da ação, as personagens, os objetos de uma ação ou manifestação, os objetos simbólicos, as ações, as funções, os métodos, os eventos, os acontecimentos, os espaços, as ambiências, os lugares e os pontos de vista, desse importante e necessário movimento feminista contemporâneo, latino-americano, transgressor e revolucionário. Para além disso, permitiu-nos repensar nossos lugares, nossas ações, nossos afetos, nossos desafios e superações, que se constroem diariamente, no Universo das ideias (e dos atos) femininos, que se expande e retroalimenta, como a árvore Baniana, nutridas pela nossa *Q’amasa Warminanaka*.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 117-140, dez. 2006.
- BARBOSA, A. P. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.
- CAMPOS, M. L. A. C.; GOMES, H. E.; OLIVEIRA, L. L. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramaZero - Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jun. 2013.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_1ec0949a1a_0012907.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

² Subtítulo utilizado na Introdução do livro organizado por Heloísa Buarque de Hollanda “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais” (2020).

COSTA, L. S. F. **Uma contribuição da teoria literária para a análise de conteúdo de imagens publicitárias do fim do século XIX e primeira metade do século XX:** contemplando aspectos da natureza brasileira. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

DAHLBERG, I. **Teoria da classificação, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1976. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. Anais. Brasília, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: http://www.conexaoario.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, E. A. Classificação facetada: um olhar sobre a construção de estruturas semânticas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 46-58, jan./jun. 2010.

DUSSEL, E. **Hacia una Filosofía Política Crítica.** Bilbao, España: Desclée de Brouwer, 2001.

FERREIRA, L. Memória Ancestral. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. e5817, nov. 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5817. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5817>. Acesso em: 29 dez. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFUGUEL, R. Decolonizing Western uni-versalisms: decolonial pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. **TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 3, p. 88-104, Spring. 2012.

HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 321-341.

HOOKS, B. **Teoria Feminista:** da margem ao centro; tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. Originalmente publicado em 1984.

LIMA, G. A. B. A análise facetada na modelagem conceitual de sistemas de hipertexto: uma revisão de literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 189-196, jul/dez. 2002.

MIGNOLO, W. D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 8, p. 243-281, jan./jun. 2008.

MIGUEL, L. F. A igualdade e a diferença. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAREDES, J. **Hilando Fino**: Desde el feminismo comunitário. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2010.

PAREDES, J. Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-42, ago. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaira, 2020.

SALDANHA, G. S. Vastu-tantra: sobre a pragmática transcendental em Ranganathan. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 43-56.

SALES, R. de. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 57-72.

VICKERY, B. C. Classificação e indexação nas ciências. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, dez. 1978.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. O uso de mapas conceituais como metodologia de sistematização de trabalhos acadêmicos na organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123432>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SALES, R. Teoria comunicativa da terminologia (tct) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ENANCIB, 2007. p. 1-14

SALES, R. Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2017.

16

**PANORAMAS TEMÁTICO
E BIBLIOGRÁFICO SOBRE
HOMOSSEXUALIDADES NO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPE**

*THEMATIC AND BIBLIOGRAPHIC
OVERVIEW ON HOMOSEXUALITIES
IN THE UFPE LIBRARY SYSTEM*

Diogo Lopes NOGUEIRA

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Jéssica Oliveira da SILVA

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Murilo Artur Araújo da SILVEIRA

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Fabio Assis PINHO

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo: Esta pesquisa objetivou reconstruir temática e bibliograficamente as fontes de informação, especificamente livros, que compõem as coleções presentes no acervo do SIB/UFPE de 1950 a 2018, por meio de uma pesquisa exploratória e documental, dispondo de características qualitativas e indutivas. O universo de 82 obras e 216 exemplares foi analisado com técnicas de tratamento temático, análise bibliográfica e representação cartográfica, a fim de promover a reconstrução dessa memória científica, que está acumulada, salvaguardada e sob custódia da instituição ao longo do seu funcionamento. Os resultados demonstraram que há predominância masculina e cisgênera dentro do universo estudado, pois à medida que as obras são analisadas, se tem a noção da influência da dominação patriarcal na produção desse conteúdo e que, novas obras que surgem nesse campo temático, trazem consigo vozes que antes eram silenciadas (lésbicas, queers, homens e mulheres trans), agregando outras visões, vivências e experiências.

Palavras-chave: organização do conhecimento; bibliografia; homossexualidade; gênero; sistemas de bibliotecas da UFPE.

Abstract: This research aimed to thematic and bibliographically reconstruct the sources of information, specifically books, which make up the collections present in the SIB/UFPE collection from 1950 to 2018, through an exploratory and documentary research, with qualitative and inductive characteristics. The universe of 82 works and 216 copies was analyzed using thematic treatment techniques, bibliographic analysis and cartographic representation, in order to promote the reconstruction of this scientific memory that is accumulated, safeguarded and under the institution's custody throughout its operation. The results showed that there is a male and cisgender predominance within the studied universe, because as the works are analyzed, there is a notion of the influence of patriarchal domination in the production of this content and that new works that arise in this thematic field bring with them voices that were previously silenced (lesbians, queers, trans men and women), adding other views, experiences and experiences.

Keywords: knowledge organization; bibliography; homosexuality; gender; library system of UFPE.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE) é um órgão suplementar que atende uma comunidade universitária formada por mais de 10 mil usuários, além de uma comunidade externa significativa. Formada por quatorze unidades, o SIB/UFPE é composto pela Biblioteca Central, doze bibliotecas setoriais nos Centros Acadêmicos e uma biblioteca no Colégio de Aplicação, reunindo cerca de 300 mil títulos e mais de um milhão de exemplares (Universidade Federal De Pernambuco, 2016). O acervo e suas coleções são formados por livros, periódicos, teses, dissertações, materiais audiovisuais, nas versões impressas e digitais em todas as áreas do conhecimento e distribuídas nas unidades que compõem o Sistema.

O acervo e suas distintas e variadas coleções foram formados a partir da criação da Universidade do Recife e que logo em seguida se federalizou, tornando-se a Universidade Federal de Pernambuco, em que faculdades, institutos e escolas de formação universitária se reuniram (Verri, 2002). Tal reunião proporcionou a formação de um acervo bibliográfico diversificado, apensado e ampliado por outras compras e doações ao longo de sua trajetória institucional.

O alcance e a variedade de publicações que se aglutinaram ao longo do tempo no SIB/UFPE não se expressam, de maneira clara e objetiva (dadas as devidas ressalvas): a) a amplitude do repertório bibliográfico e temático das coleções em uma escala longitudinal; b) a transversalidade das coleções e do acervo em uma perspectiva integrada; c) a mensuração econômica e simbólica das publicações presentes nas coleções; e d) a dimensão memorial e científica das publicações, das coleções e do acervo num contexto institucional de guarda e disseminação.

Os aspectos destacados e suas relações apontam para duas perspectivas de estudo no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação: os estudos bibliográficos, com enfoque a) na produção, organização e disseminação de registros e fontes de informação; e b) na perspectiva analítica

dos elementos descritivos e temáticos que formam as coleções em unidades de informação. Segundo Saldanha (2013), os estudos bibliográficos e documentais, na contemporaneidade, operacionalizam não somente projetos descritivos e pragmáticos, mas também analíticos e empíricos. Nessa perspectiva, os documentos adquirem novas funções instrumentais, as teorias, os métodos e as técnicas desenvolvidos dialogam com outras perspectivas e correntes epistêmicas e os produtos oriundos buscam não mais o controle bibliográfico de outrora, mas também a reconstrução fundamentada de memórias (social, institucional, cultural, entre outras) (Crippa, 2015; Araújo, 2018).

Procedendo dos elementos evidenciados acerca dos estudos bibliográficos e documentais, pretende-se realizar uma pesquisa com os registros bibliográficos disponíveis nas unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE), que abrangem os estudos de gênero no âmbito das homossexualidades. Uma vez que seu acervo e suas distintas coleções reúnem cerca de 300 mil títulos e mais de 1 milhão de exemplares (Universidade Federal De Pernambuco, 2016). Sendo formado por livros, artigos, revistas, teses, dissertações, materiais audiovisuais, em suportes analógicos e digitais, distribuídas nas unidades que compõem o Sistema. Pretende-se, portanto, analisar os registros bibliográficos disponíveis nas unidades do Sistema que contemplem os estudos voltados para as homossexualidades.

A proposta de realização da pesquisa compreendeu a promoção da reconstrução da memória científica acumulada, salvaguardada e sob custódia da instituição ao longo do seu funcionamento. À vista disso, entender como as homossexualidades são representadas dentro das bibliotecas é de extrema importância, pois elas são responsáveis por influenciar toda formação cultural de indivíduos que frequentam essas unidades informacionais, colocando o aprendizado da academia na prática.

A justificativa da pesquisa se ampara nos estudos bibliográficos e documentais, de forma a evidenciar os registros bibliográficos presentes

nas bibliotecas que integram o SIB/UFPE para fins da reconstrução da memória científica acumulada, direta ou indiretamente, bem como os propósitos deliberados no processo de formação e desenvolvimento de coleções. Mapeando as tendências temáticas, seus desdobramentos e suas características em relação às homossexualidades, para revelar e dar visibilidade às fontes e coleções que tratam da temática. Visto que a formação bibliográfica do Sistema amplia o diálogo do campo da Ciência da Informação com os estudos de gênero e sexualidade, de modo que suas contribuições científicas se incorporem ao fundo de conhecimento acumulado e legitimado.

O objetivo geral da pesquisa foi reconstruir de forma temática e bibliográfica as fontes de informação, especificamente os livros, que compõem as coleções sobre as homossexualidades, presentes no acervo das bibliotecas do SIB/UFPE de 1950 a 2018.

2 APONTAMENTOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE

Atualmente, entende-se que não é possível explicar os gêneros masculino e feminino apenas pelo prisma biológico, visto que os papéis exercidos pelos seres humanos têm muito a ver com o aspecto social. De certa forma, explicar a homossexualidade não é tão simples quanto parece, mesmo porque seu entendimento é objeto de estudo até hoje. Por volta de 1950, a homossexualidade era considerada, em grande parte da literatura médica, uma patologia, ou seja, encarada como um distúrbio psicossocial, um desvio, uma perversão (Giddens, 1993). Por isso, deve-se ter certa cautela quando se invoca determinado conceito e, em especial, a sua ordem cronológica.

Spencer (1996, p. 11) ensina que “[...] a palavra ‘homossexualidade’ apareceu pela primeira vez em inglês na década de 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor de *Psychopathia Sexualis*, de R. von Krafft-Ebing. O termo aparecera originalmente em alemão, em 1869, num panfleto anônimo”. O autor explica ainda que, à época, muitas pa-

lavras estavam sendo criadas para designar o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e que tal fato revelava um sinal de mudança social, pois esse relacionamento existia em épocas anteriores, entretanto, não estava nomeado, inclusive porque em sociedades antigas não havia a necessidade de distinguir o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto (Spencer, 1996).

Por isso, faz-se necessário recorrer ao conceito como no caso do dicionário de termos homossexuais de Albert Ellis (c1965, p. 22) que traz homossexualidade como “[...] um termo genérico para atração sexual de pessoas do mesmo sexo ao invés do sexo oposto”, além desse termo, Ellis (c1965, p. 18) revela também que *gay* é um termo que “[...] denota homossexualidade, usado para homossexuais”.

Dessa maneira, percebe-se que o conceito de homossexualidade foi construído em um determinado período histórico, especialmente porque os termos aplicados aos homossexuais foram sendo modificados ao longo dos tempos. A homossexualidade, por ser historicamente datada, depende da noção de sexualidade; dessa maneira, a palavra sexo abarca, atualmente, questões relativas à conduta, ao prazer, à anatomia e às funções biológicas (Foucault, 1999).

Nunan (2003, p. 24) explica que o termo homossexualidade, “[...] não designa uma realidade em si, mas uma coisa que é produto do vocabulário moral da modernidade: o conceito de homossexual é tão histórica e socialmente construído como qualquer outro termo”. A autora que pesquisou as características do mercado homossexual no Rio de Janeiro destaca, ainda, duas características inerentes à homossexualidade: o *comportamento sexual*, ou seja, as práticas eróticas ou afetivas homossexuais; e a *identidade sexual* que trata da definição do indivíduo enquanto homossexual (Nunan, 2003).

Para Nunan (2003, p. 19), levando em consideração os diversos componentes que são construídos socialmente para se classificar a sexualidade humana, têm-se: sexo biológico (macho, fêmea ou intersexual

anatômico e fisiológico); orientação sexual (atração sexual por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo biológico, ou seja, heterossexual, homossexual e bissexual); identidade de gênero (ser homem ou mulher); papel de gênero (comportamento masculino, feminino ou andrógono); e, papel sexual (a forma como o indivíduo se insere na relação sexual, ou seja, ativo, passivo ou versátil).

De acordo com essa classificação, a homossexualidade, enquanto orientação sexual onde um indivíduo se relaciona com outro indivíduo do mesmo sexo, está passível de entendimentos confusos, especialmente, com relação à identidade de gênero e ao papel de gênero, como por exemplo, um homossexual masculino com um comportamento feminino, ou ainda, homossexuais masculinos que buscam mudar sua identidade de gênero.

Picazio (1998, p. 19-20), por sua vez, divide a composição da sexualidade em quatro aspectos: sexo biológico, identidade sexual, papel sexual e orientação do desejo sexual. O sexo biológico é resultado das características fenotípicas e genotípicas, resultando no sexo masculino e feminino e, também, em alguns casos na presença simultânea dos dois sexos. A identidade sexual resulta na maneira como indivíduo se identifica, isto é, como é para ele a sua autoimagem enquanto homem ou mulher, não apenas pelo sexo biológico, mas por toda a referência e tratamento pelo qual o indivíduo formou sua referência. O papel sexual é o comportamento, construído histórica e socialmente, entendido como masculino e feminino. A orientação do desejo sexual é um sentimento de atração, expressado pelo indivíduo, direcionado à pessoa que se deseja relacionar afetiva e sexualmente, de forma espontânea imbuído de afetos e emoções e que, pode ser mudado devido aos preconceitos e discriminações.

Essas classificações auxiliam na compreensão de aspectos da construção do conceito de homossexualidade e, nesse sentido, Fernández-Martos e Vidal (1985, p. 8) afirmam que, com isso, “[...] entendemos a *condição humana* de um ser pessoal que, *ao nível da sexualidade*, caracteriza-se pela

peculiaridade de sentir-se *constitutivamente* instalado na forma de *expressão exclusiva* com um *parceiro do mesmo sexo*”.

Para Fernández-Martos e Vidal (1985, p. 9-10) a homossexualidade pode ser entendida levando-se em consideração a sua tipologia. Dessa maneira, pode-se compreendê-la a partir dos diferentes níveis de atração pelo mesmo sexo e também pelos diversos estilos de afeminação.

Segundo os autores, no âmbito dos diferentes níveis de atração pelo mesmo sexo, encontram-se o predomínio sexual, ou seja, onde o desejo predomina por meio da atração pelo corpo, pelo sexo ou genital; a pessoa é atraída pela beleza, não resultando em um compromisso de relacionamento. Além desse, tem-se também predomínio anímico-sensual, ou seja, a atração se dá pelos valores da outra pessoa buscando, assim, um complemento de um horizonte em si mesmo. Por fim, tem-se o predomínio do pessoal anímico-espiritual, ou seja, o indivíduo conhece e se relaciona com o outro, não apenas no sexo e nos seus valores, mas na existência integral do companheiro.

Vê-se, então, que não é de todo fácil conceituar homossexualidade, uma vez que diversos fatores interagem. Entretanto, o conceito inicia sempre que se faz referência sobre o desejo sexual que recai sobre alguém do mesmo sexo, mas há que considerar a limitação que esse conceito impõe, ligada ao comportamento sexual.

A palavra homossexualidade é formada pela raiz grega *homos* (que significa semelhante) e pela raiz latina *sexus*, dessa maneira, seu significado etimológico remete à sexualidade semelhante, ou seja, sexualidade que é exercida com alguém do mesmo sexo.

Nesse sentido, devido ao peso que a conotação sexual dá ao conceito, uma proposta alternativa tem sido forjada, qual seja: homofilia. Etimologicamente, homofilia é formada pelas raízes gregas *homos* (que significa semelhante) e *philein* (que significa amar), ou seja, uma atração afetiva para com o seu semelhante. Daniel e Baudry (1977, p. 20) revelam que, esse conceito deveria “[...] ser utilizado sobretudo quando se trata

de insistir sobre o aspecto global da atração para o mesmo sexo (física e afetivamente), reservando-se ‘homossexualidade’ aos aspectos puramente físicos; mas, na prática esses dois termos são muitas vezes confundidos”.

Sob esse aspecto, Costa (1992) propõe que o termo homossexualidade seja substituído por homoerotismo, que foi estabelecido pela primeira vez por F. Karsh-Haak no ano de 1911 e utilizado no mesmo ano pelo psicanalista de Budapeste Sandor Ferenczi. O autor destaca que conceito de homoerotismo se refere à possibilidade que certos sujeitos têm de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente com outros do mesmo sexo biológico. Por isso, homossexualidade e homossexualismo estariam carregados de preconceitos, pois remeteriam ao vocabulário científico-moral dos séculos XVIII e XIX, que originaram a ideia de homossexual (Costa, 1992).

Convém observar que antes de o termo homossexualidade ser usado, utilizava-se homossexualismo. Contudo, o uso do sufixo *-ismo*, geralmente, indica uma posição filosófica ou científica, o que a partir dessa postura passa-se, através de algumas teorias e posições acadêmicas a indicá-la como doença ou patologia. Por isso, não será utilizado o termo homossexualismo neste trabalho, uma vez que o sufixo ‘ismo’ nos remete, frequentemente, à ideia de doença (por exemplo: alcoolismo, tabagismo etc.), além de já ser constatada a sua substituição por homossexualidade.

O termo homossexualismo foi cunhado numa época em que as pessoas ainda não entendiam certos aspectos da sexualidade e, dessa forma, foram criadas muitas suposições baseadas em preconceitos carregadas de uma carga negativa e pejorativa em relação às possibilidades da sexualidade humana, como por exemplo, a possibilidade de que a homossexualidade poderia ser uma doença.

O fato é que a homossexualidade teve, ao longo da História, pouco espaço de estudo e discussão, em especial por se considerar um assunto tabu na sociedade. No entanto, quando a sexualidade é entendida livre de preconceitos, a homossexualidade nela encontra o seu lugar.

Pode-se afirmar que, as atitudes das variadas sociedades em relação à homossexualidade podem ser reunidas em três categorias, a saber: aprovação e valorização, seguida pela de indiferença ou neutralidade e, por fim, a de reprovação e condenação (Daniel; Baudry, 1977).

São por esses aspectos que podemos entender de que maneira os conceitos que permeiam o domínio da homossexualidade estão carregados ou não de conotações pejorativas ou de preconceitos.

Os estudos sobre a sexualidade enfatizam que a história da homossexualidade e da criação de seus termos permitem compreender o fato de que a “normalidade” depende da estigmatização e subalternização de identidades para se consolidar socialmente. Dessa forma, a invenção dos termos *homossexualidade*, *homossexualismo*, *homossexual* e outros termos frequentemente usados de forma pejorativa, contribuem para estabelecer uma “naturalidade” do comportamento heterossexual em detrimento do homossexual.

Nessa perspectiva e no contexto desta pesquisa, Pinho, Melo e Oliveira (2019, p. 39) ao pesquisarem os temas gênero e sexualidade em catálogos, diagnosticaram que “[...] a produção de conteúdos cada vez mais específicos e segmentados indica a necessidade de averiguar se a representação ainda está de acordo com a realidade da temática, uma vez que passaram por grandes modificações no contexto social atual”.

3 MÉTODO

Ao analisar o perfil das coleções presentes nas bibliotecas que compõem o SIB/UFPE, suas características e marcas bibliográficas nos diferentes e distintos períodos de tempo, este estudo se configurou como uma contribuição de natureza bibliográfica e exploratória, dentro dos domínios teóricos e aplicados da Ciência da Informação.

Do ponto de vista procedimental, esta investigação utilizou o método de análise de domínio (Hjørland; Albrechtsen, 1995), contemplando nas pesquisas de organização e representação do conhecimento. Uma vez que já existe um certo conhecimento acerca da área proposta, pois a pesquisa foi realizada primeiramente através do levantamento de obras referentes à temática das homossexualidades, também foi fundamental compreender os conceitos que configuram essa comunidade.

No tocante aos procedimentos técnicos, além de amparar-se nas técnicas de tratamento temático e de análise bibliográfica na coleta e organização de dados - dispondo de características qualitativas e indutivas -, a pesquisa também se valeu das técnicas de representação cartográfica para analisar, comparar e discutir os dados encontrados.

Desse modo, para realização do objetivo que aqui foi apresentado, a investigação foi dividida numa sequência de etapas para coleta, organização, análise e discussão de dados e distribuiu-se da seguinte forma:

a) Coleta e Organização dos Dados: levantamento dos registros bibliográficos (livros) relacionados a cobertura temática da pesquisa - as homossexualidades - no sistema *Pergamum* da UFPE; descrição topográfica, física e temática dos registros bibliográficos (livros) relacionados ao escopo da pesquisa do SIB/UFPE; organização dos registros bibliográficos no SIB/UFPE por períodos de aquisição (descrição topográfica) e por abrangência temática (descrição temática); e correções das descrições topográficas, físicas e temáticas das dissertações e teses encontradas no SIB/UFPE.

b) Análise e Discussão de Dados: verificação dos registros bibliográficos e das coleções de livros, que versem sobre as homossexualidades, das bibliotecas do SIB/UFPE em relação ao tempo e as temáticas; elaboração de representações cartográficas sobre os registros e as coleções de livros sobre as homossexualidades presentes nas bibliotecas do SIB/UFPE; análise e discussão dos registros bibliográficos das coleções de livros relacionados às temáticas das homossexualidades presentes nas bibliotecas SIB/UFPE em relação ao tempo de aquisição e as temáticas.

Diante disso, no que se refere a primeira etapa desta pesquisa (coleta e organização dos dados), contando com as técnicas de tratamento temático e de análise bibliográfica, foi o momento ao qual sucedeu-se pela definição dos descritores que viriam participar do processo de busca dos documentos inseridos no sistema *Pergamum*. Pois, quando inseridos na plataforma, iriam retornar as obras que abordam a temática das homossexualidades, foram eles: sexualidade, homossexualidade, homossexuais, gays, lésbicas, homossexualismo e lesbianismo.

Logo em seguida, dada a definição desses vocábulos, foram introduzidos os marcadores do *Pergamum*, por sua vez, responsáveis por filtrar os documentos retornados a partir desta busca, sucedendo na execução de três etapas em questão, sendo eles: 1) Unidade de Informação: responsável por selecionar todas as setoriais que compõem o SIB/UFPE; 2) Tipo de obra: especificamente os livros que compõem o acervo do SIB/UFPE; e 3) Título e/ou Assunto: encarregado de optar pelos documentos que contém todos os termos anteriormente citados, até mesmo novos, se possível, que relacionam-se diretamente com os livros que compõem o acervo do SIB/UFPE, seja no título ou assunto.

Nesse contexto, assim que realizada a busca e exaurido as possibilidades imaginadas durante a coleta, todos os registros bibliográficos encontrados seriam organizados para fins de averiguação e debate, sejam por períodos de aquisição (descrição topográfica) e/ou por abrangência temática (descrição temática). De modo que, os dados reunidos até aqui virão a compor as atividades referente a segunda etapa desta pesquisa, a análise e discussão de dados.

Por conseguinte, nesta segunda fase, ocorreram as análises e discussões acerca dos dados viabilizados nos registros bibliográficos encontrados, dispondo de informação de aquisições e temática expondo através das técnicas de representação cartográfica. Diante disso, é importante destacar que para realização da pesquisa, no que se refere aos dados de aquisição,

demandou-se de apoio do SIB/UFPE para ceder as informações relativas aos documentos encontrados nesta pesquisa.

Por fim, após a averiguação de tempo (produção e aquisição) e área temática, foram desenvolvidos gráficos para comparar e estabelecer uma relação entre as obras coletadas. Pensando em compreender como se configura a produção bibliográfica sobre as homossexualidades, promovendo a reconstrução da memória científica reunido e salvaguardado pela instituição no decorrer de sua história.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da proposta de reconstruir a linhagem temática e bibliográfica das fontes de informação, especificamente livros, que compõem as coleções sobre as homossexualidades, presentes no acervo das bibliotecas do SIB/UFPE de 1950 a 2018, este projeto pretende entender como as obras dessas coleções evoluíram no decorrer de sua aquisição dentro das unidades informacionais e estão dispostas entre si, bem como os termos descritores e sua área de classificação, que podem surgir ao fazer a busca informacional do tema.

Com essa finalidade, o corpus averiguado nessa pesquisa foi alcançado através de buscas no sistema *Pergamum* da UFPE, seguindo os processos evidenciados na sessão anterior. Dessa forma, pode se suceder a análise dos registros bibliográficos identificados nesse levantamento.

A busca pela temática das homossexualidades no catálogo reuniu cerca de 82 títulos e 216 exemplares. Ademais, como era pressuposto, pode-se observar o surgimento de temas pertinentes que a acompanham e desdobram-se dela. Sendo assim, permitindo agrupar essas obras, em cinco conjuntos distintos e com suas respectivas subcategorias - como evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição dos registros por temáticas.

Assuntos		Total					
Principais	Secundários	Específico		Geral		Absoluto	
		Título	Exemplar	Título	Exemplar	Título	Exemplar
Sexo	Intersexo	1	1	1	1	82	216
Gênero	Identidade de gênero	25	33	22	33		
Papel de Gênero	-----	3	5	7	17		
	Feminino	1	1				
	Masculino	3	11				
Orientação sexual	Sexualidade	9	33	49	160		
	Homossexualidade	30	111				
	Gay	2	5				
	Lésbica	6	8				
	Bissexualidade	2	3				
Queer	-----	3	5	3	5		

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante disso, vale ressaltar que a distinção entre essas categorias em específico, aconteceu ao observar-se que algumas dessas obras, a partir do foco estar centrado nas homossexualidades, está voltado para além da temática de orientação sexual. Algumas delas estão diretamente relacionadas com a expressão e/ou identidade de gênero, até mesmo com sexo biológico. Ou seja, estas três categorias estão interligadas, de modo que, é necessário compreender os conceitos que caracterizam os estudos sobre gênero para compreender os conceitos que cercam a sexualidade trabalhada nesta pesquisa.

Desse modo, de acordo com Jesus (2012) esses quatro conceitos identificados no corpus, podem ser hierarquizados da seguinte maneira: A primeira é o sexo biológico que determinado indivíduo nasce, o que existe são órgãos, hormônios e cromossomos que os definem como macho, fêmea e/ou intersexo. Em seguida vem o gênero, definido quando o indivíduo toma consciência como sujeito, é a relação como se enxerga no gênero

- masculino, feminino, agênero etc. -, e a maneira como vai expressá-los em seus comportamentos. Por fim, com a identidade construída, surge a orientação sexual, uma inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero.

Em vista disso, a primeira categoria **Sexo**, compete ao assunto sexo biológico, reúne apenas um título e um e que se desdobra na subcategoria **Intersexo**. Segundo Jesus (2012, p. 13) sexo é uma “[...] classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais”, nessa visão, intersexo é um termo voltado para pessoas (pessoas intersexuais) que cuja a anatomia física dos órgãos genitais variam do padrão masculino ou feminino, aqui visto como macho e fêmea.

A segunda, categoria **Gênero**, reúne 22 livros e 33 exemplares com o enfoque nas questões de gênero, entendida aqui como uma construção social que busca distinguir as pessoas em diferentes identidades, como homem e/ou mulher (Jesus, 2012). Ela se estende numa subcategoria que aborda os temas de **Identidade de gênero**, num contexto geral, explicando o gênero com uma construção social ao qual pessoas se identificam ou não com que lhe foi atribuído a partir do sexo biológico em seu nascimento, ou seja, cisgênero ou transgênero (National Geographic, 2017).

A terceira categoria, **Papel de Gênero**, trabalha com o modo que os sujeitos agem em determinadas situações sociais conforme o gênero que lhes foram atribuídos (Jesus, 2012), tanto num contexto binário específico - homens e mulheres cisgêneros e transgêneros - para a **Masculinidade e Feminilidade**, quanto no geral, que amplia essa discussão - representado pelo espaço aberto no Quadro 1, destacado pelo tracejado (---).

A quarta categoria, no que concerne ao assunto principal **Orientação Sexual**, possui 49 livros e 160 exemplares que versam sobre as homossexualidades nas temáticas da sexualidade, descrita por Jesus (2012) como uma atração afetivo-sexual por alguém do mesmo gênero, do oposto, de ambos

ou nenhuma referência a gênero. Em suas subcategorias, encontram-se as obras que versam sobre as questões de **Sexualidade**, explorando definições acerca desse universo, não se limitando apenas na homossexualidade, abordando outros desejos humanos. Ademais, sem exceção, a própria **Homossexualidade**, em num âmbito generalista e em suas particularidades: a) **Gay** (para homossexualidade masculina); e b) **Lésbica** (para homossexualidade feminina), tal como a **Bissexualidade**, que concerne um relacionamento homo e heteroafetivo.

Por fim, a quinta e última, categoria **Queer**, com três títulos e cinco exemplares. Ela integra na temática da pesquisa com documentos que abordam tanto assuntos de gênero quanto sexualidade. O termo é voltado para pessoas que não se identificam com rótulos socialmente estabelecidos na sociedade, não se restringindo a amplitude e a vivência de suas sexualidades e corpos (Cult, 2014). Tal como foi apresentado em “Papel de Gênero”, ela apresenta traços, sinalizando que a bibliografia contida nela aborda o tema num contexto geral, sem haver necessidade de uma secundária.

Assim sendo, toda bibliografia levantada e organizada, está disposta e presente em 10 das 14 bibliotecas do SiB/UFPE, são elas: a Biblioteca Central (BC), a Campus Agreste (CAA), a Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC), Colégio de Aplicação (CAp), Campus Vitória (CAV), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Educação (CE) e a Biblioteca do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) - de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos registros por bibliotecas.

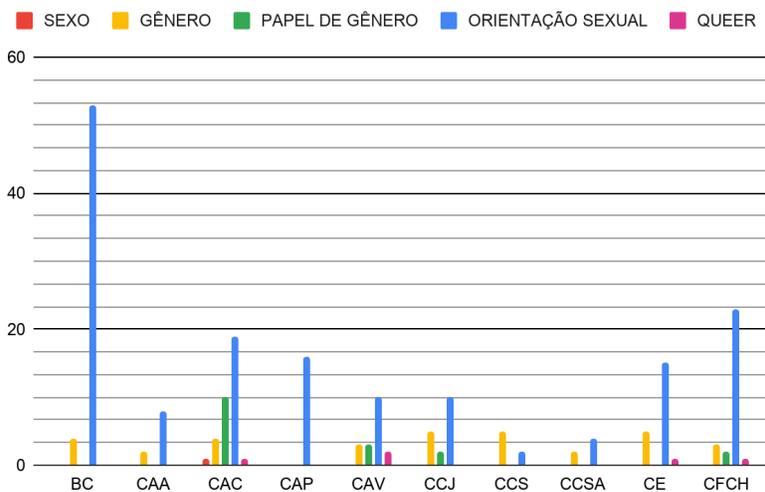
Assuntos		Biblioteca										Total		
Principal	Secundário	BC	CAA	CAC	CAP	CAV	CCJ	CCS	CCSA	CE	CFCH	Específico	Geral	Absoluto
Sexo	Intersexo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Gênero	Identidade de gênero	4	2	4	0	3	5	5	2	5	3	33	33	
	-----	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	5		
Papel de GÊNERO	Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	17	
	Masculino	0	0	10	0	0	0	0	0	0	1	11		
	Sexualidade	4	0	0	3	6	0	0	3	2	15	33		216
	Homossexualidade	38	8	17	13	3	10	1	1	13	7	111		
Orientação sexual	Gay	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	160	
	Lésbica	4	0	1	0	1	0	1	0	0	1	8		
	Bissexualidade	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3		
Queer	-----	0	0	1	0	2	0	0	0	1	1	5	5	

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa maneira, concentrando a maior parte desse acervo nas bibliotecas cujo foco são as ciências humanas e as sociais aplicadas. Tanto que, os livros coletados e aqui analisados reforçam esta afirmação, pois eles mesclam a temática das homossexualidades com as questões no âmbito jurídico, comunicativo, linguístico, sociológico, histórico e psicológico.

Partindo deste cenário, ao analisar essas obras num contexto geral, os assuntos principais nesse caso, a “Orientação Sexual” ganha um destaque maior na coleção quando equiparado às outras categorias, possuindo uma grande disponibilidade de livros, onde a BC lidera em quantidade, seguida pelo CFCH e CAC. Entretanto, quando se visualiza a diversidade dos conteúdos, as bibliotecas do CFCH, CAC e CAV aparecem com mais relevância em detrimento das demais - de acordo com o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos registros por bibliotecas a partir das temáticas.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Nessas bibliotecas, estão centralizadas as produções em que as homossexualidades são problematizadas na sociedade, seja num campo

linguístico, comunicativo, sociológico, histórico, psicológico e/ou educacional. Trazendo um breve recorte dos livros coletados, seus discursos iluminam em diferentes perspectivas a história da existência dessa sexualidade, desde a relação de dominação e opressão sofridas por essas pessoas, as suas conquistas por direitos sociais, prezando por uma inclusão e proteção desses indivíduos.

Desse modo, ao aprofundar-se no campo dos assuntos principais, indo em direção dos secundários, com o intuito de revelar mais da temática. Observou-se que os títulos referentes a homossexualidade feminina (Lésbica) são mais diversos, quando comparadas às de homossexualidade masculina (Gay), respectivamente, possuindo cerca de seis títulos e o outro, apenas dois. Ademais, com relação a disponibilidade essa situação permanece constante, onde o primeiro apresenta oito exemplares, já o segundo, com cinco exemplares - como indica o Quadro 1.

Diante das diferenças quantitativas sobre as obras das homossexualidades feminina e masculina, evidenciou-se que mesmo em livros que teoricamente estariam incluindo todas as expressões da homossexualidade - como no subconjunto “Homossexualidade” -, eles priorizam um olhar masculino e cisnormativo em grande parte de seu conteúdo, que acaba invisibilizando outras formas de expressões do universo que permeia essa sexualidade, como exemplificado no Quadro 3.

Quadro 3 – Detalhamento dos registros por item.

Categoria	Título	Descritores	Referência
Homossexualidade	Parada: 10 anos do orgulho GLBT em SP	1 Homossexualismo - História 2 Direitos dos homossexuais	NETTO, Fernando Costa; FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (coord.). Parada: 10 anos do orgulho GLBT em SP. São Paulo: Produtiva, 2006. 89 p.
	Born to be gay: história da homossexualidade	1 Homossexualismo - História	NAPHY, William. Born to be gay: história da homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2006. 301 p.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A própria “Bissexualidade”, tanto a categoria aqui presente quanto a orientação sexual, sofrem interferências diretas dessa ação e o material bibliográfico referente a ela foi retornado no catálogo dentro das buscas pelo assunto homossexualidade. Vale destacar que esses itens não possuem termos que representam esse conteúdo - como apresenta o Quadro 4 -, a maneira a qual foi possível entender que sua temática tratava sobre a bissexualidade, quando foi realizada a procura pelas suas respectivas sinopses. Entretanto, por mais que essa sexualidade possibilite um relacionamento homoafetivo, é equivocado dizer que se trate de apenas disso, pois ela tem seus próprios conceitos que a caracterizam e a definem como algo único.

Quadro 4 – Detalhamento dos registros por item.

Categoria	Título	Descritores	Referência
Bissexualidade	A regra de três	1 Ficção espanhola 2 Literatura espanhola - ficção	GALA, Antonio. A regra de três. Rio de Janeiro: Record, 1998. 315 p. (Coleção Contraluz). ISBN 8501048313 (broch.).
	O 3º travesseiro	1 Ficção brasileira 2 Literatura brasileira - Ficção	CARVALHO, Nelson Luiz de. O 3º travesseiro. São Paulo: Mandarim, 1998. [210 p.] ISBN 8535400850 (broch.).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Contudo, à medida que são adicionados às outras categorias como “Sexo”, “Gênero”, “Papel de Gênero” e, conseqüentemente, suas subcategorias - “Identidade de gênero”, “Feminino” e “Masculino” - são responsáveis por acrescentar um grande repertório temático que contestam e desvinculam a imagem da homossexualidade desse paradigma restritivo. Em especial, vale destacar o “Queer”, que abrange novas visões a respeito dessa problemática, envolvendo características e concepções que eram desprezadas, tanto no âmbito de gênero quanto ao de sexualidade. Desse modo, podendo citar alguns exemplos no quadro 5:

Quadro 5 – Detalhamento dos registros por item a partir das categorias.

Categoria	Título	Descritores	Referência
Identidade de Gênero	Gênero: a diversidade além da gaveta	1. Identidade de gênero 2. Feminismo e educação 3. Mulheres - Condições sociais	MENINO, Silvana; CAMPELO, Lúcia Barreto; MENEZES, Walfrido ((Org.)). Gênero: a diversidade além da gaveta. Recife: Libertas, 2013.
Papel de Gênero	Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis	1. Família -- Aspectos sociais 2. Casamento entre homossexuais 3. Parentesco	GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, [2007].
Feminino	Mulheres: violências vividas	1. Violência contra as mulheres 2. Feminismo 3. Identidade de gênero	SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara ((Org.)). Mulheres: violências vividas. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.
Masculino	Masculinidades: teoria, crítica e artes.	1. Masculinidade 2. Homens 3. Identidade de gênero 4. Sexo - Aspectos sociais	PENTEADO, Fernando Marques; GATTI, José (Org.). Masculinidades: teoria, crítica e artes. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
Queer	Queering: problematizações e insurgências na...	1. Teoria Queer 2. Comportamento sexual - Aspectos psicológicos 3. Identidade de gênero	TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva (Org.). Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, garantindo uma bibliografia, ainda que pouca - reunindo 32 títulos e 55 exemplares -, necessária para fomentar debates mais inclusivos e abrangentes, quando bem processados (indexados e catalogados) e disseminados pelos bibliotecários.

Todavia, quando partimos para o campo descritivo, as palavras-chaves mais utilizadas para indexar esses livros foram “homossexualismo” e “lesbianismo” - pode-se ver alguns exemplos no Quadro 6 -, que por sua vez, o sufixo “ismo” denota “condição patológica”, é o mesmo que usa-

mos para indicar “doutrina, escola, teoria ou princípio artístico, filosófico, político ou religioso”; “ato, prática ou resultado”; “peculiaridade”; “ação, conduta, hábito, ou qualidade característica” (Houaiss; Villar, 2008). Ou seja, esses termos e tratamentos relacionados a essas pessoas, comuns até a década de 1990, desde então, são considerados de caráter ofensivo, ampliando a ideia de discriminação na utilização desses descritores e um juízo de valor, tanto na questão sexual quanto na questão sexista.

Quadro 6 – Detalhamento dos registros por item a partir da categoria Orientação Sexual.

Categoria	Título	Descritores	Referência
Homossexualidade	A questão homossexual	1 Homossexualismo 2 Homossexualidade - História 3 Direitos dos homossexuais	MARC, Oraison. A questão homossexual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
Lésbica	Homossexualidade feminina	1 Comportamento sexual 2 Homossexualismo 3 Lesbianismo	CAPRIO, Frank Samuel, 1906-. Homossexualidade feminina. 2. ed. -. São Paulo: IBRASA, 1965. 323p.
Gay	As aventuras de um garoto de programa	1 Ficção Americana 2 Literatura americana - ficção 3 Homossexualismo	ANDROS, Phil. As aventuras de um garoto de programa. São Paulo: Edições GLS, 1998. 176 p. ISBN 8586755060 (broch.).

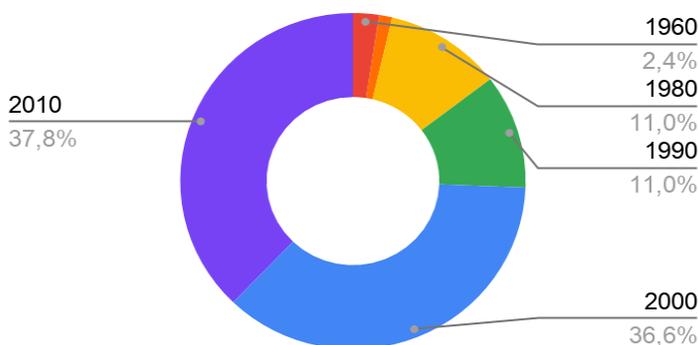
Fonte: Dados da Pesquisa.

Por isso, um questionamento surgiu com o contexto levantado: a indexação só reflete o conteúdo discriminatório e justificável pelo período em que se passa, ao qual os descritores são apresentados, no caso entre as décadas de 1960 à 1990, ou o indexador está despreparado para representar essas obras de maneira correta?

Contudo, quando se delimita a linha temporal dessas obras, pode-se presumir que o material é predominantemente antigo - pelo modo como

essas obras são indexadas -, pois os diferentes perfis em que a homossexualidade foi inserida durante esse tempo, passando por problemas neurológicos ao condicionamento social, justificaria a utilização desses indexadores nesses livros. Entretanto, a grande maioria dos títulos encontrados são das décadas de 2000 e 2010, cada uma respectivamente com 36,6% e 37,8% - juntas reunindo 74,4% - dos 82 livros coletados nesta pesquisa, como pode-se visualizar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos registros bibliográficos por ano de publicação.

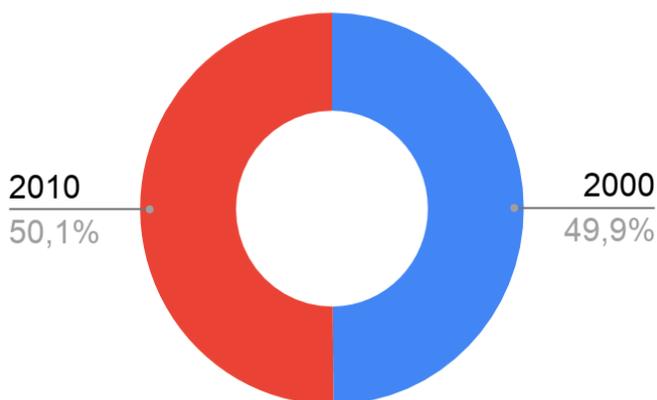


Fonte: Dados da Pesquisa.

O material encontrado é predominantemente atual, revelando o equívoco de como essa literatura está sendo tratada pelos profissionais da informação. Em 1960, era comum atribuir esses descritores para referir-se ao conteúdo de livros que tratassem da homossexualidade, pois era um campo novo e totalmente desconhecido para estudo. Tanto que, evidencia-se o crescimento exponencial dessa literatura no decorrer dos anos, mas desde 1991, de acordo com Vidale (2017), a Organização Mundial de Saúde (OMS) não considera essa expressão da sexualidade como doença ou condição patológica. Tanto que as novas obras literárias trazem e trabalham essas problemáticas linguísticas e sociais consigo, visando modificar as estruturas de uma sociedade opressora.

Ainda, quando se relaciona os termos utilizados na indexação ao tempo de aquisição desses livros, ficam evidentes os equívocos feitos com algumas dessas obras. Pois, todo corpus coletado, foi adquirido pelo SIB/UFPE entre os anos 2000 a 2019, de acordo com os dados de aquisição disponibilizados pela Biblioteca Central, onde, só na década de 2010 - como apresenta o Gráfico 3 - foram inseridos 50,1% desses livros nas bibliotecas. Assim, reforçando a afirmativa da necessidade de correção e revisão desses termos no acervo.

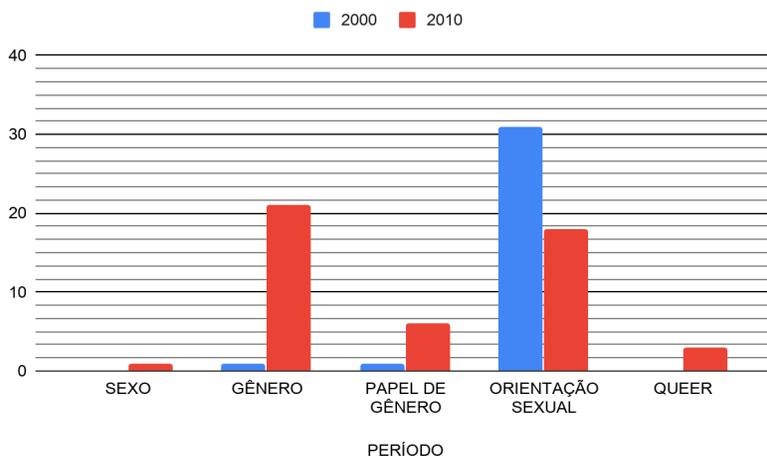
Gráfico 3 – Distribuição da Aquisição dos títulos na Coleção sobre Homossexualidades no Sistema de Bibliotecas da UFPE.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, ainda dentro dessa perspectiva de recorte temporal, como apontado anteriormente, houve um crescimento exponencial na produção desse material no decorrer dos anos, em relação a aquisição dessas obras não seria diferente, conforme evidenciado no Gráfico 4. Os assuntos de “Sexo” e “Queer” surgem nas bibliotecas durante a década de 2010, já os de Gênero, Papel de Gênero e Orientação Sexual aparecem nessas unidades desde a década de 2000. Indicando que cada vez mais há um processo de inserção e debate desses conteúdos na sociedade.

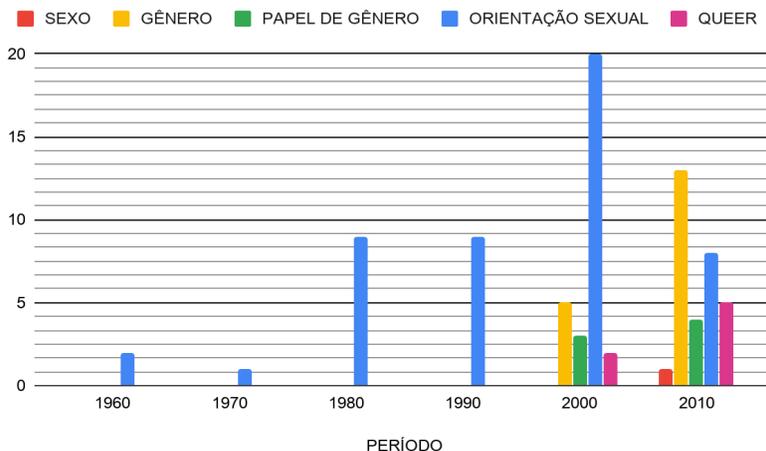
Gráfico 4 – Distribuição dos registros por ano de aquisição e categorias.



Fonte: Dados da Pesquisa.

De início, pressupõe-se que um assunto é priorizado em detrimento do outro, entretanto, vale lembrar que os estudos de gênero são relativamente novos em comparação aos de sexualidade. Cada vez mais, eles vêm ganhando destaque no campo acadêmico, tanto que, das obras apanhadas, eles surgem com força entre as décadas de 2000 e 2010, indicando crescimento elevado e rápido, como pode ser visualizado no Gráfico 5. Já a “Sexualidade” manteve uma certa constância durante os anos, atingindo seu ápice no período dos anos 2000.

Gráfico 5 - Título por década da bibliografia coletada.



Fonte: Dados da Pesquisa.

No total, cerca de 82 títulos estão presentes no sistema *Pergamum* - quando acrescentado o número de exemplares, esse número sobe para 216 -, todos dispostos em 10 bibliotecas do SIB/UFPE, concentrando-se nas unidades de ciências humanas e sociais aplicadas da Universidade, todos adquiridos entre os anos de 2000 a 2019. Sua variedade de assuntos foi tamanha, que possibilitou na divisão de cinco conjuntos distintos, e cada um seus subconjuntos, resultado de 5 décadas de produção científica, iniciados em 1960.

Contudo, mesmo com a evolução desse material científico durante os anos, alguns procedimentos de processamento técnico se mostraram insuficientes para atender às novas necessidades dos usuários, gerando barreiras informacionais e até mesmo a perpetuação de preconceitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando reconstruir a linhagem temática e bibliográfica das fontes de informação que compõem as coleções sobre as homossexualidades, os estudos bibliográficos disponibilizam um conjunto de teorias e procedimentos que permitem a identificação e representação adequada desses documentos. Dessa forma, sendo possível entender a evolução dessas obras no decorrer de suas aquisições dentro das bibliotecas e como elas estão representadas e dispostas nesses ambientes.

Para esse fim, fez-se necessário identificar, coletar e organizar os livros que abrangem sobre esse assunto no catálogo *Pergamum* da UFPE, caracterizando essas coleções e os registros bibliográficos pelos pontos de vista temático e descritivo, pré-estabelecidos de acordo com os referenciais teóricos acerca dessa ciência. Tendo em vista os resultados obtidos a partir dos doze meses de pesquisa, é possível compreender como as homossexualidades são vistas pelos usuários dentro do sistema.

A bibliografia disponibilizada atua como registro histórico e temático, seja físico e/ou virtual, característico de sua época de desenvolvimento em que toda a produção científica construída no decorrer do tempo carrega consigo a história e as marcas da construção político-social das homossexualidades na sociedade.

Desse modo, de acordo com *corpus* aqui identificado, a homossexualidade por muito tempo foi associada ao pecado, à imoralidade e às doenças neurológicas. Premissas essas, apoiadas e firmadas por ideais religiosos - neste recorte especificamente - cristãos, cuja heterossexualidade era tida como padrão para o “normal” e “correto”, que se perpetuou na concepção do Estado na sociedade patriarcal ocidental. Ou seja, toda e qualquer expressão de sexualidade que não se igualasse a ela seria vista como anormalidade e enfermidade, muitas vezes, valendo-se de uma união com a ciência para justificar comportamentos excludentes e marginais, respaldados pelo governo, para essas pessoas.

Contudo, as concepções sobre essa temática e esses indivíduos sofreram mudanças significativas no decorrer da história, consequência das movimentações sociais promovidas por essa minoria e seus aliados. Pois, elas foram responsáveis por desencadear nos sujeitos uma série de questionamentos voltadas para esse universo, incentivando novas pesquisas científicas e fomentando debates que contestavam esse modelo de “normalidade” imposto na sociedade.

Desta forma, definindo as homossexualidades (feminina e masculina) como uma expressão natural de outra faceta da sexualidade humana. Onde o Estado, consciente dessa discriminação e desigualdade infundadas, assumiu seu papel em fornecer direitos e efetivar leis que protegessem e garantissem igualdade para esses cidadãos. Ainda assim, essa evolução foi lenta e ainda está em progresso, porque se depara com resistência de grupos conservadores que desejam manter esse *status quo*.

Assim, é possível afirmar que há uma predominância masculina e cisgênera dentro desse universo. À medida que essas obras são explanadas, se tem a noção da influência da dominação patriarcal na produção de obras com esse conteúdo. Aos poucos, as novas obras que surgem nesse campo temático, trazem consigo novas vozes que antes eram silenciadas - lésbicas, queers, homens e mulheres trans -, adicionando novas visões, vivências e experiências.

À vista disso, ressalta-se a importância de analisar a linha temporal dessas obras, pois é nela que se pode visualizar os diferentes perfis que essa temática esteve inserida durante seu contexto de produção e justificá-lo. No total, foram 82 títulos coletados, resultado de 5 décadas de construção científica, iniciadas em 1960 e tendo seu ápice entre os anos de 2011 a 2019. Apesar do conteúdo das obras encontradas ser majoritariamente atuais, eles carecem de uma representação documental adequada. Pois muitos apresentam uma indexação errônea e tendenciosa, que reforçam preconceitos.

Com esse universo temático sendo amplamente estudado na atualidade, surge a necessidade de determinar terminologias apropriadas a essas obras, que evitem termos equivocados como “homossexualismo” ou “lesbianismo” e generalistas como “homossexualidade”, dado que, esse termo não é suficiente para contemplar essas produções.

Por isso, é importante alertar como esse material demanda de novas formas de processamento técnico. Dada a relevância das unidades informacionais que compõem o SIB/UFPE para os indivíduos que as frequentam, pois essas bibliotecas são responsáveis por influenciar na formação cultural e acadêmica de seus frequentadores. Portanto, é necessário adequar-se às novas necessidades requeridas por seus usuários, garantindo a quebra de barreiras informacionais durante a busca por obras que versam sobre a homossexualidade e a visitação entre os demais centros de informação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. Disponível em: <http://casal.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 28 set. 2021.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- CRIPPA, G. A arte da bibliografia: ferramentas históricas, problemas metodológicos e práticas contemporâneas. **Informação & Informação**. Londrina, v. 20, n. 2, p. i - vi, 2015.
- DANIEL, M.; BAUDRY, A. **Os homossexuais**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1977.
- ELLIS, A. **The guild dictionary of homosexual terms**. Washington: Guild Press Ltd., c1965.
- FERNÁNDEZ-MARTOS, J. M.; VIDAL, M. Esclarecimentos fundamentais: nome, definição, tipos e normalidade. *In*: VIDAL, M.; GAFO, J.; FERNÁNDEZ-MARTOS, J. M.; LASSO, P.; RUIZ, G.; HIGUERA, G. **Homossexualidade: ciência e consciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 7-15.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. (Biblioteca básica).

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 14, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, DF, [s. n.], 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em: 28 set. 2021.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Washington, v. 231, n. 1, Jan. 2017. (Special Issue Gender Revolution).

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PICAZIO, C. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

PINHO, F. A.; MELO, L. A. F.; OLIVEIRA, J. P. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8876/5739>. Acesso em: 28 set. 2021.

REVISTA CULT. São Paulo, ano 17, n. 193, 2014. (Dossiê Digital Teoria Queer).

SALDANHA, G. S. O documento e a via “simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/17>. Acesso em: 28 set. 2021.

SPENCER, C. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Sistema Integrado de Bibliotecas**. 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/sib/sobre>. Acesso em: 28 set. 2021.

VIDALE, G. **Por que considerar a homossexualidade um distúrbio é errado**. São Paulo: Abril Mídia S/A, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/por-que-considerar-a-homossexualidade-um-disturbio-e-errado/>. Acesso em: 28 set. 2021.

VERRI, G. M. W. Biblioteconomia: 50 anos em Pernambuco. **Artecomunicação**, Recife, ano 8, n. 7, p. 225-234, jul. 2002.

17

**GÊNERO, VIOLÊNCIA E
LEGISLAÇÃO: INTERPELAÇÕES
ACERCA DO FEMINICÍDIO NO
ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL**

*GENDER, VIOLENCE, AND
LEGISLATION: INTERPELLATIONS
ABOUT FEMINICIDE IN THE STATE
OF SÃO PAULO - BRAZIL*

*Denise Cristina BELAM
Universidade Estadual Paulista - UNESP*

*Francisco Arrais NASCIMENTO
Doutor em Ciência da Informação pela UNESP*

*Deise Maria Antonio SABBAG
Universidade de São Paulo - USP*

*Daniele ACHILLES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO*

Resumo: Objetivou-se, neste capítulo, compreender a evolução da notificação após a promulgação de legislações específicas no Brasil acerca da violência de gênero, como a lei sancionada em 9 de março de 2015, a Lei nº 13.104, que alterou o código penal incluindo a figura do feminicídio como uma das formas qualificadoras do homicídio no Brasil. Para tanto, fez-se uso da análise de domínio como metodologia, alicerçada em cartografia de documentos, o que evidencia a natureza exploratória do estudo. Este texto foi pensado sobre a maneira como é realizada a classificação e a representação da informação e supondo as grandes dificuldades na recuperação da informação ao que se diz respeito aos crimes de Feminicídio. Para isso, foi necessário analisar as notificações dos processos crime com indexação “Perspectiva de Gênero” alocado enquanto “Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios no Estado de São Paulo - Brasil”, para traçar uma compreensão acerca das evoluções e involuções relativas à temática nos dois territórios analisados.

Palavras-chave: análise de domínio; classificação; mortes violentas de mulheres. Feminicídio. São Paulo - Brasil.

Abstract: The objective was to understand the evolution of notification after the enactment of specific legislation in Brazil about gender violence, such as the law enacted on March 9, 2015, Law No. 13.104, which changed the Brazilian Penal Code including the figure of femicide as one of the qualifying forms of homicide in Brazil. For this purpose, domain analysis was used as a methodology, based on document cartography, which highlights the exploratory nature of the study. About the ways in which the classification and representation of information are carried out and assuming the great difficulties in retrieving information regarding the crimes of Femicide, this text was thought. For this, it was necessary to analyze the notifications of the crime processes with indexing “Gender Perspective” allocated as “Violent Deaths of Women - Femicides in the State of São Paulo – Brazil”, to draw an understanding of the evolutions and involutions related to the theme in both cases. analyzed territories.

Keywords: domain analysis; classification; violent killings of women; femicide; São Paulo - Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a violência é necessário enquanto um domínio, e não como um fenômeno social, para além do vislumbrado cotidianamente como um marcador social que atravessa a sociedade de forma horizontal sendo passível de observação sob os mais diversos recortes (gênero, raça, economia, política, cultura, entre outros) tornando-se passível de observação, uma vez que, (Brah, 2006, p. 351) “[...] estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

Logo, ao imergir no contexto dos Estudos Culturais (EC), sob o viés dos Estudos de Gênero (EG) e égide da Violência de Gênero (VG), se pode observar toda uma engenharia social alicerçada sobre diversas formas de violência que compreendem desde agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que ocorrem em um continuum que podem culminar com a morte por homicídio (Meneghel; Portella, 2017).

Logo, a pergunta que origina tal estudo norteia uma ação de pesquisa atrelada aos desdobramentos que se desvelam no decorrer do mesmo, alicerçando-se em inquietações diante dos crimes cometidos com Perspectiva de Gênero alocado enquanto Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios no Estado de São Paulo - Brasil. Ressalta-se que o recorte geográfico aplicado, não foi feito de forma aleatória, mas sim por apresentar os maiores índices de inquéritos abertos nos dois anos de aplicação Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Brasil, 2015), que altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – do Código Penal (CP), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos tal qual o estupro, genocídio e latrocínio, entre outros.

A violência contra mulher também conhecida de forma generalista como violência de gênero, pode ser compreendida como um mal que afeta

a dignidade e o bem-estar das vítimas e de toda a sociedade, considerada uma das formas mais graves de discriminação sendo acompanhada por uma sequência de agressões que possuem caráter psicológico, físico, sexual e patrimonial podendo culminar com a morte por feminicídio ou femicídio.

É importante conhecer abordagens que tratam a questão de gênero fora do contexto heteronormativo e binário (homem e mulher), onde as relações partem de indivíduos que não se encaixam perante termos eleitos pela sociedade, como é o caso de transgêneros, transexuais e travestis que, apesar de performarem as características do Gênero com o qual se identificam, são abjetificados pela sociedade, pois naturalizou-se a categoria gênero como um sistema binário, dicotômico, inscrito em um sistema de saber/poder (Foucault, 1987) patriarcal, que faz uso de estratégias sexistas estimulando o comportamento machista (Hartmann, 1984 [1979]; Sau, 2000; Nunes, 2016; Nascimento, 2021).

Em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2006). Com 46 artigos distribuídos em sete títulos em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), a lei (11.340/06) (Brasil, 2006), criou mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher por Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Foi começo por maiores penalidades pelos crimes cometidos contra mulheres já que a violência acontece não apenas pela misoginia de parte dos homens, mas também por circunstâncias externas que as propiciam, um exemplo claro é a falta de punição por parte da justiça.

Há sete anos entrava em vigor no Brasil pelas mãos da então presidenta Dilma Rousseff a Lei do Feminicídio (13.104/15) (Brasil, 2015), al-

terando o Código Penal Brasileiro que passou a prever o feminicídio como uma das circunstâncias qualificadoras do homicídio, conforme disposto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro (1940), além de incluir feminicídio como crime hediondo previsto no artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Brasil, 1990). Desse modo, feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de serem mulheres (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica.

Em contrapartida, emerge do contexto da violência de gênero a própria aplicação da pena de feminicídio, uma vez que existem muitas discussões acerca da aplicação da pena de Feminicídio em razão de gênero nos casos de violência de mulheres Transsexuais¹. Por outro lado, jurisprudências sobre o tema vão sendo construídas a favor da igualdade penal. Em uma decisão unânime, no dia 15 de dezembro de 2020, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça não concedeu *Habeas Corpus*² impetrado por réus que acusados de tentativa de homicídio buscavam excluir a qualificadora do feminicídio em razão da vítima ter “nascido homem” sob o ponto de vista biológico.

¹ Segundo Jesus (2012, p. 15) Transexual é “Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refere à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica”. Nas últimas décadas ancorando-se nas múltiplas narrativas dos sujeitos transexuais e de suas vivências para além das demandas por visibilidade e representatividade dos movimentos sociais, a indústria cinematográfica, por exemplo, tem vivificado personagens transexuais auferindo espaço a tais sujeitos nas produções cinematográficas e sociais. Ressalta-se que, o discurso das produções cinematográficas acerca de personagens transexuais tem evoluído no decorrer das últimas décadas conferindo a tais personagens um largo grau de verossimilhança, a exemplo disso, ver: Bernadette (Terence Stamp) da obra “The Adventures of Priscilla, Queen of the Desert” (1994), Brandon Teena (Hilary Swank) da obra “Boys Don’t Cry” (1999), Hedwig Robinson/Hansel (John Cameron Mitchell) da obra “Hedwig and the Angry Inch” (2001), Calpernia Addams (Lee Pace) da obra “Soldier’s Girl” (2003), Nong Toom/Parinya Charoenphol (Asanee Suwan) da obra “Beautiful Boxer” (2004), Lukas Leonhard (Rick Okon) da obra “Romeos” (2011), Laure/Michaël (Zoé Héran) da obra “Tomboy” (2011), Laurence Alia (Melvil Poupaud) da obra “Laurence Anyway” (2012), Einar Wegener/Lili Elbe (Eddie Redmayne) da obra “The Danish Girl” (2015), Nomi Marks (Jamie Clayton) da obra “Sense8” (2015-2018), Marina Vidal (Daniela Vega) da obra “Una mujer fantástica” (2017), Óscar Ruiz/Sara Millán (Ana Polvorosa) da obra “Las chicas del cable” (2017), Lara (Victor Polster) da obra “Girl” (2018).

² O *Habeas Corpus* inscrito sob o código (HC 541.237).

O Crime supracitado aconteceu em 2018 em Taguatinga (DF), ganhou destaque pois os acusados agrediram a vítima com chutes, pauladas, pedradas e cadeiradas. Segundo a acusação foram motivados por ódio por se tratar de uma transexual, a violência foi praticada aos gritos de “vira homem”³. Para eles, a denúncia trouxe elementos claros e suficientes que a tentativa de homicídio teria sido praticada à condição de mulher transgênero da vítima, que adota a identidade de gênero feminina e inclusive fez a correspondente alteração do registro civil.

Segundo o ministro relator Joel Ilan Paciornik:

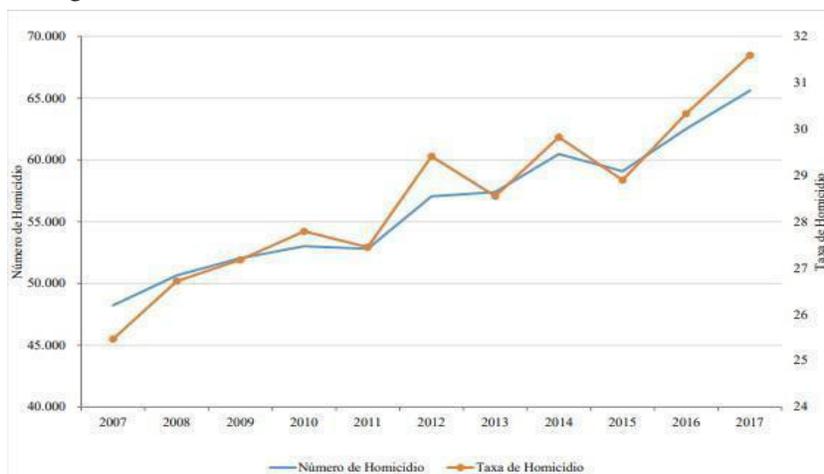
A Constituição deve ser levada a sério, numa hermenêutica responsável, cumprindo ao juiz, ao verificar a violação de direitos, fazê-los respeitar. Somente através dessa prerrogativa constitucional irrenunciável é que se evita a banalidade do mal (Vital, 2021).⁴

Neste cenário, os dados acerca da violência de gênero, o Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial, sendo alocado na 5ª posição no *ranking* da violência de gênero. Segundo dados do Atlas da Violência no Brasil (Cerqueira, 2019) as taxas apresentam-se em curva ascendente (Figura 1).

³ No dia 13 de junho de 2019, durante julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e do Mandado de Injunção nº 4733, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), baseando-se na omissão do Congresso Nacional, equiparou a homofobia e a transfobia como crimes de racismo. O que não confere equidade de direitos aos sujeitos LGBTQIAP+, principalmente as travestis, transsexuais e transgêneros. Ressalta-se que mesmo após anos da aprovação da equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo pelo STF, ainda se encontram diversas barreiras e impedimentos para a efetiva atuação da lei, o que promove uma subnotificação em casos de homofobia e transfobia.

⁴ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-29/qualificadora-feminicidio-vitima-trans-decisao-juri>. Acesso em: 20 mar. 2022.

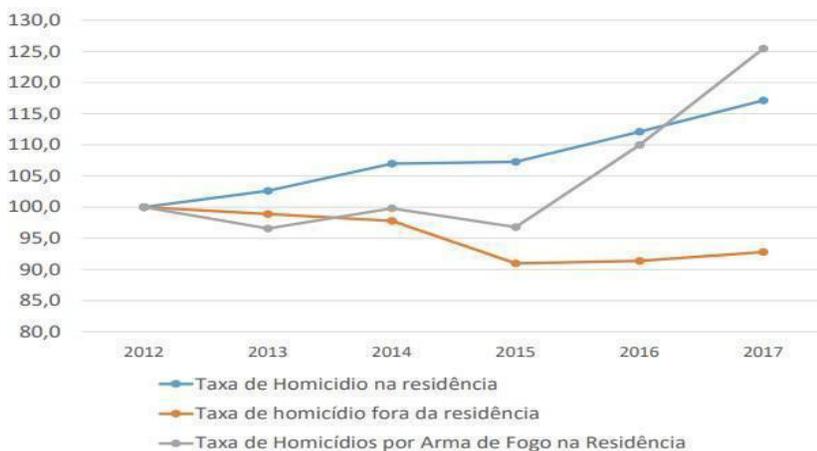
Figura 1 - Número e taxa de homicídio (2007-2017)



Fonte: Adaptado de Cerqueira (2019)

Diante do levantamento global acerca da taxa de homicídio (2007-2017) pode-se aplicar o marcador de gênero que possibilita a visualização do seguinte cenário (Figura 2):

Figura 2 - Índices de base 100 da evolução das taxas de homicídio de mulheres dentro e fora da residência e ainda por arma de fogo (2007-2017)



Fonte: Adaptado de Cerqueira (2019)

Das mortes femininas ocasionadas por agressão no período de 1980-2019, e coeficientes de mortalidade que passaram de 2,3/100.000 para 4,8/100.000, representam um aumento de 111% no período (Meneghel; Portella, 2017). Ressalta-se que, segundo Cerqueira (2014), a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação há um aumento de 2% na taxa de homicídio. Resultados qualitativamente idênticos foram obtidos em duas teses de doutorado na Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE/FGV) e na Universidade de São Paulo (USP), onde os autores utilizaram métodos quantitativos também sofisticados. Além disso, nesses trabalhos não se verificou qualquer relação da difusão da arma de fogo com a diminuição de crimes contra o patrimônio.

Ao imergir-se de forma horizontal zonas de sombra da sociedade passam a desvelar-se frente aos dados investigativos que emergem do discurso oriundo dos dados de violência (Figura 3) em anexo.

Logo, percebe-se que os maiores índices de registros de inquéritos abertos pela lei do feminicídio estão fora das regiões que apresentam os maiores índices de homicídios de mulheres. Assim, indagações como: Existe uma classificação adequada para crimes com perspectiva de gênero alocado enquanto Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios no Brasil e, conseqüentemente, no Estado de São Paulo? Os processos crimes apresentam alguma diferenciação amparando-se em perspectiva de gênero? Existe um proselitismo social que atravessa a esfera jurídica de forma a promover a dispersão, apagamento e/ou esquecimento ancorando-se em perspectiva de gênero? As inquietações que permeiam os debates contemporâneos na esfera dos Direitos Humanos (DH) e dos estudos memoriais tem auferindo espaço à medida que vidas são ceifadas e negligenciadas fazendo-se perceber que algumas existências são alocadas em uma zona onde a humanidade é desconstruída, os direitos são cerceados e a própria materialização do sujeito torna-se impraticável.

Visando contribuir para uma identificação e caracterização dos crimes contra a mulher o Escritório da Organização das Nações Unidas

(ONU) Mulheres no Brasil em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres promoveram um processo de adaptação à realidade nacional do protocolo latino-americano para investigação dos assassinatos de mulheres por razões de gênero. Este processo culminou na formulação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – feminicídios em 2015. Instaurando assim treze diretrizes para identificar as razões de gênero nas mortes de mulheres, (Tabela 1) em anexo.

Diante disso, o estudo aqui apresentado visa compreender a evolução da notificação após a promulgação de legislações específicas no Brasil contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento futuro de processos e elementos para a organização da informação no domínio dos Estudos de Gênero. Ressalta-se que, o cenário analisado é povoado por distorções, dispersões e inconsistências que dificultam a recuperação de informações verossimilhantes acerca da temática.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como percurso metodológico uma análise de domínio, orientando-se sob as linhas de Tennis (2002, 2003), Smiraglia (2007, 2009), Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (1997, 2002, 2003), alicerçada pela cartografia de documentos estruturada sob as linhas de Rolnik (1989), o que evidencia a natureza exploratória da proposta de estudo.

A Cartografia como princípio de um método suspende uma abordagem clássica da noção de método e de epistemologia da ciência. Para a Ciência (ou os tratados científicos e seus cânones epistemológicos), o conhecimento é produzido a partir de uma ação ativa do sujeito sobre o objeto pronto à espera de ser compreendido. Para atender ao objeto pensado é imprescindível que realize uma sustentação teórico-metodológica que possibilite lançar-se sobre ele com subsídios adequados.

Diante disso, Nascimento (2006, p. 31) afirma que:

A análise de domínio reconhece que as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. A história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento.

Ainda segundo Nascimento (2006, p. 32) ao citar Hjørland, (1997):

[...] ao considerar as abordagens da Ciência da Informação é importante distinguir os diferentes níveis de questionamento: holísticas ou atomísticas, individuais ou sociais, subjetivas ou objetivas, formalistas ou determinadas por conteúdo, históricas ou situacionais, simbólicas ou conexionistas, dinâmicas ou estáticas, entre outros. Mas, a investigação de domínios, grupos de trabalho, disciplinas ou comunidades discursivas, ao contrário das estruturas de conhecimento individuais, permite-nos colocar a hipótese de que, assim, a aproximação da Ciência da Informação com as Ciências Sociais é possível.

Logo, diante de tal aproximação, arraiga-se o estudo em uma cartografia de documentos que contribui com a ideia de movimento, permitindo acompanhar trajetórias e compor um mapa em movimento, permeado por desejos, percebidos enquanto fluxos que transbordam e se desenvolvem durante a caminhada. O limiar é algo sempre presente nesse método, em um constante reconstruir-se diante do objeto que atravessa o pesquisador, e tem no provisório, no temporário, a sua marca. Rolnik (1989) considera o cartógrafo um verdadeiro antropófago, vivendo de expropriar-se e se apropriar, devorar e desovar, numa constante desconstrução. A partir daí, a pesquisa em questão seguiu o seguinte roteiro:

Levantamento dos dados acerca dos crimes de Identificação dos crimes que serviram de amostra para a pesquisa, sendo estes selecionados segundo:

- Território geográfico marcadamente delimitado no Estado de São Paulo – Brasil;
- Recorte cronológico compreendido 2003-2019, para que se possa vislumbrar o período anterior à implementação da lei do feminicídio e o impacto dela em seus primeiros anos de aplicação.

A escolha metodológica realizada foi imperativa para reconhecer as relações entre o feminicídio, sua representação temática no contexto da Ciência da Informação assegurando, assim, a estruturação das argumentações teóricas.

3 FEMINICÍDIOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para que se possa compreender melhor a atuação de tal pesquisa no âmbito da Ciência da Informação (CI), sob a óptica da Organização do Conhecimento (OC), aloca-se o argumento na natureza interdisciplinar da CI (Le Coadic, 2004; Saracevic, 1996), que como outros campos interdisciplinares, a CI emerge no contexto social no período dito da revolução técnica e científica que eclode no cenário pós segunda guerra mundial.

O relevo dado à área da CI é devido ao esforço para enfrentar os problemas de organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado, que teve acentuado crescimento desde a invenção da imprensa, apresentando desde então um crescimento exponencial. Compreende-se que os objetos da CI, fazem parte de um processo dinâmico de desenvolvimento, constituído de relações com outras áreas do conhecimento, como as ciências Humanas, Sociais e Exatas, o que estimula uma relação de interação entre áreas que propicia uma abordagem, que perpassa as mais

diversas áreas com o objetivo de compreender, organizar, preservar e disseminar a informação.

Assim, Saracevic (1996) afirma ainda que a CI, configura-se como campo interdisciplinar de conhecimento, uma vez que responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos. Nesse sentido, nas subáreas da CI, a preservação é um aspecto central no cenário contemporâneo e em que nos voltamos para a representação, classificação e a própria preservação da memória nas suas mais variadas vertentes. Aqui se coloca a importância de tal estudo, uma vez que existe uma escassez de pesquisas no tocante a indexação e classificação nos processos crime com Perspectiva de Gênero alocado enquanto Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios no Estado de São Paulo - Brasil. Esse recorte é norteado pelas contribuições de Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002) que segundo Pinho (2010, p. 4) “[...] versa sobre o entendimento do objeto de estudo da CI – a informação registrada e socializada – por meio da análise dos domínios do conhecimento como um todo ou de comunidades discursivas, sendo como uma das abordagens os estudos terminológicos”.

De tal modo, compreende-se que as iniciativas de organizar a informação para o público em geral considerando a classificação adequada para que sejam devidamente recuperadas, de modo a refletir o universo idiossincrático da Violência de Gênero. Esses estudos terminológicos para o domínio Violência de Gênero consideram as garantias literária, cultural e de uso (Beghtol, 1986, 2002, 2005; Barité; Fernández-Molina; Guimarães; Moraes, 2010), respeitando uma ética transcultural de mediação (García Gutiérrez, 2002) e impondo limites a um “poder de nomear” do indexador (Olson, 2001, 2002) em seus eventuais preconceitos e antipatias (Berman, 1993).

Deste modo, ao voltarmos-nos para a CI, sob a ótica de sua conceituação e prática em Borko (1968), alinhado com o referencial da OC, sob as linhas de Hjørland (1995, 1997) que expõe em sua teoria, afirmando pri-

meiramente, que a unidade de análise da CI é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas (*discourse communities*). Estas comunidades não são entidades autônomas, mas distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, e constituintes da sociedade moderna. Naturalmente, concatenadas às dimensões culturais e sociais.

No contexto da OC, Brascher e Café (2008, p. 6) apontam que: “A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. De acordo com o estudo das autoras, a OC está permeada pela análise do conceito e visa desenvolver mecanismos de representação do conhecimento, de modo que estes conceitos possam delinear a construção de um dado domínio, em consonância com o entendimento apresentado por Esteban Navarro e García Marco (1995).

Logo, pode-se compreender que a OC, enquanto uma área de estudos da CI, apresenta largo potencial de contribuição para as investigações propostas neste projeto, pois a natureza de tal campo de estudo apresenta-se de forma essencial, principalmente por tratar reflexões teóricas acerca das concepções e métodos que caracterizaram a atividade mediadora entre a produção e o uso do conhecimento.

Assim, propõe-se adentrar ao campo da CI, com o auxílio da OC sob o viés da classificação e da indexação, ancorando-se na terminologia e na terminografia, onde aqui segundo as linhas de Sonneveld (1993) que conceitua de forma ampliada a terminologia como sendo qualquer atividade relacionada com a sistematização e representação de conceitos ou apresentação de termos baseados em princípios e métodos estabelecidos. Para tanto, torna-se claro o direcionamento da problemática a qual norteia este estudo, a saber: Ocorreu uma evolução nas notificações dos crimes contra a mulher no Estado de São Paulo - Brasil?

Existe uma demanda social que emerge dos movimentos sociais tanto Feministas, LGBTQI+ quando de Direitos Humanos por uma equidade de direitos que vêm auferindo largo espaço nos debates acadêmicos e que necessitam de dados confiáveis para que possam mensurar com verossimilhança o cenário nacional para que assim se possa impulsionar, criar e acompanhar políticas públicas protetivas dos direitos das mulheres. Ressalta-se que, os dados apresentados são na verdade esforços individuais de instituições independentes e/ou órgãos internacionais que visam denunciar o que vem acontecendo, mas que devido às divergências de classificação, indexação e representação da informação, tais esforços em recuperar e representar a informação de forma a disseminar a mesma se tornam impossíveis, inverossimilhanças e não exatos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma a tentar sanar os problemas causados por proselitismos, antipatias e preconceitos no tocante aos crimes com Perspectiva de Gênero alocado enquanto Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios no Estado de São Paulo – Brasil, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP - SP) criou uma classificação/categorização (Figura 4) no ano de 2014 com o objetivo de caracterizar o contexto ou possível motivação do homicídio de acordo com as informações disponíveis no Boletim de Ocorrência (BO) da polícia Civil por meio de consulta ao sistema Registro Digital de Ocorrências (RDO)⁵.

⁵ Site da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP – SP) com os dados acerca dos homicídios dolosos no Estado de São Paulo qualificando as informações indicadas criminalmente desde 2001. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/PerfilHomicidio.aspx>. Acesso em: 10 out. 2023.

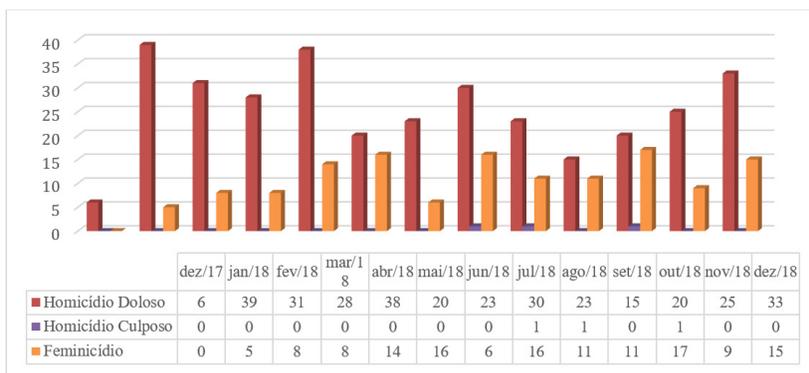
Figura 4 - Classificação da possível motivação do homicídio



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

As variáveis compreendidas neste estudo foram: Sexo, Raça/Cor, Idade, Local e Motivação dos Homicídios. Ressalta-se que, este estudo indica o perfil dos homicídios dolosos no Estado de São Paulo, qualificando as informações indicadas criminalmente desde 2001. No perfil apresentado cabe salientar que o termo feminicídio não aparece.

Gráfico 1: Ocorrências de Dezembro de 2017 a Dezembro de 2018 segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019, a partir de dados extraídos do Boletim Estatístico Eletrônico (B.E.E.)

A criação de classificação que contemple a perspectiva de Gênero alocado enquanto Mortes Violentas de Mulheres contribuiria efetivamente para a indexação e recuperação da informação dos registros/processo de feminicídio. Importante ressaltar que atualmente a indexação do registro de feminicídio depende no início do processo totalmente da interpretação da autoridade policial. A grande questão problematizadora é que não existem diretrizes nacionais claras para que o processo receba termos representativos que nomeiem adequadamente o crime praticado contra a mulher fazendo com que prevaleçam as relações de poder e domínio dos homens também no âmbito da Justiça.

As ocorrências registradas, classificadas e indexadas, narram uma história de silêncio que está entre o dizer e não dizer; localizando-se no entremeio. Os efeitos da identificação e registro do feminicídio promovem a invisibilidade, uma cortina de fumaça, corroborando para a produção de sentidos silenciados.

Tomemos como exemplo as categorias: Conflito Interpessoal I; Conflito Interpessoal II; e Conflito Interpessoal III. A primeira inclui homicídio derivado do conflito entre conhecidos ou desconhecidos onde ocorrem brigas, discussões em locais variados como rua, bares, comércio, trânsito e vizinhança. Na segunda o homicídio ocorre no âmbito dos conflitos familiares levando em consideração relações parentais como entre irmãos, pais e filhos, sendo originadas por uma diversidade de motivos. A terceira, Conflito Interpessoal III, considera dentro de seu campo conceitual a morte originada de brigas entre companheiros, casais, conflitos envolvendo relações de gênero, afetivas, ex-namorados, ex-companheiros (o tempo de duração o relacionamento pode ser recente ou longo) englobando, também, terceiros que sejam mortos por agressões de sentimento de posse de um dos parceiros, como os ciúmes e a ofensa.

O quadro 1 - Vítimas segundo o contexto ou possível motivação do homicídio e sexo% com dados do ano 2022, Estado de São Paulo, apresenta dados de acordo com as categorias Conflito I, II e III. De sua

análise infere-se que os crimes de violência contra a mulher ficam diluídos, pulverizados, espalhados, em disposição fragmentadas que proporcionam deslizamentos de efeitos de sentido entre as categorias Conflitos, apagamento que ocorre também com as outras categorias da Classificação de homicídios dolosos.

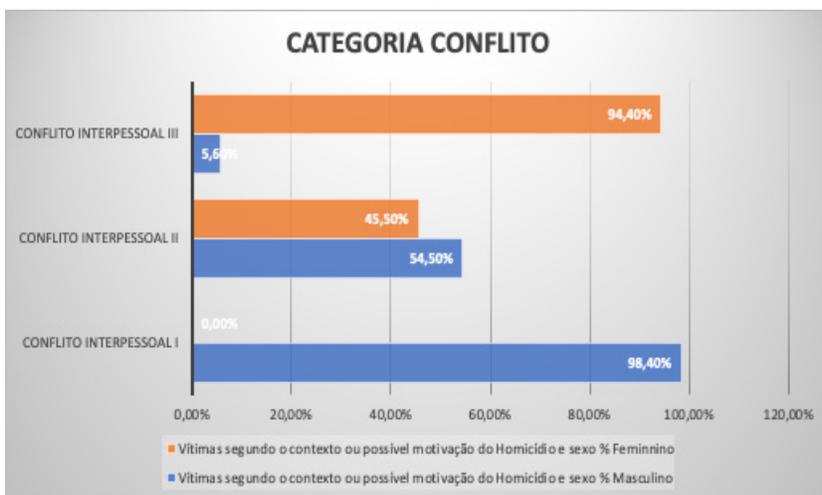
Quadro 1 - Vítimas segundo o contexto ou possível motivação do homicídio e sexo%

Vítimas segundo o contexto ou possível motivação do Homicídio e sexo % 2022		
CATEGORIAS	Masculino	Feminnino
Conflito interpessoal I	98,40%	1,6%%
Conflito interpessoal II	54,50%	45,50%
Conflito interpessoal III	5,60%	94,40%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Neste contexto, a classificação de homicídios demonstra sua representação tendenciosa, sendo acentuada no caso brasileiro o termo feminicídio não é uma categoria, mas um qualificador em relação ao delito homicídio não possibilitando a autonomia do termo, por conseguinte impondo limites ao poder de nomear (Olson, 2001; 2002). Mesmo com a contingência da conciliação de qualificadores objetivos e subjetivos a lógica da descrição conceitual composta pelas características gerais e específicas do conceito fica prejudicada, a ordem para a característica de constituição do conceito acaba arbitrando em favor da ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices, definição dos conceitos e formação dos nomes dos conceitos (Darhlerg, 1978) intensificando a estrutura de força inextinguível do sistema social patriarcal, de papéis de poder fálicos; o direito e a justiça são feitos por homens e para homens, na defesa dos homens.

Gráfico 2 - Categoria Conflito



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A categoria conflito interpessoal pode ser analisada na perspectiva classificatória dentro a Organização do Conhecimento, e dos Sistemas de Organização do Conhecimento, hierárquicos e alfabéticos, pelo viés da política da palavra (Orlandi, 2007) que separa, exclui, verticaliza, põe a parte, desconsidera, elege, desqualifica, subjuga, maltrata e silencia.

Nesta perspectiva de compreensão o homem mata o conhecido e os desconhecidos, mata na briga, na discussão, no bar, na rua, no trânsito, na vizinhança, nas relações parentais e mata a mulher. O feminicídio vira mera soma e a mulher é assassinada de novo, e de novo, e de novo na classificação.

O universo idiossincrático da Violência de Gênero precisa ser atravessado pelo acontecimento (Foucault, 1987) para produzir singularidades, diferenças e subjetividade. De tal modo, compreende-se que as iniciativas de organizar e recuperar a informação considerando a problematização e a atualidade também precisam considerar o acontecimento para que a classificação também promova singularidades, diferenças e o cuidado de si.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi mencionado, o feminicídio é um crime ligado à misoginia e ao menosprezo pela condição de ser mulher, um desdobramento dos crimes domésticos e sexuais.

A questão da coisificação da mulher, da posse está intimamente ligada ao tipo penal do feminicídio, que é reflexo do machismo ainda muito presente na sociedade patriarcal. Em decorrência dos altíssimos índices de crimes cometidos contra as mulheres que colocam o Brasil no rol mundial da violência contra o gênero, houve uma necessidade imediata de leis que tratem com rigidez tal prática como crime hediondo. Dados do mapa da violência contra a mulher revelam que a cultura brasileira ainda se acomoda com a discriminação do gênero feminino, através da prática expressa ou velada da misoginia e do patriarcalismo.

Apesar da implementação da Lei nº 13.104/2015 ser um avanço, ela não é suficiente, à medida que ainda não revela a total invisibilidade que grande parte das mulheres vivem. A partir desse cenário, é possível tecer uma série de questionamentos que estão para além das questões plantadas no campo da CI, tais como: A invisibilidade é proposital, intencional? A quem interessa esse jogo? A conformação da classificação e indexação também corresponde a uma lógica de manutenção do patriarcado? Por que é necessário descortinar essa problemática? Seria uma espécie de luta e resistência discursiva? Tantas e tantas reflexões podem ser traçadas principalmente quando a análise se coloca diante do movimento das linhas da cartografia, no entanto uma coisa é fato: as mulheres continuam sendo vítimas da violência a ponto de morrerem, ou melhor, sendo apagadas, silenciadas.

A vida é o maior bem jurídico que possuímos enquanto humanos, todos os outros são decorrentes dele. Além do feminicídio constituir um novo tipo penal e qualificado, é necessário educação e políticas públicas que coloquem as mulheres na posição de isonomia de fato e não apenas no campo teórico, ratificado pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, M.; FERNÁNDEZ MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J.A.C.; MORAES, J. B. E. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, ago. 2010.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, Jun. 1986.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, October. 2002.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005.

BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 45-49.

BERMAN, S. **Prejudice and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

Brasil. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.072%2C%20DE%2025%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20crimes%20hediondos,Federal%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. **Lei** nº 13.104, de 09 de março de 2015. Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). **Atlas da violência 2019**: retratos dos municípios brasileiros. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

Cerqueira, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/93475315-6031-4b11-9ffa-25b576d06ba4/content>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. Demografia e homicídios no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. cap. 11, p. 355- 373.

DAHLBERG, I. **Teoria do Conceito**. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2. p. 101-107, dez. 1978.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157, ene./jun. 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. *In*: JAGGAR, Alison; ROTHENBERG, Paula. **Feminist Framework**. Alternative theoretical accounts of the relations between women and men. New York: McGrawHill, 1984. p. 172-189. [1979].

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation**: an activity theoretical approach to Information Science. London: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Taxa homicídios**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 30 mar. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, DF: Edição da Autora, 2012.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, set. 2017.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.

NASCIMENTO, F. A. **Nomear, classificar, existir**: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a Organização do Conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+. 2021. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

NUNES, D. M. **O pensamento feminista na economia**: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista. 2016. Dissertação (Mestrado no Programa Pós-Graduação de Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLSON, H. A. Sameness and difference: A cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 115-122, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name**: Locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio**: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade. 1989.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jun. 1996.

SAU, V. **Dicionário ideológico feminista I**. Barcelona: Icaria, 2000.

SMIRAGLIA, R. P. **Two kinds of power**: Insight into the legacy of Patrick Wilson. New York: Long Island University, 2007. Disponível em: http://www.caisacsi.ca/proceedings/2007/Smiraglia_2007.pdf. Acesso em: 17 jun. 2013.

SMIRAGLIA, R. P. **Redefining the “S” in ISMIR**: Visualizing the evaluation of a domain. New York: Long Island University, 2009. Disponível em: http://www.caisacsi.ca/proceedings/2009/Smiraglia_2009.pdf. Acesso em: 17 jun. 2013.

SONNEVELD, H. B. *et al.* **Terminology**: applications in interdisciplinary communication. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins, 1993.

TENNIS, J. T. Subject ontogeny: Subject access through time and the dimensionality of classification. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st Century**: Integration of knowledge across boundaries: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference, Granada (Spain), 2002. Würzburg: Ergon, 2002. v. 8, p.54-59.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

VITAL, D. Qualificadora do feminicídio por crime contra transexual é decisão do Júri, diz STJ. **Revista Consultor Jurídico**, [S. l.], jan. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-29/qualificadora-femicidio-vitima-trans-decisao-juri>. Acesso em: 20 de março de 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAMSEN, K. T. Indexing of musical genres an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 144-169, 2003.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2019**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 77-99, abr. 2008.

HJØRLAND, B. **Subject**. København: Danmarks Biblioteksforening, 2007. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/subject.htm>. Acesso em: 18 jul. 2013.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias:** em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MASSON, C. **Direito Penal.** São Paulo: Método, 2014.

NOGUEIRA, P. L. **Em defesa da honra: doutrina, legislação e jurisprudência.** São Paulo: Saraiva, 1995.

PRINS, B., MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

Figura 3 - Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por UF (2007-2017)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	4,7	20,7%	1,7%	5,4%
Brasil	5,2	3,7	4,4	5,2	4,8	4,2	8,2	5,1	4,7	5,7	8,3	59,4%	95,7%	45,5%
Acre	6,7	5,1	6,7	8,2	8,2	7,8	8,2	7,3	5,4	5,9	6,4	-5,0%	-18,4%	9,2%
Alagoas	3,7	4,0	3,6	4,7	5,4	4,6	5,1	5,3	4,7	4,4	6,8	84,0%	47,8%	55,7%
Amapá	3,1	3,6	3,8	3,6	4,4	4,6	5,0	4,1	5,9	5,9	5,7	87,1%	-10,0%	-2,4%
Amazonas	3,4	4,3	4,6	5,8	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	5,7	6,3	84,2%	10,0%	9,8%
Bahia	2,9	2,7	3,1	3,9	4,2	4,8	6,1	6,3	5,6	4,8	8,1	176,9%	67,6%	70,4%
Ceará	4,3	4,8	5,6	4,8	5,6	5,4	5,2	4,1	3,8	4,1	2,9	-33,1%	-46,6%	-29,7%
Distrito Federal	10,2	10,3	11,6	9,2	8,6	8,5	8,7	7,0	6,9	5,2	7,5	-26,2%	-11,3%	43,6%
Espírito Santo	4,7	5,3	5,3	5,7	8,1	7,6	8,4	8,7	7,5	7,1	7,6	60,9%	-1,0%	6,2%
Maranhão	1,9	2,5	2,6	3,5	3,8	3,4	3,8	4,2	4,2	4,5	3,6	85,7%	6,5%	-20,7%
Mato Grosso	6,6	5,9	6,3	5,3	5,7	6,4	5,7	7,0	7,3	6,4	5,6	-15,3%	-12,4%	-12,6%
Mato Grosso do Sul	5,6	4,8	5,2	6,0	6,0	6,0	5,7	6,4	4,3	6,0	4,5	-19,0%	-24,5%	-24,6%
Minas Gerais	4,0	3,7	3,9	3,9	4,4	4,4	4,0	3,8	3,9	3,6	3,7	-9,3%	-17,3%	2,9%
Pará	4,0	4,6	4,8	6,0	4,8	5,9	5,8	6,2	6,4	7,2	7,5	90,3%	27,0%	4,5%
Paraíba	3,6	4,5	5,0	6,0	6,9	6,7	6,1	5,7	5,3	5,2	4,2	18,2%	-36,9%	-18,3%
Paraná	4,5	5,6	6,0	6,1	5,1	5,7	5,0	5,0	4,3	4,2	4,3	-4,4%	-25,0%	3,0%
Pernambuco	6,4	6,5	6,5	5,3	5,5	4,5	5,3	4,9	4,8	5,8	6,3	-1,0%	40,1%	9,2%
Piauí	2,2	2,4	1,9	2,5	2,0	2,8	2,9	3,8	4,1	3,0	3,2	42,8%	13,5%	3,6%
Rio de Janeiro	5,0	4,4	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	5,3	4,4	5,0	4,7	-7,5%	9,1%	-6,8%
Rio Grande do Norte	2,6	3,6	3,5	4,2	4,4	3,8	5,2	5,7	5,1	5,7	8,3	214,4%	120,3%	46,6%
Rio Grande do Sul	3,5	3,9	4,0	4,0	3,5	4,3	3,6	4,3	4,9	5,4	5,2	51,0%	21,2%	-2,3%
Rondônia	3,5	4,8	6,2	4,4	5,7	6,1	6,1	6,4	7,2	6,2	7,0	100,7%	15,7%	13,6%
Roraima	8,9	7,1	10,6	4,8	4,3	7,1	14,8	9,5	11,4	10,0	10,6	18,6%	48,8%	6,2%
Santa Catarina	2,3	2,7	2,9	3,4	2,3	3,1	3,0	3,2	2,8	3,1	3,1	37,2%	0,7%	0,6%
São Paulo	2,8	3,1	3,1	3,1	2,6	2,8	2,7	2,7	2,4	2,2	2,2	-22,5%	-23,9%	-3,1%
Sergipe	3,2	2,8	3,3	3,9	5,4	5,5	5,0	6,5	6,0	5,2	6,6	107,0%	20,4%	27,0%
Tocantins	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	6,0	5,0	21,2%	-25,2%	-16,6%

Fonte: Diest/Ipea e FBSP, 2019.

Tabela 1 - Diretrizes para identificar razões de gênero nas mortes de mulheres

Item	Diretriz	Definição	
1	Íntimo	Morte de uma mulher cometida por uma pessoa com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele (sentimental ou sexual)	
2	Não íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação. Por exemplo, uma agressão sexual que culmina no assassinato de uma mulher por um estranho. Considera-se, também, o caso do vizinho que mata sua vizinha sem que existisse, entre ambos, algum tipo de relação ou vínculo.	
3	Infantil	Morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina.	
4	Familiar	Morte de uma mulher no âmbito de uma relação de parentesco entre a vítima e agressor. O parentesco pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção.	
5	Por conexão	Morte de uma mulher que está “na linha de fogo”, no mesmo local onde um homem mata ou tenta matar outra mulher. Pode se tratar de uma amiga, uma parente da vítima – mãe, filha – ou de uma mulher estranha que se encontrava no mesmo local onde o agressor atacou a vítima	
6	Sexual sistêmico	Morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas. Pode ter duas modalidades.	Sexual sistêmico organizado. Presume-se que, nestes casos, os sujeitos ativos atuam como uma rede organizada de feminicidas sexuais, com um método consciente e planejado por um longo e indeterminado período de tempo.
			Sexual sistêmico desorganizado. Quando a morte das mulheres está acompanhada de sequestro, tortura e/ou estupro. Presume-se que os sujeitos ativos matam a vítima num período de tempo determinado.
7	Por prostituição ou ocupações estigmatizadas	Morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação (como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), cometida por um ou vários homens. Inclui os casos nos quais o(s) agressor(es) assassina(m) a mulher, motivado(s) pelo ódio e misoginia que a condição de prostituta da vítima desperta nele(s). Esta modalidade evidencia o peso de estigmatização social e justificação da ação criminosa por parte dos sujeitos: “ela merecia”; “ela fez por onde”; “era uma mulher má”; “a vida dela não valia nada”.	

8	Por tráfico de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de tráfico de pessoas. Por “tráfico”, entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou ao uso da força ou outras formas de coação, quer seja rapto, fraude, engano, abuso de poder, ou concessão ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento da(s) pessoa(s), com fins de exploração. Esta exploração inclui, no mínimo, a prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, a escravidão ou práticas análogas à escravidão, à servidão ou à extração de órgãos.
9	Por contrabando de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por “contrabando”, entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual a vítima não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material.
10	Transfóbico	Morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s) agressor(es) a mata/m por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição.
11	Lesbo e bifóbico	Morte de uma mulher bissexual ou lésbica, na qual o(s) agressor(es) a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição.
12	Racista	Morte de uma mulher por ódio ou rejeição de sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.
13	Por mutilação genital feminina	Morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Fonte: Baseado em Ipea, 2019 e Cerqueira, FBSP, 2019.

SOBRE OS AUTORES

Antonio García Gutiérrez

Professor catedrático da Universidad de Sevilla, de 1994 a 2019, e professor da Universidad Complutense de Madrid, de 1980 a 1994. Autor de diversos obras como *La memoria subrogada* (Granada, 2002), *Fijaciones* (Madrid, 2005), *Desclasificados* (Barcelona, 2007), *Outra memória é possível* (Rio de Janeiro, 2008), *La identidad excesiva* (Madrid, 2009), *Epistemología de la Documentación* (Barcelona, 2011), *Pensar en la transcultura* (Madrid, 2011) e *Frentes digitales* (Salamanca, 2016).

desclasificar@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5217-2611

Widad Mustafa El Hadi

Professora do Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Université de Lille. É membro do laboratório de pesquisa GERiiCO. Entre as suas áreas de interesse estão as abordagens teóricas em Organização do Conhecimento, linguagem e cultura e seus impactos na Organização do Conhecimento, avaliação dos sistemas de organização do conhecimento, recuperação transcultural da informação, ética na Organização do Conhecimento e humanidades digitais. Co-fundadora do capítulo francês da ISKO (International Society for Knowledge Organization).

widad.mustafa@univ-lille.fr

ORCID: 0000-0002-6057-4861

Ismail Timimi

Pesquisador do Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Université de Lille. É membro do laboratório de pesquisa GERiiCO, UFR DECCID.

ismail.timimi@univ-lille.fr

ORCID: 0000-0001-8317-4900

Suellen Oliveira Milani

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia e Documentação e Arquivologia. Realizou Estágio de Pós-Doutorado na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, com financiamento da CAPES, o qual possibilitou a verticalização de algumas reflexões sobre os estudos éticos em Organização do Conhecimento desenvolvidos durante a sua formação acadêmica, principalmente em sua tese de doutorado em Ciência da Informação.

Currículo disponível em

suellenmilani@id.uff.br

<http://lattes.cnpq.br/2821128318835622>

ORCID: 0000-0001-7183-6030

Daniel Abraão Pando

Possui Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999), Especialização em Uso Estratégico das Novas Tecnologias em Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (2001), Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (2005), Doutorado em Ciência da Informação, Unesp/Marília (2018). Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: organização da informação, organização do conhecimento, formação profissional, fluxo informacional, terminologia e qualidade na prestação de serviços. Atuou como docente nas Faculdades Integradas Rui Barbosa nos cursos de graduação, Pós-graduação e capacitação/aperfeiçoamento além de Editor da Revista InterAtividade. Atualmente ocupa o cargo de Bibliotecário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP (Birigui, SP).

danielabraopando@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7126-0385

Paula Carina de Araújo

Docente do Departamento de Ciência e Gestão da Informação e do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É consultora do projeto de modernização de políticas científicas do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e atua como Editora Associada do Directory of Open Access Journals (DOAJ) e da Revista AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento. É líder do Grupo de Pesquisa Metodologias para Gestão da Informação. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Foi Bolsista Fulbright/CAPES do Programa Estágio de Doutorando nas Ciências Humanas, Ciências Sociais, Letras e Artes na

The Information School - University of Washington (UW) nos Estados Unidos, sob supervisão do Prof. Joseph Tennis (2016-2017). Mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Bacharel em Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Também atua como professora do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Os principais interesses de pesquisa são nas seguintes temáticas: comunicação e produção científica, ciência aberta, organização do conhecimento, epistemologia da organização do conhecimento, serviço de referência e informação. paulacarina@ufpr.br, ORCID: 0000-0003-4608-752X

Thiago Henrique Bragato Barros

Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRGS e UFPA. Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2018-2019). Pesquisador em grupos de pesquisa da UNB, UFPA, UFSCAR e UFRGS. Presidente eleito da International Society for Knowledge Organization (2020-2024). Deputy Editor da revista Knowledge Organization. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN UFRGS (2020-2022). Membro da Comissão Editorial da Emquestão. Tem experiência na área de Arquivologia e Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Abordagens linguísticas em Ciência da Informação e Representação e Organização do Conhecimento. bragato.barros@ufrgs.br ORCID: 0000-0001-7439-5779

Isadora Victorino Evangelista

Bibliotecária da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Lagoa do Sino. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), vinculada à Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação, Eixo Temático - Organização da Informação. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) - Campus de Marília. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ética na Representação do Conhecimento. Atualmente, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. isadora.evangelista@unesp.br ORCID: 0000-0002-4682-9813

Mona Cleide Quirino da Silva Farias

Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - Campus Marília. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação - FTI na UNESP, Campos de Marília, SP. Interesse nas áreas da Semiótica, Mediação, Comunicação, Organização do Conhecimento e Representação do Conhecimento.

monaquirino@gmail.com

ORCID: 0000-0003-2911-328X

Carlos Cândido de Almeida

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília, com atuação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação. Professor visitante na Universidad Carlos III de Madrid (Espanha, 2021) e Universidad Nacional de Misiones (Argentina, 2012). Pós-Doutor em Biblioteconomia e Documentação pela Universidad de Zaragoza, Espanha. Doutor em Ciência da Informação pela UNESP, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina. Tem interesse nas áreas: Epistemologia, Ciência da Informação, Semiótica, Comunicação, Organização da Informação, Organização do Conhecimento e Mediação.

carlos.c.almeida@unesp.br

ORCID: 0000-0002-8552-1029

Márcio Ferreira da Silva

Docente do Departamento de Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais/CCSO da Universidade Federal do Maranhão. Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, campus Marília. Atuou como professor substituto na Universidade Federal de Rondônia, no Departamento de Ciência da Informação, curso de Biblioteconomia. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (2009).

marcio.ferreira@ufma.br

ORCID: 0000-0002-4929-4009

Gustavo Saldanha

Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG; especialista em Filosofia Medieval (Faculdade São Bento - Rio de Janeiro); Doutor em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT UFRJ. Realizou estágio pós-doutoral na Université Toulouse III - França entre 2017-2018. É pesquisador titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), coordenador da unidade de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (COEPE) do IBICT e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor adjunto da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (UNIRIO); coordenador do Programa do PPGCI IBICT UFRJ (gestão 2019-2022). Vice-presidente da International Society for Studies of Information (IS4SI) (gestão 2022-2024). Bolsista de produtividade 2 do CNPq. Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado - Faperj.

gustavosalदानha@ibict.br

ORCID: 0000-0002-7679-8552.

Daniel Martínez-Ávila

Professor Titular da Universidad de León. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho (UNESP). Possui graduação em Biblioteconomía y Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2005), Licenciado en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2007), Mestrado em Investigación en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2009), e Doutorado internacional pelo Programa Oficial de Doctorado en Documentación pela Universidad Carlos III de Madrid (2012). Foi Pesquisador e Instrutor Adjunto na University of Wisconsin-Milwaukee até setembro de 2014, Professor Assistente Doutor da Universidad Carlos III de Madrid até agosto de 2013 e desde setembro de 2019 até agosto de 2021, e Professor Assistente Doutor da Universidad Complutense de Madrid de setembro de 2021 até fevereiro de 2022. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação. Membro do International Society for Knowledge Organization (ISKO) Scientific Advisory Board e editor da série Advances in Knowledge Organization da ISKO.

dmarta@unileon.es

ORCID: 0000-0003-2236-553X

Camila Monteiro de Barros

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período sanduíche na Université de Montréal (UdeM, Canadá), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC), subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Líder do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC/UFSC). Membro do grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (FTI) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atua nas áreas de Organização e Representação do Conhecimento e da Informação, com ênfase teórico-metodológica nos sistemas de organização do conhecimento. Tem interesse nas questões relativas à informação musical.

camila.c.m.b@ufsc.br

ORCID: 0000-0002-9207-5565

Rodrigo de Sales

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), campus Marília. Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ). Temas de estudo: organização do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento e epistemologia da Ciência da Informação.

rodrigo.sales.s@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8695-9807

Dirnèle Carneiro Garcez

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN/UFSC com bolsa CAPES-DS.. Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018.1-2020.1). Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2013.1-2016.2). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes

Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ. É integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Possui interesse nas temáticas relacionadas à comunicação científica, gestão da informação, organização dos saberes, organização do conhecimento, feminismo negro e mídias sociais.

dirnele.garcez@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-3061-9352

Ricardo Biscalchin

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), campus Marília. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade e Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do grupo de pesquisa Organização do Conhecimento para Disseminação da Informação, atuando como pesquisador na área de Representação Temática da Informação, com foco em vocabulário controlado multilíngue pela perspectiva da garantia cultural, da Terminologia e da Interoperabilidade. Participou de atividades de intercâmbio na Universidade de Coimbra pelo período de abril a junho de 2019. Bibliotecário responsável pela Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH-UFSCar).

ricardo.biscalchin@unesp.br

ORCID: 0000-0001-8099-206X

Walter Moreira

Possui graduação em Biblioteconomia pelas Faculdades Integradas Teresa D’Ávila (1990), mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1998), doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2010), livre-docência em Sistemas de Organização do Conhecimento pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (2018). Professor associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, em Marília-SP, com atuação nos cursos de graduação em Arquivologia, em Biblioteconomia e no Programa de pós-graduação em Ciência da Informação. Desenvolve pesquisas sobre sistemas de organização do conhecimento, linguagens documentárias, terminologia, ontologias e teoria da classificação.

walter.moreira@unesp.br

ORCID: 0000-0001-9454-441X

Francisco Arrais Nascimento

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (2021). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (2015) e Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri (2012). Tem experiência na área de Ciência da Informação com ênfase em organização da informação, organização do conhecimento, memória, sexualidades, autonomação e classificação, atuando principalmente no domínio das dissidências sexuais e de gênero.

francisco.arrais.nascimento@gmail.com

ORCID: 0000-0003-4424-8844

Marília Winkler de Moraes

Bibliotecária e Mestranda em Ciência da Informação junto ao PPGCI UFSCar. Bolsista Fapesp desde 2020 com o projeto: A decolonialidade no pensamento informacional latino-americano: uma proposta de sistematização a partir de S. Ranganathan. É bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela UFSCar. Foi membro do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia e Ciência da Informação (PET BCI) em 2015.

winklermariliam@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5234-7239

Luciana de Souza Gracioso

Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra (2019). Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Associada III no Departamento de Ciência da informação da UFSCar. Chefe do Departamento de Ciência da Informação (2019-). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação - PPGCI (2016 - 2017) e Coordenadora de Curso de Graduação (2009-2014). Atua como docente permanente no PPGCI e no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). Foi Professora Visitante no Exterior (PVE CAPES) junto ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2018-2019). É associada a Information Society for Knowledge Organization (ISKO) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Foi tutora do Programa de Educação Tutorial do Curso de Biblioteconomia e Ciência da informação PET/BCI (2013 - 2018). É coordenadora responsável pelo Termo Aditivo de Cooperação Internacional com a Universidade de Coimbra, pelo Departamento de Ciência da informação. É líder do Grupo de pesquisa: Pragma: estudos pragmáticos em ciência da informação. Coordenou projetos financiados pelo CNPQ sobre

Plataformas interativas e desenvolvimento de Bibliotecas para ambientes de Educação à distância. Participou como pesquisadora de projetos financiados pela FAPESP sobre as Fazendas Históricas Paulistas. Atua principalmente nos seguintes temas: Estudos da linguagem em Ciência da informação, Organização do conhecimento e Epistemologia da Ciência da informação. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (1998); especialização em Uso estratégico da tecnologia em informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002). Bolsista produtividade PQ/2 desde 2022 com o projeto: Indexação decolonial enquanto tecnologia emancipatória: uma possível proposição.

luciana@ufscar.br

ORCID: 0000-0002-6320-4946

Diogo Lopes Nogueira

Graduando em Biblioteconomia pela UFPE. Bolsista de PIBIC/CNPq

diogo.nogueira@ufpe.br

Jéssica Oliveira da Silva

Graduanda em Biblioteconomia pela UFPE. Bolsista de PIBIC/CNPq

jessica.osilva@ufpe.br

Murilo Artur Araújo da Silveira

Possui Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2008) e Doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016), com realização de estágio sanduíche na Universidad Carlos III de Madrid. Recebeu o prêmio de segunda melhor tese em Ciência da Informação no Brasil pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) em 2017. Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco e Diretor do Centro de Artes e Comunicação. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação e Comunicação Científica, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliometria, cienciometria, representação da informação, produção científica, periódicos científicos, indicadores científicos, estudos de citações, documentação e memória social.

muriloas@ufpe.br

ORCID: 0000-0002-9708-6001

Fabio Assis Pinho

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado Acadêmicos) da Universidade Federal de Pernambuco. Possui Graduação (2002) em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos, Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Foi Subchefe (2009-2011) e Chefe (2011-2013) de Departamento. Foi Secretário (2015-2017) e Conselheiro Fiscal (2011-2015) da ISKO - International Society for Knowledge Organization (Brasil). Foi Vice-Coordenador do GT2 da ANCIB (2014-2016). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE (2014-2017) e Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ANCIB (2014-2017). É Líder do Grupo de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento. É Coordenador Adjunto da CAPES (Área: Comunicação e Informação) e Pesquisador em Produtividade 2 do CNPq. Tem interesse nas linhas de pesquisa de Organização e Representação do Conhecimento e Memória da Informação Científica e Tecnológica.

fabio.assis@ufpe.br

ORCID: 0000-0003-1346-3808

Denise Cristina Belam

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Possui graduação em Biblioteconomia pela UNESP, campus de Marília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação da Informação, atuando principalmente nos temas: feminismo, movimentos sociais, organização do conhecimento, violência doméstica e feminicídio.

denisebfloravanti@gmail.com

ORCID: 0000-0002-0333-1601

Deise Maria Antonio Sabbag

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, campus de Marília. Doutorado (2013) e Mestrado (2008) em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Líder do Grupo de Pesquisa ECOAR - Estudos Contemporâneos em Organização, Análise e Recuperação da Informação.

deise.sabbag@unesp.br

ORCID: 0000-0001-6392-4719

Daniele Achilles

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorado (2018) e Mestrado (2008) em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Líder do Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memória e Resistência.

daniele.achilles@unirio.br

ORCID: 0000-0002-3648-7282

Rosa San Segundo

Professora catedrática da Universidade Carlos III de Madrid na área de Informação e Documentação. Presidente da Plataforma Universitária de Estudos Feministas e de Gênero. É especialista em igualdade de gênero e violência, sistema de classificação, organização do conhecimento e estudos de gênero. Participou de inúmeros trabalhos coletivos e publicou artigos especializados sobre violência de gênero, além de mais de 20 projetos de investigação (MINECO, FECYT, Regional e IMIO), vários dos quais investigam a violência de gênero. Pertence ao ISKO Advisory Board, UDC Consortium Advisory Board e atua em diversos comitês nacionais e internacionais de padronização e normas ISO, Comitê 50 de padronização da AENOR e Reuniões da ISO.

rsan@bib.uc3m.es

ORCID: 0000-0002-1449-8175

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

FORMATO

16 x 23cm

NORMALIZAÇÃO

Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

2024

A primeira parte do livro, dedicada ao pensar o classificar e o desclassificar, faz alusão à terminologia do autor García Gutiérrez, indicando que tal parte dedica-se em entender (classificar) as características gerais das práticas de classificação e os conceitos associados à desclassificação. Por seu turno, a segunda parte, busca dar caminhos teóricos e alguns aplicados que respondem ao intento da desclassificação e a conseqüente reclassificação ou a um novo arranjo que devem assumir os sistemas, incorporando novas perspectivas aos conceitos dados. Embora os estudos relacionados nessa obra não estejam todos vinculados à teoria da desclassificação, será possível notar desdobramentos da aplicação dessa abordagem em vários capítulos.

Esperamos que a leitura das ideias, provocações e pesquisas presentes neste livro possa contribuir para a estruturação teórica dessas abordagens no futuro, bem como facilitar acesso às indicações bibliográficas aos interessados. Agradecemos a todas as autoras e autores pela energia e pela vontade de mudança depositadas nestes capítulos.



Programa CAPES-PRInt-UNESP, Código de Financiamento 001
Processo: 88887.571329/2020-00.
Auxílio para impressão: CAPES-PROEX - Auxílio - 1628/2024 -
Processo: 88881.974501/2024-01

ISBN 978-65-5954-484-4

